

# Sumário

## Violência

- 7 Os medos na política de segurança pública  
*Alba Zaluar*
- 23 Alguns aspectos analíticos nas pesquisas da violência na América Latina  
*Michel Misse*
- 39 O rebanho de Hobbes  
*Claudio Beato*
- 53 Segurança pública como simulacro de democracia no Brasil  
*Renato Sérgio de Lima*
- 69 Humanização das prisões e pânico morais: notas sobre as “Serpentes Negras”  
*Gustavo Lucas Higa e Marcos César Alvarez*

## Tinta negra, papel branco: escritas afrodescendentes e emancipação

- 93 Maria Firmina dos Reis: escrita íntima na construção do si mesmo  
*Maria Helena Pereira Toledo Machado*
- 109 Luiz Gama autor, leitor, editor: revisitando as *Primeiras Trovas Burlescas* de 1859 e 1861  
*Lígia Fonseca Ferreira*
- 137 Lima Barreto e a escrita de si  
*Lília Moritz Schwarcz*
- 155 Escritos insubordinados entre escravizados e libertos no Brasil  
*Iamara da Silva Viana, Alexandre Ribeiro Neto e Flávio Gomes*
- 179 Narrativas de mulheres escravizadas nos Estados Unidos do século XIX  
*Maria Clara Carneiro Sampaio e Marília B. A. Ariza*
- 199 O Brasil por Frederick Douglass: impressões sobre escravidão e relações raciais no Império  
*Luciana da Cruz Brito*

## Goethe

- 225 “O humano que jamais nos abandona”: A obra epistolar de Goethe  
*Marcus Vinicius Mazzari*
- 253 *De minha vida: Poesia e verdade* – sobre a literariedade da autobiografia de Goethe  
*Helmut Galle*
- 277 Uma confissão em fragmentos: Goethe, Fausto e o peregrino  
*Michael Jaeger*
- 301 O Brasil no divã  
*Daniel Martineschen*
- 317 Poesia. A glorificação do sensível  
*João Barrento*
- 339 A ciência de Goethe: Em busca da imagem do vivente  
*Magali Moura*
- 371 Goethe e sua “rede brasileira”: o Brasil visto de Weimar  
*Sylk Schneider*

## Atualidades

- 397 Golpe de Estado: entre o nome e a coisa  
*Marcos Napolitano*
- 421 Dados, vícios e concorrência: repensando o jogo das economias digitais  
*Rafael A. F. Zanatta e Ricardo Abramovay*

## Presenças

- 449 Internacionalização da Arquitetura e da Crítica de Arte: Sérgio Milliet  
*Carlos Guilherme Mota*
- 459 A extraordinária história de vida de Ana Maria Primavesi  
*Virgínia Mendonça Knabben*

# Violência

O TEMA da violência cotidiana no Brasil e na América Latina volta a ocupar as páginas de *Estudos Avançados*, desta feita com a colaboração de especialistas de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, alguns deles, como Alba Zaluar e Michel Misse, presentes na edição de número 61 (set.-dez., 2007)<sup>1</sup> dedicada ao crime organizado. O enfrentamento da questão de maneira geral pelos Estados depois de 12 anos parece não ter logrado o êxito esperado pelas sociedades civis que têm sido vítimas do medo constante limitando a sua liberdade de ação e afetando a sua qualidade de vida. Ficam aqui consignados os nossos agradecimentos ao professor Sérgio Adorno, coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da USP, pela generosidade em nos indicar os tópicos e nomes dos autores.

Não menos dramáticos são os complexos processos sociais vivenciados por homens e mulheres negros para se apropriar da escrita, confrontando o mundo letrado com novas vozes narrativas. A ideia do dossiê “Tinta negra, papel branco: escritas afrodescendentes e emancipação”, segundo sua organizadora a professora Maria Helena P. T. Machado, é “analisar os parâmetros da narração da história pessoal como estratégia de apropriação do si mesmo e ainda como paradigma da emancipação”.

Uma das mais importantes figuras da literatura alemã e do romantismo europeu, Johann Wolfgang von Goethe, tem aqui discutidos aspectos relativos às suas correspondências, autobiografia, literatura/cultura estrangeira, poesia e ciência. Nossos agradecimentos ao professor Marcus V. Mazzari pela presteza em brindar o nosso periódico com material de tão elevado nível acadêmico e intelectual.

Na seção Atualidades são igualmente abordados dois temas polêmicos e emergentes: o conceito de Golpe de Estado à luz dos processos históricos verificáveis como a deposição de Dilma Rousseff, e como grandes empresas de tecnologia atuam na camada de aplicações de internet e se dedicam à exploração de dados pessoais.

Duas figuras proeminentes da cultura e da agroecologia brasileiras – Sérgio Milliet e Ana Maria Primavesi – têm suas trajetórias como crítico de arte e ambientalista traçadas na seção Presenças.

Por fim, Alberto Martins organiza especialmente para *Estudos Avançados*, uma breve coletânea de poesia brasileira contemporânea.

## Nota

1 Focada no crime organizado, a edição traz 13 textos e uma entrevista sobre o assunto.

Dario Luis Borelli<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0002-2668-1348>

Violência



# Os medos na política de segurança pública<sup>1</sup>

ALBA ZALUAR<sup>1</sup>

O MEDO TEM sido tratado comumente como o que decorre das notícias veiculadas na mídia sobre crimes; no pensamento social, há o medo como resultante do terror do Estado que oprime os cidadãos. Este ensaio almeja demonstrar que há muitos outros problemas relacionados com o medo que afetam a construção e a eficácia das políticas públicas de segurança em grande medida porque tendem a negar a presença do medo na subjetividade dos agentes e da população afetada por elas. Uma perspectiva diferente que, sem negar a importância da formação do Estado, focaliza as experiências de vida e as emoções desconhecidas das pessoas envolvidas em situações perigosas que as fazem temer por suas próprias vidas, riscos cada vez mais comuns no Brasil. O medo que se deve temer é o medo de ser morto ou torturado pelas armas das organizações estatais ou ilegais.

O ensaio parte da ideia de que negar o medo é deixar a pessoa entregue a emoções que ela não controla. Negar o medo é aceitar que continue limitando a liberdade de ação dos indivíduos paralisados pela sensação de que algo cruel e penoso os ameaça. Na doutrina liberal, o medo é algo a combater para liberar a ação individual tolhida, no que uma autora denominou o liberalismo do medo, doutrina política que pensa em como evitar que o indivíduo seja vítima da crueldade, ou seja, a imposição deliberada de dor física ou moral pelo mais forte sobre o fraco (Shklar, 1998). Para essa crueldade do mais forte, os moradores do Rio de Janeiro têm um nome: covardia. Por isso, o monopólio da violência ou dos instrumentos da coerção pelo Estado é considerado uma ameaça perene à liberdade dos cidadãos que devem se curvar à repressão do Estado para escapar à punição ou ao abuso no uso da força pelos seus agentes. A saída liberal aponta em várias direções, a mais usada sendo a de garantir que nenhum desses servidores do Estado possa intimidar alguém, a não ser pelo uso de procedimentos legais bem compreendidos e aceitos (Shklar, 1998, p.13). Na saída liberal também devem ser contidos os que, não agindo em nome do Estado, intimidam ou matam pessoas em nome dos seus interesses individuais ou fins ideológicos coletivos. Desafios e situações complexas impedem uma solução única e clama por pensá-las para além do Estado. Mais do que conceituar, é preciso entender os mecanismos micro e macrosociais dos abusos de poder.

Embora tenhamos coordenado e participado de pesquisas de vitimização cujos resultados já foram publicados, as reflexões aqui expostas não advêm ape-

nas dos dados acerca da sensação de segurança. Dessas pesquisas ficou claro que a sensação de segurança, similar à ausência de medo, se correlaciona mais fortemente com a variável “ouvir tiros”,<sup>2</sup> que tem percentuais muito altos em algumas áreas do Rio de Janeiro, do que com a existências de terrenos baldios ou carros abandonados, que têm percentuais baixos na cidade, especialmente nas favelas onde os tiros são ouvidos sempre ou frequentemente por conta da guerra entre as facções, e delas com a polícia. Mais do que a infraestrutura urbana, é a presença de hospitais no bairro e de policiamento na vizinhança, além de serviços públicos como a iluminação das ruas que trazem maior sensação de segurança (Zaluar et al., 2006). Assim, se, por um lado, no pensamento político, é o Estado que provocaria o medo para afirmar o seu domínio (Shklar, 1998), por outro, a população precisa e quer a proteção do Estado para superar o medo. As disposições e posturas individuais, ou seja, as subjetividades, devem ser incluídas na análise.

Na perspectiva microsocial e intersubjetiva aqui adotada, não há um só medo a ser considerado na construção da política de segurança pública, necessariamente vinculada à saúde. Há vários medos: o dos combatentes; o dos civis afetados diretamente pelos confrontos armados entre os combatentes; o dos moradores das cidades difusamente afetados por sensações advindas dos confrontos entre grupos distintos e da criminalidade urbana comum, isto é, furtos, assaltos, agressões, latrocínios, assassinatos interpessoais. Esses medos diversos não são apenas emoções instintivas que se expressam fisicamente na fisionomia, na tensão muscular, no suor frio e outras manifestações corporais do medo, mas são produzidos ou construídos pelos significados socialmente remetidos às emoções e aos objetos considerados como a fonte do medo. Mas apenas na experiência direta do ataque violento ou da ameaça de morte, os sintomas físicos se fazem visíveis e pode-se falar de algo próximo a uma emoção básica do medo (suores, taquicardia), embora mesmo nessa situação extrema de perigo à vida da pessoa haja lugar para a definição do que é a ameaça, quem ou o que ameaça, e a construção da resposta a ela. Nas demais experiências, é a construção social do medo, da situação de ameaça, do objeto ameaçador que predomina sobre a emoção básica, quase impossível de ser percebida. Em qualquer caso, não há uma resposta inata ao medo que anda sempre misturado a outras emoções – desde a raiva, passando pela desconfiança e a insegurança –, cujas reações podem variar da paralisia até a fuga célere da situação (Stearns; Stearns, 1986).

Primeiramente, o medo dos servidores do Estado ou combatentes, aqueles que agem para provocar o medo nos que supostamente desobedecem às leis do país ou ameaçam a “ordem” pública. Numa política de segurança que valoriza o combate armado, é preciso lembrar que os agentes também sentem medo, também reagem às situações de batalha em que são envolvidos. Portanto, é preciso entender o que tolhe ou direciona a ação deles, o que é pouco pensado nas políticas de segurança, a não ser recentemente para incluir os efeitos da

síndrome do estresse pós-traumático como um dos problemas na execução dessa política. Esse medo é um dos pontos de interseção entre a política pública da saúde e da segurança pública. Mas deveríamos pensar primeiro sobre as características dos confrontos armados que acontecem em várias cidades brasileiras para discutirmos melhor as propostas sobre a mesa de discussões, além de sublinhar a necessidade de colaboração entre essas políticas.

Que guerras estão em curso nelas? Recentes estudos internacionais falam de guerra irregular, intermitente, selvagem e sem limites institucionais que teria se espalhado pelo mundo no que se denominou Transnational Organized Crime (TOC), cuja principal característica é o alto grau de complexidade organizacional e de profissionalização, adicionado à notável dispersão espacial com outros grupos e atividades-meio – como o tráfico de drogas – para consecução de seus objetivos (Sain; Games, 2014, p.121). O que tem chamado a atenção dos estudiosos dessas guerras é que são encontradas tanto entre os empreendimentos baseados em negócios ilegais que trazem muito ganho ao garantir a impunidade de seus agentes quanto nas organizações religiosas ou etno-políticas fundamentalistas, justificadas pela verdade incontestável das suas crenças. O que há de comum nessas organizações com características tão diferentes é o uso de armas leves, porém muito letais – que podem ser colocadas nas mãos de pessoas muito jovens, até mesmo crianças –, assim como a facilidade com que ultrapassam as fronteiras porosas entre países com institucionalidade fraca ou falha (OECD, 2012). Fazem parte do processo de globalização, aquele que já foi chamado de globalização das trevas ou infraglobalização por ser pouco visível, mas destruidor da governança, do respeito às leis e aos direitos, ou seja, ao Estado democrático de direito. Segundo Banfield (2014, p.20),

O uso da força, ameaças, o controle de monopólio e/ ou a corrupção de funcionários públicos são táticas-chave no modus operandi de COT. As drogas representam a mais importante e lucrativa mercadoria ilícita, alguns estimando que somariam 85% do valor total global das transações do COT. Estados frágeis são importantes pontos de trânsito e cumprem funções intermediárias nos elos globais de COT, pois oferecem “fronteiras porosas, funcionários mal pagos e indiferença ou consentimento público”.

Essa guerra difere, portanto, das guerras convencionais dos séculos passados quando o confronto se dava com alguma proximidade entre os combatentes por conta do instrumento – baionetas e demais objetos cortantes – ou do pouco alcance das armas de fogo então disponíveis. A linha divisória se deu nas guerras mundiais do século XX, quando a destruição passou a ser feita a maior distância e com armas muito mais letais, que já incluíam armas de longo alcance. Por isso, segundo estudiosos do tema, a descarga de adrenalina ou a tensão nervosa não seria aliviada pela satisfação no contato que resultaria na morte visível porque próxima do inimigo ameaçador. Essa morte, tão junta do próprio corpo, teria um efeito orgástico pela ação de matar com a baioneta e sentir/ver o sangue do

inimigo correr (Bourke, 2006, p.201). Na falta desse alívio imediato da tensão e do resultado dessa mortandade impressionante, que passou a atingir tanto combatentes quanto civis, foi a facilidade com que o pânico, um medo agravado pelo descontrole das demais emoções, se espalhou. O anonimato entre os inimigos e a agressão aleatória, cujo ponto de origem é desconhecido, pois não se sabe de onde veio o tiro nem quem ele atingiu nos quilômetros de seu alcance, prejudicou até mesmo a disciplina necessária entre os combatentes, bem como entre os civis responsáveis pela proteção dos não combatentes. Na Inglaterra, por exemplo, senhoras responsáveis pelos abrigos dentro das estações de metrô começaram a culpar imigrantes, judeus, estrangeiros, pessoas de pele mais escura pelas desordens que surgiam, quebrando a solidariedade necessária nessa ação de defesa da vida (Meerloo, 1946, p.94-5). Essa explosão de emoções teve continuidade até depois da assinatura do Tratado de Paz quando as nações europeias começaram a ser reconstruídas ainda envoltas no medo, na ansiedade e no ressentimento, emoções relacionais vividas coletivamente (Biess, 2010, p.37-42).

Sobre os combatentes dessa guerra, vários estudos apontam para a ínfima proporção dos que não sentiam medo (apenas 7%), bem como para o fato de que o montante de medo poderia até ameaçar a missão militar por corroer a disciplina e enfraquecer a lealdade aos demais companheiros de luta. O medo, nesses casos, criaria danos subjetivos ainda mais graves que os físicos na medida em que abalava o cerne da disposição para a luta, a disposição guerreira.

Um desses estudos aborda questão que pode ser a base para entendermos porque policiais brasileiros matam tanto e são assassinados tão frequentemente. Pois, segundo o autor, os soldados afirmaram que, sob o domínio do medo, podiam disparar suas armas de maneira descontrolada ou serem incapazes de se proteger, de substituir a munição e de proteger o companheiro (Hall, 1920, apud Bourke, 2006, p.199-200). A covardia tornou-se ainda mais presente nessa guerra tão indeterminada.

Assim deparamos com a outra face do etos guerreiro reforçado na política de segurança de combate armado ao tráfico: é a que anula a construção moral do homem corajoso e infalível no desejo de destruir o inimigo, o etos guerreiro (Elias, 2000; Zaluar, 2004), ao pensar primeiro em salvar a própria pele. As duas faces dessas disposições presentes na guerra deveriam ser trabalhadas na formação do policial, bem como na prevenção da violência entre os jovens vulneráveis, pois uma delas é uma construção imaginária de força e determinação que os ilude; outra é a realidade da experiência concreta de enfrentamento da morte que os faz tão facilmente matáveis e covardes por causa do medo.

No contexto dos conflitos armados em países que não estão envolvidos em nenhuma guerra declarada, como o Brasil, estudiosos têm proposto um outro nome para designá-los: “conflitos civis” (Beal; Goodfellow; Rodgers, 2013), sublinhando apenas os problemas advindos da urbanização e dos contextos urbanos, sem referência ao crime organizado. Embora esses conflitos tenham como



protagonistas cidadãos comuns, outras pesquisas afirmam que, no Rio de Janeiro, os jovens desenvolvem o etos guerreiro nas experiências de combate nas quais aprendem a lutar e a ser implacáveis com o inimigo, atributos masculinos de força valorizados na guerra em que diferentes facções de traficantes se engajam (Zaluar, 1994; 2004). Por isso, considera-se que o conceito de guerra irregular é mais apropriado para indicar essas guerras contínuas ou mesmo “sem fim”, baseadas na disputa de pontos de venda de drogas ilegais e de vingança pessoal.

A incorporação acrítica dos estilos de juventude que aclamam a violência avançou no processo de globalização cultural, bem como a adoção de uma política extremamente repressiva sobre alguns dos seus efeitos, em especial o uso de drogas ilegais. Sem o estudo desses aspectos cruciais da questão social, será impossível montar políticas públicas eficientes para a construção de uma sociedade mais justa e pacífica. Como já se afirmou anteriormente, no Brasil, não se trata, como em África, Ásia e Europa do Leste, onde exércitos mobilizam crianças e adolescentes, de trazer a criança de volta à escola, à família, à vizinhança, deixando de ser soldados. Trata-se de melhorar a escola pública de modo que não se tornem defasados no estudo e acabem desistindo dela. Trata-se, portanto, de diminuir o contingente de jovens pobres que não trabalham nem estudam, que vagam pelas ruas, que reforçam as hostes dos que procuram as quadrilhas para se sentirem protegidos e encontrarem fontes de poder, dinheiro e aceitação de seus pares. São esses jovens os identificados como bandidos e enfrentados em batalhas. Para isso, é preciso que tais jovens compreendam também a fragilidade dessa proteção e admitam o medo facilmente transformado em pânico que os faz tão mais suscetíveis à morte, mas sobretudo diminuir o contingente de armas disponíveis para as guerras privadas que desenvolvem entre si e as guerras públicas dos policiais contra eles.

Logo, devemos perguntar, as guerras irregulares envolvendo também forças estatais são necessárias? Como quase todos agora repetem, a investigação deveria substituir a repressão ou o uso da força bruta. A guerra às drogas é hoje considerada por muitos uma política falida que deve ser substituída por outras políticas que tratem a questão do uso de drogas como questão de saúde pública em que a prevenção e o tratamento são cruciais para diminuir o abuso e a violência associada ao tráfico. Confrontos armados deveriam ser a última escolha porque nada garante que a paz que resultará deles não será apenas imposta, mas incompreendida e inaceitável pela população local. É preciso pensar sobre como e que paz construir, eliminando a possibilidade de ser uma paz romana que simplesmente acaba com os confrontos armados e impõe uma ordem não legitimada. A paz se constrói na política, na negociação cotidiana para se tornar uma disposição internalizada, no diálogo e no convencimento, ou seja, no etos civilizado.

Os dilemas que sempre acompanham operações envolvendo as forças militares já estão postos há tempos, muito longe das soluções liberais. Por 40 anos,

gestores públicos, legisladores e os próprios “cidadãos de bem”, assim autodenominados, apostaram em modelo de segurança pública já superado porque atua reativamente e não proativamente, dentro da lógica da guerra às drogas ou ao crime. Na América Latina essa política ficou conhecida como “*mano dura*”: para combater o crime, mais repressão, mais penas, mais prisões, ou seja, superpopulação carcerária, prisões provisórias, ineficácia na investigação, ineficiência na dissuasão, incapacidade na prevenção, ou seja, a política de “enxugar gelo”. Na concepção da repressão, somente a polícia, o sistema judiciário e a administração penitenciária seriam responsáveis no combate aos crimes cometidos, usando muito mais os métodos da força repressiva do que o da investigação que seria mais eficaz para desmontar as organizações que fazem do crime um negócio constante. Além da investigação que pode prender sem o confronto armado que mata, a segurança pública envolve também a dissuasão e a prevenção que afeta a vontade de praticar crimes antes que eles sejam cometidos, daí a sua comprovada eficácia a custos menores e sem efeitos colaterais danosos, como a perda de vidas e a destruição de patrimônios privados e públicos.

Mesmo que a intervenção seja iniciada com a justificativa de prender traficantes ou assaltantes, apreender armas e drogas nas áreas onde estão concentradas, é impossível negar que nem a guerra se ganha apenas com a espada, cuja força, numa democracia, tem de ser controlada. Portanto, se a intervenção policial e militar optar por sublinhar o caráter repressivo de combate ao crime e aos criminosos nas áreas violentas da cidade, não poderá deixar de negociar seus passos com os mais afetados pelas operações de contenção ao crime. Se for pensada como missão de paz, deve ser entendida como política de aproximação com a população local, inclusive de negociação e diálogo com as organizações e coletivos locais. Esse é o princípio das novas formas de policiamento e, mais ainda, das missões de paz internacionais. Tudo isso aponta para a necessidade de deixar o improvisado para pensar num plano que coordene as ações dos atores envolvidos e que possa ser compreendido e consentido pelos moradores da cidade.

Hoje, os estudos estratégicos, de raiz militar, foram sendo substituídos por estudos de segurança pública entendidos de forma mais abrangente. Em qualquer missão de paz, preconiza-se dimensionar o alcance da ideia de paz para valores e políticas em curso, assim como o seu lugar no debate cognitivo e a importância que a não violência tem nos processos de transformação política. Há que participar ativamente desse debate nas escolas, na mídia, no espaço público de discussão. Como aumentar a capacidade de cooperação e de negociação de conflitos na cidade? Que paz querem as Forças Armadas e as polícias? Será meramente o controle das armas que aqui chegam, sem dúvida nenhuma eficaz para diminuir os homicídios? Ou será uma mudança cultural mais profunda que busca desenvolver disposições não violentas, não guerreiras, para a vida numa democracia constitucional em que a cooperação, a mediação e a negociação de conflitos são pilares imprescindíveis? A dimensão política mais uma vez fica

evidente e a força moral dos militares em ação toma uma dimensão mais importante do que o próprio aparato bélico empregado nas operações.

Transformações na política de segurança pública ocorreram, desde o final dos 1990, quando muitas organizações internacionais têm tentado disseminar não só no Brasil, mas em outros países da América Latina, o conceito de segurança “cidadã”. A ideia por trás dessa iniciativa é a de, por um lado, romper com um modelo policial baseado na ideia de guerra contra o crime, mais especificamente guerra contra as drogas, que se tornou hegemônico no planeta até o final da guerra fria. A nova polícia não deveria mais legitimar o uso interno da força legítima pela guerra ou o combate ao inimigo, mas sim pela defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos do país, o que amplia o campo das operações. Só quando se passa a dar mais importância à prevenção e ao respeito aos direitos da cidadania, o quadro de violência no país começa a mudar.

Os que apenas ressaltam a segurança no sentido estrito de combate ao crime ou, mais frequentemente, perseguição aos criminosos, estão sobretudo manipulando o medo da população e apostando nas reações primárias para ganhar os votos dela. Em outras palavras, ressaltar a segurança pública significa levar em consideração outras políticas públicas que compõem o quadro complexo e amplo da ordem pública sem a sensação de medo. Por isso mesmo é importante que esteja patente, a cada momento, a importância da manutenção de equipamentos coletivos da saúde, da educação, dos esportes, da iluminação pública, do esgotamento sanitário, assim como da ausência de prédios e veículos abandonados, barulho de tiros e a visão *in loco* de crimes sendo cometidos. Todas essas variáveis que interferem na sensação de segurança foram testadas nas várias pesquisas de vitimização, que foram realizadas na primeira década no século XXI, por terem impacto significativo sobre a sensação de segurança e o direito de ir e vir dos moradores das diferentes áreas da cidade (Zaluar et al., 2006). São elas que concretizam os direitos sociais das populações ditas vulneráveis que precisam dos serviços públicos para sair da vulnerabilidade.

Assim, defender o direito de ir e vir da população nas áreas mais marcadas por confrontos armados, manter o acesso aos equipamentos coletivos sempre desimpedidos, desarmar os que portam armas restritivas às Forças Armadas com as quais amedrontam as pessoas dali deveriam ser, no meu entender, as prioridades das operações policiais, nunca o combate ao tráfico ou ao uso de drogas. Essas prioridades constituem a forma mais eficaz de ganhar o apoio da população à presença também ameaçadora de caveirões, tanques e soldados ou policiais armados, alusivas da obediência inquestionável ao Estado e à autoridade (Zaluar, 2016).

Nada a ver com o que moradores dizem a respeito da revista de mochilas e bolsas em busca de armas e celulares, inclusive de grupos do WhatsApp que trocariam informações sobre operações e trocas de tiro. Assim aumentam o medo, a revolta, a desconfiança e a perda de um elemento importante nas guerras: a

força moral dos combatentes perante a população que supostamente protegem.

Em segundo lugar, o medo dos que moram nas áreas conflagradas, dentro de favelas dominadas por traficantes ou milicianos e no entorno delas, é outra área pouco examinada para pensar uma política de segurança pública eficaz. Ela é crucial para entendermos a política que está na base da segurança pública, isto é, o apoio dado a um dos lados das batalhas violentas entre os comandos de traficantes, mas principalmente do conflito armado entre policiais e “bandidos”. A disposição para a ação depende muito da força moral, pouco valorizada, vinda do julgamento feito pelos moradores sobre os protagonistas dessas guerras. Pois as guerras têm aspectos simbólicos para além da concretude muito dolorosa das armas cada vez mais letais. Para quem ali vive, não se trata de uma sensação disseminada de que algo pode vir a ocorrer em alguma rua da cidade, mas uma experiência real do barulho de tiros que invadem suas portas, janelas e paredes frágeis, da perda de parentes, vizinhos e amigos, da visão cotidiana das armas nas mãos e ombros de policiais e de traficantes ou milicianos (Zaluar et al., 2006). A vida por um fio. A vida por um tiro: não se sabe quem, onde e quando será disparado, mas se tem certeza de que o será. Os moradores reclamam não apenas da perda do direito de ir e vir, mas a perda da liberdade de melhorar a residência, pois pode desagradar alguém que tem conexões com os donos da boca, de conversar com os vizinhos, de fazer negócios imobiliários sem ter de pagar taxas, de melhorar de vida sem despertar a inveja ou a cobiça alheias (Zaluar; Conceição, 2007; Zaluar, 2016).

Como se dá o processo dos afetos que vão fazer parte da subjetividade desses moradores, de diversas idades, escolaridades, níveis de renda, gênero, religião, cor de pele? O que está sendo feito para ajudá-los a lidar com essas experiências traumatizantes que se repetem diariamente hoje em dia? Mais uma vez fica clara a conjunção entre a política pública de segurança e a de saúde pública, entre a segurança e a cidadania.

Não se pode negar, o que poderia resultar no agravamento da situação de medo e insegurança da população local, a grande capacidade de agressão violenta que hoje as facções criminosas têm, desde as favelas de cidades brasileiras. No Rio de Janeiro, as relações são profundamente assimétricas entre os traficantes e assaltantes armados e os demais moradores: estudantes, trabalhadores, donas de casa, crianças e idosos desarmados que, dependendo da ação, chamam os primeiros de covardes. Mas os que andam armados também sentem medo. Por isso tentam proteger-se dos grupos rivais de traficantes e dos policiais que os reprimem armando-se pesadamente. As barricadas que constroem dentro das favelas são feitas para bloquear a entrada de inimigos traficantes ou policiais entrarem em seus veículos, porém impedem igualmente o acesso à escola, ao posto de saúde, à cidade onde poderiam usufruir de equipamentos inexistentes no local de moradia. Barricadas são também a concretização dos entraves postos ao entendimento mútuo pelo uso da palavra e não da arma. Proteger escolas e

demais equipamentos locais, assim como as entradas e saídas das favelas trará uma mensagem de paz facilmente compreensível e aceita pelos moradores das favelas dominadas por facções bem armadas.

Não se pode esquecer nunca de que paz, como ausência de guerra, significa ausência de assimetrias e dominação autoritária, seja do Estado, seja da facção criminosa. Fazer a paz nas favelas é dismantelar essa insuportável assimetria no território dominado, pois não é de bom alvitre substituir uma dominação autoritária por outra ainda mais refratária à lei maior e, portanto, a direitos do cidadão. “Paz, Justiça e Liberdade”, lema do Comando Vermelho (CV) copiado pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), termina na decisão dos chefes sobre a vida e a morte dos que venham a atrapalhar os negócios da quadrilha. O verdadeiro farol da ação dessas facções é “O crime fortalece o crime” e quem quer que bloqueie essa corrente será impiedosamente punido. Contudo, não há outra saída mais eficaz do que os projetos de pacificação que envolvam vários atores governamentais e não governamentais, mas mobilizem também os moradores das áreas mais diretamente afetadas.

Um ponto mais sensível nas operações de pacificação em curso em todo o país, especialmente no Rio de Janeiro, pois a legalidade delas depende de não haver restrições a direitos fundamentais assegurados pela Constituição, é a revista pessoal e, menos ainda, os mandados de busca e apreensão coletivos, esses já declarados inconstitucionais (Zaluar, 2016). Nessas ações todo o cuidado é pouco para não provocar a rejeição ou até mesmo a revolta da população. Mesmo que as denúncias de violação de direitos na abordagem policial (60%) sejam mais de seis vezes superiores às violações perpetradas pelas forças do Exército (9%), esse é o ponto nevrálgico para o consentimento da presença militar e, portanto, a cooperação necessária segundo os novos paradigmas do policiamento e combate ao crime. É isso que vai constituir as chamadas forças morais, importantes tanto na guerra quanto na paz, quando entendidas politicamente.

Passei muito tempo no início dos anos 1990 escrevendo sobre o medo dos moradores de favelas e os efeitos da violência sobre a vida cotidiana deles. Concluí que, além da discriminação sofrida por morarem no mesmo local que bandidos, o que poderíamos chamar violência simbólica, os favelados e moradores de bairros populares vivenciam de modo trágico a violência física: os repetidos tiroteios, as mortes cada vez mais frequentes de vizinhos, amigos, parentes, colegas, o temor de que seus filhos sejam atraídos pelas quadrilhas sem que compreendam muito bem o porquê e tornem-se mais um número nas estatísticas. A “guerra” pelo controle do ponto de venda, mas também por quaisquer motivos que ameacem o *status* ou o orgulho masculino dos jovens em busca de uma virilidade afirmada através da violência, ceifa vidas (Zaluar, 1994). As incursões policiais que voltaram a ser empregadas para caçar bandidos ceifam outras mais. Subjetivamente, a morte de seres humanos tornou-se banal, mas a aflição, o medo e a dor não. A vida cotidiana mudou muito, pois um número

cada vez maior de moradores foi procurar proteção em igrejas neopentecostais, trazendo um novo conflito religioso que em alguns locais tornou-se agudo. Para enfrentar o medo, numa tentativa de fugir da violência e da sensação de insegurança e desconfiança, companheiras do medo, as famílias tenderam a se isolar cada vez mais dentro de suas casas e seus problemas individuais de sobrevivência ou de ascensão (Zaluar, 1994). Por fim, as associações de moradores perderam seu caráter de luta pela melhora das condições de vida dos moradores por que foram desvirtuadas nessa função de participação política quando passaram a ser controladas por milícias ou grupos de tráfico interessados em explorar os negócios informais ou ilegais na favela (Zaluar; Conceição, 2007).

O movimento de associações de moradores nos bairros pobres do Rio de Janeiro foi de fato profundamente afetado pela presença de traficantes de drogas e de milícias. Em meados da década de 1980, as principais associações de moradores tornaram-se alvo do interesse dos chefes do tráfico e das milícias, passando a maioria delas para o controle de seus prepostos. Nem aquelas em que o modelo participativo da democracia havia sido tentado, nem aquelas em que continuava a representação democrática, que implica um contato constante com políticos e um circuito de trocas entre eles e os moradores, foram poupadas (Zaluar, 1994). O velho tipo de político clientelista foi deslocado para dar lugar a um novo padrão mais violento imposto pelo grileiro de terra, pelo traficante de armas e de drogas, pelo empreendedor dos negócios tortuosos ou completamente ilegais, que passaram a controlar a entrada de políticos e de funcionários do Estado nas localidades (Zaluar; Conceição, 2007).

Em qualquer projeto de pacificação, a reflexão sobre a importância da vizinhança deveria estar presente. A paz precisa ser entendida como um modo de vida ou uma cultura, que se obtém, segundo John Dewey, na socialização do bom cidadão. Esse começa com o bom vizinho e o bom amigo, mas é também aquele que contribui para o bem-estar coletivo e não é mero carona ou eterna vítima dos outros. São as disposições ou atitudes mentais que dissolvem as chamas do ódio e da suspeita os ingredientes indispensáveis nessa construção do respeito, da responsabilidade, da cooperação e do diálogo. É isso que deve ser incentivado e construído nas interações entre os agentes governamentais, as forças policiais ou militares atuantes na pacificação e os moradores das áreas que se propõe pacificar, ou seja, eliminar os confrontos armados. As formas autoritárias de poder e a repressão injustificada, denominada covardia pelos cariocas mais humildes, ao contrário, trazem como resultado a conformidade forçada, o silêncio reprimido e a medo no diferencial da capacidade de defesa de cada segmento da população.

Temos de parar de repetir mecanicamente o mantra “o medo é mau conselheiro” para ressaltar que há outras formas de lidar com o medo, o qual definitivamente não pode ser evitado! Podemos evitar, sim, o ressentimento vingativo que olha para trás e eterniza o ódio e a violência, valorizando a vida ativa. Mui-

tos líderes comunitários já trabalham nessa direção que é a de olhar para a frente e retomar a vida associativa local, fortalecer os projetos culturais e esportivos, a criatividade artística dos moradores. Nisso têm tido parceiros variados, como as ONG que apoiam essas iniciativas que já vinham sendo feitas por moradores voluntários desde os anos 1970; como as associações de moradores que ainda têm alguma autonomia, tentando recuperar a autonomia das associações de moradores perdidas para o crime organizado; como as escolas de samba e outros grupos artísticos antigos que sempre tiveram grande importância na construção da solidariedade entre vizinhos e entre moradores de bairros próximos, atingindo até mesmo camadas privilegiadas dos bairros mais prósperos da cidade.

Finalmente, o medo mais difícil de deixar de ser meramente reativo para se transformar em proativo é o medo difuso que afeta os moradores das cidades indiretamente envolvidos em situações de violência. Como não depende apenas das experiências vividas por eles, o medo fica mais marcado pelas ideologias, pelas mensagens transmitidas na mídia tradicional, hoje parcialmente controlada por igrejas neopentecostais, assim como nos novos meios de comunicação. Portanto, depende muito mais dos discursos feitos sobre a criminalidade violenta, as explicações ou as justificativas dela. Está na dimensão da política, embora parte considerável atue no sentido de eliminar a política com a escolha pela força repressiva, estatal ou não. A maioria das pessoas reage ao medo com providências sobre os seus caminhos e suas horas de exposição, por exemplo, evitando certos locais ou sair de casa à noite. Em alguns discursos, no entanto, o medo vem associado a outros sentimentos primários como o ódio ao outro, ao ressentimento e à vingança que eternizam a violência em circuitos intermináveis.

As explicações para o mal resultante da violência podem ser cósmicas ou terrenas, transcendentais ou não, dicotomizadas ou não. Como já escrevi anteriormente, quando são os outros os culpados pelo mal que nos atinge, quando as crenças são transcendentais e absolutas, a ideia do mal vem associada à demonologia e à classificação dos inimigos, dos rivais, dos estranhos e dos diferentes como agentes do demônio (Zaluar, 1994), base do fundamentalismo religioso. Nesses casos, os inimigos não passam de bodes expiatórios que devem ser sacrificados para que a ordem ameaçada pela sua presença possa vir a vigorar novamente. Essa concepção do mal, associada à maneira de resolver a violência através do sacrifício de alguém, é o que de mais primitivo as culturas humanas inventaram. Segundo René Girard, no plano religioso, ela teria sido superada pelo martírio de Cristo que sofreu e morreu por toda a humanidade, na tentativa de apaziguá-la; segundo Hobbes, no plano político, pela invenção do Estado e suas instituições de pena e castigo em nome de toda a sociedade, superando a vingança pessoal e de pequenos grupos. Nenhuma dessas alternativas à violência foi completamente exitosa, seja porque os ensinamentos de Cristo foram ignorados, criando culpados imaginários a eliminar, seja porque a justiça humana revelou-se falha, muito demorada e ineficiente, criando ilhas de impunidade para alguns.

Assim, no plano do simbólico, existem concepções mais ambíguas ou mais absolutas do mal e do bem, de algum modo baseadas no deslizamento dos significados que vão adquirindo sinais negativos, criando a dicotomia bem/mal. A separação de coisas e pessoas que pertencem aos reinos absolutamente separados do mal e do bem é uma invenção de algumas religiões cristãs, especialmente claras em algumas igrejas neopentecostais que denunciam demônios identificados em pessoas e crenças humanas, numa reversão do processo histórico anterior. Essa concepção maniqueísta do mal teria desaparecido na Europa entre os séculos XVII e XVIII para dar lugar ao mal secular e desencantado, o que se explicaria, segundo Allan Macfarlane (1985), não pela predominância da ciência sobre a magia, mas pela confusão entre o bem e o mal que a economia mercantil disseminaria por conta de sua dependência do dinheiro. Citando Marx, e Simmel, ele conclui que, com o triunfo do capitalismo na Inglaterra, o mal absoluto estaria temporariamente desaparecido e o amor ao dinheiro seria também a fonte do bem, com a barganha (Macfarlane, 1985, p.72-3).

No Brasil, esse processo aparece invertido: justamente as religiões que celebram a prosperidade e o dinheiro promovem também o reencantamento do mal identificado com as religiões de matriz africana ou indígena (Zaluar, 1994). Diversas matrizes religiosas e culturais compõem um quadro extremamente complexo e ambíguo da definição de mal, algumas mais comuns em alguns setores da população, outras ainda mais repetidas nos meios de comunicação de massa, como na evangelização televisiva para rituais de descarrego do mal.

O medo do bandido tem nessa separação entre o bem e o mal uma matriz crucial. Deslizamentos simbólicos, baseados sobretudo na metonímia, na proximidade entre os signos usados, convergem numa direção socialmente clara onde estão os homens jovens e pobres, muitos de pele escura, mas não todos, que moram em áreas consideradas mais perigosas, onde acontecem conflitos armados entre membros de organizações ilegais, assim como operações policiais e militares. São eles que, metonimicamente próximos, vão sofrendo um processo claro de estigmatização pela escolha de um bode expiatório considerado como a raiz ou a fonte de todos os problemas da segurança pública: “bandido bom é bandido morto”,<sup>3</sup> leia-se “bandido bom da favela (ou da periferia) é bandido morto”. O mal tem de ser completamente destruído, banido da sociedade. Não é por acaso que o autor dessa frase, além de ter sido militar, hoje aliou-se à direita religiosa evangélica que se destaca no debate parlamentar sobre as questões morais, tais como criminalização do aborto, anulação dos direitos LGBT, fim das pesquisas com células-tronco, entre outros. Ao contrário da direita católica, também conservadora, a direita evangélica tem defendido soluções mais repressivas para o aumento da criminalidade e se aliado a Estados, como Israel, que apostam na guerra. Para isso, foi necessário construir a imagem do bandido irrecuperável, ente do mal absoluto.

Em meados dos anos 1980, discursos registrados em pesquisas de opinião



demonizavam o criminoso a tal ponto que não se referia mais a marginais ou maus elementos apenas identificados com a desordem ou o descontrole social, mas da encarnação de entidades diabólicas a ameaçar a ordem social abençoada por Deus (Zaluar, 1994). Infelizmente, continua valendo no século XXI, no qual o lugar dos prisioneiros e dos criminosos manteve-se crucial nessa nova maneira de pensar o mal, já não tão devedor da festa popular, nem da solidariedade, nem do associativismo popular como décadas atrás quando o discurso católico predominava entre os populares.

Agora o problema é que o Estado, que substituiu Deus nos interditos, deveria educar, treinar e dar emprego não conseguiu cumprir essa função nas últimas décadas e, no seu vazio, diversas crenças no diabo aparecem (Zaluar, 1994). O trabalhador é o bem; o bandido vadio é o mal, ressaltado pelo maniqueísmo das crenças religiosas fundamentalistas que se baseiam na Bíblia para justificar suas posições políticas. O trágico nessa cultura cindida entre o religioso e o jurídico instituído na responsabilidade individual é que a prisão rompe com esse sentido do trabalho e do humano em que a prisão acaba por instaurar um lugar do “paraíso”, ou seja, um lugar em que não é preciso trabalhar para viver (Zaluar, 1994). Destarte, a prisão perde o sentido para os cidadãos temerosos de bandidos, o que resultou no notável aumento do apoio à pena de morte como saída para esse aparente absurdo.

Contudo, nas prisões brasileiras, os únicos privilégios são destinados aos que podem pagar por eles, ou seja, os chefes do crime organizado. Os outros são chamados de “caídos”, não como os anjos que perderam o reino dos céus por quererem se igualar a Deus, mas porque não conseguem manter, à custa de recebimentos da organização criminosa na cadeia, as propinas necessárias para obter vantagens, inclusive a saída da prisão. Prende-se mal, julga-se mal, e estica-se pior ainda a permanência na prisão.

Eis a nossa maior área de atuação hoje, visto que é preciso continuamente desconstruir o discurso maniqueísta por uma outra narrativa que apresente modos de lidar com o medo mais eficazes no sentido de diminuir os níveis da criminalidade, violenta ou não, que alimenta perpetuamente o medo. A nossa aposta é melhorar ou tornar mais justo o sistema de justiça imperante no Brasil, ou seja, tornar funcional o Estado democrático de direito. Infelizmente continua sendo um trabalho interminável, uma tarefa de Sísifo, que é desmanchada todo dia pelo discurso imediatista, apressado e profundamente injusto de encontrar um culpado por tudo que provoca danos, sem verificar a inocência desse ser humano. Felizmente não é o único discurso nem mesmo o predominante na população que toma medidas práticas para evitar ser vítima de crimes.

Os que apenas ressaltam a segurança no sentido estrito de combate ao crime ou, mais frequentemente, perseguição aos criminosos estão sobretudo manipulando o medo da população e apostando nas reações primárias para ganhar votos, sem oferecer alternativas de paz. Em outras palavras, ressaltar o medo,

estimular a população a se armar mais ainda para combater esse medo significa levar ao paroxismo a lógica da guerra.

Na lógica da prevenção, é importante que esteja patente, a cada momento, a importância da manutenção de equipamentos coletivos da saúde, da educação, dos esportes, da iluminação pública, do esgotamento sanitário, assim como da ausência de terrenos baldios e veículos abandonados, do barulho de tiros e da visão *in loco* de crimes sendo cometidos. Todas essas variáveis, que interferem na sensação de segurança, foram testadas nas várias pesquisas de vitimização realizadas na primeira década no século XXI, por terem impacto significativo sobre a sensação de segurança e o direito de ir e vir dos moradores das diferentes áreas da cidade. São elas que concretizam os direitos sociais das populações ditas vulneráveis que precisam dos serviços públicos para sair da vulnerabilidade. O direito de ir e vir, ameaçado pelo domínio armado nas favelas e adjacências, é o que garante que chegarão à escola, ao posto de saúde, ao hospital, às áreas de lazer da cidade. É o que garante também a entrada dos funcionários das empresas de água, luz e esgotamento sanitário, serviços básicos que estão sempre precisando de reparos e melhorias. Não há outro modo de restaurar a crença no regime democrático e a confiança entre os concidadãos, ou entre eles e os governantes. Se não virarmos o jogo, continuaremos presos nos mecanismos da inércia sistêmica e seus círculos viciosos de reprodução da violência como os aqui apresentados.

## Notas

- 1 Este texto foi primeiramente apresentado na Reunião do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2018.
- 2 Para os que sempre escutam tiros, 43,4% se sentem seguros ao sair de casa de dia, 33,8% pouco seguros, e 17,2%, inseguros; enquanto 52,9% se sentem inseguros ao sair de casa à noite sozinhos, e 3,5% se sentem muito seguros (Zaluar et al., 2006).
- 3 Em 2015, 60% da população concordavam com isso; em 2018, segundo o Ibope, 50% homens mais do que mulheres.

## Referências

BANFIELD, J. *Crime and conflict, The new challenge for peacebuilding*. International Alert Organization, 2014. Disponível em: <[https://www.international-alert.org/sites/default/files/CVI\\_CrimeConflict\\_EN\\_2014\\_0.pdf](https://www.international-alert.org/sites/default/files/CVI_CrimeConflict_EN_2014_0.pdf)>.

BEAL, J.; GOODFELLOW, T.; RODGERS, D. Cities and conflict in fragile states in the developing world. *Urban Studies Journal*, v.50, n.15, p.3065-83, 2013.

BIESS, F. Feelings in the Aftermath. In: BIESS, F.; MOELLER, R. G. *Histories of the Aftermath: The Legacies of the Second World War in Europe*. Oxford; New York: Berghahn Books, 2010.

BOURKE, J. *Fear, A Cultural History*. London: Virago Press, 2006.

- HALL, G. S. *Morale, The Supreme Standard of Life and Conduct*. London: D. Appleton, 1920.
- ELIAS, N. *The Civilizing Process*. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.
- MacFARLANE, A. The root of all evil. In: PARKIN, D. (Ed.) *The Anthropology of Evil*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.
- MEERLOO, J. A. M. *Aftermath of Peace, Psychological Essays*. New York: s. n., 1946.
- OECD. *Think global, act global: Confronting global factors that influence conflict and fragility*. Paris: Organisation for Economic Cooperation and Development, 2012. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dac/incaf/globalfactors.htm>>.
- SAIN, M.; GAMES, N. Tendências e desafios do crime organizado na América Latina. In: NASSER, R.; MORAES, R. (Ed.) *Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e o Atlântico Sul*. Brasília: IPEA, 2014. p.119-44.
- SHKLAR, J. N. The Liberalism of Fear. In: HOFFMANN, S. (Ed.) *Political Thought and Political Thinkers*. Chicago: University of Chicago Press, 1998. p.3-20.
- STEARNS, C. Z.; STEARNS, P. N. *Anger. The Struggle for Emotional Control in America's History*. Chicago: University of Chicago Press, 1986.
- ZALUAR, A. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- \_\_\_\_\_. Esculacho and other spoken meanings of pacification in Rio de Janeiro. *Brasiliiana, Journal for Brazilian Studies*, v.4, n.2, 2016. Disponível em: <<https://tidsskrift.dk/bras/article/view/22170>>.
- ZALUAR, A.; CONCEIÇÃO, I. S. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz? *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.21, n.2, p.89-101, 2007. Disponível em: <[http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v21n02/v21n02\\_08.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v21n02/v21n02_08.pdf)>.
- ZALUAR, A.; PONCE DE LEON, A. C.; MONTEIRO, M. F. G.; LEÃO TEIXEIRA, M. L.; RIBEIRO, A. P.; MONTEIRO, R.; ROTH, A. L.; COSTA, L. *Relatório Final da Pesquisa Domiciliar de Vitimização na Cidade do Rio de Janeiro 2005-2006*. Rio de Janeiro: Nupevi/ IMS/ Uerj, 2006.

*RESUMO* – O artigo propõe retomar o debate sobre os medos, que não podem ser negados e continuam limitando a liberdade de ação dos indivíduos paralisados. Discute a doutrina liberal do que deve ser feito para impedir que a ação individual seja tolhida, especialmente no liberalismo do medo, doutrina política sobre a crueldade, imposição deliberada de dor física ou moral pelo mais forte sobre o fraco. Relativiza a visão do Estado como uma ameaça perene à liberdade dos cidadãos que devem se curvar à repressão, pois que há grupos organizados ou indivíduos fora do Estado, como na rede do Transnational Organized Crime (TOC), que intimidam ou matam pessoas em nome dos seus interesses individuais ou fins ideológicos coletivos. A saída mais usada é a de garantir que nenhum desses servidores do Estado possa intimidar alguém, a não ser pelo uso de procedimentos legais bem compreendidos e aceitos. A partir daí discute como a guerra às drogas afeta os combatentes servidores do Estado e cria reações e problemas

psíquicos; os moradores das áreas urbanas mais violentas que, por causa dos traumas acumulados, fecham-se para a convivência e o associativismo; por fim, os moradores das cidades, mais afeitos à mídia e a ideologia fundamentalista religiosa.

*PALAVRAS-CHAVE:* Violência, Medo, Guerra às drogas, Crime organizado, Guerra irregular, Tráfico de armas, Maniqueísmo religioso, Segurança pública, Saúde pública, Estado democrático de direito.

*ABSTRACT* – The article aims to resume the debate on fears, which cannot be denied and continue to limit the freedom of action of paralyzed individuals. It discusses the liberal doctrine of what must be done to prevent individual action from being restrained, especially in the liberalism of fear, the political doctrine of cruelty, the deliberate imposition of physical or moral pain by the stronger on the weak. It relativizes the view of the State as a perennial threat to the freedom of citizens, who must bend to repression, since there are organized groups or individuals outside the State, such as the Transnational Organized Crime (TOC) network, who intimidate or kill people in the name of their individual interests or ideological ends. The most common way out of such a situation is to ensure that none of these State officials can intimidate anyone except by use of well-understood and accepted legal procedures. The article then discusses how the war on drugs affects civil servants and creates reactions and psychic problems; those living in the most violent urban areas who, because of accumulated traumas, shut themselves from social coexistence and associative life; and city dwellers, who become more media-oriented and susceptible to religious fundamentalist ideology.

*KEYWORDS:* Violence, Fear, War on drugs, Organized crime, Irregular war, Arms trafficking, Religious manicheism, Public security, Public health, Democratic rule of law.

*Alba Zaluar* é doutora em Antropologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora livre-docente de Antropologia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora titular de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Leciona e faz pesquisa de 2012 até hoje no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) / UERJ. @ – azaluar1984@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0001-6892-3176>

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Recebido em 28.3.2019 e aceito em 15.4.2019.

# Alguns aspectos analíticos nas pesquisas da violência na América Latina<sup>1</sup>

MICHEL MISSE<sup>1</sup>

**P**RETENDO PROPOR, neste artigo, em linhas gerais e introdutórias, alguns dos principais desafios analíticos postos pelas pesquisas da violência na América Latina, especialmente quando as observamos no contexto global. O desafio analítico mais abrangente decorre, a meu ver, da contradição entre os ideais de modernização do Estado na América Latina, um imaginário construído numa linha evolucionista, que acredita poder “realizar” ou “alcançar”, algum dia no futuro, o modelo de Estado europeu-ocidental ou norte-americano, e a interminável resistência a esses ideais que surgem das formas efetivas de relações de poder e formas de mercado e capital existentes. A minha tese é que a política dos Estados latino-americanos para controlar a violência realimenta a própria violência. São, em geral, respostas anacrônicas e disfuncionais, incapazes de perceber as diferenças constitutivas dos problemas que pretendem enfrentar. Mas são, por outro lado, funcionais para a manutenção, a *fôrceps*, do *establishment* de desigualdade social de fora a fora.

## O problema

A América Latina tem menos de dez por cento da população mundial mas produz um terço dos homicídios do mundo. Segundo as Nações Unidas, 14 dos 20 países mais perigosos do mundo estão na América Latina e no Caribe. Em 2017, 65 mil pessoas foram assassinadas no Brasil. Na Colômbia, uma pessoa foi assassinada a cada dez minutos em 2015. A polícia brasileira mata mais que qualquer outra polícia do mundo, mas também morre mais que em qualquer outra parte. Os dados são impressionantes, mas vou poupá-los de continuar a apresentá-los.<sup>2</sup> Interessa-me aqui discutir como compreender essa violência e os problemas analíticos e de pesquisa postos para quem se coloca essa tarefa. Vejamos por partes, a começar pela constatação de que não é possível discutir-se violência sem referência ao Estado. Uma segunda e paradoxal constatação é que os números são números de guerras, mas não há guerras, nem entre Estados, nem guerra civil – ao menos no sentido convencional de dois ou mais lados em luta para obter a vitória ou o armistício. Havia algo assim na Colômbia e na Guatemala, mas já não há da mesma forma. Há conflitos armados envolvendo grupos vinculados a mercados ilegais de diferentes tipos e também grupos para-

estatais que os combatem, além, naturalmente, das forças do Estado, mas não há reconhecimento de que esses grupos tenham conteúdo político ou ideológico nítido ou objetivos coletivos. Não há vitória ou armistício possível, já que esses conflitos estão capturados pelo processo de criminalização.

Temos batalhas, mas não temos guerra. Temos crimes, mas não temos Estado capaz de controlá-los ou regulá-los a níveis aceitáveis.<sup>3</sup> A extensão da violência difusa no Brasil, que vem aumentando há pelo menos quatro décadas, diferencia-se do caso do México ou da Colômbia onde cartéis atacadistas de cocaína e outras drogas ilícitas lutam entre si pelos lucros milionários desse comércio. Gangues que controlam o varejo de drogas na América Central praticam também crimes violentos como no caso das maras de El Salvador, das facções brasileiras, das pandillas venezuelanas, peruanas e colombianas. Grupos paramilitares e parapoliciais praticam a extorsão, desalojam moradores e enfrentam as gangues com mais violência. Os homicídios crescem em toda a América Latina, com a única exceção – por enquanto – do Chile. Até mesmo a Argentina e o Uruguai, que tinham as taxas mais baixas de homicídios até dez anos atrás, já apresentam sensível crescimento da violência.

É preciso reconhecer uma disjunção – diferencial entre os países analisados – entre Estado e sociedade. É essa disjunção, a meu ver, que explica em grande parte os níveis de corrupção na América Latina. Sem compreendê-la, fica também difícil compreender a persistência dos mercados informais e ilegais. Essa disjunção resulta dos altos níveis de desigualdade social e pobreza, que alimentam alternativas aquisitivas vantajosas, ainda que ilegais, nessas sociedades e dos problemas de legitimação do Estado na América Latina, mesmo sob regimes democráticos.<sup>4</sup>

Tudo isso, evidentemente, coloca em primeiro plano a questão da soberania do Estado na América Latina e da sua concorrência – por assim dizer – com outras soberanias intrassocietárias.<sup>5</sup> O incremento da violência desvelou a questão do Estado na América Latina e desse modo desvelou também um tipo de disjunção de Estado e sociedade nascida da histórica fratura da própria sociedade em suas diferenças internas e contradições. A maior parte das populações latino-americanas não poderia ser classificada pelo parâmetro europeu ou norteamericano de cidadania, para dizer o mínimo. O volume de exclusão social, desigualdade de direitos civis, políticos e sociais, pobreza persistente e incapacidade de acessar canais de representatividade no Estado explicam uma parte importante daquela disjunção, bem como das formas de normalização repressiva que o Estado desenvolveu para lidar com essas populações.

### **Violência, crime e corrupção como operadores analíticos**

Violência é um conceito escorregadio (Walby, 2013; Imbush, 2003; Misse, 2016). Em seu núcleo mais antigo e amplamente partilhado significa violação da integridade física de um indivíduo ou grupo. O uso da palavra geralmente representa o sentido de uma agressão a alguém. Mas com o tempo foi ganhando

significado mais abrangente e dependente de uma disputa de legitimação. O conceito de violência amplia-se com a ampliação do significado do que seja civilizado e pacífico. O processo civilizatório de que fala Norbert Elias é exatamente coincidente com a definição do que seja violência em cada época. Uma consulta ao Ngram do Google Livros permite verificar que, além da violência física, o termo violência vem ganhando abrangência de significado desde pelo menos os anos 1960. O volume de citações da palavra “*violence*” em livros da língua inglesa mais que dobrou entre 1960 e 2000, sem qualquer queda na série. O volume de citações da palavra “violência” na língua espanhola triplicou no mesmo período, deixando, curiosamente, a palavra “crime” praticamente estacionada, o que demonstra uma autonomia e maior abrangência da referência à violência em relação ao uso da palavra “crime”. É preciso atentar para esse processo, ele é uma das dimensões do que tenho chamado de “acumulação social da violência” (Misse, 1999; 2019).

Quando o pesquisador utiliza a noção de violência para descrever um evento ou incorporar em sua análise uma representação social, ele precisa estar consciente de que o uso dessa palavra é performático e não apenas descritivo, com consequências nitidamente normativas. Se essa for a intenção, é preciso sempre ter o cuidado de contrabalançar a análise acrescentando a outra violência que essa violência convoca quando é nomeada. Toda atribuição de algo ou de alguém como violento implica a demanda, consciente ou não, de uma contraviolência que impeça ou evite a continuidade da violência apontada. Essa implícita contraviolência pode ser legal ou não, como pode ser legítima ou não. Operar com o conceito de violência carrega essas dificuldades. Como advertiu Willem Schinkel, em seu livro sobre os “aspectos da violência”, dependendo do uso que der ao conceito, o pesquisador pode produzir efeitos de violência mesmo sem o desejar (Schinkel, 2010).

Em várias das representações sociais da violência contemporânea, sejam da mídia, sejam do senso comum intelectual, encontramos implícita uma denúncia do conflito, como se esse pudesse ser substituído por uma competição cavalheiresca regulada. Se, por um lado, as acusações de violência, feitas a um Outro, reclamam tolerância às diferenças, por outro, parecem pautar conflitos identitários, de raça, gênero, religião ou nação que podem também incorporar efeitos de violência.

Tudo isso tem feito, por um lado, ampliar o significado de violência para cursos de ação que antes não eram assim interpretados. E por outro, tem incorporado demandas de violência – legítima ou ilegítima, legal ou não – para controlar e regular essas novas violências. Um círculo vicioso acumulativo de violências define o novo ambiente social.

Violência, conflito e poder estão emaranhados numa disputa de sentido na qual cada sujeito buscará legitimação para sua soberania, a qualquer custo, contra a soberania do outro. E isso incorpora necessariamente a linguagem e a comunicação na violência, ao contrário de derrotá-las ou denegá-las.

Quando uma soberania recebe reconhecimento suficiente ela irá receptionar o sentido comum e, modificando-o para sua autopreservação, classificar o que será intolerável para a sua hegemonia. É o que deverá ser criminalizado.

Aqui reencontramos outro termo de fácil sentido e também muito escorregadio, o crime, os crimes, o criminal. O que será crime e o que não será, o que era crime e o que deixará de sê-lo passará por disputas morais intermitentes, como bem sublinhou Howard Becker. Mas não se pense que esse processo se extingue assim que se defina um set institucionalizado do que será criminalizado. No cotidiano concreto das acusações e denúncias, o processo de criminalização ganha vida e os procedimentos que irão definir realmente o que será criminado – sejam procedimentos do Estado, sejam de outras soberanias – irão depender não só de avaliações morais, como também de diferentes medidas de interesses. De forma ainda mais incisiva, o processo de incriminação de supostos sujeitos do crime passará por provas diferenciais cuja tendência será aniquilar qualquer pretensão igualitária quanto mais desigual for a sociedade. Separado de suas condições sociais, o crime e o criminoso serão submetidos a procedimentos que, mesmo quando igualitários, reproduzirão a desigualdade de sua produção. Nas sociedades muito desiguais quanto às condições sociais de escolha dos destinos individuais, a tendência será classificar preventivamente o suposto sujeito do crime em duas categorias, os perigosos e os não perigosos, os puníveis e os elimináveis. A reificação de uma relação social – o crime – no sujeito completa o processo da sujeição criminal, isto é, da fabricação social do criminoso como bandido. Esse, o bandido, o sujeito identificado com o crime e a violência, só se salvará se abandonar sua identificação com o crime, seja através de conversão religiosa, seja através de processos de “ressocialização”. Do contrário, será definitivamente excluído da vida comum, deixado à morte ou morto.<sup>6</sup>

### **A situação atual da violência na América Latina**

Assim como é preciso reconhecer que o significado de violência vem se ampliando junto com o processo civilizatório e que o conceito de violência está ainda sendo produzido em sua polissemia, é necessário não subestimarmos, no conceito, aquilo que provoca maior reação moral e atinge de forma mais aguda a sensibilidade moral de uma sociedade e de uma época. Nesse sentido, o homicídio e as diversas formas de crueldade impingidas a um indivíduo ou grupo vem a constituir, na modernidade que cultiva o valor da vida e da dignidade do indivíduo, a violência mais evidente e inaceitável tipificada nos crimes mais puníveis. Entretanto, também aqui há paradoxos e contextualizações de cada caso e é preciso estar atento à produção de sentido local ou contingente. Uma reação armada considerada legítima pode praticar a violência dentro de determinados parâmetros, legais ou não. Aqui é preciso distinguir, dentre as violências armadas, aquelas que são classificadas entre as guerras, convencionais ou de guerrilhas, e aquelas que cairão na classificação dos crimes e das crueldades.



O que produz mais repulsa moral? Quem classifica? Temos aqui um primeiro problema. Em geral, a classificação já está estabelecida na representação social, mas há eventos cuja classificação ainda está sendo disputada. No Rio de Janeiro, os conflitos armados entre facções do tráfico de drogas, ou entre elas e milícias parapoliciais ou com a polícia utilizam-se de armas de guerra e produzem muitas mortes em meio urbano. Os que defendem que devem ser classificados como “guerra” são também os que legitimarão o extermínio dos adversários. Os que interpretam como criminalidade violenta defenderão um tratamento policial e judiciário adequado às leis, ainda que saibam da baixa eficiência legal do sistema de justiça. Cabe ao pesquisador recolher os vários sentidos dessa disputa e não apenas se posicionar perante elas, escolhendo um dos lados, ainda que o faça para si. Esse problema remete à questão geral que estamos tratando e que deve ser enfrentada como um problema mais geral da relação da sociedade com o Estado na América Latina, mesmo quando não é esse o objeto da pesquisa. Esquecer essa questão mais geral pode induzir o pesquisador a tratar o problema que está investigando como se estivesse em outra sociedade, onde a classificação desse tipo de evento não é mais objeto de disputa e onde há grande consenso na representação social quanto a quem exerce a soberania.<sup>7</sup>

Um importante indicador dessas diferenças quanto à soberania e quanto à relação da sociedade com o Estado pode ser a medida do que é representado como “corrupção”. O termo está associado, na modernidade, a um crime contra o bem comum sempre que o bem comum está sob a proteção do Estado. Em outros termos, a corrupção sempre envolve algum tipo de prejuízo, moral ou material, à sociedade, através de uma fraude ao Estado. Não se aplica a fraudes ou crimes entre particulares, mas a fraudes praticadas contra o Estado. É um suposto que a relação do Estado com a sociedade é estreita e que a base de legitimidade é ampla e consensual. Naturalmente, estamos falando de Estado e não de governos ou do sistema político, o que remete a um argumento quanto à moral cívica. Dito de outro modo, a corrupção nomeia um ataque ao tipo ideal de Estado quanto à legitimidade, quanto à sua relação estreita com a sociedade e quanto à moral cívica que sustenta o sentido comum desse crime. Estamos aqui no âmbito da soberania mais consensual do Estado moderno, democrática e típico-ideal, ainda que cheia de problemas e dificuldades.

Há muitas modalidades de explicações para a disjunção da sociedade com o Estado na América Latina, desde a ênfase na herança patrimonialista ibérica até as abordagens pós-coloniais sobre “sociedade política” e a tradicional visão marxista. Há muitas diferenças de país a país, mas há em comum o que tem sido interpretado como uma “fraqueza” do Estado ou a ineficácia das agências e instituições estatais encarregadas da regulação do mercado, do controle das forças armadas e da administração da justiça. Democracias de “baixa densidade”, na expressão de O’Donnell, tem se alternado a ditaduras civis ou militares, populistas ou autoritárias, em quase todos os países latino-americanos.

Nesse ambiente, as práticas que, no Estado moderno, são denunciadas como corrupção parecem ganhar uma abrangência tão grande na América Latina que sua normalidade disputa a soberania com o tipo ideal de moral cívica, que é também compartilhada pelos cidadãos. Tudo se passa como se a disjunção entre sociedade e Estado se estendesse para a lógica em uso da moralidade privada. As pessoas nesse caso “abstraem” o Estado quando se trata de realizar seus próprios interesses privados e produzem justificativas morais que reforçam essa separação. A propina, em pequena ou grande escala, ganha uma estranha normalidade no âmbito das relações de famílias e firmas com o Estado, seja com a sua base tributária, seja com o seu sistema político. A propina, assim como a sonegação fiscal, é ao mesmo tempo praticada e denunciada. Representações sociais de “hipocrisia” situam os atores como sujeitos sociais contraditórios, que pela manhã frequentam a corrupção e à noite a denunciam.

De qualquer modo, é importante reconhecer a abrangência de uma modalidade de trocas que incorpora cálculos estratégicos de poder e de relações de força que ultrapassam o convencional cálculo econômico. Inspirado na ideia weberiana de “capitalismo político ou aventureiro”, que realiza seus ganhos com base na violência e na imposição compulsória da troca, cunhei o conceito de “mercadorias políticas” para escapar das armadilhas normativas que aquela “hipocrisia” criava, do ponto de vista metodológico, para a compreensão do que realmente se passa nessas transações.<sup>8</sup>

E o que se passa? O que se passa é simplesmente um conjunto variável de ilegalismos de diferentes graus de tolerância, que em geral escapam ou não interessam ao processo estatal de criminalização e que viabilizam, por fora do controle estatal, trocas de mercadorias políticas de diferentes valores, desde aquelas produzidas por conveniência das partes, como o clientelismo e o tráfico de influência, até as extremas, que praticamente tornam compulsória a troca de mercadorias políticas, como a chantagem, a extorsão e proteção sob ameaça. O sicariato talvez seja a sua forma típico-ideal. Mas em geral a forma mais frequente de mercadorias políticas, embora quase sempre clandestina, é a que interessa a ambas as partes, abstrai o Estado e precifica relações de poder. Tornaram-se abundantes com a criminalização das drogas cuja produção ativa a economia dos países andinos e cujo consumo não cessa de crescer nas cidades latino-americanas.

A economia das drogas não só fortaleceu ainda mais a oferta de mercadorias políticas de proteção de seu circuito, da produção ao consumo, como permitiu o financiamento regular de agrupamentos e redes de diferentes tamanhos, tipos e nomeações (quadrilhas, pandillas, bandas, combos, maras, facções, cartéis) que passaram a operar em territórios disputados ao Estado. Em diferentes escalas, a base territorial de atuação desses agrupamentos e redes, protegida em vários casos por armamento pesado, armas defensivas de guerra, cresceu interligando os presos do sistema penitenciário de cada país com o chamado “mundo

do crime”. Esse processo vem transformando o modo específico de punição do Estado moderno, o encarceramento, em uma das principais bases de recrutamento e organização de redes criminais de amplo espectro, como no Brasil as facções do Comando Vermelho (CV) e do Primeiro Comando da Capital (PCC), que disputam o controle do atacado e a proteção do varejo do comércio de drogas ilícitas, entre outros bens ilegais. No Brasil, por exemplo, a taxa de encarceramento quadruplicou em trinta anos, o mesmo período em que cresceu extraordinariamente o poder dessas redes criminais.

Já temos hoje um grande volume de pesquisas e estudos sobre a violência na América Latina e no Caribe, mas há muita desigualdade de qualidade do trabalho de campo, abrangência, transparência nos dados oficiais e capacidade analítica. Grande parte dos problemas de transparência de dados oficiais, por exemplo, resulta da baixa qualidade dos dados produzidos pela polícia e pelo judiciário dos países latino-americanos, quase que sem exceção. Não é possível separar a atuação do controle social sobre a violência da própria violência como um todo. Essa é uma das principais dimensões do que tenho chamado de acumulação social da violência.

É preciso, no entanto, distinguir as abordagens que resultam da criminologia daquelas que pretendem construir uma antropologia ou uma sociologia da violência. As metodologias apresentam diferenças significativas e efeitos práticos diversos. A abordagem criminológica é interdisciplinar e mais próxima do ponto de vista biopolítico do Estado moderno, quer contribuir normativamente para o aperfeiçoamento dos diagnósticos e dos métodos de prevenção e controle da criminalidade violenta. Há uma abundante literatura criminológica sobre causas, análise situacional, ecológica e econômica, modelos de análise sobre crime organizado, avaliação de políticas públicas etc., tudo isso visando aplicações em projetos preventivos ou de dissuasão punitiva. Usa-se e abusa-se das estatísticas oficiais ou produzidas em *surveys* de diferentes formatos.

Uma antropologia da violência afasta-se inteiramente desse modelo, seja porque não incorpora a normatividade na análise, seja porque prefere contextualizar a compreensão do que é recortado pela sociedade mais abrangente como violência. A ênfase na etnografia e a preferência pelo trabalho de campo qualitativo também afastam a abordagem antropológica da maior parte dos trabalhos de base criminológica. Finalmente, a sociologia da violência tem pretendido construir uma ponte crítica entre a criminologia convencional e a antropologia da violência, utilizando-se de diferentes métodos para buscar uma aproximação mais abrangente sobre a violência na América Latina, interligando violência e soberania, violência e mercados e violência e construção social do crime nas sociedades latino-americanas.

O grande desafio que se coloca hoje para essa área de pesquisas é avançar – com base nos resultados empíricos alcançados até agora – no plano conceitual, abandonando velhas e surradas fórmulas, seja da criminologia convencional, seja

das palavras que naturalizaram na esfera do direito a enorme complexidade desse campo de estudos. Livrar-se da explicação fácil e das causalidades lineares exigirá não perder de vista a crítica das instituições, as transformações nos modelos de controle social e a historicidade dos problemas que se pretende compreender.

Grande parte desses estudos e pesquisas está ancorada na iminência das demandas de solução para a violência ou buscam servir de base para políticas de segurança pública renovadas. Há várias experiências relativamente bem-sucedidas no nível local, que conseguiram controlar o aumento ou até mesmo reduzir o volume de homicídios e outras violências em cidades latino-americanas. No entanto, o que mais cresce e mais se torna abrangente é uma estranha aliança entre tecnologias de poder preventivo, com base na vigilância eletrônica e digital e a tradicional política dos confrontos armados e repressivos nas áreas urbanas pobres e periféricas ou nas áreas rurais afastadas. Nos centros de interesse do capital, vigilância dia e noite por câmeras e outros apetrechos tecnológicos; nas margens do Estado, porrada, abusos e assassinatos como forma de controle de mercados ilegais e agrupamentos juvenis que exploram mercadorias políticas. Não bastasse isso, também agentes do Estado, policiais ou não, passam cada vez mais a oferecer mercadorias políticas, tirando vantagem da demanda de proteção tanto nos centros de interesse do capital quanto nas margens desprotegidas do Estado.

Grupos paramilitares, milícias parapoliciais, esquadrões da morte, grupos de extermínio – todas essas formações nascem do Estado e dele se alimentam de poder e impunidade. Todas essas ligações perigosas entre a lógica do mercado e os recursos de poder recuperados do Estado, associando sujeição criminal das populações socialmente excluídas, mercados informais e ilegais e mercadorias políticas constituem a dimensão central da acumulação social da violência que opera nos interstícios da separação entre sociedade e Estado na América Latina.

### **Disjunções e diferenciais estatais ou desigualdade de fora a fora**

Não pude deixar de observar, certa vez, numa mesa-redonda de que participava, após ouvir as terríveis descrições do que a polícia carioca fazia cotidianamente, um renomado jurista norte-americano, surpreso, perguntou perplexo, “*but... and the rule of law*”? Ele queria dizer em bom português: mas ... e a lei? Não há império da lei? Não se segue a lei? A lei não governa?

Não é de hoje que se tenta definir o que acontece em vários segmentos do Estado na América Latina, mesmo quando em regime democrático, e que parece sem conformidade com a expectativa de “agir conforme a lei”. Em certas situações, as práticas revolvem como numa dança de cadeiras em que apenas num caso se age conforme a lei, todos os outros aguardando a sua vez ou simplesmente se afastando do jogo legal. Guillermo O’Donnell (2000) definiu-o como uma “cidadania de baixa intensidade”. Teresa Caldeira e James Holston (1999) entenderam a democracia na América Latina como “incompleta e disjuntiva”. Anthony Pereira (1997), ao reconhecer que a lei é aplicada diferencialmente,

chamou-lhe de “liberalismo elitista”. Donna Goldstein (2003) vê correlação entre cidadania e classes sociais e Angelina Peralva (2000) viu “uma cultura libertária e liberal que é por princípio desconfiada do Estado e das instituições e que tornou-se a patologia própria da democracia brasileira”. Para ela, a fragilidade da relação com a lei se explica por uma tradição histórica de longo curso, que identificou a lei ao poder e à opressão. Caldeira e Holston (1999) chegaram a apontar a permanência “de um padrão cultural que associa ordem e autoridade com o uso da violência, e que contribui para a deslegitimação do sistema de justiça e do império da lei (*rule of law*)”.

Há não só uma diferencial de tratamento das populações nas práticas policiais e nas sentenças judiciais como a desigualdade invade os próprios parâmetros legais, reconhecendo na prática o que a lei maior proíbe. Do mesmo modo, entre o que a lei literalmente afirma e as práticas negam, abre-se toda uma rede de possíveis interpretações, a critério da subjetividade de policiais, procuradores e juízes, que reproduzem no plano das práticas o que na sociedade se faz habitualmente, mesmo sendo contra a lei.

### **Marginal, marginais**

Há um retorno, ainda tímido e no mínimo curioso, da categoria “marginalidade” nas ciências sociais contemporâneas (Wacquant, 2009; Young, 2004; Murphy, 2014). A categoria havia sido banida da sociologia urbana desde fins dos anos 1980 e substituída por uma nova categoria, supostamente mais esclarecida, a de “exclusão social”. Criticava-se o modelo espacial “centro-periferia” em proveito de uma topologia fora-dentro, “inclusão *versus* exclusão”. O que estava em jogo era a crítica do pressuposto marxista do primeiro modelo, baseado na noção de “populações marginais” e de “exército industrial de reserva” da força de trabalho, tal como proposto em *O capital*, de Marx. O capitalismo já não era mais o mesmo e a expulsão dos trabalhadores deixava de ser somente funcional para a regulação dos salários para se tornar definitiva, inteiramente excludente e subordinada à automação sob a égide do capital financeiro. Não se marginalizava mais, se excluía definitivamente a força de trabalho excedente do neoliberalismo. A pobreza urbana ganhava outra dimensão, menos provisória, mais permanente.

No Brasil, a categoria “marginal” havia atravessado antes outras aventuras heurísticas, menos marxistas e mais herdeiras da sociologia da “Escola de Chicago”, ainda que sua apropriação jornalística tenha produzido aqui um significado desviante. A publicação do livro *O homem marginal. Estudo de personalidade e conflito cultural* de Everett V. Stonequist (1958), pela Livraria Editora Martins, em 1948 (a primeira edição norte-americana havia sido de 1937), desencadeou uma apropriação jornalística do sentido de “marginal”, no Brasil, que marcou toda uma época e ainda produz seus efeitos. No livro de Stonequist eram desenvolvidas ideias sobre tipos humanos provenientes de migrações e que se estabeleciam entre duas formações culturais, a sua e a que o recebia: ciganos, judeus, negros africanos ex-escravos, cristãos convertidos na Ásia etc. Robert E.

Park prefaciara o livro porque Stonequist fora seu aluno e trabalhava essas ideias cuja originalidade Park encontrara no famoso ensaio sobre “O estrangeiro”, de Simmel. O marginal do livro é a personalidade que está no limite entre duas culturas, a sua e a do lugar para onde migrou. No Brasil, entretanto, o “marginal” virou sinônimo de bandido, num viés típico de quem viu o título do livro mas não o leu. Mas havia sentido na apropriação: o bandido era marginal à sociedade, marginal às leis (“fora da lei”) e marginalizado do ponto de vista econômico-social. A associação entre pobreza urbana, marginalidade social e criminalidade, nas representações sociais, cuidou de consolidar o novo sentido de “marginal”. Quem pesquisa os jornais populares dos anos 1950 e 1960 verificará como a alcunha de “marginal” substituirá gradualmente a antiga alcunha de “malandro” nas reportagens que observavam as mudanças no padrão da criminalidade urbana no Rio e em São Paulo no início dos anos 1960.

Na sociologia urbana latino-americana os usos da categoria referiam-se à marginalidade econômica e social, às favelas e aos trabalhadores informais, o mesmo significado que agora retorna em alguns estudos e pesquisas. Há no entanto uma diferença crucial e uma disjunção entre os dois tempos.

A publicação de *O mito da marginalidade*, de Janice Perlman (1977), com quase nenhuma referência à violência nas favelas pesquisadas no Rio de Janeiro do final dos anos 1960, e o retorno que a autora faz ao assunto quarenta anos depois em *Favela. Four decades of living on the edge in Rio de Janeiro* (Perlman, 2010) é ilustrativo de nosso ponto. O que a autora chama, nos dois livros, de “a ideologia da marginalidade” é um dos efeitos daquela apropriação que transformou marginal em bandido. Mas a ideologia da marginalidade nada tem a ver com os usos acadêmicos da categoria de marginalidade, seja no sentido socioeconômico, de origem neomarxista, seja no sentido de Robert Park e da Escola de Chicago. E não foi por esse sentido ideológico que a categoria foi abandonada na sociologia urbana.

O recente retorno da categoria de marginal e marginalidade nas ciências sociais também não tem mais nada a ver, seja com o antigo sentido da Escola de Chicago, seja com o sentido neomarxista das “populações marginais”, nem tampouco com a ideologia da marginalidade (que, aliás, ainda continua vigente em várias partes da América Latina). O novo sentido de marginal recupera apenas parte do sentido original da Escola de Chicago e provém do avanço dos movimentos identitários e quer revelar o processo de estigmatização que “marginaliza” negros, ex-presidiários, homossexuais, migrantes, mulheres de certas regiões. Mas há também uma outra revivescência do conceito, a partir dos trabalhos da antropóloga Veena Das e D. Poole (2004) sobre o que chamam de “margens do Estado”. Nas novas margens não estamos mais nem na topologia espacial de centro e periferia, nem na de dentro e fora. Agora estamos no que pode ser chamado de “franjas” do Estado, um lugar institucional jurídico-político e também econômico em que o Estado perde ou não quer deter a mesma centralidade

ativa que o caracteriza nos lugares em que é percebido como ator central. As “margens” agora não são nem geográficas nem includentes/excludentes, mas móveis na linha do que o Estado “deixa pra lá”, isso é, as áreas onde atua plenamente a exceção. É nesse novo sentido que também a marginalidade retorna à pauta sociológica contemporânea, como um lugar em que se “deixa morrer”.

### **Margens do Estado, exceção e democracias violentas**

Piedade é um tradicional bairro de classe média baixa do subúrbio da zona norte do Rio de Janeiro. Lá se localizam, entre igrejas e velhos jardins, o tradicional Presídio de Água Santa e um grande complexo educacional do Estado, a Faetec. Como outros bairros da zona oeste e norte, virou “margem do Estado”. Milícias controlam as ruas e cobram do comércio local taxas de proteção. A extorsão é praticada abertamente, em carros da própria polícia. A “lei do silêncio” é seguida tanto ou mais do que a praticada em territórios urbanos controlados por quadrilhas de traficantes de drogas. O novo fenômeno se espalha muitas vezes de forma difusa, não concentrada. Ruas de Copacabana, o famoso bairro da zona sul do Rio, são controladas por indivíduos que cobram, fora do horário legal de atuação da prefeitura, o estacionamento de carros nas vias públicas. Para não serem importunados, eventualmente pagam proteção à polícia para continuar atuando, inclusive como pequenos traficantes. Numa dessas ruas, um desses “flanelinhas” foi preso por tráfico e pôs a sua mulher para controlar os negócios em sua ausência. As ruas são demarcadas por áreas sob controle de um ou outro indivíduo, de modo a evitar competição e conflito pelo controle local. Os motoristas pagam pelo estacionamento muitas vezes por receio de que esses “guardadores” possam se vingar produzindo danos nos seus carros. Em alguns bairros e condomínios da Barra da Tijuca já se conhece a transição desse tipo de formação individualizada para uma formação coletiva armada de oferta compulsória de proteção ao comércio local e mesmo aos condomínios residenciais. Não é exato atribuir-se tudo isso à “ausência do Estado” ou à “fraqueza do Estado”. Agentes públicos de variadas posições transitam ou moram nessas ruas e paradoxalmente não interferem ou, quando o fazem, tiram proveito, como no caso de policiais locais. O que há de “marginal” nisso tudo? O PCC, assim como antes o CV, é produto dessa “marginalidade”. As “margens do Estado” também podem caber dentro do Estado.

Estudando o caso de São Paulo, Graham D. Willis chega a sugerir que “pintar o PCC como apenas marginal é não compreender seja a realidade empírica da cidade como também perder de vista os meios que grupos como esse tem usado para remoldar as relações sociais e a própria cidade”. Antes de Willis, Gabriel Feltran já havia sugerindo uma síntese compreensiva de todas essas clivagens entre segregação social, pobreza, exclusão e sujeição criminal:

[Há] um tipo específico de coexistência, no plano do regime político e no plano das relações sociais, entre ordenamentos de lógicas internas distintas. O primeiro é o código universalista da política e o segundo o código ins-

trumental da violência, ambos constitutivos e necessários para a reprodução de um modelo de funcionamento institucional e social marcado pela manutenção de um mundo público formalmente democrático, e uma dinâmica de distribuição dos lugares sociais marcada por extrema hierarquização. (Feltran, 2011, p.337)

Em seu argumento, inspirado em L. A. Machado da Silva, Feltran afirma que a “característica política fundamental que a sustenta (essa dupla ordem) é a de propiciar restrição de fato do acesso universal ao direito de ter direitos embutida na consolidação de um regime político formal universalista” (ibidem).

A pergunta que o jurista nos fez na mencionada mesa-redonda: “[...] *and the role of law*”? é bastante pertinente e sintomática, tem levado muitos pesquisadores – brasileiros e estrangeiros – a pensarem que a lei não prevalece, que a lei não rege a sociedade, que o controle social institucionalizado não funciona. Daí para se pensar que o Estado é fraco, ou que não há Estado, ou que em certas áreas – as *brown areas* de O’Donnell, 1986 – há total “ausência de Estado” basta um passo (Goldstein, 2003; Arias, 2003). Aparentemente não passa pela cabeça de ninguém que o Estado não pode estar ausente, que essa é a sua forma de presença, o modo eficaz como funciona na América Latina, mesmo sob regime democrático. Bem sei que esse é um argumento funcionalista, mas é também evidente que esse tipo de Estado só é “desviantes” (incompleto, fraco, inoperante...) se tomarmos como tipo ideal de Estado democrático aquele que persevera, após a Segunda Grande Guerra, no que O’Donnell chamou de o “Noroeste” do planeta. Dois autores chegaram perto dessa mesma conclusão, digamos, realista, Desmond Arias e Daniel Goldstein, quando propuseram o conceito de “pluralismo da violência”. No entanto, ainda assim, continuaram com o império da lei na cabeça quando pediram para que se ponha a democracia latino-americana entre parênteses como condição para se entender sua proposta analítica. Não é preciso: na lei brasileira, as Forças Armadas são a última instância legal garantidora da lei e da ordem social, o que significa que elas tem a tutela, em última instância, da República brasileira. Essa foi uma conquista que os militares obtiveram ao longo da República Velha através de várias rebeliões, com o apadrinhamento de uma ditadura (Vargas) e finalmente com a conquista do poder (1964-1985). Após a redemocratização, conseguiram que se inscrevesse na Constituição de 1988 que são as Forças Armadas que asseguram, em última instância, o direito e a ordem pública, o que significa – para bom entendedor da história brasileira recente – que o povo não é a última instância do poder, mas as Forças Armadas.<sup>9</sup>

O que significa tudo isso? Como se compreende a disjunção do Estado e da sociedade brasileira (e também, por extensão histórica, latino-americana) nesse caso?

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que no plano das ideias a sociedade latino-americana transita há várias décadas de um sistema de crenças hierárquico-estamental para um sistema de crenças igualitário-individualista (DaMatta, 1979; Peralva, 2000; Lima, 2009) e que o efeito disso, numa sociedade de



consumo de massa, tem sido produzir jovens individualistas-hierárquicos com demandas igualitárias, mas sem possibilidade objetiva de alcançar os seus interesses, já que a estrutura econômico-social permanece preservando uma resistente barreira à mobilidade social, principalmente nas dimensões de etnia ou raça, gênero e acesso a direitos, impregnadas de pobreza urbana, segregação social e privação relativa. O resultado é uma acumulação social de desvantagens amplamente distribuída em praticamente todas as cidades latino-americanas, com uma geografia humana de favelas, comunas, barrios e conjuntos habitacionais de periferia sem paralelo – nessa dimensão – com os protótipos democráticos europeus e norte-americanos. Talvez por isso, autores como Desmond Arias e Daniel Goldstein tenham podido escrever, com propriedade, sobre as “democracias violentas” da América Latina. Aí está o paradoxo – como uma democracia pode ser adjetivada de violenta sem perder o significado de democracia?

## Notas

- 1 A maior parte deste artigo foi apresentada na forma de conferência na Universidade da Califórnia em Santa Barbara, nos Estados Unidos, e, em versão um pouco diferente, em seminário internacional no Colégio de Michoacán, no México, ambos em outubro de 2017. Uma parte nova, inédita, foi acrescentada à segunda parte, especialmente sobre o Brasil. Agradeço a Paul Amar, do Programa de Estudos Globais da UC em Santa Bárbara e a Santiago Maldonado, do Colégio de Michoacán, os convites para as referidas conferências.
- 2 Os dados para o Brasil e América Latina são divulgados oficialmente por diferentes agências. No Brasil, óbitos por agressão são divulgados pelo Sistema de Informação da Mortalidade do Ministério da Saúde e dados sobre criminalidade em geral pela Secretaria Nacional de Segurança Pública e pelo Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Os dados gerais para a América Latina, inclusive Brasil, podem ser obtidos junto a várias agências das Nações Unidas, como PNUD, Unodc e Alto Comissariado para os Direitos Humanos.
- 3 Esse argumento é, evidentemente, um corolário da definição de Estado como detentor monopólico do uso legítimo da força para a administração da justiça. Sobre a incapacidade dos Estados latino-americanos, em geral, de regularem ou controlarem a violência em seus territórios há ampla bibliografia (cf. Imbush; Misse; Carrión, 2011).
- 4 Há vasta bibliografia sobre esse tópico. Ver, por exemplo, Méndez et al. (2000); Arias e Goldstein (2010); Holston (2008); Fischer et al. (2014).
- 5 Sobre a questão da soberania em sociedades pós-coloniais, ver Hansen e Stepputat (2001; 2005); Vardoulakis (2013); Sarat e Culbert (2009).
- 6 Sobre sujeição criminal, ver Misse (2018). Sobre necropolítica, ver Mbembe (2018); sobre “deixar morrer”, ver Sarat e Culbert (2009).
- 7 Creio que Graham D. Willis (2015) exagera no título de seu livro *The Killing Consensus*. Há mais disputa que consenso nesse caso.
- 8 Sobre o conceito de “mercadorias políticas”, ver Misse (2013; 2014).
- 9 Para uma argumentação mais equilibrada dessa tutela, ver Zaverucha (1994).

## Referências

- ARIAS, E. D. *Drugs & Democracy in Rio de Janeiro*. Trafficking, Social Networks & Publica Security. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2003.
- ARIAS, E. D.; GOLDSTEIN, D. M. (Ed.) *Violent Democracies in Latin America*. Duke University Press, 2010.
- CALDEIRA, T.; HOLSTON, J. Democracy and Violence in Brazil. *Comparative Studies in Society and History*, v.41, p.691-729, 1999.
- DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- DAS, V.; POOLE, D. *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: New School of American Research, 2004.
- FELTRAN, G. S. *Fronteiras de tensão*. Política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- FISCHER, B.; MCCANN, B.; AYUERO, J. (Ed.) *Cities from Scratch: Poverty and Informality in Urban Latin America*. Duke University Press, 2014.
- GOLDSTEIN, D. M. *Laughter Out of Place*. Race, class, violence, and sexuality in a Rio Shantytown. University of California Press, 2003.
- HANSEN, T. B.; STEPPUTAT, F. (Ed.) *States of Imagination*. Ethnographic explorations of Postcolonial State. Duke University Press, 2001.
- \_\_\_\_\_. (Ed.) *Sovereign bodies*. Citizens, migrants and states in postcolonial world. Princeton University Press, 2005.
- HOLSTON, J. *Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil*. Princeton University Press, 2008.
- IMBUSCH, P. “The concept of violence”, in Wilhelm Heitmeyer and John Hagan ed. *International Handbook of Violence Research*, Kluwer Academics, v.1, p.13-40, 2003.
- IMBUSCH, P.; MISSE, M.; CARRIÓN, F. Violence Research in Latin America and the Caribbean: A Literature Review. *International Journal of Conflict and Violence*, v.5, p.87-154, 2011.
- LIMA, R. K. de. *Ensaio de antropologia e de direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- MACHADO DA SILVA, L. A. *Fazendo a cidade*. Trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 Edições, 2008.
- MÉNDEZ, J. E.; O'DONNELL, G.; PINHEIRO, P.S. (Org.) *Democracia, violência e injustiça*. O não-Estado de Direito na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MISSE, M. *Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.
- \_\_\_\_\_. Estado y mercados ilegales en Latinoamérica: reflexiones a partir del concepto de mercancía política. In: RAMÍREZ, J. G. (Org.) *Economía criminal y poder político*. Medellín: Universidad Eafit, 2013. p.9-32.

- MISSE, M. Mercadorias Políticas. In: LIMA, R. S. de; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. (Org.) *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014. p.200-30.
- MISSE, M. Violência e Teoria Social. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v.9, n.1, p.45-63, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Una identidad para el exterminio*. Escritos sobre sujeción criminal. Temuco, Chile: Universidad de la Frontera, 2018.
- \_\_\_\_\_. The Puzzle of Social Accumulation of Violence in Brazil: Some Remarks. *Journal of Illicit Economies and Development*, v.1, n.2, p.177-82, 2019.
- MURPHY, E. In and Out of the Margins. In: FISCHER, B. et al. (Ed.) *Cities from Scratch*. Poverty and Informality in Latin America. Durham, NC: Duke University Press, 2014. cap.2, p.68-100.
- O'DONNELL, G. Contrapontos. *Autoritarismo e democratização*. Editora Biblioteca Vertice, 1986.
- \_\_\_\_\_. “Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina: uma conclusão parcial”, in Juan E. Méndez, Guillermo O'Donnell e Paulo Sérgio Pinheiro, orgs. *Democracia, violência e injustiça*. O Não-Estado de Direito na América Latina. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Dissonâncias*. Críticas democráticas à democracia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.
- PERALVA, A. *Violência e democracia*. O paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- PEREIRA, A. Elitist Liberalism: Citizenship, State Violence, and the Rule of Law in Brazil. Paper presented at the XX International Congress of the Latin American Studies Association. April, Guadalajara, Mexico. 1997.
- PERLMAN, J. *O mito da marginalidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Favela*. Four decades of living on the edge in Rio de Janeiro. Oxford University Press, 2010.
- SARAT, A. ; CULBERT, J. (Ed.) *States of Violence*. War, Capital Punishment and Letting Die. Cambridge University Press, 2009.
- SCHINKEL, W. *Aspects of Violence*. A Critical Theory. S. l.: Palgrave-Macmillan, 2010.
- STONEQUIST, E. *O homem marginal*. São Paulo: Livraria Editora Martins, 1958.
- VARDOULAKIS, D. *Sovereignty and its Other*. Toward the Dejustification of Violence. Fordham University Press, 2013.
- WACQUANT, L. *Urban Outcaste*. A Comparative Sociology of Advanced Marginality. Polity, 2009.
- WALBY, S. Violence and society: introduction to a n emerging field of sociology. *Current Sociology*, v.61, n.2, 2013.
- WILLIS, G. D. *The Killing Consensus*. Police, Organized Crime, and the Regulation of Life and Death in Urban Brazil. University of California Press, 2015.
- YOUNG, A. *The Minds of Marginalized Black Men*. Princeton University Press, 2004.
- ZAUERUCHA, J. *Rumor de sabres*. Controle civil ou tutela militar? São Paulo: Ática, 1994.

*RESUMO* – O artigo examina, a partir de uma variada bibliografia, o que identifica como alguns dos principais problemas analíticos nas pesquisas sobre violência na América Latina. A disjunção entre Estado e sociedade, a conciliação impossível entre democracia e violência e os desafios da pesquisa empírica nessa área temática são tratados na forma de uma introdução a um projeto que o autor está desenvolvendo sobre o mesmo tema.

*PALAVRAS-CHAVE:* Violência, Criminalidade, Democracia, América Latina.

*ABSTRACT* – Based on extensive bibliography, the article examines what it identifies as some of the main analytical problems in the research on violence in Latin America. The disjunction between State and society, the impossible conciliation between democracy and violence, and the challenges of empirical research in this subject area are treated as an introduction to a project that the author is developing on the same theme.

*KEYWORDS:* Violence, Criminality, Democracy, Latin America.

*Michel Misse* é professor titular de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ e editor de *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. @ – michelmisse@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0003-3815-8674>

<sup>1</sup> Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Recebido em 24.6.2019 e aceito em 18.7.2019.

# O rebanho de Hobbes

CLAUDIO BEATO<sup>1</sup>

**L**UGARES têm sentimentos? Orhan Pamuk utiliza-se do termo *hiizim*, o estado de melancolia e estado de alma dos istambulis, condenados a viver entre as ruínas do glorioso passado do Império Otomano e a decadente Turquia de sua infância. Esse simbolismo da decadência despertava um estado de “melancolia das ruínas”, visto primeiro como pitoresco, terminava por exprimir a tristeza do séculos de derrota e pobreza, e da destruição do Império Otomano (cap.26).

*Tristesse* traduzia a tristeza e melancolia que Lévi-Strauss (1980) utilizou para referir-se à pobreza dos tristes trópicos. O jovem e talentoso filósofo que emigrara para São Paulo na esperança de ter à mão o material para o etnógrafo que viria a reencarnar no filósofo se vê no meio de uma metrópole de dândis que rechaçavam quaisquer traços de indígenas. Tivera que ir buscar então longe da metrópole, no meio da selva do Mato Grosso, onde, ao escutar a bela melodia de Chopin, se dá conta com tristeza do quão temerário fora a escolha que fizera.

De qual termo lançaríamos mão para nos referir aos sentimentos dos habitantes dos grandes centros urbanos brasileiros? Certamente uma das primeiras e incômodas reflexões que inauguraram nosso universo de sensações acerca da violência urbana foram descritas naquele que era um dos contos preferidos de Clarice Lispector (1979): “Mineirinho”, ao discutir sobre o fuzilamento com treze tiros de um conhecido criminoso carioca da época. A descrição dos sucessivos sentimentos despertados pela notícia é perturbadora.

Esta é a lei. Mas há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina — porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro.

Desassossego que se transforma em vergonha, horror, e termina na angústia em compreender a violência da própria justiça. Para que tantos tiros, quando apenas um bastaria? Pergunta-se a escritora muitos anos depois. Para vivermos, era necessário nos tornarmos “sonsos essenciais”.

Mas quais sentimentos contemporâneos que nossas cidades suscitam? Eles mesclam-se além do triste espetáculo da miséria de nossas gigantescas favelas, com o medo que é onipresente na vida dos habitantes das grandes cidades latino-americanas. Não convivemos com as ruínas de uma civilização pretérita,

mas assistimos à construção das ruínas de uma sociedade pela violência, nas quais formas tradicionais de sociabilidade dão lugar à desconfiança, medo e ao individualismo. A rigor, não se trata de algo novo em sua essência, pois sempre guardamos as marcas na nossa história da exclusão espacial de grandes parcelas de nossa população, relegadas ao degredo social no espaço de poucos quarteirões de vizinhanças nobres, e o temor hobbesiano da morte violenta.

Pamuk descreve como um habitante de Istambul, em contraste com os suíços, orientaria estrangeiros em suas cidades: “vá por aquelas ruínas...” no caso de Istambul, ou “siga até aquela ponte esplêndida” no caso suíço. Em nossas cidades tais informações certamente seriam complementadas por cautelas em relação a certos espaços ou grupos de pessoas, de forma a introduzir o medo e a insegurança como consortes nas jornadas urbanas. Curiosamente, alguns aplicativos de locomoção nos grandes centros têm ignorado essas cautelas, e conduzido inadvertidos motoristas a regiões sinistras.

Como podemos apreender esses mapas cognitivos. Quais os elementos mais salientes que o compõem? Como são construídos? Sabemos que o temor de ser vítima de perdas patrimoniais é acompanhado *pari passu* pelo medo da morte. Nossos mapas cognitivos são compostos de mapas e regiões de medo que nos guiam estigmatizando grupos e territórios. Todo discurso político de se portar armas utilizou-se desse artifício para conseguir o apoio do rebanho hobbesiano, temeroso da morte violenta, e a ira de guardiões contra supostos predadores.

### **Onde acontecem as mortes violentas?**

Calvino, nas *Cidades invisíveis*, narra cidades imaginárias que o imperador Kublai Khan recria em sua mente e traduzidas por Marco Polo, numa cartografia imaginária. São todas cidades com nome de mulheres. Muitas vezes, essas descrições eram feitas por mímicas, apontando-se objetos, utilizando símbolos e emblemas para a compreensão do imperador: O novo dado ganhava um sentido daquele emblema e ao mesmo tempo acrescentava um novo sentido ao emblema. O império, pensou Kublai, “talvez não passe de um zodíaco de fantasmas da mente”. Nossas cidades, tais como as de Calvino, são habitadas por personagens sem nome que, ao nos dizer como vivem e onde vivem, terminam compondo o mosaico geográficos das nossas possibilidades de desenvolver formas de autocontrole, terminam por apontar nossas chances de diminuir e, quem sabe, expulsar o medo hobbesiano da morte violenta. Mas onde essas mortes acontecem?

Quaisquer estatísticas de homicídios no mundo expõem cifras alarmantes em algumas regiões do globo, mas a América Latina e os Estados Unidos destacam-se notavelmente. Mais de um terço dos quase meio milhão de assassinatos no planeta ocorre nas Américas.<sup>1</sup> Mesmos os Estados Unidos destacam-se como o mais violento dentre os países mais desenvolvidos, especialmente em relação à Europa e à Ásia. O uso de armas de fogo causa vítimas em proporções incomparáveis com outros países no mesmo grau de desenvolvimento. No caso da América Latina, entretanto, o destaque é notável.

Existem significativos esforços para compreender as razões dessa concentração em nossa região. Por ora, gostaria de destacar apenas o aspecto da concentração espacial dessa epidemia. Estamos falando de países e estados com graves problemas institucionais e no sistema de justiça criminal e prisional, mas cujas mortes violentas sucedem quase monotonamente obedecendo aos mesmos padrões territoriais e temporais. Existem razões socioeconômicas de fundo que amparam essa concentração socioespacial em algumas cidades, e territórios no interior delas (Beato, 2012). San Salvador em El Salvador; Tijuana e Acapulco no México; Tegucigalpa e San Pedro Sula em Honduras; Manaus, Porto Alegre e Maceió no Brasil; Guatemala City Villa Nueva; Cape Town na África do Sul; Baltimore nos Estados Unidos; Cali e Palmira na Colômbia; San Juan em Puerto Rico; e Kingston na Jamaica são as cidades arroladas no *rank* de março de 2017 pelo *The Economist*.<sup>2</sup> O senso comum aponta como causa imediata o narcotráfico, mas análises mais detalhadas mostram um quadro mais variado e complexo, no qual se destacam profundas distorções socioeconômicas, ambientes urbanos deteriorados e sistemas de justiça em situação falimentar.

Cidades são territórios heterogêneos, complexos e diversificados. Compreendê-las é um exercício de linguagem intenso e denso, pois implica construir diferentes narrativas para um mesmo território. Na analogia apropriada de Wittgenstein (1980, par.18), “Nossa linguagem pode ser considerada como uma velha cidade: uma rede de ruelas e praças, casas novas e velhas, e casas construídas em diferentes épocas; e isto tudo cercado por uma quantidade de novos subúrbios com ruas retas e regulares e com casas uniformes”. A linguagem que descreve as cidades, seus territórios e mazelas padece das mesmas estratégias interpretativas de outras formas, tais como a filosofia, a matemática, a geografia ou a criminologia. Alguns lugares são mais uniformes que outros e podem ser visitados desde que tenhamos orientações adequadas de como transitarmos ali: um mapa que nos diga o sentido que devemos tomar, qual a direção, em que momento etc. São instruções nos conduzindo a trajetos que, ao percorrê-los, percebemos que nos fornecem uma paisagem característica do mundo que nos cerca. Nosso desafio é compreender as orientações adequadas acerca de como transitar nesse universo ao mesmo tempo linguístico, mas permeado por violência e morte. Não existe um mirante ou uma posição privilegiada para entendermos todas as suas facetas. A descrição é inseparável do que é descrito.

A distopia latino-americana descreve cidades violentas emolduradas por comunidades desorganizadas vivendo em territórios dominados por gangues e grupos mais ou menos organizados que utilizam da violência de forma instrumental. São o palco de espetáculo desolador, no qual falhas socioeconômicas e institucionais se sobrepõem, fornecendo o combustível para o florescimento da desconfiança sob a égide do medo e da morte violenta de um *estado da natureza* hobbesiano. Compreender essa conjunção de sentimentos e fatos é desafio a que gerações de analistas, estudiosos, escritores e cientistas têm se dedicado ao

longo de décadas. Como espaços urbanos degradados relacionam-se à emergência de grupos de jovens desocupados em locais deteriorados, com baixo grau de autocontrole e armas nas mãos, com disposição para cometer toda sorte de violência e crueldade, bem como se tornarem vítimas delas? Gangues e organizações mais ou menos estruturadas terminam produzindo toda sorte de vítimas externas e em seu interior. São imagens dramáticas relacionadas à deterioração da qualidade de vida dos moradores dos centros urbanos na América Latina. Se para mais de um terço (36%) da população latino-americana, as sucessivas crises econômicas vêm atormentando a vida das pessoas, a violência tem se tornado o tópico número 1 em diversos países. Para 33% é o principal problema, numa proporção que vem crescendo desde 2004. Para os habitantes de Trinidad e Tobago, El Salvador, Uruguai, Jamaica, Honduras, Peru, Guatemala esse é o principal problema de seus países.<sup>3</sup>

Existem cidades e países, como Honduras, que adquiriram reputação mundial pelos altos níveis de violência. Ao vermos o mapa da distribuição de crimes, vemos que existem muitas regiões no país virtualmente pacíficas. Essa concentração ocorre, num aparente paradoxo, nas maiores e mais desenvolvidas cidades do país. Em sua capital, Tegucigalpa, e em San Pedro Sula, bem como nas principais cidades, existem horários em que grupos saem às ruas para recolher o “*impuesto de guerra*”, como é chamada a extorsão sistemática praticada pelas “*maras*” locais. Coisas de “*failed states*”? Não necessariamente. Uma dos problemas dos aplicativos de GPS em cidades como o Rio de Janeiro é quando conduzem veículos para áreas violentas dominadas por traficantes ou milicianos. Várias cidades contam com extensões territoriais nas mãos de alguma forma de poder paralelo, numa estratégia de ação só é possível em locais onde falharam muitas coisas.

Mas existe uma lógica nisso que obedece a um princípio quase universal, e bastante recorrente também em outros países latino-americanos, segundo a qual a violência obedece a uma distribuição de Pareto, concentrando-se em algumas regiões do país, e em alguns territórios das grandes cidades. Uma das curiosidades dessa distribuição é que diferentes tipos de delitos e formas de violência obedecem a determinantes distintos nos territórios em que se manifestam. Em alguns casos, mais concentração de riqueza e desenvolvimento parece explicar mais a concentração do que em outros espaços, onde pobreza e miséria atraem outros tipos de crimes.

Esse padrão nos remete a outra das *Cidades invisíveis* de Ítalo Calvino: Melania. Sua maior característica são diálogos que se sucedem aos pedaços, recitados infinitamente, mas por personagens distintos. Sempre que alguém visita a cidade, encontrará a mesma conversa, mas recitadas por outros atores. O enredo é basicamente o mesmo, repetindo-se de forma quase aborrecida. Quem analisa a distribuição espaço-temporal de crimes conhece bem essa reiteração persistente. Compreender essas peças que, tal como a cidade descrita por Marco Polo, são como pedras que compõem o arco de uma ponte nos ajudaria a apreender as



razões da monotonia infinita e, quem sabe, evitá-las? A complexidade que buscamos desvendar na explicação da violência e do medo nas cidades deveria ser orientada pela mesma recomendação de Kublai Khan a Marco Polo – “Porque falar das pedras? Só o arco me interessa” (Calvino, 1990: p.51). Boa parte do pensamento criminológico mais recente dedica-se à análise dos locais (*places*) e das formas de intervir de forma eficiente e qualificada (Weisburd et al., 2012). Os padrões insistentemente recorrentes são desafios para compreendermos suas estruturas, bem como os fundamentos que as sustentam.

Nossas geografias do medo parecem ser universais, manifestando-se em todos os espaços e territórios de uma cidade, uma região ou de bairros. Não é apenas de uma “sensação de insegurança”, para utilizarmos uma expressão tão ao gosto dos gestores e *policy makers*, como se essa geografia subjetiva não encontrasse amparo em fatos e dados. Análise feita a partir de dados da I Pesquisa nacional de Vitimização, de 2012, mostrou que existe uma tensão latente entre os sentimentos de medo e a avaliação das pessoas acerca do risco de se tornarem vítimas de diferentes tipos de crime. De 30% a 40% da população de mais de 15 anos temem ser vítimas de agressão, ter objetos roubados ou ter sua residência invadida ou ser sequestradas, dentre outros crimes. É surpreendente o elevado número de pessoas que temem ser assassinadas no país (quase 50%), e 27% acreditam que isso pode ocorrer nos próximos doze meses (Crisp, 2012). Quanto deixamos de conviver com as pessoas, frequentar locais públicos, e temos receio de falar com pessoas, ou cruzar com estranhos anônimos em alguma rua mais deserta é porque o medo passou a ser um elemento constitutivo das relações sociais, deteriorando drasticamente a qualidade de vida urbana.

### **Deterioração urbana e concentração da violência**

A concentração denota uma das maiores marcas da deterioração urbana de nossas cidades. Mais que isso, traduz a incapacidade de gestores em planejar com base nas fartas evidências que apontam quais locais e horários os crimes ocorrem. Jack Maple (1999), um dos responsáveis pela operacionalização do modelo Compstat em Nova York, dizia em *The crime fighter* que os mapas gerados mostravam onde estavam concentrados os pesqueiros dos “peixes” grandes e pequenos (Bratton, 1998). Muitas vezes suas localizações contrariavam o senso comum de operadores e do público. Era como um holofote a iluminar locais em que se deve atuar, para além da sensação subjetiva de nossos medos. Esses locais de desordem e degradação ilustrariam nossa baixa capacidade de controle de ambientes urbanos (Sampson, 2012), retratando a nostalgia de uma “comunidade purificada” ao qual Sennet (1970) se referia.

Muitas das estratégias mais bem-sucedidas de controle do crime e aumento da sensação de segurança vieram da focalização de diversas ações nesses locais. Uma das mais notáveis veio da região do Times Square em Nova York. Ali, o Deuce era uma das áreas mais degradadas nos anos 1980, segundo descreve um historiador:

Vendedores de drogas falsas... traficantes de baixo nível, ladrõezinhos... junkies vivendo sozinhos em seus mundos de cocaína e heroína... “besouros” predatórios espionando e buscando captar negócios com menores... michês de todas as idades... transexuais, prostitutas, e gays enrustidos com cocoiras atrás de algum fetiche homo ou heterossexual...era comum ver estrelas pornôis cujos filmes estavam passando nos teatros adultos das redondezas...Você é um freak? Não quando você botava o pé no Deuce. Ser um louco te daria dinheiro, atenção, entretenimento, uma ponta estrelando um filme. Ou talvez um assalto e uma surra.<sup>4</sup>

Posteriormente, a cidade viveu um processo de revitalização e requalificação urbanas emulado justamente nessas regiões, retirando a prostituição e as casas de vídeos pornôis. Parte importante do processo foi o controle da corrupção policial associada à prostituição e ao tráfico de drogas.

Este tipo de estratégia ficará associado posteriormente aos Business Improvement Districts (Bid). De uma forma geral, eles são descritos como “*as self-imposed financing mechanisms implemented by business and property owners for local improvements, specifically the enhancement of public services*” (Briffault, 1999; Hoyt, 2004; Gross, 2005). Inicialmente desenvolvidos em diversas cidades dos Estados Unidos, e depois utilizados em Nova York, hoje são aplicados em larga escala em diversas cidades norte-americanas. Trata-se de conjugar esforços públicos e privados para o desenvolvimento econômico local, no qual a segurança é um componente preliminar, de forma que um só se faz com a presença do outro. A segurança pública é um serviço público essencial a ser provido e que precede, passando a ser parte integral do progresso econômico da cidade em diversos setores. Para que áreas como Times Square se desenvolvessem, houve um esforço concentrado no serviço público da segurança, com reforço de policiamento e reformas institucionais. O foco passa a ser no restabelecimento da ordem local em suas mais diversas dimensões urbanística, social e de deterioração do espaço público. Muitas vezes vimos o mesmo tipo de motivação na recuperação de espaços, em diferentes centros urbanos. O hibridismo público e privado na recuperação desses locais é marca crescente dos projetos de intervenção em diversos países e cidades.

### **Reescrevendo narrativas latino-americanas**

Cada administração municipal mostra uma nova face que termina compondo o mosaico de exemplos emblemáticos em alguns dos grandes centros latino-americanos. São experiências evanescentes com o desejo comum de alterar e fortalecer traços e salvaguardas para a proteção de seus habitantes. Cidades estão em continua mutação e, se necessitam mudar, é porque é sua natureza. Essa é a dinâmica que vemos em Medellín, no bairro da Lagoinha em Belo Horizonte, ou nas cracolândias das grandes centros urbanos latino-americanas. Como mudanças podem se dar de forma virtuosa? Como tornar o ar respirável, especialmente nos bolsões de pobreza? É possível rever paisagens familiares e hostis e transmutá-las em visões virtuosas e rejuvenescidas?

Vários centros urbanos na América Latina desenvolveram projetos de requalificações urbanas extremamente inovadores, com impactos importantes na segurança. No Chile, “Hermoseando tu Barrio”, na Comuna de Puente Alta em Villa El Caleuche, foi um projeto habitacional que inaugurou a política chilena recente de habitação. Tratou-se de um projeto de conjunto habitacional implantado em 36 quarteirões, sob o pretexto do incremento de violência juvenil através de uma *pandilla* que estava gerando muita insegurança à população de Caleuche. O primeiro passo foi um diagnóstico junto à comunidade, realizado através de assembleias com os moradores, que terminou colocando o problema das *pandillas* num feixe de outras questões de natureza urbanística. O primeiro deles era a homogeneidade das habitações, bem como a ausência de espaços públicos de convivência, iluminação e de identidade ambiental através de cores e de espaços diversos.

O passo seguinte foi uma mobilização dos moradores para melhorar o bairro, como a pintura de casas e muros e melhoramentos dos espaços públicos. Nesse momento passam a participar os membros das gangues, cujo ingresso no projeto se dá pela mediação de ex-membros, que passou a envolvê-los através da pintura de grafitti nos muros. Posteriormente, iniciam-se as discussões acerca dos temas de delinquência no bairro. Importante destaque é o processo de articulação dos moradores locais para a solução de problemas, e o processo de empoderamento daí decorrente. A coesão resultante levou a uma transformação física e ambiental, mas que traduziu-se em mais controle e autodeterminação local.

O Rio de Janeiro viu prosperar uma série de iniciativas que buscaram lidar com a urbanização de favelas, inserindo-as no *grid* urbano dos bairros convencionais. Um deles foi o Programa Favela Bairro, construído a várias mãos por diferentes secretarias municipais. Idealizado pelo arquiteto e, posteriormente, alcaide da cidade do Rio de Janeiro, terminou tornando-se um modelo de políticas públicas por agências internacionais. Posteriormente, outra administração concebeu uma estratégia de intervenção de atuação em locais de concentração de desordens, buscando reestabelecer as condições de segurança através de um “Choque de Ordem”. Segundo Piquet Carneiro (2011), essas ações se deram mediante alguns conceitos orientadores do projeto, que buscou a) atuar nas causas imediatas de desordem, especialmente as relativas aos aspectos físicos do meio ambiente urbano e as posturas e leis municipais que as regulam, estabelecendo padrões claros e possíveis de serem cumpridos pela população; e b) exercício de fiscalização e controle de posturas municipais mais relevantes para o problema. Além disso, trata-se de uma estratégia que busca não concentrar em grupos sociais, mas em comportamentos de desordem.

Tanto no Rio como na iniciativa chilena, o desafio era comunicar, integrar e articular os diversos universos urbanos existentes.

## **Criando Bases Institucionais para requalificação urbana**

Jane Jacobs (2003, p.138) acreditava que cidades eram diferentes para pessoas diferentes, mas poderiam ser apreendidas numa contemplação mais abrangente: “Para compreender as cidades, precisamos admitir de imediato, como fenômeno fundamental, as combinações ou as misturas de usos, não os usos separados”. Mas a diversidade que Jane Jacobs enxergava como vital para as cidades não anteviu a possibilidade de essas comunidades serem absolutamente incomunicáveis, envoltas em códigos próprios e sem tradução para seus vizinhos. Esse é dos temas centrais da segregação urbana e dos enclaves fortificados criados nos espaços urbanos (Caldeira, 2000). Centro e periferia tornam-se os polos de estruturação narrativa. É possível reinventar o reconhecimento em espaços tão próximos, mas díspares? Não são palavras que irão preencher o vazio da invisibilidade.

Esse mosaico é a essência das imagens de desordem e medo. Nesse jogo, a regra para sua compreensão são os mecanismos de controle que conferem algum grau de organização à desordem inerente desse conjunto de ruas, becos e vielas. Alguns lugares, para seguirmos na metáfora wittgensteiniana, são mais uniformes que outros: o simbolismo químico e a notação infinitesimal são os subúrbios elegantes da cidade; a lógica e a filosofia são partes antigas, e assim por diante. Assim, para andar pelas cidades, necessitamos também de regras. Existem regiões que podem ser visitadas desde que tenhamos uma orientação adequada de como transitarmos ali: um mapa que nos oriente sobre o sentido que devemos tomar, qual a direção, em que momento etc. São instruções conduzindo-nos a trajetos que, ao percorrê-los, percebemos que nos fornecem uma paisagem característica do mundo que nos cerca. Narrativas constituem-se em realidades, versões possíveis de uma reelaboração conceitual.

O bairro da Lagoinha, em Belo Horizonte, foi berço da cidade, e onde viviam os operários que a construíram. Foi também onde os imigrantes italianos foram viver, e criaram uma região efervescente. Em virtude de um processo de reurbanização desordenado, com a construção de viadutos e linhas férreas que terminaram por isolar o bairro do centro da cidade, terminou abrigo uma das maiores “cracolândias”, com centenas de usuários ao longo de alguns *hotspots*. Com a proeminência de gangues de traficantes, rapidamente tornou-se uma das áreas mais deterioradas da cidade. Ao longo de 2018 e 2019, um projeto de requalificação empreendido por diversas secretarias da prefeitura de Belo Horizonte terminou por requalificar urbanística e economicamente um dos eixos mais centrais do bairro, onde um dos elementos centrais foi a arte urbana através dos grafites. Com isso, os homicídios na região começaram a cair de uma média de 30, para 0 em 2019.

Um dos casos mais notáveis de reconstrução narrativa em anos recentes na América Latina foi a empreendida em Medellín. Essa reelaboração inicia-se com Projetos Urbanos Integrais (PUI), uma metodologia de intervenção urbana que

passou a ser implementado em 2004. Por uma iniciativa de Empresa de Desarrollo Urbano (EDU), atuam em territórios delimitados em diversas comunas da cidade. Trata-se de iniciativa que intervém em diversas dimensões dentro de um dado território. Os PUI se estruturam a partir de três componentes: físico, social e institucional. No primeiro criam-se ambientes seguros a partir de intervenções no meio ambiente e ações de melhorias em espaços públicos. A requalificação empreendida também lida com as estratégias de consolidação e geração de moradias. O componente social, por sua vez, busca induzir a participação comunitária na identificação e busca de soluções para problemas como delinquência, exclusão social e desigualdade. Trata-se de processos de planejamento participativo através da criação de fóruns de discussão envolvendo as ONG, juntas de ação comunal e juntas administrativas locais. Do ponto de vista institucional, parte-se do conceito de integralidade implicando intervenções em diversos níveis, até o manejo transparente de recursos públicos. Nessa dimensão, existe uma etapa de planejamento de ações, seguida por diagnósticos, implementação até a entrega desses projetos (Osorio, 2011).

Outro exemplo é a experiência de Bogotá, ilustrativa pelo enfoque sistêmico e interdisciplinar nesse tipo de abordagem. Se no início dos 1990 Bogotá era sinônimo de descontrole, criminalidade e caos urbano, nos anos 2000 passou a tornar-se sinônimo de experiências bem-sucedidas (Llorente; Rivas, 2005) de revitalização urbana. Foram adotadas estratégias envolvendo o controle do consumo de álcool, cultura de convivência cidadã e autorregulação de comportamento dos cidadãos de Bogotá, bem como intervenções urbanas.

Nas gestões dos prefeitos de Anthanas Mockus e Enrique Peñalosa ocorreram várias intervenções urbanas de porte. Enquanto Mockus (1995-1997) focou em políticas voltadas para a cultura cidadã, Peñalosa preocupou-se mais com a recuperação de “espaços de ordem” (Llorente; Rivas, 2005). Para tal, em 1999 foi criado o Departamento Administrativo de Defesa do Espaço Público. Também o Programa Missão Bogotá priorizou a recuperação de espaços críticos de convivência, bem como de reformulação da mobilidade (Acero, 2006). Como resultado dessas intervenções em áreas degradadas, o homicídio caiu 60% de 1995 a 2003. No caso de Cartucho, os resultados em relação ao roubo foram de um decréscimo de 70% entre 2000 e 2003.

Como lidar com situações dessa natureza, em que se mesclam deterioração urbana, índices socioeconômicos deteriorados, com baixos níveis de controle e eficácia coletiva, bem como instituições de justiça criminal fracas?

### **Organização em rede com *stakeholders***

Uma estratégia adotada, especialmente em áreas comerciais, tem a ver com a mobilização de interessados em solucionar problemas locais de segurança. Essa metodologia foi adotada com sucesso no caso dos BID, que discutimos acima. Isso é particularmente frutífero quando se trata de comerciantes ou empresários em áreas comerciais. O número e o alcance dos *stakeholders* envolvidos



*Intervenção urbana em Cartucho, no bairro de Santa Inés em Bogotá, na Colômbia.*

irão variar de acordo com a natureza e a complexidade do problema. Podem ser mobilizados desde proprietários de imóveis, inquilinos, associações comunitárias, associações de comerciantes, instituições como escolas clubes, entidades culturais, até instituições oficiais de governo local, polícia etc. (Zahm, 2007).

Assim, projetos comunitários de segurança, especialmente envolvendo a polícia, encontram condições mais favoráveis quando existem interesses locais para essa articulação (Beato, 2004). No caso de Bogotá, foram criadas com o apoio da Câmara de Comércio as “Zonas Seguras”, na qual foram definidas algumas quadras em áreas comerciais, onde a polícia com o apoio da comunidade teria uma presença permanente. Esse programa era parte integrante de um eixo mais amplo de fortalecimento da Polícia Metropolitana que incluía melhorias na comunicação e mobilidade, infraestrutura, capacitação, polícia de proximidade, gestão para o trânsito e modificações gerenciais (Acero, 2006).

### **A construção de cavalos de Troia**

Uma das consequências que têm a ver com a insegurança e o medo é que essas condições minam a qualidade de vida. Contudo, nem sempre essas condições podem ser satisfeitas. A precariedade de capital social nas áreas extremamente empobrecidas que a migração de grandes contingentes populacionais terminou criando em muitas dos *hotspots* de violência também é outro componente a ser tomado em consideração nas dificuldades que enfrentam os projetos. Daí a

necessidade de termos estratégias a serem exploradas na exploração de redes de relações entre moradores, lideranças, servidores públicos que se veem às voltas com as atividades de gangues em seus territórios.

De certa maneira, são as *intervenções indiretas de controle social*, que consistem em atuar na infraestrutura urbana e melhoramentos nos bairros, mas que, sob determinadas condições, parecem ter efeitos sobre a insegurança e a violência. Em condições de extrema vulnerabilidade e pobreza, intervenções de natureza urbanística e provisão de infraestrutura podem se constituir numa boa forma para catalisar processos de empoderamento e consequente controle social, mediante a participação de atores e lideranças locais em parceria com autoridades. Isso ocorrerá se dadas condições adequadas para que as ações de engenharia e urbanismo possam prosperar, bem como das emergência de novas redes de relações locais que terminem melhorando as condições de segurança.

Esse último aspecto é de particular interesse, porque ele parte justamente de intervenções físicas genéricas, mas que terminam constituindo-se numa espécie de “Cavalo de Troia” para que condições locais de segurança prosperem pela forma como o processo é conduzido. Muitas intervenções de caráter integral e participativo podem ser classificadas nesse tipo.

Uma atenção especial deve ser conferida às redes locais que tornam possível ou inviabilizam o exercício de controle social por parte dos moradores, bem como sua relação com as instituições públicas. Os tipos de articulação existentes entre grupos e organizações locais são cruciais para compreendermos como se exerce a capacidade local de controle de comportamento sobre jovens e grupos que estejam comprometendo as condições de segurança.

### **À guisa de conclusão**

Ao fim e ao cabo, talvez devêssemos aprender com o personagem a refletir sobre Alexandria, em *Justine*, de Lawrence Durrell, para quem “nenhum de nós é responsável pelo que se passou. É a cidade que deve ser julgada, embora seja sobre nós, os seus filhos, que recaia a punição”. Nossas cidades possuem dinâmica e vida próprias, que devemos aprender a conhecer, respeitar e conviver. Elas guardarão suas marcas indeléveis em nós, e quaisquer coisas que desejamos alterar deverão respeitá-las.

Não existe outra terra, meu amigo, nem outro mar,  
Porque a cidade irá atrás de ti; as mesmas ruas  
Cruzam sem fim as mesmas ruas; os mesmos  
Subúrbios do espírito passam da juventude à velhice,  
E tu perderás os teus dentes e os teus cabelos  
Dentro da mesma casa. A cidade é uma armadilha.  
Só este porto te espera,  
E nenhum navio te levará onde não podes.  
Ah! então não vês que te desgraçaste neste lugar miserável

E que a tua vida já não vale nada,  
Nem que vás procurá-la nos confins da terra?

Konstantinos Kavafis  
Justine, Lawrence Durrell, 1986  
tradução de Daniel Gonçalves

#### Notas

- 1 Disponível em: <<https://homicide.igarape.org.br>; <https://knoema.com/UNODCHIS2015/unodc-international-homicide-statistics-2014>>; <[http://www.vanderbilt.edu/lapop/ab2014/AB2014\\_Comparative\\_Report\\_English\\_V3\\_revised\\_011315\\_W.pdf](http://www.vanderbilt.edu/lapop/ab2014/AB2014_Comparative_Report_English_V3_revised_011315_W.pdf)>.
- 2 Disponível em: <<https://www.economist.com/graphic-detail/2017/03/31/the-worlds-most-dangerous-cities>>.
- 3 Disponível em: <[http://www.vanderbilt.edu/lapop/ab2014/AB2014\\_Comparative\\_Report\\_English\\_V3\\_revised\\_011315\\_W.pdf](http://www.vanderbilt.edu/lapop/ab2014/AB2014_Comparative_Report_English_V3_revised_011315_W.pdf)>.
- 4 “*phony drug salesman ... low-level drug dealers, chain snatchers ... [j]unkies alone in their heroin/cocaine dreamworld ... predatory chickenhawks spying on underage trade looking for pickups ... male prostitutes of all ages ... [t]ranssexuals, hustlers, and closeted gays with a fetishistic homo- or heterosexual itch to scratch ... It was common to see porn stars whose films were playing at the adult houses promenade down the block. ... Were you a freak? Not when you stepped onto the Deuce. Being a freak there would get you money, attention, entertainment, a starring part in a movie. Or maybe a robbery and a beating.*”

#### Referências

- ACERO, V. H. Os governos locais e a segurança cidadã. World Bank, 2006.
- BEATO, C. Reinventar la policía: la experiencia de Belo Horizonte. In: *Calles más seguras*. Washington: Inter American Development Bank, 2004. v.1, p.100-34.
- \_\_\_\_\_. *Crime e cidades*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- BRATTON, W. *Turnaround*. How America's Top Cop Reversed the Crime Epidemic. New York: Random House, 1998.
- BRIFFAULT, R. A Government for our Time? Business Improvement Districts and Urban Governance. *Columbia Law Review*, v.99, n.365, 1999.
- CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de muros*. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.
- CALVINO, I. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CRISP, 2012. Relatório I Pesquisa Nacional de Vitimização. [www.crisp.ufmg.br](http://www.crisp.ufmg.br)
- DURRELL, L. *Justine*. Lisboa: Ulisseia, 1986.
- GROSS, J. S. Business Improvement Districts in New York City's Low-Income and High-Income Neighborhoods. *Economic Development Quarterly*, v.19, n.2, p.174-89, May 2005.



- HOBBS, T. *Leviatã*. In: \_\_\_\_\_. *Os pensadores*. São Paulo: Abril, 1979.
- HOYT, L. Collecting private funds for safer public spaces: an empirical examination of the business improvement district concept. *Environment and Planning B: Planning and Design*, v.31, p.367-80, 2004.
- JACOBS, J. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LEVI-STRAUSS, C. Tristes trópicos. In: \_\_\_\_\_. *Os pensadores*. São Paulo: Abril, 1980.
- LISPECTOR, C. Mineirinho. In: \_\_\_\_\_. *Para não esquecer*. São Paulo: Ática, 1979.
- LLORENTE, M. V.; RIVAS, A. *Estudio de caso: la caída del crimen en Bogotá: una década de políticas de seguridad ciudadana*. Word Bank. Departamento de Finanzas, Sector Privado e Infraestructura. Washington DC.: PAMUK, Ohran, 2005. [Istambul. Companhia das Letras]
- MAPLE, J. *The crime fighter*. New York: Broadway Books, 1999.
- OSORIO, D. P. *Proyectos Urbanos Integrales – PUI*. In Laboratório Medellín. Catalogo de Diez Práctivas Activas. Alcaldía de Medellín, 2011.
- PIQUET CARNEIRO, L. Segurança. Qual o papel dos municípios? Seminário na Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte. Minas Gerais. 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=iIfixwMYxZs>>.
- SENNET, R. *The Uses of Disorder: Personal Identity and City Life*. New York. W.W. Norton, 1970.
- WIESBURD, D.; GROFF, E.; YANG, S.-M. *The Criminology of Place*. Street Segments and our Understanding of the Crime Problem. Oxford University Press, 2012.
- WITTGENSTEIN, L. Investigações filosóficas. In: \_\_\_\_\_. *Os pensadores*. São Paulo: Abril, 1980.
- ZAHM, D. Using Crime Prevention through Environmental Design and Problem Solving. COPS/US Department of Justice. Problem-Oriented Guides for Police Problem-Solving Tools Series, n.8, 2007.

*RESUMO* – Este ensaio irá discutir como ambientes urbanos afetam a sensação de medo, e a qualidade de vida das pessoas. Estes sentimentos tem sido um importante componente da vida urbana nos grandes centros brasileiros e latino-americanos. Esta será uma reflexão sobre algumas possibilidades de lidar com este problema. Especificamente, trataremos das intervenções de requalificação e revitalização urbanas.

*PALAVRAS-CHAVES*: Cidades e crime, Medo, Revitalização urbana.

*ABSTRACT* – This essay will discuss how urban environments affect the feeling of fear and people’s quality of life. This feeling has been an important component of urban life in large Brazilian and Latin American urban centers. This will be a reflection on some

possibilities of dealing with this problem. Specifically, we will deal with urban redevelopment and revitalization interventions.

*KEYWORDS:* Cities and crime, Fear, Urban revitalization.

*Claudio Beato* é coordenador Centro de Estudos em Criminalidade e Violência (Crisp), da Universidade Federal de Minas Gerais. @ – claudiobeato@crisp.ufmg.br  
<https://orcid.org/0000-0002-0145-7454>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

Recebido em 30.5.2019 e aceito em 18.6.2019.

# Segurança pública como simulacro de democracia no Brasil

RENATO SÉRGIO DE LIMA<sup>1</sup>

EM 2017, a Editora Contexto convidou-me para escrever um pequeno verbete sobre “violência”, que compôs uma coletânea de capítulos organizados por Jaime Pinsky (2017) para comemorar os 30 anos de fundação da editora. Para produzi-lo, utilizei algumas reflexões que, posteriormente, publiquei no artigo “Violence and Public Safety as a Democratic Simulacrum in Brazil” (Lima, 2018) e que servem de base para o debate que pretendo fazer neste artigo. É importante explicitar que este texto reproduz e amplia muitas das minhas preocupações teóricas já expostas em outros textos e incorpora contribuições e debates que tenho feito tanto na esfera acadêmica quanto na esfera pública por intermédio de intervenções na mídia e dos textos publicados no Blog Faces da Violência, que mantenho no site do jornal *Folha de S.Paulo* (<https://facesdaviolencia.blogfolha.uol.com.br/>). Nesse movimento, reconheço que, para um leitor que já tenha se debruçado sobre outras publicações de minha autoria, este texto pode soar, em uma primeira impressão, repetitivo. Só que, ao fazer essa opção, estou assumindo o caráter de uma reflexão inconclusa, que não se esgota em apenas um texto e que precisa ser adensada e revisitada muitas vezes. A repetição é, portanto, instrumental e cumpre um objetivo intelectual.

Também é válido ressaltar que boa parte da reflexão que tenho feito sobre a conformação do campo da segurança pública é produzida na dupla chave da minha inserção profissional, que mistura minha dedicação acadêmica para compreender as respostas públicas ante o crime, o medo e a violência com o ativismo em torno da agenda de transparência e *accountability* na área, em muito potencializado pelos dados e informações compiladas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, organização que dirijo desde 2007. Ao longo dos anos, expor e reforçar teses, dados e argumentos que tiveram origem nas reflexões acadêmicas sobre as características que singularizam a segurança pública no Brasil mostrou-se uma poderosa ferramenta de comunicação e análise. E, em sentido inverso, produzir e compilar estatísticas públicas sobre os mais variados temas da área revelou-se um instrumento metodológico fundamental para o avanço teórico da produção sociológica e/ou da administração pública sobre os limites do campo.

Assim sendo, tenho empreendido esforços para compreender a permanência histórica da violência como linguagem e como uma das mais marcantes

características societárias do país. Violência essa que se manifesta de diferentes formas, na ocupação de terras indígenas durante a colonização portuguesa; na escravidão; nos conflitos agrários; na repressão política e/ou na violência e criminalidade urbana. É a partir da permanência da violência que constato que, trinta anos após a retomada democrática, o Brasil parece encerrar um ciclo de apostas na ampliação da agenda de direitos civis, humanos e sociais e retoma concepções que têm, em Jair Bolsonaro e suas falas de apologia, exatamente à violência, um dos seus principais sintomas.

Até pouco tempo atrás, considerando as várias tentativas de políticas públicas de fortalecimento dos direitos humanos no Brasil que marcam os anos 1990 e 2000, imaginávamos que a agenda de direitos era uma conquista civilizatória irreversível. O fato é que muitos segmentos da opinião pública e dos atores políticos tinham, quando da redemocratização, no final dos 1980, a crença em uma inexorável modernização do país. E, para entender tal crença, bastaria olhar para o que ocorria no mundo naquela década sob a regência de Ronald Reagan, Margareth Thatcher e Mikhail Gorbatchov, que estavam transformando o cenário geopolítico global, que, em 6 de novembro de 1989, culminou com a queda do Muro de Berlin e o fim da guerra fria.

Passada a empolgação com o fim da guerra fria, a entrada em cena de novos atores globais como os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que pressionariam por transformações nas regras de governança do planeta e incentivariam a emergência da cooperação Sul-Sul; o crescimento econômico chinês; a corrida por uma nova matriz energética menos dependente do petróleo do Oriente Médio; a revolução tecnológica, digital e das comunicações, impulsionada pela internet e pelas redes sociais; as crises econômicas como a vivida em 2008 ou as crises humanitárias, políticas e de refugiados recorrentes (Venezuela, Síria, Líbia, Haiti, Palestina ou em várias nações da África); os ataques terroristas da Al-Qaeda às Torres Gêmeas e do Estado Islâmico com suas decapitações midiáticas e seus “lobos solitários”; as prisões em Guantánamo; a guerra ao terror e suas táticas invasivas que fortalecem as agências de inteligência a níveis capilares da vida cotidiana; a ameaça de desestabilização posta pela nuclearização da Coreia do Norte; a guerra às drogas na América Latina e Central; e, por fim, novas ondas de xenofobia, intolerância e culto ao ódio passaram a fazer parte do cotidiano do mundo e acabaram com todas as antigas certezas. O aparato do direito humanitário internacional e do sistema de proteção de direitos humanos no mundo foi colocado à prova. Há o resgate dos nacionalismos, cujos maiores emblemas serão, por anos, a saída inglesa da União Europeia (Brexit), a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e sua posterior defesa intransigente da construção do muro entre os Estados Unidos e o México. Isso para não mencionar a eleição de defensores da violência estatal como Rodrigo Duterte, nas Filipinas, e de vários representantes da ultradireita autoritária em países como Turquia e Hungria.

E, como era de esperar, o Brasil não ficou imune a esses processos históricos e geopolíticos. Inicialmente, no final da década de 1980, o país emergia disposto a repactuar regras de convivência entre seus cidadãos e, em 1988, promulga a “Constituição Cidadã”, cuja centralidade na vida do país parecia selar as pazes do Estado com a sociedade, reforçar direitos sociais e políticos e incluir milhões de brasileiros em um novo e mais justo modelo de desenvolvimento. Entrávamos no clima de otimismo do momento e um projeto de país era anunciado; a utopia da paz e do equilíbrio mundial renovava, à época, nossas esperanças por uma vida melhor. Mas a questão é que nossa coragem em modernizar o país não foi completa e foi interrompida e contagiada por preconceitos, traumas do golpe de 1964 e tabus. Não mudamos a arquitetura institucional do Estado brasileiro em temas nevrálgicos para a consolidação da democracia e ampliação da cidadania.

Em termos econômicos, nos anos 1990 e 2000, o Brasil levou adiante esse novo projeto de país e passou por um forte movimento de ajuste e estabilidade macroeconômica, de ampliação de programas sociais e de redução da pobreza e da desigualdade. Nesse período, o país experimentou diversos ganhos sociais e econômicos. O sentimento era de que, enfim, o gigante deitado eternamente em berço esplêndido se levantava e se lançava com força para o futuro – sentimento que fora tão bem traduzido na capa da revista *The Economist* do final de 2009 e que, iconicamente, retratava a estátua do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, decolando como um foguete rumo ao espaço. Mas a utopia da paz foi cedendo espaço para um cenário distópico de devastação moral e política.

Múltiplos acontecimentos e narrativas cruzadas foram se sobrepondo e o Brasil foi se dando conta, ainda que tardiamente, de vários dos seus erros e tragédias. Entre eles, o flagelo da corrupção e a perversidade da lógica patrimonialista que a incentiva foram alçadas a tema da agenda política nacional, em especial após as grandes manifestações sociais de 2013, que sinalizaram para o esgotamento do sistema de representação política e para a enorme insatisfação da população com o modo como a política é exercida no país. A esquerda política, que até então era hegemônica, começa a ser associada às mazelas do país, e um novo tempo social, de direita, começa a tomar forma e conquistar corações e mentes da população.

Sem dúvida, nossas opções institucionais mostraram-se frágeis e sem lastro de realidade, já que reformas estruturais necessárias à estabilidade da nação não foram conduzidas e, pior, foram interditadas por disputas de poder e de interesses privados ou corporativistas. Em muito porque, não obstante o sentimento de modernização que tinha tomado conta do imaginário social no final dos anos 1980, a gestão da máquina pública mostrou-se até hoje pouco aderente aos princípios da Constituição de 1988 e mais disposta a manter espaços opacos de poder. O foco das atenções políticas ficou circunscrito à dimensão socioeconômica e não houve mudanças estruturais significativas, relegando a gestão da ordem para as mãos de instituições ainda permeadas por culturas organiza-

cionais muito arraigadas e não necessariamente informadas pelos pressupostos democráticos e de garantia de direitos civis e humanos.

Esse movimento manifesta-se de forma muito intensa no campo organizacional das políticas públicas de segurança e pode ser traduzido, por exemplo, na ausência de regras formais que regulamentem as funções e o relacionamento das polícias federais e estaduais, e mesmo das polícias civis e militares. Além disso, ele produz no Brasil um quadro de diversos ordenamentos para a solução de problemas sem, contudo, logarmos grandes avanços em boa parte do território nacional (Costa; Lima, 2014). As várias iniciativas de redução da violência acabam, mesmo que bem-sucedidas em um primeiro momento, por se diluir na alternância de lideranças e de mudanças de prioridades políticas e institucionais. Há um hiato entre discursos e práticas que interdita ganhos permanentes na redução da criminalidade; há uma crise profunda de governança da segurança pública que aqui pretendemos trazer à tona e que, na prática, não permite que o Estado tenha o monopólio legítimo da violência em suas mãos.

Enquanto isso, entre otimismo, patrimonialismos e crises da *realpolitik*, uma variável foi se mostrando constante no país: a violência, seja ela cometida pelos “criminosos”, pela sociedade, ou pelo Estado. A violência ainda é vista como uma resposta legítima ante o crime, o medo e a insegurança. Ela é aceita como parte constituinte das nossas relações sociais. Pouco fizemos ao longo dos últimos trinta anos de democracia para interditá-la ética e politicamente. E, mais do que um argumento retórico, essa afirmação pode ser constatada até mesmo pelas precárias estatísticas públicas da área divulgadas no Brasil.

Em outras palavras, segundo os vários indicadores compilados desde 2006 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, pelo Ipea e por pesquisas de outras organizações, o Brasil mostrou-se incompetente na redução da violência. Todavia, não estamos sozinhos, posto que, nesse período, uma pesquisa sobre programas de redução de homicídio em América Latina (Cano; Rojido, 2016) mostra que um de cada quatro homicídios no planeta acontece em quatro países: Venezuela, Colômbia, México e Brasil. E, enquanto a maioria dos continentes apresenta uma redução progressiva de tais mortes, a América Latina experimenta um aumento significativo da violência letal nos últimos anos e não sabe bem como empreender reformas de suas estruturas policiais e judiciais (Basombrio, 2013). O Brasil, sozinho, é responsável, em média, por 12% dos homicídios do mundo com apenas aproximadamente 3% da população mundial.

A partir dos anos 1980, a taxa de homicídios brasileira cresceu em média 20% ao ano e, desde 2014, convivemos com um patamar com cerca de 60 mil mortes violentas intencionais<sup>1</sup> anuais (uma taxa nacional de mais 28 mortes para cada 100 mil habitantes), mais de 50 mil estupros registrados e índices inaceitáveis de letalidade e vitimização policial, que se traduzem na morte de, ao menos, dezoito pessoas por dia por intervenções policiais e faz que o risco de um policial ser morto seja, em média, três vezes superior ao da população em geral.

Mas a violência não atinge a todos de forma equânime. A maior parte dos homicídios está concentrada na Região Nordeste do país e vitima jovens entre 15 e 24 anos de idade, negros e inseridos em contextos de vulnerabilidade social, urbana e de conflitos interpessoais (moradores de favelas, brigas em bares, violência doméstica, contra a mulher, entre outras modalidades). Nesse contexto, o risco relativo de um jovem negro morrer assassinado é, na média brasileira, 2,5 vezes superior ao de um jovem branco, e, em Pernambuco e na Paraíba, esse risco sobe para 11 e 13 vezes, respectivamente (Brasil, 2015). Além disso, as mortes concentram-se em determinados bairros e territórios e, em 76% das vezes, são cometidas com o uso de armas de fogo, em sua maioria armas leves, como revólveres e pistolas de fabricação nacional (Ipea, 2016; Fórum..., 2016). As características dos homicídios no Brasil são, desse modo, consistentes com os de estudos em outros países do mundo que destacam duas características principais dos homicídios: 1) a população mais exposta à violência letal é composta por jovens, do sexo masculino e com acesso a armas de fogo; 2) os homicídios demonstram um padrão não aleatório de concentração espacial e ocorrem em áreas urbanas mais vulneráveis (Macdonald; Wilson; Tita, 2005).

Sob essa óptica, os homicídios assumem características multicausais e não podem ser reduzidos a uma única motivação, como muitas vezes discursos eleitoreiros reducionistas fazem crer (Lima, 2002). Porém, se estratégias de resolução de problemas fossem priorizadas, tais mortes poderiam ser prevenidas e evitadas, desde que as respostas públicas conseguissem se articular de forma mais eficiente e efetiva e que houvesse balizas mais claras acerca das expectativas e do manejo das forças policiais brasileiras. E não só: as polícias têm que lidar com o fato de que a violência se traduz em várias outras manifestações e efeitos, como as constantes ameaças do crime organizado, a corrupção, o crescimento dos feminicídios e da violência sexual contra mulheres, os roubos, os linchamentos, as mortes de índios e conflitos agrários.

Convivem ainda com altas taxas de impunidade (menos de 25% dos homicídios do país são esclarecidos e, dentre esses, leva-se em algumas cidades até 9,5 anos para se levar um réu identificado a julgamento) (Ribeiro et al., 2014). Ao mesmo tempo, temos que administrar aproximadamente 730 mil presos cumprindo penas de prisão no Brasil, e, em média, 40% deles são presos provisórios que aguardam julgamento.

Em suma, o Estado tem que gerir a ordem em uma sociedade violenta e com medo, na qual todos têm uma história de violência a contar ou conhecem quem dela já tenha sido vítima – cerca de um terço da população adulta com 16 anos ou mais de idade conhecia pessoas que foram assassinadas (Fórum..., 2016). A violência nos dessensibiliza e, em vários momentos, é cultuada por segmentos expressivos da população como resposta possível do Estado ante o crime ou, até mesmo, como recurso legítimo ante as estruturas desiguais da sociedade brasileira. Há uma forte fratura social sobre como lidar com crimes

e criminosos e, pelos levantamentos disponíveis, temos que cerca de 57% dos brasileiros concordam com a frase “bandido bom é bandido morto”, e a adesão à ideia dessa frase encontra mais eco em homens, brancos, com mais de 30 anos e moradores de cidades com menos de 50 mil habitantes e da região Sul do país (Fórum..., 2016).

O país experimenta, assim, uma acentuada batalha simbólica pela legitimidade do matar. E, conseqüentemente, algumas mortes serão aceitas como inerentes à “guerra” instituída entre segmentos da própria sociedade brasileira, que muitas vezes irá reforçar não só a violência, mas a perversa fratura da sociedade entre “cidadãos de bem” e “bandidos”, e aos primeiros a garantia regulada de direitos sociais e políticos, tão bem narrada por Wanderley Guilherme dos Santos (1979), e aos últimos o rigor da lei e da vingança. Por sinal, as categorias socio-culturais “cidadão de bem” e “bandido” parecem, respectivamente, substituir, via rotulação moral racializada, as categorias socioeconômicas “trabalhador” e “vagabundo”, que estruturava as relações sociais e as relações entre polícia e sociedade no país até a década 1980 (Bueno et al., 2016). Não fomos capazes de alterar o paradigma de cidadania no Brasil, cuja marca sempre se assentou em um sistema de cidadania diferenciada que trata alguns como cidadãos de direitos e outros como se não o fossem. Cidadania essa que se utiliza de marcadores sociais como educação, propriedade, raça, gênero e ocupação para proporcionar tratamentos diferentes para diferentes categorias de cidadãos (Holston, 2013).

Nesse sentido, e a partir de uma perspectiva histórica da política brasileira, a cidadania regulada de Wanderley Guilherme dos Santos (1979), que explica a política econômico-social do país a partir da década de 1930 e vincula a cidadania à estratificação ocupacional; o conceito de trabalhador desenvolvido por Alba Zaluar (1985), que fornece subsídios para pensarmos a formação da identidade social de parcelas da população, mas que se mostra fundamental para compreendermos a relação que esses sujeitos estabelecerão com o Estado; e mais recentemente a noção de disjuntividade da democracia defendidos por Teresa Caldeira (2000) e James Holston (2013), que não é capaz de efetivar direitos civis para toda a população, ao mesmo tempo em que deslegitima a noção de direitos humanos, são elementos que se mostram extremamente atuais e que definem não apenas o lugar de fala de parcelas significativas da população brasileira, mas são decisivos para compreender a sua posição na hierárquica e desigual relação entre sociedade e Estado no Brasil.

Na operação de tais clivagens, violência e crime ocupam papéis-chave que não foram transformados por completo pela redemocratização brasileira. Segundo Lima e Sinhoretto (2010), a retomada democrática até conseguiu introduzir tensões no campo da segurança pública que, se não permitem a incorporação de consensos mínimos relativos às transformações no modelo institucional vigente, fomentam o debate sobre um modelo de ordem pública baseada na cidadania, garantia de direitos e acesso à justiça. No entanto, tais tensões ficam no plano



do discurso político e estratégico enunciado por boa parte dos programas de combate à violência desenvolvidos nos últimos anos e acabam subsumidas, nos planos tático e operacional, à discussão sobre critérios de alocação de efetivos e de adoção de novos recursos materiais e tecnológicos. São poucas as iniciativas que conseguem mudar padrões de policiamento.

Em termos globais, não obstante as características societárias e identitárias do Brasil, países com altas taxas de homicídio como El Salvador, Colômbia, África do Sul, Congo, Rússia, dentre outros, possuem uma série de características comuns que vão além dos fatores de risco, tais como altos índices de corrupção, baixos investimentos em saúde e educação, instabilidade dos regimes políticos, desigualdade e clivagens étnicas, religiosas e ideológicas. No sentido contrário, sociedades que concentram baixas taxas de homicídio tendem a possuir regimes políticos mais estáveis, são *accountables* aos cidadãos, possuem sistemas de justiça criminal, saúde e educação efetivos, menores índices de desigualdades e maior engajamento cívico (Nivette, 2011; Eisner; Nivette, 2012). No caso do Brasil, um país de médio desenvolvimento, intercala características dos dois tipos de sociedade, com predominância daquelas com altas taxas de homicídios.

Com base nesse contexto, se observarmos os diversos programas, ações e políticas públicas que foram adotadas por estados e pela União nos últimos vinte anos na tentativa de contribuir para a redução dos homicídios, vamos constatar que quase todos foram formulados com o objetivo de incrementar a eficácia e a eficiência do que já existe. Com exceção do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), implementado em 2006 pelo governo federal, e que teve um objetivo de mudança doutrinária a lhe dar suporte, todos os demais projetos em curso são projetos de inovação da gestão, que não visaram novas práticas ou remodelagem institucional. Em sua maioria, os projetos concentraram suas energias no tripé estruturação de sistemas de análise criminal e de fixação de metas orientadas por problemas, à semelhança do modelo *CompStat*, dos Estados Unidos, que faz uso intensivo de informações, aperfeiçoamento da inteligência e da investigação criminal e aproximação com a população, levadas a cabo em SP, RJ, PB, PE, ES, BA, CE, DF e MG.

Nota-se que os programas nacionais de redução de crimes violentos, ao menos na sua concepção e formulação, alinham-se às melhores práticas existentes no mundo. No entanto, nota-se que, no caso brasileiro, reformas legais mais substantivas permanecem ausentes e/ou com um dever ser fortemente disputado em seu sentido e significado. A incorporação das inovações propostas pelos programas de redução da violência será, portanto, residual e pendular, a depender de quem, individualmente, ocupe a posição de poder e de governança das instituições policiais. Como resultado, a pressão por ações efetivas de redução da violência letal é traduzida em políticas de prevenção e enfrentamento da violência letal generalistas e sem foco e pouco engajam, por exemplo, os Ministérios Públicos e o Poder Judiciário na mudança de paradigma em relação a como pro-

ver segurança pública e direitos. E, no plano prático, novos recursos humanos, financeiros e materiais são alocados pelos dirigentes políticos mais em função daquilo que é entendido eleitoralmente como prioritário em detrimento do que seria fruto de políticas públicas mais precisas e eficientes.

Temos, em conclusão, um grande problema de implementação dos programas formulados. Problema esse que está fundado em uma característica pouco estudada do pacto federativo brasileiro e da arquitetura institucional que o sustenta: a inexistência de mecanismos de governança e coordenação federativa e republicana que ajude a organizar as respostas públicas ante o crime, o medo e a violência. O dilema de implementação deriva do modelo de governança das políticas criminais e penitenciárias adotado do país. Com isso, a gestão cotidiana da ordem e da segurança pública acaba capturada por um simulacro que autonomiza as instituições e a afastam da agenda de direitos civis e humanos.

### **Governança em Segurança Pública<sup>2</sup>**

O debate em torno da governança da segurança pública tem estado na ordem do dia a partir das mudanças que o mundo sofre sobretudo com o fim da guerra fria, na medida em que se tem discutido o papel do Estado na administração dos diferentes tipos de conflitos sociais.<sup>3</sup> Nesse texto, o conceito assumido como o mais adequado ao contexto brasileiro é o Pluralismo Ancorado, formulado por Loader e Walker (2007). Esse conceito tem como ponto central a oposição ao modelo de governança nodal que retira do Estado o papel de instância principal e reguladora das relações estabelecidas no arranjo organizacional da segurança. Muito preocupada com a perspectiva democrática, a pergunta de fundo do pluralismo ancorado é: quem, na ausência de um Estado regulador, terá a responsabilidade de monitorar as redes de segurança e proteger os direitos das comunidades mais vulneráveis? Que instância ou ator serviria como último recurso na defesa da ordem pública? Essa perspectiva foi criada por Loader e Walker (2007) para defender a necessidade da presença do Estado na governança da segurança e se utiliza da perspectiva de rede.

Segundo os autores, o Estado permanece como ator fundamental na formação de identidades sociais, assim como único capaz de alocar de forma precisa os recursos coletivos, sendo um ator legítimo para a regulação das redes de segurança e para criar canais de deliberação para que as Polícias sejam moldadas com base na participação democrática. Isso, por sua vez, aumenta a percepção da população em relação à legitimidade do Estado como esfera regulatória. Nesse sentido, o Estado tem uma posição crucial nessa rede relacional entre agências estatais, mercado e sociedade civil.

Por esse conceito, percebemos que as instituições públicas responsáveis por prover justiça criminal e segurança no país, bem como garantir os direitos trabalham muito, mas trabalham quase sem nenhuma coordenação e articulação. Cada uma atua em uma direção e sem convergência de metas e de processos sem que uma política criminal baseada nos comandos constitucionais seja

efetivamente implementada. Essa descoordenação gera brechas ocupadas pelo crime organizado, que prospera nos espaços e territórios que o Estado não alcança. Em termos formais, as Figuras 1 e 2 representam a multiplicidade de atores e esferas de governo que devem ser passíveis de coordenação no âmbito de um Sistema Nacional de Segurança Pública e que não é visto desse modo na operação cotidiana (mais de 1.300 organizações públicas cujas ações afetam a segurança pública). Porém, pelo pacto federativo brasileiro, não há nenhum órgão de Estado (MP, Polícia, Defensoria, Tribunal de Contas etc.), Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) ou instância (federal, estadual ou municipal) com competência legal para coordenar esforços públicos na segurança de forma transversal (linha pontilhada na Figura 2).

### **Segurança como simulacro de democracia**

Ao reconhecer que nosso problema na segurança pública é de governança e falta de coordenação federativa e republicana, é válido notar que o Estado opera um forte paradoxo que erode a confiança nas leis e nas instituições. Por esse paradoxo, as polícias geram mais temor do que confiança e respeito, e o Ministério Público e o Poder Judiciário aparecem como distanciados da realidade, acatando sem maiores questionamentos o padrão de trabalho e o resultado do filtro realizado pelas polícias (Lima; Bueno; Mingardi, 2016). Já governos e legisladores oscilam entre se omitirem de responsabilidades ou assumirem o discurso do pânico e reproduzirem propostas impressionistas e sem nenhuma garantia de impacto real na redução do medo e da violência. E, na brecha, a insegurança e a violência acabam fortalecendo a organização do crime e pautando a relação entre polícia e comunidade; entre Estado e sociedade. As várias iniciativas de redução da violência se perdem nas disputas pelo sentido das políticas de segurança e ordem pública.

Mas por que isso ocorre? Entre outras razões, pelo fato de a nossa legislação e a jurisprudência dos nossos tribunais não definirem o que vêm a ser segurança e ordem públicas, dizendo apenas quais instituições por elas são responsáveis (Lima; Silva; Oliveira, 2013). Na ausência (ou na presença múltipla) de balizas legais, caberá à doutrina jurídica e à prática cotidiana das polícias e demais instituições do sistema de justiça criminal definirem quem será objeto de sua atenção e vigilância. E, na medida em que instrumentos de governança democrática dos mandatos das polícias não tenham sido estruturados (mecanismos de controle, transparência e prestação de contas), a tendência é que, diante da trajetória de dependência das organizações de justiça criminal e segurança pública, dirigentes políticos demandem ações pontuais e descontínuas deixando para a polícia a tarefa de atingir metas desejadas.

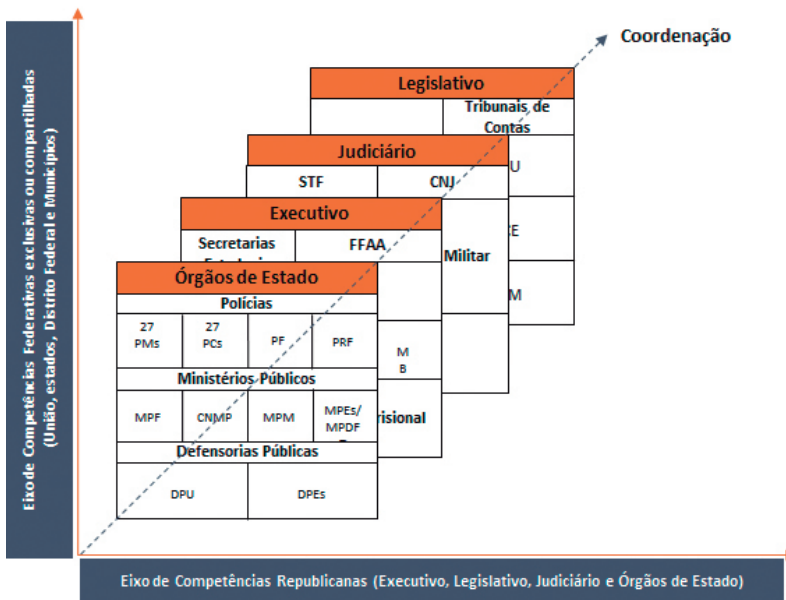
No limite, uma zona cinzenta é gestada como um simulacro de justiça e de segurança democrática, pelo qual a manutenção da ordem é reivindicada a partir dos princípios do Estado Democrático de Direito vigente, mas operada no dia a dia com base em práticas institucionais e culturas organizacionais pouco ou nada

| Atores e instituições estatais                            |                      |                 |   |                            |                        |  |
|---|----------------------|-----------------|---|----------------------------|------------------------|--|
| Órgãos de Estado  |                      |                 | Legislativo   |                            |                        |  |
| Polícias  |                      |                 | Produção Legislativa e CPIs (27 Assembleias Legislativas) | Tribunais de Contas        |                        |  |
| Polícias Militares (27)                                   | Polícias Cíveis (27) | Polícia Federal |   | Polícia Rodoviária Federal | TCU                    |  |
| Ministérios Públicos                                      |                      |                 |   | TCE (27)                   |                        |  |
| MPF   | CNMP                 | MPM             |   | MPES/MPDFT (27)            |                        |  |
| Defensorias Públicas                                      |                      |                 |   | TCM (2)                    |                        |  |
| DPU   |                      |                 | DPEs (27)   |                            |                        |  |
| Executivo   |                      |                 | Judiciário  |                            |                        |  |
| Secretarias Estaduais ou Municipais/Ministérios (27)      |                      |                 | FFAA  |                            | STF                    |  |
| Guardas Municipais (1.081) (169 armadas)                  |                      |                 | EB  |                            | CNJ                    |  |
| FAB   |                      |                 | MB  |                            | Justiça Comum (27 TJs) |  |
| Órgãos de Regulação (BACEN, Receita Federal, ANATEL, etc) |                      |                 | Sistema Prisional (27)                                    |                            |                        |  |
|   |                      |                 | Sistema Socioeducativo (27)                               |                            |                        |  |
|   |                      |                 | Justiça Militar (3 TJMs)                                  |                            |                        |  |

Fonte: Elaborado pelo autor, com contribuições de Samira Bueno, Arthur Trindade Maranhão Costa, Daniel Cerqueira, David Marques, Ursula Peres e Isabel Figueiredo.

Figura 1 – Mapeamento dos atores e esferas de governo do atual Sistema de Segurança Pública brasileiro.

Nota: Não incluí a Força Nacional por esta ser um programa e não uma organização independente.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 2 – Matriz do Atual Modelo de Governança do Sistema de Segurança Pública Brasileiro.

democráticas com práticas que, inclusive, aceitam a violência como linguagem das políticas públicas. Um simulacro que espelha e reflete de volta qualquer tentativa de modernização efetiva da segurança pública. Na aparência e/ou no plano do discurso, as organizações buscam se adaptar às demandas, mas, na essência, simulam novos padrões de atuação sem, contudo, implicar novas práticas ou culturais organizacionais (Lima, 2005; Lima; Almeida; Sinhoretto, 2010).

É por isso que o simulacro brasileiro se baseia não “na dissimulação, que é fingir não ter algo que se tem, mas na simulação, que é fingir ter o que não se tem” (Baudrillard, 1978), e descola-se da realidade em uma lógica independente e que se auto reproduz. Trata-se de um sistema perpassado pelo segredo, pela opacidade e falta de governança. Em outras palavras, aproveitando raciocínio contido em Lima (2016), as evidências colhidas ao longo deste artigo reforçam a ideia de que a repressão ao crime foi capturada não pelo objetivo de efetiva redução da violência, mas sim de retroalimentação da posição que vê a segurança pública como estratégia de controle do criminoso e defesa dos interesses do Estado.

Por essa posição, caberia às polícias o micro gerenciamento da ordem, entendida como ausência de questionamentos da ordem social vigente, e das fronteiras entre o legal e o ilegal, bem como a seleção e classificação da população entre as categorias “cidadão de bem” e “bandido”. Nela, a sociedade precisa ser mais tutelada e guiada sobre seus “reais” interesses do que ouvida. A violência é uma referência simbólica e que, em sendo empiricamente determinada (Porto, 2010), é moeda de troca e de tensões entre esfera política e esfera técnica entre governos e instituições. Assim, mais do que apenas constatarmos a adaptação de Garland (2008), que faz que as instituições se moldem para dissipar mudanças que poderiam comprometê-las, ou o *decoupling* (Meyer; Rowan, 1977) das organizações de justiça criminal e segurança pública, que simulam a adoção de determinadas práticas, estamos, ao que tudo indica, diante de um complexo sistema de equivalências morais e políticas que reforçam a violência e os traços autoritários da sociedade e do Estado brasileiro.

Assim, esse simulacro forma um caleidoscópio político institucional composto não apenas pelas polícias, mas envolve os Ministérios Públicos e o Poder Judiciário na conformação de cores, formas e imagens que matizam a realidade e mantêm intactas políticas criminais que aceitam a divisão da sociedade brasileira entre “cidadãos de bem” e “bandidos”, dissipando energias de mudanças, sejam elas externas, sejam, mesmo que mais fracas, internas. Ou seja, o que virá a ser um ato violento que deverá ser objeto de atenção será negociado (para alguns estados as mortes decorrentes de intervenção policial serão consideradas nas metas de redução; em outros, como redutores para corte de bonificação; e, por fim, em outros nem são consideradas) e não há consenso sobre o que deve ou não ser assim classificado. Como tradução, no plano sociopolítico e cultural, o Estado brasileiro e muitos segmentos da população não aceitam nem reconhe-

cer, por exemplo, que suas polícias matam demais, na ideia de que tais condutas seriam legítimas, pois são feitas em defesa da sociedade e contra “bandidos”. Dessa forma, a agenda de direitos no Brasil é cada vez mais sendo associada à defesa de criminosos.

Nesse processo, segurança pública não é vista como consequência do exercício da cidadania e fruto da conquista de direitos civis, mas operada como direito social regulado e, por conseguinte, sujeita à filtragem de quem a merece ou não. A própria Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, parece indicar essa confusão conceitual e as disputas citadas quando reconhece segurança pública como direito social e não como garantia de direitos civis, previstos em seu artigo 5º. A intenção foi indicar que segurança é um direito universal, mas, no limite, reforça que caberá às polícias a determinação de seus públicos e seus objetos de atenção e vigilância. Os mecanismos de governanças são vistos apenas como ferramentas de gestão e não como *frames* para a delimitação dos mandatos policiais.

O drama contemporâneo é que as declarações universais de direitos, entre outras normas nacionais e internacionais, tinham conseguido mudar discursos e tensionar práticas. Todavia, agora, uma nova onda impulsionada pelo tempo social da direita trava o debate político e coloca em xeque até mesmo os avanços conquistados em 1988. Há, como previsto por Foa e Mounk (2016) para os Estados Unidos e a Europa, o perigo da “desconsolidação” da democracia enquanto regime de governo mais adequado para administrarmos os conflitos sociais modernos, e no caso brasileiro esse perigo é multiplicado por, de fato, nunca termos implementado uma ampla agenda de direitos civis e termos conseguido, no máximo, avançar na ampliação de direitos sociais e de redução de alguns indicadores de desigualdade social.

É fato que avanços democratizantes até existiram nesses trinta anos, mas quase todos focados na administração da circulação legal ou ilegal do dinheiro e do patrimônio. A vida vale muito pouco no país. Até foram feitas conquistas nas esferas cível, família, consumidor, combate à corrupção e à indenização de anistiados políticos. Entretanto, quando o foco se desloca para a proteção da vida, há enormes segmentos da burocracia pública que ainda são movidos por uma cultura política autoritária e violenta, que não foram objeto de reformas substantivas.

Isso faz que nos julguemos corajosos e especialistas para falar de economia, de política, de terrorismo islâmico, de combate à corrupção e de programas sociais, mas, em paralelo, lenientes e cúmplices com a morte anual de milhares de pessoas, sobretudo os jovens, sejam eles policiais ou não policiais. Vivemos numa guerra muda que parece não mais provocar indignação social desde que circunscrita às periferias e favelas. E, em meio à exploração do medo e desse traço de identidade do brasileiro, mercadores misóginos e intolerantes da morte, travestidos de justiceiros e defensores da moral e dos bons costumes, dos “in-

defesos” e “desarmados” cidadãos, vão ganhando eleições e espaço no debate público da década de 2010.

Na crítica aos governos de esquerda que marcaram a década de 2000 na América Latina – que na segurança pública não se mostraram em nada diferentes de governos conservadores ou de direita –, o país vê crescer um movimento sectário perigoso, que eleitoralmente se assemelha ao que também estamos vendo nos Estados Unidos e na Europa, com a diferença básica de que, aqui, o inimigo é interno. Fantasmas da guerra fria são ressuscitados, como o medo do “comunismo”, e novas bandeiras são levantadas, como a da “escola sem partido”, a denúncia da ideologia de gênero, o resgate dos valores da religião ou a negação do racismo. E, para combater esse inimigo, surgem propostas para que conquistas da Constituição de 1988 sejam revistas, como o fim da universalidade das políticas sociais ou a limitação de direitos. Nesse movimento, temas que nem mesmo a Carta Magna teve coragem de enfrentar, como o da segurança pública, tendem a continuar interditados e reféns do medo e da violência.

Em um país de resiliente tradição violenta e autoritária, que vive em uma consciência superpovoada e dada à fadiga, nas palavras de Elizabeth Hardwick (1983), ficamos à espera de um salvador, talvez como resquício de um sebastianismo que marca nossa herança cultural, e estamos, ao que tudo indica, experimentando uma espécie de macarthismo à brasileira, que persegue toda e qualquer voz destoante do pensamento conservador que compreende a manutenção da ordem como imposição de um único e hegemônico modelo de comportamento e de projeto de país, independente de ele ser anterior ao ciclo de retomada democrática.

Em síntese, na defesa dessa concepção de ordem, o Brasil flerta e caminha a passos largos para a volta discursiva da intolerância e da violência como instrumentos de governar, em um perverso retrocesso simbólico e político. E, pior, retrocessos esses feitos sob o aplauso de milhões de brasileiros. O maior desafio da democracia brasileira para o futuro próximo será, portanto, o de transformar a vida em nosso maior valor ético e moral. Se não logarmos êxito, na melhor das hipóteses, continuaremos, como destaquei no texto de 2017, embarcados em uma nau perdida no Rio Tibre, primeira e longa travessia que leva as almas até o Purgatório, tão bem descrito na Divina Comédia, de Dante Alighieri.

## Notas

1 A categoria de mortes violentas intencionais (MVI) inclui os registros de homicídio doloso, roubo seguido de morte, lesão corporal seguida de morte, as mortes provocadas pelas polícias e o número de policiais mortos, a partir das bases de dados criminais produzidos pelas Unidades da Federação. A utilização dessa categoria de mortes violentas intencionais é, portanto, uma opção metodológica adotada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública para dar visibilidade ao fenômeno da violência letal registrada pelas organizações policiais no país em todas as suas esferas. Isso porque a categoria “homicídio doloso” não inclui dois tipos criminais importantes para compreensão da violência

letal no Brasil: o roubo seguido de morte (latrocínio) e as mortes decorrentes de intervenções policiais, também chamadas de autos de resistência.

2 A pesquisa de literatura foi feita por Samira Bueno como parte de projeto encomendado pelo Banco Mundial ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2018.

3 Democracias têm cada vez mais diversificado a provisão de policiamento através de uma infinidade de agências e agentes, o que por muito tempo foi visto como tarefa exclusiva do Estado soberano (Loader, 2000). O Estado ainda se mantém como estrutura fundamental de coordenação e supervisão do policiamento das instituições públicas, mas cada vez mais policiamento privado, arranjos policiais transnacionais, empresas de tecnologia em segurança dentre outros atores se colocam como parte de uma rede que é cada vez mais plural. Hoje a regulação da vida social se dá de maneira muito mais complexa e a partir de uma enorme diversidade de arranjos e atores, o que implica que a responsabilização e a coordenação do sistema precisam se modernizar.

## Referências

BASOMBRI, C. *Para onde vamos?* Análises de políticas públicas de segurança cidadã na América Latina. Washington DC: Woodrow Wilson Center, 2013.

BAUDRILLARD, J. *Cultura y Simulacro*. Barcelona: Editorial Kairós, 1978.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014. Brasília e São Paulo: Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

BUENO, S.; ASTOLFI, R.; PEKNY, A. C.; JARDIM, L. B. Excluir para legitimar: a disputa dos significados da segurança pública nas políticas de participação em São Paulo. In: OLIVEIRA JUNIOR, A. de. (Org.) *Instituições participativas no âmbito da segurança pública: programas impulsionados por instituições policiais*. Distrito Federal: Ipea, 2016. v.1, p.119-64.

CALDEIRA, T. P. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.

CANO, I; ROJIDO, E. *Mapeo de Programas de Prevención de Homicidios en América Latina y el Caribe*. Rio de Janeiro: Laboratório de Análise da Violência e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

COSTA, A. M. T.; LIMA, R. S. de. Segurança Pública. In: LIMA, R. S.; RATON, J. L.; AZEVEDO, R. G. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014. p.482-90.

EISNER, M.; NIVETTE, A. *How to Reduce the Global Homicide Rate to 2 per 100,000 by 2060 in The Future of Criminology*. Ed. Rolf Loeber, Brandon C. Walsh, Brandon. New York: Oxford University Press, 2012. p.219-28.

FOA, R. S.; MOUNK, Y. The Democratic Disconnect. *Journal of Democracy*, v.27, n.3, julho 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, Ano 10. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

GARLAND, D. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*.



- nea. Rio de Janeiro: Revan; Instituto Carioca de Criminologia, 2008. (Col. Pensamento Criminológico).
- HARDWICK, E. *Bartleby in Manhattan and other essays*. London: Weidenfield and Nicolson, 1983. p.216.
- HOLSTON, J. *Cidadania insurgente*. Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil., São Paulo: Cia. das Letras, 2013.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da Violência, 2016.
- LIMA, R. S. de. *Conflitos sociais e criminalidade urbana: uma análise dos homicídios cometidos no Município de São Paulo*. São Paulo: Sicurezza, 2002. v.1,
- \_\_\_\_\_. *Contando crimes e criminosos em São Paulo: uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.
- \_\_\_\_\_. A participação tutelada. In: OLIVEIRA JUNIOR, A. de. (Org.) *Instituições participativas no âmbito da segurança pública: programas impulsionados por instituições policiais*. Brasília: Ipea, 2016.
- \_\_\_\_\_. Violência. In: PINSKY, J. (Org.) *O Brasil no Contexto: 1987-2017*. São Paulo: Contexto, 2017. v.1, p.139-49.
- \_\_\_\_\_. Violence and Public Safety as a Democratic Simulacrum in Brazil. In: INTERNATIONAL JOURNAL OF CRIMINOLOGY AND SOCIOLOGY, v.7, p.159-72, 2018.
- LIMA, R. S. de; BUENO, S.; MINGARDI, G. Estado, polícias e segurança pública no Brasil. *Revista Direito GV*, v.12, p.49-85, 2016.
- LIMA, R. S. de; ALMEIDA, F.; SINHORETTO, J. Visões de política criminal em São Paulo. In: LIMA, R. S. de. (Org.) *Entre palavras e números: violência, democracia e segurança pública no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2010.
- LIMA, R. S. de; SINHORETTO, J. Qualidade da democracia e polícias no Brasil. In: LIMA, R. S. de. (Org.) *Entre palavras e números: violência, democracia e segurança pública no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2010.
- LIMA, R. S.; SILVA, G. A. C.; OLIVEIRA, P. S. Segurança Pública e Ordem Pública: apropriação jurídica das expressões à luz da legislação, doutrina e jurisprudência pátrios. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v.12, p.58-83, 2013.
- LOADER, I. Plural Policing and Democratic Governance. *Social & Legal Studies*, v.9, n.3, p.323-45, 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/096466390000900301>>.
- LOADER, I.; WALKER, N. *Civilizing Security*. Cambridge University Press, 2007.
- MACDONALD, J.; WILSON, J.; TITA, G. *Data-Driven Homicide Prevention*. An Examination of Five Project Safe Neighborhoods Target Areas. RAND Corporation, 2005.
- MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. *American Journal of Sociology*, v.83, n.2, p.340-63, set. 1977.
- NIVETTE, A. Cross-national Predictors of Homicide: A Meta-analysis. *Homicide Studies*, v.15, n.2, p.103-31, 2011.

- PINSKY, J. (Org.) *O Brasil no Contexto: 1987-2017*. São Paulo: Contexto, 2017. v.1.
- PORTO, M. S. G. *Sociologia da violência do conceito às representações sociais*. Brasília: Francis/Verbena, 2010. v.1.
- RIBEIRO, L. M. L. et al. O tempo do processo de homicídio doloso em cinco capitais. Relatório de Pesquisa. Carta Acordo Estudo resultante da Carta Acordo SRJ/PNUD/FUNDEP-MG 30543. 2014.
- SANTOS, W. G. dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. 138p.
- ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

*RESUMO* – Este trabalho visa compreender a permanência histórica da violência letal como uma das características sociais mais marcantes do Brasil, e defende o argumento de que a prevenção e o enfrentamento dos homicídios – entendidos em um sentido amplo que inclui todas as mortes violentas intencionais – são operados política e institucionalmente a partir de um simulacro simbólico que faz que iniciativas incrementais não atinjam a arquitetura das instituições de justiça criminal e segurança pública. Esse simulacro faz que a polícia e outras instituições pertencentes ao sistema de justiça criminal continuem operando a partir de um centro de políticas criminais que não depende do projeto democrático de segurança pública, proteção da vida ou direitos civis e humanos inaugurado pela Constituição de 1988.

*PALAVRAS-CHAVE:* Violência, Democracia, Segurança Pública, Governança, Simulacro.

*ABSTRACT* – This paper aims to understand the historical continuance of lethal violence as one of the most striking social characteristics of Brazil. The main argument suggests that preventing and tackling of homicides – understood in a broad sense that includes all intentional murders – are political and institutional operations ensuing from a symbolic simulacrum that causes incremental initiatives to fail to reach the architecture of institutions of criminal justice and public security. This simulacrum leads the police and other institutions of the criminal justice system to continue operating from a core of criminal policies that do not comply with the democratic public security project, i.e., with the protection of life and civil and human rights envisioned by the 1988 Constitution.

*KEYWORDS:* Violence, Democracy, Public Security, Governance, Simulacrum.

*Renato Sérgio de Lima* é diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas. Bolsista de Produtividade do CNPq.

@ – r.rsdlima@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-0935-699X>

<sup>1</sup> Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Recebido em 4.6.2019 e aceito em 23.7.2019.

# Humanização das prisões e pânico morais: notas sobre as “Serpentes Negras”

GUSTAVO LUCAS HIGA<sup>I</sup> e MARCOS CÉSAR ALVAREZ<sup>II</sup>

O principal ataque aos direitos humanos, que consolidou as imagens negativas ainda muito presentes junto à população, foi originalmente articulado durante o governo de Franco Montoro no estado de São Paulo. Montoro, o primeiro governador eleito depois do regime militar, lutou pelo retorno ao estado de direito e, uma vez eleito, tentou não só controlar os abusos policiais como também melhorar as condições das prisões em São Paulo. [...] Enquanto Montoro era apoiado por grupos de direitos humanos e partidos de centro e esquerda, os políticos de direita acusavam-no e a seus aliados de protegerem criminosos. Nessa campanha, os direitos humanos foram chamados de “privilegio de bandidos”. (Caldeira, 2000, p. 346)

## Introdução

**N**AS ELEIÇÕES gerais de 2018 – e para a surpresa de inúmeros analistas políticos –, o Brasil presenciou a emergência de uma nova conjuntura política, na qual discursos de dramatização da violência, de apologia da guerra contra o crime, de endurecimento das práticas penais e das políticas de segurança pública e de desvalorização dos direitos humanos se intensificaram e ganharam inédita audiência, ao propiciarem a eleição de inúmeros políticos em todo o país, em diferentes níveis e inclusive da presidência da República, claramente comprometidos com diferentes formas de punitivismo e de populismo penal.

Para além de questões mais gerais acerca da crise das democracias, presentes na atualidade em diversos contextos (Mounk, 2019; Levitsky; Ziblatt, 2018; Runciman, 2018), particularidades do contexto local devem ser levadas em conta para explicar tal fenômeno, já que muitas dessas posturas não são inéditas nas disputas políticas nacionais. Teresa Caldeira (2000) já identificara nos anos 1980 em São Paulo a emergência de um discurso contra os direitos humanos – caracterizados como “privilegios de bandidos” –, que se consolidou principalmente contra a gestão de Franco Montoro, primeiro governador eleito no estado depois do regime militar. Como afirma Caldeira (2000), Montoro lutou pelo retorno do Estado de Direito, tentou controlar os abusos policiais e também melhorar as condições das prisões em São Paulo, mas durante sua administração (1983-

1987), a preocupação com os crimes violentos tornou-se central nos debates políticos do período. Tendo em vista um contexto de percepção do crescimento da violência urbana, grupos políticos de direita acusaram a nova gestão de proteger criminosos e consolidaram paulatinamente uma imagem pública negativa em relação aos direitos individuais e civis no país (Caldeira, 2000, p.346).

Ainda segundo Caldeira (2000), esses discursos estariam alicerçados em três estratégias centrais. Em primeiro lugar, negariam a humanidade dos criminosos, apoiando-se em imagens estereotipadas em termos da luta do bem contra o mal. Uma segunda estratégia consistiria em associar o aumento da criminalidade aos esforços dos governos democráticos em impor o Estado de Direito, controlar a violência policial e reformar as prisões. Por fim, a terceira estratégia consistiria em considerar que as assim chamadas políticas de humanização dos presídios nada mais seriam que formas de garantir privilégios para os bandidos (Caldeira, 2000, p.348-9).

A novidade da conjuntura política em 2018 aponta sobretudo para a intensificação e a ampliação da audiência desses discursos no âmbito da democracia no Brasil. Desse modo, abre-se toda uma vertente de pesquisa voltada para elucidar que grupos políticos se formaram em torno desses discursos antidireitos humanos nas últimas décadas, como tais discursos ganharam uma audiência crescente e quais efeitos tiveram em termos de reformas legislativas, de formulação de políticas de segurança pública e mesmo na prática cotidiana dos operadores da justiça e da segurança.

Mais do que simples resistências ao movimento de redemocratização, o fôlego e o alcance que tais discursos adquiriram – sendo as eleições de 2018 ilustrativas disso – demonstram que, longe de meros obstáculos, tais discursos indicam uma politização crescente de tais temas, que passaram a ser disputados por grupos e por políticos de diversos matizes ideológicos. Na literatura internacional, a politização dos temas da punição e do controle do crime, a partir dos anos 1970, foi caracterizado por diversos autores como um verdadeiro *punitive turn*, quer em termos de uma nova “cultura do controle”, quer em termos de uma mudança do Estado Social para o Estado Penal e para uma crescente criminalização da pobreza, entre outros diagnósticos (Garland, 2001; Wacquant, 2001). Se o diagnóstico do *punitive turn* é polêmico mesmo em termos de explicação das transformações ocorridas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos nas últimas décadas do século XX (Matthews, 2005), o contexto brasileiro apresenta desafios ainda maiores no que diz respeito a uma caracterização mais nítida desse contexto de transformações, já que, por um lado, concomitantemente à transição política, uma série de novas leis – positivamente avaliadas como parte dos avanços democráticos – foram efetivamente aprovadas no período: a Lei de Execução Penal, de 1984,<sup>1</sup> que trata do direito dos condenados e internados nas penitenciárias brasileiras e de sua reintegração à sociedade; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990,<sup>2</sup> que tem como objetivo a proteção integral

e os direitos humanos da criança e do adolescente, inclusive aqueles que tenham cometido atos infracionais; a Lei Antimanicomial, de 2001,<sup>3</sup> que traz regras de proteção e define os direitos das pessoas com transtorno mental; a Lei Maria da Penha,<sup>4</sup> de 2016, voltada para o enfrentamento da violência contra mulheres; entre outras. Por outro lado, permaneceu a dificuldade em avançar em termos de controle da violência na sociedade, manifesta nas altas taxas de homicídio em todo o país, da violência do Estado, ainda presente em formas de arbitrariedades policiais, de execuções sumárias, de impunidade de autoridades, de dificuldade de reformar e dar transparência às instituições da segurança pública, da resistência dos mecanismos de seletividade na justiça criminal etc.

Neste texto, busca-se apontar alguns elementos analíticos e empíricos para elucidar uma disputa ocorrida no já citado governo de Franco Montoro, momento em que o movimento de “humanização das prisões” foi alvo de uma série de denúncias acerca da existência de um grupo organizado de presos, denominado “Serpentes Negras”, que estaria se beneficiando das políticas de humanização nas prisões do estado. Se, como afirma Caldeira (2000, p.346), o governo Montoro foi um momento chave na história recente do país, a partir de estratégias de ataque aos direitos humanos tiveram aí sua origem, a denúncia das “Serpentes Negras” – analisada aqui na chave do conceito sociológico de “pânico moral” – foi um acontecimento-chave na luta política que então se travava em torno das reformas democráticas, com inegáveis repercussões na ainda na atualidade.

### **A transição democrática e as políticas de “humanização” no estado de São Paulo**

A década de 1980 no Brasil foi um momento de grandes expectativas de mudanças no sistema político e na sociedade, alavancadas pelo processo de transição democrática então em curso (Oda, 2013; Napolitano, 2014; Gaspari, 2016). Como já citado, no estado de São Paulo, em 1982, André Franco Montoro, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), foi eleito governador. Após anos de ditadura, o primeiro governador civil encontrava uma atmosfera otimista e defendia posturas consideradas progressistas por diversos setores na conjuntura política da época. O mote do novo governo era o comprometimento com a democracia e com a defesa dos direitos humanos e efetivamente foi iniciada uma série de reformas institucionais, empreendidas na área da saúde, da economia, da segurança, do sistema de justiça criminal e das instituições de internamento.

A rede prisional foi um dos alvos prioritários de reforma, na esteira da crítica à violência do regime autoritário, buscando-se combater a tradição de arbitrariedades, de desassistência governamental e de graves violações que ocorriam sistematicamente nos estabelecimentos prisionais e que eram então denunciadas pelos políticos de oposição (Vieira, 2005; Pinheiro; Braun, 1986). Nesse contexto, o governo de São Paulo e a secretaria da justiça, dirigida por José Carlos Dias, colocaram em prática o que ficou conhecido na época como Políticas de

Humanização das Prisões<sup>5</sup> (Pinheiro; Braun, 1986; Alvarez; Salla; Dias, 2013; Caldeira, 2000; Vieira, 2005). No âmbito das prisões, as políticas de humanização focalizaram nos seguintes pontos: i) reestruturar a formação e conduta dos funcionários, garantindo-lhes o exercício da autoridade e eliminando práticas arbitrárias, violentas e corruptas; ii) garantir o império da lei, a defesa dos Direitos Humanos e do Código Internacional dos Direitos do Preso Comum (Pinheiro; Braun, 1986, p.29).

Apesar do debate na época, o tema dos direitos humanos não era inédito no país. Desde o final da década de 1970, grupos de intelectuais, políticos de esquerda e associações civis reivindicavam ao Estado o respeito aos direitos dos presos políticos, a criminalização da tortura e o retorno da constituição (Caldeira, 2000, p.345). Durante o governo Montoro, o discurso dos direitos humanos se estendeu aos assim chamados presos comuns, e foi nesse momento que as resistências ao tema não só cresceram, mas também tornaram-se mais sistematizadas. O cerne do problema não era a discussão e o respeito aos direitos humanos, mas sim a quem eles se destinavam. Articulado por setores da mídia e por políticos, o discurso pejorativo dos direitos humanos como “privilégio de bandidos” foi utilizado inclusive para deslegitimar o ideal democrático como um todo. Tornaram-se tendências as reportagens policiais que exploravam os temas da criminalidade e da insegurança, via narrativas dramáticas e sensacionalistas. Na rádio Record, Gil Gomes considerava os defensores dos direitos humanos coniventes com o crime. Na rádio Capital, Afanásio Jazadji enaltecia a pena de morte, a justiça pelas próprias mãos, e repudiava a política de humanização. Ambos os programas tinham grande audiência (Vieira, 2005, p.99).

É necessário destacar que o governo Montoro, apesar de civil, esteve por dois anos ainda sob o jugo do regime autoritário. O presidente era o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, último representante do regime militar, cujo mandato foi de 1979 a 1985. Franco Montoro foi eleito em 1982 e empossado em 1983. Tal situação dá uma clara dimensão das dificuldades presentes na época, o lento e gradual processo de transição. O fim da ditadura não significou o início da democracia, já que mesmo quando o governo se tornou oficialmente civil muitas práticas autoritárias da gestão anterior permaneceram presentes sobretudo em instituições de internamento e prisionais (Pinheiro, 1991).<sup>6</sup> Assim como o momento político possibilitava a ampla discussão sobre os direitos humanos, em contrapartida também se formava um discurso antidireitos humanos. Nas eleições seguintes, em 1986, inúmeros candidatos que já se manifestavam contrários aos direitos humanos conseguiram sucesso (Caldeira, 2000, p.343-77; Vieira, 2005, p.99).

### **As Comissões de Solidariedade dos Presos**

Em janeiro de 1983, como parte da política de humanização dos presídios, a secretaria de justiça constituiu as Comissões de Solidariedade em algumas penitenciárias do estado, que essencialmente seriam um canal de comunicação

com os presos (Alvarez; Salla; Dias, 2013). Dessa forma, pretendia-se estimular o diálogo direto e a transparência nas instituições prisionais, impedindo mediações corruptas e barganhas – seja com guardas, seja com outros presos – no cotidiano da prisão. Para ilustrar a importância do projeto, basta citar que a secretaria de justiça designou uma assessora, Maria Ighes de Oliveira Sampaio, exclusivamente para acompanhar diariamente as atividades da Comissão.<sup>7</sup>

A Comissão de Solidariedade em cada estabelecimento seria regularmente estatutária, eleita por voto direto dos demais presos, apresentando cargos e funções bem estabelecidos. Eram cinco as principais atividades a serem cumpridas pela comissão: i) fiscalizar o cumprimento das normas administrativas e regulamentos legais, impedindo que os funcionários aplicassem penas extraleais, como torturas e chantagens; ii) acompanhar a situação jurídica dos presos, muitos dos quais possuíam penas vencidas e continuavam encarcerados devido a morosidade dos processos, inércia burocrática ou negligência dos funcionários; iii) denunciar a corrupção que envolvia toda uma economia de compra e venda de celas, materiais de higiene, colchões, cobertores, tempo de banho de sol, sevícias sexuais etc.; iv) fiscalizar e combater a violência praticada contra os familiares dos presos, por meio de revistas vexatórias no advento das visitas; v) pacificar e conscientizar os demais presos que, segundo a Comissão, tinham o “pavio curto” frente às constantes violações, com tendência a se amotinarem (Pinheiro; Braun, 1986, p.28).

Com o mesmo objetivo, foi criada a Comissão de Guardas, que participaria das reuniões semanais com a secretaria e comissão de solidariedade. A adesão dos guardas, no entanto, foi muito baixa, pois havia resistência em dialogar com os presos. Para a maioria, o incômodo era especialmente devido: i) a suposta diminuição da autoridade propiciada pelas políticas de humanização; ii) a alteração nas relações de poder entre custodiados e custodiadores, que girava em torno de um complexo sistema de compra e venda de barganhas; iii) aos olhos dos guardas, o problema não era só a ampliação das possibilidades de organização política na prisão, mas também a uma espécie de equalização moral entre guarda e preso, intolerável para o primeiro (Paixão, 1987; Pinheiro; Braun, 1986).

A recepção das políticas de humanização e seu mais arrojado empreendimento, a Comissão de Solidariedade, foi bastante turbulenta na época e merece ainda ser mais bem analisada (Alvarez; Salla; Dias, 2013). Após algumas semanas, uma parcela do setor político iniciou reações contrárias à Comissão e ao programa de humanização, ao efetuar uma série de acusações ao governo (Goes, 2004, p.39). A oposição baseava-se na seguinte matriz: a comissão de presos era inadmissível, pois corromperia a disciplina nas prisões por meio dos “privilégios” que concedia, gerando o afrouxando punitivo, diminuição do controle e a inversão de autoridade.

O principal episódio que, em grande medida, sintetiza a oposição construída contra a política de humanização das prisões e a deslegitimação das comis-

sões de solidariedade foi a denúncia então elaborada da existência de um grupo de presos, denominados “Serpentes Negras”, que teria como objetivo dominar o sistema prisional do estado via a Comissão de Solidariedade (Alvarez; Salla; Dias, 2013, p.72), como será detalhado a seguir.

### **A ameaça das “Serpentes Negras”**

Em junho de 1984, o juiz-corregedor Haroldo Pinto da Luz Sobrinho anunciou ter concluído uma investigação nos presídios em São Paulo. Tal investigação o fizera concluir que havia uma grave crise a caminho. Segundo o juiz, existiria uma organização secreta de presos, denominada Serpentes Negras, que havia se infiltrado na comissão de solidariedade e se articulava por meio dessa “fachada”. As Serpentes visavam a conquista do poder nos presídios, sobretudo na Penitenciária do Estado e na Penitenciária de Araraquara, onde se concentravam e atuavam com maior desenvoltura. A denúncia pegou a todos de surpresa, no momento em foi publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*<sup>8</sup> e encaminhada diretamente para o Conselho Superior da Magistratura:

Senhores Desembargadores:

Tenho a honra de informar a Vossas Excelências que [...] colhi informações dos Senhores Diretores, no sentido da existência, no seio dos estabelecimentos, de uma organização de sentenciados, denominada ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA DAS SERPENTES NEGRAS [...] Tal organização visa, além de alcançar o poder interno e paralelo dos presídios, através de diversas comissões já existentes, [...] realizar uma série de atividades criminosas, visando a desestabilizar a Vara das Execuções e o Sistema Penitenciário [...]. O foco de irradiação é a Penitenciária do Estado [...], impulsionada pela “Comissão de Solidariedade de Detentos” [...]. Resta, à vista do exposto, também alertar para a suspeita de que movimentos idênticos poderão surgir nas penitenciárias do Interior e no Manicômio Judiciário, [...] os problemas somente cessarão se dissolvida a mencionada Comissão de Solidariedade de Detentos.

O problema fora exposto publicamente e sua solução também, a dissolução da Comissão de Solidariedade. Tal narrativa passa a ganhar destaques nos jornais, principalmente na *Folha de S.Paulo* e em *O Estado de S. Paulo*. O secretário de justiça, por sua vez, declarou desconhecer a existência de um grupo organizado em tais proporções, mas que iria investigar<sup>9</sup> a denúncia, ainda que a considerasse uma sabotagem visando deslegitimar as políticas de humanização uma verdadeira tentativa de “[...] desestabilização do projeto democrático em vários setores. Há muitas pessoas que não concordam, após anos de autoritarismo, com a redemocratização do País [...]” (José Carlos Dias em entrevista para *Folha de S.Paulo*, 23.6.1984, p.16). Os presos envolvidos com as comissões de solidariedade igualmente revoltaram-se com os efeitos negativos gerados pela denúncia, o rumor, pois estariam sendo responsabilizados por algo que não existia.<sup>10</sup>

Foram duas as principais investigações realizadas a partir da denúncia. A primeira foi conduzida pelo Conselho do Tribunal Superior de Magistratura,



ligado ao poder Judiciário, o mesmo que recebeu diretamente a denúncia.<sup>11</sup>A segunda, com maior repercussão, foi realizada pela Comissão Especial de Inquérito (CEI) da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), sob o requerimento 438/84 em 14 de abril de 1984. Inicialmente, o objetivo era investigar a situação das polícias no estado, mas, após a denúncia, a CEI decidiu adicionar paralelamente a pauta dos estabelecimentos prisionais.<sup>12</sup> Ao longo da investigação, houve depoimentos de funcionários e presos da penitenciária do estado, estabelecimento onde supostamente atuavam de forma mais intensa as “Serpentes Negras”.

Para os agentes penitenciários que se manifestavam, o maior problema das comissões não seria a organização dos presos, mas sim a “inversão de autoridade” aí presente, inversão sobretudo do ponto de vista moral. Além de sentirem sua autoridade diminuída, também se frustravam com a imagem difundida por organizações pró-direitos humanos, que estariam invertendo os papéis no sistema prisional: eles, os agentes da segurança, vistos como monstros por violarem os direitos humanos, e os presos como as vítimas que sofriam arbitrariedades e resistiam heroicamente a todo sofrimento (Goes, 2009, p.30). Um dos agentes assim se manifestava:

– Eu tenho a denunciar que dentro da Penitenciária do Estado, assim como na Casa de Detenção, com a criação dessas Comissões de Solidariedade de sentenciados, está havendo uma inversão de valores. O guarda não está tendo mais a mesma autoridade. O guarda não trabalha mais tranquilo. O guarda não pode mais punir o sentenciado, um reeducando que ele acha que cometeu uma falta, sem antes comunicar às Comissões de Solidariedade. [...] As punições são dadas da seguinte forma: quem está em contato com o preso é o guarda de presídio, porque essa é a função nossa, é a função de Polícia dentro do estabelecimento penitenciário. Porém, as autoridades se encontram no Estado maior. Dificilmente as autoridades se encontram na linha de batalha, na linha de guerra. [...] Se a nossa função é reeducar, eu acho que só existe uma forma de reeducar. E nunca ouvi dizer que palmadinha atrás, no traseiro, machucasse ninguém. (Guarda da Penitenciária do Estado em depoimento para a CEI 4384/84, 28.6.1984, v.1)

Um dos integrantes da comissão de presos, por sua vez, além de desmentir a denúncia, comentava sobre a proposta mais ampla da comissão, ao argumentar pela sua importância para a população carcerária e para o sistema prisional como um todo.

– O objetivo da Comissão de Solidariedade é reivindicar melhora para a Penitenciária do Estado e também tentar, através da experiência vivenciada dentro do sistema, dar subsídios a pessoas interessadas para renovar o sistema penitenciário, porque o sistema penitenciário atual do Estado de São Paulo, acho que do Brasil, ele não recupera o ser humano, pelo contrário, ele massifica, ele deturpa mais ainda a essência do homem. (Membro da CS, em depoimento para a CEI 4384/84, 27.6.1984, v.1)

Segundo o mesmo preso, ao contrário do que era veiculado por alguns jornais que alegavam a desproporção das demandas, as solicitações eram, principalmente, de itens para uso pessoal, de higiene e bem-estar, como papel higiênico, cobertor, colchão, assistência médica etc.

– Agora mesmo, se os senhores forem andar pela casa vão encontrar companheiros dormindo com pedaços de colchão, outro sem roupa nenhuma, outro só com um colchão e um cobertor, o rapaz da cela 943 está em péssimo estado mental [...] O que nós pedimos é só condição de uma administração social. Não estamos querendo o poder interno, a gente está querendo reivindicar uma coisa que a gente pode sair lá fora e se reintegrar no convívio social. (Membro das CS, em depoimento para a CEI, 4384/84, 27.6.1984, v.1)

Os representantes da secretaria da justiça foram o secretário José Carlos Dias e a assessora Maria Inês de Oliveira Sampaio. Esses depoimentos em particular foram muito aguardados, tanto pela CEI quanto pela imprensa. De início, o presidente da CEI anunciou os motivos da convocação, deixando clara a preocupação com a denúncia e a repercussão.

– O objetivo da sua convocação pretende-se basicamente a uma denúncia veiculada pela imprensa que partiu do Juiz Corregedor, Dr. Haroldo Pinto da Luz Sobrinho sobre a eventual existência de uma organização de presos, uma organização de caráter criminoso, evidentemente, com o intuito de controlar as penitenciárias. [...] Sr. Secretário, eu quero apenas fazer uma observação: o que causou e causa preocupação para nós é o fato de que a denúncia dessa organização foi relacionada, pelo menos foi o que se transmitiu à opinião pública, como gerada em consequência da nova política introduzida nas penitenciárias. (Presidente da CEI, depoimento da CEI 438/84, 28.6.1984)

Dias fez um resumo da situação geral da prisão em São Paulo, relatando que os principais problemas eram a morosidade no sistema de justiça, a superlotação, a corrupção interna, a falta de investimento, a falta de respaldo estatal e de meios de comunicação. Defendeu convictamente a continuidade das políticas de humanização, apesar das resistências. Quando entrou na questão mais aguardada, foi categórico:

– Como v.exa., eu também nunca ouvi falar nessa organização “Serpentes Negras”. [...] Isto [a denúncia] está gerando um clima tremendo dentro dos estabelecimentos penitenciários, acirrando a luta entre funcionário e preso. O preso provocando o funcionário, e o funcionário provocando preso. Nós temos que acabar com isso, por que a população não pode ficar atormentada, com medo de uma rebelião. (José Carlos Dias, depoimento da CEI, 438/84, 28.6.1984, acréscimo nosso)

Para o secretário, o maior problema era a forma como a política de humanização estava sendo veiculada pejorativamente pela imprensa, aumentando o clima de tensão na prisão. Em relação à comissão de solidariedade, ela teria

um efeito contrário ao que estava sendo veiculado, pois muito mais impediria a formação de quadrilhas organizadas do que as favoreceriam.

– A formação, a articulação entre os chamados inadaptados ou piranhas teria muito mais tendência de existir num regime em que não houvesse a abertura, para que pessoas liderassem pela força. Quer dizer, hoje, com a possibilidade de presos que tenham liderança, não pela força, é muito menos possível a formação, vamos chamar assim, de “lobbies” de piranhas, do que antigamente. Então, esse trabalho já é profilático para impedir a formação desse tipo de organização. (José Carlos Dias, depoimento da CEI 438/84, 28.6.1984)

Sampaio era a principal mediadora e fiscal da comissão de solidariedade. No depoimento, relembrou que a notícia sobre uma nova comissão com respaldo institucional gerou desconfiança e deboche dos presos, tendo por base experiências anteriores. Desde o início a principal resistência partiu de dentro da própria prisão.

– Ao chegar, realmente o clima era meio tenso, e quando nós propusemos a instalar uma nova comissão, eles [os presos] tinham muito medo, e usavam sempre esse termo: “Ah! Doutora. Outra comissão não, porque nós vamos tomar um bonde logo, logo e apanhar de novo”. [...] Juntamente com a Comissão de Solidariedade, no mesmo dia, instalamos também a Comissão da Guarda. E é nesse trabalho que digo a v.exa. que estamos tentando uma coexistência pacífica entre o guarda e o preso. [...] Sr. Deputado, não acredito na existência disso. A partir do momento que verifico que eles estão pedindo coisas básicas para sobreviver, não acredito que tenham tempo para se organizar dessa forma. (Maria Inês de Oliveira Sampaio, Assessora para Assuntos Penitenciários, depoimento da CEI 438/84, 28.6;1984, acréscimo nosso)

Haroldo Sobrinho também foi convocado a comparecer e apresentar as provas da acusação. A resposta veio pelo tribunal de justiça, com a alegação da impossibilidade de ambas as solicitações devido ao caráter sigiloso da investigação que o Conselho Superior de Magistratura realizava. Para justificar o sigilo, o juiz declarou a preocupação com segurança de suas fontes, cuja principal era um preso.

Tal informante participou de uma coletiva de imprensa, seguindo um acordo feito com o próprio juiz, que resultou na sua transferência para o regime de prisão domiciliar, em troca da colaboração com as investigações.<sup>13</sup> Segundo ele, as Serpentes teriam surgido com o apoio de um deputado em 1983. Inicialmente o grupo chamava-se Falange Negra e pretendia reivindicar o direito dos presos, estabelecendo a união entre eles. Ante sistemáticos abusos dos guardas, o grupo transformou-se nas “Serpentes Negras”, com atuação mais agressiva, tal como evocaria a noção de serpente – um animal traiçoeiro, venenoso, astuto e perigoso –, visando agora dominar os presídios, e não mais politizá-los.<sup>14</sup> Desde então, o grupo contava com mais de 300 membros espalhados por 14

prisões no estado.<sup>15</sup> Após o depoimento, outros presos, em busca de acordos, ofereceram informações fantasiosas, sobre as serpentes, intensificando os rumores que abrangiam relatos de canibalismo, símbolos secretos espalhados e rituais satânicos.<sup>16</sup> Para ilustrar o ápice dos rumores, houve o evento em que teriam encontrado uma estátua de serpente, enterrada no centro do campo de futebol da penitenciária do estado, item que supostamente representava a presença da organização no local (Higa, 2017, p.60).

Os resultados das duas investigações foram, no entanto, no mínimo nebulosos e não apresentaram um veredicto final. Por um lado, os desembargadores concluíram que existiam muitos grupos de presos nas prisões paulistas, mas pequenos e isolados. Nada indicaria as proporções descritas pelo juiz, nenhum dos grupos se autodenominava “Serpentes Negras” ou atuava na comissão de solidariedade. O próprio Haroldo Sobrinho foi acusado de agir irresponsavelmente em relação à denúncia, pois a forma como foi veiculada teve consequências perigosas para o âmbito prisional, causando agitação e instabilidade.<sup>17</sup> Por outro lado, a CEI não entregou o relatório final, sendo extinta após o término do prazo estabelecido. A preocupação com as Serpentes foi gradualmente desaparecendo das discussões envolvendo a transição democrática e segurança, tornando-se uma vaga lembrança para aqueles que estiveram diretamente envolvidos. Mas a iniciativa das comissões de solidariedade já havia sendo em grande medida publicamente deslegitimada, sendo suas atividades paulatinamente enfraquecidas até sua completa extinção, em 1987.<sup>18</sup>

### **Pânico moral**

O episódio das denúncias em torno das “Serpentes Negras” nas prisões paulistas na conjuntura da transição democrática evoca imediatamente um conceito já trabalhado na sociologia: o conceito de “pânico moral”. Tal conceito diz respeito a momentos de inquietação coletiva, nos quais valores considerados tradicionais parecem ameaçados. Sob a égide do medo, discursos dramatizados são mobilizados para desqualificar certos grupos em detrimento de outros, via ações fervorosas, exageradas e sensacionalistas. Conforme consta no clássico parágrafo inaugural de *Folk devils and moral panics*, em 1972:

Sociedades parecem estar sujeitas, de vez em quando, a períodos de pânico moral. Uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas torna-se definido como uma ameaça aos valores e interesses sociais; sua natureza é apresentada de forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as barricadas morais são ocupadas por editores, bispos, políticos e outros grupos conservadores; especialistas socialmente reconhecidos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorre-se a formas de enfrentamento ou (mais frequentemente) tais são desenvolvidas; a condição então desaparece, submerge ou deteriora, tornando-se mais visível. Às vezes, o objeto do pânico é novo e outras vezes é algo que existia há muito tempo, mas repentinamente ganha destaque. Às vezes o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva; outras vezes, ele tem repercussões

mais graves e duradouras e pode produzir mudanças tais como aquelas em política legal e social ou até mesmo na forma como a sociedade se compreende. (Cohen, 2002, p.1)<sup>19</sup>

O sociólogo Jock Young foi o primeiro a utilizar essa noção, em 1968, durante o primeiro encontro da Nacional Devancy Conference na Universidade de York, Reino Unido,<sup>20</sup> que reuniu especialistas em *deviancy theory* e *cultural studies*. Na Europa, devido ao contexto do pós-Segunda Guerra, o enfraquecimento do *Welfare State*, a recessão econômica e o elevado desemprego, a análise de subculturas, orientando as ações de jovens não inseridos no mercado de trabalho, ganhava destaque como forma de compreender as manifestações simbólicas no campo de disputas políticas (Young, 2008).

Young discutiu o pânico moral sobre as drogas, tema considerado fértil para o emprego do conceito. O autor demonstrou como se dava a articulação entre mídia, opinião pública e políticos em torno do que era considerado um grave problema social. Em conjunto, esses atores produziam e reproduziam narrativas sobre crise e degradação moral. O trabalho mostrava que no cerne do problema não estavam as drogas em si, mas os grupos de usuários e a discussão em torno das motivações para o uso; no caso, o pânico emergente era contra a cultura *hippie* que expressava um deslocamento nos valores tradicionais em relação a questões como disciplina moral, trabalho, família e sexualidade (Young, 2008, p.5). Quatro anos depois, Stanley Cohen apresentaria sua tese sobre o tema, tornando-se mais conhecido que seu predecessor.

Na tese, intitulada *Folk devils and moral panics*, Stanley Cohen (2002) acompanhou os desdobramentos da inquietação popular gerada por duas subculturas – *Mods* e *Rockers* – rotuladas como o símbolos da delinquência.<sup>21</sup> A mídia foi o espaço no qual esses jovens passaram a ser pejorativamente categorizados e onde as autoridades foram interpeladas a reagir. O autor argumentava que a perseguição às duas subculturas havia servido como um pretexto para que se reagisse contra as muitas outras subculturas existentes na época. Menos de cinco anos depois, *Mods* e *Rockers* desapareceram das páginas dos jornais e da discussão pública da época, tornando-se uma lembrança vaga de tantos outros *folk devils* da época. Apesar de hoje não se falar muito sobre o caso, o discurso mobilizado sobre a delinquência juvenil ganhou uma dimensão concreta quando associados a grupos equivalentes, gerando efeitos políticos, sociais e institucionais.

Na perspectiva de Cohen, o pânico moral segue um modelo procedimental, ou seja, processos conectados que se desdobram uns nos outros, de forma não mecânica, mas sim dinâmica, variando de intensidade, duração e impacto social de acordo com o contexto (Garland, 2008, p.13). O sociólogo propõe três fases de desenvolvimento que caracterizam o fenômeno: o *inventário* do problema; a *significação* a seu respeito; e a *ação* em resposta. Na fase de *inventário*, a rede midiática aglutina e organiza um conjunto de informações acerca de um rumor, fato ou tema sobre um problema social. Em seguida há a publicação

dessas informações, fazendo uso de linguagens sensacionalistas e com tons de denúncia.

Neste processo, operam-se duas tarefas essenciais para a gênese do pânico moral: a constituição de um acontecimento como problema social e, por outro lado, a fixação de uma grelha interpretativa que estabelece os parâmetros de interpretação, condicionando todas as notícias e interpretações subsequentes. (Machado, 2004, p.61)

Após a informação circular, ela passará a fazer parte do universo de possibilidades dos leitores e/ou telespectadores.<sup>22</sup> A veracidade da ameaça não é necessariamente relevante para que o pânico moral se estabeleça, pois mesmo uma farsa gera efeitos concretos na vida social (Garland, 2008, p.13-15). A análise é mais o *como* se diz a realidade do que ela em si mesma.<sup>23</sup> Na segunda fase, da *significação*, articulam-se as opiniões, saindo-se da esfera dos supostos dados para a busca por uma interpretação deles. A linha que demarca o “bem” e o “mal” será cada vez mais enfatizada, definindo e materializando o *folk devil*.

A atenção desloca-se do domínio factual para o domínio interpretativo ou do problema em si mesmo para as suas implicações e consequências. O posicionamento emocional e intelectual face ao problema organiza-se através de processos tais como a identificação de danos para além dos mais imediatos (e.g., valores ameaçados), a conexão dos fatos com outros problemas sociais e, por vezes, a identificação do problema social subjacente (e.g., “crise da família”, “crise de autoridade”). (Machado, 2004, p.61)

Chegando-se ao terceiro nível, a *ação*, alguns empreendimentos surgem para lidar com o problema, tendo como pano de fundo o discurso moral. O *folk devil* será ainda mais “demonizado” e usado para justificar a intensificação de medidas político-institucionais de controle como aumento do rigor penal. É a fase mais acentuada: quando comportamentos até então irrelevantes tornam-se suspeitos perante a influência da ameaça e muitas vezes são diagnosticados como uma nova; afinal, os pânicos morais não se sustentam por muito tempo, podendo ir e vir atraídos por diferentes contextos.

Para Goode e Bem-Yehuda (2010), em *Moral panics: The social construction of deviance*, existiriam cinco elementos-chave no fenômeno: o advento da preocupação [1. *concern*] acerca de um problema; a hostilidade [2. *hostility*] coletiva; o consenso [3. *consensus*] sobre a necessidade de reação; a reação desproporcional [4. *disproportionality*] ao evento, que costuma ser extremamente raro; e a volatilidade [5. *volatility*] do pânico que se dissipa rapidamente, dando lugar a outros. Posteriormente, David Garland (2008, p.11) sugeriu o acréscimo de dois elementos: a dimensão moral [6. *moral dimension*] da reação social; e a ideia de que o desvio de conduta em questão seria sintomático [7. *symptomatic quality*].

Esses sete pontos caracterizariam o pânico moral em seu funcionamento, mas seria possível dar um passo atrás, ao identificar contextos que melhor propiciariam o *start* do qual esses elementos partem. Garland delinea quatro

situações facilitadoras para a emergência do fenômeno: i) mídia sensacionalista; ii) a descoberta de uma nova forma de desvio; iii) a existência de grupos marginalizados, *outsiders*, que melhor se adequam à rotulação de *folk devil*; iv) a audiência sensível e disposta a acompanhar os desdobramentos. A literatura sugere que quando esses quatro facilitadores estão inseridos em contexto de transição na ordem social, econômica e moral, a emergência do pânico moral é quase certa, isto é, quando há ameaça de alteração nas hierarquias sociais, de *status*, nos modos de vida e nas estruturas de controle (Garland, 2008, p.14). Chegando até aqui, nota-se a influência dos trabalhos de Emile Durkheim, Sigmund Freud e Edmund Husserl no tocante à perspectiva das reações coletivas a mudanças na ordem social (Downes et al., 2013, p.39; Garland, 2008, p.18).

Os escritos de Cohen foram muito inspirados nos trabalhos do sociólogo Howard Becker, que interpreta o desvio via perspectiva relacional, ou seja, processos sociais de rotulação e construção do desvio e desviante. Becker proporcionou *insights* para Cohen, sobretudo a noção de *outsider, moral crusade* e, principalmente, o *moral entrepreneur* (Becker, 2009, p.153-67), que são elementos fundamentais na composição do pânico moral.

### **As “Serpentes Negras” sob o prisma dos Pânicos morais**

Pelo rápido resumo anteriormente apresentado, percebem-se imediatamente as potencialidades do conceito de pânico moral para a investigação daquilo que Caldeira (2000) em seu trabalho identificou como a “*fala do crime*”. De acordo com a autora, essa noção pode ser entendida como “todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema” (Caldeira, 2000, p.27-57). A antropóloga argumenta que essas narrativas acabam, em contrapartida, alimentando e difundindo uma sensação de medo e de violência (ibidem, p.343-77). Na conjuntura política das eleições de 2018, a fala do crime parece ter servido de substrato para a expansão da audiência de outros discursos de ódio, voltados para tantos outros *folks devils*. O discurso de ódio, *hate speech*, conforme tratado pelo linguista George Lakoff, é aquele que difama, deprecia, inferioriza, desumaniza uma classe de pessoas com base em elementos inerentes como raça, etnia, gênero e religião, ao atribuir características pejorativas como imoralidade, criminalidade, antipatriotismo, vadiagem, promiscuidade, perversidade etc.<sup>24</sup> Tanto a fala do crime quanto o discurso de ódio apoiam-se em simplificações e estereótipos para criar um inimigo simbólico que seja o âmago do mal (Caldeira, 2000, p.348).

O pânico moral pode ser diagnosticado por meio de um conjunto de características, sendo a principal delas a expectativa de ameaça em potencial aos valores de ordem moral. O alvo é específico e há grande desproporção entre a ameaça informada e a que de fato existe. Esse efeito, por sua vez, tem maior probabilidade de surgir em momentos de crise política e social. Exemplos das temáticas que provocam esse fenômeno de reação são: religião, família, drogas, direitos humanos, delinquência, criminalidade, migração etc.

Qualquer que seja a perspectiva teórica privilegiada, a análise sociológica dos pânicos morais provê ferramentas e conceitos úteis para a compreensão de um fenômeno da sociedade contemporânea: o comportamento coletivo diante das pressões por mudança social que se intensificaram e parecem mais rápidas a cada dia. Ao estudar um pânico moral explicitamos como nossa sociedade associa determinadas transformações com ameaças. Na sociedade de risco, um pânico moral como o suscitado pelas relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo revela que as fronteiras morais são renegociadas na moeda do controle social. (Miskolci, 2007, p.117-18)

Por fim, devem-se pontuar algumas precauções metodológicas, conforme expôs Cohen na introdução da segunda e da terceira edições de *Folk devil and moral panics*,<sup>25</sup> respondendo às principais críticas ao conceito. Em primeiro lugar, seria preciso ter em mente o caráter metafórico da palavra “pânico”, que remete a um repentino e intenso sentimento de medo e ansiedade, resultando em ações extravagantes.<sup>26</sup> Em segundo lugar, seria preciso definir os critérios da *disproportionality*, afinal em relação ao que a reação é desproporcional? Em terceiro lugar, seria necessário não enfatizar demasiadamente a ordem simbólica em detrimento das práticas sociais tais como elas são. A atenção para essas precauções nos impediria de cair em algumas ciladas no processo de interpretação.

Levando-se esses pontos em consideração, é possível identificar algumas características no caso das “Serpentes Negras” que possuem aproximações significativas com a noção de pânico moral. Podem-se constatar especialmente as seguintes: i) O referido processo de transição democrática foi um momento de instabilidade e de tentativas de mudanças nas políticas penais, cenário oportuno para a emergência de pânicos morais; ii) A proposta de humanização do sistema penitenciário representou mudanças na visão de mundo de políticos, de parte da população e dos operadores do sistema, que reagiram imediatamente questionando a “inversão de valores” realizada, por exemplo, pelas Comissões de Solidariedade; iii) A denúncia da suposta existência da organização “Serpentes Negras” serviu de *start* à construção de um discurso de medo em relação às reformas que estavam ocorrendo nas prisões; iv) A mídia teve um papel importante no processo de construção e difusão do problema, inclusive servindo como vitrine e arena para as disputas em torno das investigações; o discurso veiculado era marcado pelo sensacionalismo, pelo ódio e pela valorização autoritarismo; v) Formaram-se cruzadas com forte atuação de empreendedores morais em busca da eliminação do “mal” pela raiz, isto é, interromper as políticas de humanização, extinguir a Comissão de Solidariedade e o aumentar da rigidez penal; vi) Ainda que nenhuma prova tenha sido apresentada, houve grande mobilização de autoridades governamentais, especialistas socialmente reconhecidos, atores do sistema de justiça criminal e organizações não governamentais em torno do caso; Por fim, vii) a grande inquietação em torno do caso foi decrescente, desaparecendo paulatinamente da discussão pública, mas deixando um legado inegável: bloqueio das políticas de humanização, extinção da experiência das



comissões de solidariedade e consolidação de um discurso contrário aos direitos humanos que ajudou a viabilizar a eleição de diversos políticos nas eleições de 1986 e posteriormente.<sup>27</sup>

### **Considerações finais**

Nas notas aqui apresentadas, buscou-se ilustrar como as disputas políticas que se desenvolveram no país em torno de temas ligados à violência, ao controle do crime e aos direitos humanos, desde a transição democrática, poderiam ser investigadas de forma profícua sob o ponto de vista analítico dos pânicos morais. O caso da denúncia em torno das “Serpentes Negras” foi tomado como um exemplo. Nesse episódio, uma iniciativa-chave do movimento da assim chamada humanização das prisões proposta pelo governo Franco Montoro – as comissões de solidariedade – acabou sendo alvejada por críticas, nunca comprovadas, da existência de grupos organizados no interior das prisões paulistas que ameaçariam tomar conta do sistema prisional do estado por meio da manipulação dessas comissões. A existência de grupos de internos organizados em prisões é algo bastante comum e já foi bastante estudada pela literatura sociológica (Alvarez; Salla; Dias, 2013). Não surpreenderia, assim, que tais grupos existissem nas prisões paulistas. A investigação em torno das Serpentes, todavia, não chegou a resultados conclusivos, mas inegavelmente ajudou a deslegitimar as reformas em curso. De forma paradoxal, alguns anos depois, e diante da permanência da violência, dos maus-tratos e das más condições de encarceramento – cujo massacre contra os presos perpetrado em 1992 foi o acontecimento mais brutal –, efetivamente grupos de presos acabaram por ser organizar em redes mais amplas, a partir das prisões, redimensionando toda a questão do controle do crime no estado e mesmo no país (Dias, 2013). Recuperar as disputas que ocorreram, desde a redemocratização, em torno da afirmação dos direitos humanos, de reformas como as encaminhadas no sistema prisional paulista no governo Montoro, das legislações propostas e aprovadas no período podem nos ajudar a elucidar questões contemporâneas, como os obstáculos ainda presentes quando se pretende efetivar políticas de direitos humanos, de democratização nas relações estabelecidas dentro das prisões e na forma como o discurso da insegurança pública é explorado pelos meios de informação e como estratégia política, ainda hoje.

#### Notas

1 Cf. Lei n.7.210/84.

2 Cf. Lei n.8.069/1990.

3 Cf. Lei n.10.216/2001.

4 Cf. Lei n.11.340/2006.

5 Utilizamos o termo da maneira como foi empregado pelo governo e pela mídia. Em geral, esteve associado à democratização e aos direitos humanos.

6 Cabe aqui a referência ao estudo do Núcleo de Estudos da Violência, “O Autoritaris-

- mo Socialmente Implantado”. Em linhas gerais, a tese argumenta sobre a continuidade das práticas autoritárias no exercício do poder mesmo após o fim da ditadura militar. O apoio da população se explicaria por meio do autoritarismo enraizado nas práticas e relações cotidianas, tanto públicas quanto privadas, estimuladas por anos de “entulho autoritário” repleto de violência e intolerância (Pinheiro, 1991, p.45-56).
- 7 O diálogo com presos representantes ocorreu em outras ocasiões, não como uma prioridade consolidada em um programa político, mas esporadicamente, sem acompanhamento e informalmente. No governo anterior, o de Paulo Maluf, por exemplo, existia uma comissão de presos na Casa de Detenção (Wolfmann, 2000, p. 227).
- 8 Cf. *O Estado de S. Paulo*, 23.6.1984, p.14, “Organização quer dominar presídios”.
- 9 Cf. *Folha de S.Paulo*, 23.6.84, p.16, “Dias manda apurar denúncia sobre ‘serpentes negras””.
- 10 Cf. *Folha de S.Paulo*, 25.6.1984, p.12, “Após denúncias, Penitenciária vive clima de tensão”; *Folha de S.Paulo*, 1.7.1984, “Atividades da comissão de presos estão suspensas”.
- 11 Cf. *O Estado de S. Paulo*, 23.6.1984, p.12, “Dias: Estou cumprindo com meu dever”.
- 12 É importante constar que antes da formação da CEI 438/84 havia outra, criada um ano antes, presidida pela deputada Ruth Escobar, incumbida de averiguar a especificamente a situação dos presídios. Após uma reunião entre as partes, houve um acordo e as duas equipes se fundiram (*O Estado de S. Paulo*, 28.6.1984).
- 13 “Apesar de ser uma importante fonte de informação para o caso, o preso em questão tinha a reputação de mentiroso: Se o *ele* é doido, eu não sei. Não posso afirmar porque não sou psiquiatra. Mas sei que é de inventar mentiras como ninguém. Ele é o meu velho conhecido. [...] vivia me ‘alugando’ para contar suas invenções” (*Folha de S.Paulo*, 10.7.1984, “Diretor da detenção não acredita em “Serpentes”).
- 14 Cf. *Folha de S.Paulo*, 10.7.1984, “Albergado vai processar José Carlos Dias”.
- 15 Cf. *Folha de S.Paulo* 9.7.1984, p.13, “Preso insinua que recebeu favores de corregedor”. Optamos por ocultar o nome do preso.
- 16 Ibidem, FSP, 9.7.1984.
- 17 Cf. *Folha de S. Paulo*, 21.9.1984, “Desembargadores pedem mudanças em correedoria”.
- 18 Cf. *Folha de S.Paulo*, 19.5.1987, p.15, “A comissão dos presos da Penitenciária de SP é extinta”.
- 19 “*Societies appear to be subject, every now and then, to periods of moral panic. A condition, episode, person or group of persons emerges to become defined as a threat to societal values and interests; its nature is presented in a stylized and stereotypical fashion by the mass media; the moral barricades are manned by editors, bishops, politicians and other right-thinking people; socially accredited experts pronounce their diagnoses and solutions; ways of coping are evolved or (more often) resorted to; the condition then disappears, submerges or deteriorates and becomes more visible. Sometimes the object of the panic is quite novel and at other times it is something which has been in existence long enough, but suddenly appears in the limelight. Sometimes the panic passes over and is forgotten, except in folklore and collective memory; at other times it has more serious and long-lasting repercussions and might produce such changes as those in legal and social policy or even in the way the society conceives itself*” (Cohen, 1972, p.1).

- 20 Na ocasião, Young apresentou seu primeiro *paper* acadêmico, intitulado “The Role of the Police as Amplifiers of Deviance, Negotiators of Reality and Translators of Fantasy”. O trabalho foi publicado em *Image of deviance*, editado por Stanley Cohen em 1971.
- 21 De um lado, os *Mods*, jovens de classe média, possuíam interesse pela moda, gosto musical voltado ao Jazz e dirigiam motocicletas *scooter*. De outro lado, os *Rockers*, jovens da classe operária, gosto musical voltado ao Rock’n’Roll, vestiam jaquetas de couro e dirigiam motocicletas *café racer*.
- 22 A dinâmica de exposição e circulação da informação provocará o “efeito bola de neve”, ou seja, quando o discurso do ódio e medo passa a circular, acionam outros discursos que se juntam ao inicial e tornam-no cada vez maior e arrebatador, tal como uma avalanche.
- 23 Não nos esqueçamos de que os jornais são empresas cujo objetivo, além de tantos outros, é vender. Visam atrair o público, manter uma “clientela”. A forma de pânico moral é atrativa e sedutora graças ao seu tom de gravidade, de espetáculo, simplista e sensacionalista; o *folk devil* em essência atrai as atenções (Garland, 2008, p.14).
- 24 Disponível em: <<https://georgelakoff.com/2017/09/14/what-is-hate-speech/>>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- 25 Respectivamente, *Symbols of Trouble* (1987) e *Moral Panics as Cultural Politics* (2002).
- 26 O conceito também foi utilizado, erroneamente, para depreciar alguns fenômenos. Ou seja, como se pânico moral fosse um indicador da manipulação, da mentira e do exagero (Thompson, 1998, p.ix).
- 27 Para uma análise mais detalhado da denúncia das Serpentes Negras do ponto de vista dos pânicos morais, consultar Higa (2017).

## Referências

- ADORNO, S. A prisão sob a ótica de seus protagonistas. Itinerário de uma pesquisa. *Tempo Social*, v.3, n.1-2, p.7-40, 1991.
- ALVAREZ, M. C. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. *São Paulo em Perspectiva*, v.18, n.1, p.168-76, 2004.
- ALVAREZ, M. C.; SALLA, F.; DIAS, C.; HIGA, G. Serpentes Negras: fantasma das Comissões de Solidariedade ou precursora do Primeiro Comando da Capital (PCC)? *Sociologias Plurais: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia*, v.especial, p.185-195, 2014.
- ALVAREZ, M. C.; SALLA, F.; DIAS, C. N. Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v.25, n.1, p.62, 2013.
- BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BECKER, H. S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. São Paulo: Zahar, 2009.
- BEN-YEHUDA, N. Foreword: Moral Panics—36 Years On. *The British Journal of Criminology*, v.49, n.1, p.1-3, 2009.

- BERK, B. B. Organizational goals and inmate organization. *American Journal of Sociology*, p.522-534, 1966.
- BRANDÃO, H. H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- CALDEIRA, T. P. do R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- COELHO, E. C. *A oficina do diabo: crise e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- COHEN, S. *Folk devils and moral panics: The creation of the mods and rockers*. Psychology Press, 2002.
- CREE, V. E.; CLAPTON, G. (Ed.) *Revisiting moral panics*. Policy Press, 2015.
- DIAS, C. N. PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência. São Paulo, Editora Saraiva, 2013.
- DOWNES, D. et al. (Ed.) *Crime, Social Control and Human Rights: From Moral Panics to States of Denial, Essays in Honour of Stanley Cohen*. New York: Routledge, 2013.
- FEJES, F. *Gay rights and moral panic: The origins of America's debate on homosexuality*. New York: Springer, 2016.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1996.
- GARLAND, D. *The culture of control: Crime and social order in contemporary society*. University of Chicago Press, 2001
- \_\_\_\_\_. On the concept of moral panic. *Crime, Media, Culture*, v.4, n.1, p.9-30, 2008.
- GASPARI, E. *A ditadura acabada*. São Paulo: Intrínseca, 2016.
- GOES, E. M. Transição política e cotidiano penitenciário. *História*, São Paulo, v.23, n.1-2, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A recusa das grades: rebeliões nos presídios paulistas: 1982-1986*. IBCCRIM, 2009.
- GOMES, S. A construção do pânico moral sobre os ciganos e os imigrantes na imprensa diária portuguesa. *Latitude*, v.7, n.2, p.187-217, 2013.
- GOODE, E.; BEN-YEHUDA, N. *Moral panics: The social construction of deviance*. New York: Ed. John Wiley & Sons, 2010.
- GRÜN, R. *Da pizza ao impeachment: uma sociologia dos escândalos no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Alameda, 2018.
- HIER, S. P. (Ed.) *Moral panic and the politics of anxiety*. New York: Routledge, 2011.
- HIGA, G. L. *Serpentes Negras: Pânico moral e políticas de humanização nos presídios em São Paulo (1983–1987)*. São Paulo, 2017. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.
- LANDINI, T. S. Pedofilia em museus: Quando o antigo conceito de pânico moral se

- faz presente. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v.11, n.3, p.512-32, 2018.
- LAUB, J. H.; SAMPSON, R. J. *Shared beginnings, divergent lives: Delinquent boys to age 70*. Harvard University Press, 2009.
- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. São Paulo: Zahar, 2018.
- LIEBLING, A. *Prisons and their moral performance: A study of values, quality, and prison life*. New York: Oxford University Press, 2004.
- LOURENÇO, L.; ALVAREZ, M. Estudos sobre prisão: um balanço do estado da arte nas ciências sociais nos últimos vinte anos no Brasil (1997–2017). *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, São Paulo, n.84, 2/2017.
- MACHADO, C. Pânico moral: para uma revisão do conceito. *Interações: Sociedade e as Novas Modernidades*, v.4, n.7, 2004.
- MATTHEWS, R. The myth of punitiveness. *Theoretical Criminology*, v.9, n.2, p.175-201, 2005.
- MCCROBBIE, A.; THORNTON, S. L. Rethinking moral panic for multi-mediated social worlds. *British Journal of Sociology*, p.559-74, 1995.
- MILLS, C. W. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. São Paulo: Zahar, 2009.
- MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, n.28, p.101-28, 2007.
- MORGAN, G. *Global Islamophobia: Muslims and moral panic in the West*. New York: Routledge, 2016.
- MOUNK, Y. *O povo contra a Democracia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.
- NAPOLITANO, M. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- ODA, A. A. I. *Império da lei: um estudo de sociologia do direito e da violência*. São Paulo, 2013. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- PAIXÃO, A. L. *Recuperar ou punir? Como o Estado trata o criminoso*. São Paulo: Cortez, 1987.
- PATRY, W. *Moral panics and the copyright wars*. Oxford University Press, 2009.
- PETLEY, J. et al. (Ed.) *Moral panics in the contemporary world*. London: A&C Black, 2013.
- PINHEIRO, P. S. Autoritarismo e transição. *Revista USP*, n.9, p.45-56, 1991.
- \_\_\_\_\_. O passado não está morto: nem passado é ainda. In: DIMENSTEIN, G. *Democracia em pedaços: direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- PINHEIRO, P. S.; BRAUN, E. *Democracia x Violência: reflexões para a Constituinte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- RAMALHO, J. R. *O mundo do crime*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- RODRIGUES, H. *A pedofilia e suas narrativas: uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil*. São Paulo: Multifoco, 2017.
- RUNCIMAN, D. *Como as democracias chegam ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018

- SALLA, F. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v.1, n.1, p.72-90, 2007.
- SCAVONE, L.; ALVAREZ, M.; MISKOLCI, R. (Org.) *O Legado de Foucault*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- SHAFIR, G.; MEADE, E.; ACEVES, W. J. (Ed.) *Lessons and Legacies of the War On Terror: From moral panic to permanent war*. New York: Routledge, 2013.
- SYKES, G. M. *The society of captives: A study of a maximum security prison*. Princeton University Press, 2007.
- THIEL-STERN, S. *From the Dance Hall to Facebook: Teen Girls, Mass Media, and Moral Panic in the United States, 1905-2010*. University of Massachusetts Press, 2014.
- THOMPSON, K. *Moral Panics*. New York: Routledge, 2005.
- UNGAR, S. Moral panic versus the risk society: The implications of the changing sites of social anxiety. *The British Journal of Sociology*, v.52, n.2, p.271-291, 2001.
- VIEIRA, J. C. *Democracia e direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- WOLFMANN, L. *Portal do Inferno. Mas ainda há esperança*. São Paulo: Madras, 2000.
- YOUNG, J. Moral Panics Origins in Resistance, Ressentiment and the Translation of Fantasy into Reality. *The British Journal of Criminology*, v.49, n.1, p.4-16, 2008.
- \_\_\_\_\_. Moral panics and the transgressive other. *Crime, Media, Culture*, v.7, n.3, p.245-58, 2011.

*RESUMO* – Neste texto, busca-se apontar elementos analíticos e empíricos para elucidar uma disputa ocorrida em São Paulo, no governo de Franco Montoro, momento em que o movimento de “humanização das prisões” foi alvo de uma série de denúncias, acerca da existência de um grupo organizado de presos, denominado “Serpentes Negras”, que estaria se beneficiando desse movimento nas prisões do estado. A denúncia das “Serpentes Negras” – analisada aqui na perspectiva do conceito sociológico de “pânico moral” – foi um acontecimento-chave na luta política que então se travava em torno das reformas democráticas, com inegáveis repercussões ainda na atualidade.

*PALAVRAS-CHAVE:* Pânico moral, Serpentes Negras, Direitos humanos, Políticas de humanização, Prisão.

*ABSTRACT* – This paper sheds light on some analytical and empirical elements of a dispute that occurred in São Paulo under the Franco Montoro administration. During that time, the “humanization of prisons” movement was the subject of a series of accusations regarding the existence of a group organized by prisoners, called the “Black Serpents”. The group supposedly benefitted from the humanization policies in state prisons. The denunciation of the “Black Serpents” – analyzed here from the perspective of the sociological concept of “moral panic” – was a key event in the political struggle that was

then being waged around democratic reforms, with undeniable repercussions on contemporary political discourse.

*KEYWORDS:* Moral panic, Black Serpents, Human rights, Humanization polices, Prisons.

*Gustavo Lucas Higa* é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo; Pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP; Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, processo 2017/25438-0. @ – [gustavo.higa@usp.br](mailto:gustavo.higa@usp.br) / <https://orcid.org/0000-0003-4459-5002>

*Marcos César Alvarez* é livre docente do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo; vice coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da USP; Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

@ – [mcalvarez@usp.br](mailto:mcalvarez@usp.br) / <https://orcid.org/0000-0001-5984-9082>

<sup>1 e 11</sup> Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Recebido em 28.6.2019 e aceito em 25.7.2019.





Tinta negra, papel branco:  
escritas afrodescendentes e  
emancipação



# Maria Firmina dos Reis: escrita íntima na construção do si mesmo

MARIA HELENA PEREIRA TOLEDO MACHADO<sup>1</sup>

A sucessão dos anos apagou-me o fogo do coração, resfriou-me o ardor da mente, quebrou na haste a flor de minhas esperanças. Que porvir tão belo imaginava eu no doce delirar de minhas ideias! Nos meus sonhos mentirosos que futuro radiante se me antolhava!

(Resumo da minha vida, “Álbum”, s. d.)

**A**O ANALISAR a escrita de escravos e escravas norte-americanos, Christopher Hager (2013, p.181) se utilizou de uma imagem muito eloquente: a de espargir tinta negra em uma folha de papel branca. Tal representação alude a complexos processos sociais vivenciados por homens e mulheres negros para se apropriar da escrita, confrontando o mundo letrado com novas vozes narrativas. Nesse contexto, o escrever surge impregnado da experiência de exclusão e de sua negação, tornando-se, assim, um ato de emancipação. Embora tenhamos nos acomodado à certeza de que a sociedade brasileira, pouco letrada no geral, apenas raramente produziu escritos pessoais e relatos de vida do punho de pessoas comuns, muito menos ainda de escravos, libertandos, libertos e pessoas negras livres, atualmente podemos desvelar outra realidade. Embora escassos, já foram localizados muitos textos de autoria de homens e mulheres afro-descendentes, que documentam a existência de vozes narrativas inéditas. Este artigo ambiciona analisar os parâmetros da narração da história pessoal como estratégia de apropriação do si mesmo e ainda como paradigma da emancipação. O objetivo é propor abordagens que nos permitam ler essa escrita, ressaltando tanto seu contexto de produção quanto sua visceral ligação com o processo de construção de uma poderosa voz narrativa ao mesmo tempo coletiva e individual. Para tal, o artigo se centra na vida e obra da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, focando especialmente na análise de seus escritos íntimos.

## **Maria Firmina dos Reis: sua obra e seu contexto**

Maria Firmina dos Reis, romancista, poetisa e professora de primeiras letras maranhense é, hoje, figura consolidada no panorama da literatura brasileira. Cabe a ela – juntamente com o poeta, jornalista e advogado Luiz Gama – o papel de fundadora da literatura afro-brasileira (Duarte, 2000, p.264-84; Ferreira, 2012). Com a autoria do romance *Úrsula*, publicado originalmente em 1859,

pela Tipografia do Progresso de São Luís do Maranhão, Firmina se categorizou como uma das primeiras romancistas brasileiras (Morais Filho, 1975). Mais ainda, ao lado de Nísia Floresta, que publicou, na forma de folhetim, entre 1855 e 1856, no jornal *O Brasil Ilustrado* (a partir de 1856, *Revista Ilustrada*), que circulava em Niterói e no Rio de Janeiro, o romance *Páginas de uma vida obscura*, Maria Firmina surge como precursora do romance abolicionista no Brasil (Ribeiro, 2016). Na verdade, Firmina, mais do que precursora, foi a representante maior de um gênero quase desconhecido no país, o da literatura abolicionista, que expunha os horrores da escravidão sem transferir para as costas dos escravos e escravas todos os males das sociedades escravistas.

Como notaram estudiosos, o Brasil possuiu uma literatura abolicionista muito peculiar, que se caracterizava, em primeiro lugar, por ter surgido tardiamente. Isso porque, ressaltaram esses autores, personagens afros eram, na literatura anterior à década de 1850, muito escassos e quando surgiam ocasionalmente no papel de escravos/as, sua confecção literária se resumia a pinceladas superficiais e distanciadas. A maciça presença da população africana e afrodescendente no Brasil, escravizada ou liberta, não encontrava contrapartida na literatura. Nenhum personagem afrodescendente crescia a ponto de captar atenção ou tornar-se foco da narrativa.

Após 1850, a literatura romântica começa a apresentar escravos e escravas com maior densidade dramática, porém, ainda assim, eram esses tipos estereotipados, como a mulata sensual, a escrava branca bela e pura, o moleque esperto, o escravo violento e vingativo ou o escravo, e mais ainda, a mãe escrava, sofredora (Haberly, 1972, p.30-46; Sayers, 1958, p.152-8). Tratava-se, na realidade, de uma literatura caracterizada por se apresentar, ao mesmo tempo, como antiescravidão e antiescravo, na qual o/a escravizado/a só podia ser vítima absoluta ou, ao contrário, personagem maléfico, possuidor de caráter e personalidade disfuncionais, produzidos pela miséria do sistema escravista (Haberly, 1972, p.31). De tal forma a escravidão os havia corrompido, que nada mais podia ser feito para salvá-lo do mar de irracionalidade, hipocrisia e dissimulação em que haviam crescido e aprendido a sobreviver. As mazelas da escravidão, nesse sentido, recaíam especialmente nos afrodescendentes, que acabavam recebendo finais trágicos e eram, com razão, expurgados da cena literária – que, obviamente, surgia como metáfora – para purificação da sociedade. Tais observações têm hoje que ser relativizadas ante a descoberta da existência do romance abolicionista escrito por mulheres no Brasil da metade do século XIX, representado sobretudo por *Úrsula*.

Nascida em São Luís do Maranhão, em 11 de outubro de 1825 – ou em 11 de março de 1822, conforme sugerem documentos recentemente localizados –, Maria Firmina dos Reis foi a primeira filha de João Pedro Esteves e Leonor Felipa dos Reis. Seus pais nunca se casaram. Consta igualmente que o pai fosse homem negro, e a mãe pertencente à família Reis, originários de Guimarães, vila

litorânea do interior da então província maranhense. Sendo esse o caso, Felipa Leonor seria branca ou branca da terra. Os Reis, segundo o livro biográfico de Nascimento de Moraes, que ainda teve oportunidade de entrevistar em Guimarães remanescentes da geração de Firmina e seus descendentes, compunham uma família extensa, bem colocada socialmente, embora não particularmente rica. Até a consagração tardia da escritora, alcançada apenas no século XX, o mais famoso membro dela era filólogo, Sotero dos Reis (Moraes Filho, 1975, s.p).

Recentemente, devido à localização nos arquivos do Maranhão, pela pesquisadora Mundinha de Araújo, de novos documentos relativos a Maria Firmina dos Reis, duas correções a respeito de sua biografia estão sendo propostas. Uma primeira se refere à sua data de nascimento, que, como apontado acima, teria ocorrido em 11 de março de 1822, conforme consta em declaração em Auto de Justificação. Uma segunda diz respeito à localização de um Auto de Batismo de Maria, mulata filha de Leonor Felipa, que aparece como preta forra, ex-escrava de Caetano José Teixeira, o que implica novas abordagens da biografia de nossa autora, pois, nesse caso, ambos os pais seriam negros. Caso tais informações sejam realmente confirmadas, caberia explicar os laços de Leonor Felipa com a família Reis, comprovados pelo pesquisador Nascimento de Moraes, no citado *Fragmentos*.

Firmina foi longeva, falecendo apenas em 1917, aos 92 anos – ou 95 – a depender da data de nascimento que se considere. Atravessou, portanto, todas as grandes crises vividas por sua província natal, da Balaiada às revoltas de escravos como a do Viana de 1867. Conviveu com a presença de quilombolas e fugitivos em todas as partes da geografia urbana e social da capital e do interior, com o esvaziamento da propriedade escrava pós-1850, quando essa passou a ser vendida para o sudeste, assistiu ao impacto das leis abolicionistas, da Abolição e do pós-abolição, podendo observar as transformações e permanências dessa sociedade patriarcal, patrimonialista, paternalista e violenta para além dos estereótipos do próprio sistema escravista.

O importante é notar que, em qualquer dos dois casos que se considere em termos da origem materna, Maria Firmina dos Reis nasceu destinada a ocupar um espaço social muito pouco acolhedor: como mulher negra, bastarda e de família de poucas posses, ela estava destinada ao silêncio. Contra todas as expectativas, invadiu áreas altamente excludentes da sociedade patriarcal escravista maranhense, sobretudo marcou presença no ambiente de São Luís, onde já vigorava, no meio do século, a crença de ser essa uma Atenas brasileira, um bastião dos valores europeizados em pleno mundo tropical. A pacificação da Balaiada da década de 1840 e os fluxos da exportação do algodão maranhense durante a Guerra Civil norte-americana, nos anos 1860, promoveram um ambiente favorável à difusão da imprensa e dos grupos literários românticos, com autores que se projetaram nacionalmente, como Gonçalves Dias, João Lisboa,

Cândido Mendes, Odorico Mendes, Sousândrade, Humberto de Campos e Sotero dos Reis. A efervescência cultural de São Luís produziu também valores compromissados com a manutenção do que a boa sociedade maranhense acreditava pertencer: a uma sociedade, uma visão de mundo e uma tradição literária europeizadas, muito distante da cultura popular de matriz indígena, africana locais (Resende, 2007).

Após a breve bonança derivada das exportações de algodão, e devido à normalização do mercado mundial de algodão com o paulatino reingresso da produção sulista pós-guerra civil, a província retorna a seu ritmo econômico lento. Tal fato estaria na origem da longa “decadência” da província, motivo de constante ruminação dos intelectuais maranhenses. Apesar disso, São Luís manteve uma vida literária e jornalística excepcional para o período, caracterizadas pela presença de ativas tipografias, como as de Belarmino de Mattos e de José Maria Correa Frias, que operavam máquinas tipográficas modernas, produzindo trabalhos de alta qualidade técnica, e pela fundação, apenas entre as décadas de 1860-1870, de mais de vinte jornais de diferentes tendências e especialidades (Gomes, s. d., p.211-23; Furtado, 2017, p.22-36; Jesus, s. d., p.133-85).

A Atenas brasileira, no entanto, abarcava apenas uma pequena parcela da província, que se abrigava em casarões azulejados, servidos por escravos e escravas. Cercada de quilombos, frutos das constantes fugas de escravos, que igualmente atacavam as fazendas, o Maranhão, mesmo depois de “pacificado” a ferro e fogo, entre 1839-1840, pelas tropas imperiais, mantinha-se em sobressalto. Apesar das reiteradas afirmações de se ter “civilizado” sertanejos e escravos evadidos revoltosos que adensaram a insubordinação balaia, conforme descrito por Gonçalves de Magalhães – que secretariou Manoel Alves de Lima e Silva, na repressão à Balaiada –, o Maranhão surgia pós-1850 atravessada por insubordinações (Magalhães, 1989, p.14-66; Reis, 1975). A permanente presença de quilombolas por todas as partes, reportada nos papéis da repressão, cabe lembrar a já citada revolta do Viana, ocorrida em julho de 1867, em localidade próxima a Guimarães, onde residia Firmina, que pode ser considerada como a maior revolta originada em um quilombo já ocorrida no Brasil, era um dos fatos do dia adia dos maranhenses. No conto “A Escrava”, Maria Firmina retrata esta situação, mencionando a presença de um quilombola.

Tal quadro nos faz considerar uma constante sobreposição conflitiva de mundos – a das elites de fumos europeus, que se aferravam a manter a todo o custo os aparatos ideológicos e os protocolos sociais da Atenas brasileira, cercados por uma escravidão e sistemas de trabalho dependente de alta periculosidade social. O fato mesmo de a população do Maranhão, incluindo a de São Luís, ser majoritariamente negra, indígena e/ou mestiça, convivendo intimamente em todas as partes, sobretudo nas casas servidas por dezenas de criadas, cozinheiras, amas e pajens de todas as idades, fazia que a cidade abastada tendesse a segregar os afrodescendentes e expulsar de seu discurso a presença constante dos subal-

ternos.<sup>1</sup> A essa estratégia social se sobrepõe, no discurso das elites locais, uma outra que se apoia em discursos a respeito da convivência harmônica entre as raças, a da escravidão benevolente e paternalista e a da folclorização da cultura afro e popular em geral.

O caso do menino Inocência, escravo de oito anos assassinado, com requintes de crueldade, pela baronesa do Grajaú, pode exemplificar o nível de tensão subjacente à sociedade de São Luís nas décadas que precederam a Abolição. A baronesa, Ana Rosa Viana Ribeiro, era casada com um médico, chefe do Partido Liberal. Em meados do ano 1876, mandou ela enterrar discretamente uma criança no cemitério local. No entanto, o estado do cadáver chamou a atenção e se desdobrou em comentários inconvenientes, que redundaram em intervenção das autoridades. Por causa disso, o enterro foi sustado e o corpo da criança examinado pelos peritos médicos legais, do que se concluiu a existência de marcas de terríveis torturas, inclusive com a introdução de um garfo no ânus da criança. Como naquele momento vigorava o Partido Conservador, a situação política favoreceu a denúncia do caso à polícia, levando a abertura de inquérito, obrigando a acusada a apresentar-se, sendo a baronesa exposta a situação vexaminosa, contrária às regras que predominavam entre as elites escravistas que se auto-protegiam, tornando tais casos ocorrências comentadas apenas discretamente. Como notado, a excepcionalidade da situação devia-se ao momento político, de predomínio conservador, podendo, assim, ser compreendida no bojo de uma disputa política, sugerindo que o caso se atava mais aos embates políticos do que ao horror ao crime hediondo, embora a divulgação das circunstâncias da morte do menino Inocência tivesse chocado a população.

Na primeira fase do julgamento, apesar do clamor popular, da existência de provas robustas constantes do exame cadavérico realizado por médicos certificados e do esforço do promotor, Celso de Magalhães, tido como abolicionista, a baronesa foi impronunciada. Isso porque um segundo laudo cadavérico atestou que a vítima morreria de morte natural. No entanto, um recurso apresentado ao Tribunal da Relação redundou no pronunciamento da acusada no artigo 193 do Código Criminal e, em consequência, sua prisão. Levada ao Tribunal do Júri, no entanto, foi a baronesa absolvida por falta de provas. A subida dos conservadores apenas um ano após o escândalo, e a nomeação do marido de Ana Rosa Viana Ribeiro como presidente da província, redundou na perseguição do promotor que tivera a ousadia de levar a júri uma senhora das mais altas elites provinciais e expô-la ao escárnio público, redundando em sua exoneração do cargo. Tudo podia então voltar ao normal, no mundo das elites maranhenses.<sup>2</sup>

No entanto, no ano seguinte, em 1877, outro caso muito comentado pode lançar luz sobre os conflitos que continuavam a atravessar a sociedade local, opondo o manto de silêncio imposto pelas elites às mulheres e mães escravas, que resistiam ao abafamento do assassinato bárbaro de crianças nas casas senhoriais da Atenas brasileira. Amélia Rosa, pajé e curadora, que residia nas

imediações da área central de São Luís, foi acusada, juntamente com dez companheiras, de, sob o pretexto de aplicar curativos de ervas e passes mágicos à escrava Joana, que havia procurado a pajé em busca de tratamento, ter sevicado a vítima. Ora, uma das companheiras da pajé, Geminiana, era nada mais nada menos que a mãe de Inocência. Aparece ainda menção de um segundo filho de Geminiana, também assassinado pela baronesa do Grajaú, dando indícios que tais atrocidades ocorriam em maior número do que supomos e eram conhecidas e profusamente comentadas na sociedade local.

O processo de Amélia Rosa está eivado de dúvidas. A repentina repressão draconiana às práticas da pajelança, que, ao que tudo indica, eram comuns e de conhecimento público dos habitantes da cidade, e a prisão e a condenação de parte das indiciadas, sobretudo da pajé, podem sugerir que esse grupo de mulheres curadoras estivesse incomodando as autoridades, provavelmente reivindicando o esclarecimento do assassinato dos filhos de Geminiana. Ainda pior, supomos que um dos temores das autoridades, e não dos menores, fosse que a pajé e seu grupo de mulheres estivessem fazendo trabalhos contra aqueles que estavam a encobrir os crimes da baronesa de Grajaú.

Ao longo do processo as rés mencionam que o castigo aplicado em Joana, a vítima, era resposta ao fato de ela estar em conluio com as autoridades, sendo delas informante; acusam também Joana de ter mentido sobre gravidade das sevícias. Em algumas passagens as acusadas declararam que, no decorrer do tratamento, descobriram que a vítima havia sido contratada para acusar as curadoras de maus-tratos, sobretudo Amélia Rosa, por isso, fora castigada. Como no caso do menino Inocência, os laudos médicos da vítima são contraditórios, com um segundo laudo negando completamente o primeiro. Lembremos que o segundo laudo realizado em Inocência, atestando que a criança morrera de causas naturais, salvara a baronesa de ser condenada. Supõe-se que o laudo de Joana, nesse caso o primeiro deles, também possa ter sido facilmente manipulado, exagerando a extensão das sevícias. Toda a trama que se desenrolou em torno da morte do filho de Geminiana – ou de seus filhos – deixou fundas marcas na sociedade de São Luís, tendo se tornado caso comentado por gerações, se desdobrando em muitos conflitos.<sup>3</sup>

Esse foi o mundo em que viveu Maria Firmina, o de uma sociedade escravista, patriarcal, paternalista e muita violenta, apesar das repetidas afirmações da benignidade da classe senhorial. Como mulher negra de poucas posses, educada em casa e com acesso limitado aos livros, tudo o que Firmina chegou a alcançar – seu posto de primeira professora de primeiras letras de Viamão, escritora pioneira de romance abolicionista publicado em uma das principais tipografias da capital (*Úrsula*, 1859), autora de romance indianista (*Gupeva*, 1861) e conto (“A Escrava”, 1887), publicados nos jornais locais, colaboradora de jornais literários, poetisa incluída em antologia dos principais poetas da época (Parnaso Maranhense, 1861, e Cantos a Beira Mar, 1871) – tem que ter sido fruto de



uma enorme resiliência e decisão pessoal. Faltando-lhe recursos e contatos familiares, isolada em uma vila interiorana, suas aquisições foram sempre dignas de nota. Exceção à regra em relação aos protocolos e qualidades sociais necessárias para transitar no mundo das elites intelectuais da província e, ainda mais devido à precocidade de seu primeiro e principal romance, Firmina certamente enfrentou constrangimentos sociais.

Não apenas o *timing* de Firmina era ousado. Além de ter publicado o seu romance abolicionista em 1859, o enredo da obra atacava de frente aquilo a que a nascente literatura nacional buscava escapar: a de enfrentar o problema social da escravidão. *Úrsula* pertence a uma literatura sentimentalizada, cujo foco repousa na ideia de que os/as subalternos/as – mulheres e escravos/as – por seus nobres sentimentos e capacidade de autossacrifício são o repositório da renovação social, capaz de superar os males da sociedade escravista (Stokes, 2014, p.1-20). Enfocando questões angulares da sociedade brasileira; isto é, a violência do patriarcalismo e da escravidão, ao romance subjaz a hipótese de que a ausência de freios às paixões humanas próprias a uma sociedade que repousa sobre a opressão da escravidão e a subserviência das mulheres promove a distorção do caráter masculino. Homens excessivamente poderosos, ao não encontrarem limites ao exercício de seus desejos, tornam-se monstros sociais, destruindo a si próprios e a todos que estão em torno. A receita sugerida pela autora para superação disso é a autoimolação dos bons. Isso porque o bem precisa ser mantido intocado, mesmo nas circunstâncias mais injustas.

Além disso, *Úrsula* comete ainda um atentado maior aos cânones literários do momento, ao elevar escravos/as ao *status* de personagens densos, atravessados por subjetividade, capazes de expressar de maneira orgânica uma reflexão sobre a escravidão, com seu cortejo de injustiças. O romance, certamente, se opõe de maneira muito clara ao padrão da literatura abolicionista que apareceu no Brasil nas décadas seguintes.

### **O Álbum de Maria Firmina dos Reis**

Em meio a sua obra literária destaca-se o “Álbum”, composto por fragmentos de textos em estilo diarístico que perfazem 28 páginas, com primeira entrada em 1853 e última, de 1903. Os escritos aí contidos despertam enorme interesse; no entanto, suas anotações surgem fragmentadas, com as entradas de datas entremeadas, indo e voltando no tempo, podendo a mesma página conter anotações de datas distantes em anos. Entre os estudiosos de Maria Firmina, Lobo (1993), Muzart (2000, p.264-84) e, mais recentemente, Martins (2016) enfocaram o “Álbum”, embora ainda se careça de uma análise sistemática desses escritos.

Segundo Nascimento de Moraes, que foi quem recebeu os fragmentos das mãos de Leude Guimarães, um dos afilhados prediletos de Firmina, o “Álbum” havia sido seriamente danificado em uma tentativa de assalto que sofrera em São Luís, em momento posterior à morte da madrinha. Segundo Leude, seu quarto

havia sido invadido, o baú contendo os escritos de Firmina fora arrombado e os papéis que ali estavam quase totalmente destruídos. Subsistem, no entanto, dúvidas sobre a veracidade dessa versão. Luiza Lobo (1993), ao elaborar uma pioneira análise da obra de Firmina, anotou sua descrença com relação ao roubo como causa da fragmentação do “Álbum”. A hipótese mais pertinente para explicar a situação dos manuscritos íntimos seria mesmo o da censura imposta pela família, zelosa em preservar aspectos privados da vida da autora do diário.<sup>4</sup> Os fragmentos do “Álbum” foram transcritos – nas palavras de Nascimento de Moraes, “traduzidos” – pelo poeta e dramaturgo Jamil Jorge, com a ajuda da filha deste.<sup>5</sup> Não sabemos quais os critérios foram utilizados para a transcrição e, além do mais, os manuscritos originais desapareceram, impedindo a análise do manuscrito em termos físicos e o cotejamento de versões.

Resta-nos trabalhar com a organização estabelecida, embora a ausência de uma explanação sobre os parâmetros da transcrição impeça que se avalie o quanto o conjunto de escritos foi mutilado. Encontram-se imprecisões em meio às anotações íntimas da escritora; uma análise cuidadosa das datas de entradas existentes no correr do “Álbum” sugere que houve manipulação de seus conteúdos de forma que os escritos, além de certa periodicidade, a compreensão dos eventos registrados. Assim, por exemplo, há entradas do ano 1860 antes das de 1859; assim como localiza-se uma entrada do ano 1874 seguida de registros relativos a 1872 e 1873. No fluxo dos escritos encontramos textos longos, com reflexões de grande profundidade sobre sua vida afetiva, alguns datados outros não, diversos poemas e anotações menores que registram fatos cotidianos, como chegadas e partidas de amigos e amigas, registros de mortes que foram seriamente lamentadas, reflexões sobre Deus e, sobretudo, o registro de uma terrível solidão, que levou a que sua autora tenha, mais de uma vez, considerado o suicídio.

Apesar da fragmentação dos registros, a leitura do “Álbum” mostra que, em sua estrutura narrativa, esse seguiu os cânones do diário íntimo que se popularizou, no século XIX, sobretudo entre as camadas médias ascendentes (Gay, 1988, p.320). Atividade privada por excelência, o diário funcionava como válvula de escape para a confissão dos sentimentos suprimidos da convivência social própria à época, que valorizava o autocontrole e o recato. Seria nesse contexto que a existência do diário íntimo e pessoal, ocupando o lugar destinado ao amigo ou confidente ausente, aliviava as tensões acumuladas por uma convivência social estrita e repressiva. Como já notei em outros estudos, o diário nesse período pode ilustrar a gigantesca energia que as camadas letradas investiam na construção de sua individualidade, opondo-se assim às formas mais tradicionais de convivência social, estabelecendo parâmetros de uma muito valorizada privacidade. Sendo mulher e negra, a adesão de Firmina à escrita de diários é, no Brasil do século XIX, única.

Uma das questões subjacentes ao estudo de diários revolve em torno da definição do destinatário/leitor. Como toda a escrita, os diários pressupõem, na maioria das vezes de maneira implícita, um leitor, real ou imaginário, mesmo que esse seja o próprio autor dos registros projetado no futuro (Resende, 1991). Ainda assim, em muitos desses, os autores expressaram o desejo de mantê-los fora do alcance de terceiros. Trabalhando com todos os tipos de escritos pessoais, Peter Gay aponta a recorrência com que os autores expressavam seu desejo de manter a intimidade indevassada, com a destruição do material indiscreto (Gay, 1988, p.319-29). No entanto, a própria preservação do diário obviamente contradiz essa intenção, fazendo-nos concluir que sua escrita é atravessada pela ambivalência do preservar os registros ante as possibilidades de uma futura exposição da intimidade.

As anotações de Maria Firmina constantes do “Álbum” se caracterizam como íntimos, servindo como espaço prezado por sua autora, que podia se abrir para uma reflexão profunda sobre os acontecimentos de sua vida. Atravessa a escrita uma profunda vivência da dor e da solidão, a qual, segundo Firmina, não deve ser compartilhada, pois não lhe cabe aborrecer os outros. Como ela mesma afirma: “Eu não aborreço aos homens, nem ao mundo, mas há horas, e dias inteiros, que aborreço a mim própria”.<sup>6</sup>

Nota-se também que, igualmente como outros diaristas, a autora se valeu de códigos para, provavelmente, se eximir de escrever o que a poderia expor ou como recuso distanciador, não mencionando explicitamente aquilo que ainda para ela própria fosse por demais comprometedor.<sup>7</sup> Assim, em entradas do “Álbum”, encontram-se em lugar de datas nomes e, em passagens nebulosas, o código 000.

Muito prezados por sua autora, Firmina assim definiu seus escritos íntimos: “O Álbum é o livro da alma; é nele que estampamos os nossos mais íntimos sentimentos, os nossos mais extremos afetos, assim como as mais pungentes dores de nossos corações”.<sup>8</sup> Nesse livro da alma cabem as reflexões íntimas profundas, que deviam ficar apenas entre a autora e seu Deus – como ela mesma menciona em diversas passagens.

Há também algumas poucas entradas nas quais registra que compartilhou trechos com amigos e amigas queridos. Em 22 de julho de 1856, pensando na amiga Teresa, escreveu Firmina: “É preciso que neste álbum eu escreva uma lembrança afim que a minha terna e querida amiga, quando lançar os olhos sobre o caráter destas letras, se recordar do quanto a amo. Oxalá que ela sempre esteja presente na memória da minha amiga, como fica gravado no coração o seu belo retrato”.<sup>9</sup> Segue uma curta e terna poesia dedicada à amiga, Teresa de Jesus Cabral.

Ao se dar crédito aos escritos íntimos de Firmina, conclui-se que sua vida foi marcada por dolorosa solidão, provocada por uma precoce decepção amorosa e pela impossibilidade de achar acolhimento afetivo. Na entrada intitulada

“Resumo da Minha Vida”, escrito em tom confessional, sem esconder dores e decepções, Firmina refaz o caminho de sua vida. Recordando seus anos de infância e adolescência, passados em isolamento em Guimarães, tendo como companhia apenas sua irmã e uma prima, descreveu: “De compleição débil e acanhada, eu não podia deixar de ser uma criatura frágil, tímida, e por consequência melancólica: uma espécie de educação freirática, veio de remate à estas disposições naturais. Encerrada na casa materna, só conhecia o céu, as estrelas, e as flores que minha avó cultivava com esmero talvez, por isso eu tanto ame as flores; foram elas o meu primeiro amor”.<sup>10</sup> Tal isolamento pode ser indício de que Firmina e sua irmã sofressem rejeição social devido ao fato de serem negras e bastardas, com sua mãe tentando preservá-las (Machado, 2018, p.15-25). À timidez e fragilidade da infância, outros grandes tormentos vieram a se somar.

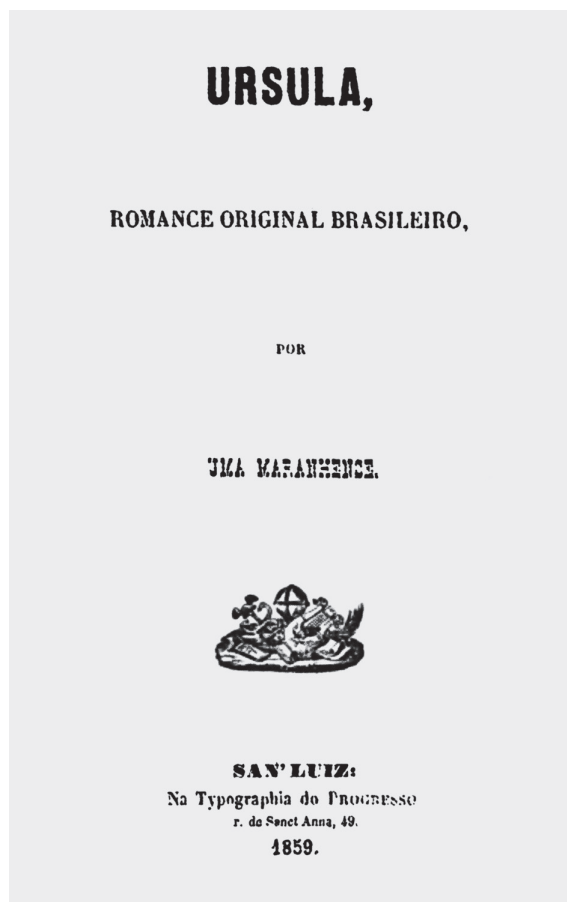
Como confessa, na adolescência, ela teria sido capaz de rasgar véus que permitiram uma breve vivência de um deleitável paraíso, o que a teria alimentado com novo vigor. No entanto, foi esse logo desfeito, deixando marcas afetivas nunca superadas:

Mas a infância passou, como passa para todo homem, e eu tive mais vigor e minha vida adquiria mais forças; meu coração como que expandiu-se um pouco, vívidos raios de sol da adolescência. A mulher é como a flor, esta sonha meiguices ao despertar do sol, porque o sol que surge há de afaga-la, sorrir-se 000 000 de felicidade sem lembrar-se a pobrezinha que esse viver de deleites é dum momento, e que esse mesmo sol, que tão docemente a seduziu em seus transportes amorosos com suas faíscas ilusórias, vai-lhe roubando a vida, e os encantos. Aquela no desabrochar da vida cisma um futuro radiante e belo. Eu experimentei já essa doce ilusão que mais faz amargar os últimos dias da existência. Era um débil e transparente véu que estava ante aos meus olhos, rasguei-o, vivi um deleitável paraíso que me seduziu, e que me enlevou, que me transportou; da minha melancolia infantil passei insensivelmente a um meigo olhar inocente de felicidades. Ah! Porque tão depressa fugiste. Ah! Porque fugiste idade única da vida em que eu pude sonhar esse sonho que o poeta inveja. Em que pude gozar esse gozo puro que assemelha, que arreda a bem-aventurança dos anjos! ...<sup>11</sup>

O tom hiperbólico e ultrarromântico não esconde a existência de uma perda afetiva irreparável, testemunhando que fora lançada de deleitável paraíso para um território de decepção e solidão. Nada mais é acrescentado; porém, como mulher negra, sabemos que a Firmina estavam arriscadas muitas decepções (Pacheco, 2013). Terá sido o preconceito o motivo de sua grande perda amorosa, ou ainda outras dificuldades poderiam explicar tal queda do paraíso amoroso?

Em “Uma Lágrima sobre o Túmulo”, Firmina volta a atravessar o desespero da perda, agora claramente enunciada como uma morte. Em um texto soturno, que descreve sua insone errância por altos rochedos, para chorar uma perda irreparável, ela escreve:

*Capa da 1ª edição do romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, publicado pela Tipografia do Progresso, em São Luís (MA), 1859.*



Oh! Sim! ... E para sempre escondida aquela que eu tanto amara! ... Eu chorava ... No silêncio da noite, minha dor tocava a desesperação ... O mar desdobrava-se a meus pés – as estrelas cintilavam sobre minha cabeça – a vição andava em torno de mim. Deus se me revelava em cada um daqueles objetos. Oh! Eu amo a Deus porque Ele é justo, – santo – e onipotente.<sup>12</sup>

Quem teria ela perdido? O texto não deixa claro. Pode-se supor que a passagem se refira à perda da mãe, a quem Firmina, em outra parte do diário, declara amar mais do que a si mesmo. Embora provável, não encontrei referência certa sobre a data da morte da mãe. Além disso, o relato não fala em amor filial.<sup>13</sup>

No entanto, a perda foi tão profundamente sentida, que vinte anos mais tarde, aludindo a data da perda, ela registrou em seu diário: “Sol de vinte e sete de fevereiro, sol de hoje, por que saíste? Vens insultar a minha dor?”<sup>14</sup> Sugerindo que a perda, profundamente vivida e nunca superada, proviesse de um apaixonado amor aparece a entrada de 15 de junho de 1873. Em registro intitulado “O que é a vida”, Firmina anotava que as lágrimas eram suas principais companheiras: “Depois o amor – e o amor – não pode vigorar sem lágrimas. Elas me sorriram nessa quadra poética de existência, que para mim passou tão breve! E quando a mão de Deus mandou que esse amor tão belo cedesse ao sopro gélido da morte ...”<sup>15</sup>

Em meio a passagens que expressam uma profunda vivência da perda e da solidão, outras surgem mais alegres e otimistas, como as entradas dedicadas à sua amiga íntima, Teresa de Jesus Cabral, que provavelmente morava em São Luís: “... Teresa, meu coração rendeu-se inteiro a seus encantos ... Minha alma simpaticizou com a tua, – minha dedicação, meu afeto, meu amor para ti será eterno”.<sup>16</sup>

Amor fiel; dez anos mais tarde a diarista ainda se rende à sua amiga, lembrando que tem recebido dela ouro:

À Minha Amiga Terezinha de Jesus  
Pago-te em verso o que te devo em ouro

Beijar-te ... ouvir-te a voz divina e pura  
Mimosa criatura – anjo de amor!  
É gozo que extasia a minha alma  
Como oásis na calma – em longo error.

Mimo celeste que vieste ao mundo,  
Lodo jucundo – sedutor e santo!  
Teu riso anima a melindrosa fada  
Por Deus mandada para estancar meu pranto.

Não vieste, bela, a me inspirar poesia  
Nessa harmonia de beleza, e canto?  
Não sentes a alma que teu peito aninha,  
Que a alma minha ooo tributa ooo ooo ooo?

Sabes, tu sabes que meu peito apuro  
No afeto puro – que te hei votado:  
Que sonho extremo para ti – ledices  
Que de meiguices eu te hei cercado.

Mulher, encanto desta terra amena,  
Visão serena – ao despertar do dia,  
Que em branca nuvem, com roupagem d’ouro  
Desce: – tesouro – de imortal poesia.

Anjo que ao sopro matinal despreende  
O voo; acende – do turib’lo o incenso  
Que ondula brando derramando aroma  
E ao trono assoma – de Jeová incenso.

É meu empenho compreender teus cantos,  
Que encerram encantos – de celeste amor.  
Sonho os mistérios devassar dos Céus  
Anjo de Deus – no teu mimoso odor.<sup>17</sup>

Inspiradora de poesias, sonhos e meiguices, Teresa, em diversas passagens do “Álbum”, aparece descrita com tonalidades sensuais, de um belo rosto, de encantos de celeste amor e mimoso odor, alimentando sonhos misteriosos. Nesse ponto, a amiga parece poder preencher os vazios da solidão. No entanto, mais à frente, ressurgue a dor de estar só, sem ninguém para compartilhar.

Eu nunca tive a louca pretensão de possuir no céu uma estrela. Um dia alguém disse-me apontando-me para a melancólica estrela que acompanhava a lua. Vês a tua estrela? . . . Sim, eu sou a lua; se Deus negou-me dela a beleza, o nítido albor e o magnífico esplendor de formosura, encheu-me a melancolia, sua palidez e como ela deve divagar no céu, deu-me que 000 divagasse com ela na terra; meditando saudades, e tristezas como ela medita. Eu sou a lua mas aquela estrela! . . . Não eu não tenho uma estrela. A minha caiu há muito, e sumiu-se no nada...<sup>18</sup>

Atravessada por amores perdidos, solidão e desesperança, Firmina soube também refletir a respeito de si própria, como alguém que trilhou caminhos únicos, andou por sendas por onde poucos passam e ninguém compreende. Escrevendo sobre a vida social que se desenrolava a sua volta, o papel da beleza das mulheres e as superficialidades das relações sociais, questionava o sentido da existência: “Será talvez tudo isso – mas eu nunca o vivi; ou se vivi, compreendi a vida por outros desvios, por outras sendas, por onde nem todos passam. Penso e sinto: meu sentir e meu pensar não os compreende ninguém, porque também a ninguém os revelo”.<sup>19</sup>

Trilhando veredas únicas em relação ao seu tempo, lugar social, raça e afeto, Maria Firmina dos Reis, mulher negra, cheia de ideias originais e de amores profundos e ternos, passou uma vida atormentada, a desejar o repouso, nem que fosse este o da morte. Sua individualidade marcante, seus talentos únicos, sua maneira de ver a vida e de vivê-la pareceu-lhe sempre além do possível, embora tenha realizado o quase impossível. Deixou sua marca na história.

[...] Sou uma desditosa escrava da sorte, uma mísera poetisa, cuja lira estalou ao choque da desventura... Não posso te cantar; mas guardo, porém, a tua lembrança.<sup>20</sup>

## Notas

- 1 Em 1848, 55% da população do Maranhão eram compostas por escravos/as; porcentagem que decaiu ao longo do século (Santos, F. S. “Cronologia”, p.211-23).
- 2 Memorial e o Crime da Baronesa. Site do Ministério Público do Paraná. Disponível em: <<http://www.memorial.mppr.mp.br/pagina-123.html>>. Acesso em: 18 maio 2019. Ver também em Furtado, L. *Memorial*, excertos do processo relativo ao caso do menino Inocêncio publicados originalmente no jornal *O País* de 16.11.1876, p.71-81; e Aranha (1931, p.110-14).
- 3 Sobre a repressão à pajelança em São Luiz e prisão de Amélia Rosa, ver Ferretti (2004) com ensaios iniciais de Mundicarmo Ferretti (p.19-29 e 31-59), e transcrição do processo de Amélia Rosa (p.65-250).

- 4 A censura familiar aparece claramente nos diários do general Couto de Magalhães publicados com anuência da família (Bandecchi, 1974) e igualmente explica a fragmentação das anotações do diário de William James. Ver Machado (2010).
- 5 Nascimento, M. “Agradecimentos” in *Fragmentos*, p.256.
- 6 “Resumo de Minha Vida” (s. d.), in “Álbum”, Morais, *Fragmentos* (s. p.).
- 7 Conforme sugestão de P. Gay, a respeito da utilização do latim, pelo próprio Freud, no decorrer de sua autoanálise, na transcrição de suas memórias mais reprimidas. Ver Gay (1989, p.25-6).
- 8 Álbum, 15.11.1872 (s. d.), N. Morais, *Fragmentos* (s. p.).
- 9 Álbum, 22.7.1856, N. Morais, *Fragmentos* (s. p.).
- 10 “Resumo da Minha Vida” (s. d.), Álbum, in N. Morais, *Fragmentos* (s. p.).
- 11 “Resumo da Minha Vida” (s. d.), Álbum, N. Morais, *Fragmentos* (s. p.).
- 12 “Uma Lágrima sobre um Túmulo”, Álbum, 20 de maio de 1853, N. Morais, *Fragmentos* (s. p.).
- 13 Embora Lobo (1993) em “Autorretrato” sugira também ser a perda da mãe, não constam dados que comprovem o fato. A certeza desse fato depende do esclarecimento da identidade da mãe e de informações documentais sobre seu falecimento.
- 14 “Recordação e Lágrima”, 13 de junho de 1876, Álbum, in N. Morais, *Fragmentos*, (s. p.).
- 15 In N. Morais, *Fragmentos* (s. p.).
- 16 Álbum, 19.6.1856, N. Morais, *Fragmentos* (s. p.).
- 17 Álbum, 19.11.1865, N. Morais, *Fragmentos* (s. p.).
- 18 Álbum, 2.2.1872, N. Morais, *Fragmentos* (s. p.).
- 19 Álbum (s. d.), N. Morais, *Fragmentos* (s. p.).
- 20 Álbum, 1.2.1872, N. Morais, *Fragmentos* (s. p.).

## Referências

- ARANHA, G. *O meu próprio romance*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1931. p.110-14.
- BANDECCHI, B. *Diário do General Couto do Magalhães. 1887-90*. Coleção Revista de História. São Paulo: Departamento de História/USP, 1974.
- DUARTE, E. A. Pós-fácio. In: MUZART, Z. L. “Maria Firmina dos Reis”, livro organizado pela mesma. *Escritoras Brasileiras do Século XIX*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2000, p.264-84.
- FERREIRA, L. F. “Ethos, poética e política nos escritos de Luiz Gama”. *Revista Crioula*, n.12, 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/57813/60862>>. Acesso em: 23 fev. 2019.
- FERRETTI, M. *Pajelança no Maranhão no Século XIX e o Processo de Amélia Rosa*. São Luís: Fapema, 2004.
- FURTADO, L. M. *Memorial de Maria Firmina dos Reis*. São Paulo: Uirapuru, 2017. p.22-36.



- GAY, P. *A experiência burguesa*. Da Rainha Vitória a Freud. A educação dos sentidos. Trad. Per Salter. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. p.320.
- \_\_\_\_\_. *Freud. Uma vida para o nosso tempo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- GOMES, F. dos S. Cronologia. In: REIS, M. F. dos. *Úrsula*. São Paulo: Penguin/Cia das Letras, 2018. p.211-23.
- GOMES, F.; MACHADO, M. H. P. T. Revolta em Três Tempos. Rio de Janeiro, Maranhão e São Paulo, Século XIX. In: GOMES, F.; REIS, J. J. *Revoltas no Brasil Escravista*. (prelo, 2020).
- HABERLY, D. T. Abolitionism in Brazil: Anti-Slavery and Anti-Slave. *Luso-Brazilian Review*, v.9, n.2, p.30-46, 1972.
- HAGER, C. *Word by Word. Emancipation and the Act of Writing*. Cambridge: Harvard University Press, 2013. p.181.
- JESUS, M. G. Tempo e melancolia: república, modernidade e cidadania negra nos contos de Astolfo Marques (1876-1918). *Lua Nova*, São Paulo, v.85, p. 33-185.
- LOBO, L. Autorretrato de um Pioneira Abolicionista. In: *Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.
- MACHADO, M. H. P. T. (Org.) *Diário íntimo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p.11.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil no Olhar de William James*. Cartas, diários e desenhos, 1865-1866. São Paulo: Edusp, 2010.
- \_\_\_\_\_. The traveler and his diary: Couto de Magalhães and Roger Casement. *ABEI Journal*, São Paulo, v.13, p.169-88, 2011.
- \_\_\_\_\_. Maria Firmina dos Reis: invisibilidade e presença de uma romancista negra no Brasil dos séculos XIX ao XX! In: REIS, M. F. dos. *Úrsula*. São Paulo: Penguin/Cia. das Letras, 2018. p.15-25.
- MAGALHÃES, D. J. G. de. Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão (1839-1840). Com ensaio inicial “Memórias da Balaiada por Luiz Felipe Alencastro”. *Novos Estudos Cebrap*, n.23, p.14-66, 1989.
- MARTINS, L. D. *Da sujeição à subjetivação*: a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras *Úrsula* e *A Escrava* de Maria Firmina dos Reis. São Paulo, 2016. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.
- MORAIS FILHO, N. *Maria Firmina: Fragmentos de uma Vida*. São Luís: COCSN, 1975.
- PACHECO, A. C. L. *Mulher negra*: afetividade e solidão. Salvador: Edufba, 2013.
- REIS, M. F. dos. *A Escrava*. In: MORAIS FILHO, N. *Maria Firmina: Fragmentos de uma Vida*. São Luís: COCSN, 1975.
- RESENDE, B. *Diamantes da lixeira*. Rio de Janeiro: CIEC, Papéis Avulsos, 1991.
- RESENDE, R. S. Da Ágora ao Pantheon: intelectuais de “Atenas” e a literatura romântica no Maranhão. *Outros Tempos*, v.4, n.4, 2007, Disponível em: <[https://www.outros-tempos.uema.br/OJS/index.php/outros\\_tempos\\_uema/article/view/413/348](https://www.outros-tempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/413/348)>.
- RIBEIRO, A. V. *Lendo Harriet Beecher Stowe no Brasil*: circulação e traduções culturais

do romance *A cabana do Pai Tomás* na segunda metade do XIX. Guarulhos, 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2016.

SAYERS, R. S. *O negro na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958. p.152-8.

STOKES, C. *The Altar at Home*. Sentimental Literature and Nineteenth-Century American Religion. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014. p.1-20.

*RESUMO* – Este artigo se centra na análise de “Álbum”, caderno de escritos íntimos de Maria Firmina dos Reis, em busca de refletir sobre a construção da individualidade e subjetividade de uma mulher negra, romancista, em meados do século XIX, no Maranhão. Para tal, o artigo propõe um recorte teórico, reconstitui o contexto social da romancista e apresenta trechos de suas reflexões privadas constantes de seu “Álbum”.

*PALAVRAS-CHAVE*: Maria Firmina dos Reis, Literatura afro-brasileira, Maranhão, Século XIX, Abolicionismo, Escrita de si mesmo.

*ABSTRACT* – This article analyzes “Álbum”, a notebook of intimate writings by Maria Firmina dos Reis, with the aim of investigating the construction of her individuality and subjectivity as a black woman and novelist from Maranhão, in the mid-19<sup>th</sup> century. With this in mind, the article establishes a theoretical framework, reconstructs her social context, and presents her intimate reflections extracted from “Álbum”.

*KEYWORDS*: Maria Firmina dos Reis, Afro-Brazilian literature, 19<sup>th</sup> century, Maranhão, Abolitionism, Writing of one’s self.

*Maria Helena Pereira Toledo Machado* é professora titular do Departamento de História Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e pesquisadora associada ao Instituto de Estudos Avançados da USP. É também pesquisadora PQ do CNPq. @ – hmachado@usp.br / <https://orcid.org/0000-0002-8030-1705>

<sup>1</sup>Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Recebido em 7.6.2019 e aceito em 22.7.2019.

# Luiz Gama autor, leitor, editor: revisitando as *Primeiras Trovas Burlescas* de 1859 e 1861

LIGIA FONSECA FERREIRA<sup>1</sup>

Não borres um livro,  
Tão belo e tão fino,  
Não sejas pateta,  
Sandeu e mofino.

Ciências e Letras  
Não são para ti;  
Pretinho da Costa  
Não é gente aqui.  
(Luiz Gama)

Negro sabido, negro atrevido  
(Ditado brasileiro)

**H**Á 160 anos, num Brasil escravocrata, formado em sua maioria por africanos e seus descendentes, surge em São Paulo a primeira edição das *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino* (1859), de Luiz Gonzaga Pinto da Gama (BA 1830 – SP 1882). Dois anos depois, é publicada no Rio de Janeiro a segunda e última edição “correcta e augmentada”. Em pleno período romântico, durante o qual o negro-escravo desponta como tema na poesia ou personagem no romance, as *Primeiras Trovas Burlescas* (PTB) inscrevem uma figura até então ausente da produção literária brasileira: o negro *autor*, que se enuncia e deseja ser visto enquanto tal (“negro sou”). O pseudônimo estampado na capa não é fortuito: “*Getulino*” deriva de “*Getúlia*”, território da África do Norte, entre as atuais Argélia e Mauritânia, habitada pelos “getulos” na Antiguidade. O autor assumia de cara sua origem africana.

Tal fato encerra ineditismo e transgressão. Gama nasceu livre em 21 de junho de 1830, filho da africana Luiza Mahin. O pai de origem portuguesa vende-o aos dez anos como escravo. Nessa condição chega a São Paulo, onde vive oito anos de escravidão. Para um indivíduo como ele, tornar-se homem de letras era algo improvável, numa época em que, escravizado ou não, negro não toma a palavra, não lê, não (se) escreve. A despeito disso, um ex-escravo atreve-se a “borrar” as páginas brancas de um livro e posicionar-se como observador crítico da sociedade brasileira no Segundo Império.

A muitos escapou o efeito polifônico sob a ironia sutil e crua presente nos versos aqui colocados em epígrafe. Na realidade, o poeta faz ecoar discursos e crenças enraizadas entre os brancos, convencidos da incapacidade congênita dos negros para as atividades do espírito, cegos, portanto, às consequências mutiladoras da escravidão: “Na terra que rege o branco,/ Nos privam té de pensar!... Ao peso do cativo/ Perdemos razão e tino,/ Sofrendo barbaridades,/ Em nome do Ser Divino” (Gama, 2000, p.33). Ele estava ciente de encarnar um contraexemplo das teorias pseudocientíficas de há muito disseminadas no Ocidente sobre as desigualdades raciais. Prova de que os negros eram “naturalmente inferiores aos brancos”, apoiava-se, segundo Hume, na constatação de não haver entre eles “nem artes, nem ciências” (Hume apud Honour, 1989, p.241). Desmentindo o filósofo iluminista, o tom ligeiro adotado por Gama, trinta anos antes da Abolição, expõe os preconceitos que atingem milhares de africanos e afrodescendentes sobre os quais pesa o estigma da cor e da escravidão, feridas abertas na pele de outros autores negros. Assim, com sua obra, o “Orfeu de Carapinha” adquire um passaporte para o mundo das “letras” e das “ciências”. Sua voz antecipa Cruz e Sousa e Lima Barreto e abre o veio da literatura negra brasileira.

Revisitar as edições das PTB publicadas ainda em vida do autor nos dá a possibilidade de fruir seus textos e observar aspectos detectáveis apenas quando os textos passam por uma transformação, antes de tomarem a forma de um “objeto-livro” que apresenta a obra, garante sua presença no mundo, determina em princípio a maneira como e por quem será consumida, ou seja, sua recepção. Do final do século XIX ao início do século XXI, essas edições eram de difícil acesso, sobretudo a primeira, mais referida do que efetivamente consultada por alguns estudiosos de Luiz Gama.<sup>1</sup> De alguns anos para cá, a situação inverte-se, graças à disponibilização de obras raras em acervos digitais. Porém, a leitura em suportes digital suscita algumas indagações: o que realmente se lê na tela? Um “texto”? Diante das opções, qual edição escolher? Que diferenças, textuais ou não textuais, aparecem de uma edição a outra? Como explicá-las? etc. É difícil responder essas perguntas, como é difícil colocar-se na mente do leitor confrontado com o luxo e os riscos da era digital. Lembremos que, sem demasiado aprofundar questões teóricas ou metodológicas, uma vez transformados em “livro”, os textos acompanham-se de uma série de elementos verbais/discursivos (nome do autor, título, dedicatórias, prefácios, notas, epígrafes etc) e não verbais (formato, diagramação, ilustrações etc). Esses “paratextos editoriais” (Genette, 2009), aos quais nem sempre atentamos, podem influir na leitura, levantar questões que transcendem uma análise apenas centrada no texto. Uma obra em forma de livro, e particularmente quando distantes no tempo, precisa ainda ser apreciada em seu contexto mais amplo (histórico, social, político, literário, editorial). Mesmo sem manuscritos, é possível encontrar pistas sobre processos de criação subjacentes à produção editorial. Uma obra tampouco termina ao ser impressa e publicada, sobretudo se envolver reescrita e outras alterações textuais e para-

textuais direcionadas a uma publicação posterior. As transformações da obra, do texto à materialidade do suporte, têm sido alvo de recentes reflexões e propostas metodológicas para uma “genética pós-editorial” (Mahrer, 2017).

À luz dessas reflexões, neste artigo pretende-se, pelo cotejo das duas primeiras edições das PTB, acompanhar nascimento, formação e evolução de um *autor*, desde o início envolvido na organização e produção editorial de seus livros, na realidade uma obra “dupla”, por trazer ali poemas do amigo José Bonifácio, o moço (1827-1886). Considerando-se que um *autor* é antes de tudo um *leitor*, buscaremos identificar, por meio das epígrafes, leituras e modelos seguidos pelo novato poeta, em especial a obra do poeta português Faustino Xavier de Novais (1820-1869). Por fim, observaremos as mudanças e as etapas (textuais e não textuais) percorridas de uma edição a outra, buscando nos bastidores paratextuais a presença do autor, leitor e “editor” Luiz Gama, que se mostra sempre atento à recepção de sua obra em momentos e contextos diferentes, adivinhando as representações e expectativas desconfiadas acerca de um poeta atípico para os moldes sociais e intelectuais dos letrados de seu tempo.

Como se sabe, a filiação de Luiz Gama, mestiço biológico e cultural, sintetiza uma das matrizes nacionais de sua época: em seu corpo corre sangue da África e de Portugal, miscigenação àquela altura longe de ser celebrada. Será interessante notar como, em sua criação, o poeta *lusó-afro-brasileiro* absorve, mescla, transforma e inclui e dá voz a elementos presentes em sua própria genealogia.

Mas quem era Luiz Gama antes de 1859?

### **Em busca do saber e da liberdade, ou da liberdade de saber**

O estudo é o melhor entretenimento, e  
o livro o melhor amigo.

(Carta ao filho, 1870)

Em 1880, na célebre carta a Lúcio de Mendonça, um dos raros senão único relato de um ex-escravo brasileiro, Luiz Gama relembra a “amizade íntima” com Antonio Rodrigo do Prado Junior, estudante residente na casa de seu senhor, com o qual aprendera “as primeiras letras” em 1847 (Gama, 2011a, p.202). Começava ali uma prodigiosa aventura para o adolescente de espírito vivo e curioso que, no ano seguinte, resgata “secretamente” a liberdade jurídica, sem suspeitar até onde chegaria no universo da leitura e da escrita. Nesse sentido, seu caso assemelha-se ao dos afro-americanos como Harriet Jacobs, Frederick Douglass e Williams Wells Brown, para os quais a conquista do saber acompanhou-se da conquista da liberdade. Instruíam-se para provar sua capacidade de expressar-se em linguagem rica de virtudes literárias, sem a qual não teriam desempenhado um papel histórico na vida política de seu país.

Luiz Gama, lembravam seus contemporâneos, tinha sempre um livro nas mãos. Desenvolveu não só o hábito como a paixão irrefreável pela leitura mesmo em situações adversas. Em 1854, depois de servir seis anos como soldado

municipal, foi condenado por desacato a um insultuoso oficial a 39 dias de prisão onde “passava os dias lendo”. Para ele, que jamais frequentou escolas, e acreditava que a “inteligência repele diplomas, como Deus repele a escravidão” (Gama, 2011b, p.136), o esforço precisava ser hercúleo para incluir-se ao restrito círculo de letrados no Brasil, verdadeira “ilha flutuante num oceano de analfabetos” (Fausto, 1994, p.184).

Aos 18 anos, o jovem praça teve um encontro determinante. Procurou pelo conselheiro Francisco Maria Furtado de Mendonça (1812-1890), chefe de polícia da capital, catedrático da Faculdade de Direito, para que esse lhe dispensasse os “primeiros lampejos da instrução primária”. O poderoso e controverso figurão acolhe o jovem negro animado de uma “vontade inabalável de instruir-se”, e por quase vinte anos foi seu “protetor”, “amigo” e perfeito “mestre” (ibidem). O convívio era quase diário durante os anos em que serviu como ordenança e, em seguida, como amanuense no gabinete chefe de polícia a partir de 1856. Uma de suas tarefas é copiar documentos, e às vezes, em horas de folga do serviço militar, ele o faz para o escritório de um escrivão público. O trabalho na importante repartição de Furtado de Mendonça propicia ao expansivo amanuense travar conhecimento com “doutores” e familiarizar-se com o mundo e o saber jurídico. Ler e escrever entrava no âmago das atividades abraçadas pelo futuro jornalista e advogado Luiz Gama até o fim da vida. Mas naquele momento, importava ampliar conhecimentos. Furtado de Mendonça deve ter-lhe facilitado o acesso à Biblioteca da Faculdade de Direito, da qual era bibliotecário-chefe e, provavelmente, sua biblioteca pessoal (Menucci, 1938, p.55). Considerando-se o profundo conhecimento jurídico e a competência técnica futuramente demonstrados em processos e comentários jurídicos publicados na imprensa, Luiz Gama deve ter mergulhado na leitura da obra mais renomada de seu benfeitor – o *Repertório Geral das Leis do Brasil (1808-1862)*.

Dos anos que precedem o encontro com Furtado de Mendonça até 1859, as leituras de Luiz Gama são diversas e não muito diferentes das realizadas pelos letrados e “doutores” de seu entorno: obras jurídicas, história, filosofia, literatura, especialmente poesia clássica e romântica, sátiras latinas e portuguesas etc. O perfil de Luiz Gama leitor se desenha num simples levantamento das referências presentes nas PTB de onde se pode depreender o âmbito das leituras, gostos e tendências ideológicas do poeta autodidata que deseja colocar-se à altura do nível cultural de seus leitores:

1) Escritores citados nas epígrafes: os portugueses Augusto Emílio Zaluar, Camões, Cândido Lusitano, Faustino Xavier de Novais, Nicolau Tolentino; o luso-brasileiro Gregório de Matos; os brasileiros Bernardo Guimarães, Junqueira Freire; o poeta latino Tíbulo e o francês Boileau.

2) Escritores e obras citadas nos poemas: Aretino, Ariosto, Buffon, Couvier, Dante, Homero, Lamartine, Paul de Kock, [Robert Joseph] Pothier, Schiller, [Torquato] Tasso; *Alcorão* e *Arte de Furtar*.

3) Personagens da literatura citados nos poemas: Dom Quixote, Gulliver, Sancho Pança.

4) Outros (personagens históricos, filósofos, pintores, músicos: Aníbal, Bonaparte, Caravaggio, [Júlio] César, Columela, Constantino, Euclides, Mozart, Paganini, Plínio, Rossini, Savigny.

Não é puro acaso se todos os autores em epígrafes são de língua portuguesa. Ao contrário dos homens cultos de seu tempo, Luiz Gama não domina outros idiomas e não esconde isso. Ele não passara pelo ensino formal onde desde cedo aprendia-se “a” língua estrangeira por excelência, o francês. Contemporâneos de Luiz Gama, Castro Alves, Rui Barbosa, Ferreira de Menezes e o mais convicto “afrancesado”, Joaquim Nabuco, leem autores franceses no original. Luiz Gama os lê em traduções publicadas em Portugal ou no Brasil, mantendo-se de contínuo atualizado sobre as principais obras e correntes de pensamento produzidas na Europa. É o caso de *Vida de Jesus* (1863), de Ernest Renan, obra de repercussão mundial por sua abordagem racionalista e antirreligiosa do cristianismo, e que no Brasil marcou figuras tão díspares social, racial e ideologicamente como Dom Pedro II, Joaquim Nabuco e Luiz Gama, conforme já tratamos anteriormente (Ferreira, 2007).

As estrofes a seguir aludem, em pinceladas autobiográficas, à formação do principiante, preocupado (por real insegurança ou afetação) em ajustar, ou baixar, a expectativa dos seus cultos leitores. Em linguagem elaboradamente coloquial, o novo “autor” que, pretensamente não quer ser visto assim, falha discursivamente em alcançar seu intento, insiste no que o distingue cultural e linguisticamente de seu público, servindo-se de linguagem coloquial características de suas trovas :

Não tenho sabença,  
Não campo de autor;  
Apenas me conto  
Por um falador.

Das línguas estranhas  
Nem uma aprendi,  
Em nosso idioma  
Sou – *Kikiriki*.<sup>2</sup>

(Gama, 2000, p.88)

### **José Bonifácio, o moço: amigo, abracadabra e santelmo**

Ao visitar as PTB deparamos com dois autores, com duas obras em uma.

Em 1859, além de seus 23 poemas, Luiz Gama inclui três composições de José Bonifácio de Andrada e Silva, o moço (1827-1886), datadas de 1850: “Saudades do Escravo”, “O tropeiro” e “Calabar”. A primeira delas aparece em

lugar de honra, em seguida ao “Prólogo”, poema de abertura em que o autor apresenta a si e a sua obra (temas, gênero, valores morais, visão ideológica). A escolha da sequência, porém, não é fortuita. Não se indica o autor do texto, logo as primeiras linhas podem dar a impressão de tratar-se ali de versos saídos da lavra, da vida e da voz de Luiz Gama:

Escravo – não, não morri  
Nos ferros da escravidão;  
Lá nos palmares vivi,  
Tenho livre o coração!  
Nas minhas carnes rasgadas,  
Nas faces ensanguentadas  
Sinto as torturas de cá;  
Deste corpo desgraçado  
Meu espírito soltado  
Não partiu – ficou-me lá!...  
(Gama, 2000, p.162)

O asterisco ao lado do título remete à nota que por fim esclarece:

Esta bela produção foi-nos dada pelo seu ilustre autor o Exmo. Sr. Dr. José Bonifácio de Andrada e Silva; publicamo-la na frente de nosso obscuro volume para nos servir de *Abracadabra*, nos mares tempestuosos das censuras e nas hórridas ambages do sórdido egoísmo dos monopolistas.  
(Gama, 1859, p.12)

Homem de convicção liberal, antimonarquista e abolicionista, o sobrinho do Patriarca da Independência, cujo nome herdara, incluía-se decerto entre os amigos que incentivam Luiz Gama a publicar seus poemas, aliás nada ingênuos (“Não falo das flores/ Dos prados não falo/ [...] Nem das travessuras/ Do terno Cupido”), porém visando claramente a sociedade e a política imperial, o sistema escravocrata, o mundo jurídico, a hipocrisia racial etc. A função “cabalística” consistia em proteger o poeta negro e ex-escravo de eventuais represálias de quantos se sentissem visados pelo seu riso moralizador.

Mais do que valorizar seu próprio trabalho, o autor das PTB enxergou uma oportunidade de trazer ao conhecimento público os poemas escritos pelo amigo, intelectual de prestígio e poeta, havia mais de uma década. O ano 1850 representa um divisor de águas na história da escravidão. A promulgação da Lei Eusébio de Queirós, extinguindo o tráfico negreiro, acende a esperança nos antiescravistas. A questão produz impactos na produção literária brasileira, feita por homens igualmente envolvidos nos rumos políticos do país.

Nas PTB de 1861, edição “correcta e augmentada”, os 39 textos poéticos de Luiz Gama acompanham-se de dez poemas, reunidos no final do volume com o título “Poesias do Exm. Sr. Dr. José Bonifácio de Andrada e Silva”.<sup>3</sup> Um novo texto de apresentação – “A quem ler” justifica ao novo – e para Luiz Gama desconhecido – público da Corte a inserção dos poemas do amigo, cujo nome



evoca sua alta estirpe, a família dos “Andradas”. Num estilo mais elegante e com modéstia própria ao gênero e às circunstâncias, Gama confessa seu desejo e necessidade de contar com a proteção de um “padrinho”, que o protegesse como “Santo Elmo”, padroeiro dos marinheiros, nos mares nunca dantes navegados do meio literário da Corte. Ao informar que recebera de presente as poesias que agora “editava”, ciente de sua importância do ponto de vista literário e político (tem-se ali o germe de uma poesia “engajada” na defesa do escravo, da abolição e do ideário liberal), Luiz Gama fala dos laços privilegiados, no plano pessoal e intelectual, que há tempos o uniam ao prestigioso poeta e político:

Estou por demais convencido do pouco que valem [as minhas], e por isso lancei mão das lindas poesias, que fazem parte deste volume, escritas pelo Exmo. Sr. Dr. José Bonifácio de Andrade e Silva, para servirem-me de santelmo nesta empresa temerária.

Estas belíssimas produções foram-me ofertadas pelo seu ilustre e modesto autor, sem a menor tenção de as ver impressas; e eu o acompanharia nesse propósito, a não ser coagido pela eminente necessidade, em que me vejo, de abrigar-me sob os auspícios de um valioso padrinho. (Gama, 1861, p.13)

A referência feita por um escritor novato a um “padrinho” literário, prática frequente na vida literária, deve ser bem compreendida. A despeito das diferenças sociais e raciais, os dois homens compartilhariam até o final da vida as mesmas ideias e afinidades políticas, éticas e estéticas. Uma relação respeitosa entre iguais. Não há subserviência do Negro ao Branco, mas sim gestos de cavalheiros. Herdeiros das Luzes, ambos abraçam e põem em prática os ideais Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Nascido em Bordéus, José Bonifácio fez direito em São Paulo de 1849 a 1853, na turma de Álvares de Azevedo. Seu livro de poemas líricos e épico-líricos, *Rosas e Goivos* (1849), é primeira obra literária publicada em São Paulo. De 1854 a 1855 leciona na faculdade paulista, antes de assumir por três anos um novo cargo na faculdade de direito de Recife. Retorna à capital paulista em 1858, onde assume a cadeira de direito criminal, especialidade abraçada na década pelo “advogado provisionado” e autodidata Luiz Gama. Embora não haja indicações precisas, é provável que os dois tenham se conhecido pouco antes da partida de José Bonifácio para o Nordeste (Faria, 1944, p.177). São jovens ainda – 25 a 28 anos – para adivinhar o papel preponderante que viriam a desempenhar nos rumos das campanhas abolicionista e republicana. Logo, a amizade se trava bem antes de José Bonifácio encabeçar o movimento liberal de oposição liberal à monarquia e defender o fim da escravidão. Saudado como *primus inter pares* dos oradores brasileiros nos últimos trinta anos do Império, teve influência marcante junto a membros da última geração liberal, como seus ex-alunos Castro Alves, Rui Barbosa, Ferreira de Menezes e Joaquim Nabuco. Em São Paulo, o “devotado” Luiz Gama faz parte do pequeno círculo que frequentava a casa de José Bonifácio (ibidem, p.197). É intrigante, portanto, o fato de quase nunca

haver menção, em notas biográficas como as do site da Academia Brasileira de Letras, à sua íntima amizade com o satirista negro que jocosamente tratava o amigo, loiro e de olhos azuis, de *Mister José*.

Difícil precisar quando Luiz Gama teria começado a redigir seus poemas. No entanto, é possível imaginar que só as submetera à apreciação de José Bonifácio depois de maio de 1858, quando esse retorna a São Paulo. Quanto a este último, os poemas ofertados a Luiz Gama para figurarem na primeira edição das PTB foram escritos em 1850 pelo segundoanista de direito. Templo da ideologia liberal, sob as arcadas surgiram as primeiras manifestações poéticas tratando do tema do escravo, anunciadoras da poesia condoreira. Luiz Gama não ignorava essas produções e as aproveitava na sua própria criação, apropriando-se de temas e construindo relações intertextuais. Seu poema “Cemitério de São Benedito” (1859, 1861) recebe como epígrafe a seguinte estrofe de “À sepultura de um escravo”, na versão publicada primeira edição de *Cantos da Solidão* (1852) de Bernardo Guimarães: “Também do escravo a humilde sepultura / Um gemido merece de saudade:/ Ah caia sobre ela uma só lágrima / De gratidão ao menos” (Gama, 2000, p.153). O tema do escravo não é frequente nas PTB, e invalida qualquer tentativa de considerar sua poesia como “aboliconista”. Porém, a imagem fixada no texto da epígrafe inspira ao poeta ex-escravo versos que o autorizariam a figurar entre os precursores daquela corrente que aparecerá, mais nitidamente, no final da década seguinte:

Aqui não se ergue altar ou trono d’ouro  
Ao torpe mercador de carne humana.  
Aqui se curva o filho respeitoso  
Ante a lousa materna, e o pranto em fio  
Cai-lhe dos olhos revelando mudo  
A história do passado. Aqui nas sombras  
Da funda escuridão do horror eterno,  
Dos braços de uma cruz pende o mistério,  
Faz-se o cetro bordão, andrajo a túnica,  
Mendigo o rei, o potentado escravo!  
(Gama, 2000, p. 154)

Com “Saudades do escravo”, uma das primeiras composições românticas voltadas para o tema do escravo e da escravidão, coube a José Bonifácio inaugurar tal temática, dezoito anos antes da máxima expressão alcançada em *Os Escravos*, por seu discípulo Castro Alves em 1868.<sup>4</sup> É, aliás, nessa data que o poeta baiano, estudante em São Paulo, compõe o eloquente poema e o declama num *meeting* festivo, organizado pelos alunos de direito, para saudar o retorno à cidade e à docência do então deputado José Bonifácio, deposto do cargo, após a queda do governo liberal de Zacarias de Góes. Luiz Gama não deve ter faltado à homenagem ao amigo, emocionando-se como todos os presentes à declamação de seu conterrâneo. “Saudades do escravo” introduz a voz em primeira pessoa de um escravo dotado de humanidade. Tem-se a dicotomia explorada poste-

riormente por outros autores: escravo do corpo e liberdade da alma; exílio na escravidão vivida no Brasil e sonho de evasão rumo à África imaginária. Nas PTB, tais evocações transparecem nos versos melancólicos de “Coleirinho”, poema coroado por uma epígrafe de Tíbulo – “Assim o escravo agrilhado canta” – sugestiva da metáfora escravo-pássaro:

Canta, canta Coleirinho,  
Canta, canta, o mal quebranta;  
Canta, afoga mágoa tanta  
Nessa voz de dor partida  
[...]  
Hoje triste já não trinas,  
Como outrora nos palmares;  
Hoje, escravo, nos solares  
Não te embala a dúlia brisa.

O tema dos dois outros poemas épico-líricos de José Bonifácio incluídos na edição das PTB em 1859 evoca figuras históricas reais e traduz a ideologia daqueles brasileiros envolvidos na construção política e simbólica do país independente havia menos de quatro décadas, e que, ao contrário das demais nações americanas, se fundara e perpetuara a dinastia de sua antiga metrópole.

Em “Calabar”, o poeta inclui-se entre os primeiros a reabilitar a imagem do oficial do mestiço (mameluco, ao que parece) tido pela historiografia luso-brasileira como “traidor”: desertara as tropas coloniais para lutar contra os portugueses, no período da presença holandesa no século XVII. O personagem conspurcado por mais de dois séculos<sup>5</sup> é elevado a personagem-símbolo contra a opressão do colonizador, independentemente de qual fosse:

Oh não vendeu-se, não! – ele era escravo  
Do jugo português – quis a vingança,  
Abriu sua alma às ambições de um bravo  
E em nova escravidão bebeu a esp’rança!  
[...]  
Calabar! Calabar! – foi a mentira  
Que a maldição cuspiu em tua memória!  
[...]  
A quem traíste, herói? na vil poeira  
Que juramento te prendia a fé?!  
Escravo por escravo – essa bandeira  
Foi de um soldado – lá ficou de pé!...  
[...]  
Oh deixai-o morrer ! — d’este martírio  
Não alceis a calúnia ao grau da história !

O tema e as intenções políticas subjacentes devem ter agradado o “democrata” negro que jamais se admite como “súdito” do “Império brasileiro/[que] Faz cousas de espantar o mundo inteiro” (Gama, 2000, p.18), ou seja,

submeter-se a uma outra forma de escravidão, ele que, desde as PTB, não esconde seus pendores antimonarquistas.

Dentre as grandes personalidades internacionais da primeira metade do século, Giuseppe Garibaldi, o mítico “herói de dois mundos”, fascinava homens como Luiz Gama e José Bonifácio por sua participação em insurreições republicanas no Brasil. À altura em que José Bonifácio escreve o poema, o ex-marinheiro e militar italiano, atraído pelo socialismo de Saint-Simon, já havia deixado o Brasil, onde permanecera de 1835 a 1842 e tivera atuação decisiva na Guerra dos Farrapos e na criação da República Catarinense. De volta à Itália no final dos anos 1840, é celebrado como um dos principais artífices da Unificação Italiana. No último e mais longo poema publicado em 1859, o Andrada faz o retrato épico de um “herói da liberdade” não só de nações, mas de escravos:

Vai seu caminho, herói da liberdade,  
Audaz guiando a marcial coorte !

[...]

Sabem-lhe a vida ardente — essa epopéia,  
Com sangue escrita ao trom da artilharia,  
Nas planícies — nos montes — sobre a areia,  
Ou nos mares à voz da ventania!

[...]

Oh! vinde de Itália, oh! bravos,  
Vinde honrar essa coragem;  
Vinde saudar na passagem  
O vingador dos escravos!

(Gama, 2000, p.172 e 173)

Depois de presentear seus poemas a Luiz Gama sem intenção de publicá-los, José Bonifácio continuaria ofertando-lhe outros manuscritos, como a carta de 26 de abril de 1868 inicialmente destinada ao redator do periódico paulistano *Democracia*. A Guerra do Paraguai vivia momentos críticos, uma grande crise política prepara um golpe conservador. No documento, o então deputado externava seu ceticismo quanto às infrutíferas certezas do exército brasileiro antes da batalha de Humaitá. Vislumbrava o fracasso e confessava sua “consciência revoltada” diante de um país arrastado por uma política de destruição e fadado ao “ridículo aos olhos da História”. Em 1880, Luiz Gama comunica o “precioso documento literário e político” ao editor José Maria Lisboa do *Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1881* no intuito de divulgá-lo aos seus leitores (Gama, 1880, p.201-5).

Quem se sentisse tentado a aprofundar-se no estudo das relações existentes entre Luiz Gama e José Bonifácio, o moço, encontraria, a meu ver, um grão de semelhança com o sentimento resumido por Montaigne na célebre frase a respeito de sua virtuosa amizade com La Boétie – “porque era ele, porque era eu” – em que cada qual mantém sua singularidade no equilíbrio entre reciprocidade e complementaridade.

Pelo exposto acima, não seria exagero afirmar que as primeiras edições das PTB, preparadas por seu autor, dão outra contribuição fundamental para história literária e editorial no Brasil. A publicação de duas obras em um só livro, nas duas edições do século XIX (em algumas edições póstumas no século XX, os poemas de Bonifácio serão retirados), tem, por parte de seu principal autor, Luiz Gama, intenções claras, de natureza política e literária. O “projeto editorial” proposto aos leitores não faria sentido se as obras fossem desmembradas, pois em muitos níveis se complementam, e não se trata aqui apenas dos respectivos “textos”. O livro de Gama talvez não tivesse existido sem o estímulo de Bonifácio. Os poemas deste poderiam ter se perdido, ser desconhecidos dos leitores da época e atuais, não fosse a decisão de Luiz Gama de publicá-los como parte do seu. Graças a iniciativas de ambas as partes, garantiu-se “materialidade” e “presença no mundo” aos dois objetos-livros das distintas edições das PTB, cuja divulgação ao longo do século XX foi vítima de revezes do tempo e da memória.<sup>6</sup>

### **De uma edição à outra: percursos**

Em 1859, sai a primeira edição das PTB, contendo 22 poemas de Luiz Gama e três poemas de José Bonifácio, o moço.

No poema de abertura (“Prólogo”), o novato autor expõe sua (falsamente tímida) postura, intenções, e natureza dos trôpegos versos de um livro que não promete a qualidade e perfeição de inigualáveis vates, mas sim o riso farto da sátira:

No meu cantinho  
Encolhidinho,  
Mansinho e quedo,  
Banindo o medo  
Do torpe mundo,  
Tão furibundo,  
Em fria prosa  
Fastidiosa –  
O que estou vendo  
Vou descrevendo.  
Se de um quadrado  
Fizer um ovo,  
Nisto dou provas  
De escritor novo.

Sobre as abas sentado do Parnaso,  
Pois que subir não pude ao alto cume,  
Qual pobre, de um Mosteiro à Portaria,  
De trovas fabriquei este volume.

Vazias de saber, e de prosápia,  
Não tratam de Ariosto ou Lamartine  
Nem recendem as doces ambrosias  
De Lamiras famoso ou Aritine.

São rimas de tarelo, atropeladas,  
Sem metro, sem cadência e sem bitola  
Que formam no papel um zigzague,  
Como os passos de rengo manquitola.  
(Gama, 2000, p.7-8)

A originalidade das PTB não se limita à hipotética habilidade do poeta em manipular linhas geométricas, mas ao caráter *sui generis* da obra dentro da produção literária brasileira e, particularmente, paulista.

No final dos anos 1850, a vida intelectual marca-se ainda fortemente pela mística indianista a alimentar projetos de fundação de uma literatura genuinamente brasileira quando surge o grande romance nacional – *O Guarani* (1857), de José de Alencar. Porém, outras manifestações então menos visíveis, por acontecer longe dos holofotes da Corte, vêm sendo hoje trazidas à tona, como a emergência da autoria negra. No Maranhão, coincide com as PTB a publicação de *Úrsula*, tido como primeiro romance abolicionista brasileiro, da escritora afrodescendente Maria Firmina dos Reis, É também de 1859, em gênero e estilo totalmente opostos às PTB, o volume *Primaveras*, obra única de Casimiro de Abreu, poeta menor alçado a estatura maior, com direito a vaga na Academia Brasileira da Letras, graças ao sucesso alcançado com poesias em linguagem simples, dedicadas à saudade da infância, a natureza, o sentimentalismo religioso, o patriotismo difuso etc.

Além de inaugurar a carreira de um autor atípico, a primeira edição das PTB evoca as condições da produção editorial em São Paulo da época. Não há comparação com a capital do Império, cuja hegemonia no setor é incontestável até 1880. A atividade editorial paulistana coincide com a criação dos cursos jurídicos em 1827, sem resultados expressivos até o início dos anos 1850. *Rosas e Goivos* (1849), de José Bonifácio, o moço é a primeira obra literária publicada em São Paulo. Três anos depois, vêm a lume os *Cantos da Solidão*, de Bernardo Guimarães, obra da qual Luiz Gama extrai, como já mencionado, uma das epígrafes das PTB. Ambos os livros foram impressos na Tipografia Liberal de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, proprietário do *Correio Paulistano*, para o qual Luiz Gama escreveria regularmente dos anos 1860 ao final da vida, e com quem manteve estreita convivência enquanto “irmãos” na loja maçônica América. Esses três nomes e o do tipógrafo Antonio Louzada Antunes refletem o envolvimento do “Orfeu de Carapinha” com o meio literário e editorial de uma cidade considerada por viajantes estrangeiros, em meados dos anos 1850, como a “mais intelectual”, a “menos comercial” e com forte “cultura liberal” (Hallewell, 2005, p.300-1). À época, existem três tipografias e o amanuense da Secretaria de Polícia confiará seu livro à mais ativa delas, a Tipografia Dois de Dezembro, propriedade de Louzada Antunes. Situada nas dependências do Palácio do Governo, onde trabalhava Luiz Gama, a empresa imprime atos oficiais, obras de natureza histórica ou jurídica, revistas acadêmicas como os *Ensaio*s

*Literários do Ateneu*. O tipógrafo e o poeta se reencontrarão, dez anos depois, “irmãos” da mesma loja maçônica (Ferreira, 2001, p.143).

O trabalho das tipografias paulistas, no entanto, deixava a desejar e a impressão, do ponto de vista financeiro e editorial, corria por conta do autor. Luiz Gama teria arcado sozinho com as despesas para a publicação de seu livro? Recebera ajuda de amigos ou de seu poderoso “protetor”, o chefe da polícia Furtado de Mendonça? Seja como for, é provável que a primeira edição das *Primeiras Trovas Burlescas* não tenha ultrapassado mais de duzentos exemplares. Tratava-se de uma obra de um principiante de poucos recursos, dirigida sobretudo aos leitores paulistanos, público em sua maioria masculino, formado por letrados, acadêmicos e doutores direta ou indiretamente ligados à Faculdade de Direito e a órgãos públicos como a repartição em que trabalhava o jovem autor.

\*

Não se sabe como ou por que Luiz Gama teve a ideia dessa publicação. Quando começou a escrever os seus? Quando terminou? Com exceção de um único, os textos não são datados. É certo, porém, que a “Musa de Guiné”, invocada em “Lá vai verso!” inspira-o até bem próximo dos preparativos da edição: o poema-dedicatória “No álbum do Sr. Capitão João Soares” é datado de “Janeiro de 1859”. No livro não há menção da data de término da impressão, mas possivelmente tenha ocorrido no final do ano. Em 7 de fevereiro de 1860, a *Revista Comercial* de Santos comenta que “acaba de sair [...] em uma das tipografias da capital uma coleção de lindíssimas poesias chistosas, sob o título de *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino* [...]” (Ferreira, 2001, p.211).

Outras pistas acerca do período de redação dos poemas são dadas por importante elemento paratextual – as epígrafes –, em geral negligenciadas por quantos se interessam pelos escritos poéticos de Luiz Gama, focando exclusivamente o “texto” dos poemas. A epígrafe, porém, como lembra Genette, não é mero ornamento. Sua presença indica a “época, o gênero ou a tendência de um escrito” e a época romântica fez grande uso desse modo particular de intertextualidade, “imbuída de uma dimensão ‘polifônica’, pois o texto do epigrafiador faz ecoar a voz do autor epigrafiado” (Genette, 2009, p.141).

Chama, pois, a atenção que, das dezoito epígrafes encontradas nas PTB, onze, incluindo a capa, remetem a Faustino Xavier de Novais (1820-1869). Poeta satírico português de boa fama em seu país, onde era visto como continuador de Nicolau Tolentino, viveu no Rio de Janeiro de 1858 a 1869, ligando-se ao círculo de Machado de Assis, seu cunhado. Sua popularidade era imensa nessas plagas. Termômetro disso, os oito mil exemplares do último livro lançado em Portugal terem sido consumidos quase integralmente no Brasil (Cabral, 1988, p.452).

Gama colhe suas citações em duas obras – *Poesias* (1856) e *Novas poesias* (1858) (Quadro 1). A influência da visão do mundo e dos procedimentos poéticos característicos do poeta português é inegável em Luiz Gama, aliás bastante

atraído pela literatura portuguesa e sua abertura para a sátira, gênero cultivado de forma constante em Portugal desde a Idade Média. Em outras epígrafes das PTB, há citação de Camões (“A cativa”), de Nicolau Tolentino (“Os glutões”), Augusto Emílio Zaluar (“Quem sou eu”).

Quem o fez descobrir o poeta portuense com o qual de pronto se identifica? Teria lido suas obras nas bibliotecas de Furtado de Mendonça? Na impossibilidade de responder essas perguntas, têm-se ao menos elementos para supor que as suas “grosseiras produções d’inculta mente/ em horas de pachorra construídas” foram redigidas entre 1856 e 1859. Aludindo ao seu processo criativo, em poema que traz epígrafe de Faustino (“O álbum do Sr. Capitão João Soares”), o enunciador evoca os desafios enfrentados, antes de ceder ao esforço inútil de transformar em texto aceitável suas ideias “delirantes”:

Se, por desenfado,  
No meu triste lar,  
Com penas e tinta  
Me ponho a brincar ;

Se acaso uma ideia,  
Que vaga perdida,  
Da minha cachola  
Faz sua guarida ;

Se astuto demônio,  
Finório birbante,  
Soprando na testa,  
Me faz delirante ;

E se dominado  
Por esse rabino,  
Algumas sandices  
Escrevo, sem tino,

Depois refletindo  
No fofo aranzel,  
Em mil pedacinhos  
Eu faço o papel.  
(Gama, 2000, p.88-9)

A Luiz Gama não passou despercebido o uso abundante de epígrafes nos próprios poemas de Faustino (Quadro 1), e a intenção de aprender e reproduzir o mesmo procedimento deve ter-lhe exigido um esforço de análise, a fim de compreender-lhes a origem, a função, a relação intertextual com o texto epigrafo etc. A comparação de alguns aspectos comuns nas obras dos dois poetas é reveladora. Vejam-se, por exemplo, os títulos respectivos de alguns poemas de Novais e de seu discípulo brasileiro:



Não é prólogo”

“Prólogo”

“As carapuças”

“Sortimento de gorras para a gente do grande tom”

“No álbum do meu íntimo amigo Carlos N. P. Gandra”

“No álbum do meu amigo J. A. Silva Sobral”

“A um aspirante a poeta”

“A um vate enciclopédico”

“Que mundo este !”

“Que mundo é este ?”

Faustino – e no seu bojo toda uma tradição portuguesa – foi claramente uma das principais leituras na fase anterior à elaboração dos textos das PTB, e modelo no qual “Getulino” mais se espelhou, imitando, “devorando”, transformando, quando não subvertendo, com tempero africano, o que era apenas matriz “lusobrasileira”, como aponta a afiada análise de “Lá vai verso” (Marques, 2018, p.18-21):

Ó Musa de Guiné, cor de azeviche,

[...]

Empresta-me o cabaço d’urucungo,

Ensina-me a brandir tua marimba,

Inspira-me a ciência da candimba,

Às vias me conduz d’alta grandeza.

[...]

Quero que o mundo me encarando veja,

Um retumbante Orfeu de carapinha,

Que a Lira desprezando, por mesquinha,

Ao som decanta de Marimba augusta.

(Gama, 2000, p.10-11)

Epígrafes e títulos aqui brevemente abordados sinalizam o potencial investigativo das relações intertextuais entre os dois autores ainda por fazer. Luiz Gama identificou-se, como Machado, com a “graça, a irreverência e o desassombro da sátira de Faustino [...], com suas raízes fundas na tradição portuguesa” (Guimarães, 2012, p.121). Para aprender e compreender-lhes as estruturas, Luiz Gama mergulhou profundamente naquelas obras, razão pela qual arrisco-me a dizer que ele mereceria ser destacado como um dos primeiros leitores e admiradores brasileiros do sátiro portuense.

Outro paratexto nos informa que, depois de redigir seus textos, ele se ocupa pessoalmente da edição/impressão para transformá-los em livro e não esconde dos leitores as dificuldades daquela tarefa realizada pela primeira vez. Os exemplares não foram impressos ao mesmo tempo, e ainda foi possível a Gama substituir palavras, corrigir grafia e alterar métrica. Nas “erratas” em folha avulsa

incluída nos exemplares consultados, assinalam-se algumas gralhas: “sentilantes” no lugar de “scintilantes”, esclarecendo que esse erro escapara em “alguns exemplares”; à “página 55, verso 5, sucia, leia-se – chusma”; à página 57, verso 15, o mar velho, leia-se – o Mar Vermelho” etc. O autor-editor neófito descobria os mistérios da arte tipográfica e solicita modestamente a compreensão dos leitores, uma vez que

Outros muito erros ter-nos-ão escapado, apesar do cuidado que pusemos na revisão das provas; deles pedimos desculpa aos benévolos leitores.

Alguns pequenos *defeitos* de metrificação existem, que não corrigimos por insignificantes, e justificáveis, atenta a nossa condição de principiante, e carência de conhecimentos. (Gama, 1859)

Apesar das imperfeições acima, os esforços de Getulino serão coroados de sucesso. Se a recepção de sua obra o preocupara em virtude de sua condição de “escritor novo”, seus receios se revelariam inúteis. Pouco tempo depois de serem lançadas, em fevereiro 1860 a *Revista Comercial* de Santos recomendava aos seus leitores aquelas trovas “espirituosas”, marcadas pela sua “originalidade humorística” e pelo “raro talento do autor”, portanto “dignas de ocupar um lugar meritório na série de produções da literatura brasileira”.

\*

Incentivado pela boa crítica e por amigos, Gama ousará ir mais longe e publica, em menos de dois anos, a segunda edição das PTB no Rio de Janeiro, centro nervoso e teatro das letras e da política no Brasil, onde se concentra o maior número de leitores e de pessoas influentes do país. Reeditar na corte uma obra antes publicada numa cidade até então culturalmente inexpressiva como São Paulo é uma verdadeira consagração.

Luiz Gama foi à corte para acompanhar as etapas finais da confecção do livro, aproveitando a viagem para buscar pela última vez sua mãe, Luiza Mahin, da qual fora brutalmente separado havia 24 anos (Gama, 2011a, p.200). Na advertência ao leitor (“A quem ler”), datada de 28 de maio de 1861, Luiz Gama informa ter dado a prelo as provas de sua obra acompanhadas do ideal a ser impresso na Tipografia de Pinheiro & Cia, estabelecimento modesto onde serão publicados alguns romances de José de Alencar nos anos 1860. Novamente, não se sabe por que intermédio Luiz Gama entrara em contato com esse profissional. O resultado da edição e do objeto-livro é incomparavelmente superior à de 1859, graças à habilidade dos tipógrafos cariocas. Aliás, as duas experiências – em São Paulo e no Rio – despertariam o interesse de Luiz Gama pela tipografia, o que lhe seria muito útil no futuro. Quando perde seu cargo na prefeitura de polícia em 1868, ele exercerá o ofício de “aprendiz-compositor” na tipografia do jornal *O Ipiranga* (ibidem, p.203).

A edição “correcta e augmentada”, de 252 páginas, compõe-se de 39 poemas, sendo vinte composições novas, ou seja, quase o dobro em relação à an-

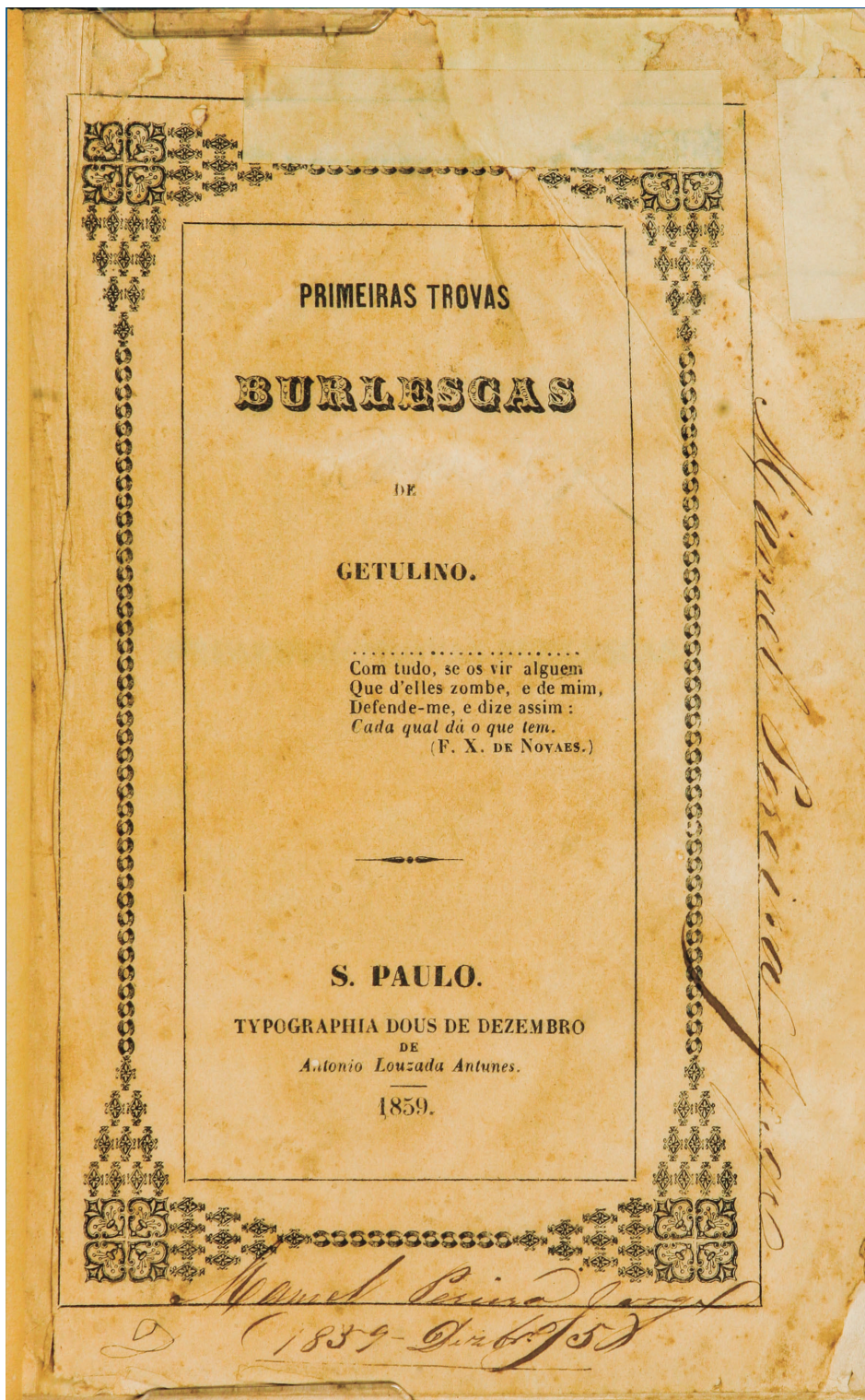
teiror, da qual, por alguma razão (conselhos de amigos?), foram suprimidos três poemas que permaneceram praticamente desconhecidos, de 1861 ao final do século XX: “*A Guarda Nacional*”, “*Carta do Vate Muriçoca a seu prezado amigo Zebedeu*” e “*O fósforo*”<sup>7</sup> (Quadro 2). Quanto aos poemas de José Bonifácio, o moço, reunidos no final do volume, o aumento de três para dez também foi significativo, conforme se viu acima. Gama manteve o título da obra e, na capa, a mesma epígrafe de Faustino X. de Novais, novamente o autor mais epigrafado nas novas composições.

O livro de 1861 é dedicado ao “protetor e amigo” Furtado de Mendonça, como “mesquinha prova de profundo reconhecimento”, pela iniciação cultural, literária e cívica que lhe devia, e assina “o seu humilde servo L. G. Pinto da Gama”. A atitude causa estranheza, pela quando se conhecem a personalidade e altivez do futuro abolicionista. É preciso, no entanto, relembrar o papel fundamental, para não dizer estratégico, do homenageado na formação e inserção social, profissional e cultural de Luiz Gama até aquele momento. Entrevê-se nessa dedicatória a implícita etiqueta que regia relações mais próximas entre negros e brancos, sobretudo quando, ao dispensar favores, esses esperam lealdade e submissão. Mas não nos enganemos: Luiz Gama compreendeu anos mais tarde que “os protetores são os piores tiranos”, como dirá Lima Barreto. Em 1869, já conhecido ativista e advogado, ele rompe publicamente com seu ex-“protetor”, por tê-lo coagido a abandonar as “causa de liberdade” (Ferreira, 2010, p.238-40). Para Luiz Gama, gratidão tinha limites, éticos sobretudo. Recusou-se a devolvê-la com subserviência, da mesma forma que não seria subserviente aos seus modelos literários.

Sob vários aspectos, o livro de 1861 reflete tanto o amadurecimento poético do autor como o labor exigido pela reescrita dos antigos e redação de novos poemas. Além das correções ortográficas, Gama modifica alguns títulos e retoca os textos a fim de aprimorar a métrica, prosódia ou expressividade. A 17<sup>a</sup> estrofe de “O velho namorado” algumas alterações:

| 1859   | 1861  |
|--|---|
| <u>Abrem-se</u> as portas,<br><u>Entra</u> o velhote ;<br><u>Qual de azeitonas</u> ,<br><u>Grosso</u> ancorote | <u>Escancr<sup>2</sup>am-se</u> as portas,<br><u>Lá</u> entra o velhote,<br><u>De negra azeitona</u><br><u>Redondo</u> ancorote |

No novo contexto, a esperança de Luiz Gama em atingir novos leitores, na corte e em outras províncias, faz supor que a tiragem de seu livro superasse a anterior: 400, 500 exemplares? Difícil saber. Porém, dentre seus eventuais leitores na corte, certamente teria agradado ao satirista autodidata, agora não mais tão principiante, saber que um exemplar das PTB chegara às mãos de Faustino, àquela altura estabelecido na cidade e em alguns círculos intelectuais.



Cortesia Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin – PRCEU/USP.

Capa da primeira edição das Primeiras Trovas Burlescas de Getulino (São Paulo, 1859, 126p., 21x14 cm).

PRIMEIRAS  
**TROVAS BURLESCAS**  
DE  
**GETULINO**

**2.<sup>a</sup> edição correcta e augmentada.**

.....  
Comtudo se os vir alguem  
Que d'elles zombe, e de mim,  
Defende-me, e dize assim:  
*Cada qual dá o que tem.*

F. X. DE NOVAES.



**RIO DE JANEIRO.**

TYP. DE PINHEIRO & C.<sup>ª</sup>, RUA DO CANO N. 165.

1861.

*Capa da segunda edição "correcta e augmentada" das Primeiras Trovas Burlescas de Getulino (Rio de Janeiro, 1861, 232p., 17x11 cm).*

A partir de novembro de 1869, Luiz Gama vive momento turbulento no plano profissional e político, situação que, paradoxalmente, traria benefícios à sua popularidade em São Paulo. Nas páginas de vários jornais, leem-se anúncios como este, publicado no *Correio Paulistano* de 1º de março de 1870:

“Poesias joviais e satíricas”

por Luiz Gama

Os últimos exemplares da 2a. edição enriquecidas com belíssimos cânticos do exmo. conselheiro José Bonifácio.

Vende-se nesta tipografia a 2\$000.<sup>8</sup>

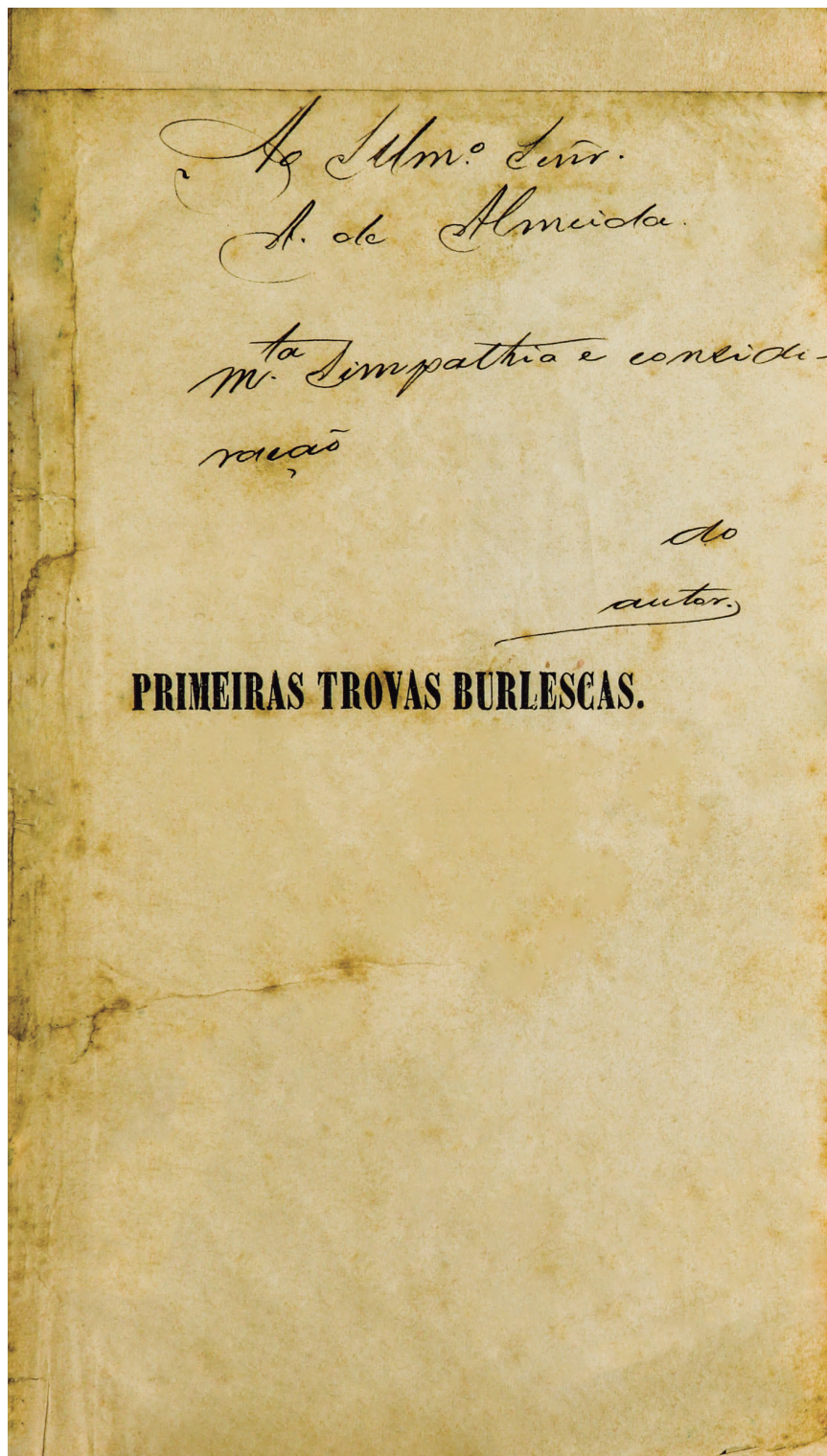
Curioso notar, colado a esse anúncio, dois outros em que Luiz Gama oferece seus serviços profissionais como advogado criminal, de onde retira seu sustento, e seus préstimos como advogado para tratar “causas da liberdade” na capital ou fora dela, “tudo sem retribuição alguma”. Dez anos depois de lançar as PTB, as identidades e o *ethos* de Luiz Gama se ampliam: além do poeta e autor, o advogado e o ativista.

\*

Depois 1861, Luiz Gama não abraçou outros projetos poéticos ou literários. No entanto, a escrita fazia parte do cotidiano do advogado e jornalista. Publicaria alguns poemas na imprensa entre 1865 e 1876 (Gama, 2000, p.289). Outras tarefas o aguardavam aquele comunicador exímio que usou eficazmente de todas os meios de sua época para divulgar e defender suas ideias. Cerca de vinte anos mais tarde, o legendário abolicionista refere em duas palavras, minimizando-lhe a importância, sua incomum passagem pela literatura: “Fiz versos” (Gama, 2011a, p.203).

Ainda que reduzida – 51 poemas, incluindo aqueles publicados na imprensa entre 1864 e 1876 (Gama, 2000, p.220-9) –, a produção poética de Luiz Gama se distingue por seu ecletismo, graças à variedade de gêneros (sátira política e de costumes, paródias heróico-cômicas, bestialógico ou *non-sens*, poemas líricos), de estilos (influências clássicas e romantismo), de temas (o mundo às avessas, a corrupção dos políticos, a hipocrisia racial da sociedade imperial, o preconceito racial, o anticlericalismo, a frivolidade feminina, a caricatura de tipos sociais, a inépcia dos magistrados, o amor, o escravo), de linguagens e referências culturais (erudito X popular ou coloquial, africanismos).

Ainda que tenha afirmado o contrário com a ironia habitual em um de seus poemas (“Faço versos, não sou vate”), uma musa original havia inspirado Luiz Gama. Sua obra correu o risco de apagar-se no tempo, motivo que nos instiga a revisita-la em sua companhia. E a (re)descobri-lo – autor, leitor, editor – nos bastidores paratextuais dos surpreendentes objetos-livros que diligente e orgulhosamente em vida preparou.



*Dedicatória manuscrita de Luiz Gama: “Ao Illmo. Snr. A. de Almeida./ mta sympathia e consideração/ do autor”. Primeiras Trovas Burlescas de Getulino (1861).*

## Notas

- 1 Segundo nosso levantamento, apenas duas instituições possuem as duas edições das PTB: Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros e Biblioteca Brasileira Mindlin (inclusive acervo digital). Na Biblioteca Mário de Andrade e a Biblioteca Nacional existe apenas a edição de 1861. As obras não foram localizadas em outros acervos.
- 2 Kikiriki = onomatopeia do canto do galo, ainda hoje corrente em espanhol. O termo provavelmente circulava à época no Brasil. Entre 1853 e 1854, o *Periódico dos Pobres* (RJ) publica, em alguns números, paródias com título “Carta do Barão [ou Visconde] de Kikiriki”.
- 3 Além dos poemas anteriores, foram incluídos: “A Rodrigues dos Santos”, “Enlevo”, “A Garibaldi”, “Teu nome”, “Prometeu”, “Saudade” e “Olinda”.
- 4 Em geral atribui-se a paternidade da poesia abolicionista a Castro Alves. Sobre o papel precursor de José Bonifácio e de outros nomes, ver Sayers (1958, p.195-8).
- 5 Um ano antes da publicação das PTB, o baiano Agrário Meneses escreve o drama *Calabar*, inspirado na peça *Toussaint Louverture* de Lamartine, encenada em Paris em 1850. Em 1872, Elpídio Pereira escreve a ópera *Calabar*, com livreto em francês (Sayers, 1958, p.262-8). Tais obras parecem ter servido de fonte para a peça “Calabar ou o elogio da traição”, de Chico Buarque e Ruy Guerra.
- 6 Cem anos depois de lançada a segunda edição das PTB, em 1962, Bosi e Scalzo organizam o volume *Poesias* de José Bonifácio, o moço (Silva, 1962). Tivemos a oportunidade de publicar *Primeiras Trovas Burlescas e outros poemas de Luiz Gama* (Gama, 2000). Além do cotejo, até então inexistente, das edições de 1859 e 1861, foram incluídos os poemas de Luiz Gama publicados na imprensa e os poemas de José Bonifácio, o moço (ver referências).
- 7 Esses poemas foram incluídos na edição de *Primeiras Trovas Burlescas e outros poemas* (Gama, 2000). As alterações de uma edição à outra foram indicadas em notas de rodapé.
- 8 Um acaso ou coincidência notados nesse anúncio revela uma vez mais a importância das referências portuguesas na cultura literária de Luiz Gama: *Poesias joviais e satíricas* é o título de uma obra do poeta português Antonio Lobo Carvalho, publicada em 1852 em Lisboa.

## Referências

- CABRAL, A. *Dicionário de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Editorial Caminho, 1988.
- FARIA, J. C. *José Bonifácio, o moço*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*, São Paulo: Edusp, 1994.
- FERREIRA, L. F. *Luiz Gama (1830-1882): étude sur la vie et l'œuvre d'un noir citoyen, militant de la lutte anti-esclavagiste au Brésil*. Paris, 2001. 4v. Tese (Doutorado) – Universidade de Paris 3 Sorbonne Nouvelle. Paris, 2001.
- \_\_\_\_\_. Luiz Gama: um abolicionista leitor de Renan. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.20, n.60, p.271-88, 2007.
- \_\_\_\_\_. Luiz Gama por Luiz Gama: carta a Lúcio de Mendonça. *Teresa. Revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, n.8/9, p.300-21, 2008.
- FERREIRA, L. F. Luiz Gama, defensor dos escravos e do Direito. In: MOTA, C. G.



- (Org.) *Os Juristas na Formação do Estado-Nação Brasileiro*. São Paulo: FGV Editora, 2010. v.2, p.219-44.
- FERREIRA, L. F. (Org. apes. Notas) *Com a palavra Luiz Gama. Poemas, artigos, cartas, máximas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.
- GAMA, L. *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino*. São Paulo: Typografia Dous de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1859. 129p.
- \_\_\_\_\_. *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino*. 2.ed. correcta e augmentada. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro e Cia., 1861. 252p.
- \_\_\_\_\_. Uma carta [de José Bonifácio]. *Almanack Litterario de São Paulo para o anno de 1881*, publicado por José Maria Lisboa. São Paulo: Tipografia da “Província”, 1880. p.201-5.
- \_\_\_\_\_. *Primeiras Trovas Burlescas & outros poemas de Luiz Gama*. Ed., introd. e notas Lígia Fonseca Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 388p.
- \_\_\_\_\_. Carta a Lúcio de Mendonça, 25 de julho de 1880. In: FERREIRA, L. F. (Org.) *Com a palavra Luiz Gama. Poemas, artigos, cartas, máximas*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011a. p.202.
- \_\_\_\_\_. Pela última vez, *Correio Paulistano*, 3 de dezembro de 1869. In: FERREIRA, L. F. (Org.) *Com a palavra Luiz Gama. Poemas, artigos, cartas, máximas*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011b.
- GENETTE, G. *Paratextos editoriais*. Trad. Álvaro Faleiros. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.
- GUIMARÃES, H. Machado de Assis e Faustino Xavier de Novais. In: SENNA, M. de; GUIMARÃES, H. de S. (Org.) *Machado de Assis e o outro: diálogos possíveis..* Rio de Janeiro: Móbile, 2012. p.109-22.
- HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. Trad. Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2005.
- HONOUR, H. *L'image du Noir dans l'art occidental*. Paris: Gallimard, 1989. t.2., p.241.
- MAHRER, R. La plume après le plomb. *Génésis*, Paris, n.44, p.17-38, 2017.
- MARQUES, P. De ler e ouvir e ouvir poesia: Luiz Gama e Machado de Assis. *Machado de Assis em linha*, São Paulo, v.11, n.24, p.12-32, agosto 2018.
- MENUCCI, S. *O precursor do Abolicionismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- NOVAIS, F. X. *Poesias*. Segunda edição correcta e augmentada. Porto: Typ. de Sebastião José Pereira, 1856.
- \_\_\_\_\_. *Novas Poesias, precedidas de um juízo crítico de C. Castello Branco*. Porto: Ernesto Chardron, [1ª edição 1858] 1881.
- SAYERS, R. *O negro na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1958.
- SILVA, J. B. A. *Poesias*. Org. e apes. Alfredo Bosi e Nilo Scalzo. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura/ Comissão de Literatura, 1962.

*RESUMO* – Neste artigo pretende-se, pelo cotejo das duas primeiras edições das *Primeiras Trovas Burlescas* de Luiz Gama, acompanhar nascimento, formação e evolução de um *autor*, desde o início envolvido na organização e produção editorial de seus livros. Trata-se, na realidade, de uma obra “dupla”, por trazer ali poemas de José Bonifácio, o moço. Considerando-se que um *autor* é antes de tudo um *leitor*, buscaremos identificar, através das epígrafes, as leituras e modelos seguidos pelo novato poeta, em especial a obra do poeta português Faustino Xavier de Novais. Por fim, observaremos as mudanças e as etapas (textuais e não textuais) percorridas de uma edição a outra, buscando nos bastidores paratextuais a presença do autor, leitor e “editor” Luiz Gama.

*PALAVRAS-CHAVE:* Luiz Gama, *Primeiras Trovas Burlescas*, Faustino Xavier de Novais, José Bonifácio, o moço, Paratexto editorial.

*ABSTRACT* – By comparing the first two editions of Luiz Gama’s *Primeiras Trovas Burlescas* [First burlesque troves] , we follow the birth, formation and evolution of an author who, from the beginning, was involved in the organization and editorial production of his own books. Actually, it is a “double” work, for it also brings poems of José Bonifácio, the younger. Considering that an *author* is first and foremost a reader, we will seek to identify, through the epigraphs, the readings and models followed by the novice poet, especially the works of Portuguese poet Faustino Xavier de Novais. Finally, we will follow the changes from one edition to the next and the stages (textual and non-textual) of each one, searching in the paratextual background the manifestation of the author, reader and “editor” Luiz Gama..

*KEYWORDS:* Luiz Gama, *Primeiras Trovas Burlescas*, Faustino Xavier de Novais, José Bonifácio the younger, Paratextual editing.

*Lígia Fonseca Ferreira* é professora associada do Departamento de Letras da Unifesp, com doutorado pela Universidade de Paris 3 – Sorbonne, e pós-doutorado pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP. @ – [ligia.ff@uol.com.br](mailto:ligia.ff@uol.com.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-5305-6521>

<sup>1</sup> Departamento de Letras, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Recebido em 14.6.2019 e aceito em 10.7.2019.

Quadro 1 – Epígrafes de Faustino Xavier de Novais em poemas das *PTB*

| Título  | Epígrafes (grafia atualizada)  |
|---|--|
| Prólogo / Prótase                             | Embora um vate canhoto / Dos loucos aumente a lista, / Seja Cisne ou gafanhoto, / Não encontra quem resista / Dos seus versos à leitura / Que diverte, inda que é dura! (“Pretensões”, <i>Novas Poesias</i> , [1858], 1881, p. 20)   |
| Lá vai verso!                                 | Quero também ser poeta, / Bem pouco, ou nada me importa, / Se a minha veia é discreta, / Se a via que sigo é torta. (idem, p.17)   |
| Sortimento de gorras para gente de grande tom | Seja um sábio o fabricante, / Seja a fábrica mui rica, / Quem carapuças fabrica / Sofre um dissabor constante; / Obra pronta, voa errante, / Feita avulso, e sem medida; / Mas no vôo suspendida, / Por qualquer que lhe apareça / Lá lhe fica na cabeça, / Té as orelhas metida. (“As carapuças”, idem, p.49)   |
| O velho namorado                              | Pobre velho! Estás perdido / Se nesse couro tão duro, / Pôde ainda fazer-te um furo / Uma seta de Cupido! / Desse mal acometido, / Remédio te não darão; / Que nessa idade a paixão, / Bem que assim te não pareça, / É moléstia da cabeça, / Que não sente o coração. (“A um velho namorado”, <i>Poesias</i> , 1856, p.169)   |
| No álbum do meu amigo J. A. Silva Sobral      | Amigo ..... / Pedes um canto na lira, / A quem apenas lhe tira / Sons de viola chuleira ? / Insistes dessa maneira ? / Não sabes que, por desgraça, / Por mais esforços que faça / Por ser vate é sempre em vão ? / Não vês que mente o rifão : / Quem porfia mata caça ? (“No álbum do meu íntimo amigo Carlos Nogueira Pinto Gandra”, idem, p.28)  |
| A guarda nacional (1859)                      | Desgraçado d’aquela ... / Que em galardão só tem o desabafo. / De talhar sem medida, carapuças. / Mandal-as por ahi buscar cabeças! / Se alguma te servir, ou aos amigos / Que lá, de longe a longe te aparecem, / Podes d’elas dispor, que imensas ficam / Na fábrica onde tem muitas nascido, / Que dispersas voando, ao som do vento, / Nenhuma sem cabeça tem ficado. (“Epístola”, <i>Poesias</i> , p.168) |

|   |  |
|---|--|
| <p>A um vate enciclopédico</p>                            | <p>Quis um jovem marchar, só por mania, / Das letras pela senda trabalhosa; / Diz-se Vate - mas prenda tão famosa / Ninguém nos versos seus a descobria. / Começa a dar patada, e tão bravia, / Que logo (alçando a voz imperiosa) / Lhe brada a natureza : Chega à prosa ! / E o maldito a encostar-se à poesia ! (“A um aspirante a poeta”, idem, p.89)</p>                  |
| <p>No álbum do Sr Capitão João Soares</p>                 | <p>Escrever num Álbum ! ... Credo ! / Expor-me à crítica austera! / E se um douto me impusera / Pena de longe degrêdo ! / Nada ... nada tenho mêdo / De ir a alguém desagradar: / Não ponha o meu nome a par / Dos que têm estro e ciência: / Amigo tem paciência : / Quem não tem não pode dar. (“No álbum do meu íntimo amigo Carlos Nogueira Pinto Gandra”, idem, p.28)</p> |
| <p>O <i>Barão</i> da Borracheira</p>                      | <p>Quando pilho um desses nobres, / Ricos só d’áureo metal / Mas d’espírito tão pobres / Que não possuem real, / Não lhes saio do costado / - Sei que é trabalho badalo, / Porque a pele dura tem; / Mas eu fico satisfeita, / Que o meu ferrão só respeita / A virtude, e mais ninguém! (“A vespa”, <i>Novas Poesias</i>, p.96-7).</p>  |
| <p>Novo sortimento de gorras para gente de grande tom</p> | <p>De repente, magoado / Da carapuça maldita, / Qual possosso, o pobre grita / Contra o fabricante ousado ! / Debalde o artista, coitado, / Já de receio convulso / Quer provar que nobre impulso / O move, quando trabalha ! / _ A carapuça que talha / Ninguém crê ser feita avulso ! (“As carapuças”, idem, p.49-50)</p>  |

Quadro 2 – Poemas publicados nas edições de 1859 e 1861

| <b>Título</b>   | <b>1859</b> | <b>1861</b> |
|---|-------------|-------------|
| Prótase (1.ed.)/ Prólogo (2.ed.)                                      | X           | X           |
| Lá vai verso!   | X           | X           |
| Junto à estátua   | X           | X           |
| Sortimento de gorras para a gente do grande tom                       | X           | X           |
| O velho namorado  |             | X           |
| N'um álbum (1a ed.) /No álbum do meu amigo J. A. Silva Sobral (2.ed.) | X           | X           |
| Caricatura (1.ed.) / O Gamenho (2.ed.)                                | X           | X           |
| Soneto  |             | X           |
| Soneto (A uma fabricante de pílulas )                                 |             | X           |
| Soneto (Ao mesmo)   |             | X           |
| Arreda que lá vai um vate   | X           | X           |
| A pitada  |             | X           |
| O Balão   |             | X           |
| A um fabricante de pírulas  |             | X           |
| A um nariz  |             | X           |
| Uma orquestra   |             | X           |
| O grande curador do mal das Vinhas                                    | X           | X           |
| Pacotilha   | X           | X           |
| Coleirinho  |             | X           |
| Soneto (retrato)  |             | X           |
| A um vate enciclopédico   | X           | X           |
| No álbum do Sr. Capitão João Soares                                   | X           | X           |
| A uns colarinhos  | X           | X           |
| Serei conde, marquês e deputado                                       | X           | X           |
|   | X           | X           |
| Os glutões  |             |             |
| Farmacopéia   | X           | X           |
| A borboleta   |             | X           |
| Quem sou eu?  |             | X           |
| O janota  |             | X           |
| Laura   |             | X           |
| Que mundo é este?   | X           | X           |
| O barão de Borracheira  | X           | X           |
| A cativa  |             | X           |
| Soneto  |             | X           |
| Novo sortimento de gorras para a gente do grande tom                  | X           | X           |
| Retrato de um sabichão  |             | X           |
| Num álbum (É mania)   |             | X           |
| Minha mãe   |             | X           |
| No cemitério de São Benedito  | X           | X           |
| A guarda nacional   | X           |             |
| Carta do Vate Muriçoca ao seu prezado amigo Zebedeu                   | X           |             |
| O fósforo   | X           |             |
|   |             |             |



# Lima Barreto e a escrita de si<sup>1</sup>

LILIA MORITZ SCHWARCZ<sup>1</sup>

## Introdução: fantasmas reais

O PROFESSOR Christopher Hager (2013), em seu livro *Word by Word: emancipation and the act of writing*, demonstra como um dos maiores abusos da escravidão na América foi ter proibido os cativos de ler e escrever. Como consequência, são muito raros os textos deixados por escravizados, libertandos, libertos, ex-escravizados e pessoas negras livres. O livro também explora as complexas relações desses literatos com as verdadeiras “repúblicas das Letras” que foram sendo criadas a partir de finais do século XIX e que, basicamente, excluíram ou negaram também esse ato de libertação feito a partir da voz narrativa.

No Brasil, embora escassos, sobretudo no período de desmontagem do sistema e do, assim chamado, período do pós-emancipação, já vão ficando conhecidos textos de mulheres e homens literatos, os quais, rompendo com os cânones de época, exprimiram-se por meio de uma literatura altamente atravessada pelo testemunho ou, como define Michel Foucault (1983, p.3-23), “por uma escrita de si”.

Usando do testemunho e da história pessoal, como parte fundamental de seus trabalhos, na obra desses autores, tudo surge pretensamente misturado, como se esses escritos cumprissem o papel de “etnografias de época”. Pois não são, a despeito de, muitas vezes, esses textos dialogarem com seus contextos.

Expressas sob a forma de trocas epistolares, diários ou novelas, com enredos e personagens ficcionais que mal escondem seus autores por detrás deles, essas obras literárias representam uma expressão individual, mas também coletiva, uma vez que pautadas por uma experiência de grupo, pela busca pela inclusão social, pela denúncia da exclusão e da discriminação, pela luta por promoção da igualdade e da efetiva liberdade.

Tais escritores guardam, assim, função primordial, pois, como explica o sociólogo Mario Medeiros (2013), escaparem à dupla morte que lhes espreitava: a física e aquela da memória. E dentre os vários nomes que se destacaram no momento do pós-abolição, um deles vai ganhando particular proeminência. Refiro-me a Lima Barreto (1881-1922) que foi uma voz aguda, e muitas vezes solitária, no Brasil da Primeira República e no território estendido do Rio de Janeiro, que seguia a linha do trem da Central do Brasil, unindo e separando o “Centro” dos subúrbios cariocas.

Por meio do conjunto de sua obra, expressa a partir de cartas, contos, romances, diários, peças de teatro, Barreto jamais deixou de tocar em alguns temas que o distinguiam dos demais literatos do cânone de época: o racismo

vigente no Brasil, a crítica a nossos estrangeirismos (chamados por ele de bovarismos<sup>2</sup>) e a realidade da pobreza que migrava da capital para as periferias da cidade. O escritor também jamais negou que fazia “literatura de si”. E com tamanha intensidade, que a história de Lima Barreto acabava por “se confundir”. Confunde-se com sua história privada. Confunde-se com uma certa história do Brasil que prometeu inclusão, mas entregou muita exclusão social. Confunde-se, ainda, com sua obra sem ser um resumo dela. Lima poderia ser reconhecido em cada um de seus personagens, bem como passaria a viver *como* seus personagens. Ele era Isaías Caminha, Gonzaga de Sá, Clara dos Anjos, Vicente Mascarenhas, e vivia assombrado por todos eles. Na verdade, eles eram seus fantasmas, prediletos.

A escritora afro-americana Toni Morrison (2008), no romance *Amada*, conta a história da Casa 124, que era habitada por duas mulheres e seus fantasmas do passado: a memória da violência, dos estupros, dos filhos perdidos e das tantas mortes dos dias de escravidão. Paradoxalmente, os fantasmas que insistiam em retornar eram os que mais se pareciam com os elementos da vida cotidiana. Na verdade, vivos e mortos compartilhavam o mesmo plano de existência. Lima Barreto também andava perseguido por seu passado e ainda se dedicando à tarefa de expulsar fantasmas que, teimosos, continuavam a assombrá-lo.

### **Lima e seus fantasmas: a cada livro uma nova assombração**

Escreve o filósofo Michel Foucault (1983, p.6) que “a escrita de si” não visa “perseguir o indizível ou revelar o que está oculto”. Busca antes “captar o já dito; reunir aquilo que se pode ouvir e ler, e isto com uma finalidade que não é nada menos que a constituição de si”.

Se o filósofo se refere, mais particularmente, ao universo europeu, seria possível fazer um paralelo com a obra e vida de Lima Barreto, que sempre estiveram de alguma maneira atravessadas. Se o escritor estava presente em seus personagens e no ambiente em que viviam, também o contrário era verdadeiro: sua obra de ficção acabava ganhando realidade nele mesmo. Não por coincidência, Isaías Caminha era jornalista como ele, funcionário público como Lima, e se desilude com o Rio de Janeiro de inícios do século. Vicente Mascarenhas, personagem central de *Cemitério dos vivos*, obra que Lima deixou inconclusa, bebia muito, foi internado em um hospício e o resto não sabemos mais, pois a narrativa se encerra por aí. Gonzaga de Sá era um personagem andarilho nas ruas da capital do país, irônico diante dos estrangeirismos, e que morre como Lima Barreto, ou com certeza será o oposto, pois o escritor não tinha como prever que criador e criatura fossem “enganados pela morte” e de forma tão semelhante.

Nesse universo feito de tantas coincidências consentidas, de tanta narrativa de si, não haveria como privilegiar um tipo de material. Afinal, *O Diário do hospício* escrito por ocasião da internação do escritor no Hospício Nacional é, a um só tempo, peça de não ficção, com Lima descrevendo seu dia a dia nessa instituição



e junto com os demais pacientes, e obra de ficção, com o escritor trocando nomes e cenas: no *Diário* ele, por vezes, anota Vicente Mascarenhas, e no romance inclui “Lima Barreto”, para depois riscar e corrigir.

O certo é que Lima Barreto ficcionalizava sua própria vida, independentemente do gênero da obra. E tal hábito começou cedo. O pai de Lima, João Henriques, era filho de uma escravizada e de um madeireiro português e transformou-se em um tipógrafo bem-sucedido, apadrinhado do poderoso Visconde de Ouro Preto, chefe do último gabinete do Império. João Henriques traduziria o primeiro *Manual de Tipografia* do país e teria feito carreira sólida, se o destino e a República assim o quisessem. Depois de perder o emprego, por causa de seus vínculos com o Império, de se reinventar como administrador da Colônia de Alienados da Ilha do Governador, é tomado pela “loucura de si”, adoece, é aposentado e passa o resto de seus dias largado numa poltrona na casa da família, em Todos os Santos. Viraria personagem de Lima Barreto em várias obras, sobretudo em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, quando faz um “double” de personagem principal da obra.

A mãe de Lima, d. Amália, formou-se professora e era diretora do Colégio Santa Rosa, uma escola de elite para moças, em Laranjeiras. Já a mãe de Amália Augusta era uma escravizada alforriada. Seu pai, não declarado, era Manuel Feliciano Pereira de Carvalho, médico bastante ilustre na corte, em cuja família ela foi adotada. O dr. Pereira Carvalho era o proprietário de sua avó e provavelmente seu avô.

Com efeito, a história da família de Lima narra, à sua maneira, a sina de famílias negras, afrodescendentes, que encontraram brechas no sistema escravista, formaram-se, profissionalizaram-se e provaram que a verdadeira abolição se dá pelo mérito e pela educação, e não apenas pela letra da lei. No entanto, nem sempre planos e projeções davam certo. É essa a grande disputa que Lima travará pela vida afora, presente em sua vida e obra.

Lima era, pois, neto de escravizados pelos dois lados. Liberdade e autonomia eram, porém, palavras fortes nesse contexto e no interior da família, com João Henriques e d. Amália parecendo não temer o futuro. Jovens, ela com apenas 16 anos, eles encaram as lentes e não se intimidam diante de tanta modernidade. Já o filho guardaria em seu acervo a lembrança dos dois: o pai com quem conviveria muito e que viraria personagem de um de seus livros e a mãe que morreu cedo, no final de 1887, mas foi sempre uma inspiração, com vários livros e contos do autor sendo dedicados a ela.

Já nosso futuro literato tomaria a data do seu nascimento, 13 de maio de 1881, como predestinação. No seu *Diário* íntimo, anotaria que havia de escrever uma história da escravidão, que seria, afirmava ele, o nosso “Germinal negro”. E se Lima não escreveu esse livro em específico, pode-se dizer que sua obra toda representava uma forma de revisão crítica do período em que existiam escravos no Brasil e do contexto do pós-emancipação.



Figura 1 – Amália Augusta, aos 16 anos. Fotografia não identificado. Rio de Janeiro, gelatina/prata, s.d., c. 1877.



Figura 2 – João Henriques. Fotografia não identificado. Rio de Janeiro, gelatina/prata, carte de visite, s.d.

Fotos Acervo Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

Há uma pequena nota, teoricamente escrita em 1888, no momento em que Lima soube da “boa nova” na escola pública que estudava na Rua do Rezende. Ela dá conta de explicar que o sistema escravocrata fora abolido finalmente no país. Ela foi escrita muitas vezes, e com humores e finais diversos. Segue aqui a primeira delas, que mostra a projeção do autor adulto sobre o menino que já antecipava (assim o escritor de si quer ver) seu papel dissonante nessa que era uma “República das Letras”.

Era bom saber que a alegria que trouxe à cidade a lei da abolição de 1888, foi geral pelo país. Havia de ser, por que já tinha entrado na convivência de todos a sua injustiça originária. Quando eu fui para o colégio, um colégio público, à rua do Rezende, a alegria entre a criançada era grande. Nós não sabíamos o alcance da lei, mas a alegria ambiente nos tinha tomado. A professora, D. Tereza Pimentel do Amaral, uma senhora muito inteligente, creio que nos explicou a significação da coisa; mas com aquele feitio mental de crianças, só uma coisa me ficou: livre! livre! Julgava que podíamos fazer tudo que quiséssemos; que dali em diante não havia mais limitação aos progressistas da nossa fantasia. Mas como estamos ainda longe disso! Como

ainda nos enleiamos nas teias dos preceitos, das regras e das leis! [...] São boas essas recordações; elas tem um perfume de saudade e fazem com que sintamos a eternidade do tempo. O tempo inflexível, o tempo que, como o moço é irmão da Morte, vai matando aspirações, tirando perempções, trazendo desalento, e só nos deixa na alma essa saudade do passado, às vezes composto de fúteis acontecimentos, mas que é bom sempre lembrar.<sup>3</sup>

Num tom mais já desalentado, o escritor olha retrospectivamente o passado e impõe a ele o tom de nostalgia. De toda maneira, o pequeno texto serve para dar um bom exemplo dessa que é uma “literatura de si”, que vê e observa fatos a partir de ângulos, se não pessoais, ao menos circunscrito a um grupo de identificação. Esse é também o tom de outras pequenas notas, inseridas em seu *Diário*, ou incluídas nos papéis dispersos de Lima Barreto, que mostra como ele, de cima dos ombros de seu pai, assistiu à Missa em Ação de Graças celebrada pela princesa Isabel, a qual, distante do olhar do menino, a observava pequena e loura.

De toda maneira, era um novo Brasil que nascia no pós-abolição. “Liberdade”, estampou o *Jornal do Commercio*, “esse é seu dia”. Já a família Barreto, com um pai viúvo que tinha sob sua responsabilidade quatro filhos pequenos, passa por várias mudanças geográficas e na situação social. De um lado, são obrigados a mudar para a Ilha do Governador e de lá para vários bairros dos subúrbios cariocas. De outro, o próprio escritor passa de estudante em escolas da elite a calouro da Politécnica, e depois arrimo de família, tendo que custear a doença de seu pai e os estudos de seus irmãos.

Para tanto, Lima presta concurso e é contratado como amanuense na Secretaria da Guerra, profissão que representou seu ganha-pão, mas que ele sempre desdenhou. O funcionalismo público, e a falta de efetividade desses profissionais, sempre foi assunto e fermento para o escritor. Gonzaga de Sá, Isaías Caminhas e Vicente Mascarenhas, três de seus personagens prediletos, eram funcionários, como o escritor, e também emitiam duras críticas à atividade, que inflacionava os cofres públicos da capital carioca. Nas suas crônicas, o literato também definiu, de forma sarcástica, o emprego que o sustentava.

Logo no primeiro dia em que funcionei na secretaria, senti bem que todos nós nascemos para empregado público. Foi a reflexão que fiz, ao me julgar tão em mim, quando, após a posse e o compromisso ou juramento, sentei-me perfeitamente à vontade na mesa que me determinaram. Nada houve que fosse surpresa, nem tive o mínimo acanhamento. Eu tinha vinte e um para vinte e dois anos; e nela me abanquei como se de há muito já o fizesse. Tão depressa foi a minha adaptação que me julguei nascido para ofício de auxiliar o Estado, com a minha reduzida gramática e o meu péssimo cursivo, na sua missão de regular a marcha e a atividade da nação [...]. Puseram-me também a copiar ofícios e a minha letra tão má e o meu desleixo tão meu, muito papel fizeram-me gastar, sem que isso redundasse em grande perturbação no desenrolar das coisas governamentais. Mas, como dizia, todos nós nascemos para funcionário público. Aquela placidez do ofício, sem

atritos, nem desconjuntamentos violentos; aquele deslizar macio durante cinco horas por dia; aquela mediania de posição e fortuna, garantindo inabalavelmente uma vida medíocre – tudo isso vai muito bem com as nossas vistas e os nossos temperamentos. Os dias no emprego do Estado nada têm de imprevisto, não pedem qualquer espécie de esforço a mais, para viver o dia seguinte. Tudo corre calma e suavemente, sem colisões, nem sobressaltos, escrevendo-se os mesmos papéis e avisos, os mesmos decretos e portarias, da mesma maneira, durante todo o ano, exceto os dias feriados, santificados e os de ponto facultativo, invenção das melhores da nossa República. De resto, tudo nele é sossego e quietude. O corpo fica em cômodo jeito; o espírito aquieta-se, não tem efervescências nem angústias; as praxes estão fixas e as fórmulas já sabidas. (Barreto, 2010a, p.472-3)

O espelhamento com a figura de Lima, que tampouco pretende se esconder, é evidente. Não só por conta da profissão, mas também por causa da referência à sua má letra, que virou tema de outra coluna que a usava como metáfora para definir a inserção *gauche* do escritor no circuito literário da época. Lima Barreto se sentia deslocado, a despeito de não desistir de se incluir.

Parte dessa exclusão se devia à crítica que Lima Barreto realizava à sociedade local, com suas manias de estrangeirismo e de adesão ao racismo vigente. Em seu diário, que começou a escrever na virada do século, em 1900, ele anotou (sem colocar data). “A capacidade mental dos negros é discutida a priori e a dos brancos, a posteriori” (Barreto, 2001, p.1233).<sup>4</sup>

Já no dia 12 de janeiro de 1905 registra mais um projeto literário em seu *Diário íntimo*: “Pretendo fazer um romance em que se descrevam a vida e o trabalho dos negros numa fazenda [...] com mais psicologia especial e maior sopro de epopeia...”. E no dia 17 do mesmo mês: “Hoje, à noite, recebi um cartão-postal. Há nele um macaco com uma alusão a mim e, embaixo, com falta de sintaxe, há o seguinte: ‘Néscios e burlescos serão aqueles que procuram acercar-se de prerrogativas que não têm. M’. [...] Desgosto! Desgosto que me fará grande” (Barreto, 2001, p.1247-50).

Como se vê, Lima acusava a sua grande dor e também aquela coletiva, da população negra de uma forma geral, que depois do sonho de liberdade e da igualdade, percebia que a monarquia, com seu projeto de abolição breve, mas também a república, não entregavam a inclusão social que prometeram. A questão era tão urgente na obra do escritor, que no ano 1907, no interior da *Revista Floreal*, da qual o literato era editor e principal colaborador, Lima passa a publicar, sob a forma de folhetim, o seu primeiro romance: *Recordações do escrivo Isaias Caminha*. Na verdade, ele tinha dois deles prontos – esse e um outro sobre seu personagem Gonzaga de Sá. Mas optou pelo primeiro, justamente porque pretendia fazer barulho criticando a imprensa (seus colegas de redação) mas também atingir o racismo imperante no Brasil.

Na história, o garoto Isaiás, que vivia nos subúrbios (como Lima), que tomava o trem (como Lima), era “filho ilegítimo” de uma negra e um padre, que

só se falavam por intermédio do menino. Em uma cena forte do livro, Isaías que ia a caminho da capital para tentar a sorte, resolve descer do trem para pedir uma comida num bar, encomenda uma média e o dono do estabelecimento custa a responder-lhe e ainda o destrata devolvendo-lhe a sua cor.

E lá vai o desabafo sob a forma de ficção:

O trem parara e eu abstinha-me de saltar. Uma vez, porém, o fiz; não sei mesmo em que estação. Tive fome e dirigi-me ao pequeno balcão onde havia café e bolos. Encontravam-se lá muitos passageiros. Servi-me e dei uma pequena nota para pagar. Como se demorassem em trazer-me o troco reclamei: “Oh! fez o caixeiro indignado e em tom desabrido. Que pressa tem você?! Aqui não se rouba, fique sabendo?” Ao mesmo tempo ao meu lado, um rapazola alourado, reclamava o dele, que lhe foi prazenteiramente entregue. O contraste feriu-me, e com os olhares que os presentes me lançaram, mais cresceu a minha indignação. Curti durante segundos, uma raiva muda, e por pouco ela não rebentou em pranto. Trôpego e tonto, embarquei e tentei decifrar a razão da diferença dos dois tratamentos. Não atinei; em vão passei em revista a minha roupa e a minha pessoa... Os meus dezenove anos eram sadios e poupados, e o meu corpo regularmente talhado. Tinha os ombros largos e os membros ágeis e elásticos. As minhas mãos fidalgas com dedos afilados e esguios, eram herança de minha mãe, que as tinha tão valentemente bonitas que se mantiveram assim, apesar do trabalho manual a que a sua condição a obrigava. Mesmo de rosto, se bem que os meus traços não fossem extraordinariamente regulares, eu não era hediondo nem repugnante. Tinha-o perfeitamente oval, e a tez de cor pronunciadamente azeitonada. Além de tudo, eu sentia que a minha fisionomia era animada pelos meus olhos castanhos, que brilhavam doces e ternos nas arcadas superciliares profundas, traço de sagacidade que herdei do meu pai. Demais, a emanção da minha pessoa, os desprendimentos da minha alma, deviam ser de mansuetude, de timidez e bondade... Por que seria então, meu Deus? (Barreto, 2010c, p.79-80)

Plasmada na experiência individual, mas dizendo respeito a uma sociabilidade de grupo, a passagem não deixa dúvidas sobre o calibre da crítica de Lima que, no mesmo livro, denuncia a discriminação no ambiente de trabalho e na polícia também, com o garoto sendo logo apontado de ser mandante de um crime, quando o único indício estava em sua cor.

O romance não deu certo, os jornais boicotaram a obra, mas Lima continuava em seu projeto de escrever uma “literatura militante”, para ficarmos com os termos dele, uma literatura que falava das dificuldades pelas quais passava a população negra, e que fazia da narrativa uma arma, também, de ativismo e de denúncia. Mas esse era sempre um projeto atravessado pela experiência pessoal. Tanto que no dia 24 de janeiro de 1908, o escritor que assistiu à partida da esquadra norte-americana de passagem pelo Rio, anota em seu *Diário*: “Fui a bordo ver a esquadra partir. Multidão. Contato pleno com meninas aristocráticas. Na prancha, ao embarcar, a ninguém pediam convite; mas a mim pediram. Aborreci-me. [...] É triste não ser branco” (Barreto, 2001, p.1278).

Misturando, pois, gêneros; cruzando limites entre ficção e não ficção, Lima Barreto ia desenvolvendo uma obra híbrida, no sentido de não se filiar apenas à novela, mas explorar e cruzar suas novelas com suas colunas, com seus diários e reportagens. Ele também ia virando seus próprios personagens; assinava seus artigos e crônicas com vários pseudônimos, e, dentre eles, o mais frequente era Isaías Caminha.

Essa contaminação de esferas estaria igualmente presente em seu romance mais ambicioso – *Triste fim de Policarpo Quaresma* –, que também sairia primeiro como folhetim em um jornal de grande circulação: o *Correio*. Policarpo, o principal personagem de Lima Barreto, segundo o paralelo acertado de Oliveira Lima (2011, p.57), era uma espécie de “d. Quixote Nacional”. Um d. Quixote tropical, eivado de esperança, cheio de projetos, mas que nunca davam certo.

Como de hábito, Policarpo Quaresma, mais conhecido por Major Quaresma, bateu em casa às quatro e quinze da tarde. Havia mais de vinte anos que isso acontecia. Saindo do Arsenal de Guerra, onde era subsecretário, bongava pelas confeitarias algumas frutas, comprava um queijo, às vezes, e sempre o pão da padaria francesa. Não gastava nesses passos nem mesmo uma hora, de forma que, às três e quarenta, por aí assim, tomava o bonde, sem erro de um minuto, ia pisar a soleira da porta de sua casa, numa rua afastada de São Januário, bem exatamente às quatro e quinze, como se fosse a aparição de um astro, um eclipse, enfim um fenômeno matematicamente determinado, previsto e predito. A vizinhança já lhe conhecia os hábitos e tanto que, na casa do Capitão Cláudio, onde era costume jantar-se aí pelas quatro e meia, logo que o viam passar, a dona gritava à criada: “Alice, olha que são horas; o Major Quaresma já passou.” E era assim todos os dias, há quase trinta anos. Vivendo em casa própria e tendo outros rendimentos além do seu ordenado, o Major Quaresma podia levar um trem de vida superior aos seus recursos burocráticos, gozando, por parte da vizinhança, da consideração e respeito de homem abastado. Não recebia ninguém, vivia num isolamento monacal, embora fosse cortês com os vizinhos que o julgavam esquisito e misantropo [...] O subsecretário não mostrava os livros a ninguém, mas acontecia que, quando se abriam as janelas da sala de sua livraria, da rua poder-se-iam ver as estantes pejadas de cima abaixo...

Policarpo, esse d. Quixote nacional, era, quem sabe, uma assombração de João Henriques, o pai de Lima, que sempre se reinventava na vida. Aliás, João Henriques e Policarpo, o personagem ficcional e aquele da realidade, moravam no mesmo sítio, combatiam formigas da mesma maneira, eram nacionalistas e a favor da batata nacional. João Henriques era favorável ao português bem lido e escrito; Policarpo à introdução do Tupi Guarani. Ambos eram criação e criatura de Lima Barreto.

Já Lima desfilava ambiguidade diante de um mundo da literatura que gostaria de entrar, mas também desprezava; dos subúrbios onde vivia, recolhia inspiração e a distância intelectual que guardava de seus moradores; da solidão em

que se autorrecolhia. O escritor habitava uma espécie de “entrelugar”, na bela definição de Silvano Santiago (2000, p.9-26), que dá conta desse segredo de incompletude da própria experiência literária sul-americana.

Tal ambivalência também fez que Lima “roesse a corda” e passasse a beber imoderadamente. Ele já o fazia há tempo, mas nesse momento reconhecia começar a perder o controle. No seu *Diário* anotou: “Tenho sinistros pensamentos. Ponho-me a beber; paro. Voltam eles e também um tédio da minha vida doméstica, do meu viver cotidiano, e bebo. Uma bebedeira puxa outra e lá vem a melancolia. Que círculo vicioso! Despeço-me de um por um dos meus sonhos” (Barreto, 2001, p.1305).

Foi então, em agosto de 1914, durante uma nova crise alcoólica, que Lima foi enviado para um sítio de parentes em Mangaratiba; isso para não destruir a casa da família, acometido que estava por delírios persecutórios. Acreditava que a polícia iria prendê-lo por suas opiniões políticas; via também insetos e monstros nas paredes e definitivamente misturava ficção com não ficção.

Mas o surto se repete e seu irmão Carlindo, guarda-civil, providencia para que seja levado num carro-forte da polícia e internado no Hospital de Alienados, na praia da Saudade (Botafogo). O escritor dá entrada na Seção Pandemônio e é internado como branco: um funcionário público branco. No Brasil, a profissão embranquece, e naquele mar de pacientes sem nome e profissão pelo menos ele guardava sua diferença. Se era funcionário público “havia de ser branco”.

Lima recebe, então, tratamento à base de ópio, e numa longa anamnese médica, declara ser “alcoolista imoderado, não fazendo questão de qualidade”. Assume também ter “traços hereditários da raça”. Lima se referia às teorias do determinismo racial que conhecia tão bem quanto combatia e, por vezes, temia.

E Lima estaria de volta ao hospício em 1918, quando teve oportunidade de dar início às suas anotações, por conta do lápis e papel que recebeu de Juliano Moreira, diretor da instituição e negro como ele, que o animou a coletar suas informações. Essas resultariam em dois subprodutos: o *Diário do hospício*, que tem formato mais orgânico, uma vez que todas as notas foram realizadas enquanto o escritor se encontrava hospitalizado, e o romance incompleto, *Cemitério dos vivos*.

Se o escritor sempre misturou ficção com não ficção, fazendo de sua vida um exercício de ficção, dessa feita ele definitivamente parecia mesclar seus mundos. As anotações contidas no *Diário* apresentam trechos ficcionais (ou porque Lima ainda andava tomado pelos efeitos da bebida, ou porque deliberadamente ia elaborando seu romance conjuntamente) e os trechos do livro repetem parágrafos inteiros do bloco de notas.

Se o material é diverso e disperso, já o tema racial continua sendo fundamental para Lima. Tanto que no *Diário* ele explica que na instituição “o negro é a cor mais cortante”, e que por lá “todos são negros”. O fato é que mesmo nessas situações limites não suspende a crítica, e, ao contrário, encontra elementos para “ficcionalizar” sua própria vida.

Estou no Hospício ou, melhor, em várias dependências dele, desde o dia 25 do mês passado. Estive no pavilhão de observações, que é a pior etapa de quem, como eu, entra para aqui pelas mãos da polícia. Tiram-nos a roupa que trazemos e dão-nos uma outra, só capaz de cobrir a nudez, e nem chinelos ou tamancos nos dão. Da outra vez que lá estive me deram essa peça do vestuário que me é hoje indispensável. Desta vez, não. [...] Deram-me uma caneca de mate e, logo em seguida, ainda dia claro, atiraram-me sobre um colchão de capim com uma manta pobre, muito conhecida de toda a nossa pobreza e miséria. Não me incomodo muito com o hospício, mas o que me aborrece é essa intromissão da polícia na minha vida. De mim para mim, tenho certeza que não sou louco, mas devido ao álcool, misturado com toda a espécie de apreensões que as dificuldades de minha vida material há 6 anos me assoberbam, de quando em quando dou sinais de loucura: delírio [...] Que coisa, meu Deus! Estava ali que nem um peru, no meio de muitos outros, pastoreado por um bom português, que tinha um ar rude, mas doce e compassivo, de camponês transmontano. Ele já me conhecia da outra vez [...] Da outra vez, fui para a casa-forte e ele me fez baldear a varanda, lavar o banheiro, onde me deu um excelente banho de ducha de chicote. Todos nós estávamos nus, as portas abertas, e eu tive muito pudor. Eu me lembrei do banho de vapor de Dostoiévski, na Casa dos Mortos. Quando baldeei, chorei; mas lembrei de Cervantes, do próprio Dostoiévski, que pior deviam ter sofrido em Argel e na Sibéria. Ah! A Literatura ou me mata ou me dá o que eu peço dela. (Barreto, 2010b, p.43-6)

Vale a pena destacar como, mesmo sofrendo da sua dor e trauma – afirmava que “fora sequestrado” –, o escritor não esquece de ficcionalizar a própria vida e inclusive comparar sua situação àquela de Cervantes, e sobretudo Dostoiévski. Duvida que seja louco – “de mim para mim” –, questiona a instituição que não diferencia ou discrimina indivíduos viciados na bebida, e começa a rascunhar *Cemitério dos vivos*, esse que seria seu romance mais pretensioso, na esteira do realismo russo, que Lima tanto admirava.

Mas o tempo não permitiu. Na entrada dos anos 1920 Lima já se encontrava doente e sofrendo do excesso do álcool. Sem saber deixou uma espécie de manifesto testemunho na *Revista Sousa Cruz* de outubro e novembro de 1921, descrevendo o tipo de literatura que tanto o inspirava e advogava praticar. Chamou o opúsculo de “O destino da literatura”:

Mais do que qualquer outra atividade espiritual da nossa espécie, a Arte, especialmente a Literatura, a que me dediquei e com que me casei; mais do que ela nenhum outro qualquer meio de comunicação entre os homens, em virtude mesmo do seu poder de contágio, teve, tem e terá um grande destino na nossa triste Humanidade [...] A arte, tendo o poder de transmitir sentimentos e ideias, sob a forma de sentimentos, trabalha pela união da espécie; assim trabalhando, concorre, portanto, para o seu acréscimo de inteligência e de felicidade. Ela sempre fez baixar das altas regiões, das abstrações da Filosofia e das inacessíveis revelações da Fé, para torná-las



sensíveis a todos, as verdades que interessavam e interessam à perfeição da nossa sociedade; ela explicou e explica a dor dos humildes aos poderosos e as angustiosas dúvidas destes, àqueles; ela faz compreender, umas às outras, as almas dos homens dos mais desencontrados nascimentos, das mais diversas épocas, das mais divergentes raças; ela se apieda tanto do criminoso, do vagabundo, quanto de Napoleão prisioneiro ou de Maria Antonieta subindo à guilhotina; ela, não cansada de ligar as nossas almas, umas às outras, ainda nos liga à árvore, à flor, ao cão, ao rio, ao mar e à estrela inacessível; ela nos faz compreender o Universo, a Terra, Deus e o Mistério que nos cerca e para o qual abre perspectivas infinitas de sonhos e de altos desejos. Fazendo-nos assim tudo compreender; entrando no segredo das vidas e das coisas, a Literatura reforça o nosso natural sentimento de solidariedade com os nossos semelhantes, explicando-lhes os defeitos, realçando-lhes as qualidades e zombando dos fúteis motivos que nos separam uns dos outros. Ela tende a obrigar a todos nós a nos tolerarmos e a nos compreendermos [...] Atualmente, nesta hora de tristes apreensões para o mundo inteiro, não devemos deixar de pregar, seja como for, o ideal de fraternidade, e de justiça entre os homens e um sincero entendimento entre eles. E o destino da Literatura é tornar sensível, assimilável, vulgar esse grande ideal de poucos a todos, para que ela cumpra ainda uma vez a sua missão quase divina [...] Possam estas palavras de grande fé; possam elas na sua imensa beleza de força e de esperança atenuar o mau efeito que vos possa ter causado as minhas palavras desenxavidas. É que eu não soube dizer com clareza e brilho o que pretendi; mas uma coisa garanto-vos: pronunciei-as com toda a sinceridade e com toda a honestidade de pensar. Talvez isso faça que eu mereça perdão pelo aborrecimento que vos acabo de causar.

Emotivo, o escritor afirma ter se casado com a literatura; uma certa literatura que não se escondia, que trazia palavras “desenxavidas” que se propunham a afetar todas as raças, épocas e pessoas. Esse era Lima Barreto “sem tirar nem pôr”, emocionado com a beleza de uma literatura de si, sem se fechar em si; afinal, nesse caso o mais individual era também coletivo. E, de tão “casadas”, vida e obra têm encontro marcado no último livro que Lima publicou em vida. Gonzaga de Sá, o andarilho filósofo, ia se parecendo cada vez mais com seu criador, que foi visto pela última vez andando pelas ruas da cidade, por ocasião do centenário da independência, quando, segundo ele, o Rio de Janeiro foi “tomado pela loucura” da “patriotada”. Também se assemelhou a ele na descrição que fez da morte de seu personagem.

Lima Barreto, que temia tanto pela morte do pai, e achava não ter dinheiro para arcar com um enterro, deu ao protagonista desse romance um ritual digno, e semelhante ao que receberia. A casa se parecia, a rua também, e as pessoas que seguiam o cortejo lembravam os poucos amigos do escritor que acompanharam o literato negro nesse momento final de sua vida.

Da rua, avistei logo o caixão, o vulto confuso do cadáver. Na porta, curiosos da vizinhança. As crianças brincavam na rua inocentemente. Entramos.

Uma velha senhora de cor veio nos receber. Gonzaga de Sá me falara nela. D. Gabriela tinha um vago parentesco com a mulher de seu compadre; era viúva e mãe de quatro filhos [...] Fui vendo a sala, não havia muita gente; mas que variedade de tipos e de cores; encontravam-se quase todos do espectro humano... Muito concentrados, os circunstantes, se falavam era baixinho, e, se lhes afluía um sorriso aos lábios, logo o abafavam. Sentei-me também numa cadeira. E afinal pude olhar o cadáver, a cor faraônica do rosto, meio oculto no lenço ao queixo e pelas pétalas de flores espalhadas ao redor [...]

E assim Lima arremata a cena: “Para se compreender bem um homem não se procure saber como oficialmente viveu. É saber como ele morreu; como ele teve o doce prazer de abraçar a Morte e como Ela o abraçou”. Esse era, sem dúvida, o encontro derradeiro do criador com suas criaturas.

### **Conclusão: um escritor sem “seu” rosto**

Lima Barreto é um literato de poucas imagens. São raros fotos, desenhos ou caricaturas que dele sobraram, e, ainda mais, aqueles documentos que o retratam de forma fidedigna. Por conta disso, convivemos com a representação que se tem e se tinha do escritor. Tudo muito distante e estranho ao que seria seu autorretrato.

A foto da Figura 3 é a mais conhecida do escritor. Ela foi tirada na época em que Lima começou a trabalhar, nos idos de 1903, como amanuense na Secretaria da Guerra. Nela, o escritor aparece muito arrumado: terno composto, nó da gravata bem feito, e o cabelo à moda com apenas uma mexa lhe caindo estrategicamente à testa. Tudo muito diferente das descrições que as testemunhas de época dele legaram. Desleixado, não poucas vezes o escritor vinha caminhando pelas ruas com um sapato de cada cor, a gravata sempre frouxa, o cabelo em desalinho, a camisa encardida.

Além do mais, na foto em questão, Lima parece branco! Esse era um procedimento comum à época, cujos fotógrafos, com o objetivo de “melhorar” a imagem do cliente, o faziam passar por um processo de “branqueamento”, numa verdadeira engenharia social das cores. Lima sempre se descreveu como “negro”, “descendente de africanos” e de “cor azeitona escura”. Portanto, é difícil casar a autorrepresentação com o resultado dessa fotografia.

Há ainda outro registro datado de 17 de setembro 1910 (Figura 4). Nessa época, Lima atuou como jurado e secretário do júri que acabou por condenar os militares que, durante o governo de Hermes da Fonseca, reprimiram uma manifestação de estudantes, e acabaram por assassinar um dos participantes, deixando vários outros feridos. Essa foi a “Primavera de Sangue” de 22 de setembro de 1909. Passados quase um ano do incidente, lá está Lima, muito bem vestido, com pose de janota, colete, camisa bem fechada e terno completo. Bem sentado, ele cruza as pernas e encara o fotógrafo.



Figura 3 – Retrato de Lima Barreto. Fotografia não identificado. Rio de Janeiro, gelatina/prata, s.d., c.1903. In Revista A.B.C., ano IV, n.166, Rio de Janeiro, maio de 1918.



Figura 4 – Lima Barreto, na época do julgamento do tenente Wanderley, com traje completo. Fotografia não identificado. Rio de Janeiro, gelatina/prata, s.d., setembro de 1910.

Mas essa é e não é uma imagem representativa do autor de *Policarpo Quaresma*. Não restam dúvidas de que ele se arrumou para “sair bem” na foto. Também é evidente como o escritor devia estar concentrado na tarefa de “atuar bem”, já que ele trabalhava, a essas alturas, na Secretaria da Guerra, e seus padrões é que estavam sendo julgados. Sendo assim, a imagem parece reproduzir a intenção: aí está um funcionário público compenetrado e ciente de seu papel. No entanto, mesmo sendo correta, a imagem não tem nada de “típica”. Na verdade, é mais uma *performance* do que prova de realidade.

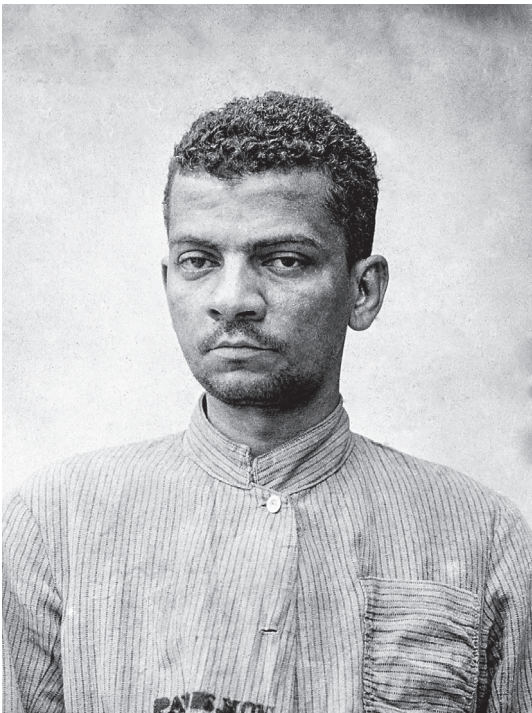
Existem também fotos em que Lima aparece em meio a outras personagens e sem maior protagonismo. Esse é o caso do comovente registro de turma da Politécnica (Figura 5). O garoto aparece rodeado por seus colegas de turma, em geral membros das elites do país, que vinham estudar na capital. Além do mais, ele é o único evidentemente negro na foto. Com um nó de gravata meio grande, uma roupa que não parece sua, o garoto da segunda fila à direita, olha para a



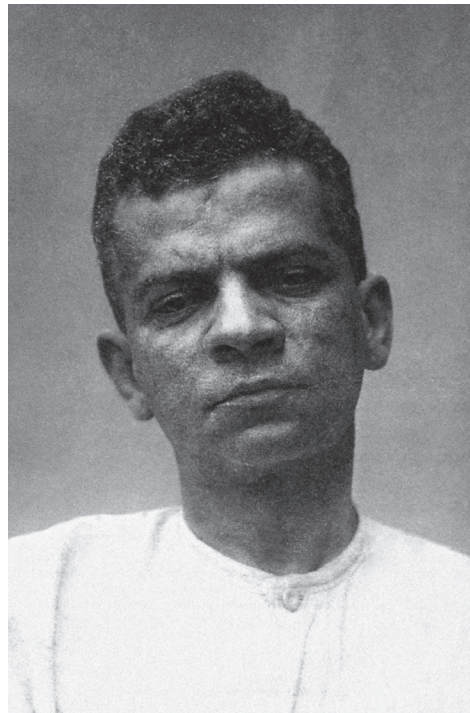
Foto Acervo Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

*Figura 5 – Turma da Politécnica. Fotografia não identificado. Rio de Janeiro, gelatina/prata, s.d., c.1900.*

frente como se mirasse ao longe, para o seu futuro, e não para o profissional que, com suas lentes, pretende imortalizar a turma de colegas do futuro escritor.



*Figura 6 – Retrato de Lima Barreto, da ficha de internação no Hospício Nacional de Alienados. Fotografia não identificado. Rio de Janeiro, gelatina/prata, s.d., 1914.*



Acervo Núcleo de Memória Institucional do Instituto de Psiquiatria IPUB/UFRJ

*Figura 7 – Retrato de Lima Barreto, da ficha da 2ª internação no Hospício Nacional de Alienados. Fotografia não identificado. Rio de Janeiro, gelatina/prata, s.d., 1919.*

Comoventes e muito desalentadas são as fotos de Lima Barreto tiradas nas duas ocasiões em que ele foi internado no Manicômio Nacional: em 1914 e 1918 (Figuras 6 e 7). Com a diferença de apenas quatro anos, numa das fotografias das fichas da instituição ele foi descrito, pelo escrivão que anotou seus dados de entrada no hospital, como “branco”. Na outra, como “pardo”. Aí está, e mais uma vez, a maneira perversa como anotamos cores no Brasil, como se esse fossem dados variáveis. Na primeira vez Lima chegou como funcionário público. Na segunda, como indigente e como por passe de mágica “mudou de cor”.

Não há como esquecer-se, também, das poucas caricaturas que Lima teve oportunidade de conferir em vida. Numa delas, feita por Hugo Pires para a revista *A Cigarra* de 1919, o autor mais se parece com um malandro carioca: chapéu de palha, sapato brilhante, sorriso largo (Figura 8).

Se Lima era um boêmio inventado, se produzia sua literatura nos trens da Central e nos bares do centro do Rio, os amigos não o despreveriam dessa maneira: roupa à moda, sapato brilhante, cabelo assentado e barba feita. Ao contrário, sobretudo nesse contexto, o escritor suava muito, tinha as maçãs do rosto macilentas, os olhos inchados pela bebida e não se preocupava com o que trajava.

Escritos representam registros no tempo. Fotos pretendem ser “verdadeiras”, mas são sempre construções sociais muitas vezes amarradas a seus contextos, mas que também produzem o seu tempo e a memória que dele fica no imaginário, cada vez mais visual, do passado. Talvez por isso Guimarães Rosa (1969, p.115-23) tenha concluído que “o mar não tem desenho”, pois “o vento não deixa”. O que não parece coincidência é termos no decorrer da história tantas imagens das elites e das populações brancas e tão poucas referências das personalidades negras, afro descendentes muitas vezes inexistentes ou branqueadas. A Kodak costumava explicar, em inícios do século XX, que não conseguia fazer fotos de negros



Figura 8 – Caricatura de Lima Barreto, feita por Hugo Pires. Publicada em *A Cigarra*, 1919.

por não ter condições técnicas. A questão, em minha opinião, era moral e não técnica (Roth, 2016). Se tivesse mais tempo, talvez Lima teria escrito um romance, um conto ou uma crônica a respeito da sua foto embranquecida, não pelo tempo, mas por efeito do racismo estrutural e institucional vigente no Brasil.<sup>5</sup>

## Notas

- 1 Este ensaio não pretende trazer, de maneira exaustiva, nem a biografia de Lima Barreto, nem, muito menos, sua produção literária completa do escrito. Seu objetivo é, antes, explorar momentos em que vida e a obra do autor dialogam e se comportam como “escritas de si”, usando o famoso conceito de Michel Foucault. Escrevi um livro mais completo sobre o escritor chamado *Lima Barreto triste visionário* (Schwarcz, 2013).
- 2 Lima Barreto era leitor de Gaultier (Barreto, 1961, p.56).
- 3 Lima Barreto, escritor e jornalista. “O traidor”. [S.l.], [19\_\_]. Orig. Ms. 10 f. FBN/Mss I-06,35,0964. Fundo/Coleção Lima Barreto (Schwarcz; Starling, 2015, p.13).
- 4 O *Diário Íntimo* é, na verdade, o resultado do trabalho de Francisco de Assis Barbosa (1988), biógrafo e jornalista que publicou o conjunto da obra de Lima Barreto, e de Evangelina (irmã mais nova do escritor), que juntaram uma série de notas dispersas deixadas pelo escritor em pequenos cadernos.
- 5 Para excelente apanhado teórico desses conceitos, ver Almeida (2019).

## Referências

- ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- BARBOSA, F. de A. *A vida de Lima Barreto*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- BARRETO, L. Casos de bovarismo. In: *Bagatelas*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1961. p.56.
- \_\_\_\_\_. Diário íntimo. In: VASCONCELLOS, E. (Org.) *Prosa seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar S. A., 2001. p.1233.
- \_\_\_\_\_. Três gênios da secretaria. In: SCHWARCZ, L. (Org.) *Contos completos de Lima Barreto*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010a. p.472-3.
- \_\_\_\_\_. Diário do hospício. In: MASSI, A.; MOURA, M. M. (Org.) *Diário do hospício; O cemitério dos vivos*. São Paulo: Cosac Naify, 2010b. p.43-6.
- \_\_\_\_\_. *Recordações do escrivão Isaiás Caminha*. São Paulo: Penguin/Cia. das Letras, 2010c.
- CHRISTOPHER, H. *Word by Word: emancipation and the act of writing*. New York; London, Alfred A. Knopf; Random House and Faber and Faber Ltd., 2013.
- FOUCAULT, M. L'écriture de soi. *Corps Écrit*, n.5. “L'auto-portrait”, fev. 1983. p.3-23.
- LIMA, O. Prefácio. In: BARRETO, L. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Penguin; Cia. das Letras, 2011. p.57.
- MORISSON, T. *Amada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

- ROSA, J. G. A partida de audaz navegante. In: \_\_\_\_\_. *Primeiras estórias*. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. p.115-23.
- ROTH, L. Questão de pele. *Revista Zum*, Instituto Moreira Salles, n.10, 2016.
- SANTIAGO, S. *Uma literatura nos trópicos*: ensaios sobre dependência cultural. 2.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p.9-26.
- SCHWARCZ, L. M. *Lima Barreto triste visionário*. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.
- SCHWARCZ, L.; STARLING, H. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.
- SILVA, M. A. M. da. *A descoberta do insólito*: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000). Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013.

*RESUMO* – O presente artigo pretende explorar de que maneira a escrita de Lima Barreto volta-se sempre sobre sua pessoa, assim como o escritor ficcionaliza sua própria vida. Lima está presente, de alguma maneira, em todos os seus personagens, assim como o Brasil que conheceu, e desgostou, acaba servindo de combustível para a narrativa do literato. Mas, mesmo assim, Lima não era bom etnógrafo de seu tempo. Sua literatura, ao mesmo tempo que espelha, também cria o contexto que o viu nascer.

*PALAVRAS-CHAVES*: Lima Barreto, Literatura, Escrita de si, Primeira República.

*ABSTRACT* – This article intends to explore how the writings of Lima Barreto always revolve around his person and how the writer fictionalizes his own life. Lima Barreto is present, in some way, in all his characters – just as the Brazil he knew, and was chagrined by, ended up fueling his literary narratives. Yet, Lima was not a good ethnographer of his time. His literature at the same time mirrors and creates the context into which he was born.

*KEYWORDS*: Lima Barreto, Literature, Writing of one's self, First Republic.

*Lilia Moritz Schwarcz* é professora titular no Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Atuou como visiting professor em Oxford, Leiden, Brown, Columbia e Princeton, onde foi global e é professora visitante desde 2010. @ – lili.schwarcz@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0003-0498-3246>

<sup>1</sup>Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Recebido em 15.5.2019 e aceito em 8.6.2019.





# Escritos insubordinados entre escravizados e libertos no Brasil<sup>1</sup>

IAMARA DA SILVA VIANA<sup>I</sup>, ALEXANDRE RIBEIRO NETO<sup>II</sup>  
e FLÁVIO GOMES<sup>III</sup>

**N**O BRASIL ainda são poucos os estudos e pesquisas que abordem as poucas referências sobre letramento de escravizados.<sup>2</sup> Aqui ou acolá há registros desde o século XVIII que escravizados escreveram textos ou deixaram expressos em textos escritos por homens livres, suas vontades, desejos e percepções.<sup>3</sup> Neste artigo abordamos escritos – supostamente produzidos por escravizados – que expressaram a vontade coletiva deles em algumas situações e contextos. Para diferentes partes e recortes *espaciais* e *temporais* importa destacar sentidos, signos e significados possíveis, contidos ou não nas escritas. Sendo o letramento restrito a pequeníssima parcela das sociedades coloniais e pós-coloniais – dos séculos XVIII ao XIX – a existência desses sujeitos, o uso de códigos que faziam e suas expectativas se fazem relevantes. Mais do que dominar a escrita ou a leitura tentavam dominar os símbolos das culturas letradas e partes dos mundos que estavam envolvidos e faziam reproduzir.

## Um contraponto, Bahia, 1789:

### “nós queremos paz e não queremos guerra”

O mais conhecido escrito coletivo de (supostamente) escravizados no Brasil é o *Tratado do Engenho de Santana*, no século XVIII. Assim ficou conhecido o protesto de 1789, naquela propriedade em Ilhéus – sul da capitania da Bahia – quando fora redigido reivindicando condições de trabalho. Documento publicado por Stuart Schwartz (1977, p.69-81) pela primeira vez em inglês em 1977, logo seria alvo de polêmicas e diferentes interpretações (Cardoso, 1987, p.91-125; Castro, 1980, p.67-107; Gorender, 1983, p.7-39; Lara, s. d.; Moura, 1982, p.72-78; Reis, 1979, p.285-97; Silva, 1985, p.3). Paradoxalmente foi pouco explorada a dimensão da sua escrita e autoria. Redigido pelos próprios escravizados? Escrito por algum homem livre ou um liberto letrado? Pelo líder do movimento, Gregório Luís? Quem era? Como os escravizados acionaram os símbolos de letramento? Na ocasião, o Engenho de Santana estava sob a posse de Manuel da Silva Ferreira. Era uma antiga fazenda dos jesuítas confiscada pela coroa portuguesa em 1759 e ainda grande propriedade com cerca de 300 escravizados. Quando começaram os protestos? Entre 1759 e 1789 já se passaram 30

anos do fim da administração jesuítica. Quando surgiu a decisão de produzir tal “Tratado”?

Bahia, fins do século XVIII, contexto de expansão econômica, insubordinação e temores.<sup>4</sup> O final e o início do “Tratado” são indicativos de uma atmosfera de tensão. A estrutura narrativa do documento – em termos de sintaxe política – deixava explicitada a defesa de “direitos”. Na linguagem do “Tratado” se dirigiam ao administrador da fazenda, porém com a nomenclatura “Senhor”, afirmando “nós queremos paz e não queremos guerra”, e com condições, pois “se meu senhor também quiser nossa paz há de ser nessa conformidade, se quiser estar pelo que nós quisermos”. Estariam se dirigindo ao vice-rei, reconhecendo que aquela fazenda era propriedade da coroa portuguesa? E se não houvesse paz? Prometiam uma rebelião? No final do “Tratado” há indicações sobre o que talvez considerassem uma *economia moral* da escravidão uma vez que decretaram “porque não queremos seguir os maus costumes dos mais Engenhos” (Thompson, 1979, p.62-134). Direitos eram sinônimos de costumes ali. Queriam em “cada semana” a garantia de terem livres “os dias de sexta-feira e de sábado” para cultivarem suas roças (“trabalharmos para nós”) e não queriam que fossem descontados quando houvesse feriados religiosos (“não tirando um desses dias por causa de dia Santo”). Políticas de controle estariam mudando? Por que estariam sendo alteradas? Parte substantiva do “Tratado” segue um roteiro de reivindicações exclusivamente relativas aos *mundos do trabalho*. Por exemplo: foi assinalado o interesse de receberem “rede, tarrafa e canoas” e de manterem em sua posse as ferramentas. Há indicações que podia haver tanto influências dos “maus costumes” das fazendas vizinhas, como desdobramentos das mudanças na configuração étnica e perfil dos escravizados. Talvez essa questão – as tensões étnicas – foi pouco explorada e possa explicar o sentido do “Tratado” feito por escravizados crioulos, qual seja, o significado do letramento e daquilo proposto a partir da escrita. Mudanças nos regimes de trabalho não significavam apenas o aumento de tarefas ou restrição de direitos costumeiros. Isso fica explícito quando afirmaram “estamos prontos para o servimos como dantes”. O que chamavam de “maus costumes” das fazendas vizinhas talvez fosse a entrada de novos africanos e o regime de trabalho com as tarefas sob vigilância feitorizada, ocasionando fugas e temores de rebeliões. Será? Os proponentes do “Tratado” disseram que não queriam ser submetidos a determinadas tarefas. E que algumas dessas só deveriam ser realizadas pelos africanos. Para “fazer camboas”, “mariscar” em “pescaria ou canoas do alto”, ou se quisesse “comer mariscos” administradores e feitores não deveriam obrigá-los, mas sim ordenar aos “seus pretos Minas” – sinônimo de africanos – que o fizessem. Aqueles escravizados crioulos não mais aceitavam os feitores, pois diziam “os atuais feitores não os queremos” e exigiam: “faça eleição de outros com a nossa aprovação”.

O fato foi que – havendo ou não negociações anteriores que desconhecemos – esses escravizados em Ilhéus se insubordinaram, matando o mestre de açúcar e se refugiando nas matas vizinhas, quando enviaram o tal “tratado de

paz”. Um “tratado” que, entre outras coisas, estipulava: direito de embarcarem os produtos provenientes de suas roças juntamente com os do senhor quando do envio para o mercado, para não pagarem fretes de barcas; autonomia para realizarem suas festas e batuques sem a necessidade de autorização prévia, e outros itens que regulariam, segundo os seus interesses, os *tempos* do trabalho e da vida cotidiana (Schwartz, 1977, p.73-5). Atitude radical, porém, os crioulos – possivelmente descendentes das gerações mais antigas daquela propriedade – tentavam preservar e alargar espaços de autonomia conquistados desde os tempos da administração inaciana.

Em algumas antigas fazendas jesuítas no Brasil – após a sua expulsão em 1759 – podem ter sido comum conflitos diante de “direitos costumeiros” desconsiderados, mudanças dos perfis da escravaria (indígenas, descendentes de indígenas, africanos e crioulos escravizados se misturavam) e transformações nas políticas de domínio e controle com novos administradores e feitores. Ao que parece, um episódio como o do engenho Santana – com características próprias – aconteceu antes no vice-reinado de Nova Granada. Em 1773, escravizados de uma *hacienda* de gado em Villavieja, na província de Neiva – antiga propriedade dos jesuítas até 1767 – enviaram uma petição ao vice-rei espanhol, reclamando que o procurador da coroa, o então administrador tinha proibido o cultivo de roças próprias, sem falar da omissão quanto ao costume de fornecer alimentação e vestuário, além de privá-los das folgas nos dias santos. Com muitas semelhanças ao episódio na Bahia, reivindicavam o que consideravam “direitos”, provavelmente conquistados desde o período da administração jesuíta. Protestavam como “escravizados de Sua Majestade”, reconhecendo o poder da coroa espanhola (McFarlane, 1985, p.146-7). Passados sete anos – na Colômbia – aconteceu a mesma coisa. Em Cucuta, em outra *hacienda* – igualmente tendo pertencido aos jesuítas – escravizados se refugiaram, não sem antes enviar uma petição ao vice-rei. Liderados por um escravizado que tinha a ocupação de feitor reclamaram do novo proprietário. Havendo recém-adquirido a propriedade junto à coroa espanhola era acusado de violar “costumes”, inclusive os maltratando com castigos excessivos. Apesar de não negarem o direito do novo senhor, argumentavam que as novas práticas impostas à administração da fazenda traziam incômodos. O novo senhor os havia privado dos dias livres concedidos tradicionalmente para cultivarem seus lotes de terras, além de pagar pelo cacau que colhiam em suas roças próprias um preço abaixo do mercado. Para contornar tal conflito foi formada uma Comissão com cidadãos locais que negociou com o vice-rei, retornando os escravizados ao trabalho.

Em algumas partes das Américas, em antigas fazendas jesuíticas pode ter surgido uma cultura de protesto na última década do século XVIII em parte informada pela tradição dos regimes de trabalho, catequese e, quem sabe, letramento e educação dos escravizados das primeiras gerações. Para fazendas em Córdoba, na Argentina, na década de 1740, o padre Machoni, em seu memorial, alertava sobre a necessidade de se manter o costume – nem sempre observado –

da catequese “nas terças e sexta de cada semana se ensine e explique a doutrina cristã” (Crouzeilles, 2015, p.73). Regimes de trabalho setecentistas em antigas fazendas jesuítas nas Américas se espalharam como cultura política? O próprio engenho de Santana, na década de 1730, ficou sem feitor durante um período. Em 1750, o administrador padre Jerônimo Gama anotaria: “dizem quando os [escravizados] repreendo com o exemplo dos brancos que trabalham bem e dos seus escravos, alegam que os brancos trabalham e ganharão dinheiro, eles nada” (Schwartz, 1988, p.142).

Como especulação analítica seria possível indagar se notícias sobre os episódios da Colômbia chegaram até Ilhéus em viagens atlânticas de circulação de notícias. Culturas políticas circulavam e não precisavam da escrita. E seria fundamental considerar símbolos, signos, códigos e significados que circulavam, alcançando letrados, marinheiros e outros. Escravizados podiam acompanhar com expectativas – detalhes dos desfechos de conflitos – discussões e debates ocorridos nas metrópoles e fazer interpretações a respeito daquilo que poderia beneficiá-los. Por exemplo, no contexto da abolição da escravidão em Portugal, decretada pelo marquês de Pombal, em 19 de setembro de 1761, circularam rumores de que escravizados em várias partes da América portuguesa ficaram agitados, acreditando que a “lei poderia ser estendida até as colônias”. Noticiava-se que ocasionalmente viajando em navios para a metrópole, escravizados “tentaram conseguir a liberdade”, fugindo. Segundo Schwartz, as “reformas portuguesas e os eventos europeus não passavam despercebidos a escravizados e forros”. Na verdade, tanto eles distinguiam “claramente a conexão lógica entre sua situação e as mudanças em curso na Europa” como senhores e autoridades coloniais e metropolitanas “não foram menos perceptivos, conscientizando-se das implicações e ‘calamitosas consequências’ implícitas na difusão das notícias” (Falcon, 1973, p.405-25, apud, Schwartz, 1988, p.384 e 449). Em várias partes das Américas, ideias circulariam difundindo-se entre os escravizados. Em Saint-Domingue, em 1791 – meses antes de eclodirem revoltas – surgiram notícias que davam conta de haver fugitivos – chamados *maroons* – que sabiam ler e escrever, e que até mesmo tinham permanecido na França como escravizados domésticos por algum tempo (Manigat, 1977, p.420-38).

Em Ilhéus, o movimento de protesto no engenho Santana teve como resposta imediata repressão. Em 1790, seu principal líder, o crioulo Gregório Luís, foi enviado preso para a Cadeia de Salvador, onde, em 1806, ainda permanecia, aguardando julgamento (Schwartz, 1977, p.72; Reis, 1979, p.285-97; Reis, 1983, p.107-22). Mas algumas décadas depois, em 1821, aquela comunidade (provavelmente muitos deles descendentes dos escravizados de 1789-90) reinventou a sua tradição de protesto, ocupando novamente o engenho de Santana por três anos, até 1824. E ainda em 1828, alguns desses escravizados tentariam um novo protesto, com muitos deles se refugiando mais uma vez. A insatisfação dos escravizados no contexto de 1821-1824, além das questões conjunturais como a guerra pela independência da Bahia, pode ter sido gerada, entre outras

coisas – tal como em 1789 – pelo desejo de aumentarem margens de autonomia e suas economias próprias. As crises socioeconômicas da Bahia, principalmente aquelas relacionadas ao abastecimento de alimentos, por exemplo, podem ter feito que alguns senhores procurassem restringir e controlar mais a economia própria dos escravizados. João Reis chamou a atenção para os momentos políticos nos quais ocorreram tais protestos – década de 1820 – com motins militares, protestos contra a carestia de alimentos, antilusitanismo e “divisões dentro da classe dominante sobre o encaminhamento político da descolonização e criação do Estado Nacional” (Reis, 1992, p.100-26; 1979, p.285-97; 1983, p.107-22).

Questão igualmente importante no engenho de Santana – tanto em 1789 como em 1824 – foi a proeminência dos crioulos. A *crioulização* ali podia ser muito mais além do que um cenário étnico-demográfico caracterizado pela maior parte de africanos, homens e adultos (Trouillot, 1998, p.8-28). Esse “Tratado” e escrita supostamente pelos escravizados crioulos seriam respostas – simbólicas – quase “diálogos” entre eles, administradores e autoridades também sob as lógicas de letramento e formas de fazer política? O que foi muita das vezes objeto de desqualificação – da parte dos historiadores – quando criticaram as possibilidades de ampliação dos significados desse episódio para o entendimento das *culturas escravas* pode ser a porta de entrada para sugerirmos reflexões sobre o significado da escrita nos espaços de “negociação” desses escravizados junto aos administradores: nos termos e na forma. No campo fundamentalmente hipotético podemos levantar a questão sobre os símbolos de uma “negociação” por escrito: tentavam fazer reconhecidos “direitos” e usavam a “escrita” para marcar uma diferença sobre aquilo que compreendiam por controle sobre o trabalho, a autonomia e o perfil da sua própria comunidade. Localizar práticas de letramento entre os escravizados das ordens religiosas – fundamentalmente jesuítas, beneditinos e carmelitas – ajuda, porém não é a principal questão. Reconhecer o letramento em alguns crioulos ou mesmo identificar um perfil diferente daquela antiga comunidade não exclui e nem exaure as possibilidades de pensar o letramento – através desse documento – como um símbolo a garantir costumes, revelar desejos e sugerir expectativas. Se a *liberdade* podia chegar através de documentos redigidos por senhores e administradores (alforrias, por exemplo, bilhetes que portavam, petições de autoridades etc.), igualmente poderia significar – para aqueles escravizados – ver costumes e “direitos” garantidos, ao serem explicitados por escrito. Vários estudos destacaram o papel dos jesuítas na formação intelectual e difusão de uma cultura científica nas Américas escravistas. Parte substantiva desses processos ocorreu em cenários rurais e ou semiurbanos improvisados. Fleck destacou como o próprio Serafim Leite talvez com exagero tenha anotado que não existiria “aldeia por mais recuada que fosse na profundidade dos sertões e rios, que não iluminasse ao menos uma estante de livros” (Fleck; Poletto, 2015, p.143-81). Interessante seria pensar o impacto dessas ambiências letradas para os mundos dos escravizados – e suas transformações – para além da catequese e da doutrina cristã.

## **1835, Salvador: africanos islamizados e “escritos em caráter estranho se presumem nocivos a ordem pública”**

Em meados da década de 1830, “escritos” – especialmente de africanos – articulados aos medos de rebeliões se espalharam. A partir de Salvador, sobretudo alcançando o Rio de Janeiro – como reverberação –, denúncias pipocaram. A dimensão do pânico provocado – quase histeria – seria logo anotada quando o presidente da província do Rio de Janeiro alertou ao ministro da Justiça de que os boatos sobre “projetos” de insurreições em várias partes do Império tinham exageros, partindo de denúncias “tintas com a cor do medo”. Boatos e temores sobre revoltas podiam ser acompanhados de denúncias sobre achados de escritos. Sem dúvida, o motivo desencadeador foi a insurreição liderada por escravizados e libertos islamizados – chamados malês – ocorrida em janeiro de 1835, no coração urbano da Bahia (Reis, 1986; 1993; 2003). Com a repressão que se seguiu, africanos ocidentais foram os principais alvos das investigações. Mas os temores saíam do controle quando eram encontrados “escritos árabes”. Exatamente por causa do levante em Salvador, onde africanos islamizados – que estiveram à frente do planejamento e execução da revolta – sabiam ler e escrever. Em Salvador, na atmosfera da repressão, foram encontrados vários livros, papéis e “escritos” em poder dos suspeitos e/ou escondidos em suas residências (Gomes, 2001, p.336-78).

Não os escritos, mas os medos se reproduziram. Por determinação do ministro da Justiça, vários desses “papéis” foram enviados para serem traduzidos na corte imperial. Isso mesmo. Autoridades baianas enviaram alguns “escritos árabes” achados em Salvador para serem traduzidos junto aos africanos do Rio de Janeiro. Em fevereiro de 1835, o chefe de polícia da corte informaria ao ministro da Justiça sobre o curso de algumas investigações realizadas, quando “Fiz vir à minha presença um preto nagô para interpretar o escrito dos nagôs da Bahia, e do que lhe ouvi coligi que os nagôs não sabem ler, nem escrever, mas costumam mandar educar alguns rapazes em uma nação vizinha de homens de cor bassa [?], e que usam barbas compridas no queixo inferior; por consequência os escritos não são em língua nagô, e sim nesse outro idioma, que só os nagôs de maior educação entendem”. O volume dos temores aumentou quando em novembro de 1835 foi encontrado na própria corte “um livro escrito em caracteres africanos”.<sup>5</sup> Chegou-se mesmo a temer que africanos islamizados de Salvador tivessem algum plano articulado com outras províncias. No município fluminense de Campos, um juiz municipal prendeu “alguns negros, que andavam com certo tope” – um chapéu – e talvez trouxessem escritos, pois “soube que tinham vindo ordens da Bahia para aqui também se levantarem, sendo aquele tope a senha do dia do rompimento”.<sup>6</sup> No início de 1836, uma denúncia anônima baseava-se em informações sobre um achado – junto a um africano – de “um papel que servia de plano para ensinar como os pretos saberão juntar no dia 24 e 25 para começar a matança dos brancos e pardos”.<sup>7</sup> Chegou-se a falar na ocasião do “exem-

plo de São Domingos”. Aliás, percepções políticas despertariam novamente o *haitianismo* nas décadas de 1830 e 1840.<sup>8</sup> Agostinho José Pereira, negro livre, seria preso nas ruas de Recife, acusado de estar envolvido com rebeliões, sendo encontrados com ele escritos em versos chamados ABC falando de “liberdade” e Haiti (Carvalho, 1999, p.108-9).

Autoridades temiam a existência de planos de insurreições articuladas entre escravos de várias partes da América com a participação de emissários internacionais. Ainda em setembro de 1835, o ministro da Justiça recebeu um ofício reservado do agente diplomático em Londres alertando sobre “notícias recentes do Sul dos Estados Unidos” que davam conta de “muitos indivíduos mandados por várias Sociedades de Filantropia e emancipação desse país com o fim de promoverem a liberdade dos escravos”. Isso seria feito por eles “excitando a levantes, espalhando entre eles ideias de insubordinação”. Muitos desses emissários tinham sido “apanhados e enforcados imediatamente, outros ameaçados, e muitos negros, ou mortos ou rigorosamente castigados”. As autoridades alardeavam precaução para o Brasil, pois, era “bastante provável que iguais emissários sejam daqui mandados para o Império, e que muito nos conviria a introduzir em uma ou mais das Sociedades Filantrópicas da Inglaterra, pessoa de confiança que pudesse dar conta de qualquer tentativa contra o sossego do Brasil que nelas se originasse”.<sup>9</sup> Em 1841, o Ministério da Justiça recebia de Londres notícias assustadoras de um “Clube ou Sociedade dos Abolicionistas da Escravidão” que havia enviado dezenas de pretos forros jamaicanos para Cuba, visando a propagar ideias de rebelião junto aos escravos.<sup>10</sup> No início de 1849, um ofício enviado da Legação Imperial em Paris alertava as autoridades da província do Pará sobre as atividades de “um mulato natural de São Domingos”. Identificava-se como súdito inglês e era “emissário das sociedades que trabalham pela liberdade dos escravos” e “unindo-se com outros agentes das mesmas associações partiu com eles para a Inglaterra para de lá se dirigirem a Guiana com o projeto de penetrar no Brasil”.<sup>11</sup>

Quais os impactos e repercussões desses escritos – imagens, símbolos, medos e temores – durante a repressão da revolta de Salvador em 1835? João Reis já escreveu uma obra clássica analisando o sentido de uma revolta escrava africana urbana, comandada por islamizados, mas com identidades étnicas, articulando religiosidade e também espaços de trabalho urbano. O certo é que a repressão e a onda de medo sugeriram muito mais sobre os textos corânicos e escritos árabes achados para além da dimensão religiosa islâmica africana na diáspora. O defensor do africano Torquato, nagô, um dos condenados destacou que ele era inocente e sobre os livros em sua casa “só por eles serem escritos em caráter estranho se presumem nocivos a ordem pública” (Reichert, 1970, p.2). Reis anotaria vários significados dos escritos entre os africanos islamizados em Salvador, suas reuniões e aprendizados de escrita e do corão (Reis, 2003, p.178-80 e 225-6).

Interessante seria pensar os significados de medo e apreensão política nas sociedades escravistas diante de africanos, crioulos, escravizados e libertos dominando códigos de escrita, leitura e letramento. No Caribe inglês, na década de 1830 autoridades revelavam sua preocupação sobre como escravos conseguiam ter acesso a informações de documentos oficiais que falavam dos debates parlamentares na Europa (Scott, 1986, p.116-17). Denmark Vesey, que liderou uma conspiração escrava norte-americana, em 1822 tinha navegado pelo Caribe e absorvido as experiências de “liberdade” do Haiti. Aliás, Vesey tinha o hábito de ler para todos os escravizados passagens dos jornais que falavam do Haiti e de outros assuntos relativos à escravidão.<sup>12</sup> Notícias de rebelião espalhavam pânico. Na Jamaica três pessoas foram presas sob a acusação de trazerem do Haiti “documentos inflamatórios” (Baralt, 1981, p.13-20; Taylor, 1982, p.249; Laviña, 1991; Moscoso, 1995, p.31-48). Para Demerara, Emilia Viotti demonstrou – especialmente no contexto das mudanças políticas das primeiras décadas oitocentistas – os conflitos entre autoridades, missionários e fazendeiros. Um experiente governador – com passagem em várias regiões caribenhas – criticava não a “instrução religiosa”, mas as perspectivas dos missionários ensinarem os escravizados a ler, pois para ele a “leitura disseminaria o espírito de rebelião” (Costa, 1998, p.125). As atividades de missionários evangélicos – enviados de Londres (da London Missionary Society) – eram rejeitadas e denunciadas por colonos e fazendeiros. Protestavam que eram “democráticas”. Governadores e fazendeiros locais eram contrários aos projetos de alfabetização e instrução religiosa dirigidos pelos missionários, posto acreditarem que os escravizados começariam a ler “gazetas e panfletos abolicionistas”, tramando revoltas. Com argumentos contrários, missionários defendiam que os escravizados alfabetizados poderiam entrar em contato com “bons textos” enquanto aqueles perigosos seriam censurados. Lembavam – em tom irônico – que os negros não precisavam saber ler para se comunicarem, estando bem informados a respeito dos debates internacionais sobre escravidão e abolição, fosse através de criados domésticos que ouviam conversas de seus senhores e mesmo de escravizados e libertos que tinham servido algum tempo na Inglaterra. Além disso, havia pessoas que poderiam ler textos para os escravizados e eles acompanhavam os debates parlamentares e a propaganda política sobre o final do tráfico e os conflitos entre setores metropolitanos e coloniais (ibidem, p.33, 44, 123-4, 233, 397 e nota 82).

### **Uma narrativa amocambada, Maranhão, 1867: “nos achamos em campo a tratar da liberdade”**

Considerada importante região que desenvolveu complexa estrutura escravista, o Maranhão conheceria experiências únicas de escravidão atlântica. Sabe-se que africanos chegaram já no final do século XVII. Mas é no Oitocentos que a coisa ganharia proporções jamais vistas com a entrada de mais de 40 mil só nas primeiras décadas. Na véspera da independência, a então província do Maranhão seria uma das mais importantes áreas do Brasil. Ainda no alvorecer do século



XIX, a movimentação de *mocambeiros* e indígenas, foi tema principal da guerra travada por fazendeiros e autoridades públicas em busca de soluções e contínua repressão. Para o Maranhão houve quem argumentasse que os *mocambos/quilombos* só aumentaram sobremaneira na década de 1840 com a eclosão da revolta popular conhecida como Balaiada, que mobilizou setores livres pobres – destacadamente camponeses negros – e escravizados. Mas as áreas do Turiaçu e Gurupi – fronteiras com o Grão-Pará – constituíram focos para a formação de mocambos desde meados do século XVIII (Gomes, 2005, cap.2).

Ao longo do século XIX, toda essa grande região que alcançava também as áreas de Guimarães e Viana estava “infestada” de grandes e sólidas comunidades negras rurais *mocambeiras* – como eram chamadas as comunidades de fugitivos no Maranhão – já numa segunda ou terceira geração. Na década de 1860 os destaques seriam os *mocambos* São Vivente do Céu e São Benedito do Céu contra os quais foram enviadas importantes expedições punitivas nos anos de 1862, 1864 e 1867. Foram “tempos de guerra”. Fazendeiros falavam da necessidade de se “debelar uma cadeia de quilombos que se estende de Viana ao Turiaçu”.<sup>13</sup> E nessa mesma década se falava abertamente em guerras no Maranhão. Aquelas internas e externas. E as primeiras não só aos *mocambeiros*. Noticiava-se sobre conflitos internacionais. Fosse o do Paraguai ou aquele da guerra civil nos Estados Unidos. Para além dos noticiários internacionais que abundavam nos periódicos, com leituras, interpretações e conexões havia muitos medos. De quê? De contágio das ideias. Os temores eram *se e como* escravizados e mocambeiros podiam fazer avaliações e ter expectativas políticas sobre episódios internacionais e as notícias que circulavam a respeito. Sobre a Guerra do Paraguai o problema maior era o recrutamento. No Maranhão, parte substantiva da tropa de linha e da Guarda Nacional foi enviada para os campos de batalha, alistada compulsoriamente como “voluntários da pátria”. Sabia-se que entre eles havia muitos homens livres pobres, sobretudo a população de pardos e pretos, sem falar que inúmeros libertos e não raro alguns escravizados, na condição de recém-libertados por seus senhores ou clandestinamente como fugidos, que omitiam seus nomes e identidades. Informações dariam conta que do Maranhão teria partido para as fronteiras com o Paraguai um contingente militar de mais de três mil indivíduos (Araújo, 1994, p.17).

Temores de insurreição foram a tônica da imprensa e da correspondência policial do Maranhão nos anos 1860. Em 1861 chegaram a São Luís denúncias sobre rebeliões escravas com planejamento em curso em Anajatuba. Falava-se “que diversos escravizados formavam clubes em alguns lugares da vila, nos quais declaravam que eram livres, pois que existia na barra um vapor de guerra, que os vinha libertar, e que por esse motivo não deviam mais obedecer a seus senhores”. Um escravizado – Agostinho, de propriedade de Cristóvão Vieira – foi acusado de incitar as senzalas na região, falando em liberdade e rebelião. Sob castigo acabaria confessando “que era verdade ter declarado a seus parceiros,

que todos seriam livres, pois que o ouvira dizer a vários pretos nesta capital, e que só esperavam que o vapor de guerra desembarcasse a tropa”. Descobriu-se que “semelhante ideia tem sua origem na entrada neste período de dois vapores de guerra, um dos Estados Unidos da América do Norte e outro dos Estados, que se querem constituir em Confederação separada”. Notícias sobre a guerra civil nos Estados Unidos estavam chegando aos *mocambeiros* e escravizados maranhenses. As autoridades pareciam mais temer o medo do que a origem deles. Um delegado de polícia concluiria que não tinham os escravizados “plano algum concertado”, na verdade “apenas nutrem esperanças de sua liberdade”. Não obstante, como precaução mandaria reforçar o policiamento da região, visando “neutralizar qualquer plano, que a questão dos Estados Unidos da América do Norte possa fazer aqui aparecer entre os escravizados”.<sup>14</sup>

Mas uma insurreição articulando mocambos e senzalas ganhou forma e conteúdo em 1867. Nas áreas de Viana, *mocambeiros* saíram de suas aldeias rumo à fazenda Santa Bárbara. Depois de cinco dias de jornada cercaram e invadiram-na, sendo seu administrador “esbordado” e colocado no tronco. Os *mocambeiros* pernотaram ali e rumaram na manhã seguinte para o engenho Timbó, onde “prenderam os donos da casa e fizeram entregar o armamento e pólvora que tinham em seu poder, saqueando a fazenda e roubando-a, um gado e o mais que acharam”. Insultariam os moradores locais e rumaram para a vila Nova Anadia, onde ocorreriam mais saques (Araújo, 1994, p.35). Numa ação planejada, os *mocambeiros* escolheram não só os alvos a serem atingidos, mas também o que consideraram o momento certo para realizar tais ataques. Contariam com o apoio de vários escravizados das fazendas da região. Muitos desses já tinham estado nos mocambos e/ou tinham comunicações frequentes com *mocambeiros*. Não poucos aderiram ao levante e engrossaram o contingente que depois dos ataques retornou para os mocambos. Segundo o *mocambeiro* Vicente, por onde passavam a eles juntavam-se “alguns pretos mais, e todos os escravizados pertencentes às fazendas Santa Bárbara, Timbó e Santo Ignácio estavam mancomunados de fugirem todos para o mocambo”.<sup>15</sup>

A grande novidade dessa insurreição de 1867 em Viana foi a carta deixada pelos revoltosos. Entregue na Fazenda Santa Bárbara, em 10 de julho tinham o tom de declaração, posto comunicar: “nos achamos em campo a tratar da liberdade dos escravizados”. Diante do contexto de temores na região e os contatos dos *mocambeiros* e escravizados nas senzalas diziam que tal “liberdade” era “por muito” aguardada (“que esperamos por ela”) assim “como o nosso desejo é por todos e não fazer mal a ninguém”. Reivindicavam suas alforrias, ameaçando invadir mais vilas e povoados de Viana “não teremos remédio senão lançarmos mão nas armas”, dizendo que tinham “1.000 armas de fogo”, além de contarem com apoio dos índios da região (“contarmos com todos os arcos dos gentios”) na “nossa defesa e da liberdade”. A carta seria assinada por “Daniel Antônio de Araújo e João Antônio de Araújo”.<sup>16</sup> Daniel era o conhecido chefe do mocambo de São Benedito do Céu.

Essa carta tinha o teor de um ultimato e enviada somente as autoridades policiais de Viana. Qual seja, não era dirigida ao imperador, as autoridades superiores do império e/ou da província e mesmo aos senhores, proprietários de escravizados. Era como se a liberdade já estivesse garantida, bastava apenas o reconhecimento das autoridades policiais de Viana. Esse manifesto – soube-se depois – foi escrito pelo administrador da fazenda Santa Bárbara, Plácido Mello dos Santos. Isso com muita coerção e também truculência por parte dos revoltosos. Uma carta que expressava a vontade dos escravizados e mocambeiros, sendo os seus assinantes os próprios líderes do levante. Para Benedito, a decisão do levante foi tomada exclusivamente pelos chefes. Uma das razões de “abandonarem o mocambo” era a “muita fome que nele reina”.<sup>17</sup> Já Vicente revelou “que em caminho Daniel lhes disse que ia mandar uma carta as autoridades desta cidade comunicando-lhes que vinham proclamar a sua liberdade”. Segundo Feliciano: “Daniel disse junto com Joaquim Calisto que eles vinham buscar a liberdade”. Para Pulchéria, a intenção deles era “guerrear com os brancos por causa da Lei dos Pretos, isto é, para serem estes considerados livres”. José de Colônia, além de confirmar a motivação de roubos de pólvora e munição, afirmou que realizaram tal levante “para gozarem de sua liberdade, no mocambo onde estavam”. Hermógenes Antônio de Araújo – herdeiro de Miguel de Araújo, da fazenda Santa Maria – fez suas as palavras dos revoltosos ao declarar que “aparecendo-lhe então Daniel escravo do seu irmão Virgílio Francisco de Araújo, disse que eles vinham em procura de sua lei, isto é, de sua carta de liberdade”.<sup>18</sup>

Realizar saques a fazendas e povoados, enviar manifesto e pretenderem ficar libertos ou “gozarem de sua liberdade” são motivações que se articulavam naquele contexto. Prevenção sobre costumeiros ataques as suas aldeias, a possibilidade de enfrentarem *razias* de índios e o ambiente político de guerras internacionais favoreceram essa insurreição. De um lado, autoridades e senhores temiam uma grande revolta. De outro, a guerra do Paraguai e o recrutamento para as tropas e Guarda Nacional significava menos tropas para combater os mocambos. Sem falar das avaliações e expectativas políticas. Martiniano disse que soube no mocambo “que Lopes do Paraguai estava tratando da liberdade deles”.<sup>19</sup>

Com a Guerra do Paraguai em curso e um contingente de negros, ex-escravizados, enviado para a frente de batalha, o medo ganharia outros contornos. Mesmo considerando-se que as “ideias vão se propagando de maneira confusa e vaga pela escravatura da capital e interior”, as autoridades estavam informadas que os negros, – “esta pobre gente” – acreditavam que a “atual guerra tem alguma afinidade com a causa de sua libertação”. Fazendeiros, administradores e feitores também estavam atentos, reclamando “haver se manifestado em seus escravizados um ou qual espírito de insubordinação”.<sup>20</sup> Conexões entre escravizados, senzalas, mocambeiros e população negra urbana aumentavam o volume das denúncias. Numa ocasião, o próprio presidente da província afirmaria

“Nesta capital [São Luís] existem pretos livres, que sabem lê sofrivelmente e á quem não são estranhas as ideias que nestes últimos tempos se tem manifestado em favor da emancipação dos escravizados”.<sup>21</sup> O impacto de ideias revolucionárias e internacionais junto a escravizados e mocambeiros não era novidade no norte do Brasil, áreas do Maranhão e Grão-Pará. Quase um século antes – anos de 1790 – vários temores apareceriam nas fronteiras com a Guiana Francesa. Fugitivos – *maroons* do lado francês e quilombolas do lado do Grão-Pará, América Portuguesa – e escravizados estavam entrando em contato com “a ideia da pretendida liberdade, e igualdade” via emissários e escritos que circulavam.<sup>22</sup> As autoridades portuguesas chegaram a admitir que por ali chegavam notícias internacionais e tudo era “sabido, pelas gazetas que chegam da Europa, e até mesmos os escravos as não ignoram”.<sup>23</sup> Em 1798 falava-se de escritos “que apareceram traduzidos em Português” e suspeitos franceses que tinham “procurado instigar o espírito revoltado, assim entre os negros como entre os índios do Pará” (Lisboa, 1895, p.16; Sá, 1895, p.34).

No Maranhão, em 1867, o momento da eclosão da insurreição de Viana coincide com uma efervescência política em várias partes do Império. Na segunda metade dos anos 1860 aconteceriam diversas discussões e debates parlamentares sobre a emancipação dos escravizados, existia a Guerra do Paraguai e o problema do recrutamento militar, sem falar das “ideias de liberdade” que circulavam. Além disso, chegavam notícias sobre a guerra civil americana e a libertação dos escravizados nos Estados Unidos e as disputas diplomáticas entre Brasil e Inglaterra.<sup>24</sup>

### **Rio de Janeiro, libertos, abolicionistas e republicanos, “educação e instrução que a Lei de 28 de setembro de 1871 lhes concedeu”**

Abordamos agora – num contexto dos debates abolicionistas, confrontos entre libertos e a propaganda republicana – uma Carta da Comissão de Libertos de Paty de Alferes enviada a Ruy Barbosa.<sup>25</sup> Manejando a escrita – recurso ainda privilégio dos raros setores escolarizados –, esses libertos produziram uma carta, reivindicando escolas para as crianças, filhas de mães de Ventre Livre desde 1871. Sugeriam percepções políticas próprias sobre mudanças na estrutura da sociedade que agora – definitivamente – não teria mais senhores e nem escravizados. Com a alfabetização das crianças, em um futuro próximo poderiam votar, e assim, participar da vida política, uma vez que o critério para participar do processo eleitoral era ser alfabetizado, especialmente depois da reforma eleitoral de 1882.

A Carta Escrita pela Comissão de Libertos de Paty de Alferes é mais um dos raros documentos, no qual podemos ouvir a voz dos escravizados ou a expressão de suas vontades. Em abril de 1889, ou seja, quando no Vale do Paraíba ainda pairavam ventos escravistas, um grupo de homens negros resolve escrever uma carta para Rui Barbosa. São eles: Quintiliano Avellar – assinalado ao lado como “preto” talvez sugerindo ser um velho africano – Ambrósio Teixeira, João

Gomes Batista, Francisco de Salles Avellar, José dos Santos Pereira, Ricardo Leopoldino de Almeida e Sergio Barboza dos Santos. Quem eram? Todos libertos? A partir do 13 de maio ou libertos antes, por alforrias? O que sabemos é que formavam a “Comissão de Libertos de Paty de Alferes”. E assim se dirigiam ao “grande cidadão Ruy Barbosa”, solicitando ajuda para obterem “educação e instrução” para a população negra – especialmente as crianças (“os nossos filhos”) e pedindo “o auxílio da invejável ilustração e do grande talento” daquele jornalista, abolicionista e republicano.

A terminologia “Comissão” para “Libertos de Paty de Alferes” sugere uma avaliação política e uma expectativa em comunidade de se pronunciar. Essa carta não pode ser lida isoladamente. Mas dentro de contexto mais amplo – político e temporal – onde há evocações ao Fundo de Emancipação e a Junta classificadora de escravos. Esses mecanismos – da década de 1870 – foram criados para promover a emancipação gradual da escravidão. Rui Barbosa foi um dos políticos que ganharam a cena, pois comandou o Fundo de Emancipação e também participou dos debates sobre a Lei do Ventre Livre. A Comissão ao endereçar tal carta a ele, certamente identificava seu prestígio e liderança política, especialmente no tocante ao debate sobre o Fundo de Emancipação. Destacariam os libertos, que Rui Barbosa tinha sido um “verdadeiro defensor do povo” além de ser “entre os jornalistas” o que “assumiu posição definida e digna” sobre os “acontecimentos, que vieram enlutar nossos corações de patriotas”. No caso, a lei de 28 de setembro de 1871 nunca fora posta em execução quanto à parte que tratava da educação dos ingênuos. O estudo de Dauwe (2004) faz coro às expectativas dos Libertos de Paty de Alferes, ao analisar como os dispositivos legais ficaram incompletos, assim como o de Assis ao abordar o Fundo de Emancipação, mostrando os mecanismos que permitiram aos fazendeiros auferirem lucro (Assis, 2013). Percepções políticas sugeridas nessa carta abrem portas para caminhos que podem se cruzar. Antes da abolição, especialmente nas décadas de 1870 seria possível pensar como os escravizados podiam acompanhar os debates políticos nos seus próprios termos e percepções. Em 1877 – em Campos dos Goitacazes, norte fluminense – investigações sobre rumores de uma insurreição indicaram que o líder do plano de revolta era um escravo crioulo alfabetizado que ia à Cidade, que ficava próxima daquela fazenda, comprar o “monitor e outras folhas incendiárias”, as quais lia e transmitia aos outros escravos as notícias relacionadas às discussões publicadas em torno da emancipação do elemento servil. Escravizados ali poderiam estar bem informados, através de jornais que alguns poucos cativos crioulos alfabetizados liam, das principais discussões políticas da ocasião que lhes poderiam interessar quanto à conquista da liberdade, no caso, o fundo de emancipação.<sup>26</sup> Também essa carta lança luzes sobre as expectativas daquele contexto de imediata abolição, temores sobre um Terceiro Reinado, propaganda republicana e confronto entre libertos, republicanos e monarquistas a partir da *Guarda Negra*.<sup>27</sup> A Comissão dos Libertos de Paty de Alferes fazia essa denúncia pois protestava “contra o meio indecente de que

o governo quer lançar mão” dos impostos e nada faziam visando a educação e instrução que a Lei de 28 de setembro de 1871” tinha garantido a partir da contínua cobrança do “imposto de 5% adicionais”, um “imposto decretado para o fundo d’emancipação dos escravos” para que se “reverta para a educação dos filhos dos libertos” (Pena, 2001).

Para uso político nos debates de monarquia *versus* república, a carta foi publicada em diferentes jornais.<sup>28</sup> Abria-se fogo contra o governo, acusando-o de desonesto por cobrar impostos, com o objetivo de educar os ingênuos. Alegavam também a existência de um conluio que procurava retardar o cumprimento da Lei do Ventre Livre na freguesia de Paty de Alferes em Vassouras. A imprensa era uma arena, na qual diferentes grupos por meio dos periódicos disputavam os corações e mentes. Escrita em 1889, a Carta da Comissão de Libertos de Paty de Alferes se debruçava sobre um imediato passado presente. Ao olhar para trás, libertos – quiçá velhos africanos – avaliavam o fim da escravidão e seus efeitos sociais, econômicos e políticos. A abolição chegara em 1888, contudo, não alterou a realidade de forma imediata (Alonso, 2015; Azevedo, 1988, p.38-65). Mesmo livres, a luta pela democratização da terra, do acesso à educação ainda conformava o horizonte dos negros na pós-abolição. Eram dias difíceis aqueles vividos na freguesia de Paty de Alferes em Vassouras (Stein, 1990). Havia mais problemas do que soluções. Mais do que resposta, os diálogos e questões evocadas na carta elaborada pela Comissão de Libertos indicam expectativas e avaliações das comunidades negras rurais, representando também sonhos e projetos de vida, que podiam ser ou não escritos no papel, mas estavam inscritos no dia a dia. Era necessário lutar pela escolarização das crianças, da mesma maneira com a qual se lutou pela liberdade. Essa carta da Comissão de Libertos tentava dizer – e disse – que havia uma longa história e batalhas para educar seus filhos e ter escolas.

\* \* \*

Papéis, mentes, tintas, corações, pensamentos e letras. Escritos que nos permitem adentrar – de modo direto ou não – as vontades expressas pelos próprios escravizados e recém-libertos (Morais, 2007, p.493-550; Oliveira, s. d., p.189-220). Isso pelas linhas e organização da sintaxe dos medos, desejos, negociações, lutas, expectativas – inúmeras formas de protagonismo – que reorganizavam africanos, crioulos, livres, libertos ou escravizados nas diferentes sociedades escravistas no Atlântico. A circulação de saberes e expectativas vai além do campo das ideias – apresentada por meio da escrita, supostamente dos escravizados. Certamente o papel desempenhado pelos jesuítas em suas fazendas corroborou na formação de indivíduos – por meio da catequese, da instrução e formação nos diferentes ofícios importantes para a sobrevivência no mundo colonial e, quiçá, do letramento – construindo nichos diferenciados de escravidão no mundo atlântico. Mas para os espaços leigos, petições, tratados e cartas com diferentes proposições faziam insurgir novos lugares sociais e percepções,

muitos das vezes sacralizados. Aproximar horizontes de escrita, escolarização, letramento, escravidão e pós-emancipação podem abrir caminhos de interpretação sobre outros universos da sociedade escravista. Poderemos adentrar espaços invisíveis dos sentidos de escravidão e liberdade, onde os lugares ocupados pela escrita podem ter garantido a liberdade, mesmo sendo ela a manutenção de direitos costumeiros, a negociação em conflitos cotidianos e exigências que envolviam os mundos do trabalho. Num mundo cercado de escravidão dominar a escrita e a leitura poderiam significar mais do que sobrevivência. Produzia-se diálogos entre sons silenciados (Zaeck, 2003, p.24-39). No caso dos africanos islamizados, a voz dos temores – insurreições e planos – não ficou rouca. Os “escritos árabes” foram transformados na antinomia, motivos de desconfiança e repressão. No Maranhão, letramento e escrita significariam conexão. Onde ventos locais não encalharam ideias entre margens atlânticas, mas sim percepções ancoraram e logo desembarcaram. Noticiários internacionais veiculados pela imprensa assim como a correspondência policial freneticamente trocada não impuseram formas, pensamentos ou apropriação de ideias, muitos menos controlaram avaliações. Re-demarcariam significados atlânticos de emancipação e liberdade em permanentes reconstruções.

Não por acaso os libertos que assinaram a Carta endereçada a Ruy Barbosa em 1889 explicitam desejos, não para si, mas para seus descendentes. Utilizar a conjuntura política na argumentação para requerer educação para seus filhos, bem como informar seu papel no processo de libertação e fim da escravização – posto compreenderem “perfeitamente que a libertação partiu do povo que forçou a coroa e o parlamento a decretá-la” – indicam que o domínio dos códigos de escrita e leitura podiam auferir ganhos. Os libertos de Vassouras estavam a defender outro modo de ler a Lei Áurea, isso 11 meses após a mesma ter sido assinada pela então regente Isabel. Na Carta dos libertos tais domínios tinham significados ampliados e dialógicos, pois afirmavam: “para fugir do grande perigo em que corremos por falta de instrução” dessa forma a solicitavam “para nossos filhos e para que eles não ergam mão assassina, para abater aqueles que querem a República, que é a liberdade, igualdade e fraternidade”. Alusão feita ao lema da Revolução Francesa demonstra o quanto eram reais e relevantes os medos sociais envolventes.

Conheciam – qual seja avaliavam – o temor de parcela da sociedade acerca de possíveis confrontos entre libertos, monarquistas, republicanos, fazendeiros, brancos e negros? Naquele contexto, dominar os códigos de leitura e escrita estava para além dos mundos do trabalho, era muito mais que uma moeda de troca. Tentava-se num sentido dialógico avaliar, interceder, negociar e refletir sobre as dimensões de liberdade formal, das expectativas de cidadania e do controle sobre os seus corpos, famílias e futuro.

## Notas

- 1 Este artigo apresenta os primeiros resultados do projeto “Escrita, escolarização, cor e letrados no Brasil da escravidão e da pós-emancipação (1860-1908) as experiências de escravizados, libertandos, libertos e seus descendentes”, Edital Universal do CNPq que reúne diversos pesquisadores da História da Escravidão e História da Educação. Também algumas idéias finais para este texto apareceram quando discutimos com os alunos – neste primeiro semestre de 2019 – escritos dos escravizados no curso “Escravidão e Pós-abolição: historiografia e construção de memórias”, na graduação da PUC-RJ e na aula pública “Escravidão, escrita e experiências intelectuais”, na Universidade das Quebradas, no IFCS-UFRJ, 6 de junho de 2019. Flavio Gomes agradece aos colegas André Botelho, Heloisa Buarque de Holanda e Numa Ciro pelo convite para ministrar esta aula.
- 2 Ver as contribuições mais recentes de Barbosa (2016) e Wissenbach (2012).
- 3 Para o caso mais conhecido temos a carta de Esperança Garcia, escravizada no Piauí num documento publicado por Luiz Mott na década de 1980, ver Mott (1985). Para um bilhete de um suicida escravizado na Bahia, ver Ferreira (2004, p.197-244). Agradecemos a João Reis por ter me chamado atenção para este artigo
- 4 Para o contexto socioeconômico, ver Barickman (2003).
- 5 Arquivo Nacional, Série Polícia da Corte, Fundo IJ6, maço 170, Ofício do Chefe de Polícia da Corte enviado ao Ministro da Justiça, 27.02.1835; Códice 334, Correspondência Reservada recebida pela Polícia, Ofício do Ministro da Justiça enviado ao Chefe de Polícia da Corte, 01.11.1835, fl. 14 v.
- 6 BNRJ, Relatório do Ministro da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa da Província do Rio de Janeiro, ano de 1835 (rolo microfilmado); Arquivo Nacional, Códice 334, Correspondência citada, Ofícios do Ministro da Justiça enviados ao Chefe de Polícia da Corte, 18.5.1835, 11.12.1835, 18.12.1835 e 22.12.1835, fls.12v, 13v, 16, 18 e 18v.
- 7 Arquivo Nacional, Fundo GIF1, pacote 5 B 515, Carta denúncia anônima, sem data; Série Polícia da Corte, Fundo IJ6, maço 170, Ofícios do Juiz de Paz do primeiro Distrito de São José enviados ao Chefe de Polícia da Corte, 25.01.1836 e 12.02.1836 e Ofício do Chefe de Polícia da Corte enviado ao Ministro da Justiça, 20.02.1836 e Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo PP, coleção 80, Ofício do Juiz de Paz da Vila de São João do Príncipe enviado ao Vice-Presidente da Província (RJ), 30.5.1835.
- 8 Para as repercussões do Haiti no Brasil ver o estudo pioneiro de Mott (1982, p.55-63). Ver também Gomes (2002) e Morel (2018).
- 9 Arquivo do Itamarati, Missões Diplomáticas Brasileiras, Ofícios Reservados (Inglaterra), Códice 217-3-3, Ofício do Agente Consular do Brasil em Londres enviado ao Ministério dos Estrangeiros, 2.9.1835 e Arquivo Nacional, Códice 334, Correspondência Reservada recebida pela Polícia, Ofícios do Ministro da Justiça enviados ao Chefe de Polícia da Corte, Ofícios, 2.9.1835, 1.11.1835, fls.14v, 15 e 15v.
- 10 Arquivo Nacional, Fundo GIF1 pacote 5 F 255, 27.7.1841. Este documento encontra-se citado também em Chalhoub (1988, p.83-105).
- 11 Arquivo Público do Estado do Pará, Caixa 79, Ofícios sobre a questão de Limites (1841-1849), Ofício de 21.2.1849.



- 12 Ver Linebaugh, 1983-1984, p.43, e réplica crítica de Sweeny (1988, p.205-19 e 221-31) e Scott (1986, p.307); Jordan (1992, p.197) e Hunt (1988, p.119) citado por Gilroy (1993; ed. brasileira, 2001, p.53).
- 13 Arquivo Público do Maranhão, Abaixo-assinado dos lavradores e negociantes do município de Pinheiro enviada ao Presidente da Província Franklin Américo de Meneses Dória, em 4.10.1867. A maior parte da documentação a respeito da insurreição de Viana, em 1867 encontra-se transcrita (alguns ofícios e interrogatórios apenas parcialmente) no livro de Mundinha Araújo (1994). Ver ainda Reis (1995-1996, p.14-39).
- 14 Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Série Presidentes de Província (MA), Fundo, IJ1 754, Ofícios de Presidentes de Província/Maranhão (1863), Ofício do Presidente de Província Francisco Primo de Sousa Aguiar enviado ao Ministro do Justiça, Conselheiro Francisco de Paula Negreiros Sayão Lobato, 17.10.1861.
- 15 Arquivo Público do Estado do Maranhão, Auto de Perguntas do preto Vicente, escravo de Dona Anna Padilha realizado em Viana, 18.7.1867 apud Araújo (1994, p.158-9).
- 16 Arquivo Público do Estado do Maranhão, Carta dos *mocambeiros* enviada da Fazenda Santa Bárbara ao delegado e comandante do Destacamento de Viana, 10.7.1867 apud Araújo (1994, p.33-4).
- 17 Arquivo Público do Estado do Maranhão, Auto de Perguntas do preto Benedito, escravo do Alferes Militão Felipe Nunes realizado em Viana, 17.7.1867 apud Araújo (1994, p.174-5).
- 18 Arquivo Público do Estado do Maranhão, Auto de Perguntas do preto Vicente, escravo de Dona Anna Padilha realizado em Viana, 18.7.1867 apud Araújo (1994, p.176-7); Auto de Perguntas da preta Pulchéria, escrava de Francisco Mariano Ferreira do Amaral realizado em São Bento, 19.9.1867 (ibidem, p.178); Auto de Perguntas do preto José de Colônia, escravo de Dona Mariana Porfria Pinheiro realizado em São Vicente Ferrer, 5.10.1867 (ibidem, p.178) e Auto de Perguntas de Hermógenes Antônio de Araújo realizado em Viana, 27.7.1867 (apud ibidem, p.178).
- 19 Arquivo Público do Estado do Maranhão, Auto de Perguntas do preto Martiniano, escravo de Fidelles de Abreu realizado em Viana, 18.7.1867 apud Araújo (1994, p.175).
- 20 Arquivo Público do Estado do Maranhão, Fundo: Presidência da Província, Série: Delegacias/Chefes de Polícia, Ano: 1865, Ofício de 13.9.1865, Ofício de 29.9.1865 e Ofício do delegado de Polícia Joaquim Simplíciano Nunes Lisboa enviado ao Chefe de Polícia, 24.10.1865.
- 21 Arquivo Público do Estado do Maranhão, Fundo: Presidência da Província, Série: Delegacias/Chefes de Polícia, Ano: 1865, Ofício de 13.9.1865.
- 22 Arquivo Histórico do Itamaraty, Documentação Rio Branco, Códice 340-1-3, Ofícios de 1.3.1791 e 8.7.1792.
- 23 Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Códice Arq. 1, 1, 4, Conselho Ultramarino, v.4, fl.184, 184v e 185, Ofício de 3.4.1796.
- 24 Para estudos recentes sobre as repercussões da guerra civil no Brasil e expectativas de projetos imigrantistas, ver Brito (2014); Miranda (2017) e Sampaio (2014).
- 25 Essa carta encontra-se localizada no Arquivo particular de Rui Barbosa, na Fundação Casa de Rui Barbosa. Flávio Gomes teve contato com ela a partir da pesquisa de Wlamyra Albuquerque em 2001 (ver Albuquerque, 2009; e Machado, 2014).

- 26 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Ofício do delegado de polícia de Campos ao chefe da polícia da província, 12.5.1877 e *Gazeta de Campos*, 19.1.1877, Citado em Oscar (1985, p.74).
- 27 A respeito da Guarda negra, ver Antunes (2019); Daibert (2004); Gomes (2011); Gomes (1991, p.75-96); Miranda (2006); Schwarcz (2007) e Trochin (1988, p.298).
- 28 Para um debate sobre republicanos negros, ver Albuquerque (2014, p.42-62), Domingues (2014, p.121-54).

## Referências

- ALBUQUERQUE, W. R. de. *O jogo da dissimulação; abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.
- ALBUQUERQUE, W. “É a paga!” Rui Barbosa, os capangas e a herança abolicionista (1889-1919). In: DOMINGUES, P.; GOMES, F. dos S. (Org.) *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014.
- ALONSO, A. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868- 1888)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.
- ANTUNES, L. de L. *Sob a Guarda Negra: abolição, raça e cidadania no imediato pós-abolição*. Niterói, 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.
- ARAÚJO, M. *Insurreição de escravizados em Viana – 1867*. São Luis: Sioge, 1994.
- ASSIS, C. da C. L. de. *Fundo de emancipação e família escravas: o município neutro na lei de 1871*. Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.
- AZEVEDO, C. M. M. de. Batismo da liberdade: os abolicionistas e o destino do negro. *Histórias, Questões e Debates*, v.9, n.16, p.38-65, 1988.
- BARALT, G. A. *Esclavos rebeldes. Conspiraciones y Sublevaciones de esclavos en Puerto Rico (1795-1873)*. Porto Rico: Edições Hurucan, 1981.
- BARBOSA, M. *Escravos e o mundo da comunicação. Oralidade, leitura e escrita no século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2016.
- BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano. Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRITO, L. da C. *Impressões norte-americanas sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista*. São Paulo, 2014. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.
- CARDOSO, C. F. S. *Escravo ou camponês? O proto campesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARVALHO, M. J. M. “Que crime é ser cismático?” As transgressões de um pastor negro no Recife patriarcal, 1846. *Estudos Afro-Asiáticos*, n.36, p.108-9, 1999.
- CASTRO, A. B. de. A Economia Política, o capitalismo e a escravidão. In: AMARAL LAPA, J. R. (Org.) *Modos de produção e realidade brasileira*. Petropólis: Vozes, 1980.

- CHALHOUB, S. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na Cidade do Rio. *Revista Brasileira de História*, v.8, n.16, p.83-105, 1988.
- COSTA, E. V. da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue*. A Rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- CROUZEILLES, C. A. A vida cotidiana dos escravos nas estâncias jesuítas de Córdoba. In: AMANTINO, M.; ENGEMANN, C.; FLECK, E. C. (Org.) *A Companhia de Jesus na América por seus Colégios e Fazendas*. Aproximações entre Brasil e Argentina (século XVIII). Rio de Janeiro: Garamond, 2015. p.73.
- DAIBERT JUNIOR, R. *Isabel: a Redentora dos escravos*. São Paulo: Edusp, 2004.
- DAUWE, F. *A libertação gradual e a saída viável: os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos*. Niterói, 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.
- DOMINGUES, P. Cidadania levada a sério: os republicanos de cor no Brasil. In: DOMINGUES, P.; GOMES, F. dos S. (Org.) *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014.
- FALCON, F. C.; NOVAIS, F. A. A extinção da escravatura africana em Portugal no quadro da Política econômica pombalina. In: *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo, 1973, p.405-25.
- FERREIRA, J. Por hoje se acaba a lida”: suicídio escravo na Bahia (1850-1888). *Afro-Asia*, CEAO-UFBA, n.31, p.197-244, 2004.
- FLECK, E. C. D.; POLETTO, R. Os Colégios e boticas da Companhia de Jesus como centros de formação intelectual e de difusão da cultura científica na América Platina Setecentista. In: AMANTINO, M.; ENGEMANN, C.; FLECK, E. C. (Org.) *A Companhia de Jesus na América por seus Colégios e Fazendas*. Aproximações entre Brasil e Argentina (século XVIII). Rio de Janeiro: Garamond Editora, 2015. p.143-81.
- GILROY, P. *The Black Atlantic*. Modernity and Double Consciousness. London: s. n., 1993.
- \_\_\_\_\_. *Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Ed. da Universidade Cândido Mendes, 2001.
- GOMES, F. dos S. No meio das águas turvas – racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte Imperial (1888-1889). *Estudos Afro-Asiáticos*, n.21, p.75-96, 1991.
- \_\_\_\_\_. Experiências transatlânticas e significados locais: ideias, temores e narrativas em torno do Haiti no Brasil Escravista. *Tempo*, v.13, n.1, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A Hydra e os pântanos*. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil escravista (sécs. XVII-XIX). São Paulo: Polis. Ed. Unesp, 2005.
- \_\_\_\_\_. “No meio das águas turva”: raça, cidadania e mobilização política na cidade do Rio de Janeiro – 1888-1889. In: GOMES, F. dos S.; DOMINGUES, P. (Org.) *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- GOMES, F. dos S.; SOARES, C. E. L. “Com o pé sobre um vulcão”: africanos Minas, identidades e a repressão antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840). *Estudos Afro-Asiáticos*, n.23, p.336-78, 2001.

- GOENDER, J. Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.13, n.1, p.7-39, 1983.
- HUNT, A. N. *Haiti's Influence an Antebelum America*. Baton Rouge; London: Louisiana State University Press, 1988.
- JORDAN, W. D. *Tumult and Silence at Second Creek*. Na Inquiry into a Civil War Slave Conspiracy. Baton Rouge; London: Louisiana State University Press, 1992.
- LARA, S.; HUNOLD, O. Compromisso impossível. São Paulo, s. d. (Mimeo.)
- LAVIÑA, J. Revolucion Francesa o miedo a la negritud? Venezuela, 1790-1800. *Revista de História de América*, jul.-dez. 1991.
- LINEBAUGH, P. Todas as Montanhas Atlânticas estremeceram. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.3, n.6, p.43, 1983-1984.
- LISBOA, M. M. *Memória sobre os Limites com a Guiana Francesa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.
- MACHADO, H. F. *Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da UFF, 2014.
- MANIGAT, L. F. The Relationship between Maronage and Slave Revolts and Revolution in St. Domingue-Haiti. In: RUBIN, V.; TUDEN, A. *Comparative Perspectives on Slavery in New World Plantation Societies*. New York, 1977. v.292, p.420-38.
- MC FARLANE, A. Cimarones and Palenques: Runaways and resistance in Colonial Columbia. *Slavery & Abolition*, v.6, n.3, p.146-47, 1985.
- MIRANDA, C. M. A. *Repercussões da Guerra Civil Americana no Destino da Escravidão no Brasil (1861-1888)*. São Paulo, 2017. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.
- MIRANDA, C. M. *Guarda Negra da Redentora: verso e reverso de uma combativa associação de libertos*. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.
- MORAIS, C. C. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850. *Revista Brasileira de Educação*, v.12, n.36, p.493-550, 2007.
- MOREL, M. *A Revolução no Haiti e o Brasil escravista*. O que não deve ser dito. Rio de Janeiro: Paco Editorial, 2018.
- MOSCOSO, F. Formas de Resistência de Los Esclavos en Puerto Rico Siglos XVI-XVIII. *América Negra*, n.10, p.31-48, 1995.
- MOTT, L. R. B. A Revolução dos Negros do Haiti e o Brasil. *História: Questões e Debates*, v.3, n.4, p.55-63, 1982.
- MOTT, L. R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petronio Portela, Governo do Estado do Piauí, 1985.
- MOURA, C. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- OLIVEIRA, K. Textos de escravos no Brasil oitocentista: os tempos de uma edição filológica e de uma antologia comentada de alguns fatos linguísticos. *Filologia E Linguística Portuguesa*, p.10-11, 189-220, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i10-11p189-220>>.

- OSCAR, J. *Escravidão e engenhos*. Campos, Macaé, São João da Barra e São Fidélis. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985.
- PENA, E. S. *Pajens da Casa Imperial*. Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- REICHERT, R. *Os Documentos árabes do Arquivo Público do Estado da Bahia*. Editados, traduzidos e comentados por Rolf Reichert. Série Documentos, número 9, Centro de Estudos Afro-Orientais, UFBA, 1970. p.2
- REIS, J. J. Resistência escrava em Ilhéus. *Anais do Arquivo Público da Bahia*, n.44, p.285-97, 1979.
- \_\_\_\_\_. Resistência escrava na Bahia. “Podemos brincar, folgar e cantar...”: O Protesto escravo na América. *Afro-Asia*, CEAO-UFBA, n.14, p.107-22, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Rebelião Escrava no Brasil*. A história do levante dos malês (1835). São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. *Afro-Ásia*, CEAO-UFBA, n.15, p.100-26, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Slave Rebellion in Brazil*. The Muslim Uprising of 1835 in Bahia. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993.
- \_\_\_\_\_. Quilombos e Revoltas escravas no Brasil – “Nos achamos em campo a tratar da liberdade”. *Revista USP*, v.28, p.14-39, 1995-1996.
- \_\_\_\_\_. *Rebelião Escrava no Brasil*. A história do levante dos malês em 1835. Edição revista e ampliada. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- SÁ, M. J. M. da C. *Compêndio Histórico do ocorrido na Demarcação dos Limites do Brasil do lado da Guiana Francesa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.
- SAMPAIO, M. C. S. C. *Não diga que não somos brancos*. Os Projetos de Colonização do Governo Lincoln na Perspectiva do Caribe, América Latina e Brasil. São Paulo, 2014. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.
- SCHWARCZ, L. M. Dos males da dádiva: sobre as ambigüidades no processo da Abolição brasileira. In: GOMES, F. dos S.; CUNHA, O. M. G. (Org.) *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas. 2007.
- SCHWARTZ, S. B. Resistance and Accommodation in Eighteenth-Century Brazil: The Slaves view of Slavery. *Hispanic American Historical Review*, v.57, n.1, p.69-81, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Segredos internos: engenhos e escravizados na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- SCOTT, J. S. *The Common Wind*: Currents of Afro-American Communication in the era of The Haitian Revolution. 1986. Thesis (PHD) – Duke University, 1986.
- SILVA, E. Entre Zumbi e Pai João: o escravo que negocia. *Jornal do Brasil*, 18.8.1985, Caderno Especial, p.3.
- STEIN, S. *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- SWEENEY, R. Outras canções de Liberdade; Uma crítica de “Todas as Montanhas Atlân-

tas Estremeceram. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.8, n.16, p.205-19 e 221-31, 1988.

TAYLOR, C. Planter Comment Upon Slave Revolts in 18 th Century Jamaica, *Slavery & Abolition*, v.3, n.3, p.249, 1982.

THOMPSON, E. P. La economía “moral” de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In: *Tradicón, Revuelta y Consciencia de Clase*. Estudios sobre la crisis de la sociedade preindustrial. Barcelona: Editorial Critica, 1979. p.62-134.

TROCHIN, M. R. The Brazilian Black Guard: racial conflict in pos-abolition Brazil. *The Americas*, v.XLIV, n.3, p.298-90, 1988.

TROUILLOT, M.-R. Culture in the Edges: creolization in the plantation context. *Plantation Society in the Americas*, v.V, n.1, p.8-28, 1998.

WISSENBACH, M. C. C. Teodora Dias da Cunha: construindo um lugar para si no mundo da escrita e da escravidão. In: XAVIER, G.; FARIAS, J.; GOMES, F. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-Emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

ZAECK, N. Voices and silences: the problem of slave testimony in the English West Indian Law Court. *Slavery & Abolition*, v.24, n.3, p.24-39, 2003.

*RESUMO* – Neste artigo analisamos alguns textos coletivos produzidos por escravos e libertos. A partir do Tratado do Engenho de Santana da Capitania da Bahia (1789), dos papéis encontrados com africanos islamizados e suas repercussões na Corte Imperial (1835 e 1836), da declaração dos revoltosos mocambeiros em Viana, Maranhão (1867) e da carta da Comissão de Libertos enviada a Ruy Barbosa, no Rio de Janeiro (1889) analisamos as expectativas e as vontades expressas dos próprios escravizados e recém-libertos a partir de escritos, letramento e circulação de saberes. Consideramos os sentidos e significados da escrita nesses episódios, na garantia pela liberdade, na manutenção de direitos costumeiros, na negociação de conflitos cotidianos e nas percepções da sociedade escravista.

*PALAVRAS-CHAVE*: Protesto escravo, Temores e letramento de escravizados e libertos.

*ABSTRACT* – In this article we analyze some collective texts produced by slaves and freedmen. Based on the Treaty of Santana of the Captaincy of Bahia (1789), the papers found with Islamized Africans and their repercussions in the Imperial Court (1835 and 1836), the declaration of the rebellious mocambeiros in Viana, Maranhão (1867) and the Commission of Libertos sent to Ruy Barbosa, Rio de Janeiro (1889), we analyze the expectations and wishes of slaves and freedmen expressed in their writings, literacy studies and circulation of knowledge. We consider the various meanings of writing itself in these episodes and in the guarantee of freedom, the maintenance of customary rights, the negotiation of daily conflicts and the perceptions of a slave-bound society.

*KEYWORDS*: Slave revolt, Fears and literacy studies of slaves and freedmen.

*Iamara da Silva Viana* é doutora em História (UERJ), professora do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com pós-doutorado na UFRJ. @ – ia.sviana@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-7290-4995>

*Alexandre Ribeiro Neto* é doutor em Educação (UERJ) e professor da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.  
@ – aleribeironeto@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0001-5133-6610>

*Flávio Gomes* é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do CNPq. @ – escravo@prolink.com.br / <https://orcid.org/0000-0002-2386-7040>

<sup>I</sup> Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

<sup>II</sup> Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

<sup>III</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Brasil.

Recebido em 17.6.2019 e aceito em 25.7.2019.





# Narrativas de mulheres escravizadas nos Estados Unidos do século XIX

MARIA CLARA CARNEIRO SAMPAIO<sup>I</sup>

e MARÍLIA B. A. ARIZA<sup>II</sup>

## Narrativas escravas: história e literatura

**N**OS ESTADOS UNIDOS e no Reino Unido, bem como em outros países de língua inglesa, os relatos em primeira pessoa de ex-escravizados constituem um gênero literário de enorme importância histórica chamado *slave narrative* – ou narrativa escrava –, que abarca diferentes tipos de registros autobiográficos de mulheres e homens africanos ou afrodescendentes submetidos ao tráfico e/ou à escravidão atlântica. Publicadas desde o fim do século XVIII – caso da célebre autobiografia de Equiano, *The Interesting Narrative of the life Olaudah Equiano, or Gustav Vassa, the African* (Equiano, A Interessante Narrativa da Vida de Olaudah Equiano, ou Gustav Vassa, o Africano), texto de enorme sucesso editorial lançado ao público no Reino Unido em 1789 –, as narrativas escravas tiveram grande importância política na construção e expansão dos movimentos abolicionistas no Reino Unido, no Caribe de colonização britânica e nos Estados Unidos (Carreta, 2007, p.240-1). Nos dois lados do Atlântico, os relatos em primeira pessoa que transmitiam os horrores do tráfico e da escravidão nas Américas foram, desde cedo, reconhecidos como ferramentas poderosas de sensibilização social para a causa abolicionista. Surgidas num momento de crescimento e popularização da imprensa abolicionista, essas narrativas caíram nas graças de um amplo público leitor do mundo atlântico de língua inglesa. O sucesso do gênero da narrativa escrava se deu, em larga medida, por combinar, a um só tempo, a militância política a certo tom de aventura e peripécias marítimas aos cenários exotizados dos relatos de viagem, e ao apelo de biografias espiritualizadas, tão caras ao gosto da época (Warren, 2014, p.189). O sucesso editorial dessas narrativas, ainda no século XVIII, estimulou o registro e a publicação de novos relatos e memórias de experiências de escravidão, alimentando o interesse de um crescente e diverso público que consumia cada vez mais escritos dessa natureza.<sup>1</sup>

A partir da década de 1830, a vocação política desses relatos vinculou-se insuperavelmente ao florescimento do abolicionismo atlântico, angariando, além de sensibilidades, fundos para a causa antiescravista; nesse cenário, as nar-

rativas e seus testemunhos das realidades brutais da escravidão se tornaram, conforme argumenta Dickson D. Bruce Jr. (2007, p.28), “os textos mais essenciais do movimento”.<sup>2</sup> De fato, em compêndio recentemente publicado acerca das *slave narratives*, William Andrews (2014, p.220-1) argumenta que, desde a famosa rebelião de Nat Turner, em 1831, as narrativas escravas haviam se tornado o mais popular gênero da literatura afro-americana, superando romances e autobiografias escritas por pessoas negras livres. Contudo, após a vitória do norte sobre o sul escravista na Guerra de Secessão dos Estados Unidos, em 1865, e a aprovação da 13<sup>a</sup> emenda à constituição do país, proibindo a escravidão em todo o território nacional, as narrativas de ex-escravos perderam em parte a relevância política que antes tinham e passaram a atrair público muito mais modesto.<sup>3</sup>

Desse conjunto de obras tão significativas para a cultura literária e os estudos históricos estadunidenses fizeram parte diversas autoras escravizadas e libertas, que registraram em papel memórias de trajetórias acidentadas, porém vitoriosas, rumo à emancipação. O presente artigo tem por objetivo contribuir para a reflexão sobre algumas dimensões das intersecções entre narrativa escrava e gênero. Para isso, foram escolhidas duas obras que narram as experiências de escravidão e liberdade de mulheres afro-americanas do século XIX: Harriet Jacobs, que escreveu uma das mais clássicas obras do gênero, até hoje vastamente lida e pesquisada, e a célebre Harriet Tubman, recentemente cogitada para ter seu rosto estampado na nota de 20 dólares expedida pelo governo dos Estados Unidos.<sup>4</sup>

Publicada em 1861, pouco antes da eclosão da Guerra da Secessão – também referida como Guerra Civil dos Estados Unidos –, *Linda: Incidents in the life of a slave girl seven years concealed in slavery, written by herself* [Linda, Incidentes na Vida de Uma Garota Escrava Escondida por Sete Anos, Escrito por ela mesma] tornou-se o exemplo clássico de narrativa escrava feminina – e, de fato, foi a primeira delas publicada nos Estados Unidos (Jacobs, 2010; Ernest, 2007, p.229-30). Escrita sob o pseudônimo Linda Brent por Harriet Jacobs, que em 1842 fugira de sua Carolina do Norte natal com destino ao estado livre (*free state*) da Pensilvânia, a narrativa atingiu discreto sucesso após sua publicação, sendo incensada pela imprensa abolicionista britânica e americana, mas logo caindo em esquecimento em meio aos tumultos e atribulações trazidos pela guerra.

Jacobs iniciou seu empreendimento literário ainda na década de 1850, quando passou a escrever uma série de cartas anônimas publicadas no jornal *New York Tribune*, nas quais e referia, entre outros temas, à violência sexual que penalizava mulheres escravizadas – questão que seria a pedra fundamental de sua autobiografia, publicada anos depois. Estimulada pela afamada abolicionista Quaker Amy Post – cujo círculo passara a frequentar quando se mudou para Rochester (no estado de Nova York) com seu irmão John Jacobs, com quem estabeleceu um clube de leitura e uma livraria abolicionistas na sobreloja do es-

critório do *North Star*, jornal abolicionista editado por Frederick Douglass – Jacobs reuniu suas memórias da escravidão num relato autobiográfico. Por longo tempo, *Incidentes in the life* foi considerado um romance de ficção e sua autoria atribuída à igualmente ilustre Lydia Maria Child, a quem couberam a introdução e, ao menos oficialmente, a edição do livro. Foi somente com a pesquisa de Jean Fagan Yellin nos anos 1980, que localizou as cartas trocadas por Jacobs, sua biografada, e Post, que a autoria da autobiografia lhe foi restituída e o relato foi incorporado formalmente ao gênero literário narrativa escrava.<sup>5</sup>

Diferente da narrativa de Harriet Jacobs, mulher letrada, as memórias de Harriet Tubman, intituladas *Scenes in the Life of Harriet Tubman* [Cenas na Vida de Harriet Tubman] foram escritas com a intermediação da autora estadunidense Sarah Hopkins Bradford (2012).<sup>6</sup> Publicado pela primeira vez em 1869, o livro refere-se ao fato de que, até aquele momento, Tubman não havia ainda passado pelo processo de alfabetização e, por essa razão, era Bradford quem assinava as memórias (ibidem, p.31). Registradas sempre entre aspas e em desacordo com a norma culta da língua inglesa, supostamente respeitando a forma como Tubman se expressa, numerosas passagens no corpo do texto pretendem reproduzir as exatas palavras da biografada – que, àquele momento, já conquistara notoriedade pela firme e contínua atuação como uma das principais “condutoras” do *Underground Railroad*, ampla rede de abolicionistas que auxiliava a fuga de escravos e escravas do sul (ibidem, p.32).

Por mais de uma década, até o início da Guerra de Secessão em 1861, Tubman dedicou sua vida a atravessar escravos e escravas do sul para o norte e através da fronteira do atual Canadá.<sup>7</sup> Sua coragem e sua inteligência ao longo de sua primeira década de liberdade lhe renderam diversos apelidos e codinomes – um dos mais famosos é *Moses* (ou *Black Moses*), recebido em referência ao personagem bíblico que libertou o povo de Israel da escravidão no Egito. Durante a Guerra de Secessão, Tubman atuou como enfermeira nos *fronts*, como espiã do norte (União) e acompanhou (muitas vezes chefiou) tropas que penetravam fazendas escravistas nos estados do Sul (Bradford, 2012, p.53-9).<sup>8</sup>

As diferenças entre as narrativas de Jacobs e Tubman estendem-se a outros aspectos além da escrita mediada por Bradford. A heterogeneidade das escolhas narrativas adotadas nos dois livros expressa experiências de vida, circunstâncias e projetos políticos diversos, como se procura detalhar à frente. Contudo, a construção de protagonistas de “perfil heroico e fugitivo-rebelde”, como o denomina William Andrews, que se engajam em fugas e lutas pela liberdade e melhores condições de vida, espelha, em ambos os casos, o papel da agência feminina nos empreendimentos pessoais e também na construção de um movimento político abrangente em torno da emancipação (Andrews, 2014, p.222). Nesse sentido, os relatos de Tubman desviam-se do padrão de narrativas escravas pós-Guerra de Secessão, as quais forjam um novo tipo de biografado, algo apaziguado e desvinculado de manifestações mais abertas de enfrentamento à escravidão, como

fugas e rebeldias violentas, aproximando-se do retrato de narradores como Frederick Douglass, Henry Bibb, William W. Brown e a própria Harriet Jacobs, cujos livros vieram a público ainda no chamado *antebellum* (Andrews, 2019, p.121; Reid-Pharr, 2007, p.142).

Nesse sentido, parte-se do princípio de que que tomar as narrativas femininas como documento histórico requer um esforço analítico de dupla natureza, que considere o papel que as elas desempenharam no contexto de acirramento do abolicionismo nos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, contemple seu caráter literário alicerçado na construção de memórias atravessadas pelos imperativos de gênero – aqui entendido, como propõe Joan Scott (1997), como categoria analítica que permite ao historiador escrutinar símbolos culturais e conceito normativos que constituem as relações sociais. Desse modo, conquanto o olhar aqui proposto sobre as histórias de Harriet Jacobs e Harriet Tubman seja historiográfico, ele deve levar em conta dimensões essenciais de um gênero literário em que memória e autobiografia se fundem.<sup>9</sup>

A primeira delas refere-se à necessidade de desvencilhar tais narrativas da expectativa de que a memória seja dotada de propriedades especulares que permitam reproduzir identicamente os fatos vividos numa narrativa impermeável à reinvenção. Essa seria, segundo W. J. T. Mitchell, tarefa irrealizável para o gênero da narrativa escrava em termos objetivos, uma vez que o sujeito narrador é, por definição, alguém que observa a escravidão não mais de seu interior, mas como alguém dela apartado pelas seleções, esquecimentos, reescritas e interferências externas, como o crivo de editores abolicionistas. Longe de reforçar teses que acusam o falseamento das memórias escravas, contudo, Mitchell (1995, p.206) defende o interesse em sua condição de representação simbólica da escravidão, a qual se sobrepõe ao exercício mimético de reprodução exata e estável da escravidão “em si” ou “como foi”.<sup>10</sup> Trata-se, segundo o autor, de compreender os textos em questão como um tipo de narrativa que combina dimensões pessoais e intersubjetivas de memórias que devem proporcionar a representação de individualidades socialmente compartilhadas, encerrando uma contradição fundamental entre os imperativos de esquecer e lembrar – isto é, entre a necessidade pessoal de superação e a necessidade coletiva de afirmação do trauma, ou a imposição de “contar uma história que não deveria ser transmitida” e “dizer o indizível”, como sugere Toni Morrison (2019).

Há de considerar, além disso, as narrativas escravas femininas como parte de um conjunto ampliado de escritas autobiográficas de mulheres afro-americanas, como há décadas propõem estudos que sublinham sua importância na reelaboração de noções da individualidade na literatura americana.<sup>11</sup> Por um lado, tais estudos reconhecem que as escritas femininas em questão desafiam representações tradicionalmente assentadas em modelos masculinos de indivíduo, os quais se afirmam, inclusive, nas narrativas escravas – a expressão máxima dessa proposição e do próprio gênero literário em questão seriam as biografias

de Douglass, que constroem um sujeito biográfico heroico, isolado em seu empreendimento autônomo de emancipação, reiterando o formato dominante da identidade masculina norte americana (Washington, 1988). Por outro lado, os mesmos estudos apontam que as memórias femininas da escravidão tensionam as representações da individualidade feminina branca forjadas no espírito do culto à domesticidade e à *real womanhood* característicos do século XIX, os quais consagravam o recolhimento, a devoção, a pureza e a submissão como as medidas exatas da mulher burguesa, coração da família (Carby, 1989; Fox-Genovese, 1999).

Passando à análise mais detida das memórias das duas Harriets, Jacobs e Tubman, buscamos compreender como essas narrativas convocaram autorrepresentações diferentes, mas igualmente potentes, em que trajetórias individuais de resistência e emancipação dialogam diretamente com o abolicionismo e as especificidades femininas da experiência da escravização (Fulton, 2014, p.253).

### **Gênero, escravidão, memória e identidade**

Quando as memórias de Harriet Jacobs foram publicadas, completavam-se quase vinte anos da fuga que empreendera em 1842, aos 29 anos de idade, depois de sete longos anos escondida no sótão da casa de sua avó em Edenton, cidade costeira da Carolina do Norte. Auxiliada por membros do Philadelphia Vigilant Committee, embarcou para a Pensilvânia deixando o filho mais velho, Joseph, aos cuidados da avó; estabelecendo-se Nova York em 1845, reencontrou a filha mais nova que lá vivia, Louisa. Na cidade, empregou-se como criada e babá da família do escritor e editor Nathaniel Parker Willis e suas duas esposas, Mary Stance e Cornelia Grinnel. Em companhia do irmão John, também fugitivo, tornou-se ativa abolicionista, residindo em Boston e Rochester, integrando a American Anti-Slavery Society e fazendo parte de círculos quaker e garrisonianos frequentados por Amy Post e Frederick Douglass. Mesmo diante do êxito limitado da publicação de sua autobiografia, Jacobs manteve-se intensamente vinculada à militância durante e após a guerra, ocupando-se, entre outras coisas, de denunciar a exploração de refugiados e libertos, engajando-se no trabalho assistencial aos libertos empobrecidos e promovendo a causa da educação de afro-americanos.<sup>12</sup>

Esse impressionante currículo de atuação pública e o profundo engajamento de Jacobs na causa abolicionista encontram expressões diversas em *Incidents in the life*. Lá estão denúncias da crueldade de senhores e senhoras escravistas e da devastação moral acarretada pela escravidão, bem como do racismo reinante nos estados do norte; comparações entre o escravismo e a pobreza dos trabalhadores fabris ingleses; acusações à falsa moral cristã de congregações escravistas; e vivas críticas ao Fugitive Slave Act, aprovado pelo Congresso em fins de 1850, que colocava sob risco a liberdade de Harriet, seu irmão e seus semelhantes nos *free states*. Não obstante essa vinculação explícita à agenda política do abolicionismo, que lhe conferiu entrada numa seara eminentemente pública de disputas,

é do universo da domesticidade e do culto às virtudes femininas a ele associadas que a narrativa de Harriet Jacobs extrai sua força motriz: sua luta por liberdade é, essencialmente, uma luta pelo direito à maternidade, e sua autorrepresentação ao mesmo tempo desafia e incorpora os ideais da feminilidade oitocentista.

Valendo-se da linguagem dos romances sentimentais do século XIX, exemplarmente amalgamada ao abolicionismo no clássico de Harriet Beecher-Stowe, *A cabana do Pai Tomás*, a autora/narradora apresenta seus sofrimentos de mulher escrava. Jacobs rememora uma infância idílica e protegida das agruras habituais da escravidão, vivida ao lado dos pais – um carpinteiro e uma criada doméstica – e do irmão, e interrompida aos seis anos de idade, quando do falecimento da mãe. A partir de então, passaria a viver em companhia de Margaret Horniblow, senhora a quem descreve com tintas afetivas e predicados maternos, e que teria sido a responsável por ensinar-lhe a ler e escrever. Falecida também essa senhora, as provações de Harriet Jacobs, então com 12 anos, teriam início e carreira dramática – legada em testamento à sobrinha de Horniblow, passaria toda a adolescência e início da vida adulta sob perseguição sexual do marido de sua nova proprietária, o médico James Norcom. Na tentativa de escapar a tal violência, Jacobs manteve um relacionamento consensual com o advogado Samuel Tradwell Sawyer – que, em 1837, se tornaria representante do estado da Carolina do Norte no Congresso dos Estados Unidos – tendo com ele dois filhos, Joseph e Louisa. Uma vez que o vínculo com Sawyer não se mostrara impedimento suficiente para as investidas e represálias de Norcom, Jacobs fugiu de seu jugo e escondeu-se por anos no pequeno sótão de sua avó, Molly, mulher liberta, até o momento da fuga definitiva para o norte. Na casa, instalada nas cercanias da propriedade de Norcom e por ele era frequentada com alguma regularidade, viviam seus filhos, de quem Jacobs era obrigada a esconder sua presença.

Desde a atribuição da autoria do livro a Child, ainda na segunda metade do século XIX, a autenticidade de narrativa e narradora foi alvo de contestações. Conforme sugere Jennifer Fleischner, aspectos como o longo confinamento de Jacobs ao exíguo espaço de um sótão onde sequer poderia manter-se em pé, e que, ademais, a expunha à proximidade de Norcom e seus familiares, bem como o relato de uma renitente perseguição sexual que jamais se converteu efetivamente em estupro, despertaram desconfiças.<sup>13</sup> De outra parte, o uso de pseudônimos para nomear a narradora e os demais sujeitos retratados nas memórias despertou debates sobre a viabilidade de estabelecer correspondências precisas entre Harriet Jacobs e Linda Brent, sendo a segunda entendida como personagem literária calcada nas convenções sociais dominantes da época, mais do que representação autobiográfica.<sup>14</sup>

É a própria narradora, não obstante, quem atesta, logo nas primeiras linhas do prefácio, a legitimidade de seu relato, prevenindo os leitores sobre eventuais imprecisões que poderiam, apenas, ter o efeito de minorar os danos trazidos pela escravidão:



*Harriet Ann Jacobs (1813-1897).*

Caro Leitor, tenha certeza de que essa narrativa não é uma obra de ficção. Estou ciente de que algumas de minhas aventuras podem parecer incríveis, mas são, todavia, a verdade, I não exagerei sobre os males impostos pela escravidão; pelo contrário, minha descrição está muito aquém dos fatos. (Jacobs, 2010, p.25)

Tal advertência adquire ampliado sentido quando complementada, ao final do mesmo prefácio, pela declaração das razões que motivavam o registro do relato e pela explícita identificação do público a que o mesmo se destinava:

Não escrevi sobre minhas experiências para chamar atenção [...]. Nem quis causar grandes comiserações para com o meu sofrimento. Mas desejei provocar as mulheres do Norte para se sensibilizassem sobre a condições de dois milhões de mulheres no Sul, ainda escravizadas, sofrendo o que eu sofri ou, como é o caso da maioria, sofrendo coisa pior. (ibidem, p.26)

Reforça-se, assim, a ideia de uma autora/narradora cujas memórias pessoais são revestidas de significados socialmente partilhados, como sugere Mitchell, que registram completa aderência ao enftretamento público da escravidão. Muito embora a disputa minuciosa dos fatos possa interessar a determinadas análises acerca desse tipo de memórias, e conquanto analistas possam eventualmente contestar detalhes da biografia de Jacobs, sua narrativa está profundamente enraizada em realidades que certa historiografia, interessada nas intersecções entre gênero e escravidão, tem desvelado com nitidez cada vez maior: ela se move em torno da violência sexual e da vulnerabilidade da maternidade escrava, aspectos que caracterizaram, em dimensão atlântica, as experiências femininas sob o cativeiro.<sup>15</sup> Desse modo, perguntar-se como Harriet Jacobs narrou sua história na pele de Linda Brent, qual voz escolheu para contá-la e qual público escolheu para ouvi-la, sobre quais aspectos lançou luz e quais manteve na penumbra, importa, aqui, mais do que asseverar a veracidade dos fatos narrados.

Na tarefa de narrar a si e fazer-se representante de outras mulheres escravizadas do sul, é às mulheres brancas do norte que a autora se dirige, e é à sua consciência que apela, buscando estabelecer um solo comum que as irmane e desperte a compaixão diante dos horrores especificamente femininos da escravidão, sintetizados na célebre passagem: “A escravidão é terrível para o homem, mas muito pior para as mulheres” (Jacobs, 2010, p.101). A construção de sua narrativa, assim, persegue representações e discursos de domesticidade, fazendo da intimidade um campo de disputas políticas – e, desse modo, um universo de dimensões públicas.

Contudo, não obstante o intuito de estabelecer identificações entre narradora e leitoras, o relato de Jacobs frequentemente perturba sentidos estáveis das representações e discursos em questão. A devoção religiosa salientada em diversas referências a temáticas ou passagens bíblicas e o registro frequentemente compassivo das perversões morais de homens e mulheres escravistas são ladeados por ácidas críticas à hipocrisia cristã e retratos impiedosos da crueldade de famílias senhoriais degeneradas, licenciosas e de caráter miserável, bem como a referências a insubordinações e protestos escravos, como a revolta de Nat Turner. Numa passagem particularmente explícita, Jacobs afirma:

Com certeza as pessoas de cor constituem a raça mais alegre e inclinada ao perdão na face da terra. Que seus senhores dormem tranquilos sabendo da pureza de seus corações; Ainda assim se comovem menos com o sofrimento dessa gente do que com o sofrimento de um cavalo ou de um cachorro. (ibidem, p.115)

O tensionamento dos predicados da feminilidade normativa oitocentista torna-se ainda mais evidente quando Jacobs refere-se à sexualidade e à maternidade, temas que deslocam a trama de suas memórias e detonam a radicalização da insubordinação da autora/narradora. Conquanto relate ter sido sexualmente perseguida desde os 12 anos de idade, e embora a vulnerabilidade sexual – a sua



própria e a de outras mulheres e meninas escravizadas – seja tema a que retorna com frequência, de forma mais ou menos direta, em nenhuma passagem de *Incidents in the life...* Jacobs se refere explicitamente a um estupro consumado. Os repetidos episódios em que relata resistir briosamente às intenções de Norcom são seguidos de rompantes de ameaças diversas e agressões verbais, mas não resultam em ataques físicos e de caráter sexual.<sup>16</sup> De forma semelhante, também a relação com Sawyer, pai dos seus filhos, é descrita de forma austera, em passagens, como a seguinte, que evidenciam a dura, porém necessária e racional, escolha à que fora submetida após anos de exposição à degeneração de seu assediador:

Por anos, meu senhor fez de tudo para poluir minha mente com imagens sujas para destruir os princípios puros inculcados em mim [...] As influências da escravidão tiveram o mesmo efeito em mim que tiveram em outras jovens; despertaram prematuramente a consciência sobre o mal que paira sobre o mundo. Eu sabia o que eu havia feito e o fiz de forma calculada. (Jacobs, 2010, p.78)

Diversos elementos nesse trecho combinam-se para forjar uma imagem complexa da indefesa virtude das mulheres expostas à escravidão. Espelhando a omissão de relatos de violência sexual mais explícitos, a linguagem indireta que alude à corrupção sexual de mulheres como Jacobs atende à necessidade de retratar a imoralidade resultante da escravidão em termos conformes a uma literatura de propósitos políticos, destinada à ampla divulgação, e a um público para o qual pureza sexual, pudor e honestidade feminina encontravam-se inextricavelmente entrelaçados. Observe-se, contudo, que Jacobs é categórica ao afirmar a opção calculada pela união ilegítima com Sawyer. É fato que, como bem argumenta Walter Johnson (2003), a compreensão da agência escrava deve prevenir-se contra interpretações descuidadas que confundam atuação sobre circunstâncias historicamente determinadas a exercícios de voluntarismo. Em se tratando de um terreno de tantos deslizamentos quanto o que combina sexualidade e poder, as noções de consentimento e escolha devem ser ainda melhor calibradas – e, de fato, Jacobs se refere aos cortejos de Sawyer como aqueles dirigidos por um sujeito “educado e eloquente demais” a uma “pobre menina escrava de 15 anos de idade”.<sup>17</sup> Interessante, assim, é encontrar noutra passagem o reconhecimento explícito das condições específicas sob as quais a moralidade sexual da autora/narradora – e, por extensão, das mulheres escravas – se estabeleciam:

[...] mulheres felizes são aquelas cuja pureza se protegeu desde a infância, que não se tornaram objetos de desejo, cujos lares têm a proteção da lei, não julgue severamente a pobre e desolada jovem escrava! Se a escravidão fosse demolida, eu também teria me casado com o homem de minha escolha.

[...] Ser o objeto de desejo de um homem que não é casado e que não é seu senhor é atrativo para o orgulho e os sentimentos de uma escrava,

se é que sua escravidão ainda lhe permite ter qualquer orgulho ou sentimento. É menos degradante se permitir do que se submeter à força. Há algo de libertador em se ter um amante que não exerce poder sobre você, a não ser o que é decorrente da gentileza e do apego. (Jacobs, 2010, p.78-90)

Em interlocução direta com a leitora aburguesada no norte, sublinhando a agressão à prerrogativas que deveriam assistir às mulheres como um todo e reiterando o constrangimento moral ensejado na relação com Sawyer, Jacobs retrata uma busca virtuosa pela liberdade sobre si mesma e seus próprios afetos. A sexualidade, nesse caso, não está desligada de sentimentos românticos, e, mesmo que a referência a eles acene à possibilidade do controle afetivo masculino, a resistência à coação sexual e o estabelecimento de alguma autonomia sobre o próprio corpo afirmam, em chave diversa, a honra feminina que ela fora impedida pela escravidão de desfrutar.

Ato contínuo, a maternidade emerge como o tema definitivo da obra, deslocando-a da condição de jovem sexualmente assediada, cuja pureza é violada pela escravidão, à de mãe exemplar – a qual, segundo Káren Sanchez-Eppler (1993), substitui a própria castidade. Os traços da sexualização desmoralizante imposta pela escravidão são, a partir de então, suplantados pela construção de uma representação de maternidade imaculada, que movimenta a narrativa e sua autora/narradora em direção à emancipação e ao abolicionismo. Após recusar-se a aceder à proposta de Norcom de fazer dela sua amante, Jacobs é por ele enviada, sem Joseph ou Louisa, à *plantation* em que residia seu filho, Norcom Jr., onde a realidade da escravidão era ainda mais dura do que a que conhecera até então. A altivez com que expressa tal recusa é retratada numa frase que consolida de forma lapidar seu acesso às qualidades da elevação feminina pela via da maternidade: “Eu tinha orgulho feminino e amor de mãe para com os meus filhos” (Jacobs, 2010, p.108).

É somente diante da iminência de que os filhos, até então acolhidos no conforto do lar de sua avó, fossem também levados à *plantation* para castigá-la por seu “mau comportamento”, que Jacobs decide-se por fugir – tornando-se, depois de algum tempo, clandestina na casa que lhe era tão familiar. O limite do sofrimento suportável é estabelecido pelo amor materno: anos de assédio sexual solitário não se comparavam à ameaça do padecimento filial. As memórias narradas, a partir de então, são as de uma mãe que espregueia silenciosamente o crescimento dos filhos e deles se separa para livrá-los dos males da escravidão, esperando que seu desaparecimento provoque o desinteresse de Norcom pelas crianças. Ao comentar as dificuldades de seu confinamento, ela escreve, expressando a devoção e servidão maternas: “A escravidão foi tão longa e penosa para mim que, não fosse a esperança de servir aos meus filhos, a morte teria sido um alívio. Mas para o bem deles, eu estava disposta a continuar enfrentando o cativo” (ibidem, p.127).

As referências aos predicados da maternidade sacralizada cumprem, por certo, a tarefa de restituir Jacobs ao conjunto das mulheres assistidas pelas mais nobres qualidades e direitos femininos, segundo eram entendidos pelo corolário da domesticidade oitocentista, contrariando tanto as representações sexualizadas das mulheres escravizadas quanto aquelas relativas às suas supostas incapacidades maternas.<sup>18</sup> Contudo, essa identidade comum que unia autora a suas leitoras é tensionada por dimensões do sofrimento que, embora fossem entendidos como inerentes à maternidade, agigantava-se sob a escravidão. Diversas são as passagens em suas memórias em que ela contempla a morte como fim menos doloroso à vida de seus filhos e sublinha as preocupações permanentes que acompanhavam as mães escravas, irmanando-se a elas e com elas destacando-se do conjunto idealizado do feminino universal. A cena de reencontro com o filho, que, anos depois, finalmente conseguira alcançá-la e à irmã em Nova York, expressa decisivamente o lapso que nem mesmo o abolicionismo feminino de tons sentimentais poderia transpor: “Caro leitor, você consegue imaginar minha felicidade? Você não pode a não ser que tenha sido uma escrava mãe” (Jacobs, 2010, p.187).

Diferente de Jacobs, Harriet Tubman, ao que consta, não teve filhos biológicos. Nascida entre 1820 e 1822 no estado de Maryland, filha de pais escravos, afirma em sua narrativa que acreditava ter cerca de 25 anos de idade quando fugiu da escravidão e chegou até a cidade da Filadélfia, no estado da Pensilvânia, em algum momento impreciso do fim do mandato de James Polk, que governou os Estados Unidos entre os anos de 1845 e 1849 (Bradford, 2012, p.35).<sup>19</sup> Embora tenha sido casada com um afro-americano livre, quase nada se sabe sobre John Tubman, seu marido. De fato, ele é pouquíssimo mencionado em *Scenes in the Life*; afora menções passageiras a sua saúde frágil, a mais destacada referência feita ao marido trata do momento em que, voltando para a ele reunir-se depois de sua fuga, Tubman encontra-o em companhia de outra mulher (Santamarina, 2007, p.237).

A saúde de Tubman era delicada. Quando menina, alugada por seu senhor aos serviços de terceiros – arranjo bastante frequente em sua vida como escrava –, Tubman sofreu um trauma sério no crânio. Encontrando-se em meio a uma alteração entre um senhor e um escravo, foi atingida na cabeça por um peso de balanças. A partir de então, além de dores intensas e episódios de extrema sonolência que lhe acompanharam por toda a vida, ela também passou a ter sonhos e visões terríveis, assim descritas por Bradford (2012, p.24):

[...] ela jamais fechava os olhos sem imaginar os homens a cavalo e os gritos das mulheres e crianças que eles arrastavam para uma escravidão pior que do que aquela que já conheciam. Harriet foi casada com um negro livre que não só não se importava com seus medos, como ainda a recapturava quando ela tentava escapar. Todas as noites ela gritava “eles estão vindo, estão vindo, tenho que fugir!.

Os dias e meses que se seguiram ao ocorrido foram repletos de tentativas de se vender Tubman, que relata que, em razão do trauma, teve seu valor de mercado bastante diminuído: “Disseram que eu valia nem seis centavos” (ibidem, p.21). Duas irmãs de Harriet já haviam sido vendidas e levadas “aos campos de algodão e arroz acorrentadas a outros escravos” (ibidem, p.22). Os pesadelos e visões em que mulheres e crianças eram arrastadas por cavalos para outra realidade de trabalho escravo, ainda mais terrível do que aquela em que já viviam, parecem ecoar, assim os próprios medos de Tubman de ser vendida e separada de sua família e comunidade – recorrentes, essas separações submetiam mulheres e homens escravizados a uma profunda solidão, expondo-os a novas relações de poder cujos significados era preciso decifrar e, com dificuldade, negociar (Humez, 2004, p.112).

A morte do proprietário de Tubman e sua família fez que os temores relacionados à venda deixassem, ao menos momentaneamente, de assolar seus irmãos e irmãs. Esse efeito, no entanto, não parece ter se estendido a ela: entre a metade e o fim da década de 1840, Tubman fugiu rumo à Filadélfia – o mesmo destino seguido por Harriet Jacobs e por diversos outros fugitivos que buscavam alcançar os *free states* (estados livres). As passagens que tratam de sua fuga não são longas, tampouco detalhadas; registradas com algum lirismo, sobre o qual é difícil precisar se emana das letras de Bradford ou da narração de Tubman, contam que essa, guiada pela Estrela do Norte (Ursa Menor), seguiu a pé pelas matas durante a noite em busca da “linha mágica” que separava “a terra da escravidão da terra da liberdade” (Bradford, 2012, p.28). Transpondo a linha que separava os *slave states* (estados escravistas) dos *free states*, Tubman chegou ao estado da Pensilvânia e, depois, à cidade da Filadélfia (Foner, 1995, p.97-8): “Quando descobri que eu havia cruzado aquela linha (...) olhei para as minhas mãos para ver se eu ainda era a mesma pessoa. Havia tanta glória em tudo, os raios dourados do sol penetravam a copa das árvores e nos campos, senti-me no paraíso” (Bradford, 2012, p.29). A sensação de felicidade, entretanto, logo foi substituída por angústia e desterro:

Ela se sentiu como um prisioneiro que havia cumprido uma pena de vinte e cinco anos na prisão. Ele passara todos os vinte e cinco anos ele pensando em sua casa e naqueles que um dia reencontraria. Quando o dia de sua soltura chega e ele deixa a prisão, ele volta para o lugar de onde tinha vindo, mas seu velho lar já não existe [...] seus amigos e família não estão lá, não a ninguém para recebe-lo. (ibidem, p.29-30)

Ainda que a metáfora do homem que deixa a prisão após cumprir 25 anos de pena e não encontra mais sua antiga casa – ou sua família – possa ser atribuída parcialmente à Bradford, em diversas passagens em que Tubman fala sobre si, seu insulamento físico e emocional e os sofrimentos por ele acarretados ganham tons vivos e explícitos:

Eu havia cruzado aquela linha. Eu era livre; mas não havia ninguém para me receber na terra da liberdade. Eu era uma estranha em uma terra es-



*Harriet Tubman.*

tranha, afinal, meu lar era em Maryland, onde estava meu pai, minha mãe, meus irmãos e irmãs, e meus amigos. Mas eu era livre e eles também deveriam ser. Eu faria do Norte o meu lar para poder trazê-los. (ibidem, p.30)

Embora ocupe poucas páginas, o tema do isolamento da fuga ajuda a iluminar a construção de diferentes registros femininos da busca por emancipação, estabelecendo um interessante paralelo entre as duas Harriets. Com graus de objetividade diversos, ambas as narrativas se reportam à difícil compatibilização dos vínculos afetivos às fugas de mulheres escravizadas. Se, no caso de Jacobs, esse dilema gira, essencialmente, em torno da maternidade e do afastamento dos filhos – que, paradoxalmente, constituem a principal razão de sua partida da *plantation* e retirada para o norte –, na narrativa de Tubman ele se refere à separação da família e, de forma mais velada, mas não menos importante, ao abandono do marido, com quem não compartilha o cativo e a quem precisa deixar para se

libertar. As soluções narrativas encontradas em cada um dos casos para esse problema comum revelam, no entanto, a construção de diferentes representações de si nas memórias escravas dessas mulheres (Abdur-Rahman, 2014, p.242).

Em *Scenes in the life*, as digressões sobre a fuga e as referências breves à separação de parentes e marido combinam-se na descrição de uma personagem solitária, que não tematiza os vínculos amorosos ou a maternidade, cujos esforços em vida são dedicados a enfrentar e construir alternativas à escravidão, não apenas para si, mas, sobretudo, para outros. Depois do episódio da fuga, a narrativa envereda pelas muitas viagens organizadas por Tubman, que possibilitaram a dezenas de escravos e escravas escapar ao cativeiro – embora Tubman tenha lembrança de onze delas, as cartas recolhidas por Bradford apontam pelo menos 19 travessias entre o sul e a fronteira do Canadá. Nesse sentido, as distâncias entre suas memórias e aquelas narradas por Harriet Jacobs tornam-se bastante visíveis. No caso de Jacobs, é o universo dos afetos e da intimidade, tão esmaecido no relato de Tubman, que propõe à luta política pela emancipação. Todo seu sofrimento é, no limite, confortado pelo apoio que recebe de sua extensa rede familiar e de solidariedade, de importância fulcral em sua narrativa, bem como pelos laços do amor materno em nome dos quais ela foge. Em sentido diverso, longe de recorrer ao ideal da domesticidade oitocentista como mote de seu manifesto pela abolição, Harriet Tubman afirma-se, sobretudo, como uma mulher do mundo público, que esposa a militância e encontra, nos muitos escravizados a quem acode, a comunidade antes perdida à escravidão.

Suas memórias esboçam assim, o retrato corajoso, audaz e abnegado de uma verdadeira asceta da abolição, que faz dessa causa e dos anônimos por ela tocados a sua vocação. Essa espécie de espiritualização política encontra interessante expressão no viés religioso de suas memórias – traço comum ao gênero das narrativas escravas, sobretudo as femininas, mas mais pronunciado no relato de Tubman do que no de Jacobs, cuja elevação se dá por meio das virtudes maternas.<sup>20</sup> Sonhos e presságios são interpretados por Tubman, nas passagens em que seu testemunho é apresentado em primeira pessoa, como mensagens recebidas de Deus; as jornadas rumo ao Canadá são descritas como peregrinações “do Egito à terra de Canaã” (Bradford, 2012, p.32). O fato de que Tubman parecia ser a única a circular ileso pelo sul escravista, onde agenciava fugas escravas, é explicado pela própria como ato de graça e proteção divinas:

Perguntava-se frequentemente como era possível que ela não tivesse medo de voltar, ainda mais com uma recompensa imensa para quem a apreendesse; Harriet sempre respondia: “Eu lhe digo, senhora, não era eu, era o Senhor! Eu sempre disse a Ele: “eu confio em Ti, não sei para onde ir ou o que fazer, mas conto com seu amparo, e ele sempre me amparou. (Jacobs, 2010, p.51)

Tal explicação contagiou não apenas a Bradford, como a muitos outros cujas cartas, transcritas e compiladas em *Scenes in the life*, estabelecem testemunhos da

veracidade dos traços assombrosos da trajetória de Tubman.<sup>21</sup> A intrepidez que impressionou a tantos é traduzida, na narrativa de sua vida, em termos que evocam certa transcendência; longe de esvaziarem sua agência, atribuindo-a a forças superiores, porém, elas constroem a representação de uma paladina da abolição cujas qualidades pouco se referem à imagem da mãe sagrada ou heroína do lar.

### **A título de conclusão**

*Incidents in the life* e *Scenes in the life* se distanciam e aproximam em diferentes medidas. Embora compartilhem muitos dos elementos que caracterizam o gênero narrativa escrava, as diferentes opções narrativas que assumem – tanto formais, quanto simbólicas – redundam na construção de memórias da escravidão dotadas de personalidades distintas.

A oposição do registro autobiográfico de Jacobs à escrita mediada do relato de Tubman, que poderia ser definitiva para certa agenda de pesquisas, parece, do ponto de vista da análise aqui proposta, pouco importante. De fato, o letramento de Jacobs e a afirmação explícita de sua autoria não preveniram desconfianças sobre a autenticidade autobiográfica de sua narrativa, do mesmo jeito que a mediação de Bradford não resultou, de forma geral, no descrédito quanto à veracidade dos fatos incríveis da vida de Tubman, figura de proa do abolicionismo estadunidense. Mais do que questionar a legitimidade das memórias em questão, refletir sobre a qualidade das representações evocadas por esses relatos parece maneira mais apropriada de considerar o que eles revelam sobre as possibilidades de narrar a si, contar sua própria história, do ponto de vista de mulheres que viveram a escravização, a emancipação, e se tornaram agentes do enfrentamento à escravidão nos Estados Unidos do século XIX.

Mobilizando experiências femininas ora comuns, ora diversas entre si, as narrativas em questão expressam a construção de identidade que circundam, esgrimem e perturbam discursos e representações normativas da mulher e suas prerrogativas no século XIX. Se, por um lado, a narrativa de Jacobs vale-se de repertório mais convencional dos motivos femininos, seu retrato da mulher escrava e a caminho da emancipação é, muitas vezes, mais provocativo do que aquele apresentado por Tubman. Ao mesmo tempo em que atrai o interesse das leitoras brancas do norte e convoca sua humanidade ao escrutínio das agruras da escravidão, aponta o injusto privilégio que elas tinham sobre prerrogativas da *real woomanhood* que deveriam ser universais. O fascínio de sua narrativa resiste, em parte, na capacidade de conjugar os instrumentos da sensibilização sentimental e da identificação à afirmação permanente, muitas vezes ácida, das distâncias que separavam ilegitimamente mulheres escravas e libertas de mulheres livres e aburguesadas.

Harriet Tubman, de sua parte, não é personagem de uma narrativa que se vale do mesmo repertório simbólico de predicados femininos. Seu relato, e a escrita de Bradford, apresenta uma mulher rústica, de ação, que pouco divaga sobre os próprios sentimentos e constantemente se engaja no embate aberto e frontal

contra a escravidão. Não obstante, sua história mobiliza a devoção religiosa, tão identificada às virtudes femininas, na construção de uma representação de ascetismo e doação de uma vida pública que se sobrepõe aos sofrimentos privados.

De ambas as narrativas emergem trajetórias fantásticas de mulheres que movimentam a própria história. Longe de redundarem numa essencialização da condição feminina sob a escravidão, elas desenham a construção de identidades insubmissas e politizadas de mulheres que confrontam as próprias circunstâncias ao construir a liberdade para si e para suas iguais.

## Notas

- 1 O caso de Equiano é, novamente, exemplar: sua *Interesting Narrative* teve 13 edições diferentes nos cinco anos que se seguiram a primeira edição em Londres, em 1789. Foi também republicada em Nova York e traduzida para o holandês, o alemão e o russo. Por volta de 1850, a obra já tinha tido 36 edições (Gould, 2007, p.22).
- 2 Tradução nossa.
- 3 Ainda que outras narrativas tenham continuado sendo publicadas em forma de livros ou panfletos no pós-guerra, maior número de testemunhos sobre a escravidão foi produzido no âmbito do Federal Writer's Project (FWP), desenvolvidos na década de 1930 sob a égide da Works Progress Administration (WPA). A pesquisa de doutorado de Marion Wilson Starling, finalizada em 1946, pela Universidade de Nova York, mapeou milhares de testemunhos majoritariamente desconhecidos de pessoas que haviam presenciado a escravidão no país. Para além da compilação de diferentes tipos de memória sobre a escravidão escritas e/ou recolhidas ao longo dos séculos XIX e XX, Starling também faz menção aos expressivos acervos fotográficos organizados durante os anos 1930 (ver cap.1 de Starling, 1988, p.351-5).
- 4 A nota com o rosto de Tubman deveria começar a circular em 2020, mas a iniciativa parece ter sido suspensa pela atual administração do governo dos Estados Unidos (Salam, 2019).
- 5 A acidentada história editorial de *Incidents in the life...* é abordada em maior profundidade por Yellin. Registre-se aqui, no entanto, que a participação de Lydia Maria Child como editora do volume parece ter sido uma imposição da casa editorial (Yellin, 2003. ver também Smith, 2007, p.193).
- 6 Sarah Hopkins Bradford era uma mulher branca, apoiadora da causa abolicionista e escritora. Até a narrativa de Harriet Tubman, em 1869, tinha publicado majoritariamente livros para crianças. Segundo Jean McMahon Humez (1993, p.164-5), Bradford e Tubman se conheceram através dos pais de Tubman, frequentavam a mesma congregação que Bradford em nova York e parecem ter intermediado o contato entre as duas.
- 7 Em 1850 entrou em vigor o Fugitive Slave Act que, *grosso modo*, obrigava autoridades a devolver cativos e cativas fugidos a seus senhores. Naquele contexto, é possível dividir os Estados Unidos em pelo menos dois grupos: o grupo dos *free states* (estados livres), em geral nas regiões Norte e Nordeste do país, e o grupo dos *slave states* (estados escravistas) que formavam o Sul. Antes do Fugitive Slave Act, o movimento e o partido do Free Soil abriam brechas para a alforria de cativos e cativas que alcançassem os *free states* ou estados em que a escravidão já havia sido abolida. Depois de 1850,



- com a obrigatoriedade de devolução de escravos fugidos aos seus estados de origem, parte das ações abolicionistas passaram a levar os fugitivos e fugitivas para o Canadá (Horne, 2010, p.187).
- 8 Faz-se importante mencionar que duas décadas depois de *Scenes in the Life*, em 1886, Bradford publicou outra obra sobre Tubman, chamada de *Moses* já no título (Bradford, 2004).
  - 9 Os debates e modelos analíticos de narrativas escravas são sobretudo propostos pelos estudos literários, que não apenas possuem tradição mais antiga, como também apresentam reflexões mais aprofundadas do que aquelas desenvolvidas por historiadores e historiadoras (Goddu, 2014, p.153).
  - 10 O diálogo de Mitchell (1995, p.183-207), nesse sentido, é sobretudo com o ensaio de Steve Olney (1985).
  - 11 Embora abarcando uma miríade de pesquisas e tendências interpretativas, os estudos literários têm, de modo geral, tratado as narrativas escravas como instâncias fundadoras da literatura afro-americana e, no limite, da literatura norte-americana como um todo. No que diz respeito de forma mais detida aos estudos das autobiografias de mulheres afro-americanas, ver, entre outros, Washington (1988); Carby (1989); Wienstein (2007, p.124-5).
  - 12 Por volta de 1862, Jacobs mudou-se para o estado da Virgínia. Mais tarde, retornou à Carolina do Norte e, finalmente, voltou à Washington, onde faleceu em 1897. Sua filha, Louisa Matilde, acompanhou-a na militância e esteve a seu lado na ocasião de sua morte (Yellin, 2003).
  - 13 Introdução de Jennifer Fleischner a Jacobs (2010).
  - 14 É o que sugere, por exemplo, Stephanie Li (2006)), que se refere ainda às incongruências entre autora e narradora apontadas por J. F. Yellin (2003).
  - 15 Ver, entre outros: Cowling et al. (2017; 2018).
  - 16 Um único ataque físico atinge a Joseph, filho de Harriet (Jacobs, 2010).
  - 17 A esse respeito, ver Hartman (1996).
  - 18 Para um perspectiva sobre o tema da maternidade escrava imprópria no Brasil, ver Ariza (2017).
  - 19 Ver capítulo 1 de Sernett (2007).
  - 20 Sobre os elementos que estruturam formalmente o gênero narrativa escrava, ver Olney (1985).
  - 21 Essa é também característica comum às narrativas escravas, e encontra-se em *Incidents in the life* (ver Olney, 1985).

## Referências

- ABDUR-RAHMAN, A. I. "This Horrible Exhibition": Sexuality in Slave Narratives. In: ERNEST, J. (Org.) *The Oxford Handbook of the African American Slave Narrative*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- ANDREWS, W. L. Slave Narratives, 1865-1900. In: ERNEST, J. (Org.) *The Oxford Handbook of the African American Slave Narrative*. Oxford: Oxford University Press, 2014

- ANDREWS, W. L. *Slavery and Class in the American South: A Generation of Slave Narrative Testimony, 1840-1861*. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- ARIZA, M. B. A. Bad mothers, labouring children. In: COWLING, C. et al. *Mothering slaves: motherhood, childlessness and the care of children in Atlantic slave societies. Slavery & Abolition*. Abingdon, v.38, n.2, 2017.
- BRADFORD, S. H. *Harriet Tubman: The Moses of Her People*. Mineola: Dover Publications, 2004.
- BRADFORD, S. H. *Some Scenes in the Life of Harriet Tubman*. London: Forgotten Books, 2012.
- BRUCE JUNIOR, D. D. Politics and political philosophy in the slave narrative. In: FISCH, A. A. *The Cambridge Companion to the African American Slave Narrative*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- CARBY, H. *Reconstructing womanhood: the emergence of the Afro-American woman novelist*. New York: Oxford University Press, 1989.
- CARRETA, V. *Equiano, The African: Biography of Self-Made Man*. New York: Penguin, 2007.
- COWLING, C. et al. Mothering slaves: motherhood, childlessness and the care of children in Atlantic slave societies. *Slavery & Abolition*. Abingdon, v.38, n.2, 2017.
- COWLING, C. et al. Mothering slaves: motherhood, childlessness and the care of children in Atlantic slave societies. *Women's History Review*, v.1727, n.6, 2018.
- ERNEST, J. Beyond Douglass and Jacobs. In: FISCH, Audrey A. *The Cambridge Companion to the African American Slave Narrative*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- FONER, E. *Free Soil, Free Labor, Free Men: The Ideology of the Republican Party Before The Civil War*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- FOX-GENOVESE, E. Between individualism and fragmentation: American literature and the new literary studies of race and gender. *American Quarterly*, v.42, n.1, 1999.
- FULTON, D. S. There is Might in Each: Slave Narratives and Black Feminism. In: ERNEST, J. (Org.) *The Oxford Handbook of the African American Slave Narrative*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- GODDU, T. A. The Slave Narrative as Material Text. In: ERNEST, J. (Org.) *The Oxford Handbook of the African American Slave Narrative*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- GOULD, P. The Rise, Development, and Circulation of the Slave Narrative. In: FISCH, A. A. *The Cambridge Companion to the African American Slave Narrative*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- HARTMAN, S. Seduction and the ruses of power. *Callaloo*, v.19, n.2, p.537-60, 1996.
- HORNE, G. *O Sul Mais Distante: Os Estados, o Brasil e o tráfico de escravos africanos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- HUMEZ, J. M. *Harriet Tubman: The Life and the Life Stories*. Madison: University of Wisconsin Press, 2004.

- HUMEZ, J. M. In Search of Harriet Tubman's Spiritual Autobiography. *National Women's Studies Association Journal*, Baltimore, v.5, n.2, p.164-5, 1993.
- JACOBS, H. *Incidents in the Life of a Slave Girl*: Written by Herself. Boston: Bedford; New Yoik: St. Martin's, 2010.
- JOHNSON, W. On agency. *Journal of Social History*, v.37, n.1, p.113-124, 2003.
- LI, S. Motherhood as resistance in Harriet Jacobs' *Incidents in the life of a slave girl*. *Legacy*, v.23, n.1, p.14-29, 2006
- MITCHELL, W. J. T. Narrative, memory and slavery. In: \_\_\_\_\_. *Picture theory: essays on verbal and visual representation*. Chicago: University of Chicago Press, 1995. p.183-207.
- MORRISON, T. Unspeakable things unspoken: the Afro-American presence in American literature. The Tanner Lecture on Human values. Disponível em: <[https://tannerlectures.utah.edu/\\_documents/a-to-z/m/morrison90.pdf](https://tannerlectures.utah.edu/_documents/a-to-z/m/morrison90.pdf)>. Acesso em: 6 jun. 2019.
- OLNEY, S. I was born. Slave narratives, their statues as autobiographies and as literature. In: GATES, H. L; DAVIS, C. T. (Eds.) *The slave's narratives*. Oxford: Oxford University Press, 1985.
- REID-PHARR. R. F. The slave narrative in early Black American literature. In: FISCH, A. A. *The Cambridge Companion to the African American Slave Narrative*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- SALAM, M. What Might It Take to Get Harriet Tubman on the \$20 Bill? Bipartisan congressional support for legislation calling for Tubman's inclusion is a start. *The New York Times*, 24 mai. 2019. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/05/24/us/harriet-tubman-20-bill.html>>. Acesso em: 6 jun. 2019.
- SANCHEZ-EPPLER, K. *Touching liberty: abolition, feminism and yhe politics of the body*. Berkeley: University of California Press, 1993.
- SANTAMARINA, X. Black Womanhood in North American women's slave narratives. In: FISCH, A. A. *The Cambridge Companion to the African American Slave Narrative*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v.20, n.2, p.71-99, 1997.
- SERNETT, M. C. *Harriet Tubman: Myth, Memory, and History*. Durham: Duke University Press, 2007.
- SMITH, S. A. Harriet Jacobs: a case history of authentication. In: FISCH, A. A. *The Cambridge Companion to the African American Slave Narrative*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- STARLING, M. W. *Slave Narrative: Its Place in American History*. Boston: G. K. Hall & Co, 1988.
- WARREN, K. W. A Reflection on the Slave Narrative and American Literature. In: ERNEST, J. (Org.) *The Oxford Handbook of the African American Slave Narrative*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- WASHINGTON, M. H. *Invented lives: narratives of black women (1860-1960)*. New York: Anchor, 1988.

WIENSTEIN, C. The slave narrative and sentimental literature. In: FISCH, A. A. *The Cambridge Companion to the African American Slave Narrative*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p.124-5.

YELLIN, J. F. *Harriet Jacobs: a life*. New York: Basic Civitas, 2003.

*RESUMO* – Nos Estados Unidos, bem como em outros países de língua inglesa, os relatos em primeira pessoa de ex-escravizados constituem um gênero literário de enorme importância histórica chamado *slave narrative*, que abarca diferentes tipos de registros autobiográficos de sujeitos submetidos ao tráfico e/ou à escravidão atlântica. A partir da análise das trajetórias narradas por Harriet Jacobs e Harriet Tubman, duas ex-escravas fugidas na primeira metade do século XIX, buscou-se compreender como suas memórias convocaram autorrepresentações diferentes, mas igualmente potentes, em que trajetórias individuais de resistência e emancipação dialogam diretamente com o abolicionismo e as especificidades femininas da experiência da escravidão.

*PALAVRAS-CHAVE*: Narrativa escava, Abolicionismo, Gênero, Harriet Jacobs, Harriet Tubman.

*ABSTRACT* – In the United States, and also in other English-speaking countries, personal accounts of former slaves are considered a literary genre called Slave Narratives. The genre includes different types of autobiographical accounts of Africans or African-Americans subject to slave labor in the Americas and/or to the Atlantic slave trade. Based on the slave narratives Harriet Jacobs and Harriet Tubman, two American runaway slaves from the antebellum period, we strive to understand better how the paths taken by these women, although very different from each other, are representative of their agency, resistance and womanhood in the context of slavery.

*KEYWORDS*: Slave narrative, Abolitionism, Gender, Harriet Jacobs, Harriet Tubman.

*Maria Clara Carneiro Sampaio* é graduada em Direito e em História por, respectivamente, PUC-SP e USP, com mestrado e doutorado pelo Programa de História Social da USP, Professora adjunta da Faculdade de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). @ – mclarasampaio@unifesspa.edu.br / <https://orcid.org/0000-0002-7882-4689>

*Marília B. A. Ariza* é graduada em História, com mestrado e doutorado pelo Programa de História Social da USP. @ – mbaariza@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-6199-2344>

<sup>I</sup> Faculdade de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, Pará, Brasil.

<sup>II</sup> Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Recebido em 14.6.2019 e aceito em 21.7.2019.

# O Brasil por Frederick Douglass: impressões sobre escravidão e relações raciais no Império<sup>1</sup>

LUCIANA DA CRUZ BRITO <sup>1</sup>

**É** FASCINANTE a história do abolicionista negro estadunidense Frederick Douglass. Nascido no estado de Maryland na condição de escravo, assim como toda a sua família materna, Douglass afirma na sua primeira autobiografia que não sabia ao certo sua idade, mas que ouviu seu senhor dizer que tinha cerca de 17 anos em 1835. Mais tarde, pesquisas revelaram que a data do seu nascimento foi o mês de fevereiro de 1818. Somente aos 20 anos que aquele que seria a maior referência do movimento abolicionista internacional tornar-se-ia um homem livre, quando fugiu para o norte dos Estados Unidos em busca da liberdade. Dois anos depois, Douglass iniciaria uma longa carreira internacional no movimento abolicionista, que só terminaria em 1895, ano da sua morte.

Depois que se tornou um homem livre, Douglass foi editor, orador, palestrante, escritor, diplomata e articulista político. Foi autor de três biografias, uma escrita em 1845, outra em 1855, e a última em 1881. Nas suas obras, podemos observar que Douglass se reinventou, criou uma personalidade e escreveu sua própria história, escolhendo marcos importantes que estavam entrelaçados com a luta pelo fim da escravidão (Santos, 2014). Estrategicamente, os marcos histórico-pessoais escolhidos por Douglass tinham objetivos bem definidos, que eram demonstrar, inclusive para o público branco, os horrores da escravidão, que degenerava escravos e senhores, além de outras contradições do sistema escravista, como exemplo, a crueldade dos senhores de escravos, que eram cristãos.

Sua segunda autobiografia, *My bondage and my freedom*, escrita em 1855, é aquela que mais utilizaremos neste texto, pois essa obra reflete as preocupações do autor e o cenário político dos Estados Unidos na década de 1850. Nesse período, Douglass estava atento à expansão do poder escravista nos Estados Unidos, com a cidadania dos negros estadunidenses livres e em negar os projetos de imigração dos afro-americanos para regiões supostamente menos preconceituosas das Américas, notadamente localizadas no Caribe e na América do Sul. Essa é um obra em que Douglass, por sua narrativa, humaniza a experiência das pessoas negras, respondendo ao racismo científico da época, cujas teses interessavam muito aos senhores de escravos e até mesmo a alguns defensores da abolição.<sup>2</sup> Isso porque as tais teses científicas negavam a humanidade de africanos, justificando assim a escravização e/ou a segregação racial.

A referida biografia foi escolhida em 1883 pelo jornal abolicionista *Gazeta da Tarde* para ser traduzida e conhecida pelo público brasileiro. Àquela altura, o Brasil amargava junto a Cuba a posição de últimos países escravistas das Américas, o que era sinônimo de atraso e algo antagônico à civilização. Com o intuito de demonstrar e convencer seus leitores da imoralidade da escravidão, Patrocínio, então proprietário do jornal, tratou de adotar o modelo bem-sucedido estadunidense de propaganda abolicionista, que era a publicação das narrativas escravas.

Assim, no dia 25 de abril de 1883, “Frederico Douglass” recebeu uma versão “brasileira” do seu nome e ficaria conhecido pelo público do Império. Sua autobiografia foi traduzida aos poucos, em diversas edições, o que durou até o mês de maio daquele mesmo ano. Douglass seria descrito pelo jornal como um homem privilegiado, dada a sua capacidade de elevar-se. Comparado a uma águia, feita para “pairar nas regiões altas”, Douglass foi apresentado como alguém heroico e grande. A trajetória política desse abolicionista negro não seria descrita de forma menos pomposa: “um escritor de mérito, orador veemente e mais acérrimo defensor da sua raça”. Por fim, a apresentação do abolicionista é concluída da seguinte forma:

Amanhã Frederico Douglass começará a ser reconhecido devidamente por aqueles que se interessam por uma raça desprezada e diariamente insultada por energúmenos, que trabalham para deitar por terra a propaganda em bem da causa dos oprimidos, mas que não conseguem destruir os vestígios luminosos que deixam após si homens que, como Douglass, um simples escravo, tornam-se governadores da terra onde viram a luz ainda envoltos nas trevas do cativeiro. É que a natureza os privilegia no nascedouro.<sup>3</sup>

Neste artigo, veremos que não foi somente a personalidade de Douglass que seria apropriada por negros da diáspora, como os abolicionistas afro-brasileiros. Em sintonia com a circularidade de ideias e debates em curso no século XIX, Douglass também buscaria referências em outras regiões das Américas a respeito das condições do cativeiro e da liberdade das pessoas negras, bem como do convívio entre negros e brancos. Romantizando as relações raciais em outros países e projetando as aspirações da agenda abolicionista negra estadunidense, esse abolicionista utilizou o exemplo do Brasil, de Cuba, do Haiti e até mesmo da Inglaterra para demonstrar que a sociedade multirracial tão sonhada por ele era possível.

Segundo a historiadora Juliet Hooker (2017, p.26), podemos perceber a dimensão hemisférica do pensamento de Frederick Douglass a partir da sua análise sobre as relações raciais na América Latina. É pela sua leitura das relações raciais e o cativeiro naquela região que veremos como suas descrições se entrelaçavam com aquilo que defendia para seu próprio país: o convívio harmonioso entre negros e brancos, a valorização intelectual e moral do homem negro, o acesso à cidadania, ou seja, o direito ao voto e o fim de impedimentos legais de qualquer natureza que fosse baseado na cor da pele, além do fim da escravidão.

# GAZETA DA TARDE

CORTE Semestre 6\$000, anno 12\$000 || Rio de Janeiro, quarta-feira 26 de Abril de 1866, primeiro anno da Redempção do Escravo || PROVINCIAS Semestre 6\$000, anno 15\$000

ANNO IV || Escrevitoria, Typographia e Redacção — rua da Uruguanana n. 43 || NÚMERO 32

**GAZETA DA TARDE**  
Fundada por Ferreira de Menezes  
**2.ª EDIÇÃO**

**CHRONICA DO DIA**  
Volta de novo a terrear a questão das aguas de S. Pedro.  
Neste vasto e tempestuoso Theatro bastaria o poder da fé, para que o Theatouro o atravessasse e se enclutisse!  
Já a Relação teve de sustentar-se pelo braço e despertar-lhe o animo quebrantado.  
Quem sabe, se este grito sobre natural bastará?

Se vierem conservadores, a cousa não será também perigosa.  
Item sabe que os bons devotos têm sempre santos, que os protegem.  
Que os proprietarios de S. Pedro diligam o cantinho do silencio e do geito e verão se fazem ou não hom negotio.

Se as aguas da Thiça valem 400 contos, as do S. Pedro valem pelo menos 1000.  
Geito, e verão.

**A VELHA PIRATARIA**  
As considerações que fazemos honram em a nossa filha a respeito do estalil de praça do Dr. Carolino Ramos, juiz de orphãos e mais annexos na villa de Iloguay, qualis que foi publicado pelo *Jornal de Commercio* mereceram do nosso respeitavel colega intelligencia lucida e cheia de

**ALVARES DE AZEVEDO**  
No data de hoje, ha 31 annos, a litteratura brasileira arranca de suas paginas ainda quasi em branco um nome que os moccos de hoje conhecem como representante de um copilgum superior e elevado.  
Em 1835 morreu no Rio de Janeiro Alvares de Azevedo, o poeta da *Luíza*, o critico e inductor de Byron, Alisslet e George Sand, o autor da *Moeda faberina*, trabalhos estes que diamamente nos possuem pelas mãos e que por vezes nos deliciaem e nos enchem a alma de alegrias boas, e muitas vezes nos orrevalliam as palpebras.

Qual é o mocco que não conserva por muito tempo a cabeceira *A Lyrre* das vinte annos? Qual o mocco que não bate palmas ao ouvir a leitura do *Paqif*, aquella scena não e bonita?  
E queiramos, a imprensa esquecida a data de hoje que ha 31 annos foi um desastre para o mundo das litteraturas americana, tem suas proprias conicções a parada do funcionamento de uma intelligencia lucida e cheia de

**FREDERICO DOUGLASS**  
Ha homems verdadeiramente privilegiados.  
Embora muitas vezes no seu meior os corações os horrores da pobreza e de uma condição triste e desprotegida, elles clamem-se como as agulhas que não nascaram para punir, mas para curar e se procuram as regiões da gloria.

Frederico Douglass é uma dessas organicações hericas e grandiosas. Nasceu escravo na patria de Washington e Lincoln, conservando-se até a idade de 21 annos nessa condição, e sofrendo todos os vexames, humilhações e castigos que costumam soffrer os escravos. Douglass conseguiu ser hoje considerado como escritor de merito, orador velhemente e o mais acerrimo detestor de sua race.  
São dois homems eminentes que se encurram de dizer o que vale o escravo de Maryland.  
O Douglass, de George Buffin, ora da americana, tem uma eloquencia sua, original, sem precedente, magistosa em suas proprias conicções, e uma intelligencia lucida e cheia de

**FRUCTAS DA ESTAÇÃO**  
Não temos espaço hoje para escrever, tanto foi o expediente que nos foi remittido.  
Pela secretaria do biqunlo nos foi enviada a carta (pastor) que se segue, e propozit do aviso do ministerio do imperio sobre cremação.

Dom Pedro de Lacerda, por Graça de Deus, lupo da diocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro, capellão, etc., etc.  
A todos os nossos amados filhos, paz, esperança e benção em nosso Lyrio Solitario, que de todos nós o juramento prestado pelos conselheiros vitivamente nomendos:  
\* Juro manter a religião catholica apostolica romana, ser fiel a pessoa do imperador, o imperador, sustentar a dynastia reinante, observar o aliter observar a forma do governo monarchico-representativo-hereditario e perpetuo, renunciar para sempre a republica e a advocacia administrativa e emnegos publicos e promover quanto em mim couber o bem geral da nação.

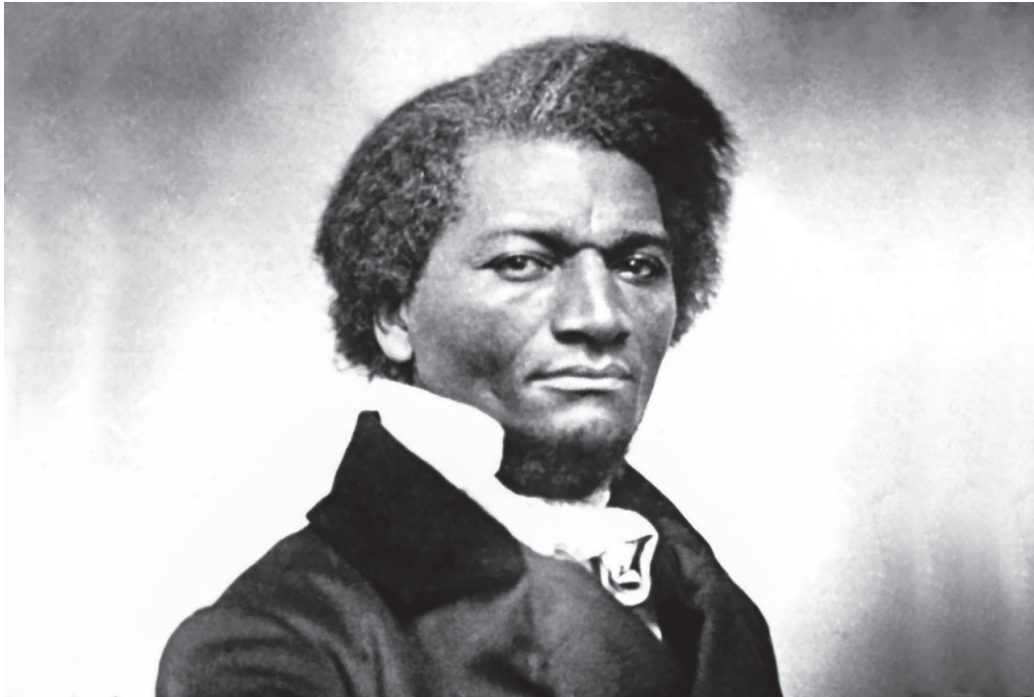
\* Concedemos a S. A. o Sr. principe conde d'Eu a pedida autorizada para erigir em o palacio Imbi, villa e capella privados, além de que um dito palacio se effectue a cerimonia do casamento de S. A. o Sr. conde de Barzel, equiparado, pelos estatutos e decições do Sagrado Concilio Tridentino, Sec. 21 de *Reformat. Matrium*, as pessoas reconhecidas e heito vierem ao templo common dos heis plebeus, receber aquelle andliver escravato.

\* Juro manter a religião catholica apostolica romana, ser fiel a pessoa do imperador, o imperador, sustentar a dynastia reinante, observar o aliter observar a forma do governo monarchico-representativo-hereditario e perpetuo, renunciar para sempre a republica e a advocacia administrativa e emnegos publicos e promover quanto em mim couber o bem geral da nação.

## Jornal Gazeta da Tarde.

Os textos em que Douglass faz referências à América do Sul, encontrados nos seus artigos publicados em jornais e discursos, geralmente não são encontrados nas suas biografias, o que faz que, também segundo Hooker, muitos dos seus biógrafos percam a dimensão transnacional do pensamento desse abolicionista (ibidem, p.27-8). Seria nos artigos publicados nos jornais e nos discursos que Douglass faria associações entre as condições de vida dos afro-estadunidenses e dos afro-latinos. Encontramos o mesmo padrão para o Brasil, uma vez que nenhuma menção sobre o país é feita nas suas autobiografias, ao contrário do que encontramos em suas falas e textos jornalísticos. Segundo Nwankwo, pesquisadora que também analisou a transnacionalidade da escrita de Douglass com base nas suas autobiografias, essa escolha do abolicionista tem muito a ver com as estratégias desse gênero literário. A isso a autora chama de “negritude binária”, que seria a opção de abolicionistas escritores como Douglass, preferirem ficar restritos ao contexto nacional. Além do mais, as biografias seriam dirigidas aos afro-americanos e não à diáspora. No entanto, a própria publicação de uma das suas biografias num jornal brasileiro mostra como essas obras poderiam tomar um alcance maior (Nwankwo, 2005, p.132,133,145).

Interpretamos as escolhas de Douglass da seguinte forma: nas biografias, que também eram influenciadas por editores, optava-se pelo padrão desse tipo de narrativa, que era a do homem que superou desafios e depois de tornou um cidadão excepcional. Nesse sentido, citar nas biografias outros exemplos de pessoas negras de outras partes da diáspora poderia deslocar a atenção da personalidade do autor. Além disso, a autobiografia de ex-escravos tentava provocar também a empatia de pessoas brancas, na intenção de sensibilizá-las contra os horrores da escravidão. Se a condição racial os diferenciava, em comum, Douglass e o público branco compartilhavam o fato de serem todos estadunidenses, e o abolicionista tentava mobilizar sentimentos de empatia e pertencimento nacional ao longo do seu texto. No entanto, isso não o impedia de tecer duras crí-



*Frederick Douglass (1818-1895).*

ticas ao país que nasceu: “eu não pertencço a nenhuma nação”, chegou a declarar em *My boundage and my freedom* (Douglass, 2014, p.295).

É possível também citar que outras nações escravistas, como o Brasil, poderia dar a impressão de que a região Norte dos Estados Unidos, que era também alvo das críticas de Douglass, era uma região avançada e mais progressista, uma vez que já havia decretado a abolição desde as primeiras décadas do século XIX. Isso comprometeria o discurso de Douglass que denunciava constantemente o preconceito racial naquela região. Concordamos com Nwankwo (205, p.147)) quando afirma que, nos jornais, Douglass poderia se deslocar da sua imagem individual de estadunidense e explorar sua identidade afroatlântica. De fato, esse abolicionista explorou isso muito bem: citou o Haiti para falar da bravura dos homens negros como soldados e de Toussaint como governante. Ele mencionou também o conforto com que ele próprio e outros negros ingleses eram aceitos em Londres e falou em diversos momentos da integração racial supostamente vigente nos países latino-americanos. Discutiremos como Douglass apropriou-se da e descreveu a experiência da população negra brasileira, escravizada e liberta, para responder às suas demandas políticas nos Estados Unidos.

Utilizando o exemplo do Brasil, Douglass questionou a ciência estadunidense que afirmava a inferioridade racial, bem como a impossibilidade de que raças distintas convivessem numa sociedade de forma harmônica e em igualdade de condições. Foi com o exemplo brasileiro que também defendeu a capacidade intelectual dos indivíduos de origem mista, chamados de híbridos ou mulatos, e



questionou moralmente a sociedade apontando as contradições do cristianismo protestante ante o catolicismo, bem como a República diante da monarquia. A crença na superioridade dos Estados Unidos como nação e o suposto atraso do Brasil monárquico, escravista e católico também eram aspectos relativizados. O avanço das leis escravistas estadunidenses era confrontado pela cidadania concedida aos libertos brasileiros, manifestada no direito ao voto, no acesso a cargos públicos, inclusive no exército e no governo, e dentre outras coisas, na ausência de leis que impedissem o casamento inter-racial. Assim, Douglass projetava um cenário que caracterizava o Império brasileiro como local mais favorável para a população negra, mas sem defender a imigração para aquele país.

Para compreender essas interpretações de Douglass sobre o Brasil escravista, nação que chegou a descrever como um país onde os negros tinham acesso a tudo, analisaremos sua biografia, sobretudo aquela escrita em 1855, *My bondage and my freedom*. Examinaremos também o que ele escreveu sobre o Brasil em seus artigos e nos seus discursos proferidos em diversos eventos abolicionistas. Alguns temas mais recorrentes nos chamam particularmente a atenção, como a mistura racial e a condição da população liberta brasileira. Assim, buscaremos entender o jogo de apropriações, romanização e projeções, bem como as estratégias narrativas utilizadas por Douglass, que fez uso do exemplo brasileiro para, na década de 1850 e ao longo dos anos 1860, responder aos obstáculos impostos nos Estados Unidos para a concretização do seu sonho, que era fazer do seu país uma sociedade multirracial e igualitária.

### **Índio não, negro! Identidade, ciência e abolicionismo no pensamento de Frederick Douglass**

Em um dos seus discursos num evento abolicionista, dessa vez no ano de 1862, portanto durante a Guerra Civil, Frederick Douglass utilizou uma frequente estratégia que era ridicularizar o racismo estadunidense, arrancando risos da plateia.

Douglass contou que certo dia foi abordado por um homem branco desconhecido, que lhe disse: “Olá, está vindo de longe hein?”. O tal estranho, diante do silêncio daquele homem não branco, insistiu: “está vindo de longe, hein, índio?”. A resposta de Douglass foi imediata: “(índio) não, *nigger*”.<sup>4</sup> Ainda segundo o abolicionista, o fato de ser um enigma para o estranho branco, que provavelmente se sentia capaz de identificar negros e indígenas, fez que ele, segundo o abolicionista: “caísse para trás, como se tivesse tomado um tiro”.<sup>5</sup> Douglass naquele momento, não só ridicularizava a sociedade branca estadunidense e as teses científicas das décadas de 1840 e 1850, mas também ironizava um dos seus maiores dilemas pessoais: o fato de ser um homem negro que também trazia traços físicos que, por vezes, o colocava em situações e questionamentos muito peculiares.

Ao longo da sua vida, sua filiação sempre foi rodeada de mistérios e especulações. Isso não somente pelas suas características físicas, mas também quando

se especulava sobre a origem da sua aversão pelo cativo e do seu amor pelas letras. Na sua primeira autobiografia, escrita em 1845, Douglass (2000, p.1-2) descreve sua mãe como “de cor escura, mais escura que meu avô e minha avó”. Já o pai é simplesmente definido como “um homem branco... isso é tudo que ouvi dizer sobre meu lado paterno”. Douglass também afirmou, “por ouvir dizer”, que seu pai era seu próprio senhor.

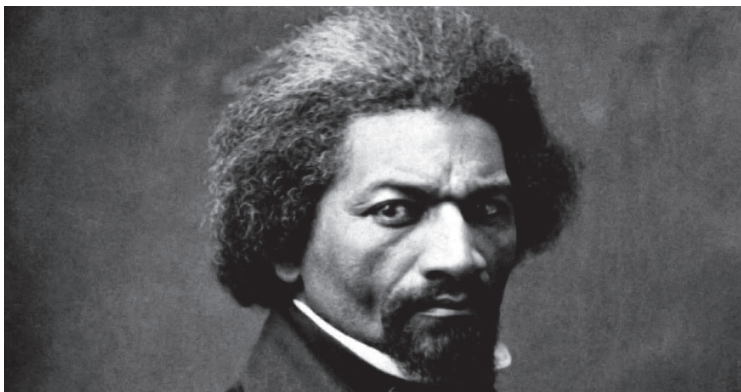
Na sua segunda biografia, escrita em 1855, Douglass (2014) se permite descrever um pouco mais as características da sua mãe: “ela era alta, e finamente proporcional... tinha a pele bem escura e brilhante, traços regulares, e comparada aos outros escravos, ela tinha comportamento muito calmo”. Douglass ainda chegou a afirmar que, na falta de uma fotografia da sua mãe, sempre recorria a imagem presente no livro de James Cowles, Prichard, “*The natural history of man*”, que tinha uma figura, cujas características lembravam muito sua mãe. Não por acaso, a imagem escolhida por Douglass seria do faraó Ramses VII, cujos traços contrastavam com aqueles atribuídos pelos cientistas aos africanos. Segundo os poligenistas, a animalidade dos africanos poderia ser percebida pelo tamanho dos seus lábios, braços, pés, tamanho de crânio, e no caso das mulheres, pelo comportamento sexual desenfreado, enfim características que diferiam totalmente dos “modos calmos” de Harriet Bailey, mãe de Frederick Douglass.

A obra mencionada por Douglass, *The natural history of man*, escrita pelo cientista inglês James Prichard (1855)), defendia basicamente as teses poligenistas muito em voga no meio científico dos Estados Unidos desde a década de 1840. Publicada pela primeira vez em 1813, e recebendo diversas edições ao longo do século XIX (aparentemente, Douglass leu a edição de 1855), a obra demonstrava ambiguidade a respeito do tipo egípcio, se caucasiano ou negro, mas apontava uma variedade racial na região. Prichard preferia não afirmar nada definitivo sobre a raça dos egípcios, mas retratar a realeza com características caucasianas. Outras informações, também contidas na obra, devem ter arrancado a atenção de Douglass, que era a longa discussão sobre os afeitos da mistura racial. Para Prichard, os mulatos como Douglass, eram resultado de duas raças distintas, uma superior e outra inferior (ibidem, p.19).

Assim, as referências científicas, que eram fontes dos seus próprios estudos sobre raça, humanidade e diferenças raciais, não diziam nada favorável sobre sua própria ancestralidade africana, ou até mesmo sua condição de “mulato”. Diversos foram os episódios em que, a despeito da sua condição por vezes ambígua, Douglass afirmou-se negro, atribuindo suas qualidades positivas ao lado materno. Sobre seu genitor, Douglass (2014, p.43) afirmava não dizer nada sobre seu pai, figura, segundo ele, “envolta em um mistério que eu nunca poderei penetrar”.

Ainda em *My bondage and my freedom*, a questão da origem birracial de Douglass e as especulações sobre as influências heranças genéticas transmitidas pelo seu lado “negro ou branco” foram discutidas pelo seu amigo, o abolicio-

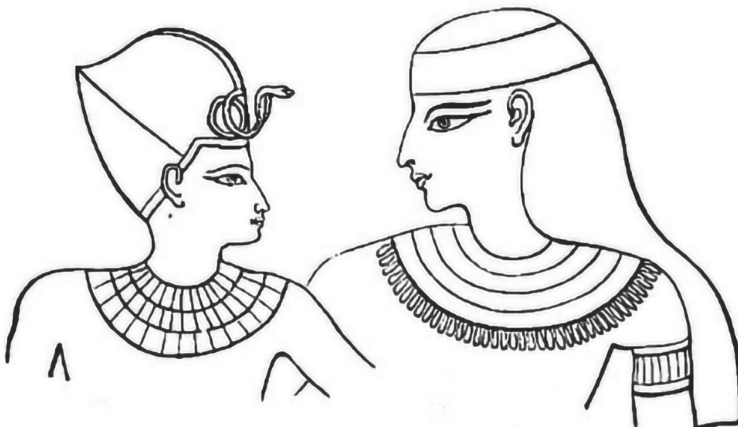
*Douglass ouviu dizer  
que seu pai era seu  
próprio senhor.*



marked. How admirably, also, are they seen in the sub-joined juvenile head (*fig. 49*), which is that of a royal prince, copied from the very ancient paintings in the tomb of Pehrai at Eletheias; and also the face of Rameses VII. (*fig. 50*), who lived, perhaps, 1000 years later in time.

FIG. 49.

FIG. 50.



*Sua mãe foi  
descrita como  
alta e “finamente  
proporcional”.*

**“ I observe that the priests almost invariably present this**

**• These refer to plates in Dr. Morton's paper.**

nista negro James McCune Smith, que escreveu o prefácio da obra. Após elogiar o estilo da escrita e a oratória de Douglass, o que chamou de habilidades “mais marcantes e fenomenais” do abolicionista, comparando-o aos clássicos da língua inglesa, Smith chegou a refletir sobre qual seria a origem da capacidade intelectual de Douglass (*ibidem*, p.23). A resposta a essa questão viria do próprio Douglass;

Eu estou disposto, e mesmo feliz, de atribuir meu amor pelas letras, a despeito de todo preconceito, não à minha admitida paternidade anglo-saxã, mas à genialidade da minha mãe, negra, desprotegida e inculta, uma mulher que pertenceu a uma raça cujas capacidades intelectuais, no presente é comum serem descreditadas. (*ibidem*, p.48-9)

Para James McCune Smith, o efeito da mistura racial sobre Douglass era o efeito da mistura do sangue branco com o “bom sangue negro”, positivando assim a mistura racial, que a ciência da época condenava. Já Douglass entendia a mistura racial como um dos aspectos degeneradores da escravidão, que destruiu famílias e fazia que escravos, inclusive os mais escuros, fossem escravizados pelos seus próprios pais, que carregavam em si “a glória da pureza do seu sangue anglo-saxão” (ibidem, p.49).

Portanto, percebemos que entre os abolicionistas negros como Douglass, a mistura racial nos Estados Unidos era uma demonstração dos males da escravidão, das contradições dos senhores de escravos cristãos e da licenciosidade vigente na sociedade escravista. A mulher escravizada era deixada vulnerável à exploração sexual, à violência de uma senhora vingativa e, além de tudo, não tinha nenhum poder sobre seus filhos. Segundo Douglass, não havia nada de baixo do céu que fosse o maior inimigo da afeição familiar do que a escravidão (ibidem, p.50).

Contudo, veremos algo muito interessante na narrativa de Douglass sobre a mistura racial quando o contexto é deslocado para outras partes da América. Suas interpretações e projeções sobre a integração social, habilidades intelectuais e condições da vida dos dito mulatos, quando na América Latina e no Caribe, eram utilizadas para afirmar a excepcionalidade do racismo estadunidense. Esse ponto de vista não era comentado nas narrativas, pois, como afirma James McCune Smith na introdução de *My bondage and my freedom*, aquele seria “um livro americano, para americanos, no completo sentido da ideia” (ibidem, p.25).<sup>6</sup>

Exemplos dos feitos de indivíduos de origem birracial seriam respostas ao racismo científico dos anos 1840 e 1850, sobretudo às teses poligenistas. O poligenismo acreditava que, além daquela criação bíblica que a única criação era aquela cuja humanidade descendia de Adão e Eva, houve outras criações, em diversas partes do globo, o que gerou diversas raças em diferentes estágios de desenvolvimento (Fredrickson, 1971, p.78-81).<sup>7</sup> Assim, para Douglass, era muito importante rebater essas teses buscando exemplos vivos que as questionassem teorias, como o hibridismo, que afirmassem a inferioridade de pessoas que, como ele, eram resultado de relações entre pessoas de “raças distintas”.

Um dos maiores teóricos do hibridismo era o médico do Alabama, Josiah Nott. Membro da Escola Americana de Etnologia, em 1844, Nott publicou um artigo chamado “Caucasian and negro races”, no qual ele defendia a supremacia branca e afirmava que a mistura racial comprometia essa supremacia, o que ameaçava a própria existência da população branca. Até mesmo a suposta inteligência dos mulatos, maior do que as dos negros “puros”, segundo Nott, constituía-se num problema. Isso porque a herança biológica do ancestral branco geraria um indivíduo insubmisso, que rejeitava a condição de escravo, tornando-o perigoso ao sistema e potencialmente um líder de insurreições (Fredrickson, 1971, p.78-81; Brito, 2014, p.28-32).

Josiah Nott também utilizou a América Latina como observatório das suas hipóteses e projeções. Para o médico, o maior exemplo dos efeitos da mistura racial poderiam ser vistos em Nova Orleans e na América Latina. Isso porque ele acreditava que, nessas regiões, a mistura racial era praticada sem controle e sem uma política de segregação, o que permitia que os mulatos não só vivessem integrados à sociedade, mas, muitas vezes, vivessem ou se passassem por brancos (Nott, 1846, p.1).<sup>8</sup>

Ao tomar conhecimento dessas ideias, que circulavam desde a década de 1840 e foram sendo reafirmadas ao longo dos anos 1850 e 1860, Douglass se apropriava delas e fazia suas próprias releituras. Longe de parecer algo degenerativo e negativo, a notícia da ampla prática de mistura racial em países latino-americanos apareceu para Douglass como os exemplos que ele precisava para refutar tais teses. A dinâmica racial de México, Venezuela, Nicarágua, Haiti, Cuba e sobretudo Brasil fazia o abolicionista crer que a sociedade multirracial que ele tanto acreditava era possível. Vejamos como essa crença foi um argumento incorporado ao discurso abolicionista de Frederick Douglass.

### **Cidadania em terras alheias: olhares sobre raça na outra América**

Sobre seu período na Inglaterra, Frederick Douglass chegou a escrever que estava vivendo “os momentos mais felizes da sua vida”. Essa “nova vida” que estava vivendo era justificada pelo seu sentimento de inserção e aceitação social, o que era possível pela ausência de leis segregacionistas naquele país. Portanto, ele afirmava que estava sendo tratado de forma hospitaleira, numa sociedade marcada pelo espírito de liberdade e com a “completa ausência de qualquer coisa que se parecesse com preconceito contra mim, por conta da cor da minha pele, contrastando com minha longa e amarga experiência nos Estados Unidos (Douglass, 2014, p.296).

A partir de então, Douglass passaria a utilizar uma constante estratégia, que era apontar o preconceito de cor nos Estados Unidos como se fosse algo muito particular daquele país, não existente em nenhum outro. Douglass ainda narrou que acessou transporte público e sentou-se ao lado de pessoas brancas, hospedou-se em hotéis, entrou em restaurantes e igrejas e em nenhum desses locais ouviu a conhecida frase: “nós não aceitamos *niggers* aqui” (ibidem, p.296-7).

A partir da experiência fora do seu próprio país, Douglass passou a acreditar que era possível existir uma sociedade multirracial. A questão agora era entender se isso seria possível em sociedades escravistas americanas, ou se o preconceito tal qual nos Estados Unidos era comum a todas elas. Após dois anos na Europa, depois de ter levantado recursos para fundar o seu primeiro jornal, o *The North Star*, em 1847, Douglass passou a analisar o preconceito racial e a escravidão nos Estados Unidos à luz do que acontecia no restante do mundo, sobretudo em outras nações escravistas americanas.

É importante também reconhecer que tal visão global da experiência negra não era uma particularidade de Frederick Douglass. Desde o início dos anos 1840, os jornais da imprensa negra abolicionista estadunidense já traziam notícias recebidas de outras nações americanas, que ainda que fossem escravistas, demonstravam que era possível um convívio harmônico entre negros e brancos, e que os libertos eram capazes de contribuir na sociedade, intelectual e moralmente. Esses exemplos de sociedades multirraciais, ainda que superdimensionados, se encaixariam no modelos de sociedade que boa parte dos abolicionistas negros reivindicavam, onde pessoas de diversas origens conviveriam e tinham um lugar social. Isso contrariava até mesmo muitos membros do movimento abolicionista branco, que não acreditavam ser possível um convívio entre as raças negras e branca nos Estados Unidos (Brito, 2014, p.70-2).

Ainda de acordo com a historiadora Juliet Hooker (2017, p.26, 38-9), é a partir da análise do abolicionista sobre esses outros países que podemos perceber a dimensão hemisférica do seu pensamento. As descrições das relações raciais na Nicarágua, em Moskito Kingdom (localizado entre a costa da Nicarágua e Honduras), Haiti, Cuba e no Brasil pareciam-lhe constituir em espaços de liberdade, que eram referências de cidadania, que significava para Douglass igualdade de oportunidades a despeito da cor da pele. As revoltas escravas ocorridas no Caribe eram exemplos de bravura das populações negras daqueles países. A autonomia política dos ex-escravos eram percebidas em relações raciais mais igualitárias, em que, incluindo os mulatos, cuja ciência enfatizava a degeneração racial, estavam atuantes e inseridos socialmente, inclusive como líderes dessas nações (ibidem, p.39-42, 45-6).

Podemos afirmar que o exemplo do Haiti era o mais importante e emblemático para os abolicionistas negros estadunidenses, inclusive para Douglass. Diante das já apontadas teses científicas que afirmavam a incapacidade intelectual e militar dos africanos e seus descendentes, o exemplo de heroísmo do Haiti parecia ser importante e estratégico para questionar tais teses. O Haiti tinha um exemplo em particular, além de os negros serem livres, após uma revolta da qual saíram vitoriosos, o país era governado por negros (ibidem, p.45). A historiadora Leslie Alexander afirma que, sobretudo para as pessoas negras da região Norte dos Estados Unidos, o Haiti era a prova de que a liberdade não era uma ilusão. Desde a década de 1830, negros estadunidenses livres e libertos estivessem dispostos a imigrar para aquele país, o que era incentivado por diversos setores da sociedade, incluindo abolicionistas negros, mas não Frederick Douglass (Alexander, 2010, p.57-8).

No caso do Brasil, país que era escravista, monárquico e católico, e que portanto agregava todos os símbolos que colocavam o país numa situação de atraso em relação aos Estados Unidos, inclusive para Frederick Douglass, o ponto positivo desse país eram as relações raciais. Ao que parece, esse abolicionista nunca visitou o Império, portanto as fontes de informações que utilizou para conhecer o Brasil eram notícias de viajantes publicadas em livros e jornais e teses

científicas também disseminadas nesse tipo de mídia. Tanto em jornais escravistas do Sul quanto em jornais que circulavam no Norte, alguns deles abolicionistas, como o *The National Era*, o Brasil era frequentemente citado. No caso dos jornais escravistas, atentos às possibilidades e interesses de expansão para a América Latina, o Brasil interessava pela natureza e pelas possibilidades de negócios, sobretudo ligados à escravidão. Em todos eles, escravistas ou abolicionistas, o objeto de estranhamento era sempre o mesmo: a intrigante forma com que negros e brancos se relacionavam no Império.

### **O Império do Brasil: onde os negros têm acesso a tudo**

Vejamos como o Brasil era apresentado no artigo “The brazilians”, publicado no mês de abril do ano de 1849 no jornal *Quaker Friend's Review*, da Filadélfia. Já nas primeiras linhas, os brasileiros eram descritos como “um povo peculiar”, cujo sistema político era monárquico mas funcionava como se fosse uma República. Sobre a população brasileira, as relações raciais e a inserção dos mulatos na sociedade, era dito o seguinte:

Dos sete milhões que constituem a população total do Brasil, estima-se que três milhões são escravos negros, dois milhões e meio são índios aborígenes e negros livres, e o resíduo, um milhão e meio, são brancos. O estado social da população brasileira *não é marcado pela distinção de cor*, tão imperativa em outro país na produção de classes. No Brasil só existe distinção entre liberdade e servidão. *Os negros tem acesso a tudo*, e estão em posse de muitos cargos de honra e confiança, e engajados em todos os departamentos de negócios. *A raça branca e a negra se encontram em termos de perfeita igualdade* no intercuro social, e casam-se entre si sem escrúpulos...o escritor do (jornal) *North American Review*...conheceu “a esposa de um almirante, cuja pele era *a mais escura entre as filhas da África*” e menciona “o desalento de um agente diplomático americano, com a entrada de um coronel negro na corte, a quem ele foi apresentado”. Nós temos a mesma notícia do fato que, não faz muito tempo, o *embaixador brasileiro na Inglaterra era um mulato*, e no presente momento, uma ampla maioria dos membros do exército, tal como os oficiais, são descendentes de africanos.<sup>9</sup>

O trecho transcrito aqui tocava em vários pontos muito caros à sociedade estadunidense no final da década de 1840 e ao longo da década de 1850. No presente fragmento, temas como teses científicas sobre hibridismo e capacidade intelectual de negros e mulatos, mistura racial, a posição social de mulheres e homens negros, enfim assuntos que geravam intensos debates entre escravistas e abolicionistas, estavam presentes. Sendo um jornal da região Norte, que não era mais escravista, mas onde as regras de segregação racial garantiam que negros e brancos estivessem longe de ocupar um lugar social de igualdade, a realidade brasileira não deve deixar de ter chocado o observador, autor do registro. Não sabemos ao certo a autoria do texto, mas o fato é que matérias como essa eram replicadas em diversos jornais, tanto escravistas quanto abolicionistas negros. Douglass não perderia essa oportunidade e não fez diferente. Aproveitou o conteúdo da matéria, apropriou-se do texto de forma bem estratégica e também

republicou o mesmo trecho no seu jornal, o *The North Star*, na edição de 13 de julho de 1849, ou seja, poucos meses depois da publicação de abril do jornal *The Friend's Review*. Na sua publicação, Douglass só alterou o título da matéria, cujo título original “The brazilians”, foi substituído no jornal abolicionista negro por “Blacks in Brazil”.

Para entender o contexto e o impacto das notícias do Brasil no final dos anos 40 e anos 50 do século XIX nos Estados Unidos, é importante lembrar que as notícias acima iam contra a ideia de que pureza racial era algo definidor do sucesso de uma nação. Do mesmo modo, a mistura racial, como vimos com Josiah Nott, significava o fracasso, a degeneração do sangue caucasiano. Assim, relações raciais ilegítimas (pela natureza) eram uma ameaça à nação americana (Fredrickson, 1971, p.48-9). Se a notícia sobre os negros e mulatos do Brasil, que faziam parte do Império como livres e libertos, tinham acesso a tudo, Douglass viu aí uma excelente oportunidade de questionar a ciência e provar as capacidades desses, demonstrando também ser completamente possível aquilo que acreditava, que era um sociedade multirracial, onde negros e brancos conviviam harmonicamente. Assim, a releitura do abolicionista sobre o Brasil era positiva e dialogava com duas estratégias utilizadas por ele, e outros abolicionistas negros, na década de 1840 e 1850: enfatizar o excepcionalismo do racismo norte-americano e buscar o exemplo de outras comunidades negras bem sucedidas em outras partes do que hoje chamamos de diáspora.<sup>10</sup>

Um aspecto muito importante no texto é a mensagem sobre mistura racial, apropriada por Douglass, inclusive para falar do racismo vigente na região Norte. Nesse sentido, o tal *embaixador brasileiro na Inglaterra era um mulato*, citado no artigo “The brazilians”, ou “Blacks in Brazil”, cumpre um papel importante e é cheio de significados e intenções políticas. Ao que parece, o tal embaixador era o diplomata carioca Joaquim Tomás do Amaral, ou visconde de Cabo Frio, que estava à frente das relações entre o Império brasileiro e a Inglaterra entre 1845 e 1854.<sup>11</sup> A única imagem que encontramos do diplomata nos dá uma ideia de imprecisão: poderia facilmente ser visto como mulato para o olhar de um observador estadunidense, porém nacionalmente ser considerado um homem branco, membro das elites do Império do Brasil.

Desde a Revolução Americana (1776), a identidade nacional dos Estados Unidos foi pensada e sustentada nas bases da pureza racial, onde o (puro) homem branco, descendente de inglês, era a representação da cidadania no país (Brito, 2016, p.108).<sup>12</sup> Negros, indígenas e até mesmo pessoas de origem mista estariam fora do projeto de nação no lugar de cidadãos e cidadãs, o que fazia que, desde os século XVIII, as primeiras leis proibindo relações inter-raciais comesçassem a serem implementadas para acabar com o lugar intermediário reivindicado por algumas pessoas não brancas. Nos estados do Norte, por exemplo, as mesmas leis que proibiam o casamento inter-racial no período escravista continuaram valendo no pós-abolição, como é o caso de Massachusetts e Rhode Island (Lemire, 2002, p.4, 57).



Além disso, o conceito de amalgamação tinha um significado mais amplo do que no Brasil, incluindo várias práticas cotidianas que não somente o intercuro sexual entre negros e brancos. O termo era originalmente empregado na metalurgia e significava a mistura de metais distintos, daí a analogia com a mistura de “sangues distintos”. Assim, nos Estados Unidos, sobretudo na região Norte, alguém poderia ser acusada ou acusado de praticar amalgamação caso simplesmente estivesse interagindo ou compartilhando um espaço com uma pessoa negra, numa condição em que essa última não estivesse na condição de serviçal ou escravo, em seja, em termos de igualdade. Tal prática significava uma grave inversão das normas da sociedade estadunidense e, por esse motivo, a prática da amalgamação motivou muitas revoltas, violência e motins (Lemire, 2002, p.88; Brito, 2014, p.89).

Naquele mesmo ano de 1849, alguns meses antes da publicação do artigo “Blacks in Brazil” no seu jornal, o próprio Douglass havia sido vítima novamente de mais um episódio de violência motivado pela amalgamação. O ato cometido pelo abolicionista foi visto como uma quebra de regras raciais e violação de mulheres brancas, de acordo com os homens brancos que o atacaram. No mês de maio, Douglass passeava pelas ruas de Nova York de braços entrelaçados com duas amigas brancas, as irmãs abolicionistas Julia e Eliza Griffiths, quando foi atacado por uma turba. O grupo justificou o ataque argumentando que o abolicionista havia violado regras de decoro moral com uma ato “audacioso e desgraçado”, cometendo um abuso contra o país, a constituição e seus cidadãos. O episódio é citado na obra recente do historiador David Blight, que procura investigar as dimensões políticas e pessoais da vida de Douglass. Blight entende que esse episódio provocou uma importante reflexão do abolicionista sobre racismo nos Estados Unidos no século XIX.<sup>13</sup>

Depois desse ocorrido, Douglass havia afirmado que “preconceito” seria uma palavra muito fraca e até inocente para descrever o sentimento dos brancos contra os negros no seu país. Segundo ele, a palavra mais apropriada seria “um ódio infernal” dirigido aos homens negros. Portanto, concluía ele, o problema não era o convívio entre homens negros e mulheres brancas, uma vez que senhoras conviviam com escravos que lhe serviam no sul escravista. O problema, então, que motivaria ódio e rejeição, seria a igualdade racial, e não necessariamente a cor da pele (Blight, 2018, p.204-5). Ao tomar notícias do Brasil dois meses depois desse ocorrido, Douglass certamente pensou que se fosse no Império brasileiro o ato de intimidade entre ele e as amigas brancas seria tratado com a maior normalidade, e não haveria despertado a ira de ninguém.

O impacto das relações inter-raciais, sobretudo quando isso envolvia sua relação com mulheres brancas, acompanharia Douglass até os seus últimos dias. Em 1883, faleceu a sua primeira esposa, Anna Murray Douglass, uma mulher negra nascida livre no estado de Maryland. No ano seguinte, Frederick se casaria novamente, dessa vez com uma mulher branca, a abolicionista e sufragista Helen

Pitts Douglass. A relação considerada escandalosa naquela época foi justificada ironicamente por Douglass da seguinte forma: “Isso prova que sou imparcial; minha primeira esposa era da cor de minha mãe e a segunda, da cor de meu pai”.<sup>14</sup>

Enquanto o próprio Douglass colecionava episódios em que foi arrancado à força de hotéis, restaurantes, trens e até mesmo de navios, sob o recusa dos passageiros brancos que não queriam compartilhar o espaço com um homem negro, no Império havia descendentes de africanos que frequentavam a corte, ocupavam cargos importantes no governo, contestando ideias de inferioridade racial e do racismo como algo intransponível. O caso do embaixador mulato em Londres confrontava as noções de degeneração racial que tanto incomodavam Douglass. Portanto, no Brasil, aparentemente os homens negros tinham sua masculinidade reconhecida e respeitada, tal qual os homens brancos. A notícia de uma mulher negra “a mais escura entre as filhas da África”, que tinha o *status* de esposa do almirante, era o perfeito exemplo de harmonia entre as raças. O lugar dessa mulher, que na América latina era de cônjuge, diferia bastante da realidade das mulheres escravizadas no sul estadunidense que, como a própria mãe de Douglass, na relação com homens brancos, tinham o único papel de ser trabalhadoras escravizadas, objeto dos abusos sexuais dos seus senhores e geradoras de mulatos que engrossariam a escravaria.

Ao longo dos anos 1850, o Brasil permaneceria sendo uma referência para Douglass, sempre citado nos seus jornais para cumprir a tarefa de denunciar o preconceito racial estadunidense e reafirmar a possibilidade de existência de uma sociedade igualitária e multirracial, ainda que escravista. Embora em sua biografia houvesse afirmado que “nenhum homem de cor é realmente livre num estado escravista” (Douglass, 2014, p.278), aparentemente parecia-lhe possível que escravidão e a cidadania faziam parte da realidade brasileira, mas não da estadunidense. Comparando as possibilidades de acesso à alforria no Brasil Império e no sul estadunidense, na década de 1850, percebemos uma grande diferença. De acordo com dados coligidos por Slenes, enquanto no Rio de Janeiro o número de alforrias poderia variar entre 2,5% e 5,4% (áreas de *plantation* e urbana, respectivamente), nos Estados Unidos esse número não ultrapassava os 0,45%. De acordo com o censo brasileiro de 1872, três quartos dos negros nascidos do Brasil eram libertos, enquanto no sul estadunidense, em 1860, às vésperas da Guerra Civil, esse número não passava dos 6% (Slenes, 2012, p.100-18).

Portanto, os números revelam que o peso do decreto da abolição foi muito maior nos Estados Confederados do que no Império, onde no 13 de maio de 1888 a grande maioria dos negros brasileiros já era até mesmo de cidadãos, de acordo com a Constituição de 1824. Tais dados sobre alforria no Brasil, inegavelmente significantes, poderiam de fato dar a impressão aos abolicionistas negros que, ainda que escravista, os senhores de escravos do Império estavam dispostos a resolver o problema da escravidão no Brasil por livre iniciativa.



NEWS BOY: HI, YI DERE JIMMY WHOSE DEM FOLKSES WHATS GOT DE SULPHUR BITTERS ?

BOOT BLACK: I SPEC DATS FRED DOUGLAS AND HIS WIFE GOLLY HE IS GOING TO TAKE DE SULPHUR BITTERS FOR HIS COMPLEXION -

A imagem é uma sátira produzida logo depois do casamento de Frederick e Hellen Douglass. O casal sai de uma farmácia e o abolicionista leva um tônico “purificador do sangue”. Na legenda, um dos garotos sugere que Douglass comprou o produto para clarear a pele.

Assim, enquanto na década de 1850 o Brasil era anunciado na imprensa abolicionista negra como uma país que caminhava pacificamente para o fim da escravidão, episódios políticos importantes fizeram Douglass reforçar o tom da sua luta política naquele década devido ao fortalecimento do poder escravista, que se estendia para a região Norte. Já em 1850, foi aprovada a Fugitive Slave Law, lei pela qual qualquer cidadão (homem branco) podia capturar uma pessoa negra no norte e devolvê-la ao seu proprietário no sul. Em 1854, o Kansas Nebraska Act autorizava a expansão da escravidão para os novos estados de Kansas e Nebraska (Holt, 2010). Essas leis demonstravam os interesses escravistas de se expandir, não só em território estadunidense, mas também em território latino-americano, o que preocupava muito Douglass, como veremos.

Já nos primeiros meses do ano 1852, Frederick Douglass traria mais uma vez o Brasil para as páginas de um dos seus jornais, dessa vez o *Frederick Douglass Paper*. A matéria intitulada “From South America”, publicada em janeiro de 1852 originalmente no jornal *The National Era*, fonte da maioria das notícias sobre o Brasil para Douglass, trazia informações de um viajante que havia passado pelo império brasileiro em 1851. A matéria apareceria no *The Frederick Douglass Paper* em fevereiro de 1852, novamente com título modificado, agora certamente para causar mais impacto *Slave trade and slavery in Brazil*.<sup>15</sup>

A matéria descreve um país cuja disposição para abolir o tráfico e a escravidão se manifesta desde a independência de Portugal, portanto não necessitando das pressões de um movimento abolicionista, mencionado como ainda “insignificante e quase sem influência”. As leis antitráfico de 1831 e 1850 são citadas como marcos que demonstram o interesse pelo fim desse comércio, mas também da escravidão. Entre aqueles que apoiavam o fim do cativo estavam membros do governo, médicos, membros da nobreza e das elites imperiais, os quais não eram vítimas da violência dos seus opositores, segundo a matéria, que em seguida afirmou com ironia “ao contrário da tão iluminada nação dos Estados Unidos”. O número de negros no Brasil, uma grande maioria em relação aos brancos, fato que gerava temor e motivava debates sobre políticas de deportação dos libertos nos Estados Unidos, era outro aspecto que fazia do império brasileiro um exemplo de sociedade multirracial, vejamos:

A população do Brasil consiste, aproximadamente, em um milhão e quinhentos mil brancos, um milhão e quinhentos mil índios, a maioria deles selvagens, um milhão e quinhentos mil negros livres, a maioria mulatos, e três milhões e meio de escravos, a maioria negros, totalizando juntos, oito milhões de almas, ou quase isso. O medo que os negros, se libertos, vai superar a raça branca, ou se tornar um fardo para eles, não parece ser considerado algo tão sério como objeção à emancipação neste país, onde há três brancos para cada sete negros, sem contar aqueles que são livres, comparado conosco (Estados Unidos) onde são vinte brancos para cada três negros homens nesse país (Brasil) não aceitam a teoria da Carolina do Sul das bênçãos da escravidão e eles também rejeitam a outra doutrina, tão forte entre nós, da impossibilidade de uma abolição pacífica. Assim, enquanto a capital dos Estados Unidos está legislando sobre a expulsão dos negros livres do seu território, o Brasil está refletindo somente sobre a expulsão dos escravos.<sup>16</sup>

Notadamente, em 1852, representar o império do Brasil como disposto a abolir o tráfico e a escravidão era uma estratégia narrativa do movimento abolicionista, aqui estrategicamente empregada por Douglass. A mistura racial também seria mais uma vez citada como elemento que pudesse explicar a disposição do brasileiro para a liberdade e a não rejeição ao convívio com pessoas negras, inclusive na condição de livres, reforçando assim aquilo que Douglass já vinha defendendo que era a excepcionalidade do preconceito, um sentimento dos Estados Unidos.

Outro sério obstáculo para a disseminação dos princípios antiescravistas nos Estados Unidos é muito menos presente no Brasil, que é o sentido de casta e a antipatia dos brancos de se misturar ou se associar aos negros. Neste país, a mistura de raças e a mistura de cores já fez muito para nivelar este impedimento com a aceitação da emancipação. Como consequência natural é digno de nota que a incapacidade da raça negra de compartilhar com o branco os deveres e privilégios da cidadania livre é um dogma que vem desaparecendo da experiência do país.<sup>17</sup>

Embora o autor do texto reconhecesse que alguns obstáculos existissem para a abolição, que era o temor das pessoas acostumadas com o trabalho escravo de não conseguirem mão de obra livre suficiente, esse problema parecia um empecilho frágil diante da suposta disposição e lento processo de abolição supostamente em curso no Brasil desde 1851. Na realidade, sabemos que nesse período ainda estava longe do decreto da abolição, no entanto as impressões do viajante reforçavam as intenções de Douglass que era, no seu discurso, isolar os Estados Unidos escravistas de outras nações americanas, as quais se acreditava eram mais atrasadas. O trecho final do texto era perfeito para esse objetivo e foi republicado, também, na íntegra pelo abolicionista. Nele, especulou-se que era possível que o império do Brasil abolisse a escravidão antes dos Estados Unidos:

Não parece impossível que o jovem Império do Brasil possa liderar nossa vangloriada nação anglo-saxã nos trabalhos pela emancipação e que a terra de Washington, de Adams e de Jefferson possa cair na distinção singular de ocupar o último lugar entre as nações civilizadas que aboliram a instituição da escravidão.<sup>18</sup>

Contudo, Douglass temia que os projetos imperialistas de expansão da escravidão encabeçados pelos estados escravistas do sul impedissem a continuação desse processo de abolição, que ele acreditava estar em curso não só no Brasil, mas também em Cuba. Essas preocupações foram expostas em um dos seus artigos publicados no *Frederick Douglass Paper*, em 1854, mesmo ano de aprovação do Kansas Nebraska Act. O texto, que tinha como título “Cuba”, revelava o plano de setores escravistas dos Estados Unidos de invadir a ilha e declarar guerra contra a Espanha, sob o argumento de impedir que a ilha se tornasse um “segundo Haiti”. Douglass conseguia prever desde então um conflito separatista, como de fato se concretizou sete anos depois com a deflagração da Guerra Civil, e a importância do Caribe e do Brasil para o poder do sul escravista, no caso de um desmembramento da união:

Eles (os escravistas) já fixaram seus olhos sobre o rico Vale da Amazônia, promovendo explorações naquela região, estabelecendo usos peculiares com trabalho escravo e buscando estabelecer relações íntimas com o governo do Brasil... o que eles realmente querem é um ponto de apoio no Vale, em que ganhos imensos serão garantidos com uso de trabalho escravo na produção de algodão, café e açúcar. O tráfico de escravos tem sido, de fato, suprimido no Brasil – as pessoas são indolentes – não há preconceito de casta ou de cor em relação aos escravos, as tendências são de enfraquecimento e total erradicação desse sistema. Uma pequena infusão de energia anglo-americana investida no poder escravista, talvez suprima essas tendências e traga o Brasil dentro da linha do Império escravista desse país.<sup>19</sup>

Douglass tinha razão nas suas especulações. Desde 1840, o capitão da marinha Americana Mathew Fountaine Maury rondava o Vale Amazônico com a intenção de anexá-lo ao sul dos Estados Unidos, empregando mão de obra escravizada e também de libertos afro-americanos que seriam deportados para

aquela região. De acordo com Maury, aquela parte do Brasil deveria estar sob o controle dos Estados sulistas, uma vez que a Amazônia estava mais próxima de estados sulistas como Mississipi e Flórida do que do Rio de Janeiro. A ocupação do Vale Amazônico também resolveria um problema racial, transferindo parte da população negra dos Estados Unidos para um outra região distante, suspendendo o risco de um dia se tornarem maioria no país, e obviamente, da mistura racial (Machado, 2018, p.27-33).

Na década de 1850, outros temas preocupavam Douglass, e o Brasil ainda lhe servia para contrapô-los à realidade estadunidense. Em 1857 o *Dred Scott Case* significou um golpe duro sobre a comunidade afro-americana, sobretudo aquela livre, que vivia na região Norte. Dred Scott requereu sua liberdade na corte após viver cinco anos como homem livre no estado de Illinois e Minnesota. O chefe de justiça responsável pelo caso, um ex-senhor de escravos, declarou que Scott não era um cidadão por ser um homem negro, e que, portanto, não tinha nenhum direito ante uma corte federal (Blight, 2018, p.277). Essa lei, ao mesmo tempo que aumentou ainda mais o desamparo legal e social da população negra que vivia na região Norte, também marcou um endurecimento do discurso abolicionista. A pauta dos direitos dos afro-americanos tornou-se ainda mais fortalecida e o exemplo do Brasil, com seus libertos que eram considerados cidadãos desde a Constituição de 1823, teve um papel fundamental no discurso.

Em maio de 1858, durante um discurso intitulado “Cidadania e o espírito de casta”, Frederick Douglass usou o Império brasileiro novamente para responder à proibição imposta à população negra de Nova York de utilizar o transporte público ou fazê-lo sob a condição de não o dividir com pessoas brancas. Essa era uma das várias leis segregacionistas empregadas na região e que marcavam a experiência dos libertos com episódios de racismo e violência. Além disso, à medida que os libertos abolicionistas exigiam mais direitos e reivindicavam a condição de cidadãos, mais esses conflitos se acirravam. O discurso foi ouvido pela comunidade negra seguidora da *Shiloh Presbyterian Church* e, mais tarde, publicado em outros jornais, como o próprio *The Frederick Douglass Paper*. Enfatizando o absurdo da necessidade de cidadãos livres reivindicarem os mais simples direitos, como o de utilizar o transporte público, Douglass afirmou que isso era resultado do espírito de casta gerado, excepcionalmente, pela escravidão norte-americana.

Douglass continuou seu discurso atribuindo o atraso da população negra que vivia no Norte dos Estados Unidos às imposições legais e ao desrespeito à sua liberdade e cidadania, o que aproximava as políticas vigentes nessa parte do país àquelas empregadas no sul escravista. Assim, através desse discurso, ele combatia dois argumentos frequentemente utilizados por grupos antiabolicionistas: a inferioridade da raça negra e o atraso natural dessa “espécie”. Mais uma vez, no mesmo discurso, o abolicionista cita o Brasil como exemplo de nação mais democrática do que os Estados Unidos, a despeito das premissas frequentes

de que era um país mais atrasado por ser miscigenado, latino-americano, tropical e católico:

Eu duvido que já tenha existido um povo mais subjugado, mais desavergonhadamente massacrado e maliciosamente usado do que as pessoas livres de cor dos Estados Unidos. Mesmo em um país católico como o Brasil - um país que nós, com nosso orgulho, estigmatizamos como semibárbaro - não trata as pessoas de cor, sejam livres ou escravos, da forma injusta, bárbara e escandalosa como tratamos. As consequências dessa diferença são melhor vistas na condição do homem livre de cor lá, que vive melhor do que os daqui. A prática do país é que, quando um escravo é emancipado ele é de uma só vez investido de todos os direitos de um homem - feito igual em todos os outros aspectos do Império. Ele é um homem livre. Sua cor e suas características deixam de importar frente à chama da sua liberdade. (Blasingame, 1985, p.211-12)

Para fortalecer o argumento de que os Estados Unidos eram a única ou a nação mais racista do mundo atlântico, Douglass elevou o Brasil à categoria de país onde a liberdade de pessoas libertas era plenamente reconhecida e respeitada. Com isso, ele fazia o contraponto com a denúncia de sua fala anterior, sobre a restrição do acesso ao transporte público imposta à população negra de Nova York. Questionamos, novamente, qual seria a fonte de informação do abolicionista afro-americano. O historiador John Blasingame traz um importante indício ao afirmar que Douglass podia ter tido acesso à obra *Brazil and the Brazilians*, dos viajantes Kidder e Fletcher, além de *Life in Brazil*, de Thomas Ewbank. Na primeira obra, principalmente, as relações raciais no Brasil são descritas como igualitárias. Difundir tal imagem sobre o Brasil fortalecia a denúncia da discriminação racial arraigada nas relações raciais do vizinho norte-americano (Kidder; Fletcher, 1857; Ewbank, 1856).

Douglass também citou o exemplo dos mulatos brasileiros e como suas habilidades e intelectualidade afluíam quando encontravam um ambiente de incentivo e estímulo, o que só era possível quando não encontravam restrições à sua cidadania. Ele citou o exemplo do proprietário de uma importante tipografia no Rio de Janeiro que, segundo ele, era um homem de cor. Certamente ele estava se referindo a Paula Brito, também citado em outros jornais abolicionistas que utilizaram a mesma fonte produzida por Kidder e Fletcher. Por fim, Douglass conclui seu protesto afirmando o seguinte:

Se o homem de cor pôde se elevar da degradação à respeitabilidade no Brasil, com o mesmo tratamento nós também podemos nos elevar aqui. Se ele pode ser estimado como um homem pelo português, ele também pode ser tão estimado pelos anglo-saxões e celtas. Se ele pode obter justiça das mãos dos católicos, por que não também das mãos dos protestantes?<sup>20</sup>

Novamente, a experiência de outros povos negros da diáspora, como os afro-brasileiros, era aproximada da experiência dos afro-americanos e reforçava a ideia de que os povos negros de ambos os países compunham um só povo.

Dessa forma Frederick Douglass imprimia seus valores de cidadania como um direito reconhecido aos libertos nascidos no Brasil, o que não acontecia com os negros estadunidenses, o que só aconteceria em 1868. Para esse abolicionista, isso se devia ao fato de o preconceito de cor presente no ideal de nação estadunidense ser o maior obstáculo para o acesso à direitos e inserção social dele e de seus pares.

### **A década de 1860 e o Brasil na imprensa estadunidense: deportação dos libertos, o remédio contra a mistura racial**

Na década de 1860, o projeto de expatriação dos afro-americanos resurgiu reformulado no contexto da Guerra Civil e dos debates em torno do pós-abolição. Com a vitória do presidente Lincoln, a abolição da escravidão se tornava cada vez mais real dadas as suas posições consideradas moderadas por seus opositores. O presidente deixava claro que a emancipação se daria concomitantemente à deportação da população liberta. Segundo ele, a expatriação da população negra evitaria as consequências negativas da emancipação dos escravos: a amalgamação racial, a africanização da América e o negrismo livre (Horne, 2010, p.155-83, 251).

Frederick Douglass respondeu a essa iniciativa se apropriando do exemplo de império brasileiro. Em outubro de 1862, o país foi citado, dessa vez no contexto dos debates sobre a expatriação no seu jornal, o *Douglass Monthly*. Na ocasião, Douglass respondia às afirmações do general Montgomery Blair, aliado do presidente Lincoln, que defendia que os negros emancipados após a Guerra Civil deveriam ser expatriados para a América Central.<sup>21</sup>

Frederick Douglass respondeu ao general prezando suas afirmativas positivas, uma vez que Blair dizia que apoiava a deportação dos afro-americanos, mas não porque acreditava na inferioridade desses em relação aos brancos. Depois de saudar o general por ele crer na igualdade entre as raças, Douglass reafirmou sua defesa do direito da população negra de permanecer nos Estados Unidos, a despeito das ideias de expatriação, reafirmando sua crença numa sociedade multirracial, nos Estados Unidos.

Eu não vejo nada na natureza que confirme a diferença entre as duas raças que impeça a convivência pacífica e feliz [de brancos e negros] no mesmo país, sob o mesmo governo. Nós somos americanos de nascimento e formação e temos preferência por instituições americanas àquelas de qualquer outro país. O fato de desejarmos permanecer aqui é natural para nós e eu repito, eu não vejo necessidade para a separação.<sup>22</sup>

Além de questionar as ideologias racialistas que estavam por trás do projeto de deportação e reafirmar o direito de permanecer nos Estados Unidos, Douglass insistiu na afirmação do direito de autogoverno como algo inerente à liberdade. O fato de que os libertos no Brasil tinham o “direito” de permanecer no país em que nasceram interessava bastante ao debate político travado pelo abolicionista, que desejava mostrar, novamente, a intensidade e rigidez das re-



gras de segregação racial no seu próprio país. Assim, fazendo uma comparação direta das sociedades brasileira e norte-americana e das relações raciais que operavam em ambas, ele escreveu:

Por que os americanos devem ser menos tolerantes em relação às diferenças nacionais de formas, características e cor da pele do que outras nações de raça branca, que em muitos outros aspectos são muito menos iluminados do que nós? Por que é que nós não ouvimos falar em projetos para se livrar de as pessoas de cor livres em Cuba ou no Brasil? Neste último país, onde há mais de quatro milhões de escravos negros, o homem livre de cor não é sujeito à expatriação... Por que não deve existir a mesma facilidade aqui? O brasileiro branco é tão branco quanto o americano branco e o negro no Brasil é tão negro quanto o homem negro aqui. Qual é a diferença? Será que o protestantismo é menos tolerante às diferenças nacionais do que o catolicismo? São as repúblicas menos liberais do que as monarquias?<sup>23</sup>

Mais de vinte anos depois dessa publicação, Douglass continuaria sua incansável luta contra a emigração dos afro-americanos para outras localidades, fosse no Caribe, fosse na América do Sul, fosse pelo clima ou pelas relações raciais mais favoráveis. Em 1888, no mês de maio, poucos dias antes do decreto do fim da escravidão no Brasil, o abolicionista não teria mais dúvidas, como já havia chegado a pensar, de que o império não se adiantaria em relação aos Estados Unidos, abolindo a escravidão antes da “América”. Àquela altura, internacionalmente, o Brasil amargava a posição de última nação escravista das Américas, talvez deixando de ser uma referência para Douglass. Enquanto isso, o abolicionista continuaria a insistir na importância de que a comunidade afro-americana se mantivesse nos Estados Unidos e não se convencesse dos “benefícios” da imigração para o Caribe e nem para o Brasil, ponderando que os obstáculos com uma língua desconhecida e modos de vida que os afro-americanos não entenderiam os colocariam em uma situação de pobreza muito pior do que no seu país de origem. Douglass torcia para que a comunidade negra não fosse convencida por tais promessas e pelo esquema, que tinha como premissa, a hegemonia racial branca no seu país.<sup>24</sup> A luta por direitos iguais nos Estados Unidos seria longa, de modo que Douglass, que faleceu em 1895, deixaria seu legado à maioria dos afro-americanos que permaneceram no país e levaram a cabo seu projeto de sociedade multirracial igualitária, que até hoje, a despeito das conquistas, ainda está por se concretizar.

## Notas

1 Agradeço às/aos colegas da linha de pesquisa “Escravidão e invenção da liberdade”, da Universidade Federal da Bahia, que contribuíram com a versão final deste artigo.

2 Sobre a Escola Americana de Etnologia ver: Gould (1996, p.71); Stanton (1960, p.55-7).

3 Frederico Douglass. *Gazeta da tarde*, 25 de abril de 1883.

- 4 Neste texto não traduzo o termo *nigger* para manter significado e valor simbólico do termo no contexto dos Estados Unidos. Acredito que traduzir *nigger* para negro deslocaria o contexto e o significado da palavra nos Estados Unidos do século XIX.
- 5 *The New York Times*, Frederick Douglass on the war, 13 de fevereiro de 1862, p.8
- 6 Americanos neste texto, tal como descrito por Smith, está sendo tratado como sinônimo de estadunidense.
- 7 Sobre poligenismo, ver também Gould (1996, p.71).
- 8 Sobre o assunto, ver Brito (2014, p.31-8).
- 9 “The Brazilians”, in: *Friend’s Review: a religious, literary and miscellaneous jornal*, 28 de abril de 1849, p.509 – os grifos no texto são meus.
- 10 Discuto amplamente como a imprensa negra estadunidense apropriou e utilizou o exemplo do Brasil escravista no discurso abolicionista em Brito (2014, cap.2).
- 11 Uma pequena biografia do diplomata Joaquim Tomás do Amaral pode ser encontrada em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/AMARAL,%20Joaquim%20Tom%C3%A1s%20do.pdf>> Acesso em: 7 jun. 2019.
- 12 Sobre as políticas raciais no Brasil, onde a mistura racial era um caminho escolhido para a homogeneização e embranquecimento da população, o que aconteceu também em outros países latino-americanos, ver Andrews (2014).
- 13 O episódio é narrado por David Blight (2018, p.204).
- 14 Essa frase de Frederick Douglass é citada em Johnson (1933, reprint 1973, p.61).
- 15 The Frederick Douglass Paper, 19 fev. 1852. *The National Era*, em janeiro de 1852.
- 16 The Frederick Douglass Paper, 19 fev. 1852.
- 17 The Frederick Douglass Paper, 19 fev. 1852.
- 18 The Frederick Douglass Paper, 19 fev. 1852.
- 19 Cuba. Frederick Douglass Paper, 24 de março de 1854
- 20 Discurso de Frederick Douglass citado em Blassingame (1985, p.212).
- 21 *Douglass Monthly*, out. 1862.
- 22 *Douglass Monthly*, out. 1862.
- 23 *Douglass Monthly*, out. 1862.
- 24 Should the negro stay? *The Washington Post*, 5 maio 1888.

## Referências

- ALEXANDER, L. The Black Republic: the influence of Haitian revolution on northern black political Consciousness, 1816-1862. In: JACKSON, M.; BACON, J. *African Americans and the Haitian revolution: select essays and historical documents*. New York: Routledge, 2010. p.57-8.
- ANDREWS, G. R. *America Afro-latina*. São Carlos: UfsCAR, 2014.
- BLASSINGAME, J. W. (Ed.) *The Frederick Douglass Papers. Series one: speeches, debates and interviews*. v.3: 1855-63. New Haven; London: Yale University Press, 1985.
- BLIGHT, D. *Prophet of freedom*. New York: Simon and Schuster, 2018.

BRITO, L. da C. *Impressões norte-americanas sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista*. São Paulo, 2014. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_. O crime da miscigenação: a mistura de raças no Brasil escravista e a ameaça à pureza racial nos Estados Unidos pós-abolição. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.36, n.72, p.108, 2016.

DOUGLASS, F. *The narrative of life and times of Frederick Douglass*. (1845) Illinois: Lushena Books, 2000.

\_\_\_\_\_. *My bondage and my freedom*. 1855. Introduction and notes by David Blight. New Haven: Yale University Press, 2014.

EWBANK, T. *Life in Brazil; or, a journal of a visit to the land of the cocoa and the palm*. New York: Harper and Brothers, 1856.

FREDRICKSON, G. M. *The black image in the white mind: the debate on afro-american character and destiny, 1817-1914*. New York: Harper and Row Publishers, 1971.

GOULD, S. J. *The mismeasure of man*. New York: W. W. Norton & Company, 1996.

HOLT, T. *Children of fire: a history of African-Americans*. New York: Hill and Wang, 2010.

HOOKER, J. *Theorizing race in the Americas: Douglass, Sarmiento, Du Bois e Vasconcelos*. New York? Oxford University Press, 2017.

HORNE, G. *O Sul mais distante: os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

JOHNSON, J. W. *Along this way*. New York: 1933 (reprint 1973), p.61.

KIDDER, D. P.; FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians, portrayed in historical and descriptive sketches*. Philadelphia: Childs and Peterson, 1857.

LEMIRE, E. *Miscegenation: making race in America*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002.

MACHADO, M. H. *Raça, Ciência e viagem no século XIX*. São Paulo: Intermeios, 2018.

NOTT, J. C. Unity of human race. *The Southern Quarterly Review*, jan. 1846, p.1.

NWANKWO, I. K. *Black cosmopolitanism: racial consciousness and transnational identity in the Nineteenth-Century Americas*. Philadelphia, Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2005.

PRICHARD, J. C. *The Natural History of Man: Comprising Inquiries Into the Modifying Influence of Physical and Moral Agencies on the Different Tribes of the Human Family*. New York: H. Bailliere Publisher, 1855.

SANTOS, A. A. *Projeções do “eu” e identidades nas narrativas dos abolicionistas Luiz Gama e Frederick Douglass*. São Paulo, 2014. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

SLENES, R. W. A. A “Great Arch” Descending: Manumission Rates, Subaltern Social Mobility and Enslaved, Freeborn and Freed Black Identities in Southeastern Brazil, 1791–1888. In: GLEDSON, J.; SCHELL, P. A. (Ed.) *New Approaches to Resistance in Brazil and Mexico*. Durham: Duke University Press, 2012. p.100-18.

STANTON, W. *The leopard's spots: scientific attitudes toward race in America 1815-1859*. Chicago: University of Chicago Press, 1960.

*RESUMO* – Esse artigo discutirá as impressões do abolicionista estadunidense Frederick Douglass sobre as relações raciais no Brasil escravista. Para tanto, utilizaremos sua autobiografia *My bondage and my freedom*, em cruzamento com artigos e discursos de sua autoria, nos quais o abolicionista revela o seu olhar comparativo entre a vida dos negros estadunidenses e afro-brasileiros. Nossa abordagem dará ênfase ao tema da mistura racial, um dos aspectos que mais chamavam a atenção de Douglass sobre o Brasil. Isso porque o tema tanto respondia a um dilema pessoal, já que ele mesmo era um homem de origem birracial, quanto pelo fato de o Império lhe parecer um exemplo de sociedade multirracial e igualitária que tanto sonhava para os Estados Unidos.

*PALAVRAS-CHAVE*: Frederick Douglass, Abolicionismo, Brasil.

*ABSTRACT* – This article will discuss the impressions of the American abolitionist Frederick Douglass of race relations in Brazilian slave-ridden society. To do so, we will use his autobiography *My bondage and my freedom*, together with articles and speeches he wrote, in which his abolitionist eyes reveal a comparative approach between the lives of African-Americans and Afro-Brazilians. We will emphasize the subject of racial mixing, one of the aspects that most drew Douglass's attention to Brazil, both because it was a personal dilemma for him, being himself was a man of biracial origin, and because the Empire seemed to him an example of a multiracial and egalitarian society that he very much dreamed for the United States.

*KEYWORDS*: Frederick Douglass, Abolitionism, Brazil.

*Luciana da Cruz Brito* é professora do Colegiado de História da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). @ – lucianabrito@ufrb.edu.br  
<https://orcid.org/0000-0001-8426-0552>

<sup>1</sup> Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, Bahia, Brasil.

Recebido em 10.6.2019 e aceito em 21.6.2019.

Goethe



# “O humano que jamais nos abandona”: A obra epistolar de Goethe

MARCUS VINICIUS MAZZARI<sup>1</sup>

**T**ODA INOVAÇÃO tecnológica traz consigo uma espécie de “pacto fáustico”, postulou o teórico de comunicação norte-americano Neil Postman, toda nova tecnologia “sempre nos dá algo, mas também sempre nos tira algo importante”.<sup>1</sup> As extraordinárias inovações que, num ritmo ainda em contínuo avanço, levaram às tecnologias de comunicação digital que dominam todo o planeta têm por corolário o declínio de um patrimônio da cultura humana: a tradição epistolar, cujas raízes remontam à Antiguidade clássica e judaico-cristã, compreendendo, entre outros grandes documentos, as cartas atribuídas a Platão, as epístolas de Cícero e Horácio, assim como as de Paulo e dos patriarcas da Igreja. Adensando-se ao longo da Idade Média e do Renascimento (lembrem-se as cartas, redigidas ainda em latim, de Dante, Petrarca e Erasmo de Roterdã), essa tradição, após ter passado pela célebre *épistolière* francesa Madame de Sévigné (1626-1696), alcançou seu apogeu no século de Voltaire (1694-1778), de cuja pena saíram, apenas entre os anos 1753 e 1778, mais de onze mil cartas, montante que representa tão somente as que se conservaram.

Posição de excepcional relevo na história do gênero epistolar ocupa igualmente a correspondência de Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), estimada em mais de vinte mil cartas escritas, 15 mil das quais depositadas no Arquivo Goethe e Schiller de Weimar, e 25 mil recebidas.<sup>2</sup> Abstraindo-se da mensagem em versos alexandrinos endereçada aos avós maternos no Ano Novo de 1757, a primeira carta goethiana transmitida à posteridade traz a data de 23 de maio de 1764 e foi endereçada a Ludwig Ysenburg von Buri que, apenas dois anos mais velho, presidia uma sociedade literária secreta (*Arkadische Gesellschaft zu Phylandria*) sediada na cidade de Offenbach sobre o Meno, no estado do Hesse. Nessa carta o adolescente da vizinha Frankfurt apresenta-se num estilo pomposo, com características do barroco tardio e do rococó, movido pelo intuito de conseguir admissão na sociedade arcádica presidida por Buri, a qual se converteria já no ano seguinte em loja maçônica. Se na primeira carta de Goethe, que deixa entrever um domínio soberano dos preceitos retóricos contemporâneos, já se pode reconhecer um prodigioso talento epistolográfico (que, no entanto, não foi suficiente para abrir ao jovem literato as portas dessa Arcádia do Hesse),<sup>3</sup> seu último escrito, endereçado quase setenta anos mais tar-

de a Wilhelm von Humboldt (1767-1835), constitui-se sem dúvida num dos mais elevados exemplos do gênero “carta” que se podem encontrar em toda a literatura mundial.

Tendo cultivado, ao longo de sete decênios, intensa atividade epistolar (expressivo exemplo nos oferece o dia 15 de março de 1832, em que Goethe – exatamente a uma semana da morte – ditou cinco cartas!<sup>4</sup>), não surpreende que o poeta tenha atribuído a esse gênero a mais alta importância, conforme exprime a observação que abre seu prefácio ao volume *Winckelmann und sein Jahrhundert* [*Winckelmann e seu século*], que organizou e editou em 1805 após ter recebido 27 cartas inéditas de Johann Joachim Winckelmann (1717-1768) ao amigo Hieronymus Berendis:

Cartas estão entre os mais importantes monumentos que o indivíduo pode legar. Pessoas de grande vivacidade imaginam muitas vezes diante de si, em seus solilóquios, um amigo ausente, ao qual elas comunicam seus sentimentos mais íntimos, e assim também a carta é uma espécie de solilóquio. Pois com frequência um amigo a quem se escreve torna-se muito mais o ensejo para uma carta do que seu objeto.

A correspondência ativa de Goethe registra cerca de 1.700 destinatários, ao passo que a passiva abarca aproximadamente 3.500 nomes. Amplo e vário mostra-se conseqüentemente o espectro de assuntos tratados, pois suas cartas de modo algum se restringiam à comunicação de sentimentos íntimos aos “amigos ausentes” que motivaram os solilóquios – ou amigas, como a condessa Auguste von Stolberg (1753-1835), que ocupa proeminente lugar em sua correspondência e com quem ele jamais chegou a encontrar-se pessoalmente. Centenas dessas cartas se aprofundam em questões científicas, estéticas, filosóficas, religiosas, políticas e mesmo diplomáticas, como o longo escrito de 10 de fevereiro de 1779 ao duque de Saxe-Weimar-Eisenach Carl August (1757-1828), que analisa de vários ângulos os possíveis desdobramentos do conflito entre a Prússia de Frederico, o Grande, e a Áustria. E mesmo quando tratam de assuntos na aparência inteiramente privados, não se pode dizer que essas cartas estejam comunicando a intimidade do epistológrafo de maneira direta e límpida, enquanto fiel “imagem da alma”, na antiga expressão (*eikôn psychés*) atribuída a Demétrio. A mencionada carta a Ludwig Ysenburg von Buri já pode ilustrar esse fato, pois nela a ambição pessoal do jovem frankfurtiano se reveste com grande sofisticação das regras e convenções da tradição retórica pressuposta no destinatário.<sup>5</sup> O que o adolescente afirma de sua própria pessoa ao apresentar-se ao presidente da sociedade arcádica, longe de constituir um *eikôn psychés*, não faz senão modular preceitos contidos em obras que gozavam de grande prestígio entre literatos em meados do século XVIII, como as *Satiren* (1755) de Gottlieb Wilhelm Rabener, que em um de seus capítulos trazia as preceptivas epistolográficas que foram “aplicadas” por Goethe.



Constelação algo semelhante se encontra na longa e tempestuosíssima missiva, escrita (de próprio punho) entre os dias 10 e 13 de novembro de 1767, na qual o então estudante de direito em Leipzig relata e desabafa ao amigo Ernst Wolfgang Behrisch (1738-1809) a paixão, inflamada por ciúmes avassaladores, pela moça Anna Katharina Schönkopf (1746-1810), filha do estalajadeiro que oferecia refeições e vinho aos universitários da “pequena Paris” (como Leipzig é mencionada no verso 2.172 do *Fausto*), entre os quais o rival de Goethe. Trata-se de uma carta extraordinariamente expressiva, mas que mescla de maneira talvez inextricável a eventual autenticidade dos sentimentos com o fingimento da elaboração literária, também deixando entrever a leitura da *Nova Heloísa* de J. J. Rousseau numa passagem em que descreve os tormentos que a simples visão da amada lhe causa: “Assim haverá de ser amanhã, depois de amanhã e sempre e sempre”.<sup>6</sup>

O movimento pré-romântico “Tempestade e Ímpeto” já se anunciava no horizonte e, assim, não haverá exagero em afirmar que o romance epistolar *Os sofrimentos do jovem Werther* germinava nessa arrebatada exposição, composta ao longo de quatro dias, das venturas e dos sofrimentos do jovem estudante de direito em Leipzig. O próprio epistológrafo, ao relatar o momento em que os ciúmes se apaziguam com uma declaração da amada, insere palavras sinalizadoras do distanciamento que conduz à transfiguração artística: “Minha carta tem uma bela predisposição para uma pequena obra, eu a li novamente e me assusto comigo mesmo”. Sete anos mais tarde viria então a lume a “pequena obra” que, conduzindo a um patamar superior a dialética entre “poesia e verdade” que já subjaz às duas cartas comentadas, converteu-se em sucesso mundial.<sup>7</sup>

### **Elaboração epistolar de experiências**

Entre as inúmeras riquezas que um leitor pode encontrar na obra epistolar de Goethe está a possibilidade de extrair-lhe subsídios para aprofundar o entendimento e a fruição de suas criações literárias. Ao mesmo tempo muitas de suas cartas já podem ser consideradas, em si mesmas, extraordinárias “obras de arte”, constituindo um momento áureo da prosa goethiana. Esses dois aspectos estão presentes, em excepcional conjunção, na correspondência com Friedrich Schiller (1759-1805), que se estende de 13 de junho de 1794 a 26 de abril de 1805 e representa um capítulo de máxima grandeza na história da literatura alemã, confundindo-se *grosso modo* com a década de apogeu do classicismo. O nível literário de muitas dessas cartas – ao qual o próprio Bertolt Brecht, por vezes pouco receptivo aos clássicos de Weimar, rendeu tributo em seu *Arbeitsjournal*<sup>8</sup> – repercute nas palavras que Goethe diz a Eckermann no dia 18 de janeiro de 1825: “Suas cartas são a mais bela recordação que possuo dele e pertencem ao que de mais primoroso ele escreveu”.

Pode-se afirmar assim que as 1.009 cartas trocadas por Goethe e Schiller compõem, paralelamente à qualidade literária que as distingue, uma teoria estética *in nuce*, que mapeia em detalhes os domínios dos gêneros épico e dramático

(por exemplo, ao discutirem o princípio retardador das epopeias homéricas, enfocando por Erich Auerbach no primeiro ensaio de *Mimesis*) assim como ilumina com admirável percuciência procedimentos estéticos e a gênese de obras como *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, *Hermann e Dorothea* ou o *Fausto I*, assim como, por parte de Schiller, *Wallenstein*, trilogia dramática que Goethe acompanhou de perto desde os momentos iniciais até a montagem e encenação no Teatro de Weimar, e outras peças como *Maria Stuart*, *A noiva de Messina*, *A donzela de Orleans* ou *Guilherme Tell* (as duas primeiras traduzidas entre nós por, respectivamente, Manuel Bandeira e Gonçalves Dias).

Na vida e, por extensão, na epistolografia de Goethe o ano de 1805 avulta como um divisor de águas, pois o dia 9 de maio assinala o falecimento de Schiller, privando-o não apenas de seu interlocutor mais importante, como também da “metade de minha existência”, conforme escreve vinte dias depois ao compositor berlinense Carl Friedrich Zelter (1758-1832):

Desde o tempo em que não voltei a escrever-lhe tive poucos dias bons. Pensava que estava perdendo a mim mesmo e eis que perco um amigo e, nele, a metade de minha existência. No fundo, eu deveria começar uma nova etapa de vida; mas para isso não há mais nenhum caminho na idade em que estou. Vejo agora cada dia diante de mim de maneira imediata e vou fazendo o que estiver mais a mão, sem pensar numa sequência que aponte para diante.

Com esse amigo berlinense Goethe trocará, até 11 de março de 1832, mais de 850 cartas, publicadas dois anos após a morte de ambos.<sup>9</sup> Se um leitor como Walter Benjamin atribui a essas cartas, conforme expresseo no amplo verbete redigido para a *Enciclopédia Soviética*, um significado superior ao que enxerga naquelas trocadas com Schiller,<sup>10</sup> não devemos supor que esse juízo do filósofo tenha por pressuposto a profundidade com que questões estéticas são debatidas, pois nesse aspecto o nível da correspondência Goethe-Schiller encontra poucos paralelos em toda a literatura mundial. As cartas direcionadas a Zelter impressionam, sobretudo, pela maneira com que a experiência de vida é elaborada, o que por vezes acontece precisamente em resposta a notícias de grandes perdas. Aflora então, como talvez possam demonstrar os trechos que vêm em sequência, uma “sabedoria” a que Thomas Stearns Eliot deu relevo em seu ensaio de 1954 “Goethe as the Sage”.

A carta de 3 de dezembro de 1812, escrita logo após Zelter lhe ter comunicado o suicídio de seu enteado, constitui expressivo exemplo. Evocando a fase juvenil em que ele próprio se inclinara perigosamente ao gesto cometido por Werther, Goethe reflete sobre a intensa luta que tivera de travar com o *tedium vitae*, contra “todos os sintomas dessa doença esquisita, tão natural quanto inatural” e que teria então avassalado seu “íntimo”. Notável nessa carta é o oferecimento a Zelter do pronome de tratamento familiar, o *Du* que não fora empregado no trato com Schiller. O berlinense, todavia, não entende de

pronto esse gesto, acreditando tratar-se de uma deferência momentânea, um gesto de solidariedade e simpatia; na carta subsequente, porém, Goethe volta a insistir na oferta, passando então os amigos a se tratar por *Du* (até certo ponto correspondente ao nosso “tu” ou “você”). Eis como se abre a primeira carta de condolências entre Weimar e Berlim:

Tua carta, meu caro amigo, comunicando-me a grande desgraça que atingiu tua casa, abateu-me, vergou-me muito, pois ela me encontrou em meio a graves reflexões sobre a vida, e eu me recompus apenas com teu apoio. Tu te provaste sobre a negra pedra de toque da morte como um genuíno, purificado ouro.<sup>11</sup> Quão magnífico se revela um caráter que alma e espírito penetraram de tal modo, e quão belo um talento que repousa sobre semelhante fundamento!

Sobre o próprio feito, ou desditoso feito, não sei o que dizer. Quando o *taedium vitae* se apodera da pessoa, esta só pode ser lamentada e não repreendida. Que uma vez no passado todos os sintomas dessa doença excêntrica, tão natural quanto inatural, avassalaram meu íntimo, sobre isso o *Werther* não deixa dúvida a ninguém. Sei muito bem o que me custou, em matéria de decisões e esforços, para escapar das ondas da morte, do mesmo modo como me salvei e recuperei penosamente de mais de um naufrágio posterior. E assim são mesmo todas as histórias de marinheiros e pescadores. Depois da tempestade noturna a gente, encharcada e respingando, ganha novamente a praia, seca-se, e na manhã seguinte, quando o magnífico sol surge novamente sobre as vagas, o mar volta a ter apetite por figos.<sup>12</sup>

Quinze anos mais tarde outra tragédia se abate sobre a vida familiar de Zelter, pois seu primogênito sucumbe ao cólera com 38 anos de idade. Goethe se vê então compelido a formular nova carta de condolências (19 de março de 1827), na qual envereda por especulações a que o próprio epistológrafo, na sequência do trecho reproduzido adiante, chama “abstrusas” e para as quais pede a condescendência do amigo. Se uma “desgraça semelhante” estreitara os laços entre ambos, como formulam as palavras iniciais, pode-se dizer que tal estreitamento se refletiu gramaticalmente na adoção do pronome de tratamento mais íntimo:

O que o amigo deve responder ao amigo num caso como este! Uma desgraça semelhante estreitou-nos com toda força, de tal modo que a união não poderia ser mais íntima. A presente desgraça deixa-nos assim como estamos e somos, e isso já é muito. O velho conto maravilhoso das noites que descem milhares e milhares de vezes, e sempre e sempre de novo, as parcas o narram incansavelmente entre si. Viver muito significa sobreviver a muitos, assim soa o sofrível ritornelo de nossa desajeitada caminhada pela vida, à maneira de um vaudeville. Ele sempre está de volta, agasta-nos e, todavia, impulsiona-nos mais uma vez no rumo de uma séria, renovada aspiração. O círculo de pessoas que me tocam mais de perto parece-me um convuluto de folhas sibilinas, das quais uma após outra, consumida pelas chamas da vida, desfaz-se no ar e assim, de momento a momento, confere aos que

ficam um valor mais elevado. Continuemos a atuar até que, convocados mais cedo ou mais tarde pelo espírito do mundo, retornemos ao éter! E que então o Ser eternamente vivo não nos recuse novas atividades, análogas àquelas nas quais já nos experimentamos.

Dignas de integrar qualquer antologia epistolar da literatura mundial mostram-se ainda duas outras cartas goethianas que também elaboram a experiência da morte. A primeira traz a data de 10 de julho de 1828 e é enviada a Zelter da pequena cidade de Dornburg, onde Goethe se refugiara para subtrair-se às cerimônias fúnebres em homenagem ao grão-duque Carl August (1757-1828), a quem o ligava uma amizade de mais de meio século. “No mais doloroso estado íntimo, tive de preservar pelo menos meus sentidos exteriores, e rumei para Dornburg a fim de furtar-me àquelas sombrias cerimônias através das quais, como é adequado e justo, representa-se simbolicamente para a multidão aquilo que ela perdeu no momento e que, nesse caso, sem dúvida toca seus sentimentos em vários aspectos”: de maneira abrupta, sem saudação inicial ou qualquer tipo de introdução, começa essa carta que – elaborando o luto através de plásticas descrições de sombras e luzes, flores e toda a vegetação nos jardins de Dornburg (os matizes de verde nas vinhas, por exemplo) e, de maneira indireta e sutil, também por meio de observações ópticas assim como de metáforas e símbolos cromáticos inspirados pela sua *Teoria das cores* (*Zur Farbenlehre*, 1810) – oferece-nos, nas palavras de Albrecht Schöne, “uma das grandes respostas à condição mortal do ser humano”.<sup>13</sup>

“Atividade”, tal como aparecera nas especulações “abstrusas” anteriormente citadas (“Continuemos a atuar [...]”) e que também avulta no final do *Fausto*, conjugada com o motivo da “aspiração”, enquanto fundamento da redenção do herói (“Quem aspirar, lutando, ao alvo, / À redenção traremos”, dizem os anjos que escoltam a enteléquia de Fausto nos versos 11.936-937), desempenha nessa carta um papel “complementar” à experiência da morte, em secreta correspondência com o seguinte postulado da *Teoria das cores*: “Quando o olho avista a cor, ele é logo posto em atividade, sendo de sua natureza produzir neste exato momento, de maneira tão inconsciente quanto necessária, uma outra [a respectiva cor complementar], a qual contém, ao lado da que está dada, a totalidade do espectro cromático”.<sup>14</sup>

A última carta de pêsames escrita por Goethe foi enviada no dia três de janeiro de 1832 (a menos de três meses de sua morte) ao filho do renomado químico e físico Thomas Johann Seebeck (1770-1831), que em 20 de dezembro de 1831 lhe havia comunicado o falecimento do pai e, ao mesmo tempo, a veneração que este, mesmo após o esfriamento e ruptura da amizade, nunca deixara de dedicar-lhe, não só enquanto poeta, mas também como cientista:

Os escritos de Vossa Excelência, quaisquer que fossem seus conteúdos, não saíam de sua mesa, eram sempre a leitura predileta dele; com frequência ele exclamava: “Entre todos os naturalistas vivos, Goethe é o maior, o único

que sabe o que realmente importa!"; com frequência ele se expressava da seguinte maneira: "De todos os nossos poetas, nenhum captou a essência do ser humano com tanta profundidade como Goethe!"; com frequência ele dizia: "Goethe compreende a Natureza porque ele conhece o ser humano, e ele compreende o ser humano porque ele conhece a Natureza!". Estou repetindo essas palavras não para, em nome do falecido, fazer algo que ele, enquanto vivo, rejeitou fazer, mas porque reconheço o quanto essas palavras honram meu pai, e por acreditar que nesse sentido elas também possuem um valor especial para Vossa Excelência.

O contato com Seebeck, autoridade europeia e mundial nas investigações sobre as chamadas cores entópticas (para mencionar o campo que mais de perto interessava ao poeta-cientista), começou da maneira mais promissora para Goethe, que esperava daquele um apoio abalizado para as próprias concepções ópticas e sua controversa teoria cromática antinewtoniana, sobretudo após a nomeação de Seebeck para a Academia de Ciências de Berlim, lugar de grande visibilidade no mundo científico. As coisas, contudo, não transcorreram exatamente no rumo desejado pelo weimariano e a relação entre ambos, tão auspiciosa em seus primeiros anos, desemboca num afastamento ao qual Goethe parece conferir autonomia na medida em que o estilo da carta, preterindo o modo verbal, passa a priorizar construções nominais – ou seja, não são os amigos que se comportam ativamente no sentido de um crescente estranhamento, mas é este mesmo que, conquistando autonomia, teria se interposto entre ambos, Goethe e Seebeck. Também a essa carta Albrecht Schöne dispensa uma magistral análise estilística no capítulo VIII do mencionado livro *Der Briefschreiber Goethe*, enxergando nela a síntese de "vinte e oito anos de uma relação sumamente significativa para o estudioso da natureza Goethe, de cooperação e amizade, de uma profunda decepção, mágoa e, por fim, estranhamento".<sup>15</sup>

Também Walter Benjamin comentou esse "grandioso documento" humano (em suas palavras) na antologia de cartas *Deutsche Menschen* [*Homens alemães*], tendo cunhado, à luz de seus traços estilísticos, a expressão "tabelião do próprio íntimo" (*Kanzlist des eigenen Innern*) para caracterizar a linguagem cerimoniosa e algo empolada do velho epistológrafo. Esse estilo "chanceleresco" talvez possa ser observado no segundo parágrafo da carta ao jovem Seebeck, que havia comunicado a Goethe a veneração que seu recém-falecido pai, a despeito do afastamento, nunca deixara de dedicar-lhe, não só enquanto poeta, mas também como cientista:

Quando, entre amigos distantes, insinua-se primeiramente um silêncio, sobrevém tão logo um emudecer e daí, sem qualquer razão ou necessidade, se produz um mal-estar; então temos de reconhecer nisso, infelizmente, uma espécie de desamparo, que pode avultar-se em temperamentos benevolentes, bem-intencionados, e que devemos tentar, como em relação a outros defeitos, superar e eliminar com consciência. [...] Uma coisa, porém, posso assegurar: que, em relação ao que desapareceu tão cedo, eu,

como amigo, jamais deixei faltar afeto, e tampouco, como pesquisador, faltar admiração e envolvimento; sim, e que com frequência eu tencionava expor à sua consulta coisas que me eram importantes, através do que então todos os maus espíritos da desconfiança teriam sido afugentados.

Apesar, contudo, da expressão distanciada e protocolar que vigora nessas linhas, Benjamin vê despontar na parte final da carta – do mesmo modo como, na metáfora mobilizada pelo crítico, o musgo ou uma frágil planta irrompe por entre as muralhas de uma construção inexpugnável – o “sentimento” do velho humanista ao despedir-se do filho de Seebeck e, no fundo, também da própria “vida que passa rumorejante”:

Mas a vida que passa rumorejante tem, entre outras excentricidades, o fato de que nós, tão envolvidos em atividade, tão sequiosos de prazeres, raramente sabemos apreciar e prender a nós os detalhes do instante que nos são oferecidos. E assim resta-nos ainda, em idade tão avançada, o dever de, pelo menos em suas peculiaridades, reconhecer o humano que jamais nos abandona e, por meio de reflexão, tranquilizarmo-nos em relação às insuficiências, cuja imputação [a nós] não pode ser inteiramente afastada.

Como apontado antes, em duas oportunidades Goethe desincumbiu-se da difícil tarefa de exprimir suas condolências a Zelter; no dia 13 de novembro de 1830, contudo, é este que se vê compelido a enviar semelhante mensagem a Weimar, pois chega então a Berlim a notícia da morte em Roma de August von Goethe, filho único do poeta, aos 41 anos de idade: “O que acabo de ficar sabendo por terceiros, no momento em que meu último escrito a ti já está no correio, não te será mais, meu bom amigo, nenhum segredo. Essa notícia fez supurar em mim uma velha úlcera, que eu acreditava ter finalmente cicatrizado”. Em carta datada de 23 de fevereiro de 1831, Goethe narra a Zelter detalhes da viagem italiana do filho, a qual por fim o levou a “descansar junto à Pirâmide de Céstio, no lugar pelo qual o pai, antes de seu nascimento, acalentava anelos poéticos”.<sup>16</sup> Contudo, já uma semana após ter recebido as condolências do amigo berlinense, Goethe responde-lhe com uma carta que entra igualmente na tradição epistolográfica como um de seus grandiosos documentos:

*Nemo ante obitum beatus* é uma palavra que figura na história mundial, mas que no fundo não quer dizer nada.<sup>17</sup> Se tivesse de ser pronunciada com algum fundamento, deveria dizer: “espera por provações até o final”. A ti, meu caro, elas não faltaram, a mim também não,<sup>18</sup> e é como se o destino tivesse a convicção de que a gente não é um feixe de nervos, veias, artérias e outros órgão daí derivados, mas de arame.

Obrigado pela tua simpática carta! eu também tive certa vez de transmitir-te uma tal mensagem de Jó como saudação de hospitalidade.<sup>19</sup> E vamos deixar as coisas assim como estão.

O verdadeiramente curioso e significativo nessa provação é que, com a chegada do novo ano, eu acreditava poder desvencilhar-me de todos os fardos e passá-los a um vivente mais moço; e eis que daqui para a frente

terei de arrastá-los eu mesmo, e tudo de maneira ainda mais pesada do que antes.

Aqui é tão somente o grande conceito do dever que pode nos manter em pé. Não tenho outra preocupação a não ser conservar-me fisicamente em equilíbrio; todo o restante virá na sequência. O corpo precisa, o espírito quer e quem vê o rumo mais necessário prescrito ao seu querer, este não precisa ficar refletindo muito. Não quero ir mais adiante, mas me reservo o direito de eventualmente poder prosseguir a partir desse ponto.<sup>20</sup> Meus cumprimentos mais afetuosos e agradecidos a todos aqueles que tão fielmente se solidarizaram.

Mergulhar no trabalho sob a égide da “atividade” foi mais uma vez o caminho que Goethe encontrou para fazer frente a uma grande perda, agora provavelmente a maior de todas; ele retoma os esquemas e fragmentos, redigidos ao longo de dez anos, para o quarto volume de sua autobiografia *Poesia e verdade* e em apenas duas semanas consegue concluir a obra. Contudo, o sofrimento recalcado e o gigantesco esforço intelectual despendido pelo octogenário provocam, conforme se exprime no dia 30 de dezembro de 1830 ao mesmo Zelter, uma “explosão” em seu corpo: estoura um vaso do pulmão e a perda de sangue é de tal ordem que, “se socorro adequado não tivesse acudido de imediato, a *ultima linea rerum*<sup>21</sup> teria sido certamente traçada”. De todo modo, o velho poeta se recupera e logo pode entregar-se de corpo e alma ao que viria a ser a “ocupação principal” (*Hauptgeschäft*) de seus derradeiros anos, como passou então a referir-se à segunda parte do *Fausto*.

### **Uma *aesthetica in nuce* em cartas**

Cerca de dez meses após a morte do filho em Roma, Goethe se vê em condições de comunicar ao amigo Carl Friedrich Reinhard o encerramento de seu trabalho na tragédia, coroando-se um esforço de seis décadas:

Mas devo salientar confidencialmente que me foi possível concluir a segunda parte do *Fausto*. [...] Então que ela possa um dia aumentar o peso específico dos volumes vindouros de minhas obras, não importa como e quando isso aconteça. Meu desejo é que ela chegue às suas mãos numa hora propícia. Não espere elucidação; à semelhança da história do mundo e dos homens, o último problema solucionado sempre desvenda um novo problema a ser solucionado.

E no dia seguinte, a mesma boa-nova é enviada ao historiador e colecionador de arte Johann Sulpiz Boisserée, um amigo renano 34 anos mais jovem:

Aqui está ele [o *Fausto*] então, tal como me foi possível realizá-lo. E se ele ainda contém suficientes problemas, se de modo algum proporciona toda elucidação necessária, mesmo assim irá alegrar o leitor que sabe entender-se com gestos, acenos e leves alusões. Esse leitor encontrará até mesmo mais coisas do que eu pude oferecer.





Cartas como as duas citadas, em que Goethe tece considerações sobre suas próprias criações e descortina ao destinatário detalhes de sua oficina literária, perfazem um conjunto altamente significativo em sua epistolografia, com textos que podem ser colocados ao lado do que há de mais representativo no gênero em toda a literatura mundial. É o que se observou acima em relação às cartas trocadas com Friedrich Schiller, certamente o seu interlocutor mais extraordinário. A morte precoce desse amigo impossibilitou um intercâmbio sobre o *Fausto* nos mesmos moldes em que se configurara a correspondência sobre *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, decisiva para a conclusão dessa obra que deu à literatura mundial o chamado “romance de formação” (*Bildungsroman*). Mesmo assim o ano de 1797, quando Goethe decide retomar a tragédia que por largo tempo estivera relegada a um plano secundário, registra importantes cartas, como a de 22 de junho, em que Goethe, aludindo ao profeta Daniel – o qual adivinha e interpreta o sonho do rei Nabucodonosor (Daniel, 2) –, comunica a Schiller essa intenção e lhe envia as cenas já redigidas: “Mas agora eu desejaria que o senhor tivesse a bondade de, numa noite de insônia, refletir sobre isso, apresentar-me suas exigências ao conjunto da obra e, desse modo, contar-me e interpretar-me meus próprios sonhos, como um verdadeiro profeta”.

No tocante ao *Fausto*, e mais especificamente à sua segunda parte, é Wilhelm von Humboldt, o irmão mais velho do grande naturalista, que avulta soberanamente entre os correspondentes de Goethe. Sua erudição, experiência cosmopolita e largueza de horizontes – Wilhelm von Humboldt desempenhou relevantes missões diplomáticas e foi um dos fundadores da Universidade de Berlim –, toda sua formação artística, científica, filológica e filosófica colocam sua correspondência com Goethe no mais alto patamar, próximo ao que foi alcançado com Schiller. Tendo vigorado por quase quarenta anos, esse contato epistolar se fecha com duas cartas excepcionais sobre o *Fausto*: em 1º de dezembro de 1831 o velho poeta elucida ao amigo, entre outras coisas, o papel que reservava a todos os futuros leitores da tragédia, em especial a tarefa de suprir as lacunas deixadas no enredo dramático e, desse modo, estabelecer as conexões e transições necessárias (*an Übergängen zu supplieren*). Além disso, Goethe comunica-lhe a decisão de destinar a obra para publicação póstuma, o que conduz Wilhelm von Humboldt, em nova carta de 6 de janeiro de 1832, à tentativa de demover o amigo de tal intenção, ao mesmo tempo que faz notáveis indagações sobre o papel desempenhado pelo consciente e o não consciente na gênese da tragédia. Na resposta de 17 de março, a tão somente cinco dias da morte, o poeta mostra-se irredutível quanto à publicação póstuma:

Sem dúvida alguma me daria alegria infinita comunicar e dedicar esses gracejos muito sérios aos meus queridos amigos, gratamente reconhecidos e dispersos pelo mundo, acolhendo também o seu retorno. Mas o dia presente é de fato tão absurdo e confuso que me convenço de que os meus esforços sinceros, despendidos por tão longo tempo em prol desta construção insólita, viriam a ser mal recompensados e por fim arrastados à

praia, onde ficariam como destroços de naufrágio para logo serem soterrados pelas dunas das horas. Doutrina desorientadora aliada a ação desorientadora é o que reina no mundo, e eu não tenho nada de mais imperioso a fazer do que intensificar aquilo que existe e restou em mim e depurar as minhas particularidades.

Já no tocante ao processo genético do drama, a resposta goethiana retoma imagens provenientes da esfera do trabalho artesanal (empregadas por Humboldt em sua carta) para sugerir, de maneira plástica e concreta, a interação de estados conscientes e não conscientes na dinâmica da criação artística: esses dois estados sempre teriam se relacionado entre si como “urdidura e trama” (*Zettel und Einschlag*) sob as mãos do tecelão, pois se muitos trechos do *Fausto* brotaram da pura inspiração (de fontes inconscientes e inatas), para a conclusão do drama foi imperioso impor-se a mais rigorosa disciplina intelectual – e trabalhar, portanto, *en toute lucidité*, como diria mais tarde Paul Valéry:

Havia mais de sessenta anos que a concepção do *Fausto* estava clara, desde o início, em meu jovem espírito, mas a sequência completa pouco desenvolvida. Bem, fiz com que a intenção sempre caminhasse lentamente ao meu lado e só elaborava, de maneira isolada, as passagens que se me afiguravam como as mais interessantes, de tal modo que na segunda parte restaram lacunas, a serem relacionadas ao restante por meio de um interesse homogêneo. Mas aqui veio à tona a imensa dificuldade de alcançar, mediante propósito e caráter [isto é, o trabalho consciente], aquilo que no fundo deveria caber tão somente à Natureza ativa e espontânea [a inspiração não-consciente]. Contudo, não seria bom se isso não tivesse sido possível após uma vida tão longa, tão plena de reflexão ativa; e não me deixo dominar pelo temor de que se venha a distinguir o elemento mais antigo do elemento mais novo, o mais recente do mais remoto – coisa que entregamos aos futuros leitores para verificação propícia.

Pode-se dizer assim que Goethe coroa sua obra epistolográfica e, ao mesmo tempo, despede-se da vida com uma de suas mais grandiosas cartas.<sup>22</sup> Entre as riquezas que ela nos descortina está a possibilidade de rastrear no *Fausto* as passagens mais associadas à inspiração não consciente (na metáfora tecelã, o movimento transversal da “trama”, *Einschlag*) e, sobretudo na segunda parte, as sequências dramáticas tributárias do esforço consciente, o corte longitudinal da “urdidura” (*Zettel*). Dessa carta podemos igualmente desentranhar a visão que o velho poeta tinha de sua *opera della vita*, em que trabalhou ao longo de seis décadas (“esses gracejos muitos sérios”: *diese sehr ernsten Scherze*; e ainda “essa construção insólita”: *dieses seltsame Gebäu*) e os motivos que lhe ditaram a decisão de não publicá-la em vida, ou seja, a “doutrina desorientadora” que, “aliada a ação desorientadora [...] reina no mundo” e sob cuja influência a obra logo se converteria em “destroços de naufrágio”. Além disso, não se poderia vislumbrar nessa última carta de Goethe a vigência da ideia de formação (*Bildung*)? Pois ao desalento com que via a história europeia por volta de 1830 (ações e doutrinas

desorientadoras), o octogenário ainda contrapunha o impulso formativo, ou seja, o empenho contínuo em “depurar minhas particularidades”.

O caráter notável dessa carta-testamento transparece também nas palavras que seu destinatário, Wilhelm von Humboldt, envia ao chanceler Friedrich von Müller (1779-1849), amigo e colaborador de Goethe, no dia 18 de abril: “Recebi de Goethe uma carta infinitamente interessante e ainda agora mal acredito nos meus olhos ao ver que ela está datada de 17 de março, portanto cinco dias antes de sua morte”.

Nesse conjunto epistolar que trata de assuntos artísticos e literários e do qual se poderia extrair uma espécie de *asthetica in nuce* entrariam ainda inúmeras outras cartas, concernentes não apenas ao *Fausto* ou aos *Anos de aprendizado*, mas também ao poema épico *Hermann e Dorothea*, ao ciclo lírico *Divã ocidental-oriental*, aos romances *Os anos de peregrinação de Wilhelm Meister*, *As afinidades eletivas* ou mesmo ao *Werther*, entre outras obras. Citem-se como exemplo essas linhas enviadas a Zelter, no dia 11 de maio de 1820, sobre o ciclo lírico inspirado, sobretudo, pelo poeta persa Hafiz (*circa* 1315-1390) e que, publicado em 1819, apareceria oito anos depois em versão ampliada:

Nesse meio-tempo voltaram a se acumular novos poemas para o *Divã*. Essa religião, mitologia e costumes maometanos abrem espaço a uma poesia tal como convém aos meus anos. Entrega incondicional à vontade inescrutável de Deus, serena e ampla visão da agitada dinâmica das coisas mundanas, retornando sempre em círculos e espirais; amor, empatia flutuando entre dois mundos, todo o real purificado, esvanecendo-se simbolicamente.

Em outros momentos de sua epistolografia, principalmente nos anos de velhice, Goethe desenvolve reflexões de caráter mais geral sobre seu processo de criação literária, como na carta de 27 de setembro de 1827 a Carl Jacob Ludwig Iken (1789-1841) em que exprime a importância que a dimensão da “experiência” sempre teve para suas produções e delineia um procedimento estético passível de ser concretizado à luz da segunda parte do *Fausto* assim como do *Wilhelm Meister* (ambos os romances) ou das *Afinidades eletivas*:

Como muita coisa em nossa experiência não pode ser pronunciada de forma acabada e nem comunicada diretamente, há muito tempo elegi o procedimento de revelar o sentido mais profundo ao leitor atento por meio de configurações que se contrapõem umas às outras e ao mesmo tempo se espelham umas nas outras. Como tudo a que dei expressão se fundamenta em experiência de vida, posso certamente sugerir e esperar que as minhas criações poéticas sejam por sua vez efetivamente vivenciadas.

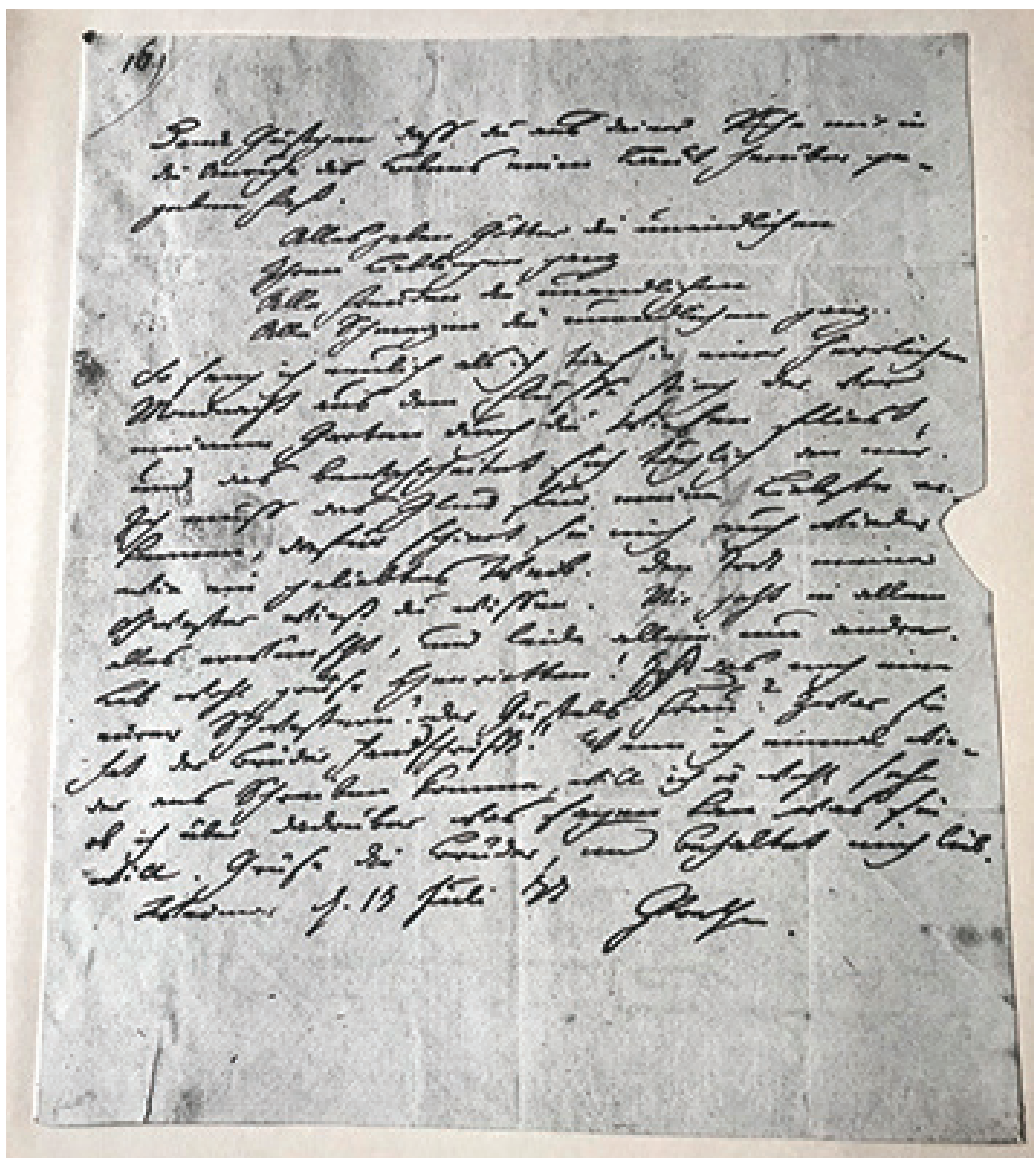
Relevante nesse contexto mostra-se também uma carta de 3 de novembro de 1826 dirigida a Johann Sulpiz Boisserée. Após afirmar não querer privar-se de uma “consideração geral” (*allgemeine Betrachtung*) cuja exposição – supõe o poeta: “Não irei censurar se o senhor sorrir” – provocaria uma reação cética

no jovem amigo, Goethe define-se como “matemático ético-estético”, o que parece sinalizar uma superação dos conceitos de símbolo e alegoria lançados em seu período classicista:<sup>23</sup>

Em todo assunto mundano, econômico, financeiro, mercantil pode-se com prudência estabelecer ligações com qualquer pessoa, o lucro se apresentará de maneira clara e, quanto ao prejuízo, a gente se consola no fim; mas em regiões mais elevadas uma ligação falsamente estabelecida no terreno estético, ético, religioso é repleta de perigos e todo fracasso traz tristes consequências. Não irei censurar se o senhor sorrir por incorrer eu novamente no geral. Como matemático ético-estético tenho de avançar sempre, em meus anos provectos, até àquelas últimas fórmulas, mediante as quais o mundo ainda se me torna apreensível e suportável.

Para fechar essas explicações, valeria assinalar que foi também por intermédio de cartas que Goethe lançou, em seus anos de velhice, a ideia de *Weltliteratur* (“literatura mundial”). Pois se ele a concebeu prioritariamente, como argumenta Dieter Lamping em seu texto “Was ist Weltliteratur? Ein Begriff und seine Bedeutungen” [O que é literatura mundial? Um conceito e seus significados], sob o aspecto “comunicativo”, isso se deve ao contato, inclusive epistolar, que estabeleceu com inúmeros literatos europeus, como Lord Byron, Walter Scott, Alessandro Manzoni etc.<sup>24</sup> A primeira carta que menciona essa nova ideia (“Estou convencido de que uma literatura mundial está se formando”, já nas primeiras palavras) foi dirigida em 27 de janeiro de 1827 a Karl Streckfuß, tradutor, entre outras obras italianas, de epopeias de Dante, Ariosto e Torquato Tasso. Seis meses depois o mesmo anúncio é feito a Thomas Carlyle, que em 1824 publicara sua tradução (*Wilhelm Meister's Apprenticeship*) do romance fundador do gênero *Bildungsroman*. Os nomes de Streckfuß e Carlyle não são fortuitos nesse complexo, uma vez que Goethe atribuía a tradutores papel do mais alto relevo na constituição da *Weltliteratur*. Com toda nitidez esse pensamento vem à tona numa outra carta enviada ao tradutor dos *Anos de aprendizado* em 1º de janeiro de 1828. Valendo-se de um vocabulário do comércio internacional, Goethe discorre sobre o ofício de promover o contato e o enriquecimento mútuo entre os mais diversos povos e culturas, acrescentando em seguida:

E assim deve ser visto o tradutor, já que se empenha enquanto mediador nesse amplo comércio espiritual e toma a si a incumbência de fomentar o intercâmbio. Pois não importa o que se possa dizer das insuficiências da tradução, esta é e permanecerá um dos negócios mais importantes e dignos na movimentação geral do mundo. O Alcorão diz: “Deus deu a todo povo um profeta em sua própria língua”. Assim todo tradutor é um profeta para seu povo. A tradução da Bíblia feita por Lutero produziu os maiores efeitos, ainda que a crítica continue, até os dias de hoje, a fazer ressalvas e encontrar defeitos.



Carta de Goethe (17 de junho de 1777) em que comunica a morte de sua irmã Cornelia (1750-1777) à condessa Auguste von Stolberg (1753-1835). Logo após a frase de abertura (três primeiras linhas), Goethe insere quatro versos que, conforme escreve em seguida, ocorreram-lhe numa magnífica noite enluarada, ao sair de um banho no rio Ilm: “Alles geben Götter die unendlichen / Ihren Lieblingen ganz / Alle Freuden die unendlichen / Alle Schmerzen die unendlichen ganz” (Tudo os deuses dão, os infintos, / A quem amam, por inteiro / Todas as alegrias, infintas / Todas as dores, infintas, por inteiro). (Extraída de: Goetheana. A Centenary Portfolio of Forty-three Facsimiles. William A. Speck Collection, Yale University Library. New Haven, 1932.)

Não seria ocioso lembrar por fim que, tão somente uma década mais tarde, Marx e Engels iriam apoiar-se nas formulações goethianas sobre *Weltliteratur* para postularem no *Manifesto comunista*, deslocando a ênfase para o processo produtivo, que os “produtos intelectuais das nações isoladas” se convertiam em “patrimônio comum”: “E o que se dá com a produção material, dá-se também com a produção intelectual. [...] A unilateralidade e estreiteza nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis, e das muitas literaturas nacionais e locais vai se formando uma literatura mundial”.<sup>25</sup> Nessa passagem a incipiente percepção goethiana do processo de globalização – conforme sinalizam termos como “amplo comércio”, “intercâmbio” ou “um dos negócios mais importantes” – é elevada a um patamar superior. Enquanto, porém, Marx e Engels veem a literatura mundial sob um aspecto ligado à produção e distribuição (e que por isso Lamping, no mencionado texto, designa como “distributivo”), Goethe a concebe antes, como observado acima, de uma perspectiva “comunicativa” e “intertextual”.

### O “brasileiro” Martius

Não foi, contudo, apenas por meio de cartas que o velho Goethe esboçou e difundiu sua concepção de *Weltliteratur*; ele também o fez através de ensaios, resenhas, conversas (como as registradas por Eckermann em 25 de janeiro de 1825 e 31 de janeiro de 1827) e textos de diversas ordens. Entre esses citemos, por exemplo, a saudação (*Grußadresse*) dirigida a um grande congresso de médicos e naturalistas alemães que teve lugar na cidade de Berlim em setembro de 1828. Nesse texto Goethe enaltece, mais ainda do que a comunicação epistolar, o contato pessoal, propiciado pelas novas facilidades de viagem, entre “Literatoren” (“literatos” ou escritores concebidos em sentido lato):

Se ousamos anunciar uma literatura europeia e, de maneira mais ampla, uma literatura mundial, isto não significa que as diferentes nações passem a tomar conhecimento de si e de seus produtos, pois nesse sentido ela existe há muito tempo, continua avançando e se renovando de um modo ou de outro. Não!, aqui se trata muito mais de que os literatos vivos e empenhados se conheçam uns aos outros e, por meio de simpatia e sentido comunitário, sintam-se ensejados a atuar socialmente.

Uma vez, porém, que a “saudação” se destinava a um evento de naturalistas e médicos, a sequência do texto enfatiza a necessidade de intensificar o contato entre os que atuavam no mundo das ciências, pois assim “desdobrar-se-á uma atividade como o mundo só a vivenciou no século subsequente a uma longa escuridão, após a invenção da imprensa, e com meios e recursos muito mais modestos”.

A despeito de tais palavras auspiciosas é importante salientar que, nessas alturas, Goethe via com crescente resignação a acolhida que suas pesquisas recebiam por parte de cientistas alemães, conforme se articulava na carta enviada a Zelter em 10 de julho de 1828. Ao mesmo tempo que – segunda consta naquele relato ao amigo berlinense – chegavam-lhe reações produtivas do estrangeiro

(especialmente da França e da Suíça francesa, onde o interesse por sua *Metamorphose der plantas* estaria se intensificando), em relação à “querida” Alemanha a repercussão de sua obra científica lhe parecia, ao contrário, bastante desalentadora:

Prestei sincera atenção para ver se, dos encontros de ciências naturais que há três anos vêm se realizando, ao menos uma única coisa pudesse penetrar em meu íntimo, tocar-me, estimular-me – a mim, que há 50 anos venho me devotando apaixonadamente a considerações sobre a natureza; abstraindo-se, porém, de certas particularidades, as quais no fundo me transmitiram apenas conhecimento, não me coube absolutamente nada, nenhuma nova exigência chegou até mim, nenhuma dádiva me foi oferecida. Por isso, tive de somar os juros ao capital e quero ver como a *Summa Summarum* frutificará no estrangeiro.<sup>26</sup> Peço-lhe encarecidamente que guarde silêncio sobre isso, pois me lembro neste instante que a ciência volta a reunir-se entre vocês em ampla escala.<sup>27</sup>

Essas últimas palavras aludem justamente à assembleia de médicos e naturalistas alemães “saudada” no escrito anunciador da nova ideia de *Weltliteratur*. Mas seria mesmo procedente o diagnóstico pessimista que se esboça na carta ao velho amigo berlinense? Talvez não inteiramente, considerando que, já na abertura do congresso, o trabalho científico de Goethe recebeu calorosa homenagem, como demonstra Rudolf Steiner num texto de 1895, por parte de ninguém menos do que o mais célebre dos naturalistas: Alexander von Humboldt, patrono da ecologia moderna.<sup>28</sup> O outro proeminente cientista que lhe rendeu tributo durante o congresso foi “Martius, o brasileiro”, conforme o próprio Goethe costumava chamar o botânico bávaro (e idealizador da monumental *Flora brasiliensis*, concluída apenas em 1906) Carl Friedrich Philipp von Martius,<sup>29</sup> que em sua conferência “Sobre a arquitetura das flores”, também comentada por R. Steiner, deu grande destaque ao papel precursor do tratado sobre *A metamorphose der plantas* e dignificou o *aperçu* goethiano da “planta primordial” (*Urpflanze*).

Com o nome de Martius toca-se, porém, num dos mais fecundos intercâmbios científicos e culturais da velhice goethiana. Como sabido, entre os anos de 1817 e 1820 o jovem bávaro percorreu, ao lado do zoólogo Johann Baptist Spix, cerca de onze mil quilômetros de território brasileiro, realizando pesquisas em diversas áreas da ciência, sobretudo no estudo das arcáceas, o que lhe valeu a reverência do próprio Alexander von Humboldt: “Enquanto o ser humano conhecer palmeiras e falar de palmeiras, o nome de Martius será sempre mencionado com glória”.<sup>30</sup> Em outubro de 1823, já estabelecido em Munique (de cujo Jardim Botânico se tornaria diretor), Martius dá início a uma correspondência com Goethe, descortinando-lhe vários aspectos do imenso país sul-americano que à época registrava apenas três milhões e meio de habitantes.<sup>31</sup>

Quanto ao aspecto literário, para mencionar esse único ponto, Martius tece acerbas críticas à epopeia *Caramuru*, de Santa Rita Durão, que numa comparação com *Os Lusíadas* se mostraria “no conjunto tão enregelada, pálida e pouco poética”. Sabedor, porém, do desagrado de Goethe com a inclinação de certos românticos franceses por temas fantasmagóricos e macabros, Martius também louva a literatura brasileira contemporânea por supostamente estar livre de tais tendências “ultrarromânticas”, num gesto retórico que parece ir ao encontro do aforismo de Georg Christoph Lichtenberg, segundo o qual “as cartas de um homem inteligente sempre contêm o caráter das pessoas a quem ele escreve”.<sup>32</sup>

Graças ainda a essa amizade tardia, Goethe retoma dois poemas com o subtítulo *Brasilianisch*, redigidos 43 anos antes sob a inspiração do ensaio de Montaigne sobre os canibais, e os integra a sua concepção da incipiente *Weltliteratur*. Trata-se de duas canções, originalmente em tupi, colocadas na boca de um selvagem, a primeira de morte, tematizando a antropofagia da perspectiva do próprio selvagem aprisionado, e a segunda de amor, estruturada em torno da imagem de uma cobra coral. Como Montaigne em seu ensaio, também Goethe dispensou extraordinária deferência a essas manifestações da cultura tupi na medida em que as coloca, num posterior poema sobre o advento da *Weltliteratur*, ao lado de salmos de Davi e de poemas persas: “Como Davi entoou a harpa e o canto principesco, / A canção da viticultora soou docemente junto ao trono, / O bulbul [rouxinol] do persa envolve o canteiro de rosas / E pele de serpente esplandece como cinto indígena, / De pólo a pólo, canções se renovam, / Uma dança das esferas, harmônica no tumulto; / Deixai que todos os povos sob o mesmo céu / Animados se regozijem nas mesmas dádivas”.<sup>33</sup>

Mas o enriquecimento que o contato com Martius trouxe ao poeta-cientista 45 anos mais velho se deu, sobretudo, no campo botânico, como se pode aferir dessa carta que Goethe envia a Munique em 28 de março de 1829:

A Carl Philipp v. Martius

Para ser sincero, meu caríssimo, eu diria que não aproveitamos de modo suficiente, condignamente suficiente, as poucas horas que nos foram dadas para passá-las em tão feliz convivência. É verdade que discussões irreverentes não devem ser censuradas nem reprovadas, pois através delas sempre afloram seriedade e propósito, e desse modo a gente talvez passe com mais facilidade por cima de certas diferenças; acontece que, após sua partida, passei a sentir com demasiada intensidade que o senhor não me familiarizou a contento com a tendência espiral no crescimento das plantas, a que o senhor deu um desdobramento tão rico em ideias. Orientando-me pelo conciso esquema que ficou aqui, avancei um tanto nesse meio-tempo e venho encontrando os mais notáveis testemunhos, as mais agradáveis analogias para essa visão; anotei muita coisa, uma ou outra deixei de lado, e ainda estabeleci relações entre algumas outras. Mas agora eu desejaria, para o avanço de minhas pesquisas, que o senhor me comunicasse a evolução de



*Goethe em seu quarto de trabalho, ditando ao seu secretário e escrevente Johann August John (1794-1854). Quadro a óleo de Johann Joseph Schmeller (1796-1841). O original encontra-se na Biblioteca Anna Amalia, em Weimar.*



seus pensamentos, do mesmo modo como o fez em Berlim; que depois de mil noites vigore mais uma, e após ter alegrado trezentos naturalistas, proporcione o mesmo também a mim, como alguém que no amor e na paixão por esses assuntos eternamente vivos não quer ficar atrás de ninguém. O senhor Soret, chamado de Genebra para educar o jovem príncipe herdeiro, está traduzindo minha *Metamorphose*, estimulado pelos seus conterrâneos que, como testemunham as obras mais recentes do senhor Candolle, vêm se unindo a nós no reconhecimento da identidade original de todas as partes das plantas, que no plano fenomênico se manifestam de maneira tão diversificada.<sup>34</sup> Com isso fui empuxado novamente, durante minha última estada em Dornburg, pelo torvelinho dessas formações, de tal modo que temo, em meio a tantos e tantos ensaios, submergir de vez, quase como aquele mergulhador.<sup>35</sup> Convicto de que o senhor não me privará de sua prestimosa mão, repito o pedido que acabo de pronunciar. E como nossa conversa também recaiu sobre um modelo, minha satisfação seria imensa se ele me fosse enviado, sem franquia, o mais cedo possível. Para mim isso se constituirá, meu muito valioso amigo, numa nova associação mental com o senhor, como já ocorreu em relação à viagem brasileira que me foi enviada.<sup>36</sup> Lendo-a, vejo-me sempre ao seu lado e alegro-me sobremaneira com a perseverança e desenvoltura que o senhor põe em prática para alcançar suas metas. Sacrifícios não insignificantes, privação quase insuportável das necessidades mais elementares e das exigências inalienáveis da vida.

Mas o prodigioso ganho que o senhor trouxe consigo, e que agora vai se desdobrando de maneira tão fecunda, não pode ser contemplado e acolhido senão com agradecida admiração.

Se o contato entre Goethe e Martius se inicia em 23 de outubro de 1823 com um longo escrito do botânico a Weimar (acompanhado da introdução à monografia *Genera et species Palmarum Brasiliensium*), seu último capítulo pode ser visto na carta que o chanceler Friedrich von Müller endereça a Munique no dia 6 de abril de 1832 (duas semanas após a morte do poeta), junto com o “poema de ocasião” (*Gelegenheitsgedicht*) “An Frau von Martius bei Übersendung einer Artischocke” [À Senhora von Martius, enviando uma alcachofra]. Após reconstituir as circunstâncias da gênese do mencionado “poema de ocasião”, o qual remonta a um jantar do casal Martius na casa do poeta em Weimar, von Müller escreve:

A perda desse homem magnífico e único, tão espirituoso quanto amável – não, sobre isso não se pode dizer outra coisa senão que é absolutamente insubstituível. O senhor, caro amigo, sentiu-a certamente de maneira profunda e íntima. O nosso amigo que se eternizou tinha imenso afeto pelo senhor e por sua simpática esposa. Com frequência conversávamos sobre o senhor em horas agradáveis. Quanto à consulta que o senhor fez a respeito da continuação do grande poema que retrata a natureza [referência a um dos poemas de Martius sobre a natureza amazônica], cujo interessante fragmento o senhor havia me enviado, ele se pronunciou várias vezes a esse respeito: ‘Martius deve seguir sua voz interior; precisamos fazer sempre o que nos é imprescindível’. Uma quantidade imensa de afazeres ocupa-me na condição de executor testamentário; por isso não lhe escrevi antes e só o faço agora de maneira tão rápida.

### **Walter Benjamin e a epistolografia de Goethe: resistência ao fascismo**

A cultura epistolar, cujo declínio se acelerou vertiginosamente com o advento das novas tecnologias digitais, encontrou em Goethe, conforme se procurou demonstrar neste ensaio, um de seus momentos áureos. Não surpreende, portanto, que sua epistolografia desempenhe papel estruturante na antologia de cartas *Deutsche Menschen*, publicada por Walter Benjamin, sob o pseudônimo Detlef Holz, em Lucerna no final de 1936. No centro do século compreendido por essa sequência de textos, que começa em 1783 e se fecha em 1883 com um escrito de Franz Overbeck a Nietzsche, encontra-se a carta, datada de 31 de março de 1832, em que Zelter expõe ao chanceler von Müller sua reação ao desaparecimento do amigo, a quem sobreviveria apenas sete semanas:

E, contudo, não devo enlutar-me; só posso assombrar-me com a riqueza que ele me trouxe. Tenho apenas de conservar tal tesouro e acrescentar os juros ao capital. Perdoe-me, nobre amigo! Eu não deveria lamentar-me e, contudo, os velhos olhos não querem obedecer e manter a compostura. Mas uma vez eu também o vi chorar, isso deveria justificar-me.

A despeito de sua posição central no período em questão, é precisamente essa carta que abre a antologia de Walter Benjamin, rompendo-se somente aqui o fio cronológico. Na argumentação do filósofo, o significado desse escrito reside no fato de descortinar uma vista tanto para o início da época em que a burguesia assumira suas grandes posições políticas – nos anos em que transcorreu a juventude de Goethe – como também para o fim dessa época (em que se inserem seus últimos anos de vida e a morte comentada por Zelter), quando a burguesia passa a tão somente preservar as posições, e não mais o espírito com que as conquistara. Para Benjamin, todavia, o próprio Goethe já captara esse desenvolvimento (e o ocaso da era em que se processou toda sua formação) num quadro esboçado a Zelter em 6 de junho de 1825, o qual é reproduzido no breve prefácio à antologia:

Riqueza e rapidez, eis o que o mundo admira e o que todos almejam. Ferrovias, correio expresso, navios a vapor e todas as possíveis facilidades de comunicação são as coisas que o mundo culto ambiciona a fim de sofisticar sua formação e, desse modo, persistir na mediocridade. [...] Na verdade, é o século apropriado para mentes capazes, para pessoas práticas e de raciocínio rápido que, munidas de certa desenvoltura, percebem sua superioridade sobre a multidão, ainda que elas mesmas não tenham talento para atingir o mais elevado. Atenhamo-nos tanto quanto possível à mentalidade da qual viemos: com talvez mais alguns poucos, seremos os últimos de uma época que tão cedo não retornará.

A época que Goethe via chegar ao fim, na esteira de um processo impulsionado pela busca (e conquista efetiva) de formas de comunicação e transporte cada vez mais rápidas, englobava igualmente a cultura epistolar, da qual sua própria obra constitui um momento culminante. Se desde então o declínio dessa cultura não fez senão acentuar-se, entende-se por que Theodor Adorno, no posfácio que redigiu para uma edição de 1962 da antologia *Deutsche Menschen*, se tenha lançado à ousada constatação de que a “carta enquanto forma” já teria sucumbido ao obsoletismo, dispondo de “competências arcaicas” toda pessoa que ainda se vale desse tipo de comunicação. Feitas muitos anos antes da ascensão de internet, correio eletrônico, *smartphone* etc., as reflexões adornianas pressupõem também a rarefação da “experiência” nas modernas sociedades industriais, fenômeno que por sua vez – conforme apontado por Walter Benjamin no antológico ensaio “O narrador” – desempenhou papel essencial no declínio da arte narrativa. É ainda esse atrofiamento da capacidade de fazer experiências, que fora de crucial importância para Goethe (“tudo a que dei expressão se fundamenta em experiência de vida”, na citada carta de 27 de setembro de 1827), que está por trás da afirmação adorniana de que “no fundo não é mais possível escrever cartas”. E à continuação:

O livro de Benjamin levanta-lhes o monumento. Aquelas que ainda são escritas trazem em si algo falso, porque mediante o gesto de comunicação imediata forjam de maneira espúria a ilusão de ingenuidade. O livro de

Benjamin não instiga à imitação dos textos que apresenta, mas sim ensina a distância que nos separa deles. Sua irrevocabildade [da forma “carta”] converte-se em crítica da marcha do mundo, a qual, na medida em que eliminou o elemento restritivo da humanidade sem a concretizar, volta-se contra a humanidade.

A insistência de Adorno na ideia de “humanidade” certamente ressoa o espírito de resistência que estimulou Benjamin a conceber essa antologia de cartas, que seria seu último trabalho publicado em vida. Pois dos 25 textos (ou 26, se incluirmos a carta de Zelter ao chanceler von Müller) enfeixados no volume “respira” (na metáfora benjaminiana) uma humanidade que por si só, sem necessidade de explicitação, adensaria a oposição à ideologia então reinante na Alemanha. E é precisamente a carta de Goethe acolhida na antologia que traz a ideia de “humanidade”, de “humano”, para o primeiro plano. Trata-se do mencionado escrito de 3 de janeiro de 1832 ao filho do físico Thomas Johann Seebeck, a última carta de pêsames escrita por Goethe. Imediatamente antes da fórmula de despedida, característica de suas cartas de velhice, leem-se as palavras: “E assim resta-nos ainda, em idade tão avançada, o dever de, pelo menos em suas peculiaridades, reconhecer o humano que jamais nos abandona e, por meio de reflexão, tranquilizarmo-nos em relação às insuficiências, cuja imputação [a nós] não pode ser inteiramente afastada”. Comentando a linguagem epistolar do velho “tabelião do próprio íntimo”, Benjamin vê nesse trecho, no “humano em suas peculiaridades”, uma espécie de “asilo” em que o “grande humanista” – tendo alcançado a fronteira não só da vida, mas também da linguagem – refugia-se: “as idiossincrasias que regem esse período de vida mais tardio, também elas são colocadas sob o patronato da própria humanidade. Do mesmo modo como frágeis plantas e musgos rompem por fim as muralhas de uma inexpugnável construção abandonada, aqui também irrompe o sentimento, arrebatando as juntas de uma postura inabalável”.

De maneira sub-reptícia, à força de sua mera formulação, as cartas enfeixadas na antologia, todas elas igualmente impregnadas desse “humano que jamais nos abandona”, deveriam, portanto, contrapor-se à desumanização que grassava sob o fascismo. Qualquer conteúdo político mais explícito teria acarretado a proibição sumária do livro, assim como a revelação do verdadeiro nome do autor. Mas se Benjamin não pôde, em nenhum de seus comentários às cartas selecionadas, explicitar a verdadeira intenção que o levou a conceber essa antologia, ele o fez na dedicatória ao exemplar com que presenteou seu amigo Gerhard [Gershom] Scholem em janeiro de 1937: “Queiras tu, Gerhard, / para as recordações de tua juventude / encontrar uma câmara nesta arca / que eu construí / quando o dilúvio fascista / começou a subir”.<sup>37</sup>

Destinada a portar aos leitores de sua “carga” o sentimento da “verdadeira humanidade” (*wahre Humanität*), como formula o comentário benjaminiano a uma carta dirigida a Immanuel Kant, essa “arca” encontrou na obra epistolográ-

fica de Goethe a inspiração fundamental para sua construção. É o que também nos sugere o destaque que Benjamin dá tanto às palavras a Zelter citadas no prefácio à antologia (“com talvez mais alguns poucos, seremos os últimos de uma época que tão cedo não retornará”) como à carta que, comentando a morte do amigo em Weimar, abre a sequência de 25 textos com a ruptura da linha cronológica. E assim não seria despropositado acrescentar que o “humano que jamais nos abandona”, na formulação da derradeira carta de condolências goethiana, não apenas distingue cada um dos escritos que integram a coleção concebida pelo refugiado antifascista como também está presente em tantas outras cartas do velho “matemático ético-estético” em busca daquelas “últimas fórmulas” que deveriam tornar-lhe o mundo apreensível e suportável, na caracterização que o poeta se deu em novembro de 1826 perante o jovem amigo Johann Sulz-piz Boisserée. Pois dessas cartas respira igualmente a profunda humanidade que Walter Benjamin invocou em sua luta contra o fascismo.

## Notas

- 1 “*I like to call it [toda inovação tecnológica] a Faustian bargain. Technology giveth and technology taketh away. This means that for every advantage a new technology offers, there is always a corresponding disadvantage*”. Essa caracterização de novas tecnologias como espécie de pacto fáustico foi proposta na conferência, feita em 27 de março de 1998 (e acessível na rede), “The New Technologies and the Human Person: Communicating the Faith in the New Millennium” [As novas tecnologias e a pessoa humana: veiculando a fé no novo milênio].
- 2 Uma edição histórico-crítica e comentada das cartas completas de Goethe vem sendo elaborada no Arquivo Goethe e Schiller de Weimar sob a coordenação de Elke Richter, Norbert Oellers e Georg Kurscheidt. Essa nova edição (38 volumes divididos em tomos de textos e comentários, com término previsto para 2040) substituirá a de Weimar, que nos 50 volumes de sua quarta seção (concluída em 1912) abriga a totalidade das cartas de Goethe então conhecidas.
- 3 Sobre os conhecimentos retóricos do adolescente Goethe (e sua pouca afinidade com a gramática) podemos colher algumas informações na autobiografia *Poesia e verdade*: “Eu distinguia diferentes registros linguísticos e expressões idiomáticas facilmente, bem como os conceitos que definiam cada coisa. Ninguém me superava em questões retóricas, como na *chria* ou em outros esquemas semelhantes – ainda que, por fim, nunca me saísse de fato tão bem em virtude dos erros constantes de gramática. Mas eram essas as composições que deixavam meu pai mais contente e em razão das quais recompensava-me com quantias de dinheiro bastante significativas e incomuns para um menino” (Goethe, 2017, p.50). Aventuras noturnas em bairros de fama duvidosa assim como o envolvimento, que termina em escândalo judicial, com uma jovem de nome Gretchen e seus primos (tudo isso também relatado na autobiografia) vedaram-lhe o acesso a essa sociedade secreta que também pretendia zelar pelos bons costumes.
- 4 Assuntos científicos (sobretudo geológicos e paleontológicos) afloram em quatro dessas cinco cartas, ocupando quase inteiramente a carta ao conde boêmio Kaspar Maria

von Sternberg (1761-1836), considerado o fundador da paleobotânica. Goethe conclui a carta descrevendo uma intuição que o guiava então em suas pesquisas geológicas, exprimindo também a esperança de que a luz dessa intuição não se revelasse um fogo-fátuo. E acrescenta em seguida: “O mais admirável nisso é que a melhor parte de nossas convicções não se deixa revestir de palavras. A linguagem não está adaptada a tudo e com frequência não sabemos direito se finalmente estamos vendo, contemplando, pensando, recordando, fantasiando ou acreditando. É isso o que por vezes me consterna, sobretudo porque atualmente nenhum diálogo nesse campo vem em meu auxílio”.

- 5 Cumpre assinalar que já esta primeira carta de Goethe não foi redigida de próprio punho, mas sim ditada, antecipando uma prática que atravessará toda sua longa atividade epistolar. Cite-se nesse contexto o seguinte trecho de uma carta que Goethe enviou de Jena, em 26 de setembro de 1821, ao conde von Sternberg: “Peço perdão a Vossa Excelência por minha loquacidade! Não é apenas a solidão jenesa que me torna tão falante na direção do exterior, mas me beneficia do fato de que escrevendo (ou, antes, ditando), comporto-me como se estivesse em vossa presença. Por isso mesmo preciso pedir que se releve a mão estranha de que me valho, mais legível e rápida do que a minha e sem a qual eu dificilmente poderia ter uma atuação à distância”.
- 6 O provável intertexto desse trecho da carta encontra-se na 5ª parte do romance epistolar de Rousseau, final da carta VII a Milord Edouard: “Em seguida, oferecem-se bebidas a todo o grupo, cada um bebe à saúde do vencedor e vai deitar-se satisfeito com um dia transcorrido no trabalho, na alegria, na inocência, e que se gostaria de recomeçar no dia seguinte, no outro dia e por toda a vida” [*le lendemain, le surlendemain, et toute sa vie*, no original] (Rousseau, 1994, p.526).
- 7 Numa passagem em que comenta duas percepções inteiramente diferentes, isto é, uma prazerosa e outra aflitiva, de uma mesma coisa (no caso, uma peça de Lessing), o jovem epistológrafo escreve: “Ah! todo prazer está dentro de nós. Somos nossos próprios demônios, expulsamo-nos de nosso paraíso”. E no *Werther* (2ª parte, carta de 3 de novembro), poucos anos depois: “Ai de mim, sinto muito bem que toda culpa repousa apenas em mim [...]. Basta que a fonte de toda miséria se oculte em meu íntimo, como outrora se ocultava a fonte de toda bem-aventurança”. Abordei o substrato autobiográfico do romance de estreia de Goethe no ensaio “A confissão amorosa do jovem Goethe” (Mazzari, 2010, p.295-312).
- 8 Em 2 de janeiro de 1948, Brecht anota em seu *Arbeitsjournal*: “Estou lendo a correspondência entre Goethe e Schiller. Que conspiração mais ‘magnânima’ contra o público; a burguesia recebe sua literatura imposta, como seu código civil. Uma *coterie* entre *coteries*, e a conspiração é pública”.
- 9 Zelter sobreviveu a Goethe menos de dois meses, tendo falecido em 15 de maio. Embora ainda gozasse de boa saúde no início de 1832, a morte do amigo precipitou-lhe o fim. Poucos dias antes de falecer, Zelter pediu à filha que o levasse à Academia de Canto berlinense, da qual fora diretor e, diante do busto de Goethe, teria exclamado (segundo depoimento deixado pela filha): “Excelências sempre têm preferência; mas eu vou em seguida”.
- 10 In: *Ensaio reunidos: Escritos sobre Goethe* (Benjamin, 2009, p.123-77).
- 11 Goethe tem em mente aqui um silício negro que era usado pelo ourives como pedra de toque para se testar o grau de pureza do ouro ou da prata.

- 12 Alusão a uma velha anedota grega, segunda a qual um siciliano que negociava com figos naufraga durante uma tempestade noturna. Conseguindo, porém, alcançar terra firme, ele vê na manhã seguinte o mar novamente calmo e exclama: “Eu sei o que ele quer, ele quer figos”.
- 13 *Der Briefschreiber Goethe* [O escritor de cartas Goethe] (Schöne, 2015, p.299). A análise dessa carta é desenvolvida no sétimo capítulo, “Arco-íris sob fundo cinza-escuro”. Fruto de um trabalho de várias décadas com a epistolografia de Goethe, este extraordinário livro enfeixa nove estudos de cartas redigidas num arco temporal de 68 anos e três excursos dedicados ao sistema postal no ducado de Weimar, à prática goethiana de ditar cartas e, por fim, aos pronomes de tratamento empregados por Goethe, que de modo algum se limitavam aos que se aproximam dos nossos “Você” e “Senhor” (*Du e Sie*).
- 14 Para Albrecht Schöne (2015, p.311), esse teorema encerra a chave para a compreensão da carta de 10 de julho de 1828: “O olho, cuja retina Goethe, ao descrever os ‘fenômenos fisiológicos’, concebeu como ‘agindo e contra-agindo ativamente’ exige e constitui, também perante o verde das vinhas, o vermelho complementar. Atividade lhe é atribuída, de modo expresso. E toda essa carta tem *atividade* por objetivo: ela constitui aqui o fenômeno complementar à experiência da morte.
- 15 Cf. *Der Briefschreiber Goethe* (Schöne, 2015, p.331).
- 16 Isto é, no *Cimitero acattolico di Roma*, onde o protestante August foi sepultado. Essa carta conclui com as palavras que conclamam a seguir em frente: “e assim, por cima de túmulos, avante!”
- 17 “Ninguém [pode ser considerado ] feliz antes de sua morte”. Topos que aparece em Ovídio (terceiro livro das *Metamorfoses*, que Goethe conhecia desde a infância) e em muitos outros autores gregos e latinos. Segundo Heródoto, Sólon teria respondido com essas palavras a uma pergunta do rico e poderoso rei Cresos, da Lídia.
- 18 As “provações” que couberam a Zelter de fato não foram poucas: além de quatro filhos, perdeu a primeira esposa em 1795 e a segunda em 1806. No romance *Os anos de peregrinação de Wilhelm Meister* (“Arquivo de Makarie”) lê-se a sentença: “Com os anos intensificam-se as provações”.
- 19 “Mensagem de Jó” alude à morte de Clara Zelter, a filha mais nova do amigo, em setembro de 1816. Zelter se encontrava então de visita em Weimar e Goethe teve de transmitir-lhe a notícia.
- 20 É provável que Goethe esteja se referindo aqui aos preparativos para a edição futura de sua correspondência com Zelter; esta era uma das tarefas que ele via então a sua frente, e em cuja resolução precisaria “prosseguir”.
- 21 Goethe alude ao verso de Horácio (Epístolas, I, 16, 79): *mors ultima linea rerum est* (“a morte é a última meta das coisas”).
- 22 Jochen Golz conclui um texto concebido como posfácio para uma antologia romena de cartas de Goethe com a seguinte observação: “O nível intelectual desse diálogo epistolar [com W. v. Humboldt] não é atingido em nenhuma outra correspondência da velhice de Goethe. É um acaso de elevado sentido que a última carta, escrita por Goethe em 17 de março de 1832, tenha sido dirigida a Wilhelm von Humboldt. Ela representa em certo sentido o testamento espiritual de Goethe para a posteridade”. (Agradeço a J. Golz a disponibilização desse texto ainda inédito.)

- 23 Aprofundei-me nessa questão no segundo e terceiro capítulos do livro *A dupla noite das tílias* (Mazzari, 2019).
- 24 In Escher e Spickermann (2018, p.127-41): *Perspektiven der Interkulturalität. Forschungsfelder eines umstrittenen Begriffs* [Perspectivas da interculturalidade. Campos de pesquisa de um conceito controverso].
- 25 *Manifesto do Partido Comunista*, tradução de Marcus V. Mazzari (Marx e Engel, 1998, p.7-46).
- 26 *Summa Summarum* alude à versão ampliada do tratado “A metamorfose das plantas”, que estava sendo traduzido para o francês por Frédéric Soret.
- 27 Por ocasião do congresso subsequente de médicos e naturalistas alemães, que teve lugar na cidade de Heidelberg, Goethe volta a manifestar-se em carta a Zelter (1º de novembro de 1829) no mesmo diapasão resignado: “Dos trezentos naturalistas que se reuniram [em Heidelberg] não há nenhum que revele a menor proximidade à minha maneira de pensar, e é bom que seja assim. Proximidades geram equívocos”.
- 28 “Goethes Beziehungen zur Versammlung deutscher Naturforscher und Ärzte in Berlin 1828” [As relações de Goethe com a assembleia de naturalistas e médicos alemães em Berlim em 1828]. In: *Goethe-Jahrbuch* 16, 1895. Esse ensaio traz trechos do discurso de Humboldt e da conferência de Martius.
- 29 Em 29 de setembro de 1827, Goethe pediu a Zelter, que se encontrava então em Munique, que transmitisse “as mais afetuosas lembranças ao Sr. von Martius, o botânico e brasileiro; encontrarás nele a pessoa mais amável e excelente”.
- 30 Apud Alexander von Martius: *Goethe und Martius* (1932, p.11).
- 31 Foi primeiramente através do também botânico Nees von Esenbeck (1776-1858) que Goethe se inteirou das pesquisas de Martius. Como sabido, esses dois botânicos homenagearam o poeta ao batizar com seu nome uma malvacea endêmica do Brasil: *Goethea cauliflora e semperflorens*. Em 24 de abril de 1823 Goethe envia a Nees von Esenbeck uma comovida carta de agradecimento: “O fato de que o senhor me eleja como padrinho de uma planta tão magnificamente especial, designando assim ao meu nome posição tão bela nos assuntos científicos – isso representa no momento atual, como o senhor mesmo está percebendo e sentindo, algo duplamente comovente e aprazível”. Sobre o assunto publiquei o ensaio “Natureza ou Deus: afinidades panteístas entre Goethe e o ‘brasileiro’ Martius” (*Revista Estudos Avançados*, n.69, p.183-202, 2010).
- 32 O desagrado de Goethe com certas tendências da literatura francesa contemporânea vem à tona numa carta de 28 de junho de 1831 em que comunica a Zelter suas impressões do recém-lançado romance *Notre-Dame de Paris*, de Victor Hugo: ter-se-ia aqui mais uma manifestação daquela “literatura do desespero”, da qual tudo o que é verdadeiro e esteticamente belo “vai se exilando passo a passo”. Todos os personagens seriam títeres sem vida, manipulados (e torturados) pelo romancista da maneira mais terrível – “mas tudo isso”, acrescenta Goethe, “acontece com decidido talento histórico-retórico, ao qual não se pode negar uma vívida imaginação, sem a qual ele [V. Hugo] não teria podido criar essas abominações”. (E em 8 de setembro de 1831 a crítica goethiana a esse mesmo romance se articula, numa carta a Frédéric Soret, através de metáforas tomadas ao processo de fermentação do vinho.)
- 33 Muito expressiva nesse contexto é a observação que Martius fez a Goethe em carta de 13 de janeiro de 1825, acompanhando a remessa de canções em tupi: “Também me



deparei com algumas pequenas canções de origem indígena, em tupi ou língua geral, as quais eu me atrevo a revelar a Vossa Excelência antes que encontrem o seu lugar em minha ‘Descrição de Viagem’. A mim, que ao menos em parte posso sentir o idioma daqueles filhos da natureza em sua lacônica pobreza, essa expressão de aspereza nos sentimentos e mesmo nas relações sensoriais tem algo de tragicômico. Não é como se o gênero humano tivesse de acostumar-se apenas aos poucos a manejar mentalidade e costumes humanos, à semelhança de roupas ou de um instrumento?”.

- 34 Trata-se do conceituado botânico suíço Augustin Pyrame de Candolle (1778-1841), que estimulara Soret a traduzir o tratado goethiano sobre a “Metamorfose das plantas”. Entre agosto e setembro de 1828, durante sua estada em Dornburg, o próprio Goethe traduziu o capítulo “De la Symétrie végétale”, do livro de Candolle *Organographie végétale*.
- 35 Alusão à balada de Schiller “Der Taucher” [O mergulhador].
- 36 Referência ao relato de viagem de Martius e Spix *Reise in Brasilien in den Jahren 1817 – 1820* [Viagem pelo Brasil nos anos 1817 – 1820], publicado em três volumes entre 1823 e 1831. Ainda em março de 1831, Goethe retirou da biblioteca de Weimar o grande Atlas que acompanha a descrição de viagem de Martius e Spix.
- 37 Albrecht Schöne copiou essa dedicatória por ocasião de sua última visita a Scholem, em Jerusalém, e a reproduz no final do ensaio “‘Diese nach jüdischem Vorbild erbaute Arche’ – Walter Benjamins ‘Deutsche Menschen’” [Esta arca construída segundo modelo judeu – Homens alemães de W. B.]. In *Vom Betreten des Rasens* [Entrando em campo], C. H. Beck Munique, 2005.

## Referências

- BENJAMIN, W. *Ensaio reunidos*: Escritos sobre Goethe. Trad. Irene Aron e Sidney Camargo, supervisão e notas Marcus V. Mazzari. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2009.
- ESCHER, A. J.; SPICKERMANN, H. C. (Org.) *Perspektiven der Interkulturalität. Forschungsfelder eines umstrittenen Begriffs*. Heidelberg, 2018.
- GOETHE, J. W. v. *Poesia e verdade*. Trad. Maurício M. Cardozo. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- MARTIUS, A. v. *Goethe und Martius*. Mittenwald (Bayern): Arthur Nemayer Verlag, 1932.
- MARX, K.; ENGEL, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Marcus V. Mazzari. *Revista Estudos Avançados* (IEA, USP), n.34, p.7-46, set.–dez. 1998
- MAZZARI, M. V. A confissão amorosa do jovem Goethe. In: *Labirintos da aprendizagem*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- \_\_\_\_\_. *A dupla noite das tília*s. São Paulo: Editora 34, 2019.
- ROUSSEAU, J. J. *Júlia ou A nova Heloísa*. Trad. Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SCHÖNE, A. *Der Briefschreiber Goethe*. Munch: C. H. Beck, 2015.

RESUMO – Este ensaio empreende uma incursão pela correspondência de Goethe, esti-

mada em aproximadamente vinte mil cartas escritas (a cerca de 1.700 destinatários) e 25 mil recebidas. Em primeiro plano estão cartas escritas na velhice, sobretudo as de condolências e as que expõem suas concepções estéticas ou detalhes de seu processo criativo. As duas últimas seções do ensaio enfocam a correspondência de Goethe com o “brasileiro” Martius (como o próprio poeta se referia ao botânico que percorreu onze mil quilômetros de território brasileiro) assim como a posição central que a obra epistolar de Goethe ocupa na antologia *Deutsche Menschen* [*Homens alemães*], publicada por Walter Benjamin em 1936 com o intuito de adensar a resistência ao fascismo.

*PALAVRAS-CHAVES:* Obra epistolar de Goethe, Cartas de condolências, Elaboração epistolar de experiências, *Homens alemães*, de W. Benjamin, História do gênero “carta”.

*ABSTRACT* – This essay makes an incursion into Goethe’s correspondence. It is estimated he wrote approximately 20,000 letters (to about 1,700 recipients) and received 25,000. In the foreground are letters written in his old age, especially those of condolences and those that expound his aesthetic concepts or details of his creative process. The last two sections of the essay focus on Goethe’s correspondence with the “Brazilian” Martius (as the poet himself referred to the botanist who traveled eleven thousand kilometers in Brazil) and the central position that Goethe’s epistolary work occupies in the anthology *Deutsche Menschen* [German men and women], published by Walter Benjamin in 1936 with the aim of increasing resistance to fascism.

*KEYWORDS:* Goethe’s epistolary work, Letters of condolences, Epistolary development of experiences, German men and women (W. Benjamin), History of the “letters” genre.

*Marcus V. Mazzari* é professor de Teoria Literária e Literatura Comparada na Universidade de São Paulo. Traduziu para o português, entre outros, textos de Walter Benjamin, Adelbert von Chamisso, Heinrich Heine, Karl Marx, Gottfried Keller e Jeremias Gotthelf. Entre suas publicações estão *Labirintos da aprendizagem* (Editora 34, 2010) e *A dupla noite das tília*s (no prelo, previsto para 2019). Coordena desde 2015 a coleção Thomas Mann, editada pela Companhia das Letras. @ – mazzari@usp.br  
<https://orcid.org/0000-0002-8335-954X>

<sup>1</sup>Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Recebido em 9.4.2019 e aceito em 10.5.2019.

# *De minha vida: Poesia e verdade* – sobre a literariedade da autobiografia de Goethe

HELMUT GALLE<sup>1</sup>

## Literatura e autobiografia

AUTOBIOGRAFIA de Goethe pertence ao âmago da obra do weimariano e da literatura memorialística. Mesmo quando o cânone da autobiografia deve ser questionado e relativizado, como no novo *Handbook of autobiography/autofiction*, *Poesia e verdade* de Goethe não pode faltar (Wagner-Egglehaaf, 2019, p.1282). Junto às *Confessiones* de Santo Agostinho, as *Confessions* de Rousseau e *The Prelude* de Wordsworth, o livro de Goethe se localiza entre os protótipos do gênero e serviu de modelo de centenas de autobiógrafos posteriores. Para a crítica e a teoria da escrita do eu, o livro foi uma referência desde os inícios da germanística, época focada na biografia dos poetas. Até mesmo no pós-estruturalismo, com suas tendências de negar a existência de um gênero autobiográfico (Man, 1984), Goethe continua sendo o exemplo citado por excelência para comprovar a impossibilidade da autobiografia no sentido tradicional (Walter, 2012).

Diante dessa situação, é muito louvável que a antiga tradução brasileira de Leonel Vallandro (Goethe, 1971), esgotada há décadas, tenha sido substituída por uma sólida edição em capa dura e com uma nova tradução, realizada por Mauricio Mendonça Cardozo, que acrescentou também notas explicativas que facilitam a leitura dessa obra que contém centenas de referências a acontecimentos históricos remotos e pessoas hoje em dia desconhecidas.

No entanto, na abertura dessa nova edição da Editora Unesp de *De minha vida: Poesia e verdade*, lê-se primeiro uma nota preliminar do coordenador da série, Mario Luiz Frungillo, falando da amplitude dos interesses de Goethe, cujo trabalho se estendeu, além da própria poesia, “à reflexão sobre a literatura e as artes e a estudos e pesquisas no campo das ciências da natureza” (Goethe, 2017, p.5) A nota continua lastimando que só os especialistas, por enquanto, conhecessem “as obras não literárias, de importância fundamental para quem queira conhecer o autor e sua época mais a fundo” (ibidem), formulando como objetivo dessa coleção facilitar o acesso à “obra não literária”. Não cabe dúvida que as partes “não literárias” da vasta produção do weimariano mereçam ser traduzidas e publicadas no Brasil – embora boa parte da sua literatura “poética” propriamente dita ainda seja desconhecida aqui.<sup>1</sup> Se *Poesia e verdade* deveria ser considerado “não literário”, todavia, merece ser discutido.<sup>2</sup>

É verdade que a autobiografia muitas vezes é classificada como um gênero pragmático, escrito para pessoas que procuram, sobretudo, informações apresentadas por uma pessoa de interesse público sobre sua própria vida, buscando revelações mais íntimas ou de esclarecimentos políticos. É claro que a autobiografia de um George W. Bush ou de um Franz Beckenbauer<sup>3</sup> não necessariamente é tratada como “literatura” no sentido de uma obra com excelente estilo ou composição impressionante. Se esse for o critério para excluir a autobiografia de Goethe da sua obra literária, com certeza é injusto, porque o livro ocupa, sem dúvida, o mesmo patamar estético que os romances de Goethe. Pode ser que os escritos administrativos de Kafka, produzidos durante suas horas de escritório, provoquem menos interesse no público geral do que seus romances inacabados – que ele tampouco achou dignos de serem editados. Mas no caso de Goethe, a autobiografia foi concebida desde o início como “obra”, não como instrumento subsidiário em função da poesia propriamente dita, mesmo que o título pudesse sugerir isso: a verdade autobiográfica como complemento da ficção poética. Pode ser ainda que era esse tipo de distinção que levou Mario Frungillo a incluir a autobiografia na seção “não literária” – “*non fiction*” – como se separam nas livrarias anglófonas romance e autografia em seções diferentes.

No entanto, *Poesia e verdade* realmente marca uma ruptura na história literária por sair de uma classe de textos sem pretensão literária e constituir a autobiografia como gênero literário. De acordo com Klaus-Detlef Müller (1986, p.1046; 1976, p.27ss), a autobiografia do início do século XVIII contava com três tipos: dois eram formas puramente pragmáticas (*Zweck- und Gebrauchsformen*), a saber a autobiografia do erudito (*Gelehrten-Autobiographie*) e a autobiografia religiosa, particularmente na sua versão pietista; e o terceiro tipo era a história de vida aventureira com relações com o gênero das memórias (*mémoires*) e o relato de viagens. Na geração anterior a Goethe houve novas tendências, entre elas, a secularização da autobiografia religiosa, manifestando-se sobretudo na obra de Rousseau, e a convergência dos outros tipos experimentados por diversos autores alemães, alguns deles contemporâneos e amigos de Goethe, como Karl Philipp Moritz e Johann Heinrich Jung-Stilling. Mas só em *Poesia e verdade* essas tendências se articulam de uma maneira inovadora que formula o gênero para o futuro: “Goethe utiliza todos os três modelos preconcebidos e forma a partir deles um novo tipo da representação de si mesmo que determina a ideia da autobiografia enquanto gênero” (Müller 1986, p.1047).<sup>4</sup>

Com Goethe, e desde Goethe, a autobiografia pertence potencialmente ao campo da literatura, particularmente quando é escrita por um autor literário. Ser classificada como literatura implica que os públicos, tanto geral quanto o acadêmico, reconhecem, na obra em questão, qualidades que justificam a leitura além das suas funções informativas ou pragmáticas. Quando se analisa o que compõe a literariedade de um texto, identificam-se muitas vezes dois aspectos complementares: um relacionado à sintaxe (*discours*) e outro relacionado à semântica (*histoire*). Assim, Gérard Genette (1992, p.31) formula que:

A linguagem humana conhece duas formas básicas da literariedade: a constitutiva e a condicional. A constitutiva define, de acordo com as categorias tradicionais, dois grandes tipos ou entidades globais da prática literária: a ficção e a poesia [...]. Literatura ficcional é marcada essencialmente pelo caráter imaginário dos seus objetos, enquanto que a literatura poética [*de diction*] essencialmente impressiona por suas qualidades formais.

Partindo dessa distinção, a literariedade de uma autobiografia se basearia nas suas qualidades poéticas, uma vez que seu objeto, na opinião comum, não é imaginário. Para Genette (1992, p.38ss), “textos que cumprem um dos critérios (ou ambos) podem ser considerados *obras*, ou seja produções de caráter intencionalmente estético” (grifo do autor). Nesse sentido seria necessário e suficiente mostrar que *Poesia e verdade* apresenta poeticidade, para classificá-la como obra literária. No que segue, tentamos resumir alguns resultados do campo quase insondável dos estudos sobre Goethe que garantem essa poeticidade. Ao mesmo tempo será mostrado que, nesse caso, a questão da ficcionalidade está caindo cada vez mais no enfoque dos pesquisadores de Goethe, até o ponto de suplantar praticamente a referencialidade dessa autobiografia.

### O projeto autobiográfico de Goethe

A autobiografia foi iniciada quando o autor tinha 60 anos e publicada em quatro partes (1811, 1812, 1814 e, postumamente, em 1833). Quando começou a trabalhar no projeto, em 1809, as obras que consagraram sua fama entre os alemães e no mundo – do *Werther* até a primeira parte do *Fausto* – já haviam sido escritas, seu amigo Schiller e sua mãe haviam falecido, o Sacro Império Alemão e o *Ancien Régime* eram história e o poeta começava a ver a si mesmo como algo histórico (Birus, 2004, p.10-11). Paralelamente à sua obra tardia (*Fausto II*, *Os anos de peregrinação de Wilhelm Meister*, *O Divã Ocidental-Oriental*) ele planejava um projeto autobiográfico abrangente ao qual pertenciam também *A viagem na Itália* (1813 e 1817), *O cerco de Mainz* (1822), *A campanha na França* (1822) e, finalmente, os *Tag- und Jahres-Hefte* (*Cadernos diários e anuários Goethe*, 1830), anotações complementares para todos os anos ao longo da vida. *Poesia e verdade* foi projetado em cinco partes, mas, na terceira, o trabalho começou a estancar e o quarto volume permaneceu fragmento. O grande interesse dedicado à escrita autobiográfica foi formulado já alguns anos antes por Johann Gottfried Herder, no prefácio a uma coletânea: “Descrições de vida deste tipo são verdadeiros *legados* do modo de pensar de pessoas memoráveis, *espelhos das circunstâncias* históricas nos quais viviam, e uma *prestação de contas prática*, mostrando como eles se aproveitaram delas e de si mesmo, assim como eles falharam em si mesmo e no seu tempo” (Herder, 1883, p.375). Ainda que o gênero existisse desde a Antiguidade sob várias denominações como “Confissões”, “Vida de...”, “Memórias”, ou “*Currículum vitae*” (*Lebenslauf*), foi na segunda metade do século XVIII que “a descrição (*grafia*) da vida (*bios*) de um indivíduo por ele mesmo (*auto*)” (Misch, 1949, p.7) se estabelece como forma

literária propriamente dita (e com seu novo nome) e, nesse processo, Rousseau e Goethe têm o papel mais importante (Galle, 2011, p.39ss). *Poesia e verdade* assumiu logo o lugar de modelo do autobiográfico para centenas de autores, não apenas de língua alemã.

De fato, os leitores do século XIX buscaram nesse livro sobretudo informações sobre o homem Goethe, sobre seu desenvolvimento nos primeiros 26 anos, sobre as circunstâncias da evolução do “gênio” e das suas obras. Para o filósofo Wilhelm Dilthey (1998, p.28), a autobiografia de Goethe era o auge do gênero: “Em *Poesia e verdade* um homem se comporta, em relação a sua própria existência, de maneira universal-histórica”. Goethe, o historiador da sua vida, teria transmitido um retrato objetivo e pleno da sua vida interna e externa, de forma que seus leitores poderiam compreender esse indivíduo como ele mesmo teria se compreendido – um modelo exemplar da hermenêutica.

Investir na relação entre ser humano e sua época histórica era, de fato, uma intenção explícita do autor e com isso queria diferenciar-se das *Confissões* de Jean-Jacques Rousseau, publicadas em 1782 e 1789. No seu prefácio, o autor cita a suposta carta de um leitor – considerada fictícia pela pesquisa germanística (Jessing, 1997, p.278) – solicitando que o poeta, em ocasião da publicação das obras em treze volumes, confiasse ao público “em uma sequência cronológica [...] de maneira contextualizada, tanto as circunstâncias e os humores que lhes [às obras publicadas] deram origem quanto os exemplos que mais o teriam influenciado, sem deixar de mencionar os princípios teóricos envolvidos” (Goethe, 2017, p.22). Em princípio disposto a atender essa demanda, o autor reflete sobre os obstáculos para tal empreendimento: a escassez de lembranças, a ausência dos antigos esboços e manuscritos e a necessidade de incluir também suas ocupações científicas e tantas outras atividades, “sozinho ou na companhia de amigos”. Sobretudo, porém, ele constata que a função essencial de uma autobiografia iria muito além da reconstrução de uma vida individual pois o sujeito devia ser visto dentro do seu contexto histórico e até como produto desse contexto:

Pois esta parece ser a principal tarefa da biografia: apresentar o homem no contexto das relações de seu tempo, mostrar o quanto ele a elas resiste e o quanto delas se beneficia; de que modo elas impactam em sua condição de artista, poeta, escritor. No entanto, isso exige algo quase impossível de se alcançar, a saber: que o indivíduo conheça a si mesmo e a seu século, mantendo-se sempre o mesmo em todas as circunstâncias, ainda que, querendo ou não, o tempo o acabe arrastando consigo, definindo-o e formando-o; o faça de tal modo que se possa dizer que qualquer um nascido dez anos antes ou depois seria, no que diz respeito a seu próprio desenvolvimento cultural e intelectual e à repercussão de sua vida no mundo, um indivíduo completamente diferente. (Goethe, 2017, p.23-4)

Esse propósito foi realizado conseqüentemente nos quatro volumes, integrando na narrativa sobre o desenvolvimento do sujeito Goethe a cada vez os acontecimentos da história europeia, não como pano de fundo, mas como

realidade inter-relacionada. Isso acontece, por exemplo, já no primeiro livro, com o terremoto de Lisboa de 1755, um desastre “de proporções trágicas” pelo qual “[d]e uma hora para outra, uma capital imperial magnífica, grande centro comercial e portuário, é completamente arrasada pela catástrofe mais terrível” (Goethe, 2017, p.47). O narrador estende a descrição do evento e suas consequências tanto para o debate filosófico e teológico quanto para “os ânimos, agitados pela inquietude” (ibidem). Todavia, segundo o narrador, também “o menino, tendo de ouvir reiteradamente aquilo tudo, não se deixaria afetar pouco” (ibidem) e sua fé infantil acaba sendo tocada. De forma semelhante, todos os livros integram os acontecimentos históricos, como a Guerra dos Sete Anos, a coroação do futuro imperador José II, a revolução norte-americana, um panorama histórico da literatura alemã ou o movimento “Tempestade e Ímpeto” protagonizado pelo próprio Goethe, sempre criando uma relação íntima e subjetiva entre a história política e cultural e a história de formação do jovem poeta. É evidente que o autor não conseguiu desdobrar os relatos da macro-história a partir da sua memória ou das suas vivências infantis. Logo no começo do projeto autobiográfico ele mandou buscar, em grande escala, livros, documentos e depoimentos pessoais para construir seu tecido histórico-autobiográfico. “O livro narra”, como resume a crítica Jane K. Brown (2019, p.1575), “o desenvolvimento religioso, psicológico, artístico e social do autor, apresentando ao mesmo tempo a sociedade na qual ele cresce”.

### **A metamorfose das plantas e a formação do homem**

Se a interação da autobiografia com a época histórica é a primeira característica que destaca essa obra de Goethe em seu tempo, a segunda é um aspecto estrutural da história de vida. Já mencionamos o conceito da “formação”, central no pensamento de Goethe, que permeia o romance *Os anos de aprendizagem de Wilhelm Meister* e que tem suas raízes nas pesquisas naturalistas do weimariano. Para ele, “*Bildung*” (formação) não significava apenas um processo de aquisição de conhecimentos e competências profissionais, mas o desenvolvimento completo do potencial de um sujeito em interação com seu ambiente familiar, social e histórico, demonstrado de maneira modelar na história do jovem Meister. É consequente que, na narrativa autobiográfica, Goethe pretenda mostrar novamente, agora no exemplo real da sua própria vida, como um indivíduo podia evoluir, ora beneficiado, ora impedido pelas circunstâncias históricas, como ele dá a entender no trecho citado do prefácio. Essa formação do ser humano é pensada em plena analogia aos outros seres da natureza. A estância “*Daimon*”, o primeiro poema do ciclo “*Urworte. Orphisch*” (Palavras primordiais. Órfico), publicado em 1820 nos cadernos *Zur Morphologie (Sobre a morfologia)*, pode ilustrar esse pensamento (Goethe, 1957, p.229):

ΔΑΙΜΩΝ, Demónio

Como no dia que te fez nascer

O Sol se ergueu para o saudarem os planetas,

Logo tu começaste e continuaste a crescer  
Conforme leis perfeitas e completas.  
A ti não fugirás, assim terás de ser,  
Assim disseram já Sibilas e Profetas;  
Não há Tempo ou Poder capaz de destruir  
Forma cunhada que, a viver, quer progredir.

A constelação planetária aqui – como no início da autobiografia – é um símbolo da singularidade do indivíduo, nascido naquele momento diferente de todos os outros momentos da história. Responsável pela especificidade do indivíduo não é, evidentemente, o horóscopo, mas a herança biológica de cada organismo – hoje em dia sealaria de genoma. Numa entrada dos *Tag- und Jahres-Hefte*, relativa ao ano 1790 e ao *Versuch die Metamorphose der Pflanzen zu erklären* (*Ensaio para explicar a metamorfose das plantas*), Goethe (1994, p.20) escreve: “Estava completamente convencido de que um tipo universal, surgindo por metamorfose, passaria por todas as criaturas orgânicas, poderia ser observado bem em todas suas partes em certos graus intermediários e deveria ser reconhecido ainda quando ele se retira modestamente para o oculto no nível mais alto da humanidade”. Metamorfose é entendida como a transformação (imaginária) que produz as figuras diferentes, mas aparentadas, de todos os seres. A “planta matriz” (*Urpflanze*) é a forma básica à qual se pode reconduzir todas as formas complexas das plantas – não no sentido da evolução darwiniana que ainda não estava no horizonte de Goethe (Wenzel, 2012, p.395). “Formação”, nas plantas e nos animais, é tanto a figura específica de cada espécie e de cada exemplar como também o processo que leva da forma embriônica para o indivíduo maduro; “formação” também diz respeito à relação oculta que vincula todas as espécies entre si. Oito anos antes do ensaio de Goethe, Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840), um naturalista alemão, havia descrito a força inerente ao organismo que produz a forma desenvolvida como “*nisus formativus*” ou “*Bildungstrieb*” (“impulso de formação”; cf. Schweizer, 2012, p.383; Mücke, 2006, p.27).

Como a planta cresce de acordo com seu plano de desenvolvimento, o homem evolui a partir de uma entidade seminal – em outros momentos chamada de *Entelechie* (“enteléquia”; cf. Enke, 2012, p.385). Num esboço para o prefácio da terceira parte da autobiografia, Goethe explicitava essa relação entre plantas e formação humana:

Antes de eu começar os três volumes, agora publicados, eu pensei em formá-los de acordo com aquelas leis que nos ensina a metamorfose das plantas. No primeiro, a criança deveria bracejar raízes para todos os lados e desenvolver apenas poucos cotilédones [uma ou duas folhas iniciais da planta]. No segundo o moço deveria bracejar galhos gradualmente mais diversificadas com um verde mais vivo e no terceiro volume correr com espigas e panículas para a flor e representar o jovem esperançoso. (Goethe, 1986, p.971)



Os primeiros dois volumes desenvolvem, livro por livro, o andamento lento e sistemático da formação do jovem poeta, da sua imaginação fantasiosa, da sua eloquência, da capacidade de versificação, da produção dramática e épica; também se apresenta o estado da literatura alemã que ele encontra na juventude e como ele começa a inscrever-se nessa literatura, ainda com trabalhos convencionais que são, do ponto de vista do velho Goethe, imaturos. Ainda assim, o jovem consegue já nessas formas insatisfatórias encontrar sua maneira particular de relacionar vida e literatura. Como ele constata no sétimo livro:

Foi assim que comecei a seguir aquele rumo do qual nunca mais conseguiria me desviar ao longo de toda minha vida: transformava em imagem, em poema tudo aquilo que me alegrasse e me atormentasse, ou que me ocupasse de algum modo. E, fazendo isso, resolvia as questões comigo mesmo, ora me obrigando a reformular minha compreensão do mundo, ora fazendo sossegar em mim minhas tantas inquietações. Ninguém tinha maior necessidade de um dom como esse do que eu mesmo, que vivia sendo constantemente arremessado de um extremo ao outro pela força de minha própria natureza. Portanto, todas as coisas que dei a público não são mais que fragmentos de uma grande confissão. E este livrinho, aqui, não passa de uma tentativa ousada de complementá-la. (Goethe, 2017, p.343)

Ou seja: a poesia seria, para Goethe, a forma como “a vida” vivida – esse algo informe e incompreensível – se transforma em figura e linguagem, em algo inteligível ou, pelo menos, apreensível. Ao mesmo tempo que ele descreve esse mecanismo psíquico que está na raiz da sua poesia, ele afirma que a própria autobiografia faz parte desse empreendimento de compreender-se a si mesmo, escrevendo literatura, na medida em que a autobiografia retoma a verbalização da vida em modalidade e abrangência diferentes. Toda essa trajetória em direção a si mesmo como homem é acompanhada pelos estágios infanto-juvenis do amor e da religião que, como o desabrochar do poeta, encaixam-se no modelo do desenvolvimento orgânico da planta.

No entanto, as duas primeiras partes terminam, no décimo livro, com novas experiências humanas e estéticas no círculo de Herder em Estrasburgo e com o encontro com a jovem Friederike Brion, filha do pastor em Sesenheim, na Alsácia. Goethe tem 21 anos de idade, e são os poemas de amor, as chamadas canções de Sesenheim, que surgem nesse relacionamento, ao mesmo tempo apaixonado e inocente, e que inscreverão o poeta pela primeira vez na história literária. Como a relação amorosa termina com a culpa vivenciada pelo protagonista ao abandonar a moça apaixonada, o episódio também marca uma ruptura na evolução harmoniosa do sujeito e um distúrbio formal na narrativa da vida.

### **Dissonâncias entre projeto autobiográfico e vida**

É notável que o episódio de Sesenheim se estenda por dois livros (10º e 11º) e atravesse o limite que separa a segunda da terceira parte, ou seja, a metade da obra. Jessing (1997, p.303) enfatizou que isso configura “o centro

compositivo de *Poesia e verdade*". Nos primeiros dez livros, a representação das prematuras produções poéticas do jovem era, em si, mais poética e idílica; os livros que se seguem tratam dos trabalhos literários que formam aquilo que é "a obra" de Goethe conhecida pelos leitores e publicada na edição em 13 volumes de Cotta; nessa parte, as obras são encaradas de maneira mais séria, crítica e prosaica. Ao mesmo tempo, segundo Jessing (1997, p.303), a "fuga compositiva" entre o 10º e o 11º livro "constitui uma ruptura na concepção que é anunciada no prefácio não publicado da terceira parte: A estruturação poética do texto autobiográfico de acordo com a metamorfose deixaria o lugar ao conceito do demoníaco, devido à pressão dos fatos que já não podem ser ordenados de forma razoável". Com efeito, esse prefácio "suprimido" e já citado, continua constatando o poder destrutivo do destino que pode afetar plantas e seres humanos igualmente:

Os amigos da jardinagem, porém, sabem bem que uma planta não floresce em todo solo, e, no mesmo solo, não em todo verão e que o esforço aplicado nem sempre é remunerado à larga; e assim, essa representação teria tido uma forma mais fresca e serena, se tivesse sido empreendida alguns anos mais cedo ou a um tempo mais favorável. Mas agora está encerrada na sua limitação, como acontece com tudo que assume forma, ela está circunscrita por seu estado individual, do qual nada pode ser tirado ou acrescentado e eu desejo que esta obra, um aborto [Ausgebur]t] mais da necessidade do que da escolha, deleite razoavelmente meus leitores e lhes seja útil. Expresso este desejo com mais ênfase, uma vez que me despedirei deles por certo tempo: pois na próxima época, à qual eu deveria avançar, as flores caem, não todas as coroas produzem fruto e este mesmo, onde se encontra, é discreto, se enche devagar e a maturidade hesita. E quantos frutos caem já antes da madurez por causa de contingências diversas e o desfrute, que já parecia ao alcance, é frustrado. (Goethe, 1986, p.971-2)

No entanto, não é contrário ao conceito de formação de Goethe que as forças "escuras"<sup>5</sup> cruzem e afetem o desdobramento dos potenciais do sujeito. Que sua vida não será entendida como um fruto que cai "antes da madurez" é óbvio, e que aqueles anos que viram sua entrada no mundo literário eram marcados por mais resistências e frustrações é consequente porque essa entrada se dava com provocações, escândalos e irritações no campo literário. A tradução de Maurício Mendonça Cardozo que segue à Edição de Hamburgo (ed. Erich Trunz, Goethe, 1981) não contém esse prefácio que se encontra nos paralipômenos da versão do Klassiker Verlag (Goethe, 1986). Mas ela traz a epígrafe desse terceiro volume (Goethe, 2017, p.539): "Cuidou-se para que as árvores não cresçam para os céus". O significado desse provérbio, atribuído a Lutero, é equivalente ao conteúdo do prefácio, retomando, inclusive, a metáfora vegetal. Quem "cuidou" é a instância além do humano que rege a ordem do cosmos. As árvores cuja entelúquia tende para o alto, encontram seus limites; isso é necessário e não diminui seu valor e sua grandeza. Da mesma maneira, é

necessário que um homem que, na infância e juventude, achou condições tão favoráveis – uma família abastada, um estatuto social elencado, uma educação excelente e um momento propício – tenha que enfrentar algumas dificuldades nos anos de amadurecimento.

Entre essas dificuldades está também o problema do amor. O episódio de Sesenheim termina com o abandono da moça amada. Aos poucos, o jovem poeta começara a perceber que ela, tão graciosa no seu ambiente rural costumeiro, destoava quando introduzida nos círculos urbanos e cultos. Quando a despedida de Estrasburgo se aproxima – ele já defendeu sua tese em direito e cumpriu assim o objetivo oficial do estágio na cidade – o jovem se dá conta que paixão inocente resultou em esperanças que não foram planejadas e que ele não quer cumprir. Para a moça e sua família, a relação podia contar como noivado; para o filho de patrícios e poeta promissor o casamento com a filha ingênua de um pastor rural resultaria como *mésalliance*. Contudo, ele se despediu, sofrendo tanto da separação quanto da sua culpabilidade.

A resposta de Friederike à minha carta de despedida partiu-me o coração. Era a mesma mão, o mesmo pensamento e o mesmo sentimento que se haviam desenvolvido para mim e por mim. E foi só então que senti o quanto a perda a fez sofrer, mas eu não via possibilidade alguma de repará-la, nem mesmo de aliviá-la. Friederike não saía de minha cabeça, sentia sua falta a todo instante e, o que era muito pior, eu não era capaz de me perdoar por minha própria infidelidade. Gretchen havia sido tomada de mim, Annette havia me abandonado, mas nesse caso, pela primeira vez, era eu o culpado. Ferira profundamente o coração mais adorável que havia e, agora, sentindo falta das benesses a que me habituara aquele amor, vivia a dor insuportável dos tempos sombrios do arrependimento. (Goethe, 2017, p.623)

No entanto, ele é consequente na sua atitude e não retoma a relação, e o narrador comenta seu estado de ânimo da seguinte maneira:

[...] deixei-me levar por meu antigo costume e voltei a buscar guarida na poesia. Dei então seguimento ao meu professor poético, para que, dessa forma autopenitente de expiação, eu me tornasse minimamente digno de uma absolvição interior. As duas Marias no Götze von Berlichingen e no Clavigo, assim como a má figura desempenhada por seus amantes, podem bem ser o resultado da compunção de tais considerações. (Goethe, 2017, p.625)

O trecho mostra bem como o poeta lida com a culpa, elemento central nas autobiografias e confissões. Enquanto Santo Agostinho procura redenção dos seus pecados no diálogo com Deus e Rousseau expõe tudo que ele considera vício e delito diante os olhos dos leitores para ser eximido por eles, Goethe é muito mais discreto quando fala de suas falhas e explica – tudo em terminologia religiosa – que a “absolvição” (*Absolution*) é dada no seu foro interno na base da “forma autopenitente de expiação” (*selbstquälerische Büßung*) que constitui o “professor poético” (*poetische Beichte*), ou seja, ele consegue superar o dissenso consigo mesmo causado pela culpa mediante a obra de arte cuja produção exige

reviver, na ficção, os tormentos da experiência biográfica. É notável, aliás, como o autor intercalou, nessa história do seu amor com Friederike, observações sobre a literatura francesa e sua recepção na Alemanha, motivadas pelas discussões no círculo dos jovens poetas de *Tempestade e Ímpeto*, reunido em Estrasburgo. No câmbio entre narrativa de acontecimentos íntimos e aspectos objetivos e históricos, se manifesta tanto a intenção de ancorar a biografia na história, quanto o anseio de uma escrita equilibrada que não se entrega exclusivamente ao sentimento.

Voltando, porém, à ruptura na concepção da autobiografia a partir do modelo da formação humana, essa se torna mais evidente na quarta parte. Goethe retomou a continuação do trabalho somente anos depois, e deixou a redação final ao seu íntimo Eckermann. A quinta parte que figurava nos primeiros esboços nem foi considerada. No 20º e último livro, as forças incompreensíveis que o autor chama de “demoníacas” cruzam mais explicitamente o andamento da sua vida: de novo, ele se separa de uma mulher amada (Lili Schönemann) por motivos da “razão” (*Vernunftgründe*; Goethe, 2017, p.945), cancela no último momento uma viagem para a Itália, corta os laços com sua existência burguesa e a família em Frankfurt e segue o duque de Weimar para a esfera da política e da corte. O autobiógrafo confessa “quão decisivo não é o acaso, no momento em que tal escolha ganha uma direção, no instante em que se define o escolhido?” (Goethe, 2017, p.944). A decisão de voltar para Lili Schönemann, da qual ele já fugira antes por causa de obstáculos aparentemente insuperáveis, é revista quando o duque Carl August o convida para Weimar e esse acaso determinará todo o resto da biografia de Goethe. A digressão dedicada, poucas páginas antes, ao demoníaco explicita como o controle sobre a própria vida não está nas mãos do homem nesses momentos. Na visão de Goethe, esse demoníaco não “era algo divino, pois parecia irracional; não era humano, pois não tinha inteligência; não era diabólico, uma vez que se mostrava benéfico; não era angelical, pois não raro se comprazia da desgraça alheia” (Goethe, 2017, p.941). De toda maneira, constitui “uma força que, se não é de todo contrária à ordem moral do mundo, por certo a atravessa de um lado ao outro, de modo que bem se poderia tomar uma pela trama e outra pela urdidura” (ibidem, p.943). Pessoalmente Goethe procurou se “resguardar dessa essência medonha, procur[ando] buscar refúgio, como de costume, atrás de uma imagem” (ibidem, p.942).

Uma imagem desse tipo pode ser vista na citação do drama *Egmont* que fecha o livro e ilustra o violento e demoníaco da contingência que cruza os planos de vida:

Criança, Criança! Chega disso! Como que chicoteados por espíritos invisíveis, os cavalos de sol do tempo sempre disparam à frente do carrocim ligeiro de nosso destino e, a nós, não nos resta mais do que, corajosamente, segurar com firmeza as rédeas, guiando as rodas ora à direita, ora à esquerda, desviando de uma pedra aqui, de um precipício acolá. Para onde vai, quem haverá de saber? Nem bem ele se lembra de onde veio. (ibidem, p.955)

A última frase da citação do *Egmont* conclui os 20 livros da autobiografia que exercem a função de reconstruir “de onde veio” esse sujeito. Ao mesmo tempo, como observa Müller (1986, p.1290) no comentário da sua edição, o motivo da carruagem do sol se relaciona ao horóscopo do início e, dessa maneira, providencia um certo fechamento estético formal da obra. Mas isso não pode compensar por completo o fim abrupto dessa obra tão extensa. O *grand finale* não culmina, portanto, no encontro de si mesmo, na realização harmoniosa da enteléquia do poeta, mas na fuga precipitada de uma situação existencial que virou inviável e parte para um destino desconhecido – pelo menos para o protagonista naquele momento. Na interpretação de Jessing, o autor se sentiu obrigado a abandonar seu projeto porque era impossível integrar a vida que se segue – as décadas de Weimar com seu leque amplo de atividades políticas, científicas e literárias – numa narrativa bem estruturada como os anos da juventude. A imagem poética que o autor encontra para essa situação já não expressa harmonia e realização, mas inquietude, irracionalidade e heteronomia.

O que apoia esse diagnóstico é um certo desequilíbrio formal. A intenção classicista inicial é perceptível ainda nas proporções da estrutura: quatro volumes, cada um com cinco livros e os livros variando – na tradução brasileira – entre 40 e 60 páginas, pelo menos nas três partes iniciais; no quarto volume, porém, o tamanho dos livros diminui e se aproxima a 30 páginas. A longa fase na qual o autor abandonou o trabalho no quarto volume e a entrega do fragmento para a publicação póstuma por Eckermann são entendidas como sintoma do esfacelamento do projeto: avançando na narração da sua vida adulta, o autor não consegue mais integrar as crises e os dados dispersos numa composição que “ordena os fatos de uma forma significativa” (Jessing, 1997, p.303) como aconteceu nas primeiras partes.

### **A ficcionalidade da autobiografia**

O fato de o livro ter sido composto de acordo com uma concepção orgânica – a formação e o crescimento das plantas – já suscita em muitos críticos a suspeita de a autobiografia ser ficção. Para Brude-Firnau (1985, p.320), a autobiografia “deve ser lida como romance”; Jacobs (1972, p.96), assim como Jessing (1997, p.280, 322) a chama de “romance de formação”; em outros momentos se usa a denominação “romance de desenvolvimento” (“*symbolischer Entwicklungsroman*”; Jessing, 1997, p.281; “*Entwicklungsroman des Lesers*”; Brude-Firnau, 1985, p.331). Esses autores enfatizam a proximidade da autobiografia com o gênero do romance de formação, que surge na mesma época e recebe o impulso decisivo do próprio Goethe – não precisa ser repetido aqui que na concepção de *Os anos de aprendizagem de Wilhelm Meister* o poeta seguiu a mesma ideia de desenvolvimento.

Um outro gênero ficcional considerado na interpretação de *Poesia e verdade* é o conto de fadas. Gabriele Blod (2003, p.7) atinou com o fato de Goethe

falar em cartas sobre a autobiografia como seu “*Lebensmärchen*” (conto de fadas da vida) e com os diversos contos de fadas que foram inseridos na narrativa em momentos cruciais. Um desses é “O Novo Páris, um conto de menino” (Goethe, 2017, p.73; “*Der neue Paris. Knabenmärchen*”), inserido no segundo livro como exemplo da força imaginativa de Goethe na sua mais tenra idade; o outro é “A nova Melusina”, um conto que o autor supostamente teria narrado para Friederike e suas irmãs em Sesenheim, mas que não aparece textualmente na autobiografia; foi publicado em outro lugar e, posteriormente, incluído no romance *Wilhelm Meisters Wanderjahre* (*Os anos de peregrinação de Wilhelm Meister*). Para a crítica, tanto a denominação “*Lebensmärchen*” quanto a inclusão dos contos na representação da vida obedecem à necessidade goethiana de fazer uso da ficção (conto) para dar a verdade da sua história, algo que já refletiria o título *Poesia e verdade*. Surgindo no mesmo século XVIII, o conto de fadas seria um gênero exemplar para exercer a faculdade da imaginação, o que era necessário para realizar o objetivo autobiográfico: “A cooperação de conto de fadas e autobiografia promete ser produtiva por bons motivos: os dois gêneros se complementam e se correspondem mutuamente” (Blod, 2003, p.50-1). Ao mesmo tempo, Blod frisa que a inserção dos textos ficcionais e sua recepção exemplar por diversos tipos de ouvintes e leitores na diegese pode ser compreendida como indício para a recepção adequada da própria autobiografia. Ou seja: os leitores de *Poesia e verdade* poderiam observar formas ingênuas da leitura de ficção (voltadas para o conteúdo) e formas adequadas (voltadas para o valor poético) nos protagonistas da história e no processo de aprendizagem do jovem poeta Goethe. Na base dessa aprendizagem, assim a crítica, os leitores reais deveriam assumir a atitude adequada na recepção da própria autobiografia. O livro avança, desse modo, a ser um texto metapoético e autorreferencial.

Para muitos críticos é particularmente o episódio de Sesenheim que comprova a ficcionalidade da autobiografia. Nicholas Boyle, autor da biografia mais atualizada e abrangente sobre o poeta – os primeiros dois volumes da edição inglesa saíram em 1991 e 2000 – observa sobre os trechos em questão: “A descrição inteira daquele primeiro encontro com Friederike, que Goethe oferece em *Poesia e verdade*, é comprovadamente livre invenção e muitos dos detalhes que se seguem são tão traiçoeiros como se pode esperar dessa autobiografia mais traiçoeira de todas, ainda que nem tão traiçoeira quanto algumas especulações posteriores sobre o caso” (Boyle, 1995, p.126). O editor da edição de Frankfurt (Müller, 1986, p.1179) comenta que existe, no mínimo, uma contradição entre a cronologia comprovada (a chegada de Herder em Estrasburgo, as viagens de Goethe para Sesenheim) e os acontecimentos narrados por Goethe.

O que pode ter motivado as palavras drásticas de Boyle e que faz parte da maioria das argumentações em favor de uma autobiografia ficcionalizada são as interferências entre o romance *The vicar of Wakefield* (1766), de Oliver Goldsmith, e a narração do encontro com Friederike Brion. De acordo com *Poesia e verdade* (Goethe, 2017, p.510ss), houve uma leitura coletiva do romance em

Estrasburgo, que rendeu a Goethe “invectivas” de Herder sobre sua leitura entusiasta e identificadora, demasiadamente voltada para o conteúdo. “Eu sentia coisas como sente um ser humano, como um jovem; para mim, tudo era muito verdadeiro, presente, cheio de vida. Ele, que não tinha olhos senão para formas e conteúdos [*Gehalt*]<sup>6</sup> percebia claramente que eu me via tocado e arrebatado pelo assunto, e era justamente isso que ele não queria tolerar” (Goethe, 2017, p.513). A trama do romance – um pastor rural com suas filhas cortejadas por um aventureiro vagante que depois se revela como homem nobre e de estrato social superior – apresenta traços muito parecidos à constelação da chegada do jovem Goethe em Sesenheim, e o narrador acentua e comenta essas similitudes: “não esperava ser transportado tão rapidamente desse mundo fictício [*“aus dieser fingierten Welt”*] para um mundo real tão semelhante [*“in eine ähnliche wirkliche”*]” (Goethe, 2017, p.514). Por um lado, a crítica supõe que o autor teria modelado sua vivência autobiográfica a partir do romance de Goldsmith, criando assim o “idílio de Sesenheim” em vez de relatar os acontecimentos objetivos. Ao mesmo tempo, críticos recentes enfatizam que é a atitude ingênua diante da ficção, descrita pelo autobiógrafo no comportamento de si como protagonista – e mais tarde nas filhas do pastor em Sesenheim – que merece atenção, porque ela indica para o leitor a atitude errada diante da autobiografia. O mundo ficcional de Wakefield seria espelhado no mundo não tão “real” de Sesenheim e o tipo de recepção mostrado pelo leitor Herder deveria ser repetido na recepção real do leitor do livro, a saber: como livro de ficção. Nas palavras de Robert Walter (2012, p.242):

Depois da menção e do tratamento desse texto [*The vicar of Wakefield*] que – como a personagem de Herder em *Poesia e verdade* reclama com muito direito – não se presta em nada para a identificação [*Einfühlung*] e vivência empática ingênua, mas, ao contrário, reflete de maneira crítica exatamente esse tipo de comportamento, segue o episódio de Sesenheim, que transfere o protagonista da autobiografia “desse mundo fictício para um mundo real tão semelhante”; conseqüentemente devemos colocar um ponto de interrogação nítido nesse caráter real. O episódio, portanto, está sob aguda suspeita de ficcionalidade.

Quando se traça o caminho da crítica de *Poesia e verdade* em termos da sua suposta ficcionalidade, pode-se constatar que, no início, o livro foi considerado um relato verdadeiro da vida do poeta. A partir de 1900 se estabeleceu a dúvida sobre se Goethe teria mesmo sido muito confiável em certos detalhes e os biógrafos do poeta começaram a buscar outras fontes. Paralelamente, surgiu na primeira metade do século XX a ideia de que o livro, em vez de ser visto como fonte de fatos históricos, deveria ser lido como “obra de arte [...] que nos mostra o homem não como visto de fora e no seu comportamento visível, mas o homem interior [...] assim como ele acredita e deseja ter sido” (Gusdorf, 1998, p.143). Nos últimos 50 anos, parece que a crítica quis superar-se cada vez mais com afirmações sobre a não referencialidade da obra e as intenções metapoéticas

do autor. Se os primeiros leitores tomaram tudo ao pé da letra, nossos contemporâneos veem exclusivamente resultados de uma ficcionalização e atestam ao Weimariano uma completa aderência ao *linguistic turn* já 200 anos *ante litteram* (Walter, 2012, p.248). Parece que os críticos querem sobrepujar-se num furor cada vez mais radical, denegando qualquer relação entre o texto e a realidade histórica do autor. Podemos citar novamente Robert Walter (2012, p.248) que resume, de seu ponto de vista, o estado de coisas nas pesquisas:

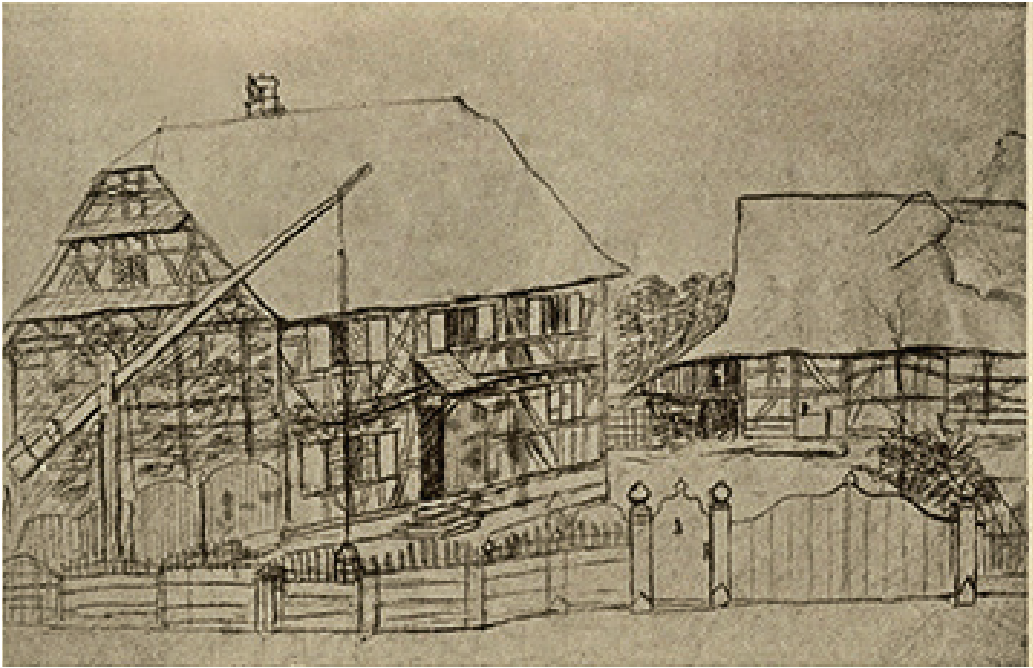
Até um texto clássico da autobiografia, visto durante longas décadas de teorização como gênero referencial por excelência, desmente, dessa maneira, o fundamento da teoria e se oferece, por conseguinte, como ponto de partida de uma crítica da teoria da autobiografia a partir de uma perspectiva pós-moderna, crítica ao sujeito. Goethe não escreve sobre acontecimentos que ele mesmo vivenciou e que poderiam – graças à sua grandiosa memória, enaltecida tantas vezes – entrar, sem mais nem menos, no texto; seu relato *Poesia e verdade* realiza um *emplotment* da subjetividade, ele constrói um Eu poeta com meios narrativos, aderindo a modelos literários e antecessores intertextuais. A imagem do poeta Goethe que achamos na autobiografia é um constructo que não vive de referências a acontecimentos extratextuais, mas, sobretudo, de relações a outros textos.

### O significado de “poesia” e “verdade” na concepção de Goethe

Para alguém que não acompanhou os desdobramentos da teoria pós-estruturalista e da crítica da autobiografia, a afirmação de que Goethe, em suas memórias, “não escreve sobre acontecimentos que ele mesmo vivenciou” pode parecer estranha, para dizer o mínimo. No entanto, essa vertente não está baseada exclusivamente em alucinações ou projeções. Quem se debruça sobre os trechos respectivos, as cartas e conversas de Goethe, ou o prefácio e os trechos respectivos de *Poesia e verdade*, necessariamente começa a refletir sobre a relação entre fato e ficção nessa obra. Importante é, contudo, que se mantenha em vista como os trechos foram entendidos na época, e pelo próprio Goethe, para não chegar a conclusões equivocadas, provocadas pelo espírito do nosso presente.

No prefácio da autobiografia, respondendo à carta fictícia de um suposto leitor de suas obras, Goethe reflete, como já observado, sobre a dificuldade de “apresentar o homem no contexto das relações com seu tempo”, e conclui: “Quanto ao que, de resto, ainda se possa ter a dizer especialmente sobre sua abordagem algo poética, algo histórica [*halb poetische, halb historische Behandlung*], para tanto ainda há de surgir ocasião ao longo da narrativa” (Goethe, 2017, p.24). Aqui a questão é o que seria uma “abordagem algo poética, algo histórica”, na proporção “meio a meio” (*halb und halb*). Os defensores do *linguistic turn* costumam entender “poético” como “ficcional”, presumindo, portanto, que Goethe admite, já no prefácio, que a autobiografia seria, pela metade, “inventada”. É difícil confirmar isso diante das mil páginas dessa narrativa cheia de referências a pessoas, datas e lugares históricos, mesmo quando se admite uma certa porção de “ficcionalização” das vivências mais privadas.





Fotos Cortesia do Autor

*Desenho a sanguínea de Goethe da paróquia de Sesenheim.*



*Goethe: silhueta (1805).*

A mesma relação entre ficção e realidade parece ser anunciada já no título *Poesia e verdade*, uma vez que este não se refere a uma dicotomia entre a obra poética (literária *stricto sensu*) e o contexto biográfico (verdade), sendo o último revelado no livro autobiográfico como comumente se pensava no século XIX. Para Erich Trunz (1981, p.611), editor da *Hamburger Ausgabe*, poesia significa o elemento acrescentado aos acontecimentos, pela perspectiva *a posteriori* do autobiógrafo: “Tudo que na sua autobiografia é interpretação ele chamava de *poesia*. Os detalhes [...] ele chamava de *verdade*. *Verdade e poesia* (que era o título inicialmente) significa, portanto: os fatos e seu contexto”.

Em idade avançada, Goethe ainda deu uma explicação abrangente e contraditória na correspondência com o Rei da Baviera:

Quanto ao título – de fato meio paradoxal – das confidências da minha vida, Verdade e poesia [sic], este foi motivado pela experiência de que o público sempre duvida da veracidade de tais tentativas biográficas. Para enfrentar isso, *eu admiti uma espécie de ficção, de certo modo sem necessidade*, movido por um espírito de contradição, pois meu objetivo mais sério era representar e expressar, na medida do possível, *o essencialmente verdadeiro e fundamental [das eigentlich Grundwahre] que havia reinado em minha vida, de acordo com minha percepção*. Mas se isso já não é possível nos anos tardios sem a recordação e, portanto, a imaginação [*die Rückerinnerung und also die Einbildungskraft*], e como a gente sempre se coloca na situação de *exercer, de certa maneira, a faculdade poética [gewissermaßen das dichterische Vermögen auszuüben]*, então é claro que, em lugar dos detalhes, tal como aconteceram outrora, serão mais os resultados da vida que seriam apresentados e enfatizados, assim como pensamos o passado agora. De fato, a crônica mais comum traz algo do espírito da época na qual foi escrita. (Carta ao Rei Luís I da Baviera, de 12 de janeiro de 1830; Goethe, 1986, p.1056s; grifos nossos)

Num primeiro momento, o autor explica a “poesia” do título como estratégia preventiva contra a incredulidade do público de autobiografias: admitir elementos ficcionais evita ser responsabilizado por trechos duvidosos. Mas, no mesmo instante, ele diz que fez isso “sem necessidade”, ou seja: sua veracidade nem merece essa atitude do público. Num terceiro momento, ele afirma que sua veracidade se refere ao “essencialmente verdadeiro e fundamental” e isso não necessariamente deve coincidir com “os detalhes como aconteceram outrora”, mas é figurado por uma memória que, para Goethe, opera sempre com a participação da faculdade imaginativa (*Einbildungskraft*). Isso é, de fato, uma concepção da recordação que se aproxima bastante às ideias da neurociência do século XXI sobre o funcionamento da memória (Galle, 2011, p.172-218). Por outro lado, não autoriza, em meu modo de ver, a conclusão de Goethe ter apresentado uma ficção no sentido equivalente a um romance ou um conto de fadas.

Importante, nesse contexto, é o conceito de verdade que aparece na carta e que ocupa um lugar central no pensamento de Goethe sobre a realidade e sua

representação estética. Para Goethe, “a lei que emerge no fenômeno” [*das Gesetz, das in die Erscheinung tritt*] é o verdadeiro que, ao mesmo tempo “produz o objetivamente belo” (*bringt das objectiv Schöne hervor*), assim nas *Máximas e reflexões*, n.1346 (apud Franz, 1998, p.1116). A contemplação permite intuir, na aparência do fenômeno, aquilo que corresponde à lei, e é a faculdade imaginativa (*Einbildungskraft*) que produz as imagens que permitem a representação estética da verdade que corresponde à ordem do cosmos, uma verdade superior que está “atrás” dos dados contingentes. Essa concepção idealista – de origem *spinozista* – subjaz à produção lírica, dramática e épica e também à autobiografia. A diferença é que a autobiografia não representa os tipos universais, mas um caso individual. Exercer a faculdade poética não significa, como bem observou Dieter Borchmeyer (1998, p.488), inventar algo, mas apresentar, no *medium* da narrativa, aquilo que aconteceu, de acordo com o ponto de vista daquele que fala. Numa conversa com o chanceler von Müller, em 13 de junho de 1825, Goethe especificou essa diferença, respondendo à demanda de Müller que deveria escrever algo sobre a vida na corte de Weimar na época da mãe do duque: “Não seria demasiado difícil, ele respondeu, dever-se-ia tão somente descrever os estados de forma completamente fiel, assim como eles se apresentam ao olho poético na memória; poesia e verdade, sem imiscuir a *invenção (Erddichtung)*” (Burkhardt, 1870, p.103; grifos no original).

Tudo indica que Goethe teve consciência de que literatura – na época ainda geralmente chamada de “poesia”, embora os gêneros prosaicos comessem a integrar esse campo – era constituída pelos dois aspectos distintos que podem ser identificados por poeticidade e ficcionalidade. Como já mencionado no início deste artigo, o primeiro inclui procedimentos basicamente linguísticos, estilísticos e narrativos, e o segundo refere-se à relação das proposições com o mundo. Para Goethe um texto podia ser poético sem dispensar o laço com a realidade histórica. E, já no século XVIII, abundaram romances populares e aventurecos (ou seja: ficções) que Goethe não teria incluído no seu conceito de literatura, porque eles careciam de todo cuidado linguístico e de uma estruturação esmerada. Em *Diction e fiction* (1991), Gérard Genette analisou com diligência a relação entre os dois aspectos e sua relevância para o conceito europeu de literatura. Afirmações “sérias” sobre a realidade – para usar uma expressão de John Searle (1975) – são feitas em livros de história, artigos jornalísticos e sentenças judiciais, e elas podem ser organizadas em forma narrativa e apresentar traços estilísticos de maior ou menor grau sem que sejam confundidos com “ficção”, embora possam conter, evidentemente, erros e mentiras. Mas para que esses sejam tratados como tais, como erros e mentiras, é necessário que os textos sejam lidos como factuais e isso é garantido por convenções da comunicação geralmente descritos como contratos ou pactos de leitura (Lejeune, 1975; Eco, 2004, p.103ss), ou instituições (Lamarque; Olsen, 1994, p.37), ou práticas comunicativas (*Sprachhandlungspraxis* – Zipfel, 2001, p.90). A distinção permite

optar pelo modo de leitura mais produtivo de um texto – factual ou ficcional –, não a partir da própria textualidade, mas a partir do modo como o texto é sinalizado por autor e editora e sob que rótulo ele circula na sociedade (cf. também Galle, 2018). Para os fins deste artigo, não é preciso entrar em detalhes para mostrar que o *emplotment* (Hayden White) realizado por um historiador, ou por um autobiógrafo, pode condicionar a interpretação de uma história, mas não suspende sua referencialidade (Zipfel, 2001, p.172ss). Basta citar o que Frank Zipfel afirma sobre a diferença entre poeticidade e ficcionalidade: “Em textos que são literários em virtude da poeticidade, a referência ao mundo é sobreposta (“überlagert”) pela forma, a função poética de Jakobson; em textos que são literários em virtude da ficcionalidade, a referência é suspensa [unterlaufen] pela narração de objetos fictícios” (Zipfel, 2009, p.295). Ou seja: poeticidade pode introduzir ambiguidades e conotações nas afirmações referenciais; a ficcionalidade de uma afirmação exclui a possibilidade da referência imediata.<sup>7</sup>

No caso da autobiografia de Goethe, os paratextos que levam à respectiva sinalização, particularmente o título e o prefácio, incluem certas ambiguidades que já foram descritas. A questão é: devem essas ambiguidades encaminhar a leitura para o pacto ficcional? Ou deve a duplicidade de “poesia e verdade” até ser entendida como oscilação entre dois pactos, atualmente circunscrito sob o conceito da “autoficção”?

No que diz respeito a esta última pergunta, pode-se constatar que até Martina Wagner-Egelhaaf, uma grande defensora desse conceito na abordagem da escrita do eu contemporânea, responde de forma completamente afirmativa. Em sua definição de autoficção, essa é caracterizada por “emprego proposital, consciente e explícito da ficção, na medida em que ela serve para constituir a ‘realidade’ do eu autobiográfico” (Wagner-Egelhaaf, 2010, p.198). Em relação a *Poesia e verdade*, segundo essa crítica, a “negação da diferença entre ‘realidade’ e ‘ficção’” e a resultante “hibridização” só pode ser confirmada pela metade (“*Jein*”) porque o objetivo de Goethe é “tornar compreensível um contexto de vida” (ibidem, p.197). Quando se aplica uma definição de teóricos mais céticos como Marie Darrieussecq (1996, p.377) ou Frank Zipfel (2009, p.305), o novo gênero “demanda ser acreditado e demanda não ser acreditado”, uma oscilação contratual que, com certeza, não está nas intenções de Goethe. Mesmo onde ele introduz uma “ficção”, como a mencionada carta do leitor no prefácio, a intenção é que o leitor não perceba esse truque. Ele aproxima uma vivência como a de Sesenheim ao romance de Goldsmith, mas não quer dispensar a veracidade do episódio e, ao contrário, manter, na similitude, a diferença quando ele se vê “transportado [...] desse mundo fictício para um mundo real tão semelhante” (Goethe, 2017, p.514).

Que a obra, como um todo, deva ser entendida sob um pacto referencial é evidente quando se considera a intenção de “apresentar o homem no contexto das relações de seu tempo” (Goethe 2017, p.23), sobretudo quando esse

homem deve ser o próprio autor. O apêndice da edição de Frankfurt inclui um índice onomástico que conta com 58 páginas de nomes que se referem a personalidades históricas e suas obras. Essa referencialidade extensa é uma qualidade central dessa obra de Goethe como da autobiografia em geral. Borchmeyer (1998, p.487) afirma que “verdade no sentido de exatidão histórica era uma preocupação particular de Goethe, como mostram suas pesquisas extensas”. Diante disso, certas críticas, feitas com a intenção de invalidar a referencialidade da obra parecem mesquinhas, como a de Blod (2003, p.58) ao afirmar que o poeta não inclui muitas datas exatas, ou a de Walter (2012, p.253), de que, no episódio de Sesenheim, o autor não usa o nome de família de Friederike e que seus irmãos aparecem – como jogo intertextual explícito – sob os nomes do romance de Goldsmith.

Também é evidente que nenhum crítico começaria a questionar o conteúdo do *Werther*, do *Wilhelm Meister* ou do *Fausto* por divergências com os fatos conhecidos da vida de Goethe. Que isso venha acontecendo há duzentos anos, e continue até na crítica desconstrutivista, significa, em primeiro lugar, que todos esses leitores partem do pacto referencial para mostrar onde Goethe estava confundido ou queria confundir seus leitores – embora os objetivos hoje sejam diferentes: a ideia é questionar principalmente distinções como fato/ficção etc.

É consequente que essa atitude introduz, na análise da autobiografia, a distinção entre autor e narrador, uma operação fundamental para a ficção, onde a voz que profere as proposições sobre o mundo ficcional não coincide com a voz do autor (Zipfel, 2001, p.121). Enquanto o modelo de Lejeune e Genette do pacto autobiográfico ou referencial parte da “identidade” de autor e narrador, a teoria pós-estruturalista postula que o processo de seleção de episódios e sua composição na narrativa (*emplotment*) já implica uma clivagem entre o sujeito do autor e o narrador do texto: “Nesse processo, o autobiógrafo se transforma em narrador que não é idêntico com a pessoa histórica do autor” (Depkat, 2019, p.284). Da mesma maneira, a crítica contemporânea de Goethe começou a distinguir o autor Goethe do “narrador de Goethe” (Walter, 2012, p.239), e pergunta: “pode-se confiar num narrador?” (ibidem, p.242). Ao mesmo tempo em que o autor é substituído pela “figura do narrador” (ibidem, p.245), as pessoas às quais o texto se refere aparecem como “personagem de Herder” (ibidem, p.242), ou simplesmente como “Herder”, entre aspas. É evidente que uma pessoa física e histórica não pode ser “idêntica” com o sujeito formado por signos linguísticos no texto. Tampouco quando digo “eu” sou idêntico com o som articulado pelos meus órgãos bucais. No entanto, eu e meus ouvintes, enquanto falantes da língua portuguesa, entendem que esse pronome se refere à minha pessoa e que minha intenção é afirmar algo sobre mim mesmo. A consequência dessa ideia desconstrutivista é contraditória e levaria à implosão da comunicação: nem este artigo ou qualquer outra afirmação “séria” poderiam ser relacionados ao seu autor ou ao assunto tratado.

Podemos supor que Goethe como pessoa, quando estava ditando as frases de *Poesia e verdade* para seu secretário, queria que suas proposições fossem atribuídas a ele – em vez de uma entidade narradora fictícia – e que ele assumia a responsabilidade por seu conteúdo. De acordo com seu conceito de verdade, é o potencial poético da autobiografia que consegue apresentar aquilo que o poeta considerava o “verdadeiro e fundamental” da sua vida. Sendo o protagonista um indivíduo real, e não um personagem fictício como Wilhelm Meister, as leis que regem essa vida são outras, e mais específicas do que as leis que condicionam a vida da humanidade em geral. Mesmo assim, essa vida particular pode servir de exemplo de como o ser humano se desenvolve em interação com o processo histórico. Assim o poeta observou em 30 de março de 1831, um ano antes da morte, numa conversa com Eckermann: “Pareceu-me – disse Goethe – que meu livro contém alguns símbolos da vida humana. Intitulei-o Verdade e poesia [sic] porque, graças a suas elevadas tendências, ele se coloca acima de uma realidade rasteira” (Eckermann, 2016, p.471). O leitor pode aprender mediante essa apresentação mais do que aprenderia de um relato seco e cronológico, ao mesmo tempo em que a apresentação às vezes “romanesca” proporciona em si uma aprendizagem análoga à que advém de um grande romance, além de ser prazerosa. Coube às interpretações mais recentes ter mostrado que “Poesia e verdade é muito mais do que a narração de uma vida, uma confissão ou memórias de seu tempo. É, entre outras coisas, uma reflexão sobre todas essas formas e, sobretudo, sobre as bases da psicologia que emergiram justamente na virada do século XIX” (Brown, 2019, p.1587).

\* \* \*

Para concluir, vale dizer que a crítica recente sobre *Poesia e verdade* talvez não possa comprovar que essa autobiografia seja inteiramente autorreferencial ou ficcional. O que ela afirma fortemente, porém, é a literariedade da obra, garantida pelo menos por uma elevada poeticidade que não é ofuscada pelas narrativas ficcionais do poeta. Nesse sentido, as palavras do editor que precedem a nova edição, isto é, que o livro seja apresentado na seção “não literária” podem ser vistas como um lapso. Resta afirmar que o leitor brasileiro pode, na tradução de Mauricio Mendonça Cardozo, perceber uma boa parte dessa poeticidade, como já mostram as extensas amostras nas citações deste artigo.

## Notas

1 Vale lembrar que boa parte da obra literária não conta com traduções brasileiras a não ser em livros há muito tempo esgotados; os dramas: *Götz von Berlichingen*, *Clavigo*, *Stella*, *Egmont*, *Torquato Tasso*, *Iphigenie auf Tauris* (*Ifigênia em Táuride*), *Die natürliche Tochter* (*A filha natural*); os poemas épicos *Reineke Fuchs* e *Hermann und Dorothea*, o romance *Wilhelm Meisters Wanderjahre* (*Os anos de peregrinação de Wilhelm Meister*) e o ciclo de novelas *Unterhaltungen deutscher Ausgewanderten* (*Conversações de alemães emigrados*), para só mencionar os textos mais importantes. Algumas obras

menores foram publicadas recentemente por Felipe Vale da Silva (*O Grande Cophta*, 2017, *A criada de Oberkirch*, 2015) e o monumental *West-östliche Divan (Divã Ocidental-Oriental)* está sendo preparado por Daniel Martineschen. Ambos os tradutores também dedicaram suas teses à obra de Goethe. *Das Märchen*, um pequeno texto meio hermético foi traduzido como *O conto da serpente verde e da linda Lilie* (2012). E na mesma série da Unesp que apresentou a autobiografia saíram a *Viagem à Itália* (2017) em tradução de Wilma Patrícia Maas e as *Conversações com Goethe nos últimos anos de sua vida* por Johann Peter Eckermann (2016), traduzido pelo próprio Mario Frungillo. A plataforma Lattes indica que a tradução de algumas obras foi tema de projetos de Iniciação Científica, os resultados, porém, não se encontram disponíveis no mercado de livros.

- 2 Vale mencionar que a nota figura em todos os livros da coleção e, pelo que parece, não é um comentário específico sobre os escritos autobiográficos de Goethe ou sobre *Poesia e verdade*.
- 3 Muitas vezes essas “autobiografias” nem foram escritas pelos supostos autores, mas produzidas por *ghostwriters*.
- 4 Todas as traduções do alemão e do inglês são do autor, com exceção daquelas de *Poesia e verdade* (Goethe, 2017), *das Conversações com Goethe* (Eckermann, 2016) e das *Poesias* de Goethe (1957), marcadas com a respectiva referência.
- 5 Foi observado que o trecho expressa também a impossibilidade de seguir seu plano de um desenvolvimento harmonioso do sujeito no contexto histórico, uma vez que a queda de Napoleão, observada por Goethe com desagrado e preocupação, abalou sua confiança na marcha da história (cf. Jeßing, 1997, p.321).
- 6 Em alemão distinguem-se “*Inhalt*” e “*Gehalt*”; enquanto o primeiro está relacionado à fábula de uma obra, o segundo se refere mais ao valor intrínseco e pode ser traduzido por “teor”.
- 7 Cf. Strätling (2019) para a questão da referencialidade na autobiografia a partir de uma perspectiva mais pós-estruturalista.

## Referências

- BIRUS, H. „Im Gegenwärtigen Vergangnes“. Die Wiederbegegnung des alten mit dem jungen Goethe. *GOETHEZEITPORTAL*, 19 jan. 2004. Disponível em: <[http://www.goethezeitportal.de/db/wiss/goethe/birus\\_wiederbegegnung.pdf](http://www.goethezeitportal.de/db/wiss/goethe/birus_wiederbegegnung.pdf)>. Acesso em: 2 fev. 2019.
- BLOD, G. „*Lebensmärchen*“. *Goethes Dichtung und Wahrheit als poetischer und poetologischer Text*. Würzburg: Königshausen und Neumann, 2003.
- BORCHMEYER, D. *Weimarer Klassik*. Portrait einer Epoche. Weinheim: Beltz Athenäum, 1998.
- BOYLE, N. *Goethe*. Der Dichter in seiner Zeit. Band 1. 1749-1790. München: Beck, 1995.
- BROWN, J. K. Johann Wolfgang Goethe: Aus meinem Leben: Dichtung und Wahrheit (1811–1833) [From My Life: Poetry and Truth]. In: WAGNER-EGELHAAF, M. (Org.) *Handbook of autobiography/autofiction*, Berlin; Boston: de Gruyter, 2019. p.1573-89.

BRUDE-FIRNAU, G. Aus meinem Leben. Dichtung und Wahrheit. In: LÜTZELER, P. M.; MCLEOD, J. E. (Org.) *Goethes Erzählwerk*. Interpretationen. Stuttgart: Reclam, 1985. p.319-43.

BURKHARDT, C. A. H. *Goethes Unterhaltungen mit Kanzler Friedrich von Müller*. Stuttgart: Cotta'sche Buchhandlung, 1870.

DARRIEUSSECQ, M. L'autofiction, un genre pas sérieux. *Poétique*, v.27, p.367-80, 1996.

DEPKAT, V. Facts and Fiction. In: WAGNER-EGELHAAF, M. (Org.) *Handbook of autobiography/autofiction*. Berlin; Boston: de Gruyter, 2019. p.280-6.

DILTHEY, W. Das Erleben und die Selbstbiographie (1906-1911). In: NIGGL, G. (Org.): *Die Autobiographie. Zur Form und Geschichte einer literarischen Gattung*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft 199. p. 21–32.

ECKERMANN, J. P. *Conversações com Goethe nos últimos anos de sua vida*. 1823-1832. Trad. Mario Luiz Frungillo. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

ECO, U. *Im Wald der Fiktionen*. Sechs Streifzüge durch die Literatur. München: dtv, 2004.

ENKE, U. Epigenese. In: WENZEL, M. (Org.): *Goethe-Handbuch. Supplemente 2: Naturwissenschaften*. Stuttgart, Weimar: Metzler 2012. p. 385–386.

FRANZ, M. Wahres / Gutes / Schönes. In: WITTE, B. et al. (Org.) *Goethe Handbuch: Band 4/2 Personen Sachen Begriffe. L-Z*, Stuttgart, Weimar: Metzler, 1998. p.1115–17.

GALLE, H. *A(s) possibilidade(s) da autobiografia*. São Paulo, 2011. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. Pequena introdução à teoria da ficcionalidade seguida de uma bibliografia. In: GALLE, H.; PEREIRA, V. S.; PEREZ, J. P. (Org.) *Ficcionalidade*. Uma prática cultural e seus contextos. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2018. p.17-43.

GENETTE, G. *Fiction et diction*. Paris: Seuil, 1991.

\_\_\_\_\_. *Fiktion und Diktion*. München: Wilhelm Fink, 1992.

GOETHE, J. W. *Poemas*. Trad. Paulo Quintela. 2.ed. Coimbra: Acta Universitatis Coimbragensis, 1957.

\_\_\_\_\_. *Aus meinem Leben. Dichtung und Wahrheit (Hamburger Ausgabe Bd. 9 und 10)*. Hamburg: Beck, 1970.

\_\_\_\_\_. *Memórias. Poesia e verdade*. Trad. Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1971.

\_\_\_\_\_. Die Metamorphose der Pflanzen (1790). In: TRUNZ, E. (Org.) *Werke. Hamburger Ausgabe in 14 Bänden*. 9.ed. Hamburg: Beck, 1981. p.64-101.

\_\_\_\_\_. *Aus meinem Leben. Dichtung und Wahrheit*. Org. K.-D. Müller. Frankfurt a. M.: Deutscher Klassiker Verlag, 1986.

\_\_\_\_\_. *Aus meinem Leben. Dichtung und Wahrheit (1811-1833)*. Org. W. Hettche. Stuttgart: Reclam, 1991.



- GOETHE, J. W. *Tag- und Jahreshefte*. Org. I. Schmid. Frankfurt a. M.: Deutscher Klassiker Verlag, 1994.
- \_\_\_\_\_. *De minha vida. Poesia e verdade*. Org. Mário Frungillo. Trad. Maurício Mendonça Cardozo. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- GUSDORF, G. Voraussetzungen und Grenzen der Autobiographie (1956). In: NIGGL, G. (Org.) *Die Autobiographie*. Zur Form und Geschichte einer literarischen Gattung. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1998. p.121-47.
- HERDER, J. G. Bekenntnisse merkwürdiger Männer von sich selbst. Einleitende Briefe. In: SUPHAN, B. (Org.) *Herders Sämmtliche Werke*. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1883. p.359-76.
- JACOBS, J. *Wilhelm Meister und seine Brüder*. Untersuchungen zum deutschen Bildungsroman. München: Wilhelm Fink, 1972.
- JESSING, B. Dichtung und Wahrheit. In: WITTE, B.; SCHMIDT, P. (Org.) *Goethe Handbuch Bd. 3 Prosaschriften*. Stuttgart: Metzler, 1997. p.278-330.
- LAMARQUE, P.; OLSEN, S. H. *Truth, Fiction and Literature*. A Philosophical Perspective. Oxford: Clarendon Press, 1994.
- LEJEUNE, P. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1975.
- MAN, P. de. Autobiography As De-Facement. In: *The Rhetoric of Romanticism*. New York: Columbia University Press, 1984. p.67-81.
- MISCH, G. *Geschichte der Autobiographie*. Das Altertum. 3.ed. Frankfurt a. M.: Schulte-Bulmke, 1949.
- MÜCKE, D. E. v. Goethe's Metamorphosis: Changing Forms in Nature, the Life Sciences, and Authorship. *Representations*, v.95, n.1, p.27-53, 2006.
- MÜLLER, K.-D. *Autobiographie und Roman*. Studien zur literarischen Autobiographie der Goethezeit. Tübingen: Niemeyer, 1976.
- \_\_\_\_\_. Kommentar [zu *Dichtung und Wahrheit*]. *Aus meinem Leben. Dichtung und Wahrheit*, Frankfurt a. M.: Deutscher Klassiker Verlag, 1986. p.993-1325.
- SCHWEIZER, C. Entelechie. In: WENZEL, M. (Org.): *Goethe-Handbuch. Supplemente 2: Naturwissenschaften*. Stuttgart, Weimar: Metzler 2012, p. 383.
- SEARLE, J. R. The Logical Status of Fictional Discourse. In: *New Literary History* 6 (1975), Nr. 2, p. 319-332.
- STRÄTLING, R. Referentiality. In: WAGNER-EGELHAAF, M. (Org.) *Handbook of autobiography/autofiction*. Berlin; Boston: de Gruyter, 2019. p.384-9.
- TRUNZ, E. Kommentarteil [zu Autobiographische Schriften I]. In: TRUNZ, E. (Org.) *Werke. Hamburger Ausgabe in 14 Bänden*. 9.ed. Hamburg: Beck, 1981. p.601-865.
- WAGNER-EGELHAAF, M. Zum Stand und zu den Perspektiven der Autobiographieforschung in der Literaturwissenschaft. *BIOS. Zeitschrift für Biographieforschung und Oral History*, v.23, n.2, p.188-200, 2010.
- \_\_\_\_\_. Introduction: Exemplary Autobiographical/ Autofictional Texts, Or, How Not To Set Up A Canon. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Handbook of autobiography/autofiction*. Berlin; Boston: de Gruyter, 2019. p.1281-4.

WALTER, R. Aus dieser fingierten Welt in eine ähnliche wirkliche versetzt? Die Theorie der Autobiografie und ein postmoderner Goethe. *Goethe Yearbook*, v.19, n.1, p.231-60, 2012.

WENZEL, M. Evolution. In: WENZEL, M. (Org.): *Goethe-Handbuch. Supplemente 2: Naturwissenschaften*. Stuttgart, Weimar: Metzler 2012. p. 393–395.

ZIPFEL, F. *Fiktion, Fiktivität, Fiktionalität. Analysen zur Fiktion in der Literatur und zum Fiktionsbegriff in der Literaturwissenschaft*. Berlin: Erich Schmidt, 2001.

\_\_\_\_\_. Autofiktion. Zwischen den Grenzen von Faktualität, Fiktionalität und Literarität. In: WINKO, S.; JANNIDIS, F.; LAUER, G. (Org.) *Grenzen der Literatur. Zu Begriff und Phänomen des Literarischen*. Berlin; New York: de Gruyter, 2009. p.285-314.

*RESUMO* – O presente artigo discute a relevância da autobiografia de Johann Wolfgang Goethe no cânone da literatura e da escrita do eu, analisando sua composição baseada nas ideias morfológicas do poeta e questionando abordagens mais recentes que aproximam o livro da (auto-)ficção. A discussão é norteada pelo conceito da literariedade e seus aspectos constitutivos, a poeticidade e a ficcionalidade.

*PALAVRAS-CHAVE*: Autobiografia, Goethe, Metamorfose, Formação, Ficcionalidade, Poeticidade.

*ABSTRACT* – The article discusses the relevance of Johann Wolfgang Goethe’s autobiography to the literary canon and to the genre of writings about one’s self, analyzing its composition on the basis of the poet’s ideas on morphology and questioning more recent approaches that include the book in the realm of (self)fiction. The discussion is guided by the concept of literariness and its constitutive aspects, poeticism and fictionality.

*KEYWORDS*: Autobiography, Goethe, Metamorphosis, Education, Fictionality, Poeticism.

*Helmut P. E. Galle* é professor de literatura alemã no Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Doutorado pela Universidade Livre de Berlim, e livre-docente pela USP.

@ – hgalle@usp.br / <https://orcid.org/0000-0001-8563-6080>

<sup>1</sup> Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Recebido em 15.4.2019 e aceito em 16.5.2019.

# Uma confissão em fragmentos: Goethe, Fausto e o peregrino

MICHAEL JAEGER<sup>1</sup>

Foi assim que comecei a seguir aquele rumo do qual nunca mais conseguiria me desviar ao longo de toda minha vida: transformava em imagem, em poema tudo aquilo que me alegrasse e me atormentasse, ou que me ocupasse de algum modo. E, fazendo isso, resolvia as questões comigo mesmo, ora me obrigando a reformular minha compreensão do mundo, ora fazendo sossegar em mim minhas tantas inquietações. Ninguém tinha maior necessidade de um dom como esse do que eu mesmo, que vivia sendo constantemente arremessado de um extremo ao outro pela força de minha própria natureza. Portanto, todas as coisas que dei a público não são mais que fragmentos de uma grande confissão. E este livrinho, aqui, não passa de uma tentativa ousada de complementá-la.

(*Da minha vida. Poesia e verdade* (Goethe, 2017, p.343)

ESSA DECLARAÇÃO sobre a escrita fragmentária e sua motivação crítico-terapêutica é confirmada justamente pela tragédia *Fausto* de modo mais drástico do que em qualquer outro texto da grande confissão de Goethe. Por toda a vida, ele empreendeu a ousada tentativa de tornar completos os fragmentos do *Fausto*, e publicou o drama de maneira fragmentária. Somente a edição póstuma uniu todas as partes em um *Fausto* completo.

A primeira edição crítica completa do *Fausto* foi preparada sob a direção de Anne Bohnenkamp e, em 2018, apresentada pela casa de Goethe em Frankfurt. Primeiramente, isso significa que se tornaram visíveis os incontáveis fragmentos com os quais Goethe compôs, entre 1770 e 1831, o texto completo da tragédia. Assim, todas as diversas camadas do texto, trechos manuscritos dispersos, cópias, acréscimos, revisões, rasuras, sobrescritos e variações foram reunidos em uma edição histórico-crítica.<sup>1</sup> Não havia até então uma edição crítica integral do *Fausto* pelo fato de esse conjunto de fragmentos textuais ocupar posição singular na literatura alemã, devido à sua extensão colossal, fruto de sucessivos acréscimos ao longo de mais de sessenta anos. A massa total de fragmentos havia excedido, até então, as possibilidades de apresentação que utilizavam métodos tradicionais de impressão. Agora é possível se servir da nova possibilidade de uma edição eletrônica do texto, pela qual é possível, com um clique do mouse, trazer à tela qualquer fragmento até mesmo das camadas mais longínquas do texto. É também possível acompanhar todos os passos intermediários da interminável gênese textual, fracionada e interrompida diversas vezes.

Não fosse o bastante, Goethe, como autor, sempre trabalhou em “todas as coisas” que “deu a público” sob o princípio do fragmento, precisamente como exprimiu na confissão em *Poesia e verdade* citada acima. Goethe utilizava um procedimento de escrita que lhe permitia acrescentar novos fragmentos aos textos já concebidos como fragmento, e assim também agregar novos significados, sempre segundo alterações resultantes de circunstâncias particulares ou políticas.

Na verdade, a confissão de Goethe sobre a escrita aberta e fragmentária vale para toda a sua obra. De maneira alguma ele passou a vida inteira trabalhando somente com o *Fausto*; passou a vida trabalhando também com os romances de Wilhelm Meister, desde a *Missão teatral*, passando pelos *Anos de aprendizagem*, até os *Anos de peregrinação* (e suas duas versões). E, durante toda a vida, Goethe escreveu tendo em mente o fragmento, especialmente em sua autobiografia, estruturada no todo e em suas diversas partes também segundo o princípio do fragmento. A edição crítica integral do *Fausto* não seria muito diferente da edição crítica integral das memórias de sua viagem à Itália, iniciadas com as cartas italianas de Goethe e com o diário para Frau von Stein em setembro de 1786. O texto das memórias também passou por um encadeamento interminável de rasuras, acréscimos, reelaborações e variações, até resultar nos dois primeiros volumes da *Viagem à Itália*, em 1816 e 1817, e na *Segunda estadia romana*, a qual Goethe somente acrescentou à sua *Viagem à Itália* em 1829, quarenta anos depois da viagem às terras do sul.

Baseando-me em uma visão sincrônica das memórias italianas de Goethe e de seu drama fáustico, demonstrarei neste ensaio que Goethe escreveu “uma grande confissão”, pode-se dizer uma confissão completa, em diversas partes. A relação íntima dos fragmentos italianos com os fragmentos de *Fausto* ficará clara. Ao mesmo tempo, ao reunir todos os fragmentos, serão postas em evidência as quebras e as contradições na obra e na vida de Goethe.

### **Tornar as contradições mais disparatadas**

Em uma anotação feita por volta de 1800 sobre o *Fausto*, Goethe exigiu de si mesmo tornar as “contradições” em seu texto, “ao invés de unificadas, mais disparatadas” (Goethe, 1994, v.7/1, p.577). A partir dessa anotação de Goethe, não é possível concluir claramente quais são as contradições a que ele se refere. Em todo caso, ambos os conceitos típicos do *Fausto*, que estão em contraste entre si, são mencionados: “aspiração” e “fruição”. Se, entretanto, se analisa a volumosa troca de cartas entre Goethe e Schiller sobre o *Fausto*, cartas escritas nessa mesma época, notam-se contradições disparatadas em toda parte.

Entre elas, dois pares opositivos chamam a atenção: por um lado, a contradição entre a inclinação de Goethe ao fragmentário, ligada persistentemente aos esforços com o *Fausto*, e, por outro lado, sua inclinação à obra como um todo. Schiller exige, sob censuras, uma ideia unificante e filosófica ao todo da obra. Goethe, porém, teima – um tanto relutante e ao mesmo tempo desamparado – em uma característica genuinamente fragmentária de seu trabalho no *Fausto*:

“junto ao todo” restará “sempre um fragmento”, como comunica a Schiller (ibidem, p.775).

O segundo par de opostos que chama a atenção na troca de cartas entre Goethe e Schiller parece ser aquele responsável pela desintegração do todo do *Fausto* em fragmentos: os pares Barbárie e Beleza, Fausto e Helena, névoa alemã e clareza mediterrânea (ibidem, p.722ss), entre “espectro do norte e reminiscências do sul”, como Goethe escreve a Schiller (ibidem). As “reminiscências do sul” são as memórias italianas de Goethe e os “espectros do norte” são as lendas do doutor Fausto.

Tendo em mente a nostalgia italiana de Goethe, Schiller atenta para os riscos que são despertados por essa contradição para a inteireza do drama, motivo pelo qual ele adverte Goethe: “o Senhor precisa, portanto, afirmar em seu *Fausto* a lei do mais forte (*Faustrecht*)” (ibidem, p.781). Claramente, esse conselho substancial se choca com a preferência de Goethe pelas “reminiscências do sul”, de forma que Schiller, quase já resignado, comunica ao editor do *Fausto*, Cotta, a seguinte impressão sobre o hesitante autor do *Fausto*: “pelos seus planos e os fundamentos que segue, temo que mais nada surgirá se não houver uma grande mudança nele. Ele é pouco senhor de sua disposição [...] Quase perco as esperanças de que chegue a terminar seu *Fausto*” (ibidem, p.783).

### **Operações romanas sobre o Fausto: esborratar – cenas velhas e novas**

Para conhecer mais detalhes sobre a contradição, que desfaz o todo da obra em fragmentos, entre o espectro fáustico do norte e as “reminiscências do sul” de Goethe – reminiscências que são senhoras de sua disposição –, isto é, para entender o conflito entre Fausto e o sul, é necessário observar a gênese dessa contradição e seguir Goethe até a fonte de suas memórias do sul, portanto, à Itália. Como peregrino na Itália, Goethe colocou-se pela primeira vez em contradição com o “espectro (aéreo)”, Fausto.

Na parte de correspondências da *Segunda estadia romana*, Goethe relata, sob a data “Roma, 1º de março” de 1788, que enfim pretendia concluir os manuscritos que estavam previstos para a edição em oito volumes de seus “Escritos”, publicados desde 1787. Ele o conseguiu no caso da *Ifigênia* e de *Egmont*. Agora, ainda estavam na programação ambos os dramas *Tasso* e *Fausto*. Evidentemente, tratava-se de tarefas complicadas nas quais o peregrino na Itália até então não havia mexido por uma boa razão. Ele explicou essa razão somente próximo ao fim de seus dias de viagem, que durou quase dois anos, de maneira um tanto angustiada: “tive a coragem de ponderar de uma única vez sobre os três últimos volumes, e agora sei precisamente o que farei [o que ele até esse ponto não sabia]; que o céu me dê ânimo e sorte para fazê-lo” (Goethe, 1998, v.11, p.525).

Assim, Goethe nos permite uma visão dentro da oficina romana de Fausto. Uma cena paradoxal se abre diante de nossos olhos: da perspectiva do famoso quadro de Tischbein, um Goethe olha curioso da janela de sua casa no Corso

romano; então ele se vira, toma o velho manuscrito da tragédia e se dispõe, sentado à escrivaninha e cercado de moldes de antigas esculturas, a continuar o drama do mago Fausto, depressivo e alemão até o cerne, esse Fausto que, no quarto gótico, cercado de “ossadas de homens e animais” (v.417), declamará seu monólogo em pleno desespero.

Não é possível apresentar de maneira mais contraditória a situação do autor romano do *Fausto*. E essa contradição – entre sul e norte, entre o Goethe que peregrinava pela Itália e seu Fausto – marca, a partir de então, o trabalho no manuscrito da tragédia, que foi concluído somente no verão de 1831. No final da vida de Goethe, tal contradição entre o peregrino e Fausto irromperá em uma catástrofe.

A mesma correspondência italiana de Goethe de março de 1788 deixa claro que ele inseriu dentro da forma de seu velho texto do *Fausto* algo completamente inapropriado à república dos artistas do Corso romano. Ele nos informa meticulosamente: “primeiramente, o plano do *Fausto* foi desenhado, e espero que eu tenha êxito nessa operação”. No entanto, logo em seguida, Goethe acrescenta de forma restritiva: “Naturalmente é outra coisa escrever a peça agora [em Roma, março de 1788] do que há quinze anos [época em que, como se sabe, iniciou o drama fáustico, em 1773, ainda na casa dos pais em Frankfurt], especialmente porque agora creio ter reencontrado o fio [o qual ele havia perdido no decorrer dos quinze anos anteriores]. Também no que concerne ao tom do todo, sinto-me consolado; já idealizei uma nova cena e, quando eu fumigar o papel, então, penso, ninguém a encontraria no meio das cenas antigas” (ibidem, v.11, p.525).

Em Roma, em um tipo de oficina de falsificação, o autor do *Fausto* parece seguir exercendo sua atividade não completamente estranha de esborrar as novas cenas por fumigação a fim de lhes conferir uma pátina adicional e antiquada para que ninguém possa distinguir no texto as diferentes épocas de surgimento das cenas e os fragmentos de vida ligados a elas. Dirigindo o olhar das partes heterogêneas do manuscrito para as diferentes épocas da vida, Goethe acrescenta, admirado, sobre si mesmo: “porque fui trazido de volta a mim, por meio de longa paz e de solidão [na Itália], ao nível da minha própria existência; é notável o quanto estou igual e quão pouco meu íntimo sofrera através dos anos e dos acontecimentos” (ibidem).

Podemos acrescentar: apesar de uma história de sofrimento durante os anos anteriores, seu íntimo e, portanto, sua própria existência autêntica se preservaram no que estava oculto, antes que esse oculto reaparecesse por meio da tranquilidade existencial que foi alcançada na fuga para a Itália. A seguir, Goethe novamente examina, em março de 1788, o texto do *Fausto*, como se se tratasse do corpo velho e maltratado de sua própria história de sofrimento:

“às vezes, quando o vejo diante de mim, o velho manuscrito me faz pensar. É ainda a primeira versão, as cenas principais foram escritas assim, sem

rascunho [por volta de 1773, as cenas noturnas de *Fausto*, ‘No quarto gótico’, e a tragédia de Margarida foram ‘escritas assim, sem rascunho’]; agora, ele está amarelado pelo tempo, tão puído [...], tão gasto e esfarelado nas bordas que realmente se parece com o fragmento de um códex antigo. Assim como antes me transportei com mente e intuição a um mundo anterior, agora preciso me transportar novamente a um passado vivenciado por mim mesmo”.

O autor do *Fausto* já então lidava com camadas temporais duplas, conforme o declarou com algum enfado. Devido à retomada do trabalho no manuscrito do *Fausto*, Goethe precisa não só se transportar àquele “passado vivenciado por mim mesmo”, durante o qual começou a trabalhar com as primeiras “cenas principais” à época do movimento juvenil *Sturm und Drang* [Tempestade e Ímpeto], mas também precisa, seguindo sua antiga fascinação pelo gótico, acompanhar o herói da tragédia ao “mundo anterior” do “quarto gótico”, e precisa fazê-lo precisamente em Roma, o centro do clássico. Na correspondência italiana de março de 1788 se inicia aquela longa lista de lamentações sobre a contradição interna de seu trabalho no drama fáustico. Porque esse trabalho duraria toda a sua vida, as contradições sempre cresceriam, assim como as lamentações do autor sempre acompanhariam o processo de composição até chegar à recusa de publicação cinco dias antes de sua morte, conforme dito em sua última carta a Wilhelm von Humboldt.

### **Uma carcaça em ruínas. O manuscrito de *Fausto* de 1832**

Nessa ocasião, Goethe abordou uma última vez aquelas energias dilacerantes que foram liberadas pela dissociação crescente entre as diferentes camadas temporais, existenciais e textuais, dissociação essa ligada ao trabalho vitalício no manuscrito do *Fausto*. Em março de 1832, em seu quarto de trabalho em Weimar, Goethe ainda se encontrava na mesma situação na qual o vimos já em sua acomodação no Corso romano, ou seja, tentando unir em um todo as partes disparatadas do drama que surgiram em épocas de vida distantes. Goethe fala, em uma carta de 17 de março de 1832 a Humboldt, sobre os esforços para terminar o *Fausto*: “aqui, no entanto, sucedeu a grande dificuldade de alcançar [na velhice], por meio de propósito e caráter, aquilo que, na verdade, deveria ocorrer à natureza [à juventude] espontânea e ativa” (Goethe, 1994, 7/1, p.812).

Se aquilo tivesse acontecido ainda em Roma em 1788 (serem “fumegadas” as novas cenas do *Fausto* para que “ninguém” as pudesse “distinguir das antigas”), Goethe não teria ficado especialmente preocupado, em 1832, com uma possível não uniformidade da forma da tragédia. “Eu não temeria”, assim escreve a Humboldt, “que as pessoas pudessem diferenciar o velho do novo, o posterior do anterior; podemos confiar isso ao exame benevolente dos futuros leitores” (ibidem).

O temor de Goethe está relacionado, na velhice, àquela outra diferença temporal entre seu próprio anacronismo e o tempo corrente no ano de 1832, que é marcado na Europa pelo signo da revolução industrial e das revoltas políti-

cas. Em meio a relações tão turbulentas, segundo seu prognóstico, ele vê seu frágil edifício fáustico ser despedaçado pela incompreensão dos contemporâneos. Goethe segue dizendo a Humboldt: “o presente está verdadeiramente tão absurdo e tão confuso que me convenço de que meus honestos esforços há tempos dedicados a esse edifício estranho [a tragédia *Fausto*] serão mal recompensados e jogados à praia; jazerão ali como uma carcaça em ruínas e então serão cobertos pelas dunas das horas” (ibidem). Diante desse estado sombrio, o selamento do manuscrito e a exigência de o *Fausto* completo ser uma obra póstuma são uma medida lógica.

### **Fragmentos do *Fausto*, confissões de Goethe**

O tom irritado de Goethe pode estar relacionado ao fato de que a tragédia de Fausto é o fragmento mais significativo e, no entanto, mais frágil de sua grande confissão. Essa relação se torna clara quando olhamos para o esquema de *Poesia e verdade* que Goethe anotou para si mesmo em outubro de 1809, no momento da concepção de sua descrição de vida: “minha vida”, ele diz, “é uma aventura única. Não uma aventura pela aspiração a aperfeiçoar aquilo que a natureza colocou em mim. Aspiração a adquirir aquilo que ela não colocou em mim. Intenção tão verdadeira quanto falsa. Por isso, tortura eterna sem gozo verdadeiro” (Goethes werke, I, v.26, p.364; Goethe, 1994, v.14, p.1055).

Ficamos em alerta, pois Goethe fala como autobiógrafo em “aspirar”, o que reconhecemos como uma palavra fáustica *par excellence*. Goethe fala especialmente da “aspiração a adquirir” justamente aquilo que a natureza não colocou nele, porque essa aspiração promove a contradição entre “intenção” “verdadeira” e “falsa” e o leva à “tortura eterna sem gozo verdadeiro”. “Tortura eterna sem gozo verdadeiro”, por outro lado, é uma descrição precisa da disposição anímica no “quarto gótico” e, portanto, de Fausto.

No entanto, tais relações dentro da grande confissão nunca seriam abertamente expressas por Goethe. O drama *Fausto* parece estar virtualmente sujeito a um voto de silêncio. Na correspondência romana de março de 1788, Goethe somente nos comunicou que desejava encobrir as fraturas entre partes antigas e partes que ainda viriam da tragédia por meio do esborratar uniforme do texto completo. Porém, sobre *aquilo* que ainda viria e sobre *aquilo* que ocorreu por causa de algumas experiências italianas, nada sabemos.

Isso também vale para outras raras informações sobre o *Fausto*, sempre um tanto estranhas, em suas cartas italianas. Nelas, Fausto nos aparece principalmente como fardo, como agente da melancolia e, por isso, fora de lugar na euforia mediterrânea. Em regra, ele se apresenta como companheiro de Tasso. Ambos os melancólicos personificam o fardo do qual o viajante ao sul finalmente se livra e que pretende transformar em poesia. Já um tanto esgotado, anuncia em Roma, em novembro de 1787: “ainda há duas rochas diante de mim: Fausto e Tasso. Porque os compassivos deuses parecem ter me remido da pena de Sísifo para o futuro, tenho esperança de também levar esses blocos montanha acima.

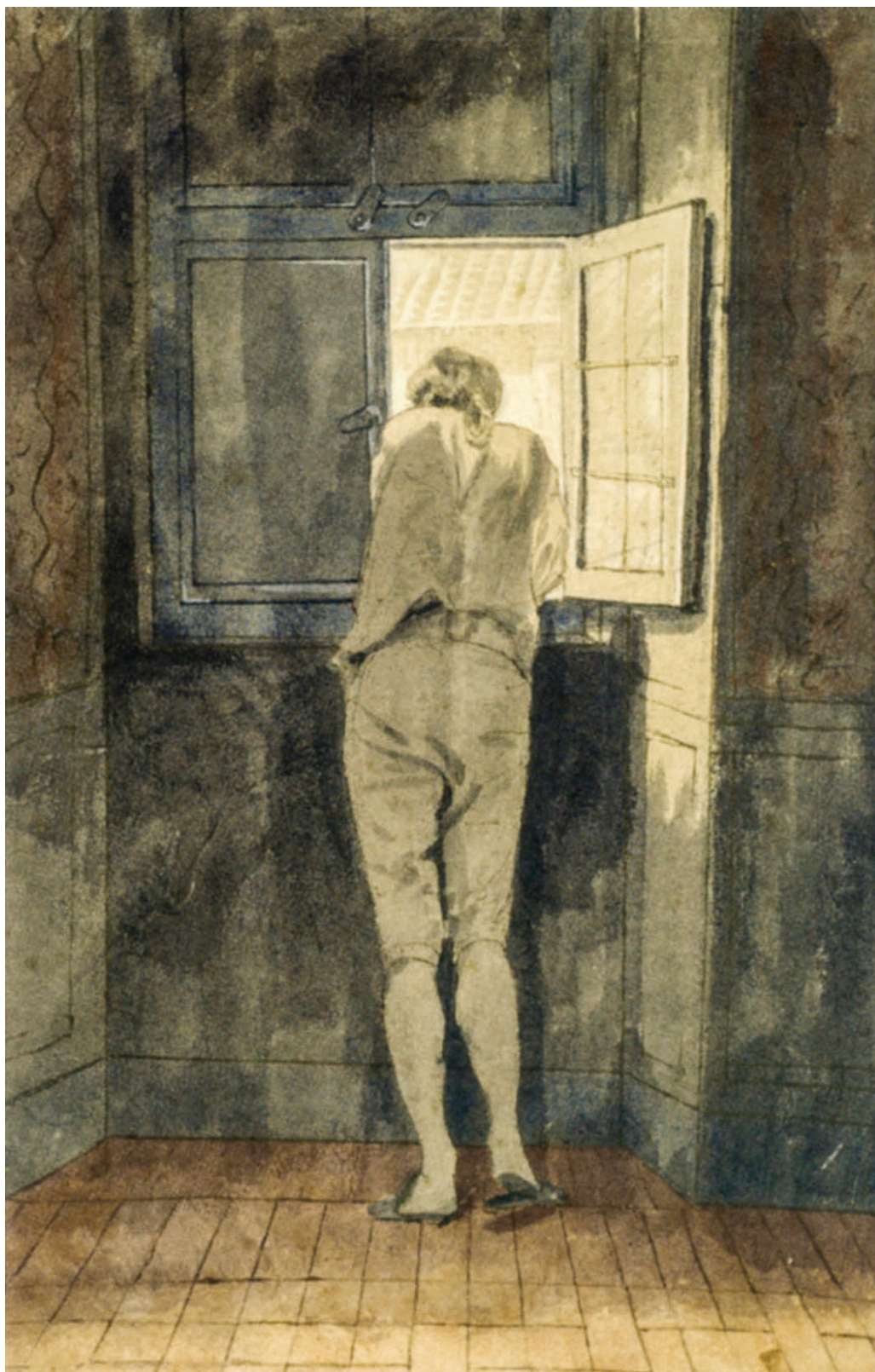


Quando eu estiver lá, começa tudo de novo [...]” (Goethe, 1985, v.15, p.516). Goethe repete a alusão ao trabalho de Sísifo em fevereiro de 1788 em uma carta para o duque Carl August. Enquanto isso, já verificamos que, diferentemente da rocha de Tasso, o bloco de Fausto deve ser levado para cima de uma montanha incomparavelmente mais alta. Goethe: “Agora, não há quase mais nada diante de mim senão a colina Tasso e a montanha *Faustus*. Não descansarei dia ou noite até que ambos estejam terminados” (Goethes werke, IV, v.8, p.347).

### **Fausto e Faustina**

Essas notícias sobre a heroica carga de trabalho depois da escapada à Itália não correspondem totalmente à verdade durante os primeiros meses de 1788, pois Goethe passou dias alegres e sobretudo noites felizes não sob o signo de Fausto, mas sim sob a estrela de Faustina, a amada romana de Goethe. O trabalho de escrita no manuscrito de *Fausto* fica em repouso durante essa época feliz de Goethe. E, de fato, podemos falar também de tempo de incubação, durante o qual as novas ideias sobre o *Fausto* se desenvolviam: *ex negativo*, o drama *Fausto* espelha doravante as felizes experiências italianas. Então, desse momento em diante, Fausto nega categoricamente a existência feliz como um *Infauftissimus*. Significativas exceções são as cenas *Floresta e gruta* (*Fausto I*), e *Região amena* assim como os momentos passados na Grécia junto de Helena (*Fausto II*); essas exceções, no entanto, confirmam a regra da negação da felicidade por Fausto. Em consequência disso, a excepcional fúria do herói da tragédia direciona-se justamente à experiência italiana salvadora de Goethe, à experiência do momento belo, que permite ser possível a correspondência entre Si e o Mundo. Essa nova concepção do *Fausto* deve ter se manifestado a Goethe de maneira tão pavorosa que ele a internalizou imediatamente na esfera da vida acobertada pelo incógnito italiano. Por isso, falou nela somente de maneira críptica e em “fragmentos”, como sempre o fazia quando se tratava de sua “grande confissão”.

Os rompimentos vitais que ocorrem nas partes dessa confissão formidável raramente ficarão tão claros na obra de Goethe quanto na *Segunda estadia romana*. As memórias do mundo fáustico, sombrio e fumegado, agem anacronicamente no ambiente clássico e são seguidas pelas notícias felizes e cheias de luminosidade do peregrino italiano na mesma correspondência de março. Nela, ele confessa ter gozado da “mais elevada satisfação” de sua vida em Roma e ter conhecido o “ponto mais extremo” da felicidade. Além disso, a vista do lar romano eleva a euforia dessa correspondência – “diante da minha janela está o paraíso” (ibidem, p.529) –, assim como o reconhecimento pelo autobiógrafo de que, em Roma, “pela primeira vez se encontrou”, ali “pela primeira vez correspondendo” consigo mesmo, tornando-se “feliz e sensato”. Todas são autodeterminações antifáusticas que o autobiógrafo leva adiante no relato sobre o plano do *Fausto* romano e que nos permitem presumir qual “plano” foi pensado para o trabalho futuro no “velho manuscrito”: Fausto e o peregrino italiano se tornam doravante adversários na grande confissão de Goethe.



*Goethe à janela de seu quarto em Roma, por J. H. W. Tischbein.*

## Depressão matinal e euforia matinal

A contradição entre ambas essas figuras na obra de Goethe não poderia ser mais disparatada. Para demonstrá-lo usando um exemplo drástico: por volta da época em que mantém a correspondência com Schiller sobre o *Fausto*, Goethe escreve as duas cenas “Quarto de trabalho” da primeira parte do drama. Elas contêm a crítica radical de Fausto às suas condições de existência e preparam o pacto com Mefisto. E acrescenta-se aqui o lamento amargo de Fausto:

Só com pavor desperto de manhã  
quase a gemer de amargo dó,  
ao ver o dia, que, em fugida vã,  
não me cumpre um desejo, nem um só;  
que até o presságio de algum gozo  
com fútil critiquice exclui,  
que as criações de meu espírito audacioso  
com farsas mil da vida obstrui. [...]  
O Deus, que o ser profundo me emociona  
e me agita o âmago em que mora,  
que acima de meus brios todos trona,  
não pode atuar nada por fora.  
E da existência, assim, o fardo me contrista,  
a morte almejo, a vida me é malquista. (v.1554ss)<sup>2</sup>

O ódio de Fausto à vida responde a um contraste entre Si e Mundo, Desejo e Realidade, que é polêmico e intransponível a seus olhos. A fossa crítica do reconhecimento entre subjetividade e objetividade nunca é transponível; jamais o Interior e o Exterior se aproximam. No “Quarto gótico”, Fausto vive como que em banimento e em exílio. Sua autoconsciência impotente está trancafiada no “cárcere” miserável do estranhamento total, do qual somente o desejo de morrer é capaz de levar a uma saída.

Essa depressão matinal de Fausto poderia ser confrontada com a euforia matinal e existencial do peregrino italiano Goethe que, logo que alcança o lado sul dos Alpes, exclama: “ali, sente-se novamente em casa no mundo, e não como que usurpado ou em exílio” (Goethe, 1998, 11, p.26). Tendo chegado a Veneza, seu resumo diário e entusiasmado diz: “um dia delicioso, desde a manhã até a madrugada!” (ibidem, p.90). Lá, ele viu o mar pela primeira vez e exclamou ao Lido: “Que coisa deliciosa e maravilhosa é esse ser vivo! Quão adaptado à sua condição, quão verdadeiro, quão si mesmo!” (ibidem, p.93). Incontáveis são as notas eufóricas do peregrino italiano que se contradizem aos diagnósticos inconsoláveis de Fausto acerca do fardo da existência e do ódio à vida.

Goethe faz uma confissão formal na *Viagem à Itália* e retrata sua conversão romana como um renascer e, por isso, apropria-se das imagens e citações correspondentes da tradição religiosa e teológica: “assim eu vivo feliz, porque vivo naquilo que é de meu Pai”, confessa o viajante italiano usando o evangelista

Lucas na *Segunda estadia romana* (Goethe, 1998, 11, p.400). A correspondência espiritual entre Pai e Filho serve a Goethe como ilustração significativa de sua experiência mundana feliz: encontrar em Roma e na Itália o elemento vital completamente apropriado a ele. Com uma expressão profana, Goethe comenta sobre essa vivência existencial euforizante e particularmente estranha a Fausto: “só há uma Roma no mundo, e encontro-me aqui como o peixe dentro da água, e nado como uma bolinha de mercúrio que se dissolve em todos os outros fluidos” (ibidem, p.354).

### **Novas cenas italianas: “Fausto. Mefistófeles”**

Quando nos lembramos dessa passagem da oficina romana do *Fausto*, na qual as novas cenas deveriam ser fumegadas, e nos perguntamos o que de fato Goethe trouxe consigo da Itália e para onde o grande bloco *Fausto* deveria ser rolado, então constatamos: ele trazia bem poucos versos fáusticos novos na bagagem quando voltou para Weimar. De fato, o texto que foi publicado em 1790 no sétimo volume dos *Escritos de Goethe* se chama “Fausto. Um fragmento”. Comparando o fragmento de Fausto de 1790 com o “velho manuscrito” – portanto, com o assim chamado “Urfaust” [Fausto Zero] encontrado somente muito depois –, vê-se que, desde a fuga para a Itália, somente as cenas “Fausto. Mefistófeles”, “Cozinha da bruxa” e parte da cena “Floresta e gruta” foram acrescentadas.

No momento de maior desânimo, Goethe traz Mefisto para ajudar Fausto – ainda em Roma ou logo após a volta da Itália. Sem a transformação do cão, que foi acrescentada somente muito depois, Mefisto surge de repente no fragmento do *Fausto* de 1790. “Fausto. Mefistófeles.”, diz a primeira linha italiana, de acordo com a cronologia do verso, que Goethe inseriu no velho manuscrito, como se agora Fausto tivesse se ampliado incorporando a dimensão de Mefisto.

Diante de seu novo companheiro, Fausto imediatamente provoca uma ampliação autossugestiva do seu próprio eu devido à sua impotência insuficientemente percebida: “E o que a toda a humanidade é doado, / quero gozar no próprio Eu, a fundo, / com a alma lhe colher o vil e o mais perfeito, / juntar-lhe a dor e o bem-estar no peito, / e, destarte, ao seu Ser ampliar meu próprio Ser, / e, com ela, afinal, também eu perecer” (v.1770ss). Com a atitude do amigo experimentado, Mefisto repele tais ambições de Fausto acerca do todo da humanidade. “Podes crer-mo, esse Todo, filho, / só para um Deus é feito” (v.1780-1781).

Assombrando Fausto como uma obsessão, a utopia de uma relação direta entre o Eu e o Mundo, segundo a tentadora mensagem de Mefisto, não será realizada como conhecimento de mundo e como especulação do ser no sentido da contemplação daquela criatura que “este mundo / liga em seu âmago profundo”, conforme Fausto espera (v.382-383). Esse sonho será realizado como consumir o mundo. Mefisto a Fausto: “Digo-te, um tipo que especula, / é como besta, em campo árido e gasto, / que à roda um gênio *mau* circula, / e em

torno há verde e fértil pasto” (v.1830-1833). No entanto, Mefisto recomenda-se imediatamente ao papel de um gênio *bom*, que guia a mesma “besta” sobre o “verde e fértil pasto”, cuja disposição natural parece ser a de ser consumido.

### ***Salto mortale* em Roma, novo teor de vida no quarto gótico**

Também como um rebelde à ciência, ainda no horizonte da tradição da contemplação especulativa do mundo, Fausto aproxima-se inseguro e cauteloso à proposta do tentador – e Mefisto imediatamente o ganha: “FAUSTO. Como o faremos, pois? / MEFISTÓFELES. Vamos embora, ora essa! / Este antro de martírio acaso te interessa” (v.1834-1836). Mefisto abre a porta que leva do quarto gótico, o “antro de martírio” da consciência moderna, para a vida fulgurante. “Para a feliz jornada, apronta-te entremente!” (v.1850), exclama rapidamente Mefisto – no trecho italiano novo! – para Fausto antes que se inicie o *intermezzo* da entrada do estudante.

Depois da saída do estudante, Fausto retorna – nos versos que também surgiram só na Itália –: “Para onde vamos, pois?” (v.1850), pergunta inseguro a seu tentador, que, triunfante, responde: “Para onde te aprouver: / ver o pequeno mundo, e o grande, eis o mister. / Com que alegria, que proveito, / fruirás o curso e seu efeito!” (v.2051-2054).

Mefisto sintetiza a inserção do texto romano no velho manuscrito de maneira solene e felicita Fausto pelo rompimento com sua existência até o momento: “Meus parabéns e avante ao novo teor de vida!” (v.2072). O *salto mortale* italiano de Goethe à nova vida e à felicidade, seu renascer e seu segundo aniversário em Roma encontram portanto sua correspondência dramática e ao mesmo tempo cínico-mefistofélica na “empresa [...] audaz” em direção ao “novo teor de vida” e, conseqüentemente, ao renascer de Fausto. Tendo em mente essa coincidência formidável da história da vida e da obra, constatar-se-á que, com a nova concepção italiana do drama fáustico, o trabalho de Sísifo vitalício realizado por Goethe começa a retratar Fausto-Mefisto como sombras de sua própria história de vida. Isso ocorre na maior parte das cenas do drama sob sinais negativos. Os erros, os apuros, as obsessões e as ilusões, as disposições à depressão e ao desespero, os quais o próprio Goethe buscou abjurar pela “conversão” – tudo isso ele transformou, similarmente à experiência italiana, na característica do seu herói dramático Fausto.

### **Antagonistas da autolibertação: Fausto e o peregrino**

Deve ter sido sufocante para Goethe em Weimar, como para Fausto no quarto gótico. Como Fausto, Goethe irrompe do pequeno mundo, que se tornara um obstáculo à vida também para ele, e leva Fausto consigo para a fuga ao sul. Lá, porém, os caminhos de ambos os refugiados parecem se separar irreversivelmente – para, todavia, sempre permanecerem relacionados um ao outro, pois Goethe faz de Fausto o antagonista trágico de sua autolibertação. Enquanto Goethe, em Roma, frequenta a “grande escola” a fim de que a tradição europeia se torne uma palavra viva e ele se livre dos erros cardeais e geniais

de uma existência diletante, Fausto provoca a ruptura radical com a própria ideia de *Bildung*. Ele protesta contra todo tipo de escola, universidade e estudo superior com um *pathos* titânico, rejeitado pelo viajante à Itália, e inicia a revolução, substituindo o conhecimento do mundo e a contemplação da existência por uma nova práxis e pela vontade de um novo domínio sobre o mundo. Goethe, na continuação de sua viagem à Itália, amplia a revolução espiritual fáustica contra a tradição europeia, uma revolução essencialmente direcionada ao princípio de contemplação na filosofia, até chegar a um panorama dramático da revolução política e econômica entre 1789 e 1830. O impaciente do quarto gótico se transforma cada vez mais em um típico representante da era revolucionária por meio do interminável trabalho textual de Goethe. Disso resultará um trabalho de Sísifo que encontrará sua conclusão coerente só em 1831 com o término da tragédia, que é reflexo da revolução de junho de Paris e dos versos saint-simonianos de Fausto no quarto e quinto atos.

Já em Roma, Goethe inseriu um monólogo de Mefisto no fragmento da tragédia que – agora à luz das experiências felizes de Goethe na Itália – exprime a reavaliação crítica da nova ideia fáustica romana. Sozinho no palco, Mefisto anuncia um drama tanto da aspiração infeliz e compulsiva quanto da futilidade nula. Referindo-se a Fausto: “Vai-te e despreza o gênio e a ciência, / do ser humano a máxima potência! / Deixa que em cega e feiticeira gira / te embale o demo da mentira, / E já te prendo em meu enlace. / Deu-lhe o destino um gênio ardente / que, invicto, aspira para a frente / e, em precipitação fugace, / da terra o Bom transpõe fremente” (v.1851-1859).

Comparado com a experiência eufórica do peregrino italiano de alcançar finalmente a paz no sul e poder superar aquela crise existencial sobre a qual fala em uma carta a Charlotte von Stein (“perdoe-me, luto sozinho com a morte e a vida, e nenhuma língua fala do que se passa dentro de mim”); comparado portanto com o retorno romano de Goethe à vida e seu novo teor de vida que então se inicia, será possível entender o projeto, esboçado por Mefisto, da aspiração inquieta sempre “para a frente” de Fausto como um contraconceito polêmico às experiências italianas de Goethe.

### **Aposta**

O impulso de Fausto a um movimento aspirando sempre “para a frente” já sugere a proibição categórica do “Oh, para” como condição central do pacto, o qual Goethe acrescentaria ao texto do drama na próxima grande operação após 1797. O próprio Fausto define sua relação com Mefisto nos versos abaixo – inexplicáveis, quando se tem em mente a vivência italiana de Goethe. Fausto a Mefisto:

Se vier um dia em que ao momento  
disser: *Oh, para! És tão formoso!*  
*Então* algema-me a contento,  
*Então* pereço venturoso!

[*Então*] Repique o sino derradeiro,  
a teu serviço ponhas fim,  
pare a hora então, caia o ponteiro,  
o Tempo acabe para mim! (v.1699-1706)

Se tomarmos, no entanto, a *Viagem à Itália* como base de comparação, escutaremos Goethe exclaimar ali quase diariamente: tão formoso, incrível e inexprimivelmente formoso! Tão formosa ele encontrou a existência no sul que se demorou ali quase dois anos e várias vezes requisitou permissão para prolongar a viagem. Por sua vez, Fausto exclui da sua vida, em princípio, o momento formoso – no sentido duplo da palavra: visão formosa e momento formoso da existência. Ele pode fazer a aposta com Mefisto, como que de maneira desesperada, porque sempre soube que nunca haveria um momento formoso – por definição, jamais haveria –, pois seu Interior e o Exterior, o Eu e o Mundo, nunca poderiam se encontrar.

Entretanto, em 1790, o Mefisto do fragmento de *Fausto* é tão seguro de suas coisas que crê poder dispensar um pacto formal. Ele “tem” Fausto “já” “incondicionalmente”, portanto sem cláusulas contratuais propriamente formuladas. Certo da vitória, Mefisto nota acerca de Fausto: “Arrasto-o, em seu afã falace, / pela vida impetuosa e nula; / lute, esperneie, se espedace, / veja sua insaciável gula / o alimento a flutuar-lhe ante a sedenta face; / debalde implore alívio refrescante, / e, se antes ao demônio já não se entregasse, / *pereceria*, não obstante!” (v.1860-1867).

Goethe não poderia em 1790, com as palavras de Mefisto, apresentar de maneira ainda mais destrutiva o resumo do drama que antecipa o curso da ação. “Lute, esperneie, se espedace”: assim se formulam os estados mentais típicos de Fausto que foram acrescentados ao manuscrito da tragédia em Roma e que estipulam aquela *vita infaustissima* que desde então se relaciona polemicamente à experiência de formação [*Bildung*] e de felicidade de Goethe em Roma. Se isso o tivesse livrado de “ansiar, esforçar, arrastar e rastejar” em vão, poder-se-ia pensar nele “como um feliz” (Goethe, 1985, 15, p.331), como se diz ao final de junho de 1787 em Roma. Por volta da mesma época, todavia, Mefisto já podia se alegrar com os tormentos tantálicos que ainda não precisava infligir a Fausto, pois este mesmo, sempre avançando insaciavelmente “para a frente” e sempre preso ao mesmo lugar, prepará-los-á para si mesmo.

### **Faustos na cozinha da bruxa**

Podemos observar, principalmente na cena “A cozinha da bruxa”, que Goethe dá forma à caricatura ou mesmo à paródia obscena de seu próprio renascer romano nas cenas do drama escritas na Itália.

Para poder identificar algo disso, sigamos o autor do *Fausto* no verão de 1787 ao parque da Villa Borghese e acompanhemos as referências crípticas de Goethe à “operação cozinha da bruxa”, que se inicia no velho manuscrito precisamente nessa localidade da Itália. A nova concepção do drama, que foi proje-

tada naquele lugar clássico e, como vimos, continuou nos meses seguintes como trabalho fumegante, poderá ser lida somente como contraconceito dramático da equação eufórica entre Roma e Cupido, tendo-se em mente a felicidade italiana crescente de Goethe (até o “ponto mais extremo”), nessa mesma época, na companhia de Faustina.

Na “cozinha da bruxa”, Goethe envia Fausto àquela esfera de pulsão onipotente da qual é excluída a reconciliação vivenciada e festejada pelo próprio Goethe em Roma entre Eros e Sexus, amor pessoal e desejo carnal, realidade e fantasia. O “fumegar” e o “esborratar” do velho texto de *Fausto*, sobre o qual Goethe fala cheio de mistérios, serão relacionados menos ao papel físico do manuscrito da tragédia, mas mais e antes de tudo ao seu conteúdo. Por meio dos versos inseridos em Roma, serão tismadas também as cenas há muito tempo escritas do chamado “Urfaust”. O drama de Margarida será consequentemente afetado pelo posterior esborratar do sentido do texto. “Com que alegria, que proveito, / fruirás o curso e seu efeito!” (v.2054-2054): assim Mefisto anunciou a Fausto ao deixar o quarto gótico. Esses acréscimos romanos ao texto fazem da tragédia de Margarida, já constante do velho manuscrito, o primeiro capítulo do curso frívolo de Fausto.

O renascer de Fausto ocorre em meio à confusão da essência setentrional e romântica entre bruxa, magia e névoa desprezada pelo viajante italiano. O observador da vida e da obra de Goethe não conseguirá encontrar muitas imagens mais paradoxais do que aquelas da “cozinha da bruxa” concebidas pelo autor italiano do *Fausto* e escritas justamente na Villa Borghese. Em meio ao ambiente árcade, cercado por ruínas de templos e porções de paisagem mediterrânica, Goethe esboça para a tragédia nórdica os “singulares apetrechos de feitiçaria”, joga Fausto em meio a uma “mágica infernal” (v.2337), para que a “chanfana” – “um bom copo da bebida mista” (v.2519) – subtraia bons “trinta anos” da “carcaça” (v.2341-2342).

“Com esse licor na carne abstêmia”, assim promete Mefisto, “verás Helena em cada fêmea” (v.2604-2605). Depois da iniciação na cozinha da bruxa, Fausto verá em cada mulher, segundo a garantia mefistofélica, o que ele deseja enxergar nelas e obter delas corporalmente; mas, de maneira alguma, enxergará o que ele próprio quer de si e para si. Por meio desse condicionamento de Fausto na “cozinha da bruxa”, a operação textual amarra o drama do erudito frustrado, iniciado no quarto gótico, com a tragédia de Margarida.

### **1831: Finalização da operação fáustica**

Aqui, damos um grande salto para a fase final do trabalho no *Fausto* ao final da vida de Goethe.

Goethe encerra a operação no manuscrito do *Fausto* iniciada na Itália com as cenas da tragédia escritas no início e no verão de 1831. O papel de adversário à sua felicidade italiana, o qual ele atribuiu a Fausto com a nova concepção romana do drama, é alcançado mais de quarenta anos depois diante do pano de



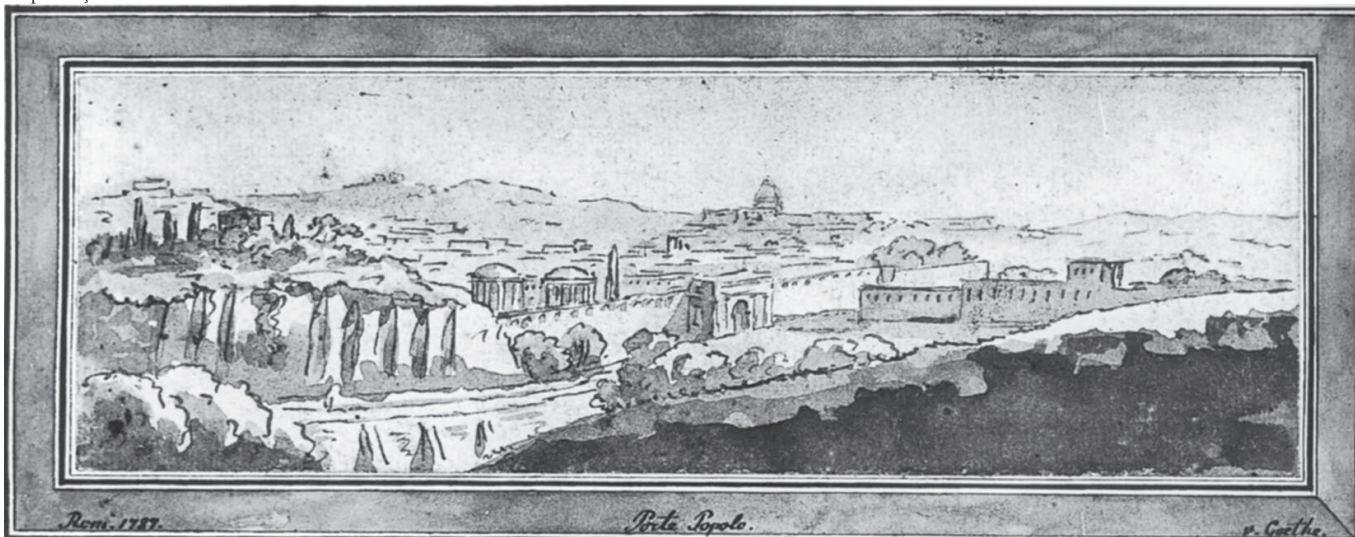
fundo da época de revoluções que povoam esse período, chegando à sua expressão mais drástica.

Nas cenas da segunda parte do drama que surgiram a partir de 1830, Goethe retrata Fausto aspirando aos mais importantes estágios da revolução permanente das circunstâncias de vida, revolução essa iniciada no século XIX. Começando no primeiro ato com a inflação do papel moeda que arruína o feudalismo, a tragédia assume de maneira transitória o caráter de uma passagem em revista das ideias e empreendimentos revolucionários da nova época. No segundo ato, observamos o laboratório do doutor Wagner, o aluno de Fausto, onde um homem é “fabricado” em uma retorta. Esse fabricar de pessoas de maneira técnico-industrial é como que o alvo do projeto prometeico moderno que, a partir da natureza, nega o que existe e o substitui pela segunda criação, que deve ser um produto do processo de produção moderno.

### **O plano de Fausto: “dominar, eu, o glorioso oceano”**

Nas últimas cenas que Goethe redigiu para o drama, Fausto participa de maneira vertiginosa dessa inversão de todas as relações naturais em relações de produção. Em seu caso, o projeto de uma segunda criação assume a forma de um processo colonizador que abrange todas as condições de vida, na amplitude apresentada por Alfredo Bosi na grandiosa análise, sistemática e histórica, do processo colonizador que se desdobra no primeiro capítulo de seu livro *Dialética da colonização*.<sup>3</sup> Vemos Fausto, no quarto ato (o último a ser escrito), primeiramente à beira-mar, onde é tomado pela ideia de lutar contra as ondas. O futuro colonizador Fausto, observando o movimento das ondas e as marés, diz:

Julguei-o acaso, e firmei bem o olhar;  
A onda estacou, para depois recuar;  
Após vencê-la, a vaga ignora a meta;  
Chega a hora, a brincadeira reenceta.  
MEFISTÓFELES *ad spectatores*. Que grande novidade aí se dá!  
Sei disso há mais de cem mil anos já.  
FAUSTO (*continua apaixonadamente*) Vem [a onda], sorrateira,  
todo canto invade,  
E espalha, estéril, a esterilidade.  
Cresce, incha, rola, se desfaz, e alaga  
A árida vastidão da inútil plaga.  
Impera onda após onda, agigantada!  
Para trás volta e não realizou nada.  
E me aborrece aquilo! é-me um tormento  
O poder vão do indômito elemento!  
Ousou transpor meu gênio a própria esfera:  
Lutar quisera aí [o movimento das ondas], vencer quisera!  
(v.10206-10221)



*Panorama de Roma, desenho de Goethe.*

No momento seguinte, Fausto determina seu grande plano de construir um dique no mar, plano que agora deverá ser apoiado justamente por Mefisto. Fausto a Mefisto:

Criei plano após plano então na mente  
 por conquistar o gozo soberano  
 de dominar, eu, o orgulhoso oceano,  
 de ao lençol áqueo impor nova barreira,  
 E ao longe, em si, repelir-lhe a fronteira.  
 Consegui passo a passo elaborá-lo.

Eis meu desejo, [e voltado a Mefisto] ousa tu apoiá-lo! (v.10227-10233)

### **A entrada em cena do peregrino**

De maneira lógica, o quinto ato da tragédia nos desloca para um grande canteiro de obras, característico da época da revolução industrial, na qual as máquinas a vapor já estão em uso e canais enormes foram escavados e diques se amontoam. A transformação do mundo, que aqui é posta em movimento, está em flagrante contradição com o domínio visível das circunstâncias de vida tradicionais, aludindo-se, assim, em inúmeros motivos, à lenda da transformação de Filemon e Baucis narrada no oitavo livro das *Metamorfoses* de Ovídio.

Nesse enclave do clássico latino surge de repente um peregrino que se lembra do resgate do naufrágio de sua existência ao olhar para a cabana, o jardim, a capela e o bosque de Filemon e Baucis. Pode-se falar também de seu renascer.

Encalhado naquela costa onde a cabana de Filemon e Baucis já estava antes, ele agora sente necessidade de retornar ao local de seu resgate. Com o território de Filemon e Baucis diante dos olhos, o peregrino entoou os versos:

São as velhas túlias, sim,  
no esplendor da anciã ramagem.  
Torno a achá-las, pois, no fim,  
de anos de peregrinação!  
Sim, é a casa, é este o lugar;  
abrigou-me ali a fortuna,  
quando o tempestuoso mar  
me lançou naquela duna.  
O bom par que, com desvelo,  
me acolhera, eu ver *quisera* [*segnen*, abençoar, *n. do. T.*] (v.11043-11052)

“Torno a achá-las”, dizem as palavras de alerta específicas de Goethe nos versos do peregrino. Retornando ao velho “lugar”, o peregrino lembra-se do ponto de viragem que funda a identidade de sua biografia. Ali, Filemon e Baucis cuidaram dele quando foi lançado à costa “meio morto”. Agradecendo ao par prestativo, o peregrino outra vez traz à memória a cena de seu naufrágio. A seguir, voltando-se a Baucis:

Se és, mãezinha, a que percebo,  
com o esposo te bendigo  
pela vida do mancebo,  
por vós salvo, em dia antigo.  
Baucis és, que a inanimado  
lábio a vida restaurou?

E, depois disso, falando a Filemon:  
Filemon, tu, que, arrojado,  
meu tesouro à onda arrancou?  
Vosso fogo, o eco argentino  
da sineta na negrura,  
transformaram o destino  
da terrífica aventura. (v.11063-11074)

O resgate da vivência do naufrágio conferiu à existência peregrina uma mudança com vistas à confiança na própria existência e à felicidade de vida, pois, ao encontro com aqueles que salvaram sua existência de maneira acolhedora, o resgate levou à experiência eufórica da humanidade. Justamente a civilização filantrópica que possibilita tal vivência encontrou uma expressão clássica na imagem de felicidade lendária dos antigos que ecoa nos nomes de Filemon e Baucis. As chamas do fogão de Filemon e Baucis e os sinos de sua capela, “o eco argentino da sineta”, como se fosse o símbolo da civilização prevalente nesse idílio arquetípico, ligam-se, na perspectiva do peregrino, ao motivo de um farol, cuja luz e cujo som trouxeram orientação e sentido à aventura de sua vida em perigo.

Por ocasião do reencontro com aquele lugar no qual foi resgatado de sua crise existencial, o peregrino deseja dar uma forma espiritual à memória gratificante desse acontecimento e entoia os seguintes versos:

Mas, deixai que eu vá mirar  
do mar vasto o arco indistinto;  
quero prosternar-me, orar,  
tão opresso o peito sinto. (v.11075-11078)

### **A nostalgia do peregrino**

A imagem do peregrino que observa a natureza, cuja contemplação deve provocar tranquilidade no peito oprimido, pode ser vista como um *leitmotiv* da obra completa de Goethe. Sua forma mais eminentemente lírica se configurou em dois poemas, a “Canção noturna do viajante” e “Uma outra [canção]”. “Doce paz, / Venha, ah!, venha para meu peito!” (Goethe, 1998, 1, p.142): assim um peregrino fatigado exclama na primeira canção noturna. E a segunda canção, a “outra”, o poema mais famoso de Goethe, mostra-nos como a tranquilidade da consciência se realiza na contemplação da natureza. Nessa contemplação da natureza, que durante o crepúsculo vai se aquietando cada vez mais, numa visão que dos cumes das montanhas e das frondes das árvores, passando por plantas e animais, chega ao próprio ser humano, a consciência contemplativa ganha o mesmo silêncio. “Logo / descansarás também”, dizem os versos finais da meditação lírica.

Essa experiência-chave da contemplação goethiana da natureza, que subjaz à canção noturna do viajante, foi somente um prelúdio meditativo para a tranquilidade existencial da consciência que o peregrino procurou e encontrou no sul – onde ele, como está dito na *Viagem à Itália*, se tornou “feliz no mais alto grau em meio ao silêncio” e “se acalmou por toda a vida”. Se pensarmos nos testemunhos epistolares, em que o “refugiado do norte” admitiu que lutara “com a vida e com a morte” e que “nenhuma língua” poderia enunciar a miséria da alma da qual ele foi liberto somente pelo reencontro com a própria identidade em Roma, então notaremos que os versos do peregrino no início do quinto ato do *Fausto* refletem mais uma vez a solução daquela “terrífica aventura” em imagens clássicas, sendo que tal solução está no centro da própria vida de Goethe: a inflexão romana, vivenciada como um “renascer”, em direção à felicidade de sua existência antes “semi-inanimada”.

### **O espanto do peregrino, o emudecer do peregrino**

Já conhecemos a visão resignada de Goethe com o drama fáustico em 1831, visão segundo a qual os tempos para exercícios contemplativos, como o edifício *Fausto*, evidentemente terminaram. Filemon anuncia a desordem fundamental da meditação do peregrino, a inversão da tranquilidade de consciência em espanto. Filemon menciona a Baucis, observando o peregrino andando pelas dunas: “Deixa-o ir, silenciar de espanto, / o que avista, o olhar lhe assombra” (v.11081-11082). Há poucas cenas na obra de Goethe que contêm um potencial de inquietação parecido com a entrada em cena do eufórico peregrino, que reencontra seus salvadores e, todavia, quando pretende observar o mar, é tomado de horror, corre para onde antes estava a praia, e, em consequência disso, emudece

de espanto. A seus olhos arregalados não aparecem o mar, a areia, a natureza, nem qualquer velho “lugar”. Ele contempla o projeto moderno de Fausto de uma segunda criação, desenvolvida de maneira industrial, no lugar onde o mar foi transformado em terra por meio de colossais intervenções na natureza.

No momento seguinte, depois da visão inacreditável a partir das dunas da praia, vemos “os três à mesa, no jardinzinho”, ou seja, Filemon, Baucis e o peregrino. Baucis nota que o peregrino perdeu a fala e pergunta: “Mudo estás, e do alimento / nada tens na boca posto?” (v.11107-11108). O peregrino permanecerá calado até o momento catastrófico em que seu rastro se perde no inferno do território de Filemon e Baucis. Tendo em vista o que Baucis informa sobre os acontecimentos no grande canteiro de obras do dique e do canal, a transformação do mundo feita por Fausto transparece completa e terrivelmente:

[...] em noite fria,  
mil luzinhas enxameavam, [chamas das máquinas a vapor,  
chamadas na época de “máquinas de fogo”,  
que ininterruptamente trabalhavam, até mesmo de noite]  
diques vias no outro dia.  
Carne humana ao luar sangrava,  
de ais ecoava a dor mortal,  
fluía ao mar um mar de lava,  
de manhã era um canal. (v.11124-11130)

### **A fuga de Fausto**

Se o peregrino pretendia observar o “mar vasto” para alcançar paz de consciência, Fausto cobiçava, como vimos, ao “lençol” desse mesmo mar “impor nova barreira, / e ao longe, em si, repelir-lhe a fronteira [a primitiva e interminável amplidão do mar]” (v.10229-10230).

Não bastasse isso, Goethe concebe o olhar de Fausto sobre os campos de Filemon e Baucis em exata contradição ao olhar do peregrino. Lá, soa um sino.

FAUSTO (*num sobressalto*)  
De novo! esse tilim maldito!  
Qual tiro pérfido ressoa;  
meu reino à vista é infinito,  
por detrás, só desgosto ecoa;  
maldoso, fere e me espezinha:  
meu alto império é uma ilusão;  
a arca das tílias, a igrejinha [a capela],  
o colmo pardo [a cabana de Filemon e Baucis], meus não são.  
E se eu quisesse lá folgar,  
traz sombra alheia tédio em si,  
aflige a mente, aflige o olhar;  
oh! visse-me eu longe daqui! (v.11151-11162)

Se por meio do tilintar do sino no território de Filemon e Baucis o peregrino se lembra do momento de seu resgate porque quer “abençoar” ambos os velhos e o mundo deles, Fausto se desespera com esse mesmo cenário, já que ele deseja fugir. A fuga de Fausto é a resposta à bênção do peregrino. O reencontrar, rever, reouvir e renascer, e, portanto, a felicidade do peregrino que torna o velho “lugar” possível, transformam-se sob os olhos de Fausto em um local assombrado. Assim, os dobres do sino, as tílias, os jardins e a cabana se desfiguram em uma ameaça desnaturante ao “alto império”. Precisamente ali onde a alma ferida do peregrino foi curada, Fausto se sente ferido de maneira ameaçadora. Consequentemente, sua fuga começa:

Esse aqui maldito! [o aqui de Filemon e Baucis]  
É o que me deixa irado e aflito.  
Contigo [com Mefisto], esperto e apto, é que falo;  
ofende e fere-me em excesso;  
não me é possível aturá-lo,  
e envergonhado é que o confesso:  
das tílias quero a possessão,  
ceda o par velho [Filemon e Baucis em sua duna] o privilégio!  
Os poucos pés que meus não são  
estragam-me o domínio régio.  
Lá quero armar, de braço em braço,  
andaimes sobre o vasto espaço,  
a fim de contemplar, ao largo,  
tudo o que aqui fiz, sem embargo [...] (v.11233-11246)

A ênfase desses versos decisivos está no “eu”! Fausto quer enxergar a si mesmo nos produtos de seu trabalho precisamente ao contemplar a enorme amplitude. O mundo inteiro deve se tornar “eu”, segundo a reivindicação de propriedade e domínio de Fausto, a qual reitera voluntariamente a reivindicação do projeto prometeico na variante moderna da revolução industrial. Agora, o mundo inteiro deve ser transformado em um produto, em algo inventado, fabricado.

### **Colonização: o fim da metamorfose**

O projeto colonizador de Fausto é a resposta ao protesto contra o mundo não produzido por ele mesmo, ou seja, o ultrajante mundo que já existe. Mefisto fornece a palavra-chave: “Que cerimônia, ora! e até quando? / Pois não estás colonizando?” (v.11272-11273). É sem cerimônia que ocorre a colonização da cabana, da capela e do bosque de Filemon e Baucis. Mefisto o relata, e em suas palavras o autor do *Fausto* leva ao extremo o processo de citação da lenda de Filemon e Baucis, invertendo o significado das *Metamorfoses* de Ovídio. Mefisto a Fausto:

Mais cerimônia, então, não fiz,  
deles [de Filemon e Baucis] livramos-te num triz.

Não sofreu muito o par vetusto,  
caiu sem vida, já, com o susto.  
Um forasteiro [o peregrino], lá pousado,  
e que lutar quis, foi prostrado.  
Na curta ação da luta brava,  
carvão, que à roda se espalhava,  
palha incendiou. Ardendo vês,  
lá, a fogueira desses três. (v.11360-11369)

A fogueira feita por Mefisto é o fim da metamorfose. Nesse inferno ardente, todo o Ser se decompõe no Nada, e a lei natural-filosófica da transformação evapora em meio às chamas. Nas palavras de Pitágoras, citadas por Ovídio: “Tudo se transforma, nada morre” (*omnia mutantur, nihil interit*). A filosofia de transformação da metamorfose de Ovídio não deixa nada se perder, nada morrer. Goethe a traduz em seu poema-legado nos versos: “Nenhuma criatura pode se decompor em Nada! / O Eterno agita-se em tudo, / Conserva-te no Ser, feliz! / O Ser é eterno; pois leis / protegem o tesouro vivo / com o qual o Todo se embeleza”.

Revela-se então a dendrofobia aparentemente paranoica de Fausto, sua raiva da “arca das tílias”, dos “poucos pés” que vergonhosamente lhe “estragam” o “domínio régio”, sobre os quais ele deseja armar “de braço em braço, / andaimes”. Goethe faz Fausto, em conluio com Mefisto, enfurecer-se contra seu [de Goethe] legado, contra o reconhecimento aplacador da metamorfose que encontrou seu símbolo poético nas tílias, nas quais Filemon e Baucis se transformam na obra de Ovídio.

### “Rubro ardor raízes rói”

Precisamente nesse sentido tomaremos conhecimento do similar inferno de Linceu, o Vigia – mais uma vez, uma forma arquetipicamente antiga que lembra o eudemonismo clássico: “Felizes meus olhos, / o que heis percebido, / lá seja o que for, / tão belo tem sido!” (v.11300-11303). Enquanto isso, sabemos o que “tão belo [formoso]!” significa em *Fausto*. De fato, a negação da percepção enunciada nas palavras “Oh, para! és tão formoso!” está no centro do pacto que Fausto faz com Mefisto. Assim, no momento seguinte, observamos Linceu no “ardente inferno”, no qual o formoso mundo de Filemon e Baucis – o lugar de felicidade do peregrino – queima nas fogueiras de Mefisto. Linceu fecha a descrição da catástrofe com os seguintes versos:

Serpenteiam chamas finas  
Pelo cume da ramada.  
Nos pés ocos [as tílias de Filemon e Baucis] corre a lava,  
Rubro ardor raízes rói. – (*longa pausa, canto*)  
O que a vista deliciava  
com os séculos se foi. (v.11334-11337)

O bosque sagrado de Ovídio arde nas chamas do drama fáustico, e nenhuma Fênix poderá mais ressurgir das cinzas desses séculos de tradição europeia. Não há em Goethe uma superação [*Aufhebung*] no sentido duplo da palavra, do pensamento histórico hegeliano e, depois, moderno. O processo de negação de Mefisto não deixa para o futuro algo que possa ser superado nas mudanças dialéticas do movimento histórico.

Completamente sem propósito é, portanto, o acontecimento infernal da “Noite profunda” no *Fausto*. “Mas nada é derramado mais sem propósito do que sangue”, assim reza – nas palavras de Friedrich Dürrenmatt – o princípio fundamental do teatro do absurdo, que se recusa de modo consequente à filosofia da história na modernidade. E esse teatro do absurdo, precisamente devido a tal recusa, deve ser entendido como expressão autêntica dessa mesma modernidade, porém agora numa outra perspectiva, uma perspectiva decididamente autocrítica. Nesse sentido, a fogueira na qual Filemon, Baucis e o peregrino são incinerados já é teatro do absurdo e, como tal, teatro moderno.

## Notas

- 1 A recém-publicada edição histórico-crítica completa do *Fausto* dá, especialmente em sua versão digital, uma impressão fascinante da gênese da tragédia, repleta de interrupções, errática e fragmentária; essa edição traz as diferentes partes manuscritas, cópias e impressões parciais, os acréscimos, rasuras, sobrescritos e as várias revisões feitas por Goethe: Disponível em: <<http://www.faustedition.net/>>. Assim nos é oferecido um bom panorama, verso a verso, da intrincadíssima gênese do *Faust*, seguindo o exemplo da louvável edição em paralelo dos textos do drama feita por Werner Keller (Johann Wolfgang Goethe: *Urfaust – Faust. Ein Fragment – Faust. Eine Tragödie. Paralleldruck der drei Fassungen*. Org. Werner Keller. 2v. Frankfurt, 1985).
- 2 Os versos do *Fausto* serão citados segundo a tradução de Jenny Klabin Segall, na edição bilíngue e ilustrada (Eugène Delacroix e Max Beckmann) com apresentação e notas de M. V. Mazzari: Primeira Parte (Editora 34, 2016, 6.ed., revista e ampliada); Segunda Parte (Editora 34, 2017, 5.ed., revista e ampliada). Sempre, porém, que exigido pela argumentação crítica do autor Michael Jaeger proceder-se-á a pequenas alterações na tradução.
- 3 Alfredo Bosi distingue três dimensões idealmente típicas da colonização, as quais ele faz retroceder aos significados ou formas participiais do verbo latino “colere”. Em três níveis, de acordo com a fecunda hipótese de Bosi, ocorre o processo colonizador: como amanho do solo e também como apropriação política e exploração econômica do solo e como conquista da terra e submissão de seus habitantes (*colo*); como reivindicação de domínio no nível da consciência, da memória (coletiva) e de seus símbolos, isto é, no campo da religião e da tradição em sentido lato (*cultus*); e, finalmente, como projeto intelectual e técnico de construir uma identidade moderna (*cultura*) e projetar o futuro de maneira autônoma (Bosi, 2009, ver o 1º capítulo “Colônia, culto e cultura”). Como ilustração arquetípica do processo colonizador em suas três dimensões características, pode-se conferir a sequência dramática que alude à história da vinha de Naboth (1º Livro dos Reis, 21) e também as cenas em torno de Filemon e Baucis na tragédia *Fausto*, especialmente em suas relações com o texto-fonte latino, portanto, as *Metamorfoses* de



Ovídio. Aqui, o narrador do oitavo livro resume a lenda de Filemon e Baucis com as palavras “qui coluere [i.e., coluerunt], colantur” (“quem cultuou, que seja cultuado”, Ovídio VIII, v. 724). Essas palavras se tornam significativas para os acontecimentos da tragédia especialmente no horizonte da colonização aberto por Alfredo Bosi. Isso porque, em todos os níveis (*colo, cultus e cultura*), o processo de colonização representado por Fausto e Mefisto passa por cima do enclave de Filemon e Baucis e impulsiona a transformação do mundo. Consultei a tradução inglesa desse 1º capítulo (*Colony, Cult and Culture*) na tradução de Robert Patrick Newcomb: *Brazil and the Dialectic of Colonization*. University of Illinois Press, 2015.

## Referências

BOSI, A. *Dialética da colonização*. 4.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

GOETHE, J. W. v. *Sämtliche Werke nach Epochen seines Schaffens*. München: Carl Hanser Verlag, 1985. (MA) v.16 (Aus meinem Leben. Dichtung und Wahrheit)

\_\_\_\_\_. *Sämtliche Werke*. Frankfurt am Main: Deutscher Klassiker Verlag, 1994. (FA) v.7/1 (Faust. Texte)

\_\_\_\_\_. *Werke*. München: Deutschen Taschenbuch Verlag, 1998. (HA) v.11 (Autobiographische Schriften III)

\_\_\_\_\_. *Fausto*. Uma tragédia. Primeira Parte. Trad. Jenny Klabin Segall. Apres., comentários e notas de Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Editora 34, 2004. v.1.

\_\_\_\_\_. *Fausto*. Uma tragédia. Segunda Parte. Trad. Jenny Klabin Segall. Apresentação, comentários e notas de Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Editora 34, 2007. v.1.

\_\_\_\_\_. *Da minha vida. Poesia e verdade*. Trad. Maurício Mendonça Cardozo. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

\_\_\_\_\_. *Faust Edition*. Disponível em: <<http://www.faustedition.net/>>. Acesso em: 1º mar. 2019.

GOETHE, J. W.; KELLER, W. (Org.) *Urfaust – Faust. Ein Fragment – Faust. Eine Tragödie. Paralleldruck der drei Fassungen*. Frankfurt, 1985. 2v.

GOETHES WERKE. Série I. v.26. Weimar: Hermann Böhlau, 1889. (WA)

*RESUMO* – Goethe nos conta em *Poesia e verdade* que tudo o que escreveu seria “fragmentos de uma grande confissão”. Partindo das novas descobertas da filologia da edição, este ensaio busca explicitar que tal autoavaliação de Goethe se aplica antes de tudo ao seu trabalho no drama *Fausto*, que durou sua vida inteira. Da primeira publicação do texto em 1790 até seu término em 1831, o ensaio evidencia as rupturas na biografia de Goethe e na época goethiana. Diante do pano de fundo da época de crise europeia entre 1789 e 1830, torna-se evidente a constelação inquietante e moderna na obra completa de Goethe: o conflito irreconciliável entre Fausto e o peregrino. Nessa cena carregada de significado, escrita ao final da reformulação e da retomada do trabalho no manuscrito do *Fausto*, processo que no todo se estendeu ao longo de mais de sessenta anos, Goethe insere na ação dramática o sorvedouro poderoso do movimento histórico moderno que se inicia na revolução industrial. A conseqüente catástrofe do peregrino será entendida

como a imagem trágica com a qual Goethe confere uma expressão simbólica à visão realista sobre o próprio anacronismo.

*PALAVRAS-CHAVE:* *Fausto* de Goethe, Peregrino, Filemon e Baucis, *Metamorfoses* de Ovídio, “Fragmentos de uma grande confissão”.

*ABSTRACT* – Goethe tells us in *Truth and Poetry* that everything he wrote would be “fragments of a great confession.” Based on new discoveries in edition philology, this essay seeks to demonstrate that Goethe’s self-evaluation is applicable above all to his work on the Faust drama, which took his entire life to complete. From the first publication of the text in 1790 to its conclusion in 1831, this essay highlights ruptures in Goethe’s biography and in Goethe’s time. Given the background of Europe’s crises between 1789 and 1830, a disquieting and modern constellation is evident in Goethe’s complete works, namely, the irreconcilable conflict between Faust and the Traveler. In a scene full of significance, written at the end of the reworking and rewriting of the Faust manuscript, a process that extended over sixty years, Goethe inserts into the dramatic action the powerful maelstrom of the modern historic movement that begins with the Industrial Revolution. The consequent catastrophe of the Traveler will be understood as a tragic image with which Goethe bestows a symbolic expression to the realistic vision on anachronism itself.

*KEYWORDS:* *Faust* (Goethe), The traveler, Philemon and Baucis, *Metamorphoses* (Ovid), “Fragments of a Great Confession”.

*Michael Jaeger* é docente na Universidade Livre de Berlim. Publicou, entre outros livros, *Fausts Kolonie – Goethes kritische Phänomenologie der Moderne* [A colônia de Fausto – A fenomenologia crítica da modernidade empreendida por Goethe] (Würzburg, 2004); *Salto Mortale. Goethes Flucht nach Italien. Ein philologischer Essay* [Salto Mortale. A fuga de Goethe para a Itália. Um ensaio filológico] (Würzburg, 2018). Ministrou cursos como professor convidado na China e nos Estados Unidos. Desenvolve atualmente, como bolsista da Fundação Siemens em Munique, uma pesquisa sobre Goethe e Marx.

@ – [asmijaeger@aol.com](mailto:asmijaeger@aol.com) / <https://orcid.org/0000-0002-6108-9307>

Tradução de Rafael Rocca dos Santos. O original em alemão – “Eine Konfession in Bruchstücken: Goethe, Faust und der Wanderer” – encontra-se à disposição do leitor no IEA-USP para eventual consulta.

<sup>1</sup> Universidade Livre de Berlim, Berlim, Alemanha.

Recebido em 18.3.2019 e aceito em 15.5.2019.

# O Brasil no divã

DANIEL MARTINESCHEN<sup>1</sup>

Ó Senhor meu, dilata-me o peito;  
facilita-me a tarefa;  
E desata o nó de minha língua”  
(Alcorão, 20:25-27)

**T**ODA VIAGEM transforma. Desde o momento em que se toma a decisão da viagem, já existe uma transformação em curso – o viajante já não é mais o mesmo. Sairá de seu local conhecido, percorrerá um trajeto, e chegará a algum destino. Pode ser o destino almejado de início, pode ser outro – por ter mudado de ideia, por ter sido obrigado a desviar –, pode acabar retornando ao ponto de partida sem chegar ao destino inicial. De toda forma, estará transformado, diferente, com alguma nova ideia ou com concepções novas – mesmo o turista que apenas contabiliza mais um destino no passaporte também se transforma. E também o destino da viagem se transforma, de alguma maneira: um vilarejo passa a ter uma nova história, um novo conto de um estrangeiro que ali passou (pode ser até um estrangeiro do mesmo país), e pode até se transformar de aldeia rural num destino de peregrinação.

A viagem que tive o privilégio de fazer foi traduzir o *West-östlicher Divan* de Johann Wolfgang von Goethe,<sup>1</sup> e também de fazer um doutorado sobre ele.<sup>2</sup> Gostaria aqui, talvez pela primeira vez, de “abrir meu coração” e, na medida em que se me “desatar o nó da língua”, fazer um relato honesto dessa viagem.

Pois se existe algo que uma viagem permite é a mudança de perspectiva. O que conhecemos em casa de repente ganha nova importância, maior ou menor. O que conhecemos durante a viagem – seja no trajeto, seja no destino –, por mais singelo que seja, modifica o que entendemos sobre nós mesmos, sobre nossa identidade e nosso pertencimento.

E o *Divã Ocidentário-Oriental* é também o relato de uma viagem. É a viagem literária de Goethe pelo Oriente, pela Pérsia do poeta Hafez,<sup>3</sup> pelo antigo mundo das *Mil e uma noites*, pela civilização antiga das histórias bíblicas – por mais anacrônico que isso soe hoje. E, dessa forma, nos conta uma história que diz tanto do estrangeiro quanto do próprio viajante, da sua visão de mundo e do quanto cedeu ou não à transformação.

O *Divã* foi escrito de 1814 a 1827, com uma primeira edição em 1819 e a segunda em 1827. O ano de 1814 para Goethe teve uma curiosa constelação de coincidências: a insatisfação com a monótona vida de homem de estado, na corte do Duque Carl August, que estava impelindo Goethe a uma nova fuga (como

quando realizou sua *Viagem à Itália*); a solidão com a perda dos interlocutores da sua geração – Herder, Wieland e Schiller estavam mortos já havia anos; o medo pelo avanço das invasões napoleônicas (escreveu em seus *Tag- und Jahreshefte* de 1813: “Assim como no mundo político uma monstruosa ameaça se manifestava, na mesma medida me lancei com obstinação ao mais longínquo”<sup>4</sup>); o presente da tradução completa do *Diwan* de Hafez, da pena do austríaco Joseph von Hammer. E, com a tradução de Hafez na mala, Goethe iniciou sua viagem: para as termas próximas a Weimar, e em direção ao Oriente de Hafez.

Não foi qualquer viagem. Goethe leu avidamente todo o *Diwan* de Hafez antes de chegar às termas, e já na carruagem reagiu à leitura com seus próprios poemas, escrevendo em toda ocasião em que teve tempo livre. Uma torrente de mais de 100 poemas foi escrita no primeiro ano de trabalho sobre o *Divã* – uma coletânea de amplitude inédita na produção de Goethe, e isso dentro de um ano. O primeiro que foi escrito, mas que não é o primeiro do *Divã*, trata do mito da criação do homem com uma ironia e um bom humor surpreendentes para o leitor que talvez esperasse uma abordagem mais sisuda sobre o tema:

*Erschaffen und Beleben*

Criado e animado

*Hans Adam war ein Erdenkloß,  
Den Gott zum Menschen machte,  
Doch bracht er aus der Mutter Schoß  
Noch vieles Ungeschlachte.*

Seu Adão, bolo de lama,  
Deus fez homem formoso;  
Do ventre da mãe derrama  
Seu aspecto horroroso.

*Die Elohim zur Nas' hinein  
Den besten Geist ihm bliesen,  
Nun schien er schon was mehr zu sein,  
Denn er fing an zu niesen.*

Elohim no seu nariz  
Sopraram um bom espírito.  
Já se achou muito feliz  
E logo deu um espirro.

*Doch mit Gebein und Glied und Kopf  
Blieb er ein halber Klumpen,  
Bis endlich Noah für den Tropf  
Das Wahre fand, den Humpen.*

Ossos, membros, cuca ao topo:  
Nunca foi um bolo inteiro,  
Até Noé achar o copo  
Que pra gota é o verdadeiro.

*Der Klumpe fühlt sogleich den Schwung,  
Sobald er sich benetzt,  
So wie der Teig durch Säuerung  
Sich in Bewegung setzt.*

O bolo sente o momento  
Tão logo se umedece,  
Como a massa, com fermento,  
Que se mexe e logo cresce.

*So, Hafis, mag dein holder Sang,  
Dein heiliges Exempel,  
Uns führen, bei der Gläser Klang,  
Zu uns'res Schöpfers Tempel. (DKV, p.18)*

Hafez, que teu beato canto,  
Teu santo exemplo,  
Nos leve, taças em pranto,  
Ao Seu divino templo.

Não que Goethe não fosse já bastante cético, com uma crítica afiada e humor sutilmente ácido. Mas nesse poema nota-se uma transformação, resultante da viagem: de repente, depois de percorrer literariamente as terras do poeta persa, resolveu evocar o tema bíblico da criação do homem com grande jocosidade, remetendo-se por fim aos “beatos cantos” de Hafez – cuja poesia canta o vinho e a transgressão dos limites da religião como meio para a transcendência. O panteísta Goethe de repente encharca de vinho a Bíblia, ajoelha-se num tapete muçulmano de oração e canta o mundo em embriaguez. A leitura de Hafez o impele de maneira quase incontrolável à poesia:

*Geständniss*

*Was ist schwer zu verbergen? Das Feuer!  
Denn bey Tage verräth's der Rauch,  
Bey Nacht die Flamme, das Ungeheuer.  
Ferner ist schwer zu verbergen auch  
Die Liebe, noch so stille gehegt,  
Sie doch gar leicht aus den Augen schlägt.  
Am schwersten zu bergen ist ein Gedicht,  
Man stellt es untern Scheffel nicht.  
Hat es der Dichter frisch gesungen,  
So ist er ganz davon durchdrungen,  
Hat er es zierlich nett geschrieben,  
Will er die ganze Welt soll's lieben.  
Er liest es jeden froh und laut,  
Ob es uns quält, ob es erbaut.  
(DKV, p.16)*

Confissão

O que é ruim de esconder? O fogo!  
Se ao dia a fumaça o trai  
À noite a chama o monstro, o ogro.  
Mais difícil de esconder, ai!  
O amor: guardado em cura calma,  
Pula ágil pra fora d'alma.  
O pior mesmo é esconder um poema:  
Pois cobri-lo dá o maior problema.  
Se o poeta o recém-cantou,  
De poesia se encharcou;  
Se o poeta o escreveu com classe,  
Quer que todo o mundo o abrace.  
A todos lê, alegre e forte.  
Azar de nós – ou será sorte?

A viagem não parou por aí. O interesse de Goethe pelo Oriente – uma designação difusa para uma região tão ampla e tão diversa do globo, como nos fala Edward Said em sua obra *Orientalismo* – não apenas se intensificou, mas renovou-se e trouxe lembranças de antigas leituras e outras viagens: a leitura do Corão; os estudos e traduções da literatura popular junto com o amigo-mentor Herder; a leitura crítica da Bíblia e o estudo do *Cântico dos cânticos* como poesia de amor. São todas lembranças que trouxeram novo viço ao poeta sexagenário, levando-o a iniciar um novo período produtivo, algo atípico para um autor nessa idade. O estudioso e biógrafo de Goethe Hartmut Reinhardt (2012, P.13) comenta:

Aos 64 anos, Goethe começou em 1814 com os trabalhos no “*West-östlicher Divan*”, numa idade na qual as pessoas costumam se fiar mais ao que foi experimentado e preservado, e abriu mais uma vez seu horizonte literário para o estrangeiro.

Assim deu-se a aparição de Hafez *nel mezzo del camin*, e Goethe se fez jovem de novo. Se uso aqui a palavra “aparição”, é no sentido de “fenômeno”, de um acontecimento fortuito – não estou falando de fantasmagoria. Falo aqui de um encontro rejuvenescedor:

| <i>Phänomen</i>  | Aparição   |
|--|--|
| <i>Wenn zu der Regenwand<br/>Phoebus sich gattet,<br/>Gleich steht ein Bogenrand<br/>Farbig beschattet.</i>                            | Se ao muro de chuva<br>Febo se aninha,<br>Surge a sombra recurva,<br>E em cor rebrilha.  |
| <i>Im Nebel gleichen Kreis<br/>Seh ich gezogen,<br/>Zwar ist der Bogen weiß,<br/>Doch Himmelsbogen.</i>                                | Vejo um mesmo arco<br>Traçado no véu;<br>Branco é mesmo o arco,<br>Mas arco-de-céu.      |
| <i>So sollst du, munttrer Greis,<br/>Dich nicht betrüben.<br/>Sind gleich die Haare weiß,<br/>Doch wirst du lieben.</i><br>(DKV, p.19) | Tu, velho querido,<br>Não debes chorar;<br>Teu cabelo é encanecido,<br>Mas tu vais amar. |

E uma outra aparição se fez, e Goethe amou. Nos anos 1814 e 1815, cultivou uma relação muito próxima com Marianne von Willemer, esposa do banqueiro e amigo Jakob von Willemer. Uma amizade muito íntima, motivada tanto por admiração mútua quanto pelo interesse comum pela poesia e pelo talento poético de ambos – há quem diga que Marianne rivalizava com Goethe. Mantiveram longa e intensa correspondência, em grande parte cifrada, cuja chave (descoberta apenas décadas depois da morte de Goethe) foi o *Diwan* de Hafez – o livro central desse amor. E a relação de amor se deu pelo intermédio dos livros, de cartas e conversa, e por fim migrou para o *Divã*, eternizada no jogo de máscaras de Hatem e Zuleica do *Livro de Zuleica* – ainda que Goethe jamais tenha podido ou desejado admitir.<sup>5</sup>

E assim Goethe estendeu seu *Divã* em 12 livros de uma poesia que fala de amor, de guerra, da própria poesia, das religiões abraâmicas (islã, judaísmo e cristianismo) e da antiga religião persa do zoroastrismo, que canta a sabedoria popular e mística na forma de provérbios, ditos, parábolas e reflexões. Dessa forma Goethe “prestou contas poéticas” da sua viagem literária ao Oriente, e apresentou assim seu “poeta-irmão” Hafez e o Oriente que tanto admirava e prezava. O Oriente que Goethe traz no *Divã* é marcado por pureza e ingenuidade antigas, devoção religiosa superior, força poética ancestral, simplicidade de pensamento aliada a arrojo artístico; mas caracterizado também por violência, sangrenta

vingança, dominação através da força, exotismo e erotismo que causam deleite, espanto e admiração ao leitor *ocidental*. Retornarei a essa visada adiante.

E assim, quando termina a *parte* de poesia do *Divã* (mas não a *poesia* do *Divã*), deparamos com uma longa seção em prosa, aberta por esta singela quadrinha:

|  |                          |
|--|--------------------------|
| <i>Wer das Dichten will verstehen</i>    | Fosse entender a poesia, |
| <i>Muß in's Land der Dichtung gehen;</i> | Pra sua terra viajaria;  |
| <i>Wer den Dichter will verstehen</i>    | Fosse entender o poeta,  |
| <i>Muß in Dichters Lande gehen.</i>      | Nas suas terras andaria. |

(DKV, p.137)

No centro do livro, entre a parte de poesia e a parte de prosa, reforçando o convite à viagem (para a terra da poesia e do poeta), temos um fractal em tetrametros trocaicos que representa todo o *Divã*.<sup>6</sup> O primeiro dístico reproduz de maneira condensada os doze livros de poesia do *Divã*, onde se encontra a “terra da poesia”. O segundo dístico anuncia as “Notas”, que descrevem o território por onde o poeta transita: seus autores, suas leituras, suas convicções. Se o leitor percorre o trajeto da viagem do *Divã* desde seu início, chega aqui como que numa passagem, num terreno elevado, e esse poema como que o lança a uma altura ainda maior, da qual pode divisar as “terras poéticas” que compreendem a viagem. Para um lado, a “terra da poesia”, para outro, as “terras do poeta”. E a beleza do fractal é essa: um pedaço pequeno da estrutura remonta à estrutura em escala maior, como a espiral de uma concha ou um floco de neve. Sem precisar recomeçar nem folhear o livro, o leitor é convidado a abrir o horizonte, pausar na caminhada e contemplar os meandros poéticos percorridos logo atrás, expandindo assim o fôlego e se preparando para uma nova etapa da viagem. A “quadratura do círculo” do poema – a regularidade do verso alemão acomodando a “fluidez” espiral do Oriente – como que aninha o *Divã* e se aninha em si mesma.

Se virmos os poemas do *Divã* como imagens, “*clics*” (como diria Leminski) criativos do viajante sobre o que experimentou durante sua jornada, as “Notas para uma melhor compreensão”<sup>7</sup> poderiam ser lidas como um verdadeiro diário da viagem, no qual Goethe conta, com sua habitual e poderosa prosa, os caminhos de leitura que percorreu para compor o *Divã*. E a viagem de Goethe pelo Oriente de Hafez, diferentemente do que nos conta na *Viagem à Itália*,<sup>8</sup> foi uma viagem feita exclusivamente pelos livros, pelas leituras, pelas traduções.

E é nessas “Notas” que chegamos a um pequeno capítulo na qual está condensada a reflexão teórica de Goethe sobre tradução, que é muito mais importante do que parece, sobretudo para entender o modo de apropriação praticado no *Divã*. O capítulo “Traduções” traz uma classificação das traduções em três “épocas”, que representariam fases da aproximação/apropriação entre dois estrangeiros, sendo o receptor normalmente mais ativo que o recebido.<sup>9</sup> Cito-as de maneira resumida:

[...] O primeiro [tipo de tradução] nos familiariza com o estrangeiro no nosso próprio sentido, e neste caso uma tradução simples-prosaica é a melhor. [...] Uma segunda época se segue, na qual de fato nos esforçamos nos colocar na condição do estrangeiro, mas na verdade apenas nos apropriamos do sentido estrangeiro e o rerepresentamos segundo nosso sentido caseiro. Tal época gostaria de chamar, no mais puro sentido da palavra, de *parodística*. [...] Como não se pode permanecer nem na perfeição nem na imperfeição por muito tempo, mas uma transformação sempre deve se seguir a outra, assim vivemos o terceiro período, que deve ser considerado o mais elevado e o último, ou seja, aquele no qual se deseja tornar a tradução idêntica ao original, de modo que um não deva existir *em vez* do outro, mas sim *no lugar* do outro. (DKV, p.280-1, grifos meus)

Pois é aqui que o relato de Goethe me parece fornecer a chave para uma releitura dessa viagem. “Releitura” porque o gesto intercultural de Goethe para alcançar o estrangeiro Hafez é tido como um gesto prenhe de desprendimento, boa vontade e compreensão. Muito já se especulou nos estudos do *Divã* que ele seja uma tradução do terceiro tipo, o amálgama cultural em que as fronteiras se borram. A beleza da poesia do *Divã* é incontestável; mas nessa poesia não transparece a poesia de Hafez nem se borram as fronteiras: é a poesia de Goethe que resplandece, em máxima potência. Tanto assim que a representação do Oriente e de Hafez teve por resultado a afirmação de Goethe como grande intermediador “ocidentoriental” para a poesia de Hafez.

Não é que Goethe não tenha descrito o modo segundo o qual retrataria o poeta estrangeiro, ou seja, que utilizaria os moldes da própria poesia alemã, sem investir num projeto radicalizante. Contudo, parece que uma narrativa que se construiu sobre o *Divã* tem prevalecido sobre o que está dito *na própria obra*. Ora, Goethe escreve na “Introdução” às “Notas”:

O autor dos presentes poemas prefere ser visto como um *viajante* que merece o elogio se conseguir assimilar com afincado o modo específico estrangeiro, se conseguir se apropriar dos usos da língua, se souber partilhar modos de pensar e aceitar costumes. Que seja perdoado *caso isso só lhe seja possível até um determinado grau* e caso permaneça claramente estrangeiro devido a um acento próprio e a uma *inflexibilidade indomável* de seus conterrâneos. (DKV, p.138-9, grifos meus)

Goethe pede desculpas prévias pelas suas próprias limitações e por não ser tão radical quanto talvez o leitor esperasse.<sup>10</sup> Além disso, o poeta evoca a “inflexibilidade indomável” de seus conterrâneos, ou seja: seu público não entenderia um projeto de importação revolucionária de uma poesia tão radicalmente outra. Não se trata de mera “desculpa”: um projeto muito mais radical e revolucionário, o de Friedrich Rückert, não teve o mesmo prestígio que o de Goethe, e até hoje o erudito de Schweinfurt permanece à sombra do poeta de Weimar.<sup>11</sup>

Há uma boa dose de cálculo nessa atitude de Goethe, algo que encontramos também em outro momento da história do *Divã*. Em 1817, Goethe havia



enviado alguns poemas a uma revista para testar a reação do público e de seus críticos. O *feedback* que recebeu foi de confusão, por não ter ficado claro se ele apresentou traduções de poesia persa ou se escrevia poemas inspirados por essa temática. Goethe preferiu não resolver essa confusão, e anotaria posteriormente:

A prévia enviada ao [periódico] *Damenkalender* também mais confundiu o público do que o preparou. A ambiguidade, de serem [os poemas] traduções ou imitações inspiradas ou apropriadas, não teve bons resultados para o empreendimento; deixei, contudo, que tudo seguisse o seu curso, já acostumado a ver o público alemão tropeçar até que consiga receber e apreciar [algo novo]. (DKV, p.734)

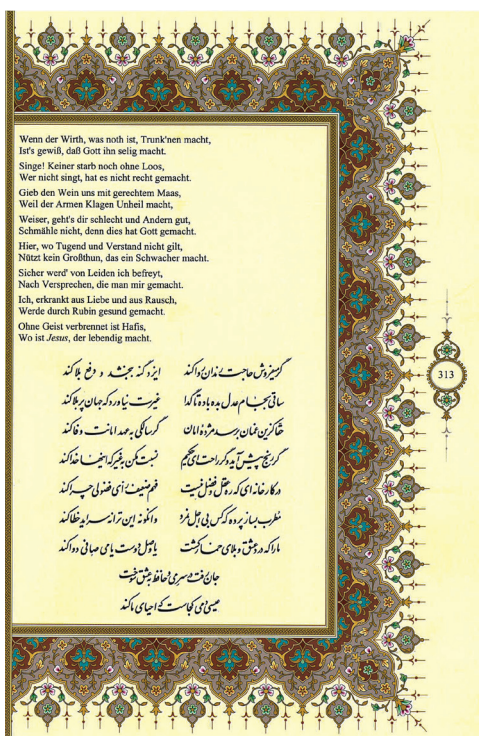
Aqui aparece novamente a suposta “inflexibilidade” do público leitor alemão. Mas para o projeto de Goethe foi importante que não se esclarecesse essa ambiguidade, pois assim ele poderia manter o controle da narrativa sobre o *Divã*. Goethe desejava uma boa recepção ao seu livro: “Não quero que nada obstrua a primeira boa impressão do presente livrinho”, como diz na “Introdução”, e também expressou esse desejo ao seu editor Friedrich Cotta em uma carta: “Esse divã alemão desejo [ver] na forma de um livro de bolso em muitas mãos [...]”.<sup>12</sup>

Talvez Goethe pensasse que um projeto radical ou revolucionário obstruísse a circulação ampla e a recepção amigável do público alemão. Contudo, por ironia do destino o *Divã* foi um fracasso retumbante, como comenta Michael Knaupp (1999, p.527):

Tão popular o Divã se dá por vezes na sua forma, apesar disso não é um livro popular, mas tem algo que o afasta da compreensão imediata. A coexistência de sabedoria de velhice e tolice de amor, a união de louvor aos príncipes e entusiasmo pelo Oriente, a mistura de jogo mundano e ânsia religiosa irritou os contemporâneos de Goethe, e não deve espantar que quase cem anos após a publicação do Divã ainda houvesse exemplares disponíveis para compra na editora.

A grande obra intercultural de Goethe, o livro gerado pela viagem poética transformadora, a tradução “superior” que deveria derrubar fronteiras e ilustrar o diálogo de culturas tão distantes, tornou-se o que o comentador Hendrik Birus chama de “um livro sob sete selos”. Incompreensível mas belo e fluente; estrangeiro, mas não tanto; transformador mas conservador; criado com o destino de ser um livro do povo, mas transformado em iguaria para especialistas. Como lidar com essa “aparição” tão singular na obra de Goethe, e o que é que ela pode dizer a nós sobre o estrangeiro, sobre nós e sobre o estrangeiro em nós?

O papel da crítica é desconstruir, num sentido que Derrida expressou certa vez: “o gesto da desconstrução consiste em *não naturalizar o que não é natural*”,<sup>13</sup> ou seja, colocar tudo em perspectiva e em contexto. Desconstrução não é destruição, desmantelamento, como os críticos dessa vertente dizem. Desconstruir é escancarar as estruturas e superestruturas, não aceitá-las como dadas, naturais, perenes.



*Ilustração para uma edição persa-alemã, impressa na cidade de Shiraz (Irã), do Divã de Hafiz. A tradução alemã do gazel (do árabe ghazal, teia ou trama) estampado ao lado provém do diplomata e orientalista austríaco Joseph von Hammer-Purgstall (1774-1854), que traduziu na íntegra esse ciclo lírico (diwân, em persa: “arquivo, coletânea de escritos”) de Hafiz.*

E se há algo a desconstruir sobre o *Divã* – e, às vésperas de a tradução dele começar a circular, o momento é crucial – é a compreensão da imagem do autor e da leitura que ele faz do Oriente. Essa leitura encerra muitos interesses, para além do diálogo interliterário. Goethe reage à poesia de Hafez segundo seus moldes e interesses próprios, e apesar de as mais das vezes ser um homem à frente de seu tempo, também é um homem *imerso no* seu tempo. Em outras palavras: sua visão não se desvia das lentes orientalistas europeias do século XIX tanto quanto desejamos enxergar.

E a escrita poética de Goethe reflete essa visão, aproximando-se muito do modo “parodístico” das traduções, pois se insere nos moldes que ele já dominava com desenvoltura: os da literatura alemã. É uma poesia que não parece efetivamente contaminar a língua/literatura de chegada, mas que fala do estrangeiro em seus próprios termos. O poeta diz isso explicitamente na “Introdução”:

Antes de qualquer coisa, nosso poeta se permite declarar que *se comprometeu em primeiro lugar, na ética e na estética, com a compreensibilidade*; por isso, empenhou-se em usar *a linguagem mais simples e a métrica mais leve e compreensível de seu dialeto*, e a sugerir só muito vagamente aquilo no que o oriental encontra o seu deleite por meio de artificialidade e afetação. (DKV, p.138-9, grifos meus)

Primar pela “compreensibilidade” e pela “simplicidade” é um gesto domesticador, não de uma experiência radical do estrangeiro. Então, não deveriam causar espanto a beleza e a fluência da poesia do *Divã*, como nas palavras de Heine, que parecem conter um tempero de ironia quando diz que no *Divã* temos versos “tão leves, tão felizes, tão sussurrados, tão etéreos, que nos admiramos de que algo assim seja possível em língua alemã” (Heine, 2002, p.55-6).

O poeta Oskar Loerke (2012, p.366) escreveu que “Hafez emigrou para dentro de Goethe, e Goethe para dentro de Hafez”. É uma afirmação bastante elogiosa e generalizante, cuja primeira parte é de fácil constatação – Hafez é um elemento constante na poesia do *Divã*. Já a segunda demanda uma reflexão mais profunda. Como afirmei no início, toda viagem transforma, inclusive o próprio destino da viagem se transforma. Mas como se apura isso? Como se pode afirmar que Hafez e sua obra tenham sido alterados pela poesia do *Divã*?<sup>14</sup>

A “via de duas mãos” do gesto tradutório se dá de maneira muito concreta pela veiculação do traduzido pelo tradutor e pela vinculação do primeiro ao segundo. O tradutor não promove modificações apenas na língua/cultura de chegada, mas o autor traduzido também se transforma, sendo associado a esse tradutor, que passa a ser visto como mediador nessa relação intercultural.<sup>15</sup> E com o *Divã Ocidente-Oriental* ocorre algo semelhante. Goethe se esforçou para se firmar como mediador entre Hafez e seus leitores ocidentais, mais do que outros autores que propiciaram acesso mais amplo à obra do poeta persa – como Joseph von Hammer ou Friedrich Rückert –, e até hoje essa associação se perpetua. Tanto em textos dedicados à obra de Hafez<sup>16</sup> quanto textos de caráter mais

informativo e genérico (como a *Wikipedia* ou a *Encyclopaedia Iranica*), diz-se que Hafez foi o poeta cantado por Goethe no *Divã*. A dificuldade de acesso à poesia de Hafez, uma aura exótica em torno da sua pessoa e da poesia persa em geral, e a suposta necessidade de estudos necessários para se acessar sua poesia interdita de certa forma o acesso ao poeta persa, e assim o caminho “indireto” oferecido por Goethe se afigura como mais prático ou até mais confortável.

Em uma de suas *Máximas*, Goethe reflete sobre a relação entre observador e objeto: “Na observação da natureza, no maior como no menor, me faço incessantemente a pergunta: é o objeto ou é você que aqui se exprime?” (Goethe, 1981, p.314).<sup>17</sup> Ao observar o Oriente, tanto em escala micro quanto macro, o que é que se exprime no *Divã*: é o Oriente ou é o próprio observador?

O Oriente que Goethe nos apresentou não diferia muito do que circulava na Europa do século XIX. Edward Said já nos contou do Orientalismo europeu, que criou uma ideia de “Oriente” para veicular o domínio da Europa sobre essa vasta e variada região do planeta. Said critica o “Orientalismo de biblioteca” de Goethe (e de outros autores) pelo fato de prescindir do conhecimento direto e de se fiar apenas no que se encontrava nos livros – relatos de viagens, estudos, traduções.<sup>18</sup> A imagem do oriental que se construiu é cheia de pureza e ingenuidade, de devoção religiosa e ao mesmo tempo ânsia de vingança, de beleza poética na linguagem e nas ações cotidianas e ao mesmo tempo sensualidade e exotismo.

Na afirmação mais conhecida sobre literatura mundial (que, na verdade, conhecemos de segunda mão através do livro de Eckermann), Goethe diz o seguinte: “Literatura nacional não quer dizer muita coisa agora, a época da literatura mundial está chegando, e todos devem trabalhar para acelerar a sua chegada” (Eckermann, 2002, p.237-8, tradução minha). Dentro desse conceito, Goethe parecia enxergar que uma obra tinha que circular, e para isso precisava ser traduzida.<sup>19</sup> A tradução de que a literatura mundial se serve é aquela que faz de fato com que as obras circulem, sejam lidas e compreendidas e, o que é muito importante, que sejam *vendidas*. Ou seja, é a tradução que aproxima a obra do leitor, reescrevendo elementos da literatura estrangeira com os recursos da língua/literatura de chegada. De fato na tradução permanecem elementos estrangeiros, mas me parece existir um limite do que é aceito enquanto estrangeiro. O *Divã* parece ter tentado transgredir esse limite ao emular (ou fingir) uma presença marcante do estrangeiro dentro da poesia alemã.

Há aqueles que consideram o *Divã Ocidentto-Oriental* como a obra *par excellence* da literatura mundial, com uma sua visada de tolerância e integração (poderíamos dizer antropofagia?) para com o poeta oriental para trazê-lo para dentro da literatura alemã e ocidental. De fato, se considerarmos que legibilidade e fluidez são características de uma obra que circula no mundo, o *Divã* cumpre esse requisito, como atesta o comentário de Heinrich Heine e como podemos constatar na leitura da poesia. Contudo, isso parece não ter sido su-

ficiente para que o *Divã* se tornasse de fato um veículo para a poesia persa no Ocidente, pois permanece até hoje numa posição relativamente obscura dentro da obra do poeta. O exotismo espanta, apesar da fluidez; a largueza da prosa desanima, apesar de conter elucidação e muita honestidade para com o leitor, principalmente para entendermos as fontes e o modo de trabalho do poeta; o diálogo almejado com Hafez parece se perder num eco da própria voz de Goethe, dentro da ambiguidade entre tradução e produção própria que parece mais confundir do que atrair à leitura.

Não seria o gesto tradutório um gesto fundamental e indispensável para a concretização da literatura mundial? De fato, são muitos os entendimentos sobre o que seja literatura mundial. Muito já se especulou sobre o que exatamente Goethe quis dizer na sua célebre frase. Não almejo entrar nessa discussão, nem discutir seus pormenores e implicações para a compreensão do mercado livreiro ou da literatura comparada. Mas algo tenho como certo: não existe literatura mundial sem a tradução. Qualquer obra que almeje circular entre um grupo grande de leitores não pode permanecer intraduzida, imersa dentro da sua literatura e de sua língua.

Talvez Goethe tenha tentado, com o *Divã*, dar um passo com uma perna grande demais; ou, dito de outra forma, tentado uma experiência que talvez o público leitor de então não estivesse pronto para receber – estaria o público leitor de hoje mais “pronto” para essa experiência? O *Divã* – mesmo com um inevitável olhar “orientalista” da época e do autor, mesmo com uma realização prática muito mais domesticadora do que estrangeirizante – parece ter proposto uma forma de tradução para além dos métodos e das comparações, para além da monetização do livro e da literatura, para além da postura tradutória simplificadora e domesticadora que faz com que um livro circule no mercado literário. Uma forma de tradução profunda, que mexe com convicções pessoais – ainda que dentro de limites – e instaura um diálogo literário que, talvez, seja mais radical que o intercâmbio linguístico e textual possa dar a perceber na superfície.

Goethe não apresenta Hafez no *Divã*. Goethe é Hafez. Assumiu o lugar de Hafez com uma poesia ocidental que remete a uma poesia oriental. Não é Hafez que fala na poesia do *Divã*, como talvez falasse numa tradução em sentido mais estrito, mas é uma *ideia* de Hafez que está presente nessa poesia. Como um “estrangeiro transplantado”, Hafez é idealizado, e o grande idealizador aqui é Goethe. Talvez neste aspecto Goethe tenha conseguido atingir o terceiro tipo de tradução, no qual “um não deve existir *em vez* do outro, mas sim *no lugar* do outro”. Tomando o lugar de Hafez, Goethe parece ter criado um espaço para que Hafez circulasse para fora das culturas em que é conhecido (persa, turca, árabe), e mesmo com todas as reservas que devemos ter com relação a apropriação cultural, o legado do *Divã* aponta para o que Goethe vislumbrava em uma de suas “Máximas e reflexões”: “A tolerância deve na verdade ser apenas uma disposição transitória: ela deve conduzir ao reconhecimento. Tolerar é ofender”.<sup>20</sup>

Pois então, que possamos passar da tolerância à aceitação, ao reconhecimento. E, ainda mais nesse momento histórico, não é possível pensar na própria ideia de estrangeiro, da aceitação da estranheza e do reconhecimento do “outro” sem voltar os olhos para o que ocorre em nosso país. Pois um povo que não se apercebe de si mesmo não consegue valorizar a riqueza sob seus pés e sobre sua cabeça. Não reconhece o nativo como irmão, como parente, como antepassado. Não sabe senão olhar para si e para o resto do mundo com as lentes do colonizador, permeado pela ideia irrealizável entranhada em sua autoimagem, em sua autoestima. Não se dirige ao reconhecimento [*Anerkennung*], o objetivo final da tolerância – essa atitude revestida de verniz tão brilhante que mascara uma relação de desigualdade e de condescendência.

O estrangeiro dentro de nós é mais nativo que o nosso nativo. Temos “europeus transplantados” dentro de nós, uma ideia fundada em melancolia e desprezo pelos nativos e pobres brasileiros que não permitem que reconheçamos nossa condição de latino-americanos. Até quando iremos tolerar esse estrangeiro transplantado? Quando reconheceremos quem somos de fato? Nativos de uma nação, deitada no berço esplêndido da discriminação e da separação, cuja força real é a união na diferença, é aceitação de que o que é forte é vário, mesclado, puro na miscigenação de tantas forças individuais.

Concluo esta reflexão com uma provocação sobre a formação da identidade nacional brasileira e o quanto de verdade que pode haver no que diz Amleto Ferreira (ou dizemos nós?) no grande tratado sociológico-literário em que João Ubaldo Ribeiro grita *Viva o povo brasileiro*:

Mas, vejamos bem, que será aquilo que chamamos de povo? Seguramente não é essa massa rude, de iletrados, enfermiços, encarquilhados, impaludados, mestiços e negros. A isso não se pode chamar um povo, não era isso o que mostraríamos a um estrangeiro como exemplo do nosso povo. *O nosso povo é um de nós, ou seja, um como os próprios europeus*. As classes trabalhadoras não podem passar disso, não serão jamais povo. Povo é raça, é cultura, é civilização, é afirmação, é nacionalidade, não é o rebotallo dessa mesma nacionalidade. Mesmo depuradas, como prevejo, as classes trabalhadoras não serão jamais o povo brasileiro, eis que esse povo será representado pela classe dirigente, única que verdadeiramente faz jus a foros de civilização e cultura nos moldes superiores europeus – *pois quem somos nós senão europeus transplantados?* Não podemos perder isto de vista, deixando-nos cair no erro abismal de explorar nossas riquezas e nossa virtual grandeza para entregá-las a esse tal povo, que, em primeiro lugar, não saberia como gerir tão portentosa herança, logo a aviltaria, como sabe, aliás, quem quer já tenha tentado dar conforto e regalias a escravos e servos, pois não atinam com o que fazer desse conforto e dessas regalias. (Ribeiro, 2011, cap.8, grifos meus)

## Notas

- 1 Essa tradução, a ser publicada em 2019 pela Estação Liberdade, terá como título *Divã Ocidentto-Oriental*. Minhas razões para essa tradução do título podem ser encontradas na minha tese de doutorado (Martineschen, 2016). Enquanto a edição não vem a lume, faço referência à edição da Deutscher Klassiker Verlag do *Divã* (Goethe, 2010) com a sigla DKV seguida da indicação de página.
- 2 Cf. Martineschen (2014; 2016). Se me contraponho aqui a algumas ideias que formulei nesses trabalhos, é porque o tempo permitiu uma contemplação mais imparcial e distanciada. Além disso, a crise de identidade nacional que vivemos desnudou, pelo menos para mim, muitos rancores e ideais que formam a nossa ideia de nação brasileira – o que me levou a repensar meu panegírico ao *Divã*.
- 3 Khwāja Šamsu d-Dīn Muḥammad Hāfez-e Šīrāzī foi um poeta, teólogo e místico persa, nascido (provavelmente) por volta de 1320 e falecido em 1389 em Xiraz, no sudoeste do atual Irã. Escreveu uma poesia de amor, contestação política, de enfrentamento do rigor religioso do Islã, numa mistura do cotidiano com a mística e com o amor mundano e transcendental. Seu *Diwan* é sua obra mais conhecida, com centenas de gazéis (“divã” é a palavra do persa para “coletânea”, e representa a reunião de todos os poemas de um autor). Ler mais em <<http://www.iranicaonline.org/articles/hafez>>.
- 4 Citado em DKV (p.726).
- 5 Pelo menos três poemas do *Divã* são de autoria confirmada de Marianne von Willemer (como atesta o germanista Herman Grimm (1869)): *Bendita teu amor me faz* (*Hochbeglückt in deiner Liebe*), *O que é o movimento?* (*Was bedeutet die Bewegung?*) e *Ah, das tuas úmidas alas* (*Ach, um deine feuchten Schwingen*), os dois últimos conhecidos respectivamente como *Canção do vento Leste* e *Canção do vento Oeste*. Curiosamente, esses são os poemas do *Divã* que mais foram musicados como *Kunstlieder* – justamente os que não são de sua autoria.
- 6 O fractal é uma estrutura matemática recursiva e autossimilar que descreve uma estrutura que se repete tanto num nível microscópico quanto macroscópico. A espiral da concha do caracol, o floco de neve, a folha da samambaia, cardumes de peixes e bandos de aves (que parecem versões grandes dos pequenos animais), um brócoli com suas flores, a espiral do girassol.
- 7 O Oriente do *Divã* é o Oriente Médio, compreendendo sobretudo a região do atual Irã, Iraque e a Península Arábica, bem como a região dominada pelo Império Otomano.
- 8 Mirella Guidotti (2012) escreve sobre a construção da estética (visual) goetheana a partir da experiência da viagem que empreendeu à Itália em 1786-1788, como um esforço de fugir de teorias, livros, preconceções para formar sua compreensão através da *aisthesis*, da apreensão pelos sentidos. É interessante notar aqui que, como aponta Guidotti, a *Viagem à Itália* foi escrita entre 1816-1817, na mesma época em que Goethe escrevia o *Divã* e estava passando justamente por um período de tristeza, desinteresse e introspecção, devido em parte à dolorosa morte de sua esposa Christiane. Guidotti menciona que na mesma época Goethe se envolve com sua autobiografia e com o segundo romance de *Wilhelm Meister*; mas passa-lhe despercebida a viagem literária de Goethe ao Oriente, imerso em leituras variadas, em vários idiomas, uma viagem feita *exclusivamente* nos livros. Talvez essa viagem pelos livros tenha exercido efeito sobre o mencionado “ímpeto estetizante” na retrospectiva de sua vida produtiva.

va, gerando-se assim uma imagem do Goethe adulto que talvez o mostre mais maduro e autoconsciente do que realmente foi.

- 9 Remeto o leitor ao capítulo correspondente do *Divã*, seja na minha tradução ou na tradução de Rosvitha Friesen Blume em Heidermann (2010, p.28-35). Para uma discussão mais longa sobre a tipologia de tradução de Goethe, remeto o leitor à tese de Antonella Nicoletti (2012) e à minha tese (Martineschen, 2016), incluindo muitos dos trabalhos que cito lá, como os de João Azenha Jr. (2003; 2006).
- 10 O que é falso, pois “radical” não é um adjetivo que se aplique a esse autor. A irrupção, a revolução, a transformação brusca não lhe causam apreço – como não lhe causou apreço a Revolução de 1789.
- 11 O jornalista Christoph Meyer (2016) é bastante enfático quando escreve: “Esqueçam Goethe, leiam Rückert”.
- 12 Citado em Knaupp (1999, p.564-5).
- 13 Trecho do documentário *Derrida* (Derrida, 2002).
- 14 A resposta ao *Divã* a partir da poesia de língua persa demorou pouco mais de um século, com o *Payam-e-Mashriq (Mensagem do Oriente)* publicado em 1923 pelo poeta nacional do Paquistão Muhammad Iqbal.
- 15 É claro que não esquecemos aqui as barbaridades anonimadoras e apropriadoras do trabalho de tradutores, como os inúmeros casos já denunciados por Denise Bottmann em seu blog “Não gosto de plágio”. Penso aqui num caso ideal (que, porém, ocorre na realidade) de o tradutor ter sua atividade de mediação reconhecida e prestigiada dentro da interação interliteraturas.
- 16 Como, dentre tantos outros exemplos, o prefácio de J. C. Bürgel à coletânea *Gedichte aus dem Diwan* de Hafez (1972).
- 17 Tiro a citação dessa máxima do texto de Mirella Guidotti (2012).
- 18 Said atenuaria sua crítica ao orientalismo “de biblioteca” de Goethe, entendendo que o poeta alemão tinha sim sua boa intenção em se voltar ao Oriente e à divulgação da poesia de povos “marginais” (não-centro-europeus). A orquestra internacional *West-östlicher Divan*, fundada por Said em conjunto com o maestro Daniel Barenboim, é expressão dessa atenuação, e se dedica a promover, através da música erudita, o diálogo entre povos, com músicos palestinos e israelenses em suas fileiras.
- 19 Sobre a fúria de tudo traduzir, vide o catálogo da exposição *Weltliteratur. Die Lust am Übersetzen im Jahrhundert Goethes* [*Literatura mundial. O prazer de traduzir no século de Goethe*] do Museu Schiller em Marbach (Tgahrt, 1982).
- 20 *Toleranz sollte eigentlich nur eine vorübergehende Gesinnung sein: Sie muss zur Anerkennung führen. Dulden heißt beleidigen.*

## Referências

- AZENHA JUNIOR, J. Tradução é movimento: uma leitura do Romantismo alemão. , n.14, jan./jun. 2003, p.31-56.
- \_\_\_\_\_. Goethe e a tradução: a construção da identidade na dinâmica da diferença. , n.9, p.44-59, 2006.



- ECKERMAN, J. P. . Mit 48 Abbildungen. Herausgegeben von Otto Schönberger. Stuttgart: Reclam, 2002 [1828].
- FELSNER, K.; HELBIG, H.; MANZ, T. . Berlin: Akademie Verlag, 2012.
- GOETHE, J. W. von. *Goethes Werke in zwölf Bänden*. Berlin; Weimar: Aufbau-Verlag, 1981.
- \_\_\_\_\_. *West-östlicher Divan*. Studienausgabe. Herausgegeben von Michael Knaupp. Stuttgart: Reclam, 1999.
- \_\_\_\_\_. *West-östlicher Divan*. Org. Hendrik Birus. Berlin: Deutscher Klassiker Verlag, 2010. 2v. (DKV)
- \_\_\_\_\_. *West-östlicher Divan*. Herausgegeben und erläutert von Hans-J. Weitz. Mit Essays zum ‘Divan’ von Hugo von Hofmannsthal, Oskar Loerke und Karl Krolow. Berlin: Insel Verlag, 2012.
- GRIMM, H. Goethe und Suleika. Zur Erinnerung an Marianne von Willemer. In: *Preussische Jahrbücher*. Org. H. v. Treitsche e W. Wehrenpfennig. Berlin: Georg Reimer, 1869. v.24.
- GUIDOTTI, M. A construção do olhar: a *Viagem à Itália*, de Goethe. *Pandaemonium*, São Paulo, v.15, n.19, p.122-36, jul. 2012.
- HAFEZ, M. S.. *Gedichte aus dem Divan*. Sel. e org. Johann Christoph Bürgel. Stuttgart: Philipp Reclam, 1972.
- HEIDERMAN, W. *Clássicos da teoria da tradução*. 2.ed. rev. ampl. Florianópolis: UFSC/Núcleo de Pesquisas em Literatura e Tradução, 2010. v.1: Alemão-Português.
- HEINE, H. *Die romantische Schule*. Kritische Ausgabe. Herausgegeben von Helga Weidmann. Stuttgart: Reclam, 2002 [1836].
- KNAUPP, M. „Zu dieser Ausgabe“. In: GOETHE, J. W. *West-östlicher Divan*. Stuttgart: Reclam, 1999. p.525-35.
- LOERKE, O. Der Goethe des „West-östlichen Divans“. In: GOETHE, J. W. v. *West-östlicher Divan*. Herausgegeben und erläutert von Hans-J. Weitz. Mit Essays zum ‘Divan’ von Hugo von Hofmannsthal, Oskar Loerke und Karl Krolow. Berlin: Insel Verlag, 2012. [1925], p.364-78.
- MARTINESCHEN, D. Traduzindo o *Divan* de Goethe: um encontro com a *Weltliteratur*. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, fase VIII, n.79, ano III, p.15-26, abril-maio-junho 2014a.
- \_\_\_\_\_. *O lugar da tradução no West-östlicher Divan de Goethe*. Curitiba, 2016. 315p. Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.
- MEYER, C. Vergesst Goethe, lest Rückert. *Süddeutsche Zeitung*, Munique, 31 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://www.sueddeutsche.de/kultur/-todesstag-von-friedrich-rueckert-vergesst-goethe-lest-rueckert-1.2842772>>. Acesso em: 2 fev. 2019.
- NICOLETTI, A. *Übersetzung als Auslegung in Goethes West-östlichem Divan im Kontext frühromantischer Übersetzungstheorie und Hermeneutik*. Tübingen, Basileia: A. Francke, 2002.

REINHARDT, H. *Dem Fremden freundlich zugetan*. Interkulturelle Bezüge in Goethes literarischem Werk. Nordhausen: Bautz, 2012.

RIBEIRO, J. U. *Viva o povo brasileiro*. [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

TGAHRT, R. *Weltliteratur: Die Lust am Übersetzen im Jahrhundert Goethes*. Eine Ausstellung des Deutschen Literaturarchivs im Schiller-Nationalmuseum. Marbach am Neckar: Deutsche Schillergesellschaft, 1982.

WAGENKNECHT, C. *Deutsche Metrik: eine historische Einführung*. C. H. Beck, 2007.

*RESUMO* – O presente ensaio fala sobre o *Divã Ocidentto-Oriental* de Goethe e o contempla pelo prisma da relação com uma literatura/cultura estrangeira. São discutidos aspectos relativos a gênese, autoria, recepção e tradução dessa/nessa obra, num mesmo movimento em que teço uma crítica à forma com que Goethe se apropria de uma imagem do poeta persa Hafez e reflito sobre a realização da tipologia tradutória proposta no *Divã*. Por fim, o leitor é convidado a refletir a respeito da identidade nacional brasileira a partir do que chamo aqui de “estrangeiro transplantado”.

*PALAVRAS-CHAVE*: Goethe, *Divã Ocidentto-Oriental*, Tradução, Identidade, Brasil.

*ABSTRACT* – This essay discusses Goethe’s *West-eastern Divan* and examines it through the prism of its relationship with a foreign literature/culture. I discuss aspects of the genesis, authorship, reception and translation of/in this book, and in the same movement I criticize Goethe’s appropriation of an image of the Persian poet Hafiz and reflect upon the actual translation typology proposed in *Divan*. Lastly, the reader is invited to think about the Brazilian national identity from the viewpoint of what I call here a “transplanted foreigner”.

*KEYWORDS*: Goethe, *West-eastern Divan*, Translation, Identity, Brazil.

*Daniel Martineschen* é bacharel e doutor em Literatura e Tradução pela Universidade Federal do Paraná. Traduziu e comentou o *Divã Ocidentto-Oriental*, de Goethe (Estação Liberdade, 2019). Possui graduação e mestrado em Ciência da Computação. Atualmente dedica-se à tradução profissional, técnica, juramentada e literária.

@ – martineschen@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-2909-1861>

<sup>1</sup> Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR. Brasil.

Recebido em 27.2.2019 e aceito em 9.5.2019.

# Poesia

## A glorificação do sensível<sup>1</sup>

JOÃO BARRENTO<sup>1</sup>

OS PRIMEIROS poemas conhecidos de Goethe são duas estâncias em alexandrinos com que saúda os avós no Ano Novo de 1757. Versos necessariamente convencionais, de métrica correta, mas ainda nenhuma chama, nos quais o pequeno poeta de sete anos, já iniciado nos usos da retórica, se desculpa humildemente pelo amadorismo poético (“[...]Versos que talvez nenhum conhecedor goste de ler”), mas promete dar continuidade a este primeiro ensaio de estreante e melhorar os frutos da sua pena:

*Dies sind die Erstlinge, die Sie anheut empfangen,  
Die Feder wird hinfort mehr Fertigkeit erlangen.*

(“Versos de estreia são, que hoje ides receber, / A pena, de futuro, mais hábil há-de ser”. Goethe, 1985, edição de Munique, v.1, t.1, p.75-6)

A promessa haveria de cumprir-se: a pena – e o lápis, já que muitas vezes os poemas eram escritos, na ocasião e no suporte mais acessível, com esse utensílio mais efêmero, menos definitivo – seria na mão de Goethe instrumento da mais volumosa e proteica produção lírica do seu tempo e de toda a literatura alemã. Um tempo de escrita lírica que se estenderia por 75 anos, atravessando e acompanhando, ou mesmo conduzindo, todas as tendências literárias do século XVIII, do rococó aos prenúncios do romantismo, e do século seguinte, com o qual partilharia o gosto do maravilhoso e do ominoso na balada e não menos – já desde as invectivas escritas de colaboração com Schiller em 1796, as “Xênias” – as suas formas próprias de poesia de intervenção.

Aos sentimentos nacionalistas exacerbados depois das guerras de libertação contra Napoleão e à estreiteza dos interesses meramente domésticos iria Goethe, no entanto, contrapor ainda nas duas últimas décadas de vida uma sabedoria de raiz órfica e a visão universal e simbólica de uma *Weltliteratur* (Literatura Universal) e do interesse exótico pela poesia do Oriente, no *Divã Ocidental-Oriental*.

Desse alcance universal da literatura, por vezes mesmo da mais localmente enraizada, parece falar, por sua vez, a primeira estrofe daquele que será provavelmente o último poema do clássico de Weimar, aquelas duas quadras com que, em 28 de agosto de 1831 (o dia do seu octogésimo segundo aniversário), agradece “Aos 15 amigos ingleses” (entre eles Carlyle, Walter Scott e Wordsworth) o sinete que lhe enviaram, com a figura da serpente Ouroboros e a inscrição *Ohne Hast, ohne Rast* (Sem pressas, sem descanso), proveniente de uma das suas

“Xênias Mansas”. A primeira quadra diz:

As palavras do poeta,  
Na pátria, fiéis, radicam;  
Dão fruto, mas não sabe ele  
Se à distância frutificam.

O amplo arco da obra lírica de Goethe, que o Ouroboros bem poderia simbolizar (na verdade, a poesia da velhice testemunha um regresso à simplicidade e ingenuidade da lírica de juventude), começa e acaba, assim, por coincidência, mas talvez não por acaso, com versos que comemoram, e rememoram, ocasiões festivas. Eles são, no mais genuíno sentido do termo, que a Goethe se aplica melhor que a ninguém, poesia vivencial, de ocasião (*Erlebnis, Gelegenheitslyrik*). Foi sempre assim, desde as primeiras poesias com uma base vivencial mais autêntica, os ciclos “A Anette” em Leipzig, ou a Friederike Brion em Sesenheim (as chamadas *Sesenheimer Lieder*). Em 1823, no ano da última grande paixão e desilusão, em Marienbad, de onde havia de resultar a grande “Elegia” conhecida por esse nome, lê-se nas *Conversações* com Eckermann (18 de setembro de 1823):

O mundo é tão grande e tão rico, e a vida tão diversificada, que nunca faltarão motivos à poesia. Mas terão de ser sempre poemas de ocasião, ou seja, a motivação e o assunto terão de vir da realidade. O caso particular torna-se universal e poético através do tratamento que dele fizer o poeta. Todos os meus poemas são poemas de ocasião, foram suscitados pela realidade e é nela que assentam. Não dou valor à poesia de mera invenção (aus der Luft gegriffen).<sup>2</sup>

A ocasião – a deusa *Occasio* da quarta Elegia Romana, o *kairós* grego, sob cujo signo nasce praticamente toda essa poesia – é sempre, de algum modo, um momento de festa, um ritual, que noutras mãos, ou nas palavras de outros poetas, estariam condenados a não ultrapassar o nível de trivialidades rimadas (como é o caso, obviamente, do poema Ano Novo de 1757). Em Goethe, porém, há um sentido permanente da festa – e uma festa permanente dos sentidos – que se comunica à própria linguagem, que nele nunca é, como será já nalguns românticos e em muita da tradição moderna, objeto de suspeição, motivo de angústia, instrumento sentido como insuficiente para a expressão poética. Pelo contrário, no mais insignificante fenômeno há um apelo à expressão, e a linguagem, particularmente na poesia, é para Goethe um meio informado de uma força “pneumática” e festiva, de um brilho e de uma energia que nunca são postos em causa – a não ser quando a palavra se torna mero conceito, esqueleto sem vida na boca de pedantes e de naturezas medianas como o Wagner do *Fausto*:

Esses vossos discursos tão brilhantes,  
Adereços ociosos de iludir os mortais,  
São ventos áridos e rumorejantes  
Soprando em secas florestas outonais.<sup>3</sup>

O discurso lírico de Goethe, que tende essencialmente a consumir na palavra uma epifania da ideia a partir do fenômeno, está todo ele animado dessa latência e dessa energia da linguagem que, dada ou não “por Deus” (como se lê no *Tasso* ou na “Elegia”), transforma o mais pequeno poema numa festa em que a palavra recupera a força onomatúrgica original, e nela se fundem os mais simples eventos e *Urphänomene* (fenômenos primordiais) com o sentido transcendente, simbólico, e o mistério ontológico que deles emana. Esse enorme *corpus* poético, que atravessa um século dominado em grande parte pelo poema didático (iluminista), filosófico (classicista) ou transcendental (romântico), nunca cultivou verdadeiramente nenhum desses gêneros. Por outras palavras: apesar de se alimentar frequentemente, para além do evento vivido, de fontes não experienciais e de domínios “não poéticos” (científicos), a poesia de Goethe, tantas vezes gnômica (e gnóstica), sobretudo na maturidade e na velhice, nunca recorre à abstração, nunca é um programa filosófico, ético ou estético posto em forma poética, como acontece com a poesia filosófica (*Gedankenlyrik*) de Schiller; o seu registo é sempre, ou descritivo, ou imagético (“A poesia aponta os segredos da Natureza e procura resolvê-los através da imagem”: *Máximas e Reflexões*, n.904, p.227), ou “simbólico”, no sentido que esse último termo assume em Goethe: “A verdadeira simbólica é aquela em que o particular representa o geral, não como sonho ou como sombra, mas como revelação viva e instantânea daquilo que se não submete à investigação” (ibidem, n.752, p.189).

Mesmo assim, Goethe só muito raramente será um poeta cuja obra apela para o sentido estético da modernidade ou da nossa pós-modernidade. Transformado pela burguesia do século XIX, não tanto em mentor de ideários liberais (como aconteceu com Schiller), mas antes em figura de proa de um ideal de conduta e de um espírito “germânico” na época imperialista (muito a contrapelo dos valores que realmente informam a sua obra), os textos de Goethe, que, particularmente como poeta lírico, é largamente desconhecido do seu tempo, seriam facilmente instrumentalizados como grande repositório de máximas de vida e de divisas prontas a ser usadas, mas está-lhes vedado o papel de fontes inspiradoras da poesia moderna. As paródias e as rejeições (ou então o silenciamento) serão mais que os tributos, e encontramos-las, entre outros, em autores da vanguarda expressionista como Herwarth Walden, Carl Sternheim e Carl Einstein, ou também, apesar de uma maior afinidade, em Karl Kraus e Bertolt Brecht, que parodiam o mais célebre poema de Goethe e talvez de toda a literatura alemã, *Über allen Gipfeln...* (“No alto destes montes...”),<sup>4</sup> respectivamente na *Hauspostille* (Sermonário Doméstico) e na peça *Die letzten Tage der Menschheit* (Os Últimos Dias da Humanidade), II Ato, cena 13.

O divórcio dos modernos dá-se, por um lado, porque – como o próprio Goethe reconhece – o seu método é mais analítico que sintético ou “ordenador” (*gestaltend*), quando muito analógico. Herwarth Walden, editor da revista de vanguarda *Der Sturm*, escreve, num ensaio em que desconstrói o mito da mais

pura essência do lírico pretensamente presente em *Über allen Gipfeln*: “Nunca uma obra de arte nasceu da capacidade de conhecimento analítico. Por meio da análise só é possível conhecer uma obra de arte. Goethe foi sem dúvida um bom espírito analítico. Por isso as suas ideias sobre a arte, a literatura e o teatro se encontram ainda hoje com a nossa concepção absoluta da arte. Mas conhecer a arte não é criar arte” (*Kritik der vor-expressionistischen Dichtung* / Crítica da poesia pré-expressionista, in: *Der Sturm*, v.11/1920, n.7/8, p.99).

Depois, a poesia de Goethe, há que reconhecê-lo, situa-se ainda mais no plano de um enunciado de verdades mais ou menos apodíticas do que do trabalho de configuração da linguagem; ou, se quisermos, os seus poemas são mais descrições, mediatizadas pela sua “personalidade”, de experiências pessoais – eróticas, estéticas, sociais, científicas, religiosas – do que elaboração rítmico-sugestiva de material linguístico (Goethe não era, obviamente, um formalista). Mas aquilo que porventura coloca uma poesia como a sua num espaço anterior ao de toda a nossa modernidade é a sua relação não problemática, não tensa, nunca trágica, com a linguagem. Esta ou é instrumento fiável de ordenação do mundo, ou o lugar harmonioso de uma expressão do mais puro lirismo confessional.

Há, no entanto, na poesia de Goethe algo que contrabalança esse “conservadorismo” estético, aliás sempre aberto à modificação e ao ajustamento da linguagem e das formas poéticas tradicionais às necessidades de expressão pessoal. Esse outro lado, muito mais acentuado nele do que nos contemporâneos (clássicos ou românticos, excluindo talvez o Hölderlin tardio) e que, por outros caminhos, afinal o volta a aproximar dos padrões poéticos do nosso tempo, despoja a sua obra lírica de convenções, de brilhos retóricos, do fogo-de-artifício de figuras e tropos de escola, que subverte ou pura e simplesmente ignora – mas também não recusa completamente (é preciso não esquecer que Goethe escreve ainda naquele espaço do fogo cruzado entre as poéticas da convenção e as estéticas da originalidade). Ele não é ainda o poeta para quem a *nobility* da expressão poética (o termo é de Wallace Stevens) constitui aquele elemento conspícuo que nisto verão os poetas modernos. A sua situação é a do poeta que deixou para trás a “nobreza sem vida” da pura convenção retórica, mas não abdica do sentido de elevação inerente ao ato e à linguagem da poesia. Por vezes, Goethe é já aquele “poeta sensível, consciente das negações” de que fala ainda Wallace Stevens, para o qual “nada é mais difícil do que as afirmações de nobreza, e apesar disso ele nada exige mais insistentemente de si próprio, uma vez que é nelas, e só nelas, que pode encontrar o sancionamento e a razão de ser da sua existência e daquele êxtase ocasional, ou daquela liberdade extática da mente, que constituem o seu privilégio especial” (“The Noble Rider and the Sound of Words”, in *The Necessary Angel*).

Essa marca mais moderna e, de acordo com os padrões da época, não tão “nobre”, na poesia de Goethe, corresponde àquilo que se poderia designar, com Wilhelm von Humboldt, de substrato prosaico da sua lírica. Em carta enviada

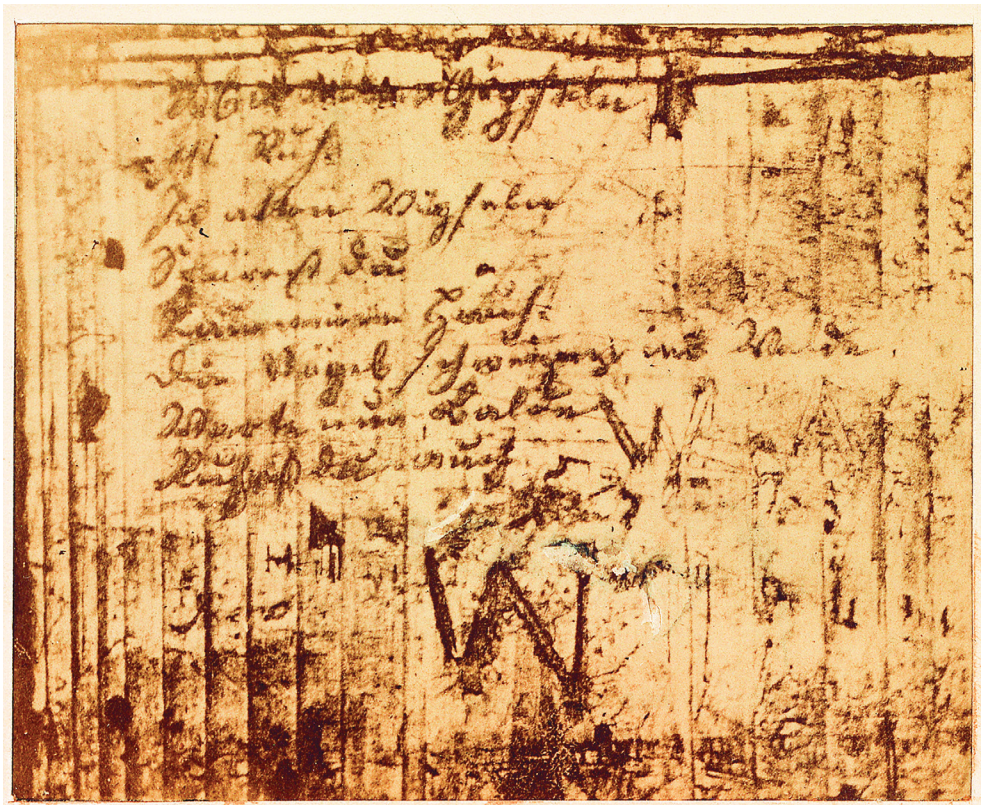


Foto Reprodução

*Este é provavelmente o mais famoso poema da literatura alemã. Goethe o escreveu a lápis na parede de uma cabana no cume do monte Kickelhalm (floresta da Turíngia), onde pernoitou de 6 para 7 de setembro de 1780. A foto foi feita poucas semanas antes da cabana pegar fogo, em 1870.*

de Paris a Christian Gottfried Körner, em 21 de dezembro de 1797, Humboldt constata que não raramente falta a Goethe “o brilho da dicção, a riqueza das imagens”, e que isso é substituído pela “expressão prosaica” e pelo caráter “baço” de certas passagens isoladas (cf. Edição de Munique, v.III.1, p.762).

Com uma intenção algo provocatória, e tendo em vista as grandes traduções em prosa de Shakespeare por Wieland, Goethe faz também, em *Poesia e Verdade* (Terceira Parte, Livro XI), uma apologia da prosa como resíduo fundamental, a quintessência do sentido, das grandes obras poéticas: “Venero o ritmo e a rima, através dos quais a poesia se torna verdadeiramente poesia, mas aquilo que tem uma eficácia autêntica, profunda e substancial, aquilo que realmente forma e incita os espíritos, é o que resta do poeta quando é traduzido em prosa”.<sup>5</sup>

Um outro momento moderno da poesia de Goethe, que integra em parte esse lado “prosaico” (leia-se: depurado e reduzido a uma essência comunicativa de grande simplicidade e transparência), é o que corresponde, na fase tardia e em particular já no *Divã Ocidental-Oriental*, à tomada de consciência de si pela própria poesia, isto é, à emergência frequente de formas de metapoesia. No

ciclo, único na literatura da época, mas completamente ignorado, do *Divã* de inspiração persa, essa faceta do “Goethe velho” manifesta-se em dois aspectos absolutamente originais e que iriam ter continuidade na literatura moderna: a integração, num todo complementar e indismembrável, do discurso lírico e do ensaístico (através da inclusão, nessa coletânea, das *Noten und Abhandlungen zum besseren Verständnis des West-östlichen Divans* / Notas e estudos para melhor compreensão do Divã Ocidental-Oriental), as “duas árvores da sabedoria” – poética e científica – do Goethe da fase tardia, uma união feliz, muito no espírito do autor, de “poesia profunda e alegre ciência” (Hans Mayer, 1973, *Goethe. Ein Versuch über den Erfolg* / Um ensaio sobre o êxito, p.83); e o jogo ficcional da despersonalização e das máscaras (que aqui não tem nada a ver com o tradicional recurso ao pseudônimo, nem com a mera projeção autobiográfica nos textos), muito antes dos grandes poetas da impessoalidade e das *personae*, Browning, Yeats ou Pessoa.

A grande heterodoxia do *Divã* – para além do fato de contrapor, antes mesmo da sua formulação teórica por Goethe, a *Weltliteratur* à ideologia nacionalista – é a do próprio modelo de Hafis, o poeta-sábio céptico e herege, adepto e praticante de uma mística profana e de um hedonismo anarquizante, mas, sobretudo, assumido por Goethe, para lá dessas afinidades, como um (atualíssimo) outro de si. Essa fragmentação do Eu torna-se ainda mais evidente na diversidade de formas desse ciclo em que Goethe (como sempre parece acontecer na Europa quando as formas poéticas entram em crise) recorre ao Oriente como fonte inspiradora e renovadora.

Com uma obra lírica tão proteica e tão vasta, e escrevendo no período histórico em que escreve, é natural que Goethe ocupe, na história da poesia europeia, um lugar que é simultaneamente clímax e viragem. Nele convergem todas as tradições, formas e atitudes da poesia e das poéticas europeias, e nele estão já presentes, como se referiu, alguns dos traços que marcarão a modernidade pós-romântica. Mas o impulso mais presente nessa poesia parece ser ainda o que vem da tradição humanista do Renascimento, em que a preocupação maior é a de sintonizar, num espaço de harmonia, as percepções secretas do sujeito poético com as pulsações do mundo exterior. É dessa tradição, em confronto aberto com a geração romântica, que Goethe se reclama quando, lembrando expressamente a Eckermann “a grande época dos séculos XV e XVI”, e contrastando-a com “a doença que grassa nesta nossa época, a subjetividade”, conclui que o poeta deve “apreender o seu objeto de forma adequada”: “Enquanto ele se limitar a formular os seus, poucos, sentimentos subjetivos, não se lhe pode ainda dar esse nome; mas logo que ele seja capaz de se apropriar do mundo e de lhe dar expressão, então será um poeta” (conversa com Eckermann, 29 de janeiro de 1826).

No baluarte seguro da linguagem, o poeta é o mestre da “suprema ficção” pela qual a linguagem e o espetáculo do mundo se fundem sem esforço no poema, que assim se torna “parte da própria *res*, e não um discurso sobre



ela” (Wallace Stevens). Goethe não é um poeta inovador, mas consegue renovar quase sempre todas as formas de que se serve – e são muitas, se não todas as disponíveis –, porque faz delas o uso livre, não convencional, que as imposições do gênio tornam inevitável. À medida que vai evoluindo, num processo coerente de lento crescimento poético sem paralelo nos contemporâneos, com fases bem distintas, mas mantendo um estilo único, Goethe apropria-se de toda uma diversidade de formas que “vêm ao seu encontro” (Erich Trunz), para as usar de forma original: a canção popular e a balada, os hinos e os novos ritmos livres criados por Klopstock, as formas antigas do dístico elegíaco ou epigramático, do hexâmetro e do pentâmetro, a oitava rima e o soneto italianos, o *Knittelvers* (estrofe popular de Hans Sachs) e o madrigal, o gazel de origem árabe, que dá o tom lírico a alguns livros do *Divã*.

Nesse campo aberto e diversificado, a crítica e a filologia têm alguma dificuldade em destrinçar as flores mais belas da verdura corrente e de eventuais “ervas ruins”, que as há, obviamente (que estatuto poético atribuir, por exemplo, às muitas centenas de “Xênias mansas” escritas por Goethe nos últimos anos de vida?; ou a tanta poesia celebratória, de encomenda ou obrigação, mas onde o gênio tantas vezes introduz momentos de grandeza poética?).

O princípio que informa a obra de poesia de Goethe é, porém, o de uma disseminação do lírico, de uma total e indiscriminada interpenetração de formas, motivos, temas, estilos, que permite encontrar momentos poeticamente altos onde menos se espera. Lírica, isto é, atenta ao fenômeno, sensível e intuitiva, é também a estratégia dominante, ou mesmo única, de toda esta obra: trata-se sempre de, num único nexo, dar expressão a algo de superior através dos fenômenos concretos. O processo poético de Goethe é um verdadeiro “rito de passagem”: dirige-se ao objeto numa “ocasião” precisa para, através dele, chegar a outro nível. Por isso os temas e motivos da poesia de Goethe se repetem à exaustão, e são redutíveis a três: a Natureza vista, observada, vivida; o mundo da interioridade, o “conhecimento do coração” (isso faz que no centro dessa poesia se encontrem sempre o amor e o erotismo, de Leipzig e Estrasburgo a Roma e a Marienbad); e as “últimas coisas”, a “ordem superior”, que, aliás, não têm autonomia, porque a elas se chega sempre através dos dois primeiros temas. “Para Goethe”, escreve um dos seus tradutores ingleses, Christopher Middleton, “a poesia e a sua gnose derivam de uma clara apreensão das relações formais entre os movimentos na dança da sua imaginação por entre objetos dos sentidos [...] Nela acontece a glorificação do sensível” (Introdução a *Selected Poems*, 1983, p.xxiii).

## Notas

1 Este ensaio foi publicado originalmente no volume *Goethe. O eterno amador* (Lisboa, Bertrand Editora, 2018, p.169-79). Agradecemos a João Barrento tê-lo disponibilizado (assim como os poemas que o acompanham) para este dossiê.

- 2 Na tradução brasileira de Mario Luiz Frungillo (*Conversações com Goethe nos últimos anos de sua vida 1823 – 1832*, Editora Unesp, 2016, p.56): “O mundo é tão grande e rico, e a vida tão variada, que nunca lhe faltarão motivos para um poema. Mas devem ser sempre poemas de circunstância, ou seja, a realidade deve fornecer-lhe a motivação e a matéria. Um caso particular se torna universal e poético justamente por ser tratado pelo *poeta*. Todos os meus poemas são poemas de circunstância, foram inspirados pela realidade e nela têm seu solo e seu fundamento. Não dou valor a poemas apanhados no ar”. (N. d. E.)
- 3 Versos 554-557, citados na tradução do próprio autor: *Fausto*. Lisboa, Relógio D’Água Editores, 1999. (N. d. E.)
- 4 Ver a tradução desta “segunda” canção noturna do viandante (assim como da “primeira”) na antologia da lírica goethiana que acompanha este ensaio. (N. d. E.)
- 5 Na tradução brasileira de Maurício Mendonça Cardozo (*Da minha vida. Poesia e verdade*, Editora Unesp, 2017, p.590): “Venero o ritmo e a rima como os elementos a partir dos quais a poesia se faz poesia, mas o que impacta mais profunda e determinantemente, o que mais verdadeiramente forma e fomenta é aquilo que sobra do poeta quando ele é traduzido em prosa”. (N. d. E.)

## Referências

- GOETHE, J. W. v. *Maximen und Reflexionen*. Texto da edição de 1907 com explicações e introdução de Max Hecker. Frankfurt a. M.: Hanser, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Sämtliche Werke nach Epochen seines Schaffens* [Obras completas, segundo as épocas de sua vida literária]. Org. Karl Richter et al. 21v. 28t. Munique, 1985 ss.
- \_\_\_\_\_. *Poesia*. Trad. de João Barrento. Lisboa: Círculo de leitores, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Máximas e reflexões*. Trad. de José Miranda Justo. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 2000.
- MAYER, H. *Goethe. Ein Versuch über den Erfolg* [Goethe. Um ensaio sobre o êxito]. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1973.
- MIDDLETON, C. *Selected Poems*. Boston: Insel, 1983
- STEVENS, W. *The Necessary Angel: Essays on Reality and the Imagination*. New York; Toronto: Random House, 1951.
- TRUNZ, E. Goethes späte Lyrik (1949). In: MAYER, H. (Org.) *Goethe im zwanzigsten Jahrhundert*. Frankfurt a. M.: Insel, 1990. p.483-509.

*RESUMO* – Este ensaio busca ressaltar algumas características da extensa obra lírica de Johann Wolfgang von Goethe, desde os versos de “ocasião” com que saúda os avós maternos no Ano Novo de 1757, até pouco antes de sua morte em março de 1832. Distinguindo-se por profícua interpenetração de estilos, formas, motivos e também de várias tradições da lírica europeia, a obra poética de Goethe – dotada de extraordinária força onomatúrgica e inclinada a consumir na palavra uma epifania da ideia a partir do fenômeno – apresenta-nos, em alguns momentos mais “prosaicos”, uma faceta surpreendentemente moderna. Essa “modernidade” pode ser apontada também no ciclo, inspirado no poeta persa Hafiz e publicado pela primeira vez em 1819, *Divã Ocidental-*

*Oriental*, que promove a integração num todo uno e coeso da expressão lírica (os gazéis e demais poemas) e do discurso ensaístico (nas “Notas e estudos para melhor compreensão do *Divã Ocidental-Oriental*”). Nesse ciclo manifesta-se ainda um jogo ficcional de despersonalização e mascaramento que reverbera mais tarde em grandes poetas da impessoalidade e das *personae*, como Robert Browning, W. B. Yeats ou F. Pessoa.

*PALAVRAS-CHAVE:* Lírica de Goethe, Símbolo do Ouroboros, Versos de ocasião ou circunstância, *Divã Ocidental-Oriental*, Poesia do sensível

*ABSTRACT* – This essay seeks to highlight some features of Johann Wolfgang von Goethe’s extensive lyric work, from the “occasion” verses with which he greets his maternal grandparents in the New Year of 1757 until shortly before his death in March 1832. Distinguished by a prolific interpenetration of styles, forms, motifs and also of various traditions of European lyricism, Goethe’s poetic work – endowed with extraordinary onomatopoeic strength and inclined to consummate in the word an epiphany of the idea from the phenomenon – presents to us, in some more “prosaic” moments, a surprisingly modern facet. This “modernity” can also be pointed out in the *West-eastern Divan* cycle, inspired by the Persian poet Hafiz and first published in 1819, which integrates lyrical expression (the ghazals and other poems) and essayistic discourse (in “Notes and Studies for a Better Understanding of the *West-Eastern Divan*”) into the whole and cohesive unity. This cycle also manifests a fictional game of depersonalization and masking, which later reverberates in the great poets of impersonality and personae, such as Robert Browning, W.B. Yeats, and Fernando Pessoa.

*KEYWORDS:* Lyricism of Goethe, Symbol of the Ouroboros, Verses of occasion or circumstance, *West-Eastern Divan*, Poetry of sentience.

*João Barrento* estudou Filologia Germânica na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tendo assumido posteriormente, entre outros postos, o de leitor de português na Universidade de Hamburgo e de professor de alemão e literatura alemã na Faculdade de Letras de Lisboa. Aposentou-se como professor de Germanística e Literatura Comparada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É também ensaísta, crítico literário, cronista e traduziu para o português, entre inúmeros outros autores, Goethe, Robert Musil, Paul Celan, Walter Benjamin e Thomas Bernhard. @ – jobarrento@mail.telepac.pt / <https://orcid.org/0000-0003-0137-4330>

<sup>1</sup> Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Recebido em 27.5.2019 e aceito em 18.6.2019.

O rei de Tule

Houve outrora em Tule um rei  
Até à morte constante.  
Uma taça de ouro de lei  
Lhe deu, ao morrer, a amante.

Nada tinha de melhor,  
Nos banquetes lhe servia,  
Toldava-se-lhe o olhar  
De cada vez que bebia.

E quando a hora chegou  
Contou seus reinos, e então  
Aos herdeiros tudo legou,  
Só a taça de ouro não.

Senta-se à mesa real,  
Dos seus barões rodeado,  
No alto paço ancestral  
Junto ao mar edificado.

Ergueu-se o rei e bebeu  
Último trago de vida.  
E a sagrada taça deu  
De herança à maré profunda.

Viu-a cair, mergulhou  
No mar até se perder;  
O olhar se lhe nublou,  
Nunca mais pôde beber.

(De: *Fausto I*)

*Der König in Thule*

*Es war ein König in Thule,  
Gar treu bis an das Grab,  
Dem sterbend seine Buhle  
Einen goldnen Becher gab.*

*Es ging ihm nichts darüber,  
Er leert' ihn jeden Schmaus;  
Die Augen gingen ihm über,  
So oft er trank daraus.*

*Und als er kam zu sterben,  
Zählt' er seine Städt' im Reich,  
Gönnt' alles seinen Erben,  
Den Becher nicht zugleich.*

*Er saß bei'm Königsmahle,  
Die Ritter um ihn her,  
Auf hohem Vätersaale,  
Dort auf dem Schloß am Meer.*

*Dort stand der alte Zecher,  
Trank letzte Lebensglut,  
Und warf den heil'gen Becher  
Hinunter in die Flut.*

*Er sah ihn stürzen, trinken  
Und sinken tief ins Meer,  
Die Augen täten ihm sinken,  
Trank nie einen Tropfen mehr.*

## Canção do viandante na noite

Tu, que tens no céu assento,  
E acalmas tormento e dor,  
E a quem tem mais sofrimento  
Trazes alívio a dobrar,  
Ah, que cansaço me faz  
A vida! Dor, gozo, a eito!  
Doce paz,  
Desce, ah, desce a este meu peito!

## Outra igual

No alto destes montes  
É a paz,  
Em todas estas frondes  
Nem dás  
Pela leve aragem;  
Não se ouve já no bosque uma avezinha.  
Espera, que se avizinha  
A tua paz também.

*Wandrer's Nachtlid*

*Der du von dem Himmel bist,  
Alles Leid und Schmerzen stillest,  
Den, der doppelt elend ist,  
Doppelt mit Erquickung füllest,  
Ach, ich bin des Treibens müde!  
Was soll all der Schmerz und Lust?  
Süßer Friede,  
Komm, ach komm in meine Brust!*

*Ein gleiches*

*Über allen Gipfeln  
Ist Ruh',  
In allen Wipfeln  
Spürest Du  
Kaum einen Hauch;  
Die Vögelein schweigen im Walde.  
Warte nur! balde  
Ruhest du auch.*

V

Agora sinto-me alegre, inspirado em solo clássico,  
O mundo de ontem e o de hoje falam-me com maior clareza e encanto.  
Aqui sigo o conselho dado, e folheio as obras dos antigos  
Com mão diligente, dia a dia com renovado prazer.  
Mas, noites fora, dá-me Amor outra ocupação;  
Se a meio fica o saber, dobrado é o meu gozo.  
E não me instruo eu quando sobre as formas suaves dos seios  
Pouso o olhar, e pelas ancas vou passeando a mão?  
Então entendo plenamente o mármore: penso e comparo,  
Vejo com olhos de sentir, sinto com mãos de olhar.  
Se a amada me rouba algumas horas do dia,  
Para me compensar me oferece outras de noite –  
Que nem a toda a hora nos beijamos, também sensatos conversamos;  
Se o sono a vence, fico eu deitado com mil pensamentos.  
Muitas vezes fiz poemas nos seus braços  
E lhe contei nas costas, pianíssimo, com mão dedilhante,  
A medida do hexâmetro. Ela respira em doce sono,  
E o seu hálito incendia o mais fundo do meu peito.  
Entretanto, Amor vai aticando a candeia e pensando nos tempos  
Em que aos seus triúnviros prestava igual serviço.



*Froh empfind' ich mich nun auf klassischem Boden begeistert,  
Vor- und Mitwelt spricht lauter und reizender mir.  
Ich befolg' den Rat, durchblättre die Werke der Alten  
Mit geschäftiger Hand, täglich mit neuem Genuß.  
Aber die Nächte hindurch hält Amor mich anders beschäftigt;  
Werd' ich auch halb nur gelehrt, bin ich doch doppelt beglückt.  
Und belehr' ich mich nicht, wenn ich des lieblichen Busens  
Formen spähe, die Hand leite die Hüften hinab.  
Dann versteh' ich den Marmor erst recht: ich denk' und vergleiche,  
Sehe mit fühlendem Aug', fühle mit sehender Hand.  
Raubt die Liebste denn gleich mir einige Stunden des Tages;  
Gibt sie Stunden der Nacht mir zur Entschädigung hin.  
Wird doch nicht immer geküßt, es wird vernünftig gesprochen,  
Überfüllt sie der Schlaf, lieg' ich und denke mir viel.  
Oftmals hab' ich auch schon in ihren Armen gedichtet  
Und des Hexameters Maß leise mit fingernder Hand,  
Ihr auf den Rücken gezählt. Sie atmet in lieblichem Schlummer  
Und es durchglüheth ihr Hauch mir bis ins Tiefste die Brust.  
Amor schüret die Lamp' indes und denket der Zeiten,  
Da er den nämlichen Dienst seinen Triumvirn getan.*

Natura e arte...

Natura e Arte parecem não se dar,  
E sem darmos por isso se encontraram;  
Também as dúvidas em mim se dissiparam,  
E ambas recebem de mim igual favor.

Esforço honesto é o que conta, com certeza!  
E se, nas muitas horas que contamos,  
De corpo e alma à Arte nos damos,  
Ao coração, livre, volta a Natureza.

E assim é com toda a formação:  
O espírito sem regra bem anseia  
À perfeição chegar: é veleidade.

Toda a grandeza exige contenção;  
Sabe aceitar limites a mestria,  
E só a lei nos dá a liberdade.

*Natur und Kunst...*

*Natur und Kunst, sie scheinen sich zu fliehen  
Und haben sich, eh' man es denkt, gefunden;  
Der Widerwille ist auch mir verschwunden,  
Und beide scheinen gleich mich anzuziehen.*

*Es gilt wohl nur ein redliches Bemühen!  
Und wenn wir erst in abgemessnen Stunden  
Mit Geist und Fleiß uns an die Kunst gebunden,  
Mag frei Natur im Herzen wieder glühen.*

*So ist's mit aller Bildung auch beschaffen:  
Vergebens werden ungebundne Geister  
Nach der Vollendung reiner Höhe streben.*

*Wer Großes will, muß sich zusammenraffen;  
In der Beschränkung zeigt sich erst der Meister,  
Und das Gesetz nur kann uns Freiheit geben.*

## Ginkgo Biloba

Esta folha, que o Oriente  
Ao meu jardim confiou,  
Dá a provar o secreto  
Saber que o sábio formou.

É *um* ser vivo que em si  
Mesmo em dois se dividiu?  
Ou são dois que se elegeram  
E o mundo neles *um* viu?

Dessas perguntas que fazes  
Sentido certo te dou:  
Não sentes nos cantos meus  
Como eu uno e duplo sou?

(De: *Divã Ocidental-Oriental*. Livro de Zuleica)

*Gingo Biloba*

*Dieses Baums Blatt, der von Osten  
Meinem Garten anvertraut,  
Gibt geheimen Sinn zu kosten,  
Wie's den Wissenden erbaut,*

*Ist es Ein lebendig Wesen,  
Das sich in sich selbst getrennt?  
Sind es zwei, die sich erlesen,  
Daß man sie als Eines kennt?*

*Solche Frage zu erwidern,  
Fand ich wohl den rechten Sinn,  
Fühlst du nicht an meinen Liedern,  
Daß ich Eins und doppelt bin?*

*( Westöstlicher Diwan. Buch Suleika)*

À meia-noite

À meia-noite ia eu, contra gosto,  
Pequeno, moço, junto ao cemitério  
Para casa do pai, o padre; posto  
O olhar nas estrelas belas de mistério;  
À meia-noite.

Quando mais tarde, pela vida fora,  
O amor chamava e eu ia, tinha de ir,  
Cobriam-me, em luta, os astros e a aurora,  
Feliz à ida, ébrio de gozo ao vir;  
À meia-noite.

Até que por fim a luz da lua cheia  
Clara e distinta me revela o obscuro,  
E o pensar, vivo e dócil, se encandeia  
Ao mesmo tempo em passado e futuro;  
À meia-noite.

Xênias mansas

De ideários e idealismos  
Que levo, quando me for?  
Nunca fui escravo de Ismos,  
Fui sempre o eterno amador.

*Um Mitternacht*

*Um Mitternacht ging ich, nicht eben gerne,  
Klein, kleiner Knabe, jenen Kirchhof hin  
Zu Vaters Haus, des Pfarrers; Stern am Sterne  
Sie leuchteten doch alle gar zu schön;  
Um Mitternacht.*

*Wenn ich dann ferner in des Lebens Weite  
Zur Liebsten mußte, mußte, weil sie zog,  
Gestirn und Nordschein über mir im Streite,  
Ich gehend, kommend Seligkeiten sog;  
Um Mitternacht.*

*Bis dann zuletzt des vollen Mondes Helle  
So klar und deutlich mir ins Finstre drang,  
Auch der Gedanke willig, sinnig, schnelle  
Sich ums Vergangne wie ums Künftige schlang;  
Um Mitternacht.*

*Zahme Xenien*

*“Was willst du daß von deiner Gesinnung  
Man dir nach ins Ewige sende?”  
Er gehörte zu keiner Innung,  
Blieb Liebhaber bis an’s Ende.*

Todos os poemas em:

GOETHE, J. W. *Poesia*. Trad. e edição de João Barrento. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. (Obras Escolhidas, v.8)





# A ciência de Goethe: Em busca da imagem do vivente

MAGALI MOURA<sup>1</sup>

## Os escritos científicos de Goethe<sup>1</sup>

*Que seja minha única felicidade, tocar-te, Natureza!*<sup>2</sup>

**A**S VARIADAS e numerosas atividades exercidas ao longo dos mais de oitenta anos de vida do poeta, romancista e dramaturgo, autor de *Fausto*, *Werther* e *Wilhelm Meister*, é fato quase desconhecido pelo público leitor brasileiro de modo geral e algo raramente destacado em ensaios que acompanham os livros editados por aqui.<sup>3</sup>

Para além de suas atividades literárias, Goethe enveredou por diversos caminhos. Ao longo de sua permanência no ducado de Weimar e Eisenach, foi designado pelo grão-duque Karl August para integrar o conselho privado da corte e, ao longo do tempo, alcançou a mais alta posição no serviço público, tornando-se ministro de Estado em 1815. Foi responsável pelo gerenciamento do trabalho em diversas comissões, o que hoje em dia corresponderia a pastas de governo, assumindo de forma intermitente a direção da comissão de reativação das minas de prata e cobre da região de Ilmenau, assim como das comissões de guerra, de estradas, de construções, de parques e jardins, de calçamento de ruas, de saneamento, de finanças, de supervisão da escola livre de desenho, bem como se tornou responsável pela contratação de professores e pela construção do jardim botânico da Universidade de Jena,<sup>4</sup> além de, por vários anos, ser o diretor de teatro de Weimar e da biblioteca da corte.<sup>5</sup> Como implicação direta dessas múltiplas atividades profissionais e não só burocráticas, Goethe se envolve com distintos campos do saber, angariando diversas experiências que serão determinantes para o fomento de seu interesse pelo conhecimento, além de estabelecer contato direto com pesquisadores, filósofos e cientistas das mais diversas áreas. Testemunhos dessa diversidade nos fornecem seus despachos e escritos de caráter científico-filosófico, além da narrativa do desenvolvimento de suas atividades e ideias, fixadas em diários e na vasta correspondência com diversas personalidades do campo da ciência na época. Entretanto, como testemunha melancolicamente o próprio Goethe, essa atividade permaneceu, de certa forma, à sombra de seus textos literários:

Há muito mais de meio século, as pessoas me conhecem, em meu país natal e também no estrangeiro, como poeta e assim me têm apenas como tal; que eu tenha com constante afincio e com grande atenção me dedicado à natureza em seus fenômenos físicos e orgânicos de uma forma geral e

que de forma tranquila me esforcei por fazer com seriedade observações de modo contínuo e apaixonado, isso não é tão levado em conta e muito menos ainda com a devida atenção. (Goethe. “História dos meus estudos botânicos”. HA, v.13, p.167)

Uma das mais notáveis características de Goethe era o especial apreço pela experiência, tanto no campo do fazer literário como no do científico e burocrático. Era a partir dela, da observação direta e imediata de objetos e fenômenos, que desenvolvia suas teorias acerca das plantas, dos animais, das cores, abarcando áreas do conhecimento que, em sua maioria, ainda não se haviam estabelecidas como disciplinas autônomas na época como botânica, biologia, morfologia, zoologia, osteologia, física, química, meteorologia, mineralogia, geologia, anatomia, antropologia, arqueologia, psicologia, filosofia, arquitetura, música, além, claro, de seu notório interesse pela arte e pela crítica literária. O volume dos objetos colecionados por Goethe também nos ajuda a dimensionar a amplitude de seus interesses: só o inventário dos livros de sua biblioteca particular chegou à contabilização de 5.424 títulos, distribuídos em cerca de seis mil volumes. Começou a colecionar objetos tão logo teve início seu interesse por temas de caráter científico, em torno de 1770, com sua colaboração com Lavater,<sup>6</sup> a pedido deste, para participar de estudos fisionômicos. Goethe reuniu desenhos de perfis de determinadas personalidades da época e de amigos, confeccionados a partir da projeção da sombra do semblante, perfazendo um total de mais de 1.200 silhuetas. Também colecionou manuscritos de várias pessoas para, através da grafia delas, traçar determinadas características de suas personalidades em busca de um maior entendimento do ser humano a partir de características físicas ou palpáveis. Assim diz Goethe em uma carta a Friedrich Heinrich Jacobi<sup>7</sup> (10 maio 1812):

As folhas que recebi me são de um valor inestimável; pois a contemplação por meio dos sentidos é completamente imprescindível para mim, assim excelentes pessoas se tornam presentes para mim de uma maneira mágica através de suas grafias. Tais documentos de suas existências são para mim, além de algo tão caro, como um retrato, pelo menos um desejável substituto ou equivalente deles mesmos.<sup>8</sup>

A portentosa e variada coleção particular de arte de Goethe reunia obras de Rembrandt, Rubens, Veronese, Tintoretto, Bernini, Watteau, Cranach e Altdorfer, além de desenhos de Tischbein, Oeser, Chodowiecki, Schinkel e Cornelius que alcançam a soma de 26.500 objetos, incluindo gravuras, entalhes, esculturas de distintos tamanhos, desde as mais pequenas a colossais exemplares, que ornamentavam sua casa. A coleção de objetos de cunho natural-científico foi iniciada em 1780 e foi sendo renovada e aumentada até o ano de sua morte em 1832, compondo um arsenal de 23 mil peças. Tinha catalogado em seu escritório 17.800 exemplares de minerais, tipos de granitos, fósseis de animais e plantas; 200 exemplares de folhas; 200 frutos e sementes, além de exemplares de tipos de madeiras; diversos crânios e esqueletos de pequenos animais (sobre-

tudo pássaros). Dessa coleção faziam parte objetos de interesse arqueológicos de variadas épocas – da Pré-história, da Antiguidade, do tempo dos romanos e germanos e da Idade Média. Havia objetos usados para fazer fogo, machados, vasos, colares, pulseiras, fivelas de cabelo etc.: “Através de sua visão sobre os achados, Goethe estava no ápice do conhecimento de sua época” (Wolfgang Timpel, in Jeßing; Lutz. Wild, 2004, p.376). Esses objetos, em conjunto com as relações que Goethe estabeleceu com distintos artistas e cientistas e além das experiências colhidas em diversas viagens, se acham relacionados de forma direta com seus escritos tanto acerca da arte como aqueles que intencionam expor seus pensamentos sobre ciência.

Em relação aos textos de cunho científico, Goethe publicou em vida o *Estudo sobre a metamorfose das plantas* (1790); *Contribuições sobre óptica* (1791-1792); *Doutrina das cores* (1810; 2 volumes). Além desses, também divulgou em duas séries de cadernos, intituladas *Sobre morfologia* e *sobre ciência da natureza em geral*, seus textos mais importantes sobre ciência natural entre os anos 1817 e 1824, assim como alguns estudos escritos décadas antes e várias poesias inspiradas em seus pensamentos sobre a natureza.<sup>9</sup> Outros textos foram publicados postumamente logo após sua morte como complemento à última edição revista pelo autor de suas obras completas (*Ausgabe letzter Hand*), editados por seus secretários Johann-Peter Eckermann e Friedrich Wilhelm Riemer (volumes 50 a 60), entre os anos 1832 e 1842.<sup>10</sup>

Nos anos seguintes, mais duas edições completas da obra de Goethe foram editadas,<sup>11</sup> até que com a morte do último herdeiro, seu neto Walther Goethe, os direitos autorais foram transferidos para o ducado de Weimar, cuja regência estava a cargo da grã-duquesa Sophie von Sachsen, sob cujo incentivo e financiamento se iniciou a primeira edição completa das obras de Goethe, levando em conta os manuscritos originais do autor e a última edição revista por ele.<sup>12</sup> Para tanto foram convidados dezenas de especialistas para se responsabilizarem pela organização da empreitada, formando-se ao longo dos anos diversas equipes de trabalho. Entre os anos 1887 e 1919, vieram a lume os 143 volumes divididos em quatro seções: literatura, ciências naturais, diários e cartas,<sup>13</sup> compondo a chamada *Edição de Sofia* (*Sophien-Ausgabe*) ou *Edição de Weimar* (*Weimarer Ausgabe*),<sup>14</sup> que se tornou a edição mais ampla das obras de Goethe, permanecendo durante muitas décadas como a mais abalizada referência em pesquisas, devido ao empenho filológico na transcrição dos manuscritos.<sup>15</sup> Entretanto, conforme aponta Dieter Borchmeyer (1989), o pretense esmero editorial durante os 32 anos de execução sofreu ingerências de vários tipos, inclusive a proibição da publicação de textos de Goethe de seus *Diários* (*Tagebücher*) de acentuado caráter erótico, sendo algumas vezes “amenizados” com sobrescritos e rasuras pelas damas da corte da grã-duquesa.

A edição dos textos de cunho natural-científico seguiu carreira solo sob os auspícios da Academia Alemã Leopoldina dos Cientistas Naturais (Deutsche

Akademie der Naturforscher Leopoldina), hoje Academia Nacional das Ciências (Nationale Akademie der Wissenschaften). Fundada em 1652 e situada nos dias de hoje na cidade de Halle, é a mais antiga academia de ciências do mundo por sua duração ininterrupta e dela também Goethe tomou parte, eleito membro em 1818 sob o nome secreto de Arion IV. Nesta época era presidente da academia Christian G. D. Nees von Esenbeck (1776-1858) que manteve com Goethe entre os anos de 1807 e 1830 uma ativa correspondência.<sup>16</sup> Esenbeck em conjunto com Philipp von Martius concederam a designação *Goethea*<sup>17</sup> a uma planta originária da mata atlântica, coletada por Martius em Ilhéus durante viagem científica entre os anos 1815 e 1817, empreendida pelo príncipe Maximilian Wied-Neuwied.<sup>18</sup> Assim comunica o botânico a Goethe em carta de 1821 a homenagem:

Ousei dar esse nome querido, que vive em tantos corações, a um gênero de planta porque faz muito bem ao botânico poder dirigir-se simbolicamente aos corifeus e fomentadores de sua ciência em meio a plantas viçosas e vê-los como que verdejantes e florescentes diante de si. Que Vossa Excelência não considere essa malvácea inteiramente indigna de vosso nome! Ela representa um gênero seguro, muito bem fundamentado, de plantas sul-americanas, talvez principalmente brasileiras e num futuro próximo deverá ganhar ainda significativa expansão em novas espécies. (Esenbeck, apud Mazzari, 2010)<sup>19</sup>

Os dois presidentes subsequentes da Academia, Dietrich G. Kieser e Carl August Carus, também demonstraram interesse pela obra científica do poeta. Kieser era desde 1812 professor de medicina em Jena e frequentemente visitava Goethe. Com Carus, médico e pintor, manteve correspondência, versando sobre temas científicos e artísticos.

O início do trabalho de edição dos textos de Goethe pela Academia Leopoldina remonta aos anos 1930. O primeiro volume da série foi publicado em 1947 e tem como previsão de publicação do 28º volume abril de 2019, o que finaliza a portentosa iniciativa. Essa edição se destaca pelo esforço intelectual que se estendeu por mais de sete décadas e teve como ideia central a realização de uma nova edição com viés histórico-crítico acrescida de comentários, destinada não apenas a cientistas, mas ao público em geral interessado na obra de Goethe. Foi gestada inicialmente pelo químico e físico Karl Lothar Wolf (1901-1960) com o apoio de Leiva Petersen (1912-2002), representante da editora Hermann Böhlau Nachfolger de Weimar. A eles se somaram o botânico Wilhelm Troll (1897-1978) e o biólogo, químico e geólogo, Günther Schmid (1888-1949), responsáveis pelos primeiros volumes da coleção que, após os anos 1950, passaram a contar com a editoria de Rupprecht Mathaei (fisiólogo; 1895-1976), Dorothea Kuhn (química; 1923-2015), Wolf von Engelhardt (geólogo; 1910-2008) e Irmgard Müller (médica e farmacêutica; 1938).<sup>20</sup> Como resultado desse longo trabalho passa-se a ter à disposição a primeira edição na qual são reunidos, em sua totalidade, os textos de temática científica de Goethe,<sup>21</sup> que perfazem

um total de 16.783 páginas, sendo 4.125 de lavra de Goethe, acrescidos de 450 ilustrações, firmando-se como um contraponto à *Edição de Weimar*, claramente associada ao positivismo reinante no início do século XX.<sup>22</sup> Os milhares de páginas escritas por Goethe, dispostas em ordem histórica, proporcionam ao pesquisador uma fonte segura de consulta e levam o leitor ávido de conhecer o pensamento goetheano acerca dos mistérios da natureza a observar sua gênese e desenvolvimento. De forma resumida, apresentaremos a seguir a jornada de Goethe em busca de revelar o que se escondia sob o véu de Ísis.

### **Goethe e os estudos da natureza: forma, imagem e formação**

Sob mil formas podes te esconder.

Entretanto, muitíssimo amada, logo te reconheço;

Podes cobrir-te com véus mágicos,

Onipresente, logo te reconheço.

(Goethe, “Divã Oriental-Occidental”, HA 2, p.88)

*In tausend Formen magst du dich verstecken,*

*Doch, Allerliebste, gleich erkenn’ ich dich;*

*Du magst mit Zauberschleiern dich bedecken,*

*Allgegenwärt’ge, gleich erkenn’ ich dich.*

Antes de seguirmos adiante na exposição de alguns conceitos basilares da ciência goetheana, cumpre esclarecer o que se intencionou ao aludir no final do capítulo anterior à imagem metafórica do “véu de Ísis”. Essa menção se relaciona diretamente com a gravura que ilustra a dedicatória feita por Alexander von Humboldt a Goethe em seu livro, *Ideias para uma geografia das plantas* (*Ideen zu einer Geographie der Pflanzen*). Editado em 1807, ali estavam expostos os pensamentos que Humboldt teceu a respeito da vegetação, da geografia e sobre os povos da América Central e do Sul durante a longa viagem que empreendeu entre os anos 1799 e 1804. A gravura talhada em cobre a partir de um desenho do escultor dinamarquês Bertel Thorvaldsen (1770-1844), nos apresenta uma alegoria recorrente na época. A imagem, encoberta por um véu, reúne em uma única representação duas figuras míticas, a deusa egípcia Ísis e a deusa grega Ártemis, associadas ao mundo desconhecido da natureza. O gesto de remover o véu da deusa indica a apropriação desses conhecimentos, revelando-se assim a natureza para aquele que o retira. Entretanto, a gravura nos diz muito mais do que simplesmente aludir ao empenho cientificista da época. Ela nos informa a respeito dos conceitos que nortearam Humboldt em suas observações e sua estreita ligação com o pensamento de Goethe acerca da natureza. A reunião dos mitos de Ísis-Ártemis (natureza) com o de Apolo (arte) portando sua lira e o gesto de retirar o véu com a menção direta ao livro de Goethe, *Metamorfose das plantas*, que está no chão entre eles, remete à reunião conceitual entre natureza e arte.

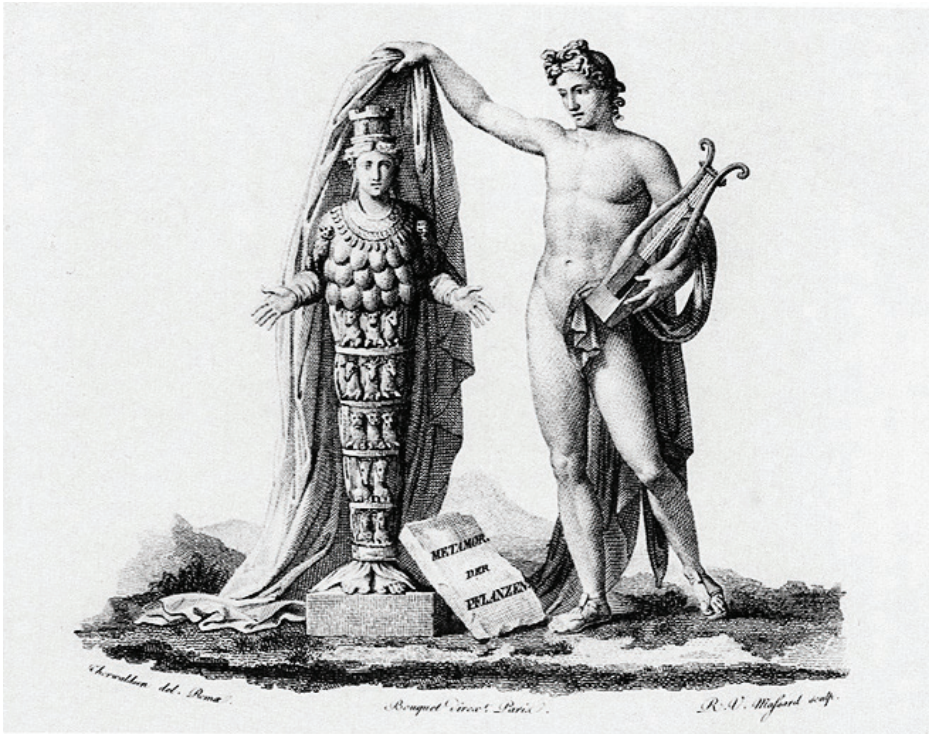


Figura 1 – Apolo desvela Ártemis.<sup>23</sup>

Fundamental para que se possa entender como se teceu a trama conceitual goetheana, esse “olhar estético” dirigido às formas da natureza procurava entender o mundo natural como um todo em constante interdependência. Olhar as singularidades fenomênicas da natureza como integrantes de um todo, tem como pressuposto uma ideia de natureza como um gigantesco quadro com suas partes em correlação. O conceito de totalidade é a base de toda a ciência do “Wolfgang Apolo”, conforme Heine se referiu uma vez a Goethe.<sup>24</sup> Esse conceito marca a diferença em relação a uma concepção de ciência que cada vez mais se especializava, estudando cada singularidade distanciada de uma organicidade. A morfologia de Goethe, assim como sua visão acerca do mundo animal e da natureza de modo geral, se configura em um modo de ver o mundo envolvido em uma dinâmica constante, no qual cada elemento não pode ser contemplado sem estar em relação ao todo, assim como a composição de uma pintura coloca em relação entre si os diversos elementos constitutivos e que, a partir dessa relação, constituirão o todo da obra. Para Goethe, não só os elementos internos estão em relação entre si, como também se relacionam interior e interior : “reconhecer as formas viventes como tais, conceber suas partes exteriormente visíveis e tangíveis em interdependência, admiti-las como indícios do interior e assim, de certa forma, dominar o todo na contemplação” (Goethe, MA, v.12, p.13).

Comparando a imagem anterior com a seguinte, pode-se resumir a distinção entre a ciência goetheana e a que passou a vigor até os dias de hoje.



Cortesia da Autora

Figura 2 – Ísis revelada pela ciência.<sup>25</sup>

As duas imagens remetem à diferença de ponto de vista que possuía Goethe, assim como Humboldt, em relação à vertente da ciência do século XVIII, que se consagrou como a ciência conforme a entendemos hoje, baseada em um discurso racional, materialista e extremamente apegado a particularidades. A dessacralização contínua da natureza através da metodologia experimental, assentada em princípios matemáticos e mecanicistas, estava bem distante do ideal almejado por Goethe. Em contraponto a um princípio estético, conforme defendido por Goethe e assumido por Humboldt, estabeleceu-se um princípio científico, separando os dois domínios do fazer humano. Apolo foi, assim, substituído pela ciência.

Procurar uma escrita linear nos textos de Goethe dedicados ao conhecimento dos fenômenos da natureza, escrita objetiva e clara é tarefa inglória. Suas ideias se encontram revestidas de um complexo pensamento filosófico-teológico que se enredam com suas teorias estéticas. Portanto, para que se possa trilhar o caminho de Goethe pelo mundo, faz-se necessário ter em mente alguns conceitos basilares de sua teoria acerca da natureza. Para ele, não será apenas o olhar do cientista que permitirá entender a natureza e, assim, dar ciência do que existe no “âmago das coisas do mundo”, como quer o melancólico Fausto que vê frustradas todas as suas tentativas de obter o entendimento das razões do mundo. O que concederá acesso à natureza é o olhar interessado daquele que procura ver as formas com as quais o mundo da natureza se reveste e como essas formas se inter-relacionam.

Goethe intenciona criar uma maneira de explicação do mundo com um olhar de um artista que abarca o todo, como os limites da tela formando um universo no qual os elementos ali representados formam uma totalidade em diálogo, em interna correspondência. Ele integra uma plêiade de pensadores que tentam fazer valer no mundo pós-iluminista da passagem do século XVIII para o XIX, ou seja, na aurora do mundo mecanizado, uma “abordagem estética da natureza”, valendo-nos aqui de uma formulação de Pierre Hadot (2006, p.284). Assim como Goethe, outros como Rousseau, Schiller, Kant, Schelling e os românticos alemães, sobretudo, Novalis, partidarizam do empenho do filósofo Alexander Gottlieb Baumgarten (1714-1762) de postular, como alternativa a uma “*veritas logica*”, uma “*veritas aethetica*” que se alcançaria através de um modo artístico de ver a natureza. Sob esse ponto de vista, a natureza não seria um mero objeto ao qual a razão se dedicaria para alcançar o entendimento acerca dela. À vontade de conhecer e de revelar os profundos segredos de modo investigativo é acrescida uma outra atitude: a de promoção de um envolvimento também do sensual. Para Hadot (2006, p.285), tem lugar “a superação da curiosidade com relação aos segredos da natureza em proveito de uma experiência afetiva, que invade todo o ser e consiste em se experimentar como parte do Todo”. Nisso reside o que se pode chamar de um “panteísmo sensorial”. O modo de ver o mundo de Goethe ao se basear no todo e não nas partes faz-se de acordo com uma visão de mundo panteísta, sobretudo conforme apresentado pela expressão de Espinosa: “Deus é natureza”. Heine ao resumir a história da filosofia alemã, concede a Goethe mais alguns epítetos, além de o “grande pagão”, o considera como o “Espinosa da poesia”, sobretudo em referência a seus poemas de juventude: “Todos os poemas de Goethe serão imbuídos do mesmo espírito que exala dos escritos de Espinosa” (Heine, 1991, p.109).<sup>26</sup>

Dessa forma, a visão estética da natureza alcança um outro patamar, o de se revestir de um sentimento religioso que vê a natureza não como uma coleção de exemplares, mas sim como um organismo vivo em constante mudança, daí o conceito de metamorfose ser determinante no *corpus* conceitual de Goethe. A partir da visão de uma natureza que vive em constante mudança, ele se porá distante de um empreendimento que visa apenas à catalogação de espécimes, conforme estabelecido, por exemplo, pelo pesquisador da natureza sueco Carl von Linné através de suas obras *Systema Naturae* e *Species Plantarum* (1735-1753), nas quais propõe um sistema de catalogação, usado até hoje, dos espécimes do mundo animal e vegetal conhecidos até então:

Por ora, porém, eu tenho que reconhecer que, depois de Shakespeare e Espinosa, a maior influência exercida sobre mim foi a de Linné e, aliás, justamente pelo conflito que ele me provocava. Pois, na medida em que procurava adotar em mim suas brilhantes e perspicazes distinções, suas acertadas e oportunas leis, ainda que frequentemente arbitrárias, em meu interior tinha lugar um dilema: aquilo que ele procurava manter em separado por meio da força, eu, de acordo com a mais íntima necessidade do



meu ser, tinha que me esforçar para unificar. (Goethe. *Geschichte meines botanischen Studiums*, 1817. HA, v.13, p.58)

A ordenação arbitrária de Linné auxiliou Goethe a desenvolver uma mirada mais exata para os fenômenos, em especial sobre o mundo das plantas, mas não com a finalidade de catalogação ou como desenvolvimento de um apuro pelas singularidades, mas sim para buscar parentesco entre os diversos elementos do mundo natural, para ver como os diversos elementos, enquanto seres viventes, se comportam em inter-relação. O olhar dirigido à catalogação tem de ser exato para se poder identificar minuciosamente as peculiaridades de cada exemplar que se intenta identificar. Entretanto, segundo Goethe, a essência só pode ser almejada na medida em que se observa o exemplar em seu estado natural, ou seja, na própria natureza.

Dedicar-se ao objeto natural tem para Goethe um significado sutilmente diverso do que o disposto por Linné e que torna despropositada a ideia de que a natureza tenha um véu. Segundo Hadot (2006, p.275): “Não há oposição entre o fenômeno e o que se ocultasse no fenômeno”. Se existe um véu, conforme a teoria de Goethe, ele cobre nossos olhos, e não a natureza que pode revelar a nós seu interior, seus segredos profundos, através da forma exterior de modo imediato.

Quando percebemos os objetos da natureza, especialmente os viventes, desejamos proporcionar uma visão do conjunto de seu ser e de atuar, de tal maneira que cremos poder melhor alcançar tais conhecimentos mediante a decomposição de suas partes; de fato, esse caminho nos leva bem longe. [...] Mas esses esforços analíticos, permanentemente continuados, também produzem algumas desvantagens. [...] Por isso, também nos homens de ciência de todos os tempos, surgiu um impulso de conhecer as formações viventes enquanto tais, de conceber suas partes externas tangíveis em inter-relação, de tomá-las como indicações de seu interior e assim dominar, até certo ponto, a totalidade pela intuição. O quão próximo essa aspiração científica está em correlação com a arte e com o impulso de imitação, não se precisa por ora detalhar. (Goethe. “Introdução ao objetivo”. HA, v.13, p.54)

Nesse pequeno trecho do artigo, escrito em 1807 e publicado uma década depois nos “Cadernos sobre morfologia” (1817), Goethe sintetizou alguns pontos que norteavam o desenvolvimento de suas reflexões. Cumpre ressaltar que os textos sobre ciência de Goethe se diferenciam dos textos de lavra de cientistas. Sem dúvida alguma, a marca do poeta, aliada à complexidade de seus pensamentos, muitas vezes requer uma leitura interpretativa que, de certa forma, coincide com aquilo que ele mesmo propõe em relação à natureza: “Por isso, no desenvolvimento da arte, do saber e da ciência, são encontradas variadas tentativas de fundamentar e desenvolver uma teoria que gostaríamos de chamar de *Morfologia*” (Goethe, HA, v.13, p.55). Haveria, assim, tanto uma arte como uma ciência ligada às formas.

A proximidade da “aspiração científica” com a arte ultrapassa a questão da visão do todo e se reveste de uma linguagem que procura manter e reproduzir a própria vivacidade da natureza. O que se percebe nesse texto é que o importante para ele, e ousado em termos de postura científica, se dá na própria intenção de suas investigações: a apreensão do fenômeno da vida em cada circunstância em que ele se dá. Vida que em cada episódio da natureza plasma o exterior de acordo com seu interior e que está sempre em desenvolvimento, em constante mutação. Daí a necessidade de um pensamento capaz de manter na observação esse mesmo aspecto de mutabilidade, de duração no tempo. Remetendo ao que Espinosa cunhou como *natura naturans* em contraposição à *natura naturata*, Goethe expõe a distinção entre *Gestalt* (forma) e *Bildung* (formação):

O idioma alemão tem a palavra *Gestalt* [forma] para designar a complexidade da existência de um ser real. Por meio desse termo ele abstrai o que é móvel, ele admite que algo que se inter-relaciona seja identificado, tornado algo em si fechado e que sua característica seja fixa.

Mas se observarmos todas as *Gestalten* [formas], em especial as orgânicas, então descobriremos que em lugar algum surge algo permanente, nada está em repouso, nada é terminado, pelo contrário, tudo oscila em um contínuo movimento. Por isso nossa língua utiliza a palavra *Bildung* [formação] para designar tanto aquilo que já foi produzido, como o que virá a ser.

Se queremos introduzir uma *Morfologia*, então não podemos falar de *Gestalt* [forma]; mas sim, caso utilizemos a palavra, que pensemos apenas na ideia, no conceito ou em algo que se fixa por meio da experiência apenas por um instante. (Goethe, HA, v.13, p.55)

Assim como a natureza está em eterno devir, gerando formas, a maneira de observar os fenômenos naturais deve plasmar um “pensar vivente”. A contemplação dos fenômenos da natureza, a observação minuciosa das formas exteriores, conduz ao conhecimento das leis de formação através do despertar na consciência do pesquisador da intuição (*Anschauung*): “Aquilo que tomou forma será novamente transformado e caso queiramos, de certa maneira, alcançar uma intuição vívida da natureza, então teremos que nos manter tão móveis e plásticos, de acordo com o modelo que ela mesmo nos dá” (Goethe, 2000, v.13, p.56). O que para a ciência contemporânea pode se aproximar do que se chama ciência holística, para a época significava algo inusitado devido à concepção dominante que estabelecia como regra geral da natureza a lei de causa e efeito, que criava uma natureza segundo “necessidades mecânicas” (Weiszäcker, 2000, p.543). Também não havia se estabelecido uma ciência segundo o ponto de vista evolutivo, o que já se distinguia no pensamento goetheano:

Podemos dizer, pois, que as criaturas que, emergindo pouco a pouco de uma afinidade quase indistinguível como plantas ou como animais, se aperfeiçoam em duas direções opostas, de modo que a planta, por fim, se glorifica de forma duradoura e rígida como árvore, enquanto o animal o

faz através do homem, alcançando a mais elevada mobilidade e liberdade.  
(Goethe, HA, v.13, p.58)

Ao propor uma *Morfologia*, Goethe intentava estabelecer uma ciência baseada no apuro dos sentidos, destinados a apreender o próprio movimento gerador da vida. Mas essa objetividade no ato de observação não pode prescindir da mediação da razão, conforme disposto nos seguintes versos: “Nos sentidos tens depois de confiar; / Nada de falso eles te fazem ver / Se a tua razão te conservar desperto. / Com vivo olhar observa alegremente, / E percorre, a passo firme e dúctil, / Os espaços de um mundo repleto de riquezas”.<sup>27</sup> As leis, as ideias, as teorias são subjacentes aos fenômenos, elas se manifestam de forma visível neles mesmos: “Não se deve procurar nada por trás dos fenômenos: eles mesmos são a teoria” (Goethe, *Maximen und Reflexionen*, No. 488). Dessa forma, Goethe propõe um entendimento singular do ato de percepção.

Em seu texto basilar sobre o conceito de experiência, “O experimento como mediador entre objeto e sujeito” (1792),<sup>28</sup> Goethe estabelece uma importante fronteira no modo de relação entre sujeito e objeto durante a execução de um experimento, ou de uma sequência de experimentos, conforme já se pode identificar através do próprio título do texto. Ele afere ao experimento um caráter singular e distinto da usual dinâmica dos métodos experimentais que comumente desconsideram o sujeito em nome de uma imparcialidade e objetividade do processo, com a desconsideração de tudo que possa parecer subjetivo, objetivando-se uma “renúncia” à subjetividade (ao que agrada ou que não agrada):

Um desafio ainda maior aguarda aqueles que, inflamados pelo impulso de conhecer os objetos da natureza, passam a observá-los em si, e com cada outro, pois perdem a medida que os ajudava quando, como homens, olhavam para o objeto somente em relação a si mesmos. [...] devem buscar e investigar o que é e não o que agrada. [...] No momento em que observamos um objeto em relação a ele próprio e aos demais objetos, e imediatamente não o desejamos nem o rechaçamos, então, com atenção silenciosa, logo seremos capazes de conceber um conceito claro a respeito dele, de suas partes e suas relações. (Goethe, 2011, p.118)

Goethe propõe um processo duplo no ato de conhecimento. Ao mesmo tempo em que se investiga o mundo, deve-se estar atento ao próprio processo de conhecimento, de como esse se dá pelo sujeito investigador, pelo sujeito que faz a experiência.

Somente quando o observador usa sua força de julgamento para provar ocultas relações da natureza; quando ele, num mundo em que também está só, está atento a cada passo para resguardar-se de toda precipitação, e mantém-se firme em seu propósito, sem, no entanto, deixar-se levar por circunstâncias despercebidas, úteis ou prejudiciais, ao longo do caminho; e, por fim, quando ele, não se deixando controlar facilmente por ninguém, pode ser seu mais arguto observador e desconfia de si mesmo através de seus ardentes esforços, então cada um pode bem ver quão severas são essas

exigências e quão pouco pode ter esperança de vê-las plenamente satisfeitas. Sejam elas feitas sobre outros ou sobre si. (Goethe, 2011, p.119)

Ao mesmo tempo em que rejeita a subjetividade em termos de “atração ou repulsão” em relação ao objeto, Goethe adjudica um papel preponderante à consciência que só pode ser ativada pela vontade do sujeito: “Tampouco se pode negar que é o mais alto e o mais independente poder criativo da alma que se apropria, combina, ordena e desenvolve a experiência” (ibidem, p.120). O cientista, assim como o artista, geram processos, ativam a criação.

O desenvolvimento da experiência leva o sujeito à observação, que é um ato de consciência: “Eu me arrisco a afirmar que um experimento, ainda que interligado a outros, não prova nada, e que não há nada mais perigoso que querer provar qualquer afirmação imediatamente através de experimentos” (ibidem, p.125). A Goethe, o desenvolvimento da capacidade de observação, da duradoura consciência do ato de conhecimento, torna-se peça-chave nesse duplo processo em que o conhecer o mundo resulta na tomada de consciência de si mesmo. A ciência requer um interesse associado à consciência do ato de construção do conhecimento, o que se poderia interpretar como uma *Bildung*, um aperfeiçoamento do sujeito cognoscente: “Cada experiência que nos ocorre, cada experimento que a repete são, na verdade, uma parte isolada do nosso conhecimento, e através de repetições frequentes esse conhecimento isolado é trazido à consciência” (ibidem p.125). O exercício da observação acabaria, pois, por criar “um novo órgão” no homem, conforme se refere Alexander von Humboldt acerca de si mesmo:

Nas florestas do rio Amazonas, como nas cordilheiras dos elevados Andes, reconheci, como animada de um polo a outro por um sopro, apenas uma vida que está derramada em pedras, plantas, animais e no túrgido peito do homem. Por toda a parte eu estava traspasado dos sentimentos, como aquelas relações em Jena poderosamente me influenciaram, como eu, elevado pelo modo de ver a natureza de Goethe, fui, por assim dizer, equipado com novos órgãos. (carta a Caroline von Wolzogen de 14 maio 1806; apud Bruhns, 1872, p.418)

A adjudicação de tamanha confiança na força da alma, do intelecto, de plasmar através da observação um órgão que seria responsável de descortinar os aparentes segredos da natureza, baseia-se na certeza difundida por Goethe de sinonímia entre o mundo exterior e o mundo interior, das forças plasmadoras do mundo e das forças que levam ao seu entendimento. Há em Goethe, apesar de toda sua objetividade experimental, um idealismo que o leva a estabelecer um elo religioso com a ciência:

Tudo aquilo que, no mais alto sentido, chamamos de inventar, descobrir, é o significativo exercício, a confirmação de um sentimento original de verdade que, formado silenciosamente há bastante tempo, sem se fazer notar, conduz com a velocidade de um raio a um conhecimento produtivo. É

uma revelação desenvolvida a partir do interior para o exterior que permite ao homem pressentir sua semelhança com a divindade. É uma síntese de mundo e espírito, a qual concede a mais bem-aventurada segurança acerca da eterna harmonia da existência. (Goethe, *Maximen und Reflexionen*, n.364, HA v.12, p.414)

Aqui se faz ouvir não só a influência das ideias de Espinosa como as de Johann Gottfried Herder, expressando uma concepção de natureza como manifestação do divino e, assim, o empenho científico se reveste de um empenho pela verdade. O fiel da balança que regula a porção de subjetividade e objetividade contida na ciência há de ser primeiro aferido para se garantir a veracidade dos fatos apurados. O sentimento de verdade (*Wahrheitsgefühl*) em relação àquilo que se percebe, tanto advindo do mundo interior quanto do mundo exterior, precisa ser ajustado por uma concepção que una homem, Deus e natureza (mundo) para que se possa fazer ciência. Somente ao se fazer mundo, o sujeito pode verdadeiramente compreendê-lo, conforme expressa em um aforismo de 1795: “É uma agradável ocupação investigar simultaneamente a natureza e a si mesmo, não exercer violência contra ela, nem contra o espírito humano, e sim colocar ambos em equilíbrio através de uma doce influência recíproca” (Goethe, *Maximen und Reflexionen*, n.248, HA v.12, p.434).

Segundo Wyder (1999, p.16), no processo descrito por Goethe de conhecimento do mundo, o homem experimenta junto ao exterior da natureza, a expressão de uma divindade que está em seu próprio interior e, ao observar essas formas e os fenômenos, se adquire “uma confirmação de seu próprio íntimo que ultrapassa bastante aquela pura satisfação intelectual”. Portanto, é inerente à ciência goetheana o desenvolvimento de uma ética que garanta um resultado “verdadeiro”: “é fácil ver o perigo que se corre quando se interliga uma experiência singular a uma ideia preconcebida ou a algum tipo de relação que não é inteiramente sensível, e tenta-se confirmá-la através de um único experimento, quando antes o poder da imaginação do espírito já a anunciou” (Goethe, 2011, p.126). O cientista para comprovar o resultado de sua observação deve descrever o processo sob “diversas perspectivas” (ibidem, p.130), apresentar as várias facetas de uma “mesma experiência”. Dessa maneira ele pode se esquivar de encontrar ideias preconcebidas como resultado: “Na contemplação da natureza, quer no grande como no pequeno, sempre me coloquei a pergunta sem interrupção: é o objeto ou és tu, que se manifesta aqui? E, nesse sentido, observava também predecessores e colaboradores” (Goethe, *Maximen und Reflexionen*, n.513, HA v.12, p.435). A consciência de si surge através da negação da subjetividade enquanto produtora de afetos de mera atração e repulsão: “Os erros do observador nascem das peculiaridades do espírito humano. O ser humano não pode e não deve descartar nem negar suas peculiaridades; mas pode formá-las e dar-lhes uma direção” (Goethe. “Observar e pensar”, 2012, p.67). Essa duplicidade de despertar a consciência de si no processo de conhecimento dota a ciên-

cia goetheana de um dinamismo que aproxima o sujeito cognoscente no ato de conhecimento com a vivacidade dos objetos da natureza, que estão interligados e sempre vivos em mudança.

O apego de Goethe à realidade dos fatos através da observação não faz dele um absoluto “realista” e “empirista”,<sup>29</sup> pelo contrário. Pode-se bem falar de uma relativização da empiria em prol do conteúdo ideal: “Caso se pense nos resultados desses experimentos, vê-se que, por fim, tem de se terminar a experiência, ocorrer a intuição (*Anschauung*) daquilo que se forma (*Werdendes*) e a ideia tem de, por fim, se manifestar (Goethe, *Morphologie*, 1795; MA 4.2, p.191). Temos então apontadas aqui as três instancias do processo de conhecimento: experiência – intuição – ideia. Segundo Wyder (1999, p.18), “a intuição deveria, portanto, atuar conciliadoramente entre dedução e indução como processo de conhecimento, ou em termos de conceitos de Goethe: entre ideia e experiência”.

Em manuscrito de 1798, denominado de “Experiência e ciência” (*Erfahrung und Wissenschaft*),<sup>30</sup> Goethe, ao informar sobre sua metodologia científica, estabelece a existência de um “ponto de vista superior” a ser almejado pelo pesquisador da natureza quando esse deparar com a impossibilidade de haver a constância de uma determinada “lei empírica” ao longo da realização de uma série de experimentos, lei essa que foi por ele deduzida a partir da observação dos experimentos. Os fenômenos surgem diante do pesquisador da natureza, primeiramente como “fatos”, isolados e indeterminados, e são por ele analisados e ordenados, buscando “apreender e estabelecer a determinação dos fenômenos” (Goethe, 2012, p.73). Para se chegar a uma assim chamada “lei geral” que abarque todos os fenômenos indistintamente é preciso estar atento: “existem muitas falhas empíricas que é preciso eliminar para manter um fenômeno puro constante”. Nesse ponto, Goethe introduz uma nova categoria conceitual, característica de seu pensamento natural-científico, a existência de um “fenômeno puro” (*reines Phänomen*), o qual não pode ser abarcado pelo pesquisador de forma sensitiva: “o observador jamais vê o fenômeno puro com os olhos” (ibidem). A procura por um ponto de observação superior que elimine a variabilidade para assim ter acesso ao princípio universal requer a eliminação de alguns aspectos empíricos: “sacrificar uma fração empírica à ideia do fenômeno puro” (ibidem). Esse ponto de vista que supera a contradição entre experiência e lei empírica é o que une o pesquisador ao objeto em seus aspectos mais universais, promovendo uma união estreita entre ambos: “Esse seria, pois, segundo minha experiência, o ponto em que o espírito humano mais se aproxima dos objetos em sua universalidade, trazendo-os para perto de si e podendo (como normalmente fazemos no empirismo comum) como que amalgamar-se com eles de uma maneira racional” (ibidem, p.74). O ápice que o pesquisador da natureza pode alcançar é ter a consciência do “fenômeno puro”, “a derradeira meta de nossas forças”, não se importando com as causas que provocam a manifestação do fenômeno, mas sim

o que os regula de forma primeira, já que possui “unicidade e mutabilidade”: “O fenômeno puro se apresenta, finalmente, como resultado de todas as experiências e experimentos”. Cabe ao sujeito cognoscente executar as operações intelectuais (anímicas) para chegar até ele: “A fim de representá-lo, o espírito humano determina o que é empiricamente oscilante, exclui o casual, separa o impuro, desenrola o complicado – enfim: descobre o desconhecido” (ibidem, p.74). Aqui ressurgem o que já foi apontado anteriormente, a maestria do observador para dominar o próprio processo de se obter conhecimento, processo este que, para Goethe, é de âmbito prático e não especulativo: “Em verdade este trabalho não deveria ser chamado de especulativo, pois no fim, ao que me parece, trata-se apenas das operações práticas e autorretificadoras do intelecto humano comum, que se atreve a se exercitar numa esfera superior” (ibidem).

Nessa última passagem, encontram-se dois elementos que merecem destaque. O tipo de ação que o intelecto humano desenvolve atende a duas ordens: uma prática e a outra ideal, o que se coloca em relação à seguinte máxima: “Existe uma suave empiria que se faz, o mais intimamente possível, idêntica ao objeto e, desse modo, se torna a própria teoria. Essa intensificação (*Steigerung*) da capacidade espiritual, porém, pertence a uma época altamente ilustrada” (Goethe, HA v.8, p.302). O que gostaríamos de destacar é o processo de superação de si através do processo de intensificação. O apuro “autorretificador” que remete a um processo alquímico<sup>31</sup> de purificação através de destilação, torna o sujeito mais próximo do conteúdo ideal que se manifesta fenomenologicamente no objeto. É o processo que faz que de nossos olhos seja retirado o véu. A pureza fenomênica do objeto só pode ser abarcada através da “purificação” dos órgãos do sujeito cognoscente, órgãos esses que já não são mais de ordem sensorial, mas sim de ordem espiritual ou intelectual. Esse será o tema da conversa entre Goethe e Schiller que marcará o início da amizade intelectual entre os dois.

O texto escrito por Goethe, “Acontecimento feliz” relata a conversa entabulada por eles na saída de uma palestra da Sociedade dos Cientistas Naturais de Jena em julho de 1794 e continuada na casa de Schiller, onde Goethe passa a relatar suas ideias acerca da metamorfose das plantas, valendo-se da pena para desenhar quando as palavras já não eram mais suficientes:

[...] foi então que expus a metamorfose das plantas com vivacidade e com alguns traços de pena expressivos fiz nascer sob seus olhos uma planta simbólica [...] quando acabei, abanou a cabeça e disse “Isto não é nenhuma experiência, isto é uma ideia”. Eu fiquei perplexo [...] e repliquei: “Apraz-me muito ter ideias sem o saber e, além disso, vê-las mesmo com os olhos”. (Goethe, 1993b, p.73)

Embora o tema da planta primordial seja de fulcral importância para Goethe naquele momento, a menção a ela só aparece em textos de caráter autobiográfico (como *Viagem à Itália*) ou em cartas, praticamente desaparecendo após a publicação de 1790 da *Metamorfose das plantas*. O que parece lhe substituir

em termos de importância e relacionado aos estudos de botânica é sua ocupação com os princípios da própria metamorfose, conforme aponta Molder (1993, p.23): “O desaparecimento do termo [planta primordial] parece ter origem na necessidade de determinar mais exatamente a relação entre ideia e sensível, o modelo que pudesse estabelecer o ponto de reunião do ideal e do sensível”.

Mais importante do que a fixação de um modelo, mesmo que ideal, o que parece ser de maior importância para o processo de conhecimento é a captação da dinâmica da criação de formas, daí a importância que passa a assumir não mais o modelo, mas sim o princípio originário das variadas manifestações que se dá a partir da metamorfose das formas de um modo geral, quer seja no caso das plantas, a planta originária, ou no caso dos animais, o tipo.

A morfologia repousa sobre a convicção de que tudo o que é tem também de se significar a si próprio. Admitimos este princípio desde os primeiros elementos físicos até à exteriorização espiritual do homem. Nós voltamos imediatamente para o que tem forma. O inorgânico, o vegetativo, o animal, o humano, tudo se dignifica a si próprio e aparece como o que é ao nosso sentido externo e ao nosso sentido interno. A forma é algo em movimento, algo que advém. Algo que está em transição. A doutrina da forma é doutrina da transformação. A doutrina da metamorfose é a chave de todos os sinais da natureza. (Goethe, *Aufsätze, Fragmente, Studien*. LA I, 10, p.128; apud Molder, 1993, p.27)

Não se trata de interpor premissas ou hipóteses para guiar o pesquisador no entendimento do mundo, o que se deve ter como foco são os objetos de interesse científico enquanto fenômenos ou formas diretamente em conexão com os sentidos humanos, tanto os que se voltam para o exterior como os que enfocam o interior do homem. Como algo em devir, a forma necessita de um processo de conhecimento que lhe seja parente. Assim como os objetos devem ser considerados segundo o processo de metamorfose, assim também a formação do pesquisador da natureza se dá de modo a que seus órgãos de apreensão do mundo sejam continuamente desenvolvidos. O processo fenomênico da metamorfose requer um pesquisador da natureza também dinâmico e em processo de transformação, pois a forma não perdura temporalmente, ela está em um progressivo estado de formação. Voltamos aqui a um ponto já mencionado anteriormente, ao do momento de apreensão do vivente, daquilo “que se fixa por meio da experiência apenas por um instante” (Goethe, HA v.13, p.55). Esse lampejo que ilumina e leva à compreensão das formas em sua vivacidade e também dos fenômenos só é possível pelo desenvolvimento no pesquisador da natureza do que Goethe caracterizou como o juízo contemplativo ou juízo intuitivo (*Anschauende Urteilskraft*).

Esse é o título de um pequeno texto de 1817, no qual discorre brevemente sobre a teoria filosófica de Kant em relação à sua, destacando o que lhe parece ser uma grande aproximação com seu próprio pensamento, nomeadamente



o conceito de *intellectus archetypus*, contraposto ao intelecto discursivo, isto é, aquilo que em nós seria regido por leis lógicas. A Goethe incomoda a limitação dada por Kant à possibilidade do conhecimento por parte do sujeito: “nosso mestre limita seus pensadores a um juízo discursivo reflexivo, negando-lhes inteiramente um juízo determinante”. Entretanto Goethe entrevê no próprio ideário do filósofo uma possibilidade de tal superação, citando o trecho que lhe é conveniente para fundamentar uma possibilidade de parentesco entre suas próprias concepções com as de Kant. Nesse trecho, Goethe alude ao fato do filósofo ora apresentar limites, ora apontar “para além dos limites que ele mesmo havia delineado”. Goethe se propõe neste trecho a realizar uma tarefa que anos mais tarde assinalaria como tarefa da filosofia alemã: “Na filosofia alemã, ainda haveria duas grandes coisas a fazer. Kant fez a crítica da razão pura, um acontecimento incomensurável, mas que ainda não fechou o círculo. Falta agora que alguém capaz, notável, escreva a crítica dos *sentidos* e do entendimento humano e, caso isso seja feito com a mesma excelência, não teríamos muito mais a exigir da filosofia alemã” (Eckermann, 17 fev. 1829, p.312).

Goethe dizia não ter inclinação para filosofia; “para a filosofia propriamente dita, eu nunca tive uma predisposição particular” (Goethe, 2011, p.79). Por conseguinte, não levou a tarefa a cabo, não escrevendo nenhuma crítica, nem qualquer outro tipo de livro sobre o assunto. O que nos deixou foram vários pensamentos de cunho filosófico dispersos em pequenos textos, em aforismos e cartas, em suas memórias, em relatos de conversas feitos por alguns de seus secretários, em reflexões inseridas em romances e em poesias. A tarefa dos estudiosos que procuram entender suas postulações em relação à metodologia científica é tentar tornar esses vários fragmentos em um pensamento contínuo e claro, o que tem sido uma tarefa bastante profícua. Sobretudo por formulações que Goethe faz e que nos parecem a primeira vista conflitantes. Nesse sentido, a discussão sobre a possibilidade ilimitada do pesquisador da natureza de compreender os fenômenos e objetos naturais esbarra em determinadas colocações que trazem consigo a demarcação de limites do conhecimento. Goethe adjudica a Kant um “modo jocosamente irônico, ora parecendo esforçar-se sem limitar ao máximo a capacidade cognitiva, ora apontando para além dos limites que ele mesmo havia delineado” (Goethe, 2011, p.85). Limites que, conforme veremos a seguir, ele também apresenta, mas de forma bastante distinta.

Goethe ressalta em seu texto de 1817, “Influência da filosofia moderna”, uma concordância com as ideias de Kant:

[...] tão logo se começou a discutir sobre essa questão, tomei partido do lado que confere mais honra ao homem, e dei minha plena aprovação a todos os amigos que, com Kant, afirmavam: mesmo que todo o nosso conhecimento ande de mãos dadas com a experiência, nem por isso todo ele nasce dessa mesma experiência. Eu estava de acordo também com os conhecimentos a priori, bem como com os juízos sintéticos a priori. (Goethe, 2011, p.80-1)

Ele se aproveitava da doutrina kantiana, “assimilando muitas coisas para meu uso pessoal” (ibidem, p.81). A leitura da *Crítica do juízo* lhe conferiu um sentimento de prazer e felicidade por ver aproximados “esses dois mundos infinitos [cujos produtos] deviam existir por si mesmo” (ibidem, p.82). Estabelecia-se então claramente uma relação recíproca, mas não causal entre o mundo da arte e o da natureza: “Alegrava-me o fato de que a arte poética e a ciência natural comparada fossem tão afins entre si, e que ambas as coisas estivessem subordinadas à mesma capacidade de julgar” (ibidem, p.82). Entretanto, as coincidências de seu pensamento com o que entendia da doutrina kantiana não encontravam eco nos intérpretes do filósofo de Königsberg de sua época: “Mais de uma vez aconteceu de alguns admitirem, com um sorriso de admiração, que o que eu dizia guardava realmente certa analogia com o modo de pensar de Kant, mas eu dizia coisas diferentes” (ibidem, p.83). K. Hata, ao analisar o parentesco que Goethe estabelece entre os princípios da arte e o da natureza, sintetiza de modo claro a distinção entre ambos como algo resultante de distintos pontos de vista:

Kant analisa a arte sob o ponto de vista do observador ou do espectador e determina a relação entre natureza e arte como algo derivativo. Goethe, ele mesmo um poeta, cria obras de arte e experimenta essa relação. A explicação de Goethe advém, por isso, de um princípio dinâmico do produtor, enquanto Kant se ocupa com a teoria enquanto um legislador filosófico. (Hata, 2017, p.43)

A importância do processo criador, portanto, será o grande destaque da ciência goetheana e seu interesse pelo estudo da natureza só se concretizará de forma sistemática e contínua após sua mudança para Weimar e depois de já ser aclamado como poeta. Segundo Dorothea Kuhn (HA v.13, p.562): “A ciência de Goethe possui um pressuposto poético”. O exercício laboral de criar poeticamente como que lhe despertou um sentido para a observação da natureza, o que será fundamental para o assentamento de suas ideias. Esse exercício prático da criação o torna sensível para ressaltar na natureza a capacidade de renovação das formas e também para transpor essa ação criativa como pressuposto também para o investigador da natureza, que, para conhecê-la de forma imediata, deve criar em si os órgãos para tal, constituindo-se, segundo aceção de F. Amrine (1998), em uma “metamorfose do cientista”. Segundo o germanista americano, Goethe se coloca em oposição a uma ciência da mensuração ou da quantificação de absolutamente tudo, até daquilo que não seria possível de ser quantificado, que se baseia em estreitos princípios matemáticos como uma tentativa de restringir o papel da subjetividade no processo de conhecimento. Para Goethe isso representaria um “empobrecimento do conhecimento” (Amrine, 1998, p.40), já para o “cientista convencional, matemática é o único fiador de certeza, enquanto percepção e pensar são as fontes de todos os erros” (ibidem).

Ao pinçar e se utilizar do conceito de *intellectus archetypus* para estabelecer um diálogo com a filosofia de seu tempo, Goethe acreditava estar se desven-

cilhando da possibilidade de “adentrar no labirinto” (Goethe, 2011, p.81) da teoria kantiana e, em diálogo e sintonia com a “filosofia moderna”, adjudicar o que assinalava como a contraparte necessária, conforme destacamos acima. Tal conceito lhe permitiu passar, no terceiro parágrafo do texto em questão, para a reunião de dois conceitos que lhe serão caros e fundamentais: a possibilidade de se formar imagens como meio de conhecimento de uma natureza em devir e unitária, residindo nisso o que caracterizou como “juízo intuitivo”. Esse tipo de intelecto mencionado por Kant como possibilidade de suprir a carência de imagens do intelecto discursivo, Goethe toma não como possibilidade, mas como comprovação de sua existência, indo ao encontro do que procurava desenvolver com sua ideia de fenômeno originário. Se para Kant a aproximação do divino se daria pelo lado moral, em Goethe ela surge como desenvolvimento do juízo intuitivo que desvela a ideia de forma imagética: “No campo intelectual, poderia muito bem acontecer de, mediante a contemplação de uma natureza cada vez mais criadora, nós nos tornarmos dignos da participação espiritual em suas produções” (Goethe, 2011, p.84). Essa almejada “participação espiritual” que muito bem poderia indicar uma potência infinita do homem, surge de forma contrária nos seguintes versos do *Fausto*, conforme Mefistófeles caracteriza o homem:

De mundo, sóis, não tenho o que dizer,  
Só vejo como se atormenta o humano ser.  
Da terra é sempre igual o mísero deusito,  
Qual no primeiro dia, insípido e esquisito.  
Viveria ele algo melhor, se da celeste  
Luz não tivesse o raio que lhe deste;  
De Razão dá-lhe o nome, e a usa, afinal,  
Pra ser feroz mais que todo o animal.  
(Goethe, v.279-289, 2016, p.51)

Surgem assim duas opiniões acerca da capacidade criadora do homem. Enquanto no texto sobre a capacidade de formação de conceitos acerca da natureza alude-se a uma potência infinita da natureza da qual o homem poderia ser partícipe através do desenvolvimento do juízo intuitivo, a fala de Mefistófeles no *Fausto* reduz o homem a um “deusito desse mundo”, expressando uma visão do homem que o torna menor, como um ser restrito ao uso instrumental de suas capacidades intelectivas-rationais, fazendo-o incapaz de promover qualquer atitude rumo a um desenvolvimento, ao desdobramento de uma formação (*Bildung*). A razão (*Vernunft*) que foi dada ao homem no ato de criação como um tipo de reflexo da própria luz celeste (*Schein des Himmelsreichs*) pode ser considerada um espelhamento do ato criador divino, mas seria usada, segundo Mefistófeles, apenas como instrumento de dominação, sobretudo da natureza. O que poderia ser grandiosamente divino e potente restringiu-se a um exercício mesquinho da capacidade humana. A ciência moderna, conforme se desenvol-

veu paulatinamente a partir da Renascença, é assim caracterizada por Meyer-Abich (1987, p.351):

Toda ciência pressupõe decisões sobre o que se gostaria de conhecer; isto é, o que deve ser apreendido pela investigação científica. Na ciência moderna da natureza, por exemplo, vale a pena saber como os fenômenos podem ser produzidos e reproduzidos. O *ideal do conhecimento* – a concepção orientadora da verdade científica a ser buscada – é, portanto, desde o início, um estado de coisas que é compreendido quando podemos produzi-lo; em outras palavras, é a aquisição de *poder* na natureza. O juízo de valor sobre o que vale a pena conhecer precede, então, o trabalho científico, está em seu pano de fundo e aparece nos objetos da ciência apenas no tipo de interesse que assumimos [...].

Dessa forma, a ciência moderna, por questões de princípios, rejeita o ponto de vista e, por conseguinte, a metodologia propostos por Goethe. A sucinta descrição feita pelo físico alemão dos propósitos da ciência moderna, torna a razão instrumental nela empregada como algo similar ao descrito por Mefistófeles: o uso da razão é associado ao uso da violência, para que se promova a superação da natureza e, como consequência, tem-se uma ciência voltada para domínio e subjugação dela. A superação estabelecida por Goethe é aquela em que se abandona o uso de nosso senso comum, em busca do encontro da potência criadora no ato de conhecimento enquanto verdade que espelha a “luz celeste”. Assim se expressa Mefistófeles em referência ao que Fausto acabara de renunciar ao realizar o pacto: “Vai-te e despreza o gênio (*Vernunft*) e a ciência, / Do ser humano a máxima potência” (Goethe, *Fausto*, v.1851-1852). Para que não se efetue no modo de conhecer a natureza um tal abandono, há de se almejar uma aliança entre razão e ciência que deve ser conseguida através da efetividade do juízo intuitivo. Tal fim, segundo Goethe, só pode ser alcançado pelo aperfeiçoamento da experiência, o que garantiria um desenvolvimento contínuo da capacidade de percepção, transmutado em um olhar da natureza enquanto devir, não como um objeto a ser dominado. Assim resume Amrine a distinção entre a metodologia de Newton e a de Goethe em referência ao estudo das cores:

Diante desse deslocamento, de produto por processo, pode-se entender a repetida insistência de Goethe de que seu trabalho científico precisava ser *feito* para ser entendido. Por exemplo, ele escreve da Itália que seu “sistema vegetal” é “difícil de escrever em qualquer caso e impossível de compreender a partir da mera leitura, mesmo que tudo tenha sido escrito de forma tão precisa e adequada” (Goethe HA XI, p.400). A noção sutil de múltiplas *Vorstellungsarten* [tipos de representação] de Goethe revela quão profundamente ele compreendeu que toda percepção é “carregada de teoria”. Foi em parte por essa razão que Goethe se opôs veementemente ao *experimentum crucis* de Newton, argumentando que um único experimento não prova nada. Igualmente importante era sua noção fundamentalmente diferente de experimentação científica. Para Goethe, o

experimento não é como um silogismo único e prático, mas sim como uma prática artística voltada para o refinamento da percepção de uma pessoa ao longo do tempo. Novamente, vemos que o objetivo primário da ciência, como Goethe entende, deve ser o autodesenvolvimento, *a metamorfose do cientista*. (Amrine, 1998, p.39)

Esse refinamento do cientista apontado por Amrine pode muito bem ser interpretado em conformidade com as mesmas leis que regem o processo criador da natureza e que efetivamente podem promover a metamorfose. Essas leis foram descritas no texto “Esclarecimento sobre o ensaio aforístico *A natureza*” (1828), escrito para explicar ao amigo Friedrich von Müller que havia perguntado a Goethe se o texto encontrado no espólio da Grã-duquesa Anna Amália seria de sua autoria. Apesar do fragmento em prosa, que mais tarde comumente passou-se a nomear de “*A natureza*”, possuir um acentuado tom elegíaco e expressar o pensamento de Goethe por volta de 1780, ele foi escrito pelo teólogo Georg Christoph Tobler (1757-1812) a quem Goethe conheceu por ocasião de uma viagem à Suíça e que estampara naquele ensaio o conteúdo das conversas entabuladas. Nele se encontra o resumo das ideias de Goethe desenvolvidas ao longo dos dez anos de estada em Weimar, uma fase que finda com sua viagem à Itália por meio da formulação das leis sobre a metamorfose das plantas. No texto de Tobler-Goethe, a vitalidade da natureza é expressa de forma tal que arrebatada e enreda o sujeito numa teia de eterna produtividade, mas sem que se atenha detidamente ao aspecto do fenomênico no desenvolvimento das formas, o que só seria realizado com os trabalhos posteriores de Goethe. Ainda como típico exemplo de expressão das impressões meramente subjetivas, esse texto atem-se à expressão do sentimento humano diante da potência criadora da natureza:

Natureza! Estamos cercados e envolvidos por ela – incapazes de sair dela e incapazes de penetrá-la mais profundamente. [...] Ela cria eternamente novas formas; o que vem a existir não existiu jamais, e o que existia não volta a existir – tudo é novo e, mesmo assim é sempre antigo. Nós vivemos em meio a ela e lhe somos estranhos. Ela fala conosco incessantemente e não nos confia seu segredo. (Goethe, 2011, p.107)

E assim segue adiante o texto de Tobler sem que as formas da natureza sejam merecedoras de qualquer destaque ou que se tornem ponto de partida para o processo investigativo. No texto destinado a esboçar a diferença com seu pensamento de então, distante em quase meio século daquele primeiro, o próprio Goethe aponta a existência outrora de “uma espécie de panteísmo, imaginando-se um inescrutável, incondicionado, humorístico e autocontraditório ser, subjacente aos fenômenos do mundo” (Goethe, 2011, p.111). Faltava naquela época a consciência da existência de princípios produtivos, vitais, conceituados por Goethe como polaridade (*Polarität*) e intensificação (*Steigerung*). Em texto de 1805, intitulado “Polaridade”, ele já havia apresentado sob o nome “alguns elementos universais” ou “princípios fundamentais” com os quais se produz por sua interação opositiva “a maior diversidade possível”.<sup>32</sup>

Esses pares de opostos são ligados à própria materialidade dos fenômenos e objetos, seguindo o princípio de “atração e repulsão”. O outro princípio é o “impulsionador da natureza” e de ordem espiritual que tem por objetivo o alcance de uma “ascensão”. Os dois princípios reúnem em si matéria e espírito e são responsáveis pela criação das formas. Quase uma década antes, Goethe escrevera o texto “Impulso de formação” (*Bildungstrieb*), no qual sintetiza de forma esquemática sua concepção do que seria a vida. Compreendida entre matéria e forma, a vida apresenta como forças motrizes para a sua exteriorização fenomênica o seguinte: “capacidade; força, poder; empenho e impulso” (Goethe, HA v.13, p.35). Esses aspectos que conferem forma à matéria não poderiam ser entendido, ainda segundo Goethe, “sem o conceito de metamorfose” (ibidem). Mas tudo isso seria interdito ao pesquisador da natureza sem que lhe fosse despertada capacidade imaginativa através do juízo intuitivo, o que teria acontecido com o próprio Goethe nos jardins da cidade de Palermo na Itália quando tem a intuição do que concebeu como a planta primordial. A ideia lhe perseguia como se fora um “fantasma” [*Gespensst*]. Sua “velha obsessão” de encontrar a matriz de todas as plantas se concretiza idealmente, conforme relata em carta de maio de 1787 a Charlotte von Stein:

Diga a Herder que estou bem próximo do segredo da geração e da organização das plantas e é o mais simples que se poderia pensar. Sob este céu é possível fazer as mais belas observações. Diga-lhe que não tenho mais dúvidas, que descobri claramente onde se encontra a essência das coisas, diga-lhe que agora sou capaz de contemplar tudo o mais no Todo e que apenas alguns pontos precisam ainda de melhor definição. A planta primordial será a criação mais prodigiosa do universo, pela qual a própria natureza deverá invejar-me. Com esse modelo e com a chave de acesso a ele pode-se descobrir um número infinito de plantas, em uma série consequente. Isso quer dizer que, mesmo que não existam, sua existência seria certamente possível, não como sombra e aparência artística ou poética, mas sim dotadas de uma verdade e necessidade interna. (Goethe, 2017b, p.299)

Sem qualquer dúvida do que ali se deu, Goethe noticia que teve acesso à “essência das coisas”. Em seu íntimo se revelou uma imaginação ideal, concebida como uma criação puramente metafísico-imagética. O homem se torna criador e supera assim a natureza por ter a consciência do momento de descoberta do mundo. Goethe estabelece em cada reino da natureza formas primordiais (*Urformen*): o granito, o tipo e a planta primordial, mas pouco a pouco abandona essa procura pela forma proteica e prefere se enveredar pelo jogo formativo, se dedicar ao processo de metamorfose e, por conseguinte, ao desenvolvimento da capacidade imaginativa ao observar as formas em constante processo de transformação e de intuir o absoluto nos fenômenos se autodesenvolvendo. O pensar de Goethe dedicado ao mundo, acaba por se tornar um processo de autoconhecimento, uma forma de resolver o enigma da esfinge da forma mais irônica possível, desviando o olhar de si para fazer com que penetre em si. “O

ser humano só conhece a si mesmo na medida em que conhece o mundo, do qual só toma consciência em si próprio e só no qual toma consciência de si. Cada novo objeto, bem contemplado, descerra um novo órgão em si” (Goethe. “Importante incentivo por meio de uma única palavra engenhosa”; 1823. 2011, p.102).

### **Considerações finais:**

#### **uma bem vinda renovação do olhar da natureza**

Como vimos, a forma de Goethe olhar e conceber a dinâmica da natureza não teve espaço ao longo do desenvolvimento da ciência hegemônica, baseada na quantificação e fragmentação dos objetos de estudo. As discussões em vida raramente encontraram eco como em Nees von Esenbeck e em Carl Gustav Carus, além de em Martius e em Alexander von Humboldt. Dentre os adeptos da ciência cartesiana e newtoniana, Goethe só recebeu descrédito e críticas. Sua descoberta do osso intermaxilar feita em 1784 ficou conhecida apenas por poucos e desconhecida por parte do grande público. Assim também seus trabalhos de osteologia, sobretudo a respeito da teoria do desenvolvimento do crânio a partir dos ossos das vértebras, que foi recusada em 1859 por Thomas Henry Huxley.

Os fundamentos de seus pensamentos foram timidamente publicados. Os 12 números dos cadernos dedicados à morfologia de 1824 tiveram uma pequena tiragem: 1.000 exemplares da primeira série e 500 da segunda, contribuindo para o quase desconhecimento dessas atividades de Goethe. Saliente-se que à época o florescimento das publicações científicas começa a se incrementar e Goethe é cada vez mais tido como um estranho no ninho ou apenas como um diletante. Embora vários professores da Universidade de Jena tenham trabalhado com ele, como Justus Christian Loder (estudos de anatomia), Karl Batsch e Franz Joseph Schelver (estudos de botânica) e nomes da ciência de então como Kaspar Maria Graf von Sternberg, Hans Christian Oested e Jöns Jacob Berzelius tenham em seus anos de velhice trazido o nome de Goethe no seio de algumas discussões científicas, seus princípios permanecerem como uma alternativa à ciência hegemônica. Seus escritos sobre morfologia encontraram alguma ressonância, sobretudo os estudos sobre as folhas e seu desenvolvimento, enquanto sua mais cara doutrina, a respeito das cores, foi recebida entusiasticamente apenas em seu círculo de amigos, sendo criticada veementemente na parte em que se opõe a Newton. De sua portentosa obra sobre as cores, apenas a parte sobre o “Efeito sensível-moral da cor” e a “Parte histórica” foram merecedoras de destaque em variados âmbitos do conhecimento, como a psicologia e a história da ciência. Também de considerável recepção foram seus experimentos acerca das cores fisiológicas que resultaram da observação da atividade do olho na geração de cores.

Quando se põe um pequeno pedaço de papel ou qualquer objeto de seda de cor viva sobre um quadro branco moderadamente iluminado, e se olha fixamente

para a pequena superfície colorida, removida depois de certo tempo sem que os olhos se movam, o espectro de uma outra cor deverá ser visto sobre o plano branco. Mesmo que o papel colorido permaneça no lugar, ao se olhar para outra parte do plano branco os fenômenos cromáticos também poderão ser vistos, *pois surge de uma imagem que doravante pertence ao olho*. (Goethe, 1993c, p.62, grifo meu)

Essa descrição de uma experiência da parte “Imagens coloridas” da *Doutrina das cores* se encerra com a afirmação do pertencimento de determinadas cores ao olho, que é concebido por Goethe não como um mero “captador” de sensações, mas sim como um agente na produção de fenômenos. O olho é capaz de produzir cores, embora fugazes, mas tão reais quanto aquelas do mundo exterior, que classifica como físicas e químicas. O que ressalta aqui é a capacidade de se produzir elementos, o que, a princípio, somente a natureza poderia fazer.

Essa relação entre o interior e o exterior é formulada por Goethe em franca alusão ao neoplatonismo e dele retira a ideia de correspondência e união entre as leis de elaboração do mundo, as leis divinas do grande pagão, e as leis que dormitam no interior do homem:

O olho deve sua existência à luz. De órgãos animais a ela indiferentes, a luz produz um órgão que se torna seu semelhante. Assim o olho se forma na luz e para a luz, a fim de que a luz interna venha ao encontro da luz externa.

Lembremos aqui a antiga escola jônica, que com toda a gravidade sempre repetiu que “O igual só é conhecido pelo igual”. Recordemos também as palavras de um antigo místico [Plotino], que em rimas alemãs podem ser expressas assim:

Se o olho não tivesse sol,  
Como veríamos a luz?  
Sem a força de Deus vivendo em nós  
Como o divino nos seduz?  
(Goethe, 1993c, p. 44-45)

Após o império da racionalidade iluminista, Goethe insere em um texto que almeja ser considerado de rígido teor científico conhecimentos antigos que prescindem do intelecto discursivo, fomentando impulsos que poderiam propiciar a intuição, o imagético. Esse aspecto místico-religioso do pensamento goetheano repercutiu pontualmente no início do século XX na arte (W. Kandinsky, Paul Klee, Antonio Gaudi), na filosofia (Ludwig Wittgenstein) e na psicologia (Carl G. Jung). Diversos cientistas também tomaram seus pensamentos como auxílio no desenvolvimento de outras formas de conceber o mundo e de entendimento sobre ele, como, por exemplo, Werner Heisenberg, um dos pilares da física quântica, que assim se expressou sobre Goethe:

Nós podemos ainda hoje aprender com Goethe já que ao privilegiar um determinado órgão, o da análise racional, deixamos embotar todos os outros; de modo que se trata muito mais de tomar a realidade com todos os



órgãos que nos foram dados e nos entregarmos a isso, de tal forma que essa realidade também espelhe o essencial, o “unitário, o bom e o verdadeiro”. (Heisenberg, apud Bican; Wenzel, 2012, p.260)

Ao final do século XX, também podemos vislumbrar uma possibilidade de continuidade do diálogo com Goethe, através, por exemplo, da área do design e da arquitetura pelo surgimento da biomimética, concepção pela qual o olhar para a natureza e a harmonia existente nela fornecem inspiração para a criação de objetos e formas que possam trazer para a vida humana a sabedoria harmoniosa nela contida. Assim resume Janine M. Benyus em seu livro de 1997 os princípios da nova disciplina, que se vale de duas palavras gregas para compor o nome: “BI - O - MI - MÉ - TI - CA [Do grego *bios*, vida, e *mimesis*, imitação]”, estabelecendo seus três princípios basilares: “1. A natureza como modelo; 2. A natureza como medida; 3. A natureza como mentora” (Benyus, 2007, p.8 ). Baseando-se na imitação e inspiração da natureza buscam-se soluções para situações da ciência do presente: “A biomimética é uma nova forma de ver e valorizar a natureza. Ela inaugura uma era cujas bases assentam não naquilo que podemos extrair da natureza, mas no que podemos aprender com ela” (ibidem). E já existem estudos que procuram entrelaçar o pensamento goetheano com essa nova forma de se conceber objetos e espaços: “Acreditamos que o método de Goethe pode ser empregado junto com o processo de design tradicional e tem o potencial de mudar fundamentalmente os relacionamentos dos designers com a natureza e, finalmente, com sua visão de mundo” (Irwin; Baxter, 2008, p.137). A mudança do olhar para a natureza implica em uma nova forma de interação com o mundo e consigo mesmo.

Não se quis neste trabalho fazer uma apologia idealista ao pensamento goetheano acerca da natureza, nem traçar em detalhes os vários caminhos por ele percorridos. A intenção foi a de apresentar a possibilidade de se resgatar uma visão prazerosa da natureza, na qual o domínio seja suplantado pela empatia e que nos possibilite olhar para o vivente com mais vagar, procurando não a subtração de elementos cada vez mais essenciais para o estilo de vida que se escolheu levar, mas sim apresentando a alternativa, a possibilidade de novas escolhas, não tão práticas, mas que resgatam o humano em cada um de nós. Se é de utopia que se faz o futuro, Goethe estará inscrito nele.

## Notas

- 1 Foram utilizadas como referência às edições das obras completas de Goethe as seguintes abreviaturas: HA *Hamburger Ausgabe* / MA *Münchener Ausgabe* / WA *Weimarer Ausgabe*.
- 2 Goethe. *Epigramas venezianos*, HA v.1, p.181.
- 3 Essa lacuna tem sido paulatinamente suprida neste século no Brasil com a publicação de ensaios acerca da atividade científica de Goethe, assim como pela tradução e publicação

de coletâneas de seus textos sobre o tema, assim como pela pesquisa em universidades refletidas em esparsas monografias e teses.

- 4 Com o grão-duque, se empenhou por dotar a Universidade de Jena com os mais modernos instrumentos de ótica e física da época, o que teve como consequência direta o desenvolvimento industrial da cidade como um dos maiores centros de ótica da Alemanha.
- 5 Base da hodierna Biblioteca Anna Amália, uma das mais famosas bibliotecas do mundo.
- 6 Johann Kaspar Lavater (Zurique, 1741-1801), pastor, filósofo, poeta, teólogo suíço, considerado como o fundador da fisiognomia, estudo dos semblantes das pessoas para o delineamento de características da personalidade. Seu livro *Physiognomische Fragmente zur Beförderung der Menschenkenntnis und Menschenliebe* (1775-1778) contou com a colaboração de Goethe.
- 7 Friedrich Heinrich Jacobi (Düsseldorf 1743 - Munique 1819), embora hoje raramente mencionado, foi uma das personalidades filosóficas mais populares na Alemanha da época, autor de vários livros com críticas a Kant e a Schelling.
- 8 Disponível em: <<http://www.zeno.org/Literatur/M/Goethe,+Johann+Wolfgang/Briefe/1812>>.
- 9 Na série sobre a morfologia, Goethe reuniu seus antigos textos sobre botânica, anatomia e zoologia em conjunto com outros de caráter mais autobiográfico. Nos últimos cadernos dessa série, encontramos além de pequenos tratados, exposição de observações e aforismos de Goethe, textos de amigos colaboradores. Na segunda série, Goethe reuniu textos sobre óptica, estudos sobre as nuvens, sobre previsões do tempo e de geologia.
- 10 *Goethes nachgelassene Werke*. Hrsg. v. Eckermann und Riemer. 20 Bde. (Band 41-60 der Ausgabe letzter Hand). Stuttgart, Tübingen: Cotta 1832-1842. Os volumes 50 a 60 reúnem os textos de ciência da natureza.
- 11 As duas edições são: Große Cotta-Ausgabe: *Sämmtliche Werke* in 40 Bänden. Vollständige, neugeordnete Ausgabe. Stuttgart, Tübingen: J. G. Cotta, 1840. Dazu: Reg.-Bd. 1842; *Hempelsche Ausgabe: Werke*. Nach den vorzüglichsten Quellen revidirte Ausgabe. 36 Tle. in 23 Bdn. Berlin: G. Hempel o. J. (1868-79). [Mitarbeiter: W. v. Biedermann, H. Düntzer, u. a. Erste kommentierte Goethe-Ausg.]
- 12 *Goethes Werke. Vollständige Ausgabe letzter Hand*, Bd. 1-40. Stuttgart; Tübingen: Cotta, 1827-1830.
- 13 A primeira seção foi composta por 55 obras literárias distribuídos em 63 volumes (1887-1918) com 27.409 páginas; a segunda seção com 16 volumes (1890-1904) reuniu 15 escritos de ciência natural em com 16.120 páginas; a terceira, reunindo os diários somaram 16 volumes (1887-1919) com 6.120 páginas e a quarta seção com a compilação da correspondência de Goethe compôs 50 volumes (1887-1912).
- 14 Weimarer oder Sophienausgabe: *Goethes Werke*. Hrsg. im Auftrage der Großherzogin Sophie von Sachsen. Abtlg. I-IV. 133 Bde. in 143 Tln. Weimar: H. Böhlau, 1887-1919. Repr. [Tb.-Ausg.] München: Deutscher Taschenbuch Verlag 1987. A edição é dividida em cinco partes: I. Obras (55v); II. Escritos natural-científicos (13v); III. Diários (15v); IV. Cartas (50 v).
- 15 Todas essas edições foram digitalizadas e podem ser acessadas em: [https://de.wikisource.org/wiki/Johann\\_Wolfgang\\_von\\_Goethe](https://de.wikisource.org/wiki/Johann_Wolfgang_von_Goethe).

- 16 Esenbeck era um ferrenho admirador das ideias de Goethe acerca da metamorfose das plantas e passa a enviar para Weimar os exemplares da publicação *Nova Acta Physico-Medica Academiae Caesareae Leopoldino-Carolinae Naturae Curiosorum*. Goethe, por sua vez em retribuição, envia os exemplares do jornal que começara a publicar em 1817, *Zur Naturwissenschaft überhaupt, besonders zur Morphologie*.
- 17 *Goethea* é uma designação geral para vários tipos de plantas da família das malváceas que florescem no tronco e são típicas da mata atlântica.
- 18 Como parte das comemorações do centenário da morte de Goethe, foi plantada em 1932, por iniciativa de Roquette Pinto, uma muda no jardim do Petit Trianon da Academia Brasileira de Letras. Em 2001, foi promulgada a Lei Municipal N° 1887, de 24/10/2001, que cria a Reserva Biológica da Goethe no bairro de Itaipu (Niterói, RJ): “A criação da mencionada Reserva objetivou a proteção global da flora e fauna locais, com extensão de dez hectares, em honra ao notável Cientista e Literato Johann Wolfgang Goethe, Cidadão da Humanidade, no ano do centenário de seu falecimento” (Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/n/niteroi/lei-ordinaria/2001/189/1887/lei-ordinaria-n-1887-2001-autoriza-o-poder-executivo-a-criar-o-espaco-memorial-da-reserva-biologica-goethea-em-itaipu-em-resgate-historico-da-primeira-e-mais-antiga-unidade-de-conservacao-ambiental-municipal-instituida-no-brasil>>).
- 19 A primeira descrição da planta, *Goethea, novum platarum genus*, foi publicada na Nova Acta Leopoldina em 1823.
- 20 Goethe. *Die Schriften zur Naturwissenschaft*. Vollständige mit Erläuterungen versehene Ausgabe im Auftrage der Deutschen Akademie der Naturforscher Leopoldina begründet von K. Lothar Wolf und Wilhelm Troll. Herausgegeben von Dorothea Kuhn und Wolf von Engelhardt. Weimar: Hermann Böhlau Nachfolger, 1947 ff. A edição é composta de três partes: LA I (11 volumes; textos de Goethe); LA II (10v; complementos e comentários); LA III (2v; índice geral, de citações e referências).
- 21 Além dos textos de cunho natural-científico, também fazem parte da edição comentários de personalidades da época, assim como poesias, trechos de obras, sobretudo de *Fausto*, *Wilhelm Meister* e *Afnidades eletivas*, partes de obras de cunho autobiográfico, cartas e diários de Goethe que possuem relação com seus interesses e estudos científicos. Os textos foram editados por área de estudo e ordenados cronologicamente.
- 22 Conforme aponta Nutt-Kofoth (2005, p.100): “De um ponto de vista histórico-científico, a *Edição de Weimar* é tida como uma obra do positivismo”.
- 23 Disponível em: <<http://www.hin-online.de/index.php/hin/article/viewFile/220/409/65>>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- 24 Assim se refere Heinrich Heine a Goethe em seu livro *Quadros de viagem (Reisebilder)*: Heinrich Heine. *Historisch-kritische Gesamtausgabe der Werke* (DHA). Hamburg: Hoffmann und Campe, Band VI, 1973, p.146.
- 25 Ilustração de Johannes van Someren para o livro de Gerard Blaes (Blasius), *Anatome animalium, terrestrium variorum, volatilium, aquatilium, serpentum, infectorum, ovorumque, structuram naturalem* (Amsterdam, 1681). Disponível em: <<https://www.milestone-books.de/pages/books/001776/gerard-blaes-blasius/anatome-animalium-terrestrium-variorum-volatilium-aquatilium-serpentum-infectorum-ovorumque>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

- 26 A influência de Espinosa em Goethe é assunto já atestado pela crítica, sobretudo pela fórmula lapidar *ben kai pan* (tudo e todo), característica não só em Espinosa, como em Giordano Bruno, ambos alvo de intensas leituras por parte de Goethe. O interesse de Goethe por Espinosa se inscreve no interesse geral que as ideias do filósofo despertaram na Alemanha de final do século XVIII pela publicação do livro de F. H. Jacobi, *Sobre a doutrina de Espinosa em cartas ao senhor Moses Mendelssohn* (1785), que desencadeou a chamada “disputa panteísta” (*Pantheismusstreit*).
- 27 J. W. von Goethe, “Testamento” (Goethe, 1986, p.233-5).
- 28 Publicado na segunda série dos cadernos “Sobre ciência da natureza em geral II”, I, 1823 e escrito na mesma época que as “Contribuições para a óptica”, texto preliminar do que mais tarde veio a ser a “Doutrina das cores”. O ensaio seria um prefácio ao texto, mas acabou não sendo utilizado por Goethe com esse propósito.
- 29 Essa caracterização encontra-se em carta de Goethe de 28 de agosto 1796 ao anatomista Samuel Thomas Soemmerring: “[...] por que não deveríamos nós, empiristas e realistas, conhecer também aqueles que nos cercam e entender nossa vantagem? (Goethe, WA-IV, Bd. 11, S. 177).
- 30 Manuscrito editado postumamente na *Edição de Weimar* com este título e em outras edições com “Fenômeno puro” e como anexo a uma carta a Schiller de 17 jan. 1798, na qual Goethe submete o texto à apreciação do amigo de ideias: “Quero lhe escrever a seguir um resumo geral, a fim de que possa apresentar meu método, o objetivo e sentido do trabalho” (Goethe, HA v.13, p.567).
- 31 Ver nota em HA v.13, p.568.
- 32 Desse modo formam-se os pares “nós e os objetos; luz e escuridão; corpo e alma; duas almas; espírito e matéria; Deus e o mundo; pensamento e expansão; ideal e real; sensibilidade e razão; fantasia e intelecto; ser e anseio; duas metades do corpo; direita e esquerda; respirar; experiência física: ímã” (Goethe, “Polaridade”. 2011, p.77-78).

## Referências

AMRINE, F. The Metamorphosis of the Scientist. In: AMRINE, F.; SEAMON, D.; ZAJONC, A. *Goethe's way of science: a phenomenology of nature*. New York: State University of New York Press, 1998. p.33-54.

\_\_\_\_\_. The Unconscious of Nature. Analyzing Disenchantment in Faust I. In: *Goethe Yearbook*. San Francisco: The Goethe Society of North America, 2010. v.17, p.117-32.

BENYUS, Janine M. *Biomimética: inovação inspirada pela natureza*. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix, 1997.

BICAN, B.; WENZEL, M. Rezeptions- und Wirkungsgeschichte. In: WENZEL, M. (Ed.) *Goethe Handbuch*. Supplemente Band 2; Naturwissenschaften. Stuttgart; Weimar: Verlag J.B. Metzler, 2012. p.251-89.

BORCHMEYER, D. Sophiens Reise von Weimar nach München. Zum Nachdruck der Weimarer Ausgabe. In: *Goethe-Jahrbuch*, 1989, p.230-9.

BRUHNS, K. (Ed.) *Alexander von Humboldt*. Eine wissenschaftliche Biographie. Bd. 1. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1872.

- ECKERMANN, J. P. *Conversações com Goethe nos últimos anos de sua vida: 1823-1832*. Trad. Mário L. Frungillo. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- ECKLE, J. Die Leopoldina-Ausgabe. „Goethe. Die Schriften zur Naturwissenschaft”. In: *Weimar – Jena: Die große Stadt*, Verlag Vopelius, 5/4, p.299-307, 2012.
- GOETHE, J. W. v. *Goethes Werke. Vollständige Ausgabe letzter Hand*, Bd. 1-40. Stuttgart; Tübingen: Cotta, 1827-1830.
- \_\_\_\_\_. *Goethes Werke*. 14 Bände. Hamburg: Deutscher Taschenbuch Verlag, 2000. [Hamburger Ausgabe]
- \_\_\_\_\_. Memórias: poesia e verdade. Primeiro volume. Trad. Leonel Vallandro. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. Hucitec, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Poemas - Antologia*. Versão Portuguesa, Notas e Comentários: Paulo Quintela; 4.ed. Coimbra: Centelha, 1986. p.233-235.
- \_\_\_\_\_. *Goethes Werke*. Hrsg. im Auftrage der Großherzogin Sophie von Sachsen. Abtlg. I-IV. 133 Bde. in 143 Tln. Weimar: H. Böhlau, 1887-1919. Repr. [Tb.-Ausg.] München: Deutscher Taschenbuch Verlag 1987. [Weimarer Ausgabe]
- \_\_\_\_\_. *A metamorfose das plantas*. Trad., introd., notas e apêndices de Maria Filomena Molder. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993a.
- \_\_\_\_\_. Acontecimento feliz. In: \_\_\_\_\_. *A metamorfose das plantas*. Trad., introd., notas e apêndices de Maria Filomena Molder. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993b. p.72-4.
- \_\_\_\_\_. *Doutrina das cores*. Trad. Marco Giannotti. São Paulo: Nova Alexandria, 1993c.
- \_\_\_\_\_. *Viagem à Itália (1786-1788)*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- \_\_\_\_\_. O experimento como mediador entre objeto e sujeito. In: \_\_\_\_\_. *Contribuições para a óptica*. (1a. Parte). São Paulo: Antroposófica, 2011. p.117-33.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio científico: uma metodologia para o estudo da natureza (Coletânea)*. Apres. e introd. Antonio José Marques. Sel. e trad. Jacira Cardoso. São Paulo: Barany Editora; Ad Verbum Editorial, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Teoría de la naturaleza. Estudio preliminar, traducción y notas de Diego Sánchez Madrid*: Meca Editorial Tecnos, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Fausto – Uma tragédia (Primeira parte)*. 6.ed. rev. e ampl. Trad. Jenny Klabin Segall. São Paulo: Editora 34, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Fausto – Uma tragédia (Segunda parte)*. 5.ed. rev. e ampl. Trad. Jenny Klabin Segall. São Paulo: Editora 34, 2017a.
- \_\_\_\_\_. *Viagem à Itália*. Trad. Wilma P. D. Maas. São Paulo: Editora Unesp, 2017b.
- GRAVE, J. Beweglich und bildsam. Morphologie als implizite Bildtheorie? In: MA-ATSCH, J. (Ed.) *Morphologie Und Moderne: Goethes >Anschauliches Denken< in den Geistes- Und Kulturwissenschaften Seit 1800*. De Gruyter, 2014. p.57-74.
- HADOT, P. *O Véu de Ísis: ensaio sobre a história da ideia de natureza*. São Paulo: Loyola, 2006.
- HATA, K. *Phantasie als Methode der poetischen Wissenschaft Goethes*. Naturwissenschaft und Philosophie im Spiegel seiner Zeit. Wiesbaden: Springer VS, 2017.

- HEINE, H. *Contribuição à história da religião e filosofia na Alemanha*. Tradução de Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 1991.
- HEINRICH, A. Goethes Wissenschaft von der herrlich leuchtenden Natur. In: *Goethe-Jahrbuch*, 1989, p.106-18.
- IRWIN, T.; BAXTER, S. The dynamical view of natural form. In: BREBBIA, C. A. *Design und Nature IV*. Comparing Design in Nature with Science and Engineering. Southampton, Boston: WIT Press, 2008. p.129-38.
- JEßING, B.; LUTZ, B.; WILD, I. (Ed.) *Metzler Goethe Lexikon*. Personen, Sachen, Begriffe. Stuttgart; Weimar: J. B. Metzlar Verlag, 2004.
- KUHN, D. Allgemeine Naturwissenschaft – Morphologie – Geologie. In: Hamburger-Ausgabe, HA: *Goethes Werke*. Hamburg, 1955, p.556-63.
- MAATSCH, J. (Ed.) *Morphologie und Moderne: Goethes “Anschauliches Denken” in den Geistes- und Kulturwissenschaften seit 1800*. De Gruyter, 2014.
- MAZZARI, M. V. Natureza ou Deus: afinidades panteístas entre Goethe e o “brasileiro” Martius. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.24, n.69, p.183-202, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142010000200012&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000200012&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em: 11 fev. 2019.
- MEYER-ABICH, K. M. Self-Knowledge, Freedom, and Irony: The Language of Nature in Goethe. In: AMRINE, F.; SEAMON, D.; ZAJONC, A. *Goethe’s way of science: a phenomenology of nature*. New York: State University of New York Press, 1998. p.351-71.
- MOLDER, M. F. Introdução. In: GOETHE, J. W. v. *A metamorfose das plantas*. Trad. Maria Filomena Molder. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993. p.9-29.
- MOURA, M. dos S. *A poiesis orgânica de Goethe: a construção de um diálogo entre arte e ciência*. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8144/tde-09082007-141708/pt-br.php>>.
- NUTT-KOFOTH, R. Goethe Editionen. In: PLACHTA, B. *Editionen zu deutschsprachigen Autoren als Spiegel der Editions-geschichte*. Tübingen: Max Niemayer Verlag, 2005. p.95-116.
- SCHÖNE, A. *Goethes Farbentheologie*. München: Verlag C. H. Beck, 1987.
- SEAMON, D.; ZAJONC, A. *Goethe’s way of science: a phenomenology of nature*. New York: State University of New York Press, 1998.
- WACHSMUTH, A. Nachwort. In: GOETHE, J. W. v. *Schriften zur Botanik und Wissenschaftslehre*. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1963. p.226-38.
- WEIZSÄCKER, C. F. Einige Begriffe aus Goethes Naturwissenschaft. In: GOETHE, J. W. *Goethes Werke*. Band 13. Hamburg: Deutscher Taschenbuch Verlag, 2000. p.539-555.
- WENZEL, M. (Ed.) *Goethe Handbuch*. Supplemente Band 2. Naturwissenschaften. Stuttgart; Weimar: Verlag J.B. Metzler, 2012.
- WYDER, M.; MUSCHG, A. *Bis an die Sterne weit: Goethe und die Naturwissenschaften*. Berlin: Insel Verlag, 1999.

*RESUMO* – O nome de Goethe é comumente associado à sua vasta produção literária, sobretudo a *Fausto* e *Wilhelm Meister*. Os conceitos de romance de formação e de literatura mundial também estão intrinsicamente relacionados a seu ideário estético. Entretanto, o que escapa à maioria dos leitores de sua obra é que esses conceitos também surgem conexos a uma ação voltada para o conhecimento do mundo. A intenção deste trabalho é expor alguns preceitos conceituais que nortearam Goethe em sua ação de desvelamento dos segredos do mundo, contribuindo para uma extensão do conceito de formação para além do mundo das letras e vê-lo como parte imprescindível da prática científica goetheana.

*PALAVRAS-CHAVE:* Goethe, Morfologia, Natureza, Ciência, Formação.

*ABSTRACT* – Goethe's name is commonly associated with his vast literary production, particularly *Faust* and *Wilhelm Meister*. The notions of Bildungsroman and world literature are also intrinsically related to their aesthetic ideals. However, what escapes most readers of his work is that these concepts also arise in relation to efforts to know the world. The intention of this article is to expound some conceptual precepts that guided Goethe in his action of unveiling the secrets of the world, contributing to expand the concept of formation beyond the world of letters and to see it as an indispensable part of Goethean scientific practice.

*KEYWORDS:* Goethe, Morphology, Nature, Science, Bildung.

*Magali Moura* é professora associada de Língua e Literatura Alemã na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pesquisadora da obra de Goethe, com vários artigos científicos dedicados à sua obra. @ – magali.moura@uol.com.br / <https://orcid.org/0000-0001-8568-5165>

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Recebido em 9.4.2019 e aceito em 16.5.2019.





# Goethe e sua “rede brasileira”: o Brasil visto de Weimar

SYLK SCHNEIDER<sup>1</sup>

## Introdução

**A** PRIMEIRA VISTA, “Goethe e o Brasil” parece ser um tema pouco produtivo. Contudo, praticamente não existe outro país não europeu com o qual Goethe tenha se relacionado tão intensamente quanto com o Brasil. O que originou seu interesse pela América do Sul foi a amizade com Alexander von Humboldt. No Ano Humboldt de 2019, quando a Alemanha e a América do Sul celebram os 250 anos de nascimento desse “segundo descobridor da América”, não podemos enfatizar suficientemente o quão importante Alexander von Humboldt foi para o grande interesse – não apenas de Goethe – pela América do Sul e pelas novas disciplinas científicas.

Contudo, Humboldt não pôde viajar ao Brasil. A abertura do maior país da América do Sul depois da fuga da casa real portuguesa é um fato que despertou a curiosidade dos cientistas e estudiosos e também os sonhos dos pobres que sofriam com as Guerras Napoleônicas. Quando o casamento da princesa Leopoldina com o príncipe português, que vivia no Brasil, possibilitou que cientistas fossem enviados ao Brasil, Sachsen-Weimar também quis enviar alguns. Essa empreitada acabou não dando certo, mas desde então Goethe dedicou um interesse cada vez maior a esse enorme país, não apenas a encargo do seu príncipe. Para obter novas informações, ele aproveitou uma enorme rede de relações pessoais. Acresce-se a isso o fato de ele ter preferido, como personalidade famosa que era, atrair para si visitantes que pudessem lhe contar coisas sobre o Brasil. A Editora Nave de Florianópolis planeja neste ano publicar uma edição aumentada do meu livro *A viagem de Goethe ao Brasil*.<sup>1</sup> Neste texto, gostaria de antecipar, utilizando as publicações de Weimar sobre o Brasil, a importância dessa pequena cidade para a recepção do Brasil no espaço de língua alemã no início do século XIX. Além disso, partindo do exemplo dos dois primeiros pesquisadores da Alemanha e da Áustria que viajaram ao Brasil e com os quais Goethe manteve contato, demonstro aqui o quão profundo e amplo era o interesse de Goethe pelo Brasil.

Um deles é Wilhelm Ludwig von Eschwege, o “pai da geologia brasileira”, que publicou a segunda parte do seu livro *Journal von Brasil* em 1819, ou seja, duzentos anos atrás, justamente em Weimar. O outro é Johann Emanuel Pohl.

Em 2011/2012, o Instituto Martius Staden publicou uma bibliografia da literatura em língua alemã sobre o Brasil com as publicações que vieram a lume

até o ano de 1900. No total são 905 títulos. O Gráfico 1 mostra todos os locais nos quais foram publicados mais de 10 títulos sobre o Brasil até o ano 1900.

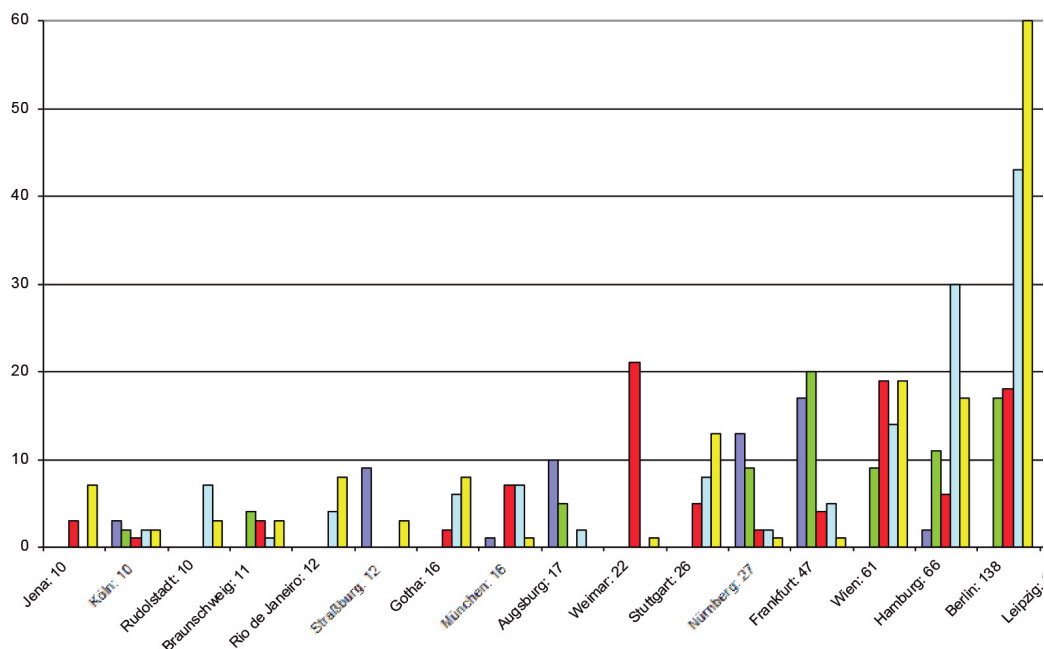


Gráfico 1 – Locais nos quais foram publicados mais de 10 títulos sobre o Brasil até o ano 1900.

Obviamente evidencia-se aqui o desenvolvimento do mercado livreiro. Enquanto nos dois primeiros séculos após o descobrimento do Brasil (ou seja, antes de 1700) surgiram apenas 97 publicações em língua alemã sobre o Brasil, no século seguinte – de 1700 a 1799 – foram publicadas 132 e, até 1900, um total de 676 obras sobre o Brasil.

Se dividirmos o século XIX, salta aos olhos imediatamente a posição especial de Weimar entre os anos 1800 e 1832: 21 publicações sobre o Brasil; e se considerarmos também Iena – fala-se frequentemente da “dupla cidade” de Weimar-Iena –, chega-se a um total de 24 publicações, contra Viena com 19 e Hamburgo e Berlim com 18 publicações cada até 1832.

Como é possível que uma cidade tão pequena quanto Weimar<sup>2</sup> publicasse mais livros sobre o Brasil do que as grandes “cidades do livro” de Leipzig, Berlim, Hamburgo, Viena e Frankfurt?

Em Weimar publicavam-se nessa época sobretudo obras científicas com conteúdo botânico e geográfico, bem como relatos de viagens. Além dessas obras de Weimar elencadas na bibliografia do Instituto Martius Staden, a editora cartográfica Landes-Industrie-Comptoir publicou uma variedade de revistas e cadernos que não apareceram na estatística. Assim, é possível encontrar cerca de 100 fontes sobre o Brasil nas revistas *Allgemeine Geographische Ephemeriden* e *Neue Allgemeine Geographische Ephemeriden*. Em outras publicações da

casa editorial de Bertuch também se encontram fontes sobre o Brasil, como no *Bilderbuch für Kinder* [Livro de figuras para crianças], na revista *Allgemeines Deutsches Gartenmagazin* [Revista Alemã Geral de Jardinagem] e mesmo no *Journal des Luxus und der Moden* [Jornal do luxo e das modas]. Em 1800, o Instituto Geográfico de Weimar era o principal produtor de mapas do Brasil.

### **Biblioteca dos relatos de viagem**

Em 1806 vem a lume a primeira publicação maior sobre o Brasil na casa editorial de Friedrich Justin Bertuch: *Reise nach Brasilien und Aufenthalt daselbst in den Jahren 1802 und 1803* [Viagem ao Brasil e estada ali nos anos de 1802 e 1803] de Thomas Lindley, traduzida em partes e publicada por Theophil Friedrich Ehrmann – o escritor e geógrafo falecido em Weimar em 23 de abril de 1811.

Em seu relato preliminar, Theophil F. Ehrmann descreve de maneira muito acertada a dificuldade em obter novas notícias sobre o Brasil:

Ainda temos muito poucas notícias novas e satisfatórias sobre esse país tão peculiar em tantas maneiras que é o Brasil, de modo que qualquer contribuição para ampliação do conhecimento sobre esse país deve ser bem-vindo, por pouco útil que possa parecer. De fato, temos diversos relatos mais recentes de viajantes que em suas viagens visitaram um ou outro porto brasileiro, nos quais especialmente navios ingleses atracavam para trazer suprimentos a bordo [...].

Dos portugueses, os donos dessa terra, cuja política mesquinha é bastante contrária aos progressos do planeta, há muito não recebemos novas notícias sobre o estado atual do rico Brasil, e tampouco podemos esperar receber alguma logo, pois o governo português procura ocultar cuidadosa e temerosamente na maior obscuridade as fontes principais da sua riqueza, e por isso provavelmente nenhum estrangeiro conseguiu pesquisar mais a fundo esse país desconhecido, o que por conseguinte faz com que nos faltem relatos a respeito dele.<sup>3</sup>

Essa situação só se alterou com a fuga da casa real portuguesa para o Brasil em 1807/1808, para escapar às tropas de Napoleão. A sede de governo do Império Português já não era mais Lisboa, mas sim o Rio de Janeiro. O imperador português permitiu então a abertura dos portos, a imprensa, o comércio do Brasil com outros Estados além de Portugal, a fundação de universidades e academias. Foi também nessa época que se permitiu pouco a pouco que visitantes estrangeiros viajassem pelo país.

A Grã-Bretanha teve papel crucial na fuga da casa real portuguesa: ela fez que isso se pagasse por um tratamento preferencial no comércio. Assim, os ingleses foram os primeiros estrangeiros que puderam pisar os pés no interior do Brasil. Esses relatos de viagem foram publicados logo na Inglaterra, e em seguida foram traduzidos para o alemão e publicados sobretudo em Weimar.

Karl S. Gothke, em sua obra *Goethes Weimar und die Grosse Öffnung in die weite Welt*, demonstra de maneira bastante convincente a influência que as no-

tícias do agente literário Johann Christian Hüttner de Londres tinham sobre as encomendas da Biblioteca do grão-ducado. Londres, a potência marítima, certamente possuía os maiores conhecimentos sobre os continentes ultramarinos. O grão-duque Carl August se interessava muito por esses relatos de além-mar, e solicitou que Goethe os encomendasse e também os fizesse traduzir.

Numa carta de Carl August a Goethe, de 6 de dezembro de 1819, é possível perceber muito bem os motivos do duque para apoiar as traduções (aqui não de Bertuch, mas a revista *Ethnographisches Archiv* de Bran em Iena):

[...] principalmente aprendi a valorizar esses A[rquivistas] E[tnográficos] ao comparar o trabalho deles com o de Bertuch no *Journal der Reisen* e na *Völkerkunde*. Por esse motivo estou adquirindo livros ingleses, como demonstrado p. ex. pelos seguintes, e com isso adquiro para mim o conforto pessoal de conseguir ler em excertos dos A[rquivistas] E[tnográficos] rapidamente aquilo que eu desejava saber, enquanto eu ainda não tiver condições de estudar eu mesmo os livros escritos numa língua que eu ainda não domine bem o suficiente para lê-los fluentemente sem dicionário. Ofereça aos A[rquivistas] E[tnográficos] que editem à sua maneira e publiquem rapidamente os livros que lhes forneci e ainda lhes fornecerei. [...] Se eu pudesse manter o A[rquivo] E[tnográfico] em pleno funcionamento ao encomendar esses livros ingleses recentes, então isso me seria não apenas agradável, mas também muito interessante no tocante ao conforto e à sede por novidades, gentes, povos e geografia regional. Naturalmente os originais devem ser incorporados à biblioteca daqui ou de Iena. Cuide disso pra mim, sim? C.A.<sup>4</sup>

O interesse do duque é determinante para as encomendas. Até hoje só foi possível comprovar indiretamente se houve um acordo semelhante com Bertuch, pois muitos dos originais mencionados nos relatos de Hüttner reaparecem em tradução na biblioteca de relatos de viagens.

Devido a esse grande interesse, a Biblioteca Anna Amalia possui um dos maiores tesouros de literatura de viagem histórica (no original e em tradução alemã) entre os anos 1819 e 1828, o ano de morte de Carl August, incluindo também muitos livros sobre a América do Sul e o Brasil.

### **O príncipe Maximilian Wied zu Neuwied e o Landes-Industrie-Comptoir**

Provavelmente a maior publicação sobre o Brasil na casa editorial de Bertuch é da pena de Maximilian Wied zu Neuwied.

Desde muito cedo o público de Weimar acompanhou com grande interesse a viagem de Maximilian Wied zu Neuwied ao Brasil entre 1815 e 1817. Já em 1816, Goethe se informou com Isaak Gerning em Frankfurt a respeito de novidades da viagem do príncipe.

Já em 1818, Bertuch publicara no volume 3 das *Neuen Geographischen Ephemeriden* (p.79-91), sob a rubrica “Notícias mistas” as “Breves notícias so-

bre o andamento da minha viagem ao Brasil entre os 13 e 23 graus de latitude sul. (Enviadas a pedidos do sr. professor Oken de Iena, por Maximilian, príncipe de Wied-Neuwied)”.

Na carta de 21 de abril de 1818, Bertuch escreveu sobre isso ao príncipe:

O esboço escrito por Vossa Senhoria a respeito da Vossa tão interessante viagem ao Brasil [...] eu incorporei nas minhas A. Geographischen Ephemeriden a partir da Isis [...], pois desde o começo tomei como um mandamento colecionar ali todas as notícias sobre viagens científicas.<sup>5</sup>

A publicação do relato de viagem do príncipe ainda foi feita por Brönnner. Contudo, o príncipe Maximilian parece ter se decepcionado com ele e na sequência encomenda a Bertuch e Froriep a edição das suas *Abbildungen zur Naturgeschichte Brasiliens in 15 Lieferungen zu je 6 kolorierten Tafeln und den dazugehörigen Textblättern* [Ilustrações da história natural do Brasil em 15 lotes com 6 tabuletas coloridas e as folhas de texto correspondentes] de 1822 a 1831 em Weimar. Acrescem-se a isso os trabalhos sobre a história natural do Brasil com um total de 3.258 páginas, divididas em quatro volumes. Assim, esta é a maior obra publicada por Maximilian Wied zu Neuwied.<sup>6</sup>

No diário de Goethe aparece em 20 de julho de 1820 a entrada “*Reise des Prinzen Neuwied*” (Viagem do príncipe Neuwied); em 20 de março de 1821, “*Die Zeichnungen vom Prinzen von Neuwied auf ein Billet von Froriep an Serenissimum gesendet*” [Os desenhos do príncipe de Neuwied enviados a Serenissimum num bilhete de Froriep];<sup>7</sup> em 22 de março, lê-se “*Die Vögel und Thiere des Prinzen von Neuwied angesehen*” [Vistos os pássaros e animais do príncipe de Neuwied].<sup>8</sup>

Ele parece ter gostado dos livros, pois em 30 de junho de 1821 manda vir o livreiro Hoffmann: “Buchhändler Hoffmann mit Prinz von Neuwied und Kotzebue’s Reisen” [Livreiro Hoffmann com as viagens do príncipe von Neuwied e de Kozebue].<sup>9</sup> Podemos ver o entusiasmo dele nos seguintes anais: “In ferne Regionen versetzen uns die Zeichnungen zu des Prinzen von Neuwied Durchlaucht brasilianischer Reise: das Wundersame der Gegenstände schien mit der künstlerischen Darstellung zu wetteifern” [Os desenhos de Sua Alteza o príncipe von Neuwied referentes à sua viagem ao Brasil nos transportam a regiões longínquas: o curioso dos objetos parecia competir com a representação artística].<sup>10</sup>

### **Goethe e Wilhelm Ludwig von Eschwege**

O relato de viagem de Eschwege intitulado *Journal von Brasilien* foi publicado em dois volumes na editora de Bertuch em 1818 e 1819. Provavelmente ele foi o primeiro em Weimar a fornecer relatos sobre o Brasil por experiência própria, tanto ao príncipe quanto a Goethe.

Wilhelm Ludwig von Eschwege nasceu em 15 de novembro de 1777 na casa senhorial do solar Aue. Cresceu ali juntamente com Wilhelm Rehbein, cujo pai era administrador do solar de origem de Eschwege. Posteriormente Wilhelm

Rehbein seria uma pessoa importante na relação entre Goethe e Eschwege. Desde 1816 foi médico da corte de Weimar, e desde 1819 médico da casa de Goethe.

De 1776 a 1799, Eschwege estudou primeiro direito, depois medicina e, por fim, mineração e metalurgia em Göttingen. Ali também fez contato com o círculo de Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840), o anatomista e naturalista que desde 1776 fora catedrático de medicina em Göttingen. Baumbach foi mentor de vários naturalistas posteriores<sup>11</sup> que viajaram pelo mundo, entre eles também von Langsdorff, que posteriormente participou da circunavegação sob o comando de Krusenstern e foi embaixador russo no Brasil. Ali ele reencontraria também Eschwege.

Blumenbach manteve intensa correspondência com Goethe, na qual também tratou frequentemente de assuntos relativos ao Brasil, mesmo muito antes do verdadeiro segundo redescobrimto do Brasil.<sup>12</sup>

Mesmo tendo sido entusiasmado por Blumenbach e recebido desse e de muitos outros estímulos para empreender uma viagem científica, Eschwege mudou-se em 1799 para Marbach, concluindo ali em 1800 seus estudos de mineração e metalurgia. Em 1801, por intermédio de um amigo de seu pai, obteve uma vaga sem salário como assessor de mineradores em Richelshausen. Estabeleceu-se em Nentershausen, e fazia refeições com seu parente e antigo preceptor, o sr. von Baumbach.<sup>13</sup> Ali apaixonou-se perdidamente pela filha mais velha da casa, Sophie. Quando Sophie também se entusiasmou por Wilhelm Ludwig von Eschwege, os pais tiveram que intervir. Eram da opinião de que sua filha merecia algo melhor do que um assessor sem salário, mesmo vindo de uma boa família.

Em 1803, surgiu para Eschwege a oportunidade de trabalhar como mineador em Portugal. Posteriormente Eschwege comentaria que seu amor infeliz por Sophie teria dado o impulso decisivo para que tentasse sua sorte no exterior. Como diretor da siderúrgica em Foz d'Alge, foi o primeiro a conseguir fundir ferro em Portugal com sucesso.

Em 1807 os franceses marcharam para Portugal e tornaram impossível continuar o trabalho. Eschwege alistou-se como capitão no exército português. Em 1810 acompanhou a casa real para o Brasil, onde tornou-se catedrático de mineralogia, tenente-coronel imperial português do Corpo de Engenheiros, diretor-geral de todas as minas de ouro, inspetor de várias mineradoras e metalúrgicas na capitania de Minas Gerais e diretor do Gabinete Imperial de Minerais no Rio de Janeiro. Ele foi o primeiro a percorrer, pesquisar e cartografar grandes regiões de Minas Gerais. Até hoje a precisão e exatidão das suas anotações causam espanto no Brasil. Ele é tido geralmente como pai da geologia brasileira.<sup>14</sup>

Foi apenas em 1821 que retornou à Europa. Em Lisboa foi recebido com festa como membro da Academia Portuguesa de Ciências. Do imperador Dom João VI recebeu férias de dois anos para voltar à sua terra natal.

*Wilhelm Ludwig von  
Eschwege (1777-1855).*



*Johann Baptist Emanuel  
Pohl (1782-1834).*

Passando por Londres e Paris (onde se encontrou com Alexander von Humboldt), retornou à sua terra natal. Em janeiro já estava em Nentershausen, para fazer as pazes com a família Baumbach. Apenas depois de ter feito carreira é que pôde pedir a mão de sua Sophie.

Nesse meio tempo, Sophie von Baumbach tinha se tornado dama da corte da princesa Luise em Weimar. Goethe também mantinha contato com ela. Lemos no diário dele, na data de 14 de novembro de 1808: “*In der camera obscura mit Fräulein von Baumbach und Pauline Götter*” [Na camera obscura com a senhorita von Baumbach e Pauline Götter]<sup>15</sup>

Em outra entrada de diário, de 9 de setembro de 1817, lemos: “*Intuitiver Verstand (Kants) auf Metamorphose der Pflanze bezüglich. Zur Ankunft der Fürstinnen das Gartenhaus und sonstiges vorbereitet. Um 11 Uhr J. J. K. K. H. H. die Groß- und Erbgröszherzogin mit Gräfin Henkel und Fräulein von Baumbach. Blieben bis halb Eins*” [Razão intuitiva (de Kant) referente à Metamorfose das Plantas. Preparativos da casa do jardim e outros para a chegada das princesas. Às 11h J.J.K.K.H.H. a grã-duquesa e herdeira com a condessa Henkel e a senhorita von Baumbach. Ficaram até meio dia e meia].<sup>16</sup>

Eschwege foi para Weimar juntamente com sua Sophie. Fez contato com o grão-duque Carl August e lhe ofereceu diamantes brasileiros para comprar. Carl August encarregou Goethe da seleção. Já estava marcado para 16 de janeiro o primeiro encontro com Goethe: “*Herr von Eschwege aus Brasilien*” [Sr. von Eschwege do Brasil]. Em 17 de janeiro Eschwege e seu amigo Rehbein visitam Goethe para negociar diamantes:

*Hofmedicus Rehbein, welchem die Krystallformen für Serenissimum übergab. Zur Naturwissenschaft. Hofmedicus Rehbein, von Eschwege. Diamanten für Serenissimum gehandelt, worüber der Morgen hinging.*

[Médico da corte Rehbein, a quem entreguei as formas de cristal para Serenissimum. Conversa sobre ciências naturais. Médico da corte Rehbein, von Eschwege. Negociamos diamantes para Serenissimum, o que fez passar a manhã toda.]<sup>17</sup>

No mesmo dia Goethe, orgulhoso, passa ao seu príncipe informações sobre a negociação, e indica indiretamente o bom preço:

*Em. Königl. Hoheit*

*vermelde schuldigst das Resultat des Diamanten Handels:*

*Die flache doppelt dreyseitige Pyramide*

*4 1/2 Karat                      Conv. G. rh. 200*

*Drey mittlere,                      Louisd’or 15 St.*

*Drey kleinere,                      Louisd’or 8 St.*

*Louisd’or 23.*

*Alle durchaus deutlich krystallisirt und in der Form verschieden, auch sonst von einander abweichend. Von Höchstderoselben Entschluß wird die Entscheidung abhängen. Soviel kann ich sagen daß die von Prof. Weiß für das*



*Berliner Cabinet in der Blochischen Auction erstandene Diamant Krystalle, verhältnißmäßig theuer waren.*

*Befehlen Sie vor dem Entschluß die Waare nochmals zu sehen so sende sie. Doch thue ich es lieber gleich, mit bitte das Kästchen behutsam zu eröffnen.*

W. d. 17. Jan. 1822.

*unterthänigst*

*J. W. v. Goethe.*

[Vossa Alteza Real,

humildemente informo o resultado da negociação de diamantes:

A pirâmide plana dupla com três lados

4 1/2 quilates                      Conv. G. rh. 200

três médias,                      15 peças de luíses

três menores,                      8 peças de luíses

23 luíses.

Todas totalmente bastante cristalizadas e diferentes na forma, chegando a ser mesmo discrepantes entre si. A decisão depende da vontade de Vossa Majestade. Sobre isso, posso dizer apenas que os cristais de diamante adquiridos pelo Prof. Weiß para o Gabinete de Berlim no leilão de Bloch estavam relativamente mais caros.

Ordene Vossa Excelência ver novamente os produtos, e os enviarei. Incluo, contudo, o pedido de abrir a caixinha com bastante cuidado.

W[eimar], 17 jan. 1822

mui humildemente,

J. W. v. Goethe.]<sup>18</sup>

A decisão de Carl August foi tomada rapidamente, e já no dia 18 de janeiro de 1822 Goethe felicita ao seu príncipe pela aquisição realmente interessante, muito estimulante e emocionante:

*Er. Königliche Hoheit*

*zu der wirklich interessanten, manches an- und aufregende Aquisition Glück wünschend, vermelde, daß mit v. Eschwegen verarbeitet worden, er werde seine Zahlung bey Director v. Schreibers in Wien erheben; weshalb mir nur einige Worte von Höchst Denenselben ausbitte, welche mit einem Briefe begleitet sogleich absenden werde.*

*Wegen der Aufbewahrung der Kostbarkeiten in privatissimo bin vollkommen einverstanden und danke verpflichtet für das anzuvertrauende Juwelen-Schränkchen, daß in meiner klösterlichen Zelle mir die angenehmste Gesellschaft und Unterhaltung seyn wird; ich darf hoffen, die Ordnung wieder herzustellen. Der Catalog wird wohl in dem Schränkchen selbst liegen.*

*Weimar den 18. Januar 1822.*

[Vossa Majestade,

sobre a aquisição realmente interessante, muito estimulante e emocionante, informo que foi acordado com v. Eschwege que este receberá seu pagamento junto ao diretor v. Schreibers em Viena; por isso, solicito apenas

algumas poucas palavras da pena de Vossa Majestade, que tão logo enviarei acompanhada de uma carta.

Estou totalmente de acordo com o armazenamento das preciosidades in privatissimo, e fico infinitamente agradecido pelo armarinho de joias confiado a mim, que proporcionará companhia e divertimento mais agradáveis na minha cela de monge; posso esperar conseguir restaurar a ordem. O catálogo deverá ficar no próprio armarinho.

Weimar, 18 de janeiro de 1822.]<sup>19</sup>

A entrega do dinheiro por intermédio de Anton von Schreibers para Viena foi solicitada por Eschwege, pois tinha que realizar uma tarefa importante naquela cidade: entregar uma carta confidencial da princesa real brasileira Leopoldina ao seu pai, o imperador Francisco I da Áustria.<sup>20</sup> Entregar essa carta mostrou-se mais difícil do que se pensava, pois o príncipe von Metternich isolava sistematicamente o rei Francisco I. Eschwege aproveitou o tempo para visitar conhecidos, como o austríaco Pohl, que viajou para o Brasil.

Em março Eschwege está novamente em Weimar. Lemos no diário de Goethe, no dia 30 de março de 1822: “Herr Obrist von Eschwege besuchte mich und erzählte von seiner Reise” [Sr. coronel von Eschwege me visitou e contou da sua viagem].<sup>21</sup>

Durante a estada de Eschwege, houve uma nova negociação de diamantes. O duque Carl August comprou outras 42 pedras por 715 táleres. Em 29 de dezembro de 1822 Goethe autorizou a quitação.<sup>22</sup>

A seguinte carta de 29 de novembro de 1822, endereçada ao grão-duque Carl August, é muito elucidativa para entendermos os conhecimentos de Goethe e sua paixão de colecionador, admitida por ele mesmo:

*Ew. Königliche Hoheit*

*erlauben einen abermaligen unterthänigsten Vortrag.*

*Der Obrist von Eschwege zeigte bey seinem ersten Hierseyn unter andern Schätzen vier längliche Gläser, worin eine Anzahl chrySTALLISIRTER Diamanten befindlich, wovon einige besonders in die Augen fielen, so daß der Ankauf derselben wünschenswerth gewesen wäre; allein der Besitzer erklärte, daß dieses eine vorzügliche Sammlung sey, die er für sich selbst erlesen und davon also nichts einzeln ablassen könne.*

*.... Hierüber ist nun das beyliegende ausführliche Protokoll geführt, woraus hervorgeht, daß siebenundzwanzig Stücke wegen der Gestalt, die übrigen wegen der Farbe bedeutend sind und daß also das Zusammenbleiben dieser Gebilde höchst wünschenswerth und der Ankauf des Schatzes zu so vielen andern nicht unnräthlich sey.*

*Es kommt nun hauptsächlich darauf an, welchen Werth Ew. Königliche Hoheit selbst auf diese Acquisition zu legen geruhen, indem bey wiederholter Rücksprache der Besitzer von dem Preise der hundertunddreyßig Louisdor abzugeben nicht vermocht werden konnte.*

*Würden aber die in Höchst Ihre Besitz schon befindlichen chrySTALLISIRTEN und*

*farbigen Diamanten hinzugefügt, so wäre freylich ein nicht leicht gesehener Schatz zusammengebracht.*

*Unterzeichneter, der mit sich selbst in Zweifel ist, ob nicht Liebhaberey zu diesem Fache ihn die vorliegenden Gegenstände zu überschätzen veranlasse, übergibt das Ganze höchster Beurtheilung und gnädigster Entscheidung.*

*unterthänigst*

*Weimar den 29. November 1822.*

*J. W. v. Goethe.*

V. Majestade,

permita-me novamente fazer uma humilde apresentação.

Quando estive aqui pela primeira vez, o coronel von Eschwege mostrou, entre outros tesouros, quatro copos compridos nos quais se encontrava uma quantidade de diamantes cristalizados, alguns dos quais muito chativos, de modo que a aquisição dos mesmos teria sido desejável; o proprietário dela, porém, declarou que essa era uma maravilhosa coleção que escolhera para si e portanto não poderia se desfazer de nenhum item em separado.

[...] Sobre isso foi redigido o protocolo detalhado em anexo, do qual se depreende que vinte e sete peças são importantes devido à forma enquanto os restantes devido à cor, e que portanto manter juntos essas figuras é altamente desejável e aquisição desse tesouro entre tantos outros não seria desaconselhável.

Trata-se na verdade do valor que Vossa Majestade atribui a essa aquisição, pois após repetidas conversas o proprietário não pôde ser demovido do preço dos cento e trinta luíses.

Contudo, se eles fossem acrescidos aos diamantes cristalizados e coloridos que já se encontram de posse de Vossa Majestade, certamente ter-se-á juntado um tesouro difícil de se ver alhures.

O abaixo assinado, que se encontra em dúvida consigo mesmo se não seria o entusiasmo nessa área que o faz superestimar os referidos objetos, entrega o todo à melhor avaliação e decisão de Vossa Majestade.

Weimar, 29 de novembro de 1822.

Humildemente,

J. W. v. Goethe.<sup>23</sup>

Agora a relação entre Goethe, Eschwege e Carl August não estava mais restrita apenas ao comércio.

Quinze visitas de Eschwege a Goethe estão registradas nos diários de 1822 e 1823. Na maioria delas Rehbein esteve presente; todos se admiravam da coleção de joias do grão-duque, e Goethe pedia para que lhe contassem sobre o Brasil. Goethe estudou dias a fio os diários de viagem de Eschwege já em março de 1818 logo após a publicação (volume 1), e também em fevereiro e novembro (provavelmente o volume 2). Ainda hoje esses volumes se encontram na sua biblioteca.<sup>24</sup>

Em 18 de março de 1823, Wilhelm Ludwig von Eschwege se casou com sua Sophia em cerimônia íntima. Em novembro viajaram a Portugal, passando

por Londres. Enquanto esteve em Weimar, Eschwege publicou com Bertuch a obra *Geognostisches Gemälde von Brasilien* [Pintura geognóstica do Brasil], que deu de presente a Goethe.

Sobre isso, Goethe anota no seu diário em 18 de maio de 1822: “*Herr Obrist von Eschwege kam selbst Abschied zu nehmen und mir sein geognostisches Gemälde von Brasilien zu überreichen*” [O sr. coronel von Eschwege veio pessoalmente se despedir e me entregar sua Pintura Geognóstica do Brasil].<sup>25</sup> Goethe destaca aqui especialmente o itacolomito.

Eschwege viajou então novamente para Portugal, onde trabalhou como mestre de obras em Sintra. De Portugal Eschwege também fez chegar moedas brasileiras a Goethe, por intermédio de Rehbein. No diário de Goethe, lemos uma entrada datada de 25 de setembro de 1825: “*Kam Hofrath Rehbein. Brachte brasilianische Münzen von Herrn von Eschwege*” [Visita do conselheiro Rehbein. Trouxe moedas brasileiras do sr. von Eschwege].<sup>26</sup>

### **Johann Emanuel Pohl e Goethe: “Dificuldades da viagem ao Brasil”**

A relação de Goethe com o cavaleiro [Ritter] von Martius, o “pai da botânica brasileira”, já foi frequentemente enaltecida,<sup>27</sup> sobretudo no livro editado em 1932 por Alexander von Martius intitulado *Goethe e Martius*.<sup>28</sup> Mesmo no Brasil essa relação também foi suficientemente enaltecida. Um desses viajantes austríacos ao Brasil, de quem até hoje não se publicou nem mesmo uma biografia detalhada em alemão, é Johann Emanuel Pohl. Sua *Viagem no interior do Brasil* foi publicada em 1951 em português. José Honório Rodrigues escreveu no capítulo “Notícia sobre Johann Emmanuel Pohl”: “As contribuições objetivas, como as descrições de primeira mão das condições e costumes da sua época tornam seu Diário<sup>29</sup> uma fonte primordial para a história social e econômica do Brasil...”<sup>30</sup>

E apesar de esse relato de viagem de Johann Emanuel Pohl ter sido publicado só em 1832 e 1837 – portanto, após a morte de Goethe e até mesmo do próprio Pohl –, a expressão “uma fonte primordial para a história social e econômica do Brasil” também se aplicava para Goethe.

Johann Emanuel Pohl teve presença marcante em vários aspectos para a formação da imagem que Goethe tinha do Brasil, pois suas primeiras descrições pessoais sobre o Brasil (segundo o geólogo barão von Eschwege) vêm de Johann Emanuel Pohl. Goethe escreve em 5 de setembro de 1822 de Weimar para Christoph Ludwig Friedrich Schultz a seguinte carta:

*Mit Grafen Kaspar Sternberg nun hab ich vierzehn Tage in Marienbad zugebracht, alsdann sah ich ihn in Eger mit Berzelius, dem Schweden, und Pohl, dem brasilianischen Reisenden; der erste spielte uns die auffallendsten mikrochemischen versuche mit bewundernswürdiger Geschicklichkeit, ganz eigentlich aus der Tasche vor; Pohl ist ein sehr verständiger, unterrichteter, thätiger Mann. der auf seinen Reisen mehr als billig ausgestanden hat. Inzwischen*

*wird uns jener immense Welttheil doch immer klärer; dazu hat auch v. Eschwege beygetragen, der sich einige Wochen bey uns aufhielt.*

[Passei quatorze dias em Marienbad com o conde Kaspar Stenberg, depois do que também me encontrei em Eger com Berzelius, o sueco, e Pohl, o viajante do Brasil; o primeiro nos apresentou os mais fascinantes experimentos microquímicos com admirável habilidade, praticamente tirando tudo do bolso; Pohl é um homem bastante compreensível, educado e ativo que em suas viagens passou por muitas coisas. Entrementes, essa imensa parte do mundo tem se tornado cada vez mais clara para nós, e também tem contribuído para isso v. Eschwege, que passou algumas semanas conosco.]<sup>31</sup>

O encontro pessoal com Pohl ocorreu em 30 de julho. E essa foi uma das poucas vezes nas quais o próprio Goethe e não um escriba escreveu suas palavras sobre o Brasil. No dia 30 de julho de 1822 Goethe anotou de próprio punho: “Beschwerlichkeiten der brasil.(ianischen) Reise” [“Dificuldades durante a viagem ao Brasil”], quando Pohl lhe contava das dificuldades que teve durante sua viagem ao Brasil.

Já em 1º de agosto Goethe escreve (ou dita ao seu secretário) ao seu príncipe e sua princesa a respeito da conversa:

Ao grão-duque Carl August  
e à grã-duquesa Louise

*Königliche Hoheiten!*

*Wenn die ersten vierzehn Tage in Marienbad ohne sonderliches Interesse vorübergegangen, desto reicher an mannichfaltigen Guten waren die drey folgenden Wochen,” [...] “Er eilt mit Professor Pohl, dem brasilianischen Reisenden, nach München, um sich dort im Natursache umzusehen, so wie in andern, da sein Hauptgeschäft gegenwärtig zu seyn scheint, das Museum in Prag zu errichten, wohin er patriotisch seine bedeutende Sammlung zu stiften geneigt ist.*

Majestades Reais!

Se os primeiros quatorze dias em Marienbad passaram sem nada de interessante, as três semanas seguintes foram muito mais ricas das mais variadas maneiras” [...] [e adiante escreve sobre o conde Sternberg] “Ele está indo às pressas a Munique com o professor Pohl, o viajante do Brasil, para perscrutar o que se faz ali em ciências naturais e outras coisas, pois parece estar para acontecer o seu principal negócio, que é criar o museu em Praga, onde ele está patrioticamente inclinado a guardar sua importante coleção.”<sup>32</sup>

Em 2 de agosto Goethe escreve ao seu filho: “Graf Sternberg kam den 30ten gegen Mittag, begleitet von Dr. Pohl dem brasilianischen Reisenden und dem berühmten schwedischen Chemiker Dr. Berzelius. Die Unterhaltung war lebhaft und lehrreich” [“O conde Sternberg veio no dia 30 perto do meio-dia, acompanhado do Dr. Pohl, o viajante brasileiro, e o famoso químico sueco Dr. Berzelius. A conversa foi viva e edificante”].<sup>33</sup>

Na própria biblioteca de Goethe se encontra também um texto de Emanuel Pohl em uma parte algo incomum da revista *Wiener Zeitschrift für Kunst, Literatur, Theater und Mode* de 1821, sob o título “*Brasilianische Naturmerkwürdigkeiten in Wien*” [Curiosidades naturais brasileiras em Viena]. A *Revista Vienense para Arte, Literatura, Teatro e Moda* era publicada três vezes por semana. Na Biblioteca de Goethe se encontram as páginas 1217-1223, 1225-1229, ou seja o n.145 de 4 de dezembro de 1821, e o n.146 de 6 de dezembro do mesmo ano.

Chama a atenção nessa revista de moda um quadro dobrado que reproduz dois índios botocudos desenhados segundo a natureza e que foram “apresentados” em 1821 em Viena. Esse quadro, “*mit einer Abbildung der Botocuden-Indier des Mannes und des Weibes und des Profils von erstem*” [“com uma ilustração dos índios botocudos do homem e da mulher e do perfil do primeiro”] já havia sido publicado no n.138 da revista, em 20 de novembro. Contudo, na biblioteca de Goethe só se encontra a ilustração dessa edição da revista. Os botocudos foram trazidos do Brasil por Emanuel Pohl. Sem escrúpulos, os dois índios foram colocados à mostra em uma exposição pública no jardim Burggarten. A mulher faleceu em Viena, já o homem foi devolvido ao Brasil em 1824, passando por Londres.

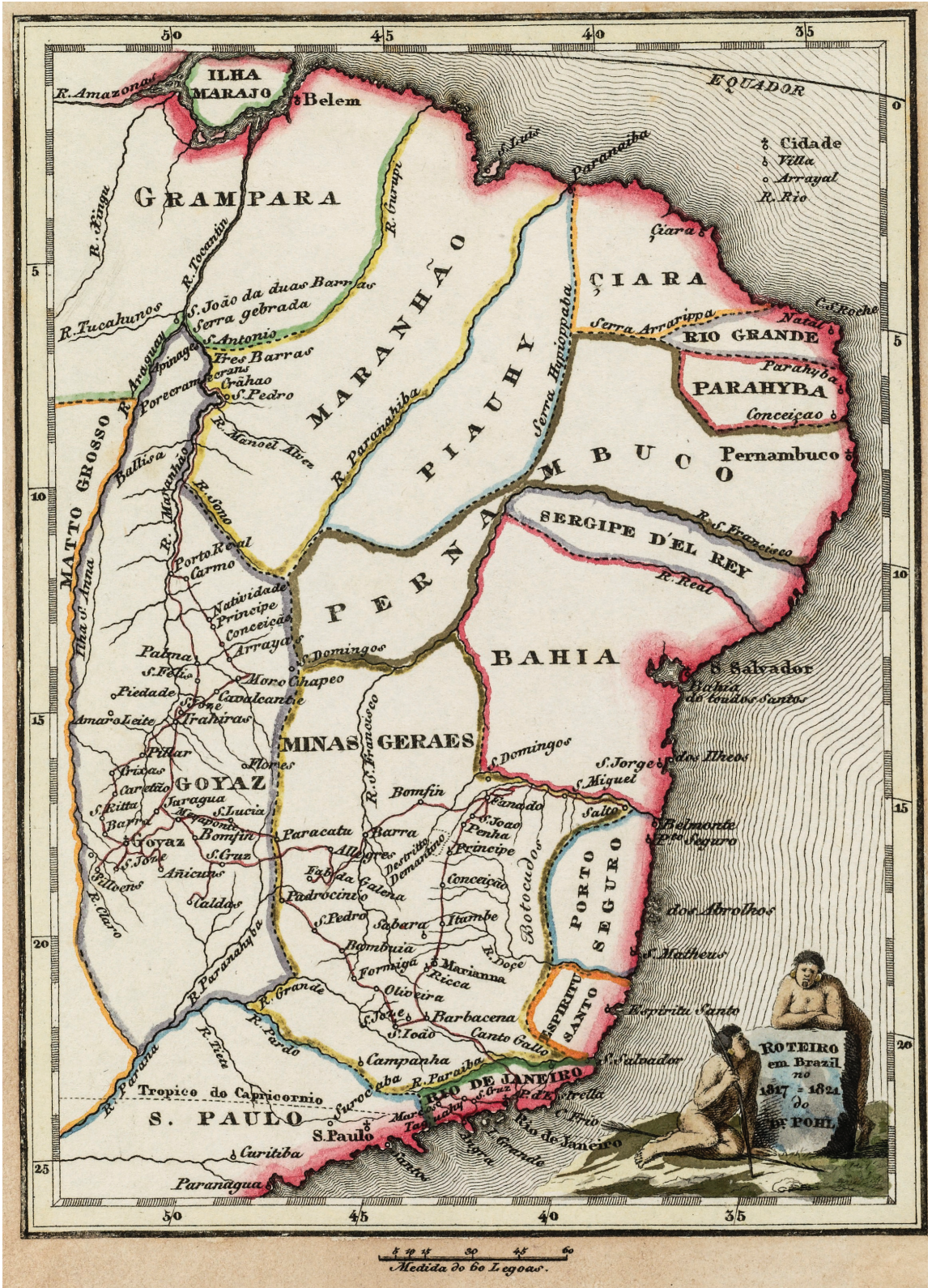
Como as revistas não se encontram na lista de livros novos de Goethe e como também não foi possível encontrar nenhuma menção a elas nas cartas a Goethe, suponho que Emanuel Pohl lhe entregou as revistas pessoalmente. Posteriormente Goethe mandou encaderná-las cuidadosamente junto com o quadro dos “Índios” e um mapa da viagem de Emanuel Pohl. Esse mapa não apareceu na revista de moda e também não foi possível descobrir nem local nem data de sua publicação.

Lê-se na vinheta do mapa, em português: “Roteiro em Brasil / no 1817 – 1821/ do / Dr. Pohl”.

As distâncias também são indicadas em português. Teria o Dr. Pohl mandado imprimir esse mapa ainda no Brasil? A antiga ordem política, visível por exemplo no tamanho de Pernambuco, permite concluir que um mapa impresso antes de 1757 foi complementado com a inscrição/vinheta. Este é um mistério ainda a ser resolvido!

As dificuldades da viagem foram descritas na revista de moda juntamente com uma orgulhosa listagem:

*Am 8.Sept. 1818 verließ Hr.Dr. Pohl Rio de Janeiro, um seine große Reise anzutreten, und sich über Barbarena, S. João del Rey, Formiga, Paracatu do Principe u. s. w. in die nordwestlich von Rio gelegene Provinz Goyaz zu begeben, in deren Hauptstadt, Villa Boa, er am 22. Jänner 1819 glücklich anlangte, nachdem er 138 Tage auf dieser Reise zugebracht und über 250 Meilen zurückgelegt hatte. Auf diesem, von keinem früheren Forscher betretenen Wege wurde er für alle Beschwerlichkeiten und selbst Gefahren durch*



Mapa da viagem de Emanuel Pohl.

*eine Menge der mannigfaltigsten und anziehendsten Entdeckungen (unter andern der höchst sonderbaren Lagerstätte der herrlichen, lange für Topase gehaltenen Krystalle in der Wüste Serra da Chrystaes und der ausgedehnten Formation des elastischen Sandsteines) überschwenglich belohnt, und, da er nicht unterließ, von jedem größeren Ruhepunkte aus sogleich Sendungen zu machen, so waren schon zwanzig reiche Verschlüge nach Rio abgegangen, bevor er jenes Ziel seiner Reise erreicht hatte. Die Regenzeit, unter jenem Breitengrade gewöhnlich zwischen November und April herrschend, nöthigte unsern Reisenden, drei Monathe in Villa Boa zu verweilen, in denen er sein Tagebuch ausarbeitete,*

[Em 8 de setembro de 1818, o sr. Dr. Pohl saiu do Rio de Janeiro para iniciar sua grande viagem, passando por Barbarena, S. João del Rey, Formiga, Paracatu do Príncipe etc. em direção à província de Goyaz localizada a noroeste do Rio, em cuja capital, Villa Boa, conseguiu chegar vivo em 22 de janeiro de 1819 depois de ter passado 138 dias em viagem e percorrido mais de 250 milhas. Nesse caminho, nunca antes percorrido por nenhum outro pesquisador, foi enormemente recompensado por todas as dificuldades e até mesmo perigos que passou, com uma grande quantidade das mais variadas e atraentes descobertas (entre outras, do local bastante curioso de depósito dos maravilhosos cristais do deserto de Serra da Chrystaes, considerados por muito tempo como topázios, e a ampla formação dos arenitos elásticos) e, como ele não deixava de enviar mensagens em cada ponto de descanso maior, logo chegaram vinte ricos baús ao Rio antes que ele tivesse chegado ao destino da sua viagem. A estação chuvosa, dominante e comum naquela latitude entre os meses de novembro e abril, obrigou nosso viajante a passar três meses em Villa Boa, quando trabalhou no seu diário.]<sup>34</sup>

Aliás, encontram-se nas coleções de Goethe alguns topázios brasileiros e também algumas peças de itacolomito não atribuíveis a Eschwege. Teriam essas peças vindo das grandes coleções de Pohl, por meio do cavaleiro von Schreibers?

Goethe escreve em 22 de junho de 1823 a Carl Franz Anton von Schreibers:

*Ew. Hochwohlgeboren  
höchst freundlichen Antheils war versichert,*

...

*Herr v. Froriep dankt zum schönsten für das übersendete Exemplar der brasilianischen Nachrichten; auch mir waren sie höchst angenehm, sodaß ich sie von Anfang bis zum Ende fleißig durchgelesen. Darf ich wohl bitten, mich bey diesem Anlasse Herrn Doctor Pohl bestens zu empfehlen? Ich hatte das Glück, bey seiner Durchreise durch Eger, obgleich nur auf wenige Stunden, ihn zu begrüßen und höchlich zu schätzen.*

*Die Seite 111 und 112 der brasilianischen Nachrichten verzeichneten Mineralien wünschte freylich in vollständiger Reihe zu sehen und mich Ew. Hochwohlgeboren belehrender Erklärung dabey zu erfreuen; einiges ist mir durch Herrn v. Eschwege bekannt geworden, vielleicht daß, wie schon früher durch*



*Ihre Güte geschehen, irgend eine Einzelheit auch zu uns gelangen könnte. Worum ich aber förmlich zu bitten wagen, ist um einige Musterstücke des Seite 113 gemeldeten Sandsteins, welchen Herr v. Eschwege Itakolumit benannt hat, worin sich denn auch der biegsame Sandstein, lagerweise, findet. Von dieser letzten Abänderung besitzen wir einige hübsche Stücke; allein mein Wunsch wäre, von dem Sandstein, der noch nicht biegsam ist, besonders da, wo er grobkörnig wird, ja sogar größere, pistazienähnliche, spindelförmige Quarzkörner in sich schließt, einige Stücke zu erhalten. Ich bin auf der Spur, ein gleiches oder ähnliches Gestein in Deutschland zu entdecken, und würde später nicht verfehlen, wenn es gelingt, Musterstücke zu übersenden.*

*Mit aufmerksamer Erwartung sehe ich allem dem entgegen, was Sie uns von jenen großen Unternehmungen als Ausbeute versprochen. Wie ich denn schließlich die Erhaltung Ihrer höchst schätzbaren Gewogenheit mir angelegentlichst erbitte, auch den Wunsch hinzufüge, daß es mir nur einigermaßen gelingen könne, irgend etwas Gefälliges gegen so vieles Freundliche leisten zu können.*

*Weimar den 22. Juni 1823.*

[Vossa graça bem-nascido,

garantiu-se a mais amigável participação, [...]

O sr. v. Froriep agradeceu efusivamente pelo envio do exemplar das notícias brasileiras; a mim também me agradaram muito, de modo que as li todas com afincio do início ao fim. Poderia pedir que nessa ocasião me recomendasse ao senhor Doutor Pohl? Tive a sorte de cumprimentá-lo e admirá-lo quando estive de passagem na cidade de Eger, mesmo que apenas por algumas poucas horas.

Gostaria de ver os minerais indicados nas páginas 111 e 112 das notícias brasileiras na sequência completa e me alegrar com as explicações instrutivas de Vossa Senhoria; tomei conhecimento de algumas coisas por intermédio do sr. v. Eschwege, talvez que, como já ocorrera por intermédio da Vossa Graça, alguma particularidade também tenha podido chegar a nós.

O que eu gostaria de solicitar formalmente seriam algumas amostras do arenito indicado na página 113, que o sr. v. Eschwege chamou de itacolumito, onde também se encontra o arenito flexível em camadas. Possuímos algumas belas peças dessa última modificação; eu desejaria apenas obter algumas peças do arenito que ainda não é flexível, justamente ali onde ele tem um granulado grande, incluindo até mesmo grãos de quartzo maiores, semelhantes a pistaches, em forma de fuso. Estou no rastro de encontrar uma pedra igual ou semelhante na Alemanha, e posteriormente não deixaria de lhe enviar amostras, caso seja possível.

Com atenta expectativa espero por aquilo que Vossa Senhoria nos prometeu como rendimento daqueles grandes empreendimentos. Enquanto solicito muito urgentemente receber os vossos mui estimados favores, gostaria de acrescentar o desejo que me seja permitido, ainda que minimamente, realizar algo que seja de seu agrado em troca de tamanha amizade.

Weimar, 22 de junho de 1823.

As *Nachrichten von den Kaiserlich Österreichischen Naturforschern in Brasilien und den Resultaten ihrer Betriebsamkeit* [Notícias dos naturalistas imperiais austríacos no Brasil e os resultados das suas atividades]<sup>35</sup> ainda se encontram na biblioteca de Goethe.

Em 1821, foi inaugurado o Museu Brasileiro em Viena, no segundo andar da casa do conte Harrach na rua Johannesgasse (hoje n.7). O cavaleiro von Schreibers era responsável por ser diretor do Gabinete de Naturalismo Imperial e Real, e Pohl foi curador de 1821 a 1834, dedicado exclusivamente às coleções botânicas e mineralógicas do Brasil. Sternberg também contou a Goethe sobre essa exposição. Posteriormente, Goethe escreveu que teria adorado participar do círculo de Viena. Dr. Pohl era quem estava presente para guiar convidados estimados por entre as coleções.<sup>36</sup> Devido a doenças e também por muitas outras rivalidades, Emanuel Pohl só conseguiu publicar seu relato de viagem depois de 1832. Antes disso, porém, foi publicada sua grande obra de botânica.

De 6 a 13 de junho de 1827 Goethe emprestou da biblioteca do duque a obra de Pohl intitulada *Plantarum Brasiliae Icones Et Descriptiones Hactenus Ineditae Iussu Et Auspiciis Francisci Primi, Imperatoris Et Regis Augustissimi*. Uma obra maravilhosa, de encadernação luxuosa e representativa, que foi publicada em várias edições.

Chama a atenção o fato de apenas 12 pessoas estarem destacadas na lista de assinaturas<sup>37</sup> (fonte dupla e em negrito), todas atribuíveis às casas reais da Áustria, da Baviera e de Portugal-Brasil, com exceção de duas. As exceções são o rei prussiano e Carl August, duque de Sachsen-Weimar. Aqui também se demonstra novamente a posição especial de Weimar com relação à recepção do Brasil na Europa. Essa obra extremamente rara – apenas 97 exemplares foram assinados, e para uma obra tão especial assim dificilmente eram impressos mais exemplares – encontra-se hoje no acervo da Biblioteca Anna-Amália.<sup>38</sup>

Numa carta de 9 de dezembro de 1826, Goethe menciona a obra de Pohl e se refere especialmente à *Manihot* utilíssima:

*Ew. Königliche Hoheit*

*genehmigen beykommende Sendung: zuvörderst den ersten Fascikel der brasilianischen Pflanzen, früher schon durch Director v. Schreibers angekündigt.*

*Das illuminirte Exemplar ist besonders erfreulich, und mir war höchst angenehm das Geschlecht Manihot so gut ausgestattet zu sehen; die Stengelblätter der utilissima haben schon einen bedeutenden habitus, auf sonstige merkwürdige Eigenschaften der Pflanze hindeutend.*

*Verehrend*

*unterthänigst*

*Weimar den 9. December 1826.*

*J. W. v. Goethe.*

Vossa Majestade

permita que lhe envie este anexo: primeiramente o primeiro fascículo das plantas brasileiras, já anunciado anteriormente pelo diretor v. Schreibers.

O exemplar ilustrado é especialmente agradável, e gostei muito de poder

ver o gênero *Manihot* tão bem representado; as folhas do caule da utilíssima já têm um habitus significativo, apontando para as demais características curiosas dessa planta.

Honrando-o,

mui humildemente,

Weimar, 9 de dezembro de 1826

J. W. v. Goethe.]<sup>39</sup>

Em junho de 1828 faleceu Carl August. Ainda em 17 de março Goethe anota em seu diário: “*An Serenissimum, mit dem dritten Heft der Flora brasiliensis von Pohl*” [A *Serenissimum*, com o terceiro volume da *Flora brasiliensis* de Pohl].<sup>40</sup>

Com Carl August, Goethe admirou as plantas brasileiras de Pohl. No duque teve um amigo seguro das ciências naturais. Podemos notar o quanto Goethe foi afetado pela morte do seu príncipe a partir das linhas desta sua carta ao cavaleiro von Schreibers:<sup>41</sup>

*Er. Hochwohlgeboren*

*vergegenwärtigen sich geneigtest und lebhaft den Zustand, in welchen mich das Abscheiden unseres unvergeßlichen Fürsten setzen muß (...) Seit jenem Augenblick, der uns in die traurige Gewißheit versetzte, fand ich mich, in so hohen Jahren, kaum fähig denen Obliegenheiten genug zu thun, die der Tag gleichgültig von mir forderte, eben als wenn es noch die freudige und behagliche Zeit wäre, wo man unter den Augen des vorzüglichsten Fürsten sich zu beschäftigen das Glück hatte.*

[Vossa Excelência

imagine de maneira empática e viva o estado no qual a despedida do meu inesquecível príncipe deve ter me colocado. [...] Desde o momento que nos colocou nesta triste consciência, encontrei-me, em idade tão avançada, praticamente incapaz de cumprir suficientemente as obrigações que o dia exigia de mim de maneira indiferente, como se ainda estivéssemos no tempo alegre e confortável no qual tínhamos a sorte de nos ocupar sob o olhar do mais excelente dos príncipes.]<sup>42</sup>

Goethe adquiriu para Carl August muitos elementos da *Brasiliana* de Weimar. Era inverno. Um inverno frio em Weimar. E como nos invernos anteriores, dedicou-se novamente às coisas do Brasil.

E assim lemos nesta outra carta:

*Nehmen Er. Hochwohlgeboren daher verpflichteten Dank, daß Sie mir Veranlassung geben, zu versichern: Gesinnungen und Vertrauen voriger Zeit seyen noch immer dieselbigen, auch habe sich wahrhafte Hochachtung und treue Anerkennung keineswegs vermindert. Ich erwarte daher dankbar die nächste Sendung der Flora brasiliensis, welche mir besonders in dem Augenblicke sehr willkommen ist, da ich Veranlassung finde mich wieder für einige Zeit mit Botanik zu beschäftigen.*

[Por isso receba Vossa Excelência um grande agradecimento por me ter permitido garantir o seguinte: atitudes e confiança de épocas passadas se-

jam sempre as mesmas, e que o verdadeiro respeito e o fiel reconhecimento não tenham diminuído de maneira nenhuma. Assim, aguardo agradecido o próximo envio da Flora brasiliensis, que me será muito bem-vinda especialmente nesse momento em que encontro oportunidade para novamente me dedicar à botânica por algum tempo.]<sup>43</sup>

Podemos apenas especular como eram as relações de Goethe com os brasilianistas barão von Eschwege e Dr. Pohl. Para todos aqueles que se interessarem, remeto à edição brasileira do meu livro *Goethes Reise nach Brasilien*. Essa edição bastante ampliada aponta, porém, somente para uma pequena parte da rede de contatos brasileiros de Goethe. Hoje em dia é praticamente impossível compreender um gênio como Goethe em apenas em um aspecto que seja, mesmo com toda a fortuna crítica. Os outros volumes das cartas endereçadas a Goethe nos dão esperança de obter novas informações.

## Notas

- 1 Cf. Schneider (2008). O formato da edição brasileira do meu livro *Goethes Reise nach Brasilien*, publicado originalmente em 2008, será duas vezes maior que a edição alemã. As maravilhosas gravuras em cobre sobre o Brasil da biblioteca de Goethe serão mais valorizadas na edição brasileira. O livro documenta os estudos do escritor alemão Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) sobre a botânica, a geologia e a cultura do Brasil, conforme os registros nos seus diários, de 1802 a 1831. Revista e ampliada, a edição brasileira é um “livro de arte” e inclui 90 reproduções inéditas de gravuras do século XIX do acervo da Klassik Stiftung Weimar (KSW), além de inéditos da correspondência de Goethe com os brasilianistas. Um “*hot site*” acompanha todo o projeto. Para acessibilidade às pessoas com deficiência visual, a edição integral do livro nos formatos audiolivro e PDF acessível estará disponível no “*hot site*”.
- 2 Weimar, que tinha cerca de seis mil habitantes quando Goethe chegou a ela, mal ultrapassa nessa época a marca de dez mil habitantes. Em 1800 ela ainda tinha menos de dez mil habitantes, enquanto a população de Viena cresceu de quase 250 mil para mais de 400 mil habitantes em 1832; a de Berlim, de 170 mil para cerca de 270 mil; e a de Frankfurt, de 40 mil para mais de 50 mil habitantes. Como comparação, em 1799 o Rio de Janeiro tinha cerca de 43 mil habitantes, e cresceu para 130 mil em 1832.
- 3 Citado em Schneider (2011, p.63).
- 4 Carta retirada de Guthke (2005, p.34); por sua vez Guthke retirou-a do *Goethe - Schiller Archiv*, assinatura A 310.
- 5 Brasilien-Bibliothek der Robert Bosch GmbH: Katalog Band II Teil 2, Stuttgart 1991, p.31.
- 6 No gráfico acima a obra de Wied é apenas uma das 21 publicações.
- 7 Cf. Goethe-WA, parte III, v.8, p.30.
- 8 Op. cit., p.31.
- 9 Op. cit., p.73.
- 10 Cf. Goethe-WA, parte I, v.36, p.199.
- 11 Cf. sobre isso Plischke (1937).

- 12 Cf. a carta datada de 8 de dezembro de 1802: “Na sua última estada aqui, V. Ex<sup>a</sup> me deu uma folhinha, que retorno a seguir. Nela V. Ex<sup>a</sup> deseja dois livros, o primeiro dos quais ainda não pode ser encontrada na biblioteca de Büttner. Não consta de nenhum catálogo. Se nos depararmos com ele na revisão vindoura, então eu o enviarei no devido tempo. O outro se encontra em Weimar, mas em latim. Os acréscimos manuscritos se referem principalmente ao Brasil e, conforme pude deduzir de um rápido olhar, sobretudo à pronúncia e à ortografia de nomes estrangeiros. V. Ex<sup>a</sup> mesma vai poder avaliar melhor o valor disto. Entreguei o livro, bem empacotado, ao Industrie Comptoir, que espero que também tenha despachado a grande rocha com o fóssil de xisto [*Kräuterschiefer*]. Aqui segue uma carta de Augusto, que como sempre continua a pensar em si com paixão. As melhores recomendações ao vosso círculo. Weimar, 8 de dezembro de 1802. Goethe” (Goethe-WA, parte IV, v.16, p.153ss).
- 13 Cf. sobre isso, Beck (1956).
- 14 Sobre Eschwege, recomendo a bibliografia de Friedrich Sommer (1928). Ainda muito reverenciado no Brasil, na Alemanha Eschwege infelizmente caiu no esquecimento. As publicações sobre o seu sesquicentenário de nascimento, em 2005, foram extremamente escassas, para dizer o mínimo.
- 15 Cf. Goethe-WA, parte III, v.3, p.399.
- 16 Op. cit., v.6, p.10 (grifo nosso).
- 17 Op. cit., v.8, p.158.
- 18 Op. cit., v.35, p.243ss.
- 19 Op. cit., v.35, p.246ss.
- 20 Mais sobre isso no capítulo sobre Leopoldina e os naturalistas austríacos (Schneider, 2008, p.89ss).
- 21 Cf. Goethe-WA, parte III, v.8, p.180.
- 22 Fica claro o quão alto é esse valor se pensarmos que o salário de um ano de 200 táleres já era visto como muito bom.
- 23 Cf. Goethe-WA, parte IV, v.36, p.216ss.
- 24 Em Ruppert os dois livros estão anotados sob o n<sup>o</sup> 4102: Eschwege, Wilhelm Ludwig von, *Journal von Brasilien*.
- 25 Cf. WA, parte III, v.8, p.195.
- 26 Op. cit., v.10, p.106.
- 27 Em agosto de 2008 teve lugar em São Paulo, sob o ensejo dos 200 anos da publicação do *Fausto I*, o Simpósio Internacional “Fausto e a América Latina”. Das 30 palestras apresentadas (Alfredo Bosi, Oskar Negt, Ernst Osterkamp etc.), duas foram dedicadas às relações de Goethe com naturalistas que percorreram o Brasil no século XIX (mas estabelecendo relações com o “Fausto”): “[...] inteiramente presentes e como em casa numa parte do mundo tão remota”, de Marcus Mazzari (são palavras de Goethe, referentes ao estudo de Martius sobre palmeiras brasileiras) e, do professor Jochen Golz, “O contato de Goethe com a América do Sul à luz de seu espólio”. Esta palestra – publicada, como as demais contribuições, em versão revisada no volume “Fausto e a América Latina” – trabalhou com textos ainda hoje inéditos depositados no Arquivo Goethe-Schiller de Weimar.
- 28 Alexander von Martius era o neto do brasilianista Martius.

- 29 Ou seja, a obra de Pohl em dois volumes intitulada *Viagem no interior do Brasil*.
- 30 Pohl (1951, p.X).
- 31 Cf. Goethe-WA, parte IV, v.36, p.141ss.
- 32 Op. cit., p.104.
- 33 Op. cit., p.105.
- 34 „Brasilianische Naturmerkwürdigkeiten in Wien“, In: Wiener Zeitschrift für Kunst, Literatur, *Theater und Mode*, n.145, p.1218, 1821.
- 35 Ruppert (p.4111).
- 36 Goethe leu sobre isso em 1823 em *De Isis*.
- 37 Carolus Augustus, Magnus Dux Saxo-Vimarensis II.
- 38 Em *Brasilien Alte Bücher Neue Welt*, sobre a Biblioteca Brasileira da Robert Bosch GmbH, fala-se de 62 exemplares. No total essa obra foi publicada em 8 edições com 200 litografias.
- 39 Cf. Goethe-WA, parte IV, v.41, p.250ss.
- 40 Cf. WA, parte III, v.11, p.194.
- 41 Cf. Goethe-WA, parte IV, v.45, p.165ss.
- 42 Cf. Goethe-WA, parte IV, v.34, p.139ss.
- 43 Cf. Goethe-WA, parte IV, v.45, p.165-6.

## Referências

„BRASILIANISCHE Naturmerkwürdigkeiten in Wien“, In: *Wiener Zeitschrift für Kunst, Literatur, Theater und Mode*, n.145, 146, Viena, 1821, p.1217-23 e 1225-29, 2 tabuletas de cobre 8° 1 brochura com cartas coladas.

ESCHWEGE, W. L. *Journal von Brasilien, oder vermischte Nachrichten aus Brasilien*. Weimar: Landes-Industrie-Comptoir, 1818.

\_\_\_\_\_. *Geognostisches Gemälde von Brasilien und wahrscheinliches Muttergestein der Diamanten*. Weimar: Landes-Industrie-Comptoir, 1822.

GOETHE, J. W. von. Briefe. In: \_\_\_\_\_. *Goethes Werke*. Edição editada sob os auspícios da grã-duquesa Sophie von Sachsen-Weimar, seções I-IV. Weimar, 1887-1919. v.IV. (WA).

\_\_\_\_\_. *Die Schriften zur Naturwissenschaft*. Vollständige mit Erläuterungen versehene Ausgabe im Auftrage der Deutschen Akademie der Naturforscher Leopoldina [Leopoldina-Ausgabe]. Ed. Dorothea Kuhn e Wolf von Engelhardt. Weimar, 1947-2019 (LA).

\_\_\_\_\_. *Sämtliche Werke. Briefe, Tagebücher und Gespräche*. Org. Friedrich Apel, Henrik Birus et al. Frankfurt. a. M., 1985. (FA).

GUTHKE, K. S. *Goethes Weimar und „Die große Öffnung in die weite Welt“*. Wiesbaden: Harrassowitz, 2001.

KOSTER, H. *Reisen in Brasilien*. Weimar: Landes-Industrie-Comptoir, 1817.

LINDLEY, T. *Thomas Lindley's Reise nach Brasilien und Aufenthalt daselbst in den Jahren 1802 und 1803*. Weimar: Landes-Industrie-Comptoir, 1806.

NACHRICHTEN von den Kaiserl. Österreichischen Naturforschern in Brasilien und den Resultaten ihrer Betriebsamkeit. (...) Aus den Berichten und Briefen der Naturforscher (...) an Karl von Schreibers, Viena, 1820-22

POHL, J. E. *Plantarum Brasiliae Icones Et Descriptiones Hactenus Ineditae Inssu Et Auspiciis Francisci Primi, Imperatoris Et Regis Augustissimi*. Viena: Strauß, 1827-1831.

SCHNEIDER, S. *Goethes Reise nach Brasilien, Gedankenreise eines Genies*. Weimar: wtv, 2008.

\_\_\_\_\_. *Die Welt aus Weimar: Goethe, Bertuch und Brasilien*. In: 9. CONGRESSO ALEMÃO DE LUSITANISTAS, Seção 2. 2011 Viena.

\_\_\_\_\_. *Viagem de Goethe ao Brasil*. Florianópolis: Editora Nave, 2019.

\_\_\_\_\_. „Weimar druckt Brasilien“. In: CHRISTOPH. A. *Die Welt aus Weimar : zur Geschichte des Geographischen Instituts ; Stadtmuseum Weimar 29. Juli - 16. Oktober 2011*. Jena: Ernst-Haeckel-Haus, 2011. p.59-68.

SCHWEIZER, C. *Johann Wolfgang von Goethe und Kaspar Maria von Sternberg: Naturforscher und Gleichgesinnte*. Münster: 2004.

SOMMER, F. *Wilhelm Ludwig von Eschwege. Das Lebensbild eines Auslandsdeutschen mit kulturgeschichtlichen Erinnerungen aus Deutschland, Portugal und Brasilien 1777-1855*. Stuttgart: 1928.

*RESUMO* – No início do século XIX, o ducado de Sachsen-Weimar era um centro da recepção dos novos conhecimentos sobre o Brasil. O grande interesse do duque Carl August e as redes do seu homem de estado Goethe tiveram parte nisso. O grande editor Friedrich Justin Bertuch foi um dos que contribuíram desde Weimar para a divulgação desses novos conhecimentos.

*PALAVRAS-CHAVE*: Goethe, Schreibers, Pohl.

*ABSTRACT* – In the early 19<sup>th</sup> century, the Sachsen-Weimar duchy was a reception hub for new knowledge about Brazil. The great interest of duke Karl August and the “network” of the new member of his privy council, Goethe, played an important part in this. The great editor Friedrich Justin Bertuch was one of those who contributed from Weimar to the dissemination of this new knowledge.

*KEYWORDS*: Goethe, Schreibers, Pohl.

*Sylk Schneider* estudou romanística, geografia e economia em universidades da Alemanha e do Brasil (Tübingen e Recife). É também curador, tendo organizado várias exposições em Weimar e outras cidades alemãs. Autor, entre outros trabalhos, de *Goethes Reise nach Brasilien [A Viagem de Goethe ao Brasil]*.

@ – sylkweimar@web.de / <https://orcid.org/0000-0002-2328-8911>.

Tradução de Daniel Martineschen. O original em alemão – “Goethe und sein Brasilienetzwerk” – encontra-se à disposição do leitor no IEA-USP para eventual consulta.

<sup>1</sup> Universidade de Tübingen, Tübingen, Alemanha.

Recebido em 5.2.2019 e aceito em 9.5.2019.





# Atualidades



# Golpe de Estado: entre o nome e a coisa<sup>1</sup>

MARCOS NAPOLITANO<sup>1</sup>

DESDE 2016, a palavra “golpe de Estado” voltou a fazer parte do vocabulário político corrente no contexto brasileiro. A deposição de Dilma Rousseff incitou um debate nacional resumido na pergunta que não queria calar: “foi golpe ou não foi golpe?”. Editorialistas e colunistas da imprensa, acadêmicos especialistas e cidadãos anônimos se envolveram nesse debate, respondendo a ela quase sempre conforme suas preferências ideológicas e simpatias políticas. Se ainda não nos é possível tomar distância desse processo recente e traumático, cujas feridas sociais e políticas ainda estão abertas, devemos lembrar que a expressão “golpe de Estado” é um conceito secular que pode aderir ou não a processos políticos de fato. Portanto, pensar esse conceito pode nos ajudar a qualificar debates conjunturais, mesmo sem a pretensão de esfriar paixões e interesses inerentes à política. Como todo conceito, está carregado de sentidos explicativos *a priori*, construídos em um debate que tem uma longa história na filosofia, na história e nas ciências sociais. Obviamente, o conceito de “golpe de Estado”, como qualquer outro conceito, não é estático e pode ser modificado ao longo do tempo em cotejo com processos sociais e políticos verificáveis.

Sua formulação seminal se deu na literatura tratadística do século XVII, elaborado por Gabriel Naudé (1993) em 1639. Naudé foi bibliotecário do cardeal Mazzarini na corte francesa de Luís XIII e Luís XIV, entre 1642 e 1653. Além de teórico da biblioteconomia, foi um tratadista da política. É nessa linha que sua reflexão sobre o “golpe de Estado” se inseriu. O conceito de golpe de Estado, nesse caso, nos lembra a clássica reflexão sobre as atribuições do Príncipe de Maquiavel, cujas ações devem se basear na “Razão de Estado” e na manutenção do seu poder, considerado o fundamento da estabilidade social e política do Reino. O princípio de “Razão de Estado” foi desenvolvido na Itália desde o início do século XVI, instaurando uma nova moralidade para pensar a política (Gonçalves, 2015, p.10), que se afastava paulatinamente dos valores medievais do Bom Governo, calcado na tradição nobiliárquica e num certo senso comum de justiça e ética cristã. O Príncipe, como guardião da estabilidade do Estado, deveria saber agir contra a tradição, contra o “direito comum” e mesmo contra o senso de justiça, caso a conjuntura política assim o exigisse. Nessa linhagem, Naudé (1993, p.65) define o golpe de Estado como:

[...] ações audazes e extraordinárias que os príncipes se vêem obrigados a executar no acometimento de empreitadas difíceis, beirando o desespero,

contra o direito comum, e sem guardar qualquer ordem ou forma de justiça, colocando em risco o interesse de particulares pelo bem geral.

Essa ação audaz era considerada pelo autor um meio, moralmente neutro em si mesmo, que deveria ser utilizado com prudência, pois “para cumprir a justiça em coisas grandes [...] às vezes é necessário se afastar dela nas coisas pequenas, e para agir com justiça no geral é permitido fazer o mal nos detalhes” (apud Gonçalves, 2015, p.27). O conceito de “bem comum”, que no Antigo Regime se confundia com a sobrevivência do Estado diante de uma ameaça interna ou externa, estava acima dos interesses particulares e senso moral dos súditos, mas era visto como condição *sine qua non* da sobrevivência de uma dada sociedade e seus indivíduos.

Por outro lado, advertia o tratadista, golpes de Estado que fossem motivados por interesses privados do governante em simplesmente aumentar seu poder poderia levar à tirania.<sup>2</sup> Assim, o golpe de Estado era comparado a uma espada, que se pode “usar ou abusar” (Gonçalves, 2015, p.35). O tema da prudência, portanto, herdada do conceito de Bom Governo medieval, deveria se manter como tempero da ação dos Príncipes modernos, traçando uma linha entre o poder absoluto dos Reis, regrado pela justiça e exercido com humildade, e a tirania do governo arbitrário, pura e simples (Bossuet, 1709, p.240-1).

O problema, mesmo nessa obra seminal que lança o conceito de golpe de Estado, era apontar uma clara delimitação da fronteira entre o ordinário e o extraordinário no campo da política. Como definir, por exemplo, o caráter de excepcionalidade e ameaça ao “Estado” que justificasse a “ação audaz e extraordinária” do Príncipe? Para Naudé, os golpes de Estado deveriam ser utilizados para a “defesa”, para a “preservação”, para a “proteção” contra as “maldades e maquinações”. Ao fim e ao cabo, o Príncipe como guia da ação “audaz e extraordinária” na defesa do Estado era aquele que, simultaneamente, estando dentro e fora da norma política, deveria decidir-se sobre o momento dessa ação. O Príncipe poderia sair da norma para preservar o “bem geral” pois tinha legitimidade para tal, conforme as prerrogativas dinásticas. Idealmente, deveria ter prudência para utilizar-se de tal estratégia. Naudé ainda receitava que tais ações deveriam ser planejadas, discretas, utilizando-se de “meios dóceis e fáceis” que limitariam a violência generalizada e desregulada (Naudé, 1993, p.79-81).

Essas ponderações não impediram o autor de considerar como necessária a sangrenta “Noite de São Bartolomeu” (1572), famosa pela sua orgia assassina patrocinada pela nobreza católica contra os protestantes franceses, considerada por ele um golpe de Estado realizado para impedir um mal maior: a dissolução da França e do seu Estado pela ação deletéria dos Huguenotes contra a tradição católica do Reino de França.

Como não temos a pretensão, neste artigo, de rever, filosoficamente falando, o conceito seminal de Naudé, mas de estabelecer uma breve genealogia do conceito de golpe de Estado para pensar a sua utilização em tempos e espaços

mais próximos e atuais, o conceito naudeaniano poderia ser resumido em três pontos:

- O golpe de Estado é uma ação audaz e extraordinária, desencadeada em momentos de perigo máximo contra o Estado instituído e a dinastia legítima e reinante.
- O golpe de Estado deveria visar a defesa e conservação do “bem comum”, que na lógica do Antigo Regime se confunde com a preservação do próprio Estado.
- O Príncipe era o ator político autorizado a planejar, desencadear, conduzir e limitar tais ações extraordinárias, posto que sua legitimidade e autoridade absoluta (“aquele que não deve obediência a uma norma”) o colocava dentro e fora da norma comum, simultaneamente.

Em síntese, para Naudé, um golpe de Estado é um meio neutro para assegurar a sobrevivência coletiva, à custa da justiça e da liberdade de alguns. Alguns elementos que caracterizam esse conceito em sua versão primeira têm se mantido desde então, mas novos valores e novas questões de natureza política, ética, jurídicas e históricas entraram em cena a partir do século XVIII.

Em primeiro lugar, a justificativa ético-política de um golpe de Estado como “preservação coletiva” se viu severamente prejudicada depois da emergência do constitucionalismo e da ideia de democracia e liberdade como fundadoras da ordem política e social, a partir do século XVIII.<sup>3</sup> Novas relações entre política e direito tiraram a força moral do Príncipe como “senhor absoluto da justiça”, acima dos súditos, e o debate iluminista o aproximou dos Déspotas orientais (Reis, 2010). A ideia constitucionalista passou a ser a medida para balizar o pacto normativo entre cidadãos naturalmente livres, sem prejuízos das assimetrias e relações de força que atravessam as sociedades historicamente delimitadas. O conceito de golpe de Estado, à medida que as sociedades liberais regradas por pactos constitucionais foram ganhando força no contexto internacional, mudou de sentido e valor entre os teóricos da política. Mas nem por isso, os golpes de Estado deixaram de existir de fato, mesmo ocorrente, aparentemente, contra as regras do Direito e da boa política.

O debate teórico contemporâneo (Luttwalk, 2016; Rapoport, 2017) tem destacado outras características definidoras do conceito e dos processos históricos que demarcam um golpe de Estado. Esse debate é protagonizado, sobretudo, por juristas constitucionalistas e cientistas políticos que, a seu modo, ajudaram a rever e expandir o conceito.<sup>4</sup> Via de regra, nesse campo de debate, o golpe de Estado passou a ser visto como uma violação das regras constitucionais por atores institucionais, impondo uma solução de força, e não de direito, às crises políticas e sociais.

Para os institucionalistas,<sup>5</sup> uma das correntes mais influentes na ciência política contemporânea, as ausências das “escolhas racionais” no jogo da política, traídas por grupos radicalizados em contextos de polarização ideológica, abre

caminho para processos golpistas. Portanto, o golpe de Estado, nessa linhagem de interpretação, seria a forma de resolução de uma crise política que não foi absorvida institucionalmente dentro das regras constitucionais e práticas de negociação e pactuação, maximizando demandas de um setor, partido ou grupo social em detrimento dos outros grupos. No limite, Golpes seriam respostas autoritárias a situações de anomia institucional.

Na ciência política de tradição marxista, golpes de Estado são respostas a demandas por uma democracia ampliada ou por políticas redistributivas, sejam reformistas, sejam revolucionárias. Nesse sentido, golpes se articulam, frequentemente, a ditaduras de classe, ainda que disfarçadas de defesa dos interesses nacionais e policlassistas. Entretanto, se o conceito de ditadura foi amplamente explorado pela tradição marxista, o conceito de golpe de Estado nunca recebeu muita atenção. Os conceitos de Bonapartismo e Revolução passiva, para essa linhagem analítica, acabam sendo mais importantes para analisar um processo histórico, do que pensar a caracterização da tomada de poder em si. Nicos Poulantzas (2008), por exemplo, um dos principais teóricos do Estado no campo marxista, pouco se debruçou no conceito de golpe de Estado como categoria analítica autônoma. No texto sobre o golpe ocorrido na Grécia em 1967, Poulantzas chegou a formular uma tipologia de golpes de Estado, sempre associados a ditaduras (fascista, bonapartista e militar). A questão está focada mais no resultado político dos Golpes e de suas bases sociais, do que das suas formas de ação e dinâmicas processuais. Para Poulantzas, enquanto o golpe/ditadura fascista tem uma ampla base social e formas organizadas de massa, o golpe/ditadura bonapartista se equilibra no chamado “vazio de poder” entre as classes fundamentais, distribuindo benesses e reforçando o aparato burocrático de Estado. Já o golpe/ditadura militar surge como estratégia de resolução de crises e conflito de classes, calcada no controle do Estado por uma corporação armada profissional, ou por um dos seus estratos, reprimindo ou desmobilizando as massas, inclusive aquelas que lhe são simpáticas. Em outras obras do autor, a ideia de golpe se associa à exacerbação dos conflitos de classe e à luta pela direção do Estado dentro das frações das classes dominantes (Poulantzas, 2019).

Um ponto em comum nessas tradições analítica é entender o golpe de Estado como ação realizada por atores institucionais de Estado. Essa aparente tautologia não deve ser esquecida, pois em tempos de negacionismo histórico a própria palavra “Golpe” vem perdendo seu sentido histórico e aporte conceitual, tornando-se um mero adjetivo do qual se gosta ou não se gosta, descolando de processos políticos a ela associados.<sup>6</sup>

Se o Príncipe não é mais a figura personalizada que pode conduzir um golpe, surgem outros atores e instituições políticas que, frequentemente, estão por trás dos golpes contemporâneos: as Forças Armadas, o Congresso Nacional ou mesmo uma facção político-ideológica que, por algum motivo, esteja partilhando de uma coalização governamental e resolve expurgar seus adversários e

inimigos políticos. Quase todos os golpes de Estado, ao menos quando ocorrem em sociedades<sup>7</sup> complexas e plurais, buscam legitimar-se pelos mesmos argumentos listados por Naudé: excepcionalidade, preservação do “bem comum”, ação contra inimigos da sociedade nacional, do Estado e da “civilização”, preconizando muitas vezes a suspensão das normas jurídicas convencionais e da liberdade individual.

O problema é que, como vimos, a legitimação de golpes de Estado na contemporaneidade ficou mais complicado. O conceito de “Razão de Estado” tal como herdado do Antigo Regime não é mais aceito facilmente como argumento justificador. A emergência dos ideais de “felicidade pública”, direitos inalienáveis e liberdade individual, cristalizados pelos pactos constitucionais a partir do século XVIII, mudou os parâmetros culturais, legais e institucionais de avaliação dessas ações. Como pressupostos da política contemporânea, ainda que nem sempre efetivos e respeitados, eles pautaram um outro conjunto de valores e princípios a partir dos quais um golpe de Estado passou a ser avaliados pelos cidadãos, pelos atores políticos e pela comunidade internacional. Não por acaso, as situações de excepcionalidade e ameaça à ordem, e as formas de reação à ideia de “crise” sociopolítica passaram a ser definidas e previstas constitucionalmente mediante figuras como “Estado de Sítio” ou “Estado de Guerra”, cuja decretação passa por crivos institucionais que vão além de uma decisão arbitrária do governante ou de um grupo político e/ou burocrático.

Se atores, métodos e justificativas dos golpes de Estado variaram ao longo da história, esse elemento definidor – uma ação política de grupos que são “detentores do poder político” de Estado ou burocracias incrustadas no aparelho estatal – ainda tem pertinência na delimitação do conceito (Barbé, 1999, p.547). No século XX, a participação da burocracia militar (Forças Armadas) ou da polícia tem sido uma constante na maioria esmagadora dos golpes de Estado, sobretudo em nações economicamente atrasadas e socialmente desiguais. Portanto, um dos elementos centrais do conceito clássico que pode ser inquestionavelmente aplicado para explicar eventos históricos de fato é a ação dos “órgãos de Estado” em processos golpistas.

Em outras palavras, para se caracterizar um processo político como um “golpe de Estado”, o ator que o desencadeia, seja lá por qual motivo, deve estar abrigado no próprio Estado, aqui compreendido como estrutura jurídico-burocrática multifacetada e multidimensional. Mesmo com o crescimento de complexas burocracias profissionais estáveis (civis e militares) nos Estados constitucionais contemporâneos, submetidas à lei geral, ao princípio de despoliticização e à liderança de governo legítimo da vez, pode haver situações em que essa burocracia profissional desenvolva um ativismo político intenso e se torne protagonista de golpes de Estado. Nesses casos, a ação golpista ocorre quando uma burocracia se acerca de uma liderança política para impor uma determinada direção ideológica ao Estado e perseguir inimigos políticos, ou quando se in-

surge contra um mandatário constitucional eleito democraticamente (Luttwalk, 2016), descumprindo os pactos constitucionais e/ou desconsiderando as linhas sucessórias legitimadas pelas convenções políticas vigentes.

Via de regra, os golpes de Estado contemporâneos se colocam contra processos e projetos de mudança socioeconômica, vistos como “subversão da ordem tradicional” (ou alegados como tais pelos golpistas). A ação golpista pode acusar os governantes da ocasião de serem patrocinadores da “subversão” ou tolerantes a ela, depondo-os pela força. Em outra direção, a ação golpista pode ser conduzida pelo governante da ocasião, com apoio do aparato policial e militar, para reforçar seu poder diante dos adversários políticos e ideológicos.

Dentro desse segundo tipo de golpe, temos os famosos autogolpes no Brasil de Vargas, em 1937, e no Peru de Fujimori, em 1990. No primeiro caso, podem ser incluídos os golpes de 1964 no Brasil e parte dos golpes militares latino-americanos, embora em certos países, como no Uruguai, a militarização do Estado conviveu, em dado momento, com o poder constitucional e tolerância de um governante eleito.

### **Golpe, ditadura e revolução**

Se as bases delimitadas na literatura acadêmica podem ser aceitas para se definir as linhas gerais do que seria um golpe de Estado, várias questões daí derivadas permanecem abertas a polêmicas e revisões teóricas e historiográficas. A nomeação de um processo histórico de ruptura política tem sido, de fato, um desafio para a historiografia, apesar de as convenções e tradições da crônica política e da análise acadêmica consagrarem esse ou aquele termo. Mas quando explodem revisionismos de ordem historiográfica ou ideológica (ou uma combinação de ambas), os nomes consagrados dos fatos históricos são questionados e seu menor ou maior lastro conceitual é posto à prova.

Há processos históricos importantes, com grande impacto internacional, que desafiam as tipologias e definições normativas em torno do que seja um golpe de Estado e suas fronteiras em relação a um outro conceito central da História Contemporânea, a “Revolução” (Friedrich, 2017). Não é incomum que a opinião pública e os analistas identificados com as esquerdas usem o conceito de golpe de Estado para pensar várias situações de reviravoltas políticas e deposição de governantes eleitos, sem natureza revolucionária ou progressista. Em sentido complementar, ações políticas conservadoras contra uma ordem política que se autointitulam “revoluções” não tem merecido esse conceito por parte da tradição marxista e/ou progressista, mesmo que não possam ser consideradas “golpes de Estado” clássicos. Nesses casos, estamos diante de uma lacuna nominativa para qualificar um processo político. Por exemplo, como nomear com certa segurança conceitual uma deposição de um governante que se faz por uma rebelião de parte das elites tradicionais e de grupos sociais, como o ocorrido em outubro de 1930 no Brasil? Golpe ou Revolução? Como nomear esse processo como Revolução, se as classes fundamentais (burguesia, proletariado e campo-



neses) não foram protagonistas centrais? Voltarei a esse exemplo mais adiante.

Portanto, para nomear um processo como Golpe de Estado, a conexão entre elites políticas abrigadas nas estruturas do Estado nacional e a ação golpista é fundamental. Mas, frequentemente, tal ação política golpista faz parte do fenômeno geral da mudança de um regime político, com grandes consequências para a mudança da própria estrutura social, política e econômica de um país (Marturano, 2010, p.6). Aqui estamos na zona cinzenta entre golpes e revoluções, para além da delimitação que a tradição marxista impôs ao conceito. Nessa linha de observação, os golpes de Estado podem não ser meramente reativos, e podem conter em si projetos políticos de mudança, tentando conciliar valores sociais tradicionais com processos controlados de “modernização” econômica, frequentemente entendida pelos golpistas, ao menos no contexto latino-americano e asiático, como reforço da ligação da economia nacional com o capitalismo internacional. No caso brasileiro, essa natureza dos golpes de Estado se manifestou, particularmente, ao longo da República e teve no Exército seu principal ator. Aliás, essas duas naturezas de um golpe de Estado podem não ser autoexcludentes, como demonstra 1964, que foi um golpe reativo (contra as esquerdas) e propositivo a um só tempo (a favor de um projeto de modernização conservadora da economia e do Estado).

Embora seja a tendência dominante, sobretudo na América Latina, nem sempre golpes de Estado significam manutenção do poder, *in totum*, de grupos tradicionais apoiado pela burocracia armada. Em muitos casos, os golpes forçam a entrada em cena de novos atores políticos, mesmo sem retirar os antigos donos do poder de maneira completa e irresoluta. No caso do Brasil, os golpes ao longo do século XX visaram manter a ordem social estruturante, mas tanto em 1937 quanto em 1964, tinham uma agenda de modernização econômica (capitalista) e institucional que pressupunha certos limites aos projetos econômicos das oligarquias agrárias tradicionais. Em chave ideológica diversa, mesclando certos elementos do discurso reformista de esquerda, socialmente inclusivo, o golpe militar no Peru, em 1968, que colocou Velasco Alvarado no poder, também se apresentou como ruptura.

Se o conteúdo do projeto político e econômico dos processos golpistas deve ser pensado, analisar a sua forma não é menos importante. Nesses dois casos, Brasil 1964 e Peru 1968, temos golpes de Estado que podem ser qualificados dentro do modelo “pretoriano”, marcado pela intervenção da alta burocracia militar na política para depor governos ou alterar regimes constitucionais. No caso brasileiro, além do “pretorianismo”, o evento de 1964 marcou um golpe de Estado político, com a mobilização de um aparato institucional ou “semilegal” para justificá-lo e legitimá-lo.

Mas há outros casos históricos ainda mais complexos que desafiam a relação direta entre golpe e ditadura. Por exemplo, como nomear a ascensão do fascismo na Itália e na Alemanha, forma política totalitária que tomou conta do

Estado, e instaurou uma nova ordem social e ideológica, a partir de um enredamento complexo com as ordenações jurídicas que lhes eram anteriores e a partir de processos eleitorais correntes e, em princípio, legítimos? Há alguma possibilidade de nomear como golpes de Estado esses processos de tomada de poder? Claro, podemos identificar uma ação “audaz e extraordinária” dos nazifascistas na Marcha sobre Roma e no incêndio do Reichstag, mas isso é suficiente para caracterizar um golpe de Estado nos termos que estamos tratando aqui? Esses são casos típicos de crise interna das democracias e escolha de ditadores a partir de dentro das regras institucionais, que perturbam o conceito de Golpe de Estado e ditaduras como rupturas abruptas e externas à ordem legítima.

Assim, quando Giorgio Agamben (2004) nos chama a atenção para as dificuldades e armadilhas de se delimitar claramente a ordem jurídica constitucional e pactuada (portanto, legítima e democrática) e o princípio do “estado de exceção” que via de regra é precedido por um golpe, não se trata de mera reflexão caprichosa e tonitruante, ainda que excessivamente normativa.<sup>8</sup> Os “estados de exceção” habitam as ordens constitucionais, podendo ser mobilizadas sem necessariamente a violação dessa ordem para impor ditaduras violentas, como prova a experiência nazista na Alemanha e as teorizações jurídicas de Carl Schmitt sobre o conceito de soberania e “estado de exceção” (Schmitt, 2006). Essa constatação tem uma dupla consequência para o debate em questão. Em primeiro lugar, a tomada de poder por um grupo disposto a impor uma nova ordem (autoritária e baseada na força) e expurgar inimigos políticos pode acontecer dentro dos marcos eleitorais e/ou constitucionais vigentes, afastando-se da definição clássica de golpe de Estado como ruptura e dos teóricos constitucionalistas mais estritos. Em segundo lugar, nos remete à necessidade de revisão do papel dos golpes de Estado como caminho necessário para imposição de ditaduras.<sup>9</sup>

Vale dizer, portanto, que nem todo golpe de Estado conduz a uma ditadura, assim como algumas ditaduras na história não foram, necessariamente, produtos de golpes de Estado. O caso brasileiro de 2016, embora tenha incrementado o caos político e institucional no país (ainda) não se traduziu em um regime ditatorial que viole princípios básicos constitucionais ou jurídicos, embora tenha alimentado a cultura política autoritária e a violência difusa na sociedade. Claro, podemos dizer que emana dos novos atores políticos eleitos em 2018 um conjunto de valores autoritários e intolerantes em relação a grupos políticos de centro e de esquerda e contra formas comportamentais transgressoras dos valores tradicionais e patriarcais. Nesse caso, o avanço do ultraconservadorismo está sendo construído a partir da conquista de postos parlamentares por grupos de direita, eleitos dentro das regras, e pelo hábil manejo das normas jurídicas vigentes por setores do poder judiciário, em nome do combate à corrupção, ainda que ancorados na defesa genérica das liberdades individuais (incluindo a liberdade empreendedora de mercado).

A relação entre “golpe de Estado” e “revolução” é ainda mais complexa, pois a tradição crítica de esquerda resiste em aceitar que ambos processos possam se conectar. Ainda que um tanto normativo e ligado mais ao debate político do que acadêmico, esse debate não deve ser menosprezado pela pesquisa histórica e pela reflexão mais aprofundada sobre o tema.

Conforme Carlos Barbé (1999), há duas grandes correntes para se pensar o problema.

- Se a Revolução é uma sublevação social organizada contra o poder político dominante, há uma diferença fundamental entre esse conceito e Golpe de Estado.
- Se a Revolução é vista como alteração brusca do sistema jurídico-político, não há diferença essencial, posto que um Golpe de Estado poderá desencadear esse processo.<sup>10</sup>

Há, portanto, um viés do debate que entende golpes de Estado como uma ação neutra em si mesma, um “método” de conquista do Estado pela força que não conteria, de maneira embrionária, qualquer forma política x ou y, nem uma ideologia inerente ao conceito (no caso, da direita conservadora e autoritária, que tem estado por trás da maioria dos golpes de Estado da história contemporânea).

O debate em torno da tomada de poder pelos bolcheviques em 1917 recoloca precisamente essa questão. A ação de Outubro que derrubou o governo menchevique foi uma revolução ou um golpe de Estado? Por outro lado, como destaca Domenico Losurdo (2017), como separar a Revolução de Outubro da Revolução de Fevereiro, *malgré* a própria narrativa da ruptura construída pelos bolcheviques? Nessa perspectiva, a tomada de poder pelos bolcheviques não pode ser entendida plenamente como um Golpe de Estado, até porque o Estado russo estava desmilinguido depois da queda do czar.

Independente das respostas plausíveis a essas questões, o fato é que processos golpistas e processos revolucionários não são simples de ser analisados, delimitados e definidos *a priori*, ainda mais quando se imbricam no mesmo processo histórico geral de crise de um Estado e de um regime político. Via de regra, golpes e revoluções são ações políticas que fazem parte de processos históricos marcados por crises políticas e crises sociais, sobretudo em contextos nacionais onde a tradição constitucional e os valores liberal-democráticos não conseguiram dar conta das contradições e conflitos sociais postos na cena política, nem tenham se tornado parte da rotina, do “senso comum” e da cultura política da sociedade.

Mas se existe esse solo histórico comum para explicar revoluções e golpes, há um risco para a tradição de pensamento democrático e progressista em aproximar os dois termos. Esse risco reside em alimentar o revisionismo conservador que parte de uma dupla estratégia intelectual. Por um lado, na esteira de Alexis de Tocqueville, há um esforço em esvaziar o caráter inovador, socialmente legítimo e libertário (em termos democráticos) embutido na ideia de “Revolução”, tal como esse conceito foi construído entre fins do século XVIII e meados do

século XX, apesar das formas políticas autoritárias que muitas vezes foram geradas pelos processos revolucionários de fato. Por outro, aproximar, conceitualmente, golpe e revolução pode rebaixar a segunda a uma mera tomada de poder pela força por um grupo político sectário, desconsiderando nesses processos a ampla mobilização social dos grupos sociais despossuídos, bem como a ação de organizações de massa comprometidas, em muitos casos, com a ampliação da “democracia substantiva”. Nesse sentido, valem as reflexões da insuspeita Hannah Arendt (2010), autora pouco simpática ao “reino da necessidade” como substituto do reino da liberdade em termos de política, ao contrário da tradição marxista. Arendt nos mostra que o conceito de revolução e o conceito de democracia e liberdade política não são, em princípio, excludentes, como quer certa leitura conservadora da tradição liberal. Lembra a autora que, na origem da democracia americana, houve uma revolução, e na origem da revolução russa, houve uma democracia (Arendt, 2011). Tensionando a normatividade filosófica à luz de análises de processos históricos, Arendt desestabiliza as explicações corrente e dominantes em ambas.

Por outro lado, há outra armadilha analítica ao se definir a fronteira entre golpes e revoluções a partir de uma maior ou menor participação social nos processos políticos de ruptura com a ordem vigente. Isso pode nos conduzir à errônea concepção de que, *a priori*, golpes de Estado são feitos sem apoio popular ou social, quase meras movimentações políticas palacianas ou burocráticas. A experiência histórica mostra o contrário, e esse é um ponto que pede a revisão do conceito seminal de Naudé.

Desde o famoso “18 Brumário de Luís Bonaparte”, brilhantemente analisado por Marx, passando pelo não tão famoso golpe de Estado conduzido por De Gaulle que derrubou a IV República francesa, chegando à nossa “Redentora” de 1964, devemos admitir o óbvio: golpes de Estado, de natureza conservadora, podem ter amplo apoio popular, ainda que concentrado em setores específicos, e quase sempre nos andares de cima da sociedade civil. No “18 Brumário de Luís Bonaparte”, Marx tenta articular a falência da Revolução nas Jornadas de Fevereiro (de 1848) à gênese do golpe de Estado como saída política para uma crise de vazio de poder. Vai além, apontando que a saída de cena do operariado do palco social da história, abriu caminho para a farsa da política, com a ascensão do falso Napoleão. Nesse caso, o apoio das massas nada teria a ver com a expansão da democracia e da liberdade coletiva, posto que a consciência de classe operária estava ausente.

A questão do apoio das massas a golpes ainda é um tema em debate, sobretudo em casos históricos concretos, como o Golpe de 1964 no Brasil. A tradição historiográfica, liberal ou de esquerda, tende a analisar esse ponto a partir de dois pressupostos diferentes. Para a historiografia e memória liberais (em grande parte chancelada pela memória institucional das Forças Armadas brasileiras), o Golpe foi legítimo não apenas porque foi “reativo” (*à la* Naudé),

como foi apoiado pelas massas nas ruas. O problema, para os liberais, veio depois do golpe, no processo de militarização do regime e no segundo golpe de 1968, quando, supostamente, os “ideais de 64” foram traídos (Codato, 2004; Martins Filho, 1996; Napolitano, 2017).

Para a tradição de esquerda, o apoio das massas esteve limitado às classes médias. Portanto, a natureza de classe diminuiria a legitimidade do apoio “popular” ao Golpe, apesar de as manifestações de massa contra Goulart e de apoio à vitória dos militares terem sido retumbantes e inegáveis. Nesse sentido, as classes médias nas ruas não se constituíam em massas trabalhadoras e camponesas, essas sim, as únicas massas legitimadas para fundamentar uma ação política progressista que pudesse ser nomeada como “Revolução”.

### **Brasil: um caso de golpismo atávico?**

No caso brasileiro, esse debate conceitual sobre “golpes de Estado” é particularmente importante, visto que muitos eventos políticos da nossa história são nomeados ora como revolução, ora como golpe, muitas vezes a partir de narrativas consagradas, mas pouco apoiadas no exame a apropriação dos conceitos analíticos aos processos de fato. Desde a fundação da República até a deposição de Dilma Rousseff, há uma “guerra de narrativas” em torno de vários eventos-chave na nossa história que vão além da mera disputa política interessada, envolvendo também a historiografia e seus conceitos. Os nomes variam: “proclamação”, “intentona”, “revolta”, “impeachment”, sem falar dos inúmeros eventos que foram chamados solenemente de “revolução” sem merecê-lo. No caso específico de 1964, houve uma tentativa de primeira hora, por parte dos apoiadores dos militares, em chamar a deposição de Goulart de “revolução”. Mas, ironicamente, foi um dos primeiros eventos políticos do Brasil a ser consagrado na memória e na história como um “golpe de Estado”, e ser taxativamente chamado como tal na Imprensa e na opinião pública.

Para pensar a existência de um “golpismo atávico” no Brasil, devemos exercitar um recorte de longa duração, situando-o na tradição de crises e golpes da história republicana brasileira. Em biologia, atavismo define a manifestação de uma característica ascendente que pode ficar latente por muito tempo, mas se impõe por hereditariedade biológica. Figurativamente transposto, é como se o golpismo atávico voltasse a se manifestar de tempos em tempos, alimentado por utopias autoritárias e valores elitistas receosos dos avanços democráticos e populares.

Vale lembrar que nossa República nasceu a partir dessa dupla dimensão – crise e golpe de Estado – lutando por criar regras institucionais e constitucionais desde então. Examinando as crises entre 1889 e 1891, vemos algumas marcas históricas que nos fazem pensar nas crises subsequentes, apesar do seu contexto específico que não pode ser negligenciado: 1) Conflito entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo (aliás, já presente na formação do Estado brasileiro, como demonstra a crise que levou à abdicação de D. Pedro I); 2) Dificuldade de

afirmação de uma elite política orgânica, que conseguisse aproximar interesses econômicos, instituições políticas e valores ideológicos dominantes, com algum consenso e adesão social. Obviamente, sempre houve um certo nível de organicidade na elite brasileira, sobretudo aquela encastelada na burocracia de Estado. Mas, por outro lado, além dos descompassos entre as elites políticas e econômicas, sempre houve a demanda de uma arbitragem externa aos conflitos políticos, à guisa de um “Poder Moderador” que não raro encaminhava soluções golpistas. Poderíamos arriscar um axioma para pensar nosso “golpismo atávico”: quanto mais necessidade de Poder Moderador, maior é a falta de organicidade entre as facções das elites e menor é o grau de adesão social aos seus projetos.

No Segundo Reinado essa característica conflitiva da política brasileira foi resolvida por um Poder Moderador nomeado efetivamente como tal e constitucionalmente previsto, que concentrava poderes na figura do imperador, acima dos outros três poderes clássicos do constitucionalismo moderno. O fim do Poder Moderador, ao que parece, criou um vácuo político no próprio conjunto das elites políticas, expondo conflitos corporativos, fisiológicos, regionais-federativos, econômicos e ideológicos diversos. De tempos em tempos, surgem candidatos a novos poderes moderadores que produziram uma convergência a fórceps na política, impondo soluções não pactuadas para crises sociais e políticas, com prejuízo da ordem constitucional e dos valores democráticos. Alguns exemplos já apontados pela literatura e pela crônica política: a burocracia técnica federal (anos 1930), as Forças Armadas (anos 1950/1960), o Poder Judiciário ativista (mais recentemente). Esses “poderes moderadores” informais operam em um ambiente marcado tanto pela tradição liberal-oligárquica (excludente, elitista, regionalizada), como pelo fisiologismo (política como extensão dos negócios particulares), tentando discipliná-los em prol de uma agenda nacional minimamente coerente, mas sem enfrentá-los no plano estrutural, até porque compartilham da mesma base social: grandes proprietários, profissionais-liberais conservadores, altos burocratas de Estado.

Essa tendência histórica na República brasileira que se traduz em uma crise orgânica das elites que, no limite, leva a crises de regime político parece que se agravou após 1945, quando novos atores sociais entraram na política: a parte da classe operária votante e as classes médias baixas e assalariadas das grandes cidades, caracterizando uma “elite política ampliada” (Soares, 2001), mas ainda sem representação político-parlamentar ou poder institucional compatíveis, além de carecer de projetos políticos bem delineados para superar a tradição liberal-oligárquica dominante na política. A esquerda trabalhista e o Partido Comunista Brasileiro, cada qual em chave ideológica própria, tentaram desenvolver esses projetos, mas esbarraram em seus limites e em uma forte oposição social conservadora constituída pelos grandes proprietários, classes médias tradicionais, alta oficialidade das Forças Armadas e grupos ideológicos organizados, como os católicos de direita.

As demandas desses novos grupos, sobretudo operários e, a partir dos anos 1960, os trabalhadores rurais e camponeses não encontraram instituições capazes de absorvê-las, cabendo ao Poder Executivo, até o golpe de 1964, incorporá-las na forma de agendas desenvolvimentistas e reformistas bastante moderadas, mas ainda assim capazes de provocar conflitos com os setores liberais-oligárquicos, que viam na política um clube fechado, de natureza representativa, e autoritários, que viam a política como administração de Estado com base em tutela sobre a sociedade e sobre o sistema político. Ambos – liberais e autoritários – compartilhavam uma visão elitista de sociedade, que via a mobilização de massa de trabalhadores e de lideranças reformistas como ameaça à ordem social *tout-court*, manejada por hábeis e inescrupulosos demagogos, sempre à sombra do “perigo vermelho”. Obviamente, a conjuntura da guerra fria alimentou ainda mais o antirreformismo e o elitismo, que lhes são anteriores, e que sobreviveram à queda do Muro de Berlim. O golpe de 2016 deve muito a essa tradição, em um momento em que se pensava que o autoritarismo e o golpismo estavam superados na política brasileira.

Examinando-se, comparativamente, as crises pós-1945, temos um quadro histórico interessante de permanências e rupturas na vida política brasileira em momentos de crise. Estabelecidas diferenças e rupturas, podemos, como historiadores, pensar a recente crise de 2016 como capítulo específico dessa crise de longa duração, plenamente delineada, ao menos, desde 1945 nos termos aqui propostos. Tanto é que vocabulário, agendas e atores em cena, sejam os que defendiam projetos de reforma, sejam aqueles que apoiaram a deposição dos governos em questão, parecem se repetir. Lembremos que até a lei mobilizada no *impeachment* de Dilma Rousseff é de 1950, gestada em 1948 na aproximação do PSD e da UDN, contra a possibilidade de um novo Executivo forte sob Vargas. Muitos analistas aproximaram o Golpe de 2016, da crise de 1964, mas as semelhanças com 1954, não podem ser desprezadas. As diferenças também são significativas, como mostra o Quadro 1. (Napolitano; Ribeiro, 2017)

Como hipótese para pensar a crise política e o Golpe de 2016, sugiro que houve uma convergência de fatores, constituindo uma “janela de oportunidades” para afastar a esquerda petista, alimentada também por uma conjugação de crise interna com interesses internacionais. Esses fatores seriam os seguintes: a) ruptura ideológica por diferença de agenda econômica e fiscal no plano das elites (liberais X esquerdas), agravada no governo Dilma (mais francamente intervencionista do que o governo Lula); b) crise econômico-fiscal, levando a classe média para a oposição exaltada à política de esquerda, por causa dos seus valores elitistas e disputa por recursos orçamentários; c) perda da base fisiológica do congresso (por conta do avanço nas investigações sobre corrupção da “classe política” – fator central no impeachment, conforme Limongi (2017)); d) afirmação de uma agenda ultraconservadora e autoritária na sociedade, com expressão eleitoral; e) Acirramento das divergências entre PT e PSDB, fiéis da balança da nova democracia brasileira.

Quadro 1 – Comparação entre três crises políticas da história brasileira contemporânea

| Componentes da crise política   | 1954  | 1964   | 2016  |
|---|---|--|---|
| Crise de governo  | Sim   | Sim  | Sim   |
| Crise institucional entre Poderes   | Não   | Sim (a partir do final de 1963, culminando na vacância da PR)                                  | Sim   |
| Processo de impeachment formalizado                                       | Sim, mas rejeitado pela Câmara em junho   | Não, mas o Presidente do Congresso declarou vaga a “Presidência da República”                  | Sim, aceito pela Câmara e confirmado pelo Senado  |
| Disputa por modelos de sociedade  | Não, quando muito o que estava em jogo eram modelos de política econômica           | Sim  | Não, embora não se deva menosprezar a diferença de agendas de cidadania e políticas públicas entre a esquerda e a direita |
| Manifestações de massa anti-governo                                       | Não   | Sim, grupos liberais e católicos conservadores com base na classe média                        | Sim, movimentos sociais diversos com base na classe média   |
| Mote principal dos protestos antigoverno                                  | Contra a corrupção e o “populismo irresponsável”                                    | Contra o “comunismo e a subversão” de valores “ocidentais e cristãos”                          | Contra a corrupção, “contra o PT” e as esquerdas, contra o “populismo irresponsável”                                      |
| Manifestações de imprensa antigoverno (antirreformismo, “anti-populismo”) | Sim   | Sim  | Sim   |
| Mobilização social por reformas ou revolução                              | Não, salvo atuação do PCB que se manteve na oposição ao governo e ao largo da crise | Sim, atuando em defesa das Reformas de Base, em nome da “Revolução nacional anti-imperialista” | Não   |
| Crise militar   | Sim (divisão do generalato entre nacionalistas e associativistas/                   |  |   |
| ocidentalistas  | Sim (divisão do generalato, crise de hierarquia, conspiração com civis)             | Não, apesar de certo mal-estar nas casernas com a Comissão Nacional da Verdade.                |   |



|  |   |  |  |
|--|---|--|--|
| Ultimato militar                         | Sim, por parte dos Coronéis e, no acirramento da crise, por parte dos Generais. | Sim, primeiramente em documentos internos das FFAA e depois de 31/3 como rebelião aberta | Não  |
| Levante militar                          | Não   | Sim  | Não  |
| Inflação                                 | Sim (20% a 25%, 1953, 1954)   | Sim (79% e 92%, 1963, 1964)  | Sim, embora os índices sejam menores do que no passado, incluindo Plano Real (5,9% a 10%, 67%, 2013 a 2015 e 9,38 na votação do impeachment pela Câmara) |
| Crise ou Recessão econômica              | Não (7,3%; 4,7%; 7,8%)  | Sim (0,6% 1963, depois de crescimento médio de 7% entre 1961 e 1962)                     | Sim (2,7%, 0,1%, -3,8% -negativo - de 2013 a 2015)   |
| Interferência direta do Poder Judiciário | Não   | Não  | Sim  |

## O nome e a coisa

Feitas as considerações conceituais e históricas, não hesito em dizer que o que ocorreu em 2016 foi um Golpe de Estado político. No nosso sistema presidencialista, *impeachment* é um instrumento constitucional, frequentemente utilizado como *recall* ou voto de desconfiança ao chefe do Poder Executivo por parte do Parlamento (Perez-Liñan, 2007). Além disso, o “crime de responsabilidade” que derrubou Dilma Rousseff, as famosas “pedaladas fiscais”, eram praticadas sem maiores traumas pelos antecessores, o que por si enfraquece a matéria técnico-jurídica que levou ao processo de deposição, dada a falta de isonomia na matéria julgada, e o reforça como opção política discricionária e direcionada.

Mas reconheço que nomear um processo político como “golpe de Estado”, ou não, está muito longe de ser o resultado de uma convenção científica ou conceitual. Há muita margem para revisões conceituais e imbricamento de valores ideológicos nesse debate, mesmo por parte de analistas bem fundamentados. Via de regra, golpistas não gostam de ser chamados de golpistas, mesmo quando o que fazem não deixa margem de dúvidas sob o ponto de vista conceitual clássico e consagrado do qual partimos no começo deste texto. Como vimos, quando um golpe se mistura a processos revolucionários ou a processos

com forte amparo legal e constitucional, os limites do conceito são testados ainda mais. Voltemos aos exemplos históricos do período republicano brasileiro.

O debate sobre como qualificar os eventos de 1930 e de 1964 na História do Brasil, expressa a dificuldade em nomear um evento político que leva a uma ruptura de regime. Em 1930, quando Getúlio Vargas tomou o poder, o nome “revolução” se plasmou ao evento, sendo assumido por historiadores de diversas vertentes (Fausto, 1997). No final dos anos 1970, um revisionismo historiográfico vigoroso foi desenvolvido por historiadores que tentaram descolar os fatos de 1930 de qualquer ideia de “revolução”. Para Edgar de Decca (1980), por exemplo, 1930, a rigor, foi uma mera operação discursiva e ideológica, para apagar da história os projetos políticos efetivamente transformadores que se gestavam na classe trabalhadora. Mas, apesar dessa onda, o nome “Revolução de 30” não foi completamente apagado dos livros de história e materiais didáticos, ainda que muitas vezes passou a ser chamado de “Golpe”.

Já em 1964, os protagonistas do evento quiseram nomeá-lo como “revolução”, mas o que prevaleceu, em todas as instâncias do debate crítico, foi a palavra “golpe”. Apesar de a disputa retórica e ideológica entre “revolução” e “golpe” se manter importante na crônica política até meados dos anos 1970, tanto o debate acadêmico quanto a memória social consagraram a palavra “golpe” para nomear a derrubada de João Goulart. Somente os círculos militares ou da extrema direita mantiveram a palavra revolução, e nos anos 2000 começou a circular a visão de que 1964 seria, na verdade, uma “contrarrevolução”, ou um golpe reativo contra o suposto avanço revolucionário das esquerdas.<sup>11</sup> Mas o nome dado a um evento disruptivo na política não basta para explicar o papel histórico do regime que se sucedeu, sob risco de explicar a história política a partir de critérios normativos muito estritos.

Em ambos os momentos, 1930 e 1964, foram impostas ordens autoritárias, de direita, sob o signo da modernização econômica. Embora o Exército, como instituição, tenha atuado apenas no segundo caso para derrubar o governo vigente,<sup>12</sup> o elemento militar (no caso, os tenentes em estado de rebelião) já estava presentes em 1930. Em ambos os casos, grupos políticos ligados às oligarquias tradicionais foram fundamentais para a queda do regime vigente. Em 1930, a oligarquia paulista enfrentou forte oposição das “dissidências oligárquicas”, principalmente em Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Em 1964, os governadores dos estados mais ricos da federação e as oligarquias regionais foram cruciais no desgaste político do governo federal e na oposição a Jango.

Portanto, muitos elementos em comum. Mas há também diferenças importantes. Por exemplo, diferentes eram os regimes depostos e os resultados políticos de 1930 e 1964. No primeiro caso, foi deposto um regime político liberal-oligárquico, política e socialmente excludente. No segundo caso, foi deposto um governo reformista que atuava dentro dos limites de um regime liberal-democrático, mas tensionado por razoável participação eleitoral e de mo-

vimentos sociais de corte popular. Em 1930, o apelo à “subversão” partiu das elites dissidentes e dos tenentes rebelados, em nome da nação e da modernização social e econômica, para além de qualquer pacto constitucional. Em 1964, os golpistas apelaram à ordem em nome do combate à “subversão”, e, supostamente, derrubaram o governo eleito para manter a Constituição de 1946, logo violada pelo Ato Institucional, contra o reformismo de esquerda.

Os resultados de ambos eventos também foram diferenciados. Se a palavra de ordem “modernização” era comum aos dois momentos históricos, os caminhos políticos para realizá-la foram diferentes. O regime de 1930 instaurou um governo personalista, em torno de Getúlio Vargas, que se dispunha a falar em nome das massas e dos interesses nacionais, menos porque Getúlio tivesse uma autoridade incontestada desde sempre, e mais porque soube se equilibrar entre os grupos divergentes que ocupavam ou pleiteavam o poder de Estado (Lira Neto, 2013). O regime de 1964 instaurou um regime burocrático e impessoal, calcado nas regras e hierarquias das Forças Armadas, submetendo, tutelando ou silenciando grupos políticos divergentes. Um tentou mobilizar os operários, ainda que de forma teatralizada e tutelada; o outro os excluiu da política. Vargas planejou uma política de massas, sobretudo a partir de 1942 (Gomes, 1988),<sup>13</sup> os militares tinham aversão a ela.

Em torno de 2016, a “guerra de narrativas” e a compreensão do processo político ulterior ainda estão abertas, sem prejuízo da posição pessoal expressada por este autor. Obviamente, sempre é bom esclarecer, o fato de reconhecer um golpe de Estado na deposição de Dilma Rousseff não exclui as responsabilidades de natureza política e ética da esquerda derrotada na produção das condições políticas que levaram ao seu próprio fracasso (Limongi, 2017). As contradições da esquerda no poder, a despeito das suas virtudes em muitas políticas públicas e valores democráticos e inclusivos, abriram espaço para que o golpismo atávico dos grupos conservadores brasileiros se traduzisse em um “bom combate” pela defesa da moralidade pública, agregando muito apoio em uma sociedade amedrontada pela crise econômica, pela insegurança pública e pela falta de serviços básicos.

Um dos aspectos mais importantes de todo esse debate é não perder o lastro conceitual que define um golpe de Estado: a derrubada pela força, de um governo constitucional e legítimo, muitas vezes incrementando uma crise política e social que, em outros contextos, poderia ser contornada de outra maneira, dentro dos marcos constitucionais ou do processo eleitoral regular. Claro, não tenho a intenção, nem a ingenuidade, de sobrepor uma fria definição conceitual e acadêmica ao uso vivo do conceito no debate público pelos agentes políticos e grupos ideológicos em disputa. Mas, passado o calor da hora, um pouco de respeito aos conceitos não faria mal ao debate público. Nesse sentido, lembremos, a pergunta “foi golpe ou não foi golpe” não foi um dilema limitado ao debate das redes sociais e à opinião apaixonada, mas também invadiu o debate acadêmico.

Mas como evitar golpes de Estado nesse ambiente de golpismo atávico? Aqui temos que retomar, novamente, a relação entre crises políticas e golpes de Estado. Se nem todas as crises políticas tiveram desfechos golpistas ao longo da história, ainda hoje é um grande desafio analítico estabelecer uma relação clara e modelar entre crise e golpe, tanto do ponto de vista normativo quanto do histórico. Qual a natureza e grau de uma crise que justifique a “ação audaz” em defesa da ordem? Em nome de quem se defende essa ordem, posto que golpes, via de regra, desrespeitam as constituições, vistas como pactos que fundam uma sociedade e que preveem mecanismos para superar crises e conflitos sociais e políticos?

Em linhas gerais, a ideia de crise tem três grandes perspectivas na filosofia política. Pode ser considerada um distúrbio funcional em um organismo/sistema harmônico, causado por uma anomalia interna ou externa (visão conservadora); um acirramento do conflito por interesses materiais e simbólicos que faz que os atores deixem de respeitar as regras institucionais da política (visão liberal); um processo social inerente à história como movimento dialético, causada pelo conflito inerente dentro de um sistema essencialmente contraditório, que é a sociedade (visão marxista). Há também uma variável importante, que entende a crise como mudança brusca na trajetória de uma estrutura/sistema, causada por uma saturação de eventos novos, exigindo novo reequilíbrio (visão estruturalista).

Um axioma possível para entender a relação entre crise política e golpe de Estado no Brasil pode ser explicado pelo predomínio da visão conservadora e da visão liberal-oligárquica na cultura política da nossa sociedade. Em outras palavras, se a percepção de uma crise causada pela suposta “anomalia externa” não tiver solução dentro das instituições e das “escolhas racionais” que deveriam regê-las, o golpe se autojustifica para esses dois grupos. Não por acaso, o conceito de “autoritarismo de crise”, conforme a formulação de Decio Saes (1985, p.153), explica a adesão ativa ou passiva dos liberais brasileiros aos inúmeros golpes de Estado que afligiram a nossa história, apontando para esta interação da perspectiva autoritária-conservadora e liberal a um só tempo. O que para os autoritários deveria ser a regra, uma política de força para impedir a dissolução do tecido social, para os liberais se torna tática pontual para expurgar as supostas ameaças às instituições. O problema é que, apesar das diferenças, o resultado nefasto para a construção da democracia é o mesmo. Tanto é que depois dos golpes que afastam o adversário e inimigo comum, geralmente, os dois núcleos ideológicos tendem a acirrar suas divisões. Os exemplos de 1937, 1964 e 2016 apresentam essa tendência.

A questão é que a identificação de uma crise política, sua formulação do debate público e o seu potencial disruptivo dependem do jogo de forças que disputa a hegemonia em uma sociedade. Muitas vezes, demandas materiais ou políticas dentro da ordem constitucional, feitas por grupos que são sub-repre-

sentados ou excluídos das instituições políticas, como a antiga classe operária ou os trabalhadores rurais, são vistas como ameaças sérias à ordem pública, quando na verdade são ameaças maiores aos interesses privados que controlam certas instituições e a apropriação da riqueza social.

Muitas vezes, essas demandas nem estão associadas a projetos de mudanças abruptas ou radicais na estrutura socioeconômica ou no campo dos valores civilizatórios, mas são propositalmente identificadas como tal pelas facções conservadoras. Assim, o que precisa também ser pensado são as estratégias de atores na produção dessa excepcionalidade, para justificar um golpe de Estado já em estado latente, como forma de barrar um processo político ou social em curso (Bartelson, 1997). Nesse sentido, em um contexto de crise, a rotinização da política e do processo decisório seria propositalmente quebrada por uma “ação audaz”, antes mesmo que esgotasse seu ciclo de negociação de conflito dentro das instituições. A chamada “estratégia de tensão”, típica em golpes conduzidos pela extrema direita, que dissemina o pânico social diante do conflito político-ideológico, é exemplo desse caminho de exacerbação da crise. Portanto, crises também podem ser provocadas ou infladas a partir de interesses em desestabilizar e deslegitimar um dado processo político (Marturano, 2010, p.7). Quando essa estratégia se alia à inabilidade dos governos vigentes, como no caso do governo Dilma Rousseff, e à pressão popular extraparlamentar (como no caso das jornadas de protesto da direita entre 2015-2016), uma crise política tende a se transformar em crise de regime.

Contra isso, seria preciso reforçar a cultura política democrática em uma sociedade, pela educação e pela formação geral do cidadão, bem como construir uma flexibilidade institucional para incorporar demandas inclusivas, e ao mesmo tempo blindar as instituições para que elas não embarquem em aventuras golpistas, seja lá por qual motivo. Reconheço que isso se aproxima da busca da “quadratura do círculo”, sobretudo em países sem elite orgânica formada em valores democráticos, com baixa participação institucional da sociedade civil e com carências e desigualdades materiais graves, como o Brasil.

A capacidade de os arranjos constitucionais e as instituições políticas absorverem novas demandas sociais, novos atores políticos e estabelecerem freios a aventuras golpistas e valores autoritários, muitas vezes arraigados em grupos influentes na sociedade, é o melhor antídoto para se evitar o golpe de Estado. Mas o pior dos cenários é quando essas instituições, elas mesmas, se abrem para as teses golpistas.

## Notas

1 Agradeço ao CNPq o apoio financeiro para a pesquisa que está na base da elaboração deste artigo (Processo n.301618/2017-8).

2 Os conceitos de “tirania” e “ditadura”, herdados da Antiguidade greco-romana são categorias fundamentais para se compreender, de maneira complementar o conceito

de Golpe de Estado e suas mutações ao longo da história. Lembremos que “tirania”, oposto da democracia grega clássica, era o governo de um homem com poderes ilimitados, quase sempre sustentado pelo apoio popular e por projetos de reforma econômica antioligárquicos. Sua personificação clássica, em chave positiva, é Pisístrato. Por outro lado, o conceito de ditadura, na tradição romana, era o governo de um homem com poderes amplos, discricionários (mas não ilimitados), nomeado Consul e autorizado pelo Senado por um tempo determinado, para superar crises militares ou sociopolíticas. O conceito de Despotismo, cunhado no Ocidente a partir da análise dos Estados do “Oriente”, também deve ser levado em conta nessa etimologia política. No contexto iluminista e revolucionário do século XVIII, o conceito de Despotismo foi aplicado para criticar as Monarquias Absolutas, depois conhecidas como “Antigo Regime”. Essas três palavras, sintomaticamente, ainda estão presentes no debate contemporâneo, e frequentemente aparecem associadas a governos produzidos por golpes de Estado. Ver Anderson (2001); Forsdyke (2009, p.231-46); Lowrie (2010, p.171-86); neste último texto, a autora propõe uma instigante leitura do conceito de ditadura e “estado de exceção”, articulando a tradição política romana às reflexões de Giorgio Agamben e sua leitura de Carl Schmitt.

- 3 Para uma visão geral da História do Constitucionalismo ver Loewenstein (1976).
- 4 Nesse ponto, entretanto, não podemos deixar de citar o famoso ensaio de Curzio Malaparte (2009), *Téchnique du Coup D'État*, publicado em 1931. Nele, o autor analisa vários golpes de Estado na história contemporânea, considerando o “18 Brumário” de Napoleão Bonaparte (1799) o primeiro golpe da era moderna. O autor procura estabelecer uma tipologia de golpes e ações de tomada de poder pela força, levando em conta ação dentro ou fora das estruturas políticas do Estado, bem como da manutenção destas estruturas após a tomada de poder. No livro, ele inclui a tomada de poder pelos bolcheviques em 1917, como um golpe de Estado.
- 5 O Institucionalismo é uma escola historiográfica que se opõe ao materialismo histórico por justamente colocar as instituições em evidência, ao invés das classes sociais. Em fins dos anos 1960, uma agenda de pesquisa que emergiu na Ciência Política estadunidense, recolocando as instituições como “elemento definidor da autonomia disciplinar da Ciência Política” (Sanders, 2008). Mais recentemente, o “novo institucionalismo” fundiu a abordagem comportamentalista da política (objetividade/racionalidade, empirismo, formalizações, escolhas racionais individuais) com a primazia das instituições na análise política.
- 6 Aqui me refiro às polêmicas recentes sobre como nomear a deposição de João Goulart que envolveu vários atores institucionais no Brasil em um debate inócuo, mas revelador das estratégias de negacionismo histórico e do mal-estar de vários setores políticos com a memória dominante sobre a ditadura brasileira que se seguiu.
- 7 Nesse sentido, é preciso diferenciar da tradicional “quartelada” ou do “pronunciamento” típico de sociedades sem instituições impessoais no plano da sociedade política ou ainda dominadas por economias rurais e sociedades civis menos plurais, mais suscetíveis a aventuras golpistas individuais.
- 8 Ver também a crítica a Agamben feita por Christos Boukalas (2018), que recoloca questões históricas, sociais e relacionais para discutir e o estatismo autoritário, criticando a abstração e excessiva normatividade do conceito de “estado de exceção permanente”.

- 9 No debate atual, tem sido comum a discussão da crise terminal das democracias “por dentro”, feridas por governantes eleitos e pela parcela da população que não se sente representada pelas instituições e valores democráticos pautados pela inclusão e pelo globalismo (Levitsky; Ziblatt, 2018).
- 10 Nesse sentido, ver Tilly (1973, p.440). O autor discute a Revolução, dentro de uma concepção ampla de ações de “descontinuidade política”, a partir da Teoria da Modernização muito em voga nos anos 1950 a 1970, especialmente impactante em contextos nacionais marcados pelo atraso histórico e estrutural.
- 11 Curiosamente, muitos autores de direita citam o livro do historiador comunista Jacob Gorender, preso e torturado durante a ditadura (*Combate nas trevas*, Ática, 1987) como fundamento para nomear 1964 como “contrarrevolução”.
- 12 Por certo, houve um golpe de Estado no bojo da rebelião liderada por oligarquias dissidentes e tenentistas, quando Tasso Fragoso derrubou Washington Luis. Mas esse episódio não foi reconhecido pelos rebeldes, que continuaram sua marcha para o Rio, sem negociar com a junta militar.
- 13 Ver, por exemplo, dois analistas de formação acadêmica engajados em polos opostos do debate: Jesse Souza (2016) e Bolivar Lamounier (2016).

## Referências

- AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ANDERSON, P. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- ARENDT, H. *A condição humana*. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a revolução*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.
- BARBÉ, C. Golpe de Estado. In: BOBBIO, N. et al. (Org.) *Dicionário de Política* 12.ed. Brasília: Editora UnB, 1999. v.1, p.544-7.
- BARTELSON, J. Making Exceptions: Some Remarks on the Concept of Coup d'état and its History. *Political Theory*, v.25, n.3, p.323-46, 1997. Disponível em : <<https://doi.org/10.1177/0090591797025003001>>.
- BOUKALAS, C. Sem exceções: estatismo autoritário. Agamben, Poulantzas e a segurança interna. *Revista Crítica Marxista*, v.47, p.27-53, 2018.
- BOSSUET, J. *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture sainte*. Paris: Pierre Cot, 1709
- CODATO, A. O golpe de 1964 e o Regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n.40, p.11-36, 2004.
- DE DECCA, E. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- FAUSTO, B. *A Revolução de 30: história e historiografia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- FORSDYKE, S. The use and abuse of tyranny. In: BALOT, R. *Companion to Greek and Roman Political Thought*. Willey-Blackwell, 2009. p.231-46.
- FRIEDRICH, C. (Ed.) *Revolution*. New York: Routledge, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.4324/9781315128610>>.

- GOMES, A. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.
- GONÇALVES, E. *Prudência e razão de Estado na obra de Gabriel Naudé*. São Paulo, 2015. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.
- LAMOUNIER, B. Contragolpe democrático. *Folha de S.Paulo*, 21.4.2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/04/1763264-contragolpe-democratico.shtml>>.
- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- LIMONGI, F. Impedindo Dilma. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, p,5-13, junho 2017.
- LIRA NETO. *Getúlio: Do governo provisório à ditadura do Estado Novo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Getúlio: da volta pela consagração popular ao suicídio*. São Paulo: Cia. das Letras, 2014.
- LOEWENSTEIN, K. *Teoría de la constitución*. Trad. Alfredo Gallego Anabitarte. 2.ed. Barcelona: Ariel, 1976.
- LOSURDO, D. *Guerra e revolução: o mundo um século após Outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LOWRIE, M. Spurius Maelius: dictatorship and Homo Sacer. In: BREED, B. et al. (Ed.) *Citizens of discord. Rome and its Civil Wars*. Oxford University Press, 2010. p.171-86.
- LUTTWALK, E. *Coupe d'État: a practical handbook*. Cambridge: Harvard University Press, 2016.
- MALAPARTE, C. *Técnicas de Golpe de Estado*. Madrid: Blacklist, 2009.
- MARTINS FILHO, J. R. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura*. São Carlos: EdUFSCAR, 1996.
- MARTURANO, L. *Quando il potere si trasferisce con la forza*. Per um'analisi dei colpi di Stato. Calabria, 2010. Tesi (Laurea) – Università della Calabria. Calabria, 2010.
- NAPOLITANO, M. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudos Ibero-Americanos (PUC-RS)*, v.43, p.346-66, 2017.
- NAPOLITANO, M.; RIBEIRO, D. Crises políticas a golpismo atávico na História recente do Brasil. In: MACHADO, A.; TOLEDO, M. R. (Org.) *Golpes na História e na Escola: O Brasil dos séculos XX e XXI*. São Paulo: Cortez; Anpuh, 2017. v.1, p.49-74.
- NAUDÉ, G. *Considérations politiques sur les coups d'État*. Introduction et notes par François Charles-Daubert. Hildesheim: Georg Olms, 1993.
- PEREZ-LIÑAN, A. *Presidential Impeachment and the new political instability in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- POULANTZAS, N. The political forms of the military coup d'Etat. In: MARTIN, J. (Ed.) *The Poulantzas Reader: Marxism, Law and State*. Verso, 2008. p.166-71. Disponível em: <[http://ouleft.org/wp-content/uploads/Poulantzas\\_Reader\\_Marxism.pdf](http://ouleft.org/wp-content/uploads/Poulantzas_Reader_Marxism.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2019.



- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.
- RAPOPORT, D.. Coup d'état: The View of the Men Firing Pistols. In: FRIEDRICH, C. (Ed.) *Revolution*. New York: Routledge, 2017. P.53-74. Disponível em: <<https://doi.org/10.4324/9781315128610>>.
- REIS, P. C. *O vício secreto: o perigo do despotismo na filosofia de Montesquieu*. Belo Horizonte, 2010. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.
- SAES, D. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: TA Queiroz, 1985.
- SANDERS, E. Historical Institutionalism. In: RHODES, R. A. W.; BINDER, S. A.; ROCKMAN, B. A. (Org.) *The Oxford book of political institutions*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- SCHMITT, C. *Teologia política*. S. l.: Del Rey Internacional, 2006.
- SOARES, G. D. *A Democracia interrompida*. São Paulo: Editora FGV, 2001.
- SOUZA, J. *Radiografia do Golpe*. São Paulo: Leya, 2016.
- TILLY, C. Does Modernization Breed Revolution? *Comparative Politics*, v.5, n.3, p.425-47, Apr., 1973. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/421272>>. Acesso em: 28 maio 2019.

**RESUMO** – Este artigo discute o conceito de Golpe de Estado à luz dos processos históricos verificáveis, com foco na história do Brasil republicano. A partir da literatura clássica e dos debates contemporâneos, o conceito de Golpe é cotejado com outras categorias frequentemente associadas a ele, como ditadura, revolução e crise. A partir de alguns exemplos brevemente analisados à guisa de cotejo com a discussão normativa e tipológica em torno do conceito, analisamos a possível existência de um “golpismo atávico” na história republicana brasileira e dos desafios colocados à consolidação de um Estado Democrático de Direito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Golpe de Estado: teoria, Crise política, História política, História do Brasil: golpes de Estado.

**ABSTRACT** – This article discusses the concept of coup d'état according to its theoretical and historical elements, with a focus on the history of Republican Brazil. From classical literature and contemporary debates, the concept of coup d'état is compared in this article with other categories often associated with it, e.g., dictatorship, revolution and crisis. Based on some briefly analyzed historical examples used in comparison with the normative and typological discussion on this concept, I analyze the hypothetical existence of an “atavistic” dynamics of coups d'état in Brazilian Republican history. I conclude with a reflection on the challenges to the consolidation of a democratic State in Brazil.

**KEYWORDS:** Coup d'état theory, Political crisis, Political history, History of Brazil: coups d'état.

*Marcos Napolitano* é professor titular do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, doutor em História Social pela FFLCH-USP. @ – [napoli@usp.br](mailto:napoli@usp.br) / <https://orcid.org/0000-0002-5336-2350>

<sup>1</sup>Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Recebido em 29.5.2019 e aceito em. 5.6.2019.

# Dados, vícios e concorrência: repensando o jogo das economias digitais

RAFAEL A. F. ZANATTA<sup>I</sup> e RICARDO ABRAMOVAY<sup>II</sup>

## Introdução

A INVASÃO da privacidade não é um acidente, uma falha, uma consequência lateral indesejada ou uma distorção do funcionamento dos dispositivos digitais em rede que formam nossa vida cotidiana (Zuckerman, 2018). Ela é a essência do modelo de negócios dos gigantes digitais (Shapiro; Aneja, 2019). Quem lê estas linhas certamente já se preocupou em ampliar sua proteção, instalando aplicativos que evitam o fornecimento de certas informações ligadas a seus celulares ou até evitando certos temas em dispositivos de redes sociais (Tufekci, 2018). Apesar de sua nobreza de intenções, esse esforço até aqui tem sido praticamente inútil.

Muito mais que celulares ou computadores, é o conjunto da vida social contemporânea que se encontra, de forma massiva, ampla e permanente, sob escrutínio (Alter, 2017). O barateamento das câmeras de vídeo (Arthur, 2017) e sua instalação pervasiva nos centros urbanos de quase todo o mundo (Hartzog; Selinger, 2019), a digitalização dos automóveis (Hanvey, 2019), a ampliação do alcance da internet das coisas aos mais triviais objetos da vida cotidiana – da geladeira aos tênis de corrida, dos brinquedos infantis às escovas de dentes (Zuboff, 2019) –, o uso cada vez mais frequente do reconhecimento facial automático pelas polícias (Morris, 2019) tudo isso transforma o cotidiano dos cidadãos num vasto processo de produção de informações sobre as mais diferentes dimensões de suas atividades.

É verdade que obter informações sobre as opiniões, as atividades e as preferências das pessoas marca a vida das sociedades contemporâneas ao menos desde meados do século XIX. Como argumentou Michel Foucault, o surgimento da estatística e do controle populacional é um dos componentes da “governamentalidade” (*governmentality*) de matriz liberal (Curtis, 2002). Essas informações são necessárias tanto ao funcionamento de diferentes órgãos dos Estados como para a comercialização de produtos. Na atual “economia da atenção” (Wu, 2016), no entanto, atrair a atenção das pessoas é condição decisiva para que elas façam escolhas convenientes aos anunciantes. E essa atração apoia-se não só no esforço de conhecer o potencial comprador para oferecer-lhe o que virtualmente lhe interessa, mas também no empenho de prender sua atenção ao

máximo e orquestrar seus impulsos. Há algo de peculiar nas “tecnologias aditivas” (Alter, 2017) de hoje.

A partir da segunda década do milênio, esse conhecimento adquiriu profundidade e amplitude inéditas, o que foi expresso de forma lapidar por Mark Zuckerberg, fundador do Facebook, rede social com mais de dois bilhões de usuários:

[...] com base no que as pessoas clicam, quais páginas curtem e outros sinais, criamos categorias – por exemplo, pessoas que gostam de páginas sobre jardinagem e vivem na Espanha – e então cobramos de anunciantes para mostrar anúncios para esse grupo de pessoas. Embora propaganda para grupos específicos exista muito antes de a internet existir, a publicidade online permite um direcionamento muito mais preciso e, assim, anúncios mais relevantes. (Zuckerberg, 2019)

O sucesso dessa publicidade de precisão depende de dispositivos que passem a fazer parte do cotidiano das pessoas e que, com muita frequência, elas carregam em seus corpos (Hartzog, 2018; Weiss, 2019). As informações sobre os comportamentos e as preferências das pessoas não dependem mais de pesquisas de opinião ou de sua expressão mercantil naquilo que elas efetivamente compram. Os dispositivos digitais produzem uma tal quantidade de dados que permitem que se antecipem as escolhas das pessoas e, por aí, que se ampliem as possibilidades de exercer influência sobre essas escolhas. Reportagem do *New York Times* mostra que a localização e os deslocamentos das pessoas são rastreados por inúmeros aplicativos contidos em seus celulares, sem que elas o saibam, e comercializados por empresas especializadas em promover produtos e serviços com base no conhecimento que os movimentos dos indivíduos propicia (Valentino-DeVries et al., 2018).

Esse rastreamento constante das pessoas pode ser feito até mesmo sem GPS, por meio do cruzamento de dados sobre redes Wi-Fi, antenas de celular e distorções de frequências magnéticas registradas por smartphones. Por meio de “beacons” – um dispositivo minúsculo que emite sinais por meio de tecnologia *bluetooth low energy* – dentro das lojas, aplicativos dotados de códigos integrados com Software Development Kit (SDK) captam a localização precisa de uma pessoa *indoor* e enviam informações de geolocalização para os servidores de empresas especializadas em *location-based advertising* (Kwet, 2019). Com uma população dependente de seus próprios smartphones, carregando-os a todo o momento, garante-se uma quantidade massiva de dados.<sup>1</sup>

As mais importantes empresas do mundo contemporâneo são chamadas por Tim Wu (2016) de “mercadores de atenção”. São empresas “cujo negócio consiste em influenciar a consciência e que podem e vão radicalmente moldar como nossas vidas são vividas”. O que está em jogo, mostra Wu, não é apenas a economia ou a cultura deste ou daquele país e sim a própria natureza da vida social contemporânea. O modelo de negócios dos gigantes digitais e a troca da

gratuidade dos serviços que oferecem por informações a nosso respeito abrem caminho a um grau de influência sobre nossas escolhas que questiona valores básicos da democracia, a começar por nossa autonomia (Frischmann; Selinger, 2018).

Uma das consequências culturais mais importantes dos rumos tomados pela revolução digital a partir da segunda década do milênio é o surgimento de uma nova disciplina no interior da filosofia, a ética de dados (Floridi; Taddeo, 2016). O tema torna-se essencial porque a natureza massiva e individualizada da coleta de dados está na base da vanguarda da inovação tecnológica atual: os três premiados em março de 2019 com o Prêmio Turing (uma espécie de prêmio Nobel da computação) trabalham sobre redes neurais que são “um sistema matemático complexo que pode aprender tarefas específicas analisando vasto montante de dados” (Metz, 2019).

É esse vínculo orgânico entre a vanguarda da inovação tecnológica contemporânea e a potencial corrosão de valores fundamentais da vida democrática que está fazendo da privacidade o tema mais importante da defesa dos direitos humanos mundo afora. Como sustenta Luciano Floridi (2013), esse direito à privacidade não pode ser visto dentro dos moldes clássicos de garantia de uma imunidade contra a intrusão da vida privada, como sustentou Louis Brandeis em 1890. Também não pode ser vista como capacidade de controlar os fluxos de dados produzidos por um indivíduo, como sustentou Alan Westin em 1968. A privacidade hoje está mais ligada ao coletivo e às proteções sociais contra inferências e discriminações abusivas. Nesse sentido, está mais próxima de um sistema de governança dos fluxos de dados e às ideias de “proteção de dados pessoais” formuladas na Europa, centradas em conceitos como dignidade e autodeterminação informativa (Rodotà, 2018).<sup>2</sup> Essa *group privacy*, enfim, seria o “direito à imunidade de alterações desconhecidas, indesejadas ou não intencionais na sua própria identidade como uma entidade informativa, tanto ativa quanto passivamente” (Floridi, 2016).

Floridi tem argumentado que nossa abordagem ética é muito antropocêntrica (limitada a pessoas naturais) e atomística (o que conta é o indivíduo singular), sendo necessário reconceitualizar uma ética informacional a partir dos fluxos informacionais e uma análise detalhada dos elementos morais em torno da “gestão justa de um recurso informacional”, a moralidade dos “produtos informacionais” gerados a partir dos sujeitos sociais, e a integridade dos “ambientes informacionais”, culminando em uma “macroética” centrada na infoesfera (Floridi, 2013, p.13-53).

A defesa da privacidade e da proteção de dados pessoais<sup>3</sup> envolve uma tensão essencial: exatamente por sua contribuição às mais importantes inovações tecnológicas contemporâneas, as informações coletadas pelos dispositivos digitais que compõem nosso cotidiano devem ser consideradas como um bem comum cuja utilização tem imenso potencial de melhorar a vida humana, quer se

trate da gestão urbana, da saúde, da mobilidade, da luta contra o desmatamento ou da segurança pública. Cédric Villani (2018), prêmio Fields de matemática e hoje deputado na França, usa para caracterizá-lo a expressão “*data commons*”. Por outro lado, porém, como mostra o relatório que Villani escreveu a pedido do presidente Macron, essa riqueza coletiva tem servido fundamentalmente a fortalecer o poder dos gigantes digitais. As bases de dados gigantescas controladas por essas empresas são usadas como *training data* para algoritmos de aprendizado por máquinas e I.A.

O mundo contemporâneo está ainda tateando na forma de lidar com essa tensão. Este texto aborda dois aspectos atuais das tensões em torno da economia da atenção, cujo domínio é exercido por gigantes como Alphabet (Google), Alibaba, Amazon, Apple, Microsoft, Facebook e Twitter. O primeiro refere-se ao problema dos vícios digitais, ou seja, a nossa dependência cada vez maior de dispositivos e aplicações sobre cujo desenho e cujos objetivos as pessoas não têm qualquer controle. Aqui está em debate o problema dos limites éticos da indução à compulsão (Schulson, 2018) e os efeitos prejudiciais das aplicações de internet, tanto em termos de acentuação da “polarização em grupo” (Sunstein, 2018) quanto do efeito macro de degradação da dignidade humana em razão de micro escolhas “racionalis” de consumo (Frischmann; Selinger, 2018). O segundo refere-se ao problema anticoncorrencial da economia da atenção, em especial as condutas unilaterais abusivas relacionadas à influência sobre as escolhas dos consumidores, as capacidades de “orquestração econômica” (Ezrachi; Stucke, 2016) e o problema fundamental da concentração econômica dessas empresas, o que tem mobilizado, como será explicado adiante, uma agenda neobrandeisiânica no direito antitruste, com o retorno de discussões sobre intervenções estruturais (Facebook, WhatsApp e Instagram deveriam ser controladas pelo mesmo grupo?) e uma conexão explícita entre concorrência e democracia.

Nosso argumento é que esses dois eixos de tensão possuem um alto potencial de mobilização institucional nos próximos anos, dando ensejo a reformas regulatórias significativas. Ao mesmo tempo, eles abrem a possibilidade de pesquisas interdisciplinares nas ciências sociais.

### **O problema dos vícios digitais**

A era digital transformou radicalmente o sentido da célebre tirada de Freud sobre a tríplice decepção da humanidade: a geológica, quando se descobre com Copérnico e Galileu que não estamos mais no centro do Universo; a biológica que faz de nós, com Darwin, descendentes de macacos; e a que deu origem à psicanálise, em que o inconsciente não permite mais que sejamos “os mestres em nossa própria casa”. Num texto de 1919, “A inquietante estranheza”, Freud mostra que somos permanentemente acompanhados de um duplo, de uma espécie de outro com o qual mantemos diálogos internos e que muitas vezes nos surpreende e até nos assusta. O psicanalista e antropólogo francês Frank Enjolras, relê “A Inquietante Estranheza” e observa que os dados extra-

ídeos de nossos posts, de nossos likes, de nossos movimentos, de nossas fotos e de nossas compras permitem que os algoritmos nos conheçam a ponto de saber não só o que fizemos e fazemos, mas sobretudo o que faremos. O “mestre na nossa própria casa”, o inconsciente se revela não na sessão de psicanálise, na relação vivida entre dois seres humanos, de forma íntima, discreta e com a finalidade de ampliar nosso autoconhecimento, mas por dispositivos controlados por estruturas que coletam, armazenam e analisam nossos mais elementares gestos cotidianos e que dão concretude à ideia, hoje já banal, de que os algoritmos nos conhecem melhor que nós mesmos ou que as pessoas com quem convivemos em laços estreitos.

Esse heteroconhecimento, essa criptopredição apoia-se em técnicas que, é claro, em nada se assemelham às da psicanálise. O mais importante inspirador dos mecanismos em que se apoiam os vícios digitais contemporâneos é um psicólogo que não poderia estar mais distante da psicanálise: B. F. Skinner, o psicólogo de Harvard que, a partir dos anos 1930, levou adiante um conjunto de experiências com pombos e ratos, mostrando que o conhecimento e a interferência em comportamentos animais passam não pelo esforço de compreender seus sentimentos e sensações, e sim pelo estudo de estímulos, recompensas e punições determinantes do que fazem. Um de seus exemplos mais célebres é aquele em que, ao mobilizar um mecanismo, um pombo obtém um alimento. Ao fazê-lo novamente, o alimento não vem e a frustração se repete até que, de forma aleatória, o pombo recebe o alimento, e assim por diante. Por vezes, leva 50 segundos para o pombo obter alimento novamente, mas esse tempo pode ser cinco vezes maior ou menor. Um dos animais analisados por Skinner pressionou o mecanismo duas vezes e meia por segundo durante dezesseis horas seguidas (Schulson, 2018).

Skinner acreditava na possibilidade de, sob esse modelo, conhecer os comportamentos humanos para adequá-los a uma ordem social desejada. Os fundamentos filosóficos de seu trabalho revelam-se bem no título de uma obra dos anos 1970, *Para além da liberdade e da dignidade*. Para Skinner (2000), como bem mostra Shoshana Zuboff (2019), a liberdade humana não passa de ilusão e exprime nada mais que nossa ignorância sobre os mecanismos determinantes de nossas ações. Essas bases filosóficas e os progressos da psicologia no estudo da subjetividade, e não só dos comportamentos humanos, ajudam a explicar a perda de prestígio do comportamentalismo skinneriano nas ciências humanas, sobretudo a partir do final dos anos 1960 (Chomsky, 1971).

Mas os computadores e a conexão em rede transformaram esse quadro. O comportamentalismo ganhou novo alento tanto em prestigiosas organizações acadêmicas como para os governos e o meio empresarial. Em 1998, o psicólogo B. J. Fogg publica um artigo que marca a fundação de uma disciplina hoje largamente ensinada no “Laboratório de Persuasão Tecnológica” da Universidade Stanford. A disciplina é um acrônimo de “Computers as Persuasive Technologies” e ao mesmo tempo uma síntese de seu objetivo maior: *Captology*. Trata-se

de estudar as técnicas por meio das quais os dispositivos digitais podem reter a atenção das pessoas. A captologia propõe desenhos comportamentais que se incrustam nos sistemas operacionais dos dispositivos que utilizamos em nosso dia a dia. Como mostra Shoshana Zuboff, o Google foi pioneiro na aplicação da disciplina. Seus engenheiros, lá por 2002, descobriram que os dados gerados pelas buscas dos usuários poderiam servir a prever seus comportamentos numa profundidade e numa escala inéditas. O próprio Gmail promove a conexão da identidade das pessoas com seus comportamentos e preferências. Da mesma forma, o Google Maps rastreia localização e movimentos.

Não se trata aqui de traçar o histórico da evolução dos diferentes dispositivos que respondem pelo fato de que, por exemplo, no Brasil, entre os mais jovens (de 16 a 24 anos), 40% ficam mais de cinco horas por dia em conexão, segundo a pesquisa brasileira de mídia (Secretaria Especial de Comunicação da Presidência da República, 2016). Nos Estados Unidos, 42% dos menores de 8 anos já possuem seus próprios aparatos digitais. Em 2011, eles eram apenas 1% (Howard, 2017). Não é sem razão que a Associação Americana de Pediatria publicou em 2016 recomendações severas de restrição de smartphones para crianças, produzindo um guia de “dieta midiática” para famílias.<sup>4</sup> Vai no mesmo sentido o título de recente matéria do *Financial Times*: “Why quitting smartphones is the new quitting smoking” [Por que largar os smartphones é o novo parar de fumar]. A reportagem mostra diversas iniciativas (algumas de natureza clínica) para reduzir a dependência das pessoas em consultar permanentemente seus celulares (Kuchler, 2018)

Pesquisa recente sobre vícios ligados a smartphones mostra, confirmando a predição de Skinner em sua experiência com os pombos, que o usuário médio de smartphone nos Estados Unidos checa seu dispositivo 63 vezes por dia e essa quantidade vem aumentando ano a ano. Oitenta e cinco por cento (85%) das pessoas checam seus telefones enquanto estão conversando com amigos e familiares. Sessenta e nove por cento (69%) dos usuários checam seus celulares em até cinco minutos depois que acordam (antes mesmo de espreguiçar e escovar os dentes!), e 87% fazem-no logo antes de dormir. Cinquenta e oito por cento (58%) dos usuários tentaram mudar seus hábitos, mas apenas 41% dessas tentativas foram bem-sucedidas.<sup>5</sup>

Se for levado em conta apenas o uso do Google e do Facebook (ou seja, sem considerar outros aplicativos, nem tampouco os dados que vêm das geladeiras inteligentes e dos robôs domésticos, dos quais a Amazon já vendeu mais de cem milhões de unidades), o montante de dados coletados, armazenados e analisados é estonteante. Robert Shapiro e Sidharta Aneja, como parte de sua pesquisa sobre o uso de informações pessoais pelos gigantes digitais, obtiveram os dados que o Google e o Facebook dispunham de cada um deles, Shapiro, um “baby boomer” que usa bem menos as redes sociais que Aneja, um millennial. O Google dispunha de 3,51 gigabytes de dados de Aneja e o Facebook, 631 me-



gabytes. Um megabyte de informação corresponde a 583 páginas de um documento em Word. Só do millennial Sidharta Aneja o Google possuía informações que, reunidas, perfaziam mais de dois milhões de páginas de um documento word (Shapiro; Aneja, 2019).

O importante, como bem mostra o psicólogo Adam Alter (2017), é que essa capacidade de reter a atenção das pessoas deriva de um verdadeiro vício promovido comercialmente e cultivado a partir de métodos que se apoiam no trabalho especializado de inúmeros especialistas. Na verdade, a própria noção de vícios digitais é nova:

[...] por décadas, os neurocientistas acreditavam que só drogas ou álcool poderiam conduzir a vícios [...] mas pesquisas recentes mostraram que o comportamentos viciantes produzem as mesmas respostas cerebrais do abuso de drogas [...] Na maior parte do tempo, o cérebro libera apenas uma pequena dose de dopamina, mas algumas substâncias e experiências viciantes exacerbam a produção de dopamina. (Alter, 2017, p.71)

E, da mesma forma que no vício químico, o cérebro vai produzindo cada vez menos dopamina, o que exige que a substância seja introduzida por meio da droga ou por meio da intensificação do comportamento viciante. “Em vez de produzir a saudável medida de dopamina que inspirava otimismo e alegria em resposta a pequenos prazeres, essas regiões adormecem até que sejam sobre estimuladas novamente”.

Jogos eletrônicos levaram os vícios digitais a um nível explosivo. O aumento em seu uso, a partir do início do milênio, foi estimulado por duas inovações fundamentais: o acesso por meio do smartphone e a interação social online. Os resultados são estarrecedores. Em 2017 a indústria norte-americana de videogames faturou US\$ 36 bilhões, 18% a mais que em 2016, quando o faturamento já tinha aumentado 20% com relação a 2015, segundo a Entertainment Software Association. Setenta e cinco por cento (75%) do faturamento da Apple App Store vem de jogos. World of Warcraft, por exemplo, é jogado por mais de cem milhões de pessoas. Se fosse um país, os jogadores de Warcraft teriam a 20ª população mundial. Quarenta por cento (40%) dos praticantes são viciados (Alter, 2017). Como a interação social em torno desses jogos é global, seus participantes comprometem com imensa frequência suas noites de sono para manter-se em conexão. Não é por outra razão que a Organização Mundial da Saúde (OMS) incluiu, em 2018, “*gaming disorder*” na classificação internacional de doenças.<sup>6</sup>

Adam Alter, ao explicar o problema das tecnologias aditivas, mostra que os indivíduos, sozinhos, são incapazes de resistir aos vícios digitais e às centenas de técnicas e engenharias projetadas para capturar a atenção e “prender a pessoa” dentro de uma aplicação, seja ela Instagram, seja Tinder, seja Facebook. Para Alter (2017), “a adição comportamental ainda está em sua infância e há uma boa chance de que ainda estejamos na linha de base, bem abaixo do pico”. Com a chegada de dispositivos de realidade virtual e realidade expandida, abre-se a

possibilidade de imersões mais profundas do que as proporcionadas por “*stories*” e fotos no Instagram.

O que haveria de alternativa regulatória para o problema dos vícios digitais? Além das opções de autorregulação (Schulson, 2018) – a criação de ferramentas de contenção de vícios pelas próprias empresas (*e.g.* lembretes sobre o tempo em que se fica conectado a uma aplicação específica ou mecanismos de desligamentos operados pelos usuários) –, Alter defende uma abordagem sociotécnica pautada por uma “engenharia cuidadosa”. Para além das noções tradicionais de *privacy by design* ou de *security by design* (ou seja, privacidade e segurança da informação concebidas na fase de protótipo), Alter defende uma espécie de *non addiction by design*, ou seja, um cuidado, da parte dos engenheiros e programadores, com relação aos efeitos de adição de suas criações técnicas.<sup>7</sup> Trata-se de um movimento contrário ao que há de tendência na “gamificação”, ou seja, no uso de artefatos e processos artificiais de estímulo à permanência de uma pessoa na mesma atividade ou tarefa. Nesse sentido, Alter aproxima-se de uma longa tradição de estudos regulatórios dedicados à arquitetura e aos códigos, como os trabalhos de Lawrence Lessig (1999) sobre o modo como códigos regulam o comportamento humano, e os trabalhos da filósofa Mireille Hildebrandt (2008) sobre a necessidade de o direito ser reorientado à arquitetura e aos processos de criação de códigos e estruturas sociotécnicas.

Para além da autorregulação e da “engenharia cuidadosa” advogada por Alter, a professora de engenharia Elaine Ou, da Universidade de Sydney, propôs em sua coluna na *Bloomberg* uma saída mais audaciosa: tratar empresas como Facebook como “empresas de tabaco” e “empresas de bebida alcoólica”.

O ponto de partida de Elaine Ou é o ensaio *It’s Time to Break Up Facebook*, escrito pelo cofundador da empresa Chris Hughes, em maio de 2019. No texto, Hughes relata sua própria incapacidade de parar de “rolar a tela do Instagram” enquanto está brincando com seu filho. Para Ou (2019), o relato de Hughes não é isolado. Pesquisas conduzidas pela Royal Society for Public Health têm mostrado que as redes sociais podem causar efeitos positivos e negativos. Ao mesmo tempo que estimulam expressão e construção da identidade, geram ansiedade, privação de sono e um fenômeno chamado *Fear of Missing Out* (a ideia de que, se a pessoa não checar as atualizações no Twitter ou as novas publicações no Facebook, estará perdendo algo importante). Elaine Ou (2019), no entanto, nega as conclusões de Chris Hughes. Para ela, não se trata de “quebrar o monopólio” dessas poucas empresas por meio do direito antitruste, mas de “reduzir nossa dependência na indústria como um todo”. Para a autora, o problema não está em apenas uma empresa, e sim nesse novo tipo de indústria que se dedica, nos dizeres de Evgeny Morozov (2018), a escavar nossas emoções e usar nossas relações sociais como matéria-prima.

Para Elaine Ou (2019), há duas opções institucionais para uma espécie de regulação de saúde pública para os vícios digitais. Primeiro, uma abordagem

focada em rotulagem, ou seja, na obrigação de que o conteúdo do produto seja explicado e apresentado, com especial enfoque na *publicidade sobre os riscos*. Segundo, uma abordagem focada em inspeção sanitária, de modo a garantir a redução da assimetria entre consumidores e manufatura. Essa abordagem é mais complexa e difícil de operacionalizar, pois, diferentemente de um restaurante, os insumos e os produtos das empresas de tecnologia são imateriais (Quintarelli, 2019), o que exigiria “abrir os códigos” e permitir uma inspeção sobre os riscos à saúde pública.

Ainda há poucas propostas regulatórias que buscam atacar o problema dos vícios digitais nos Estados Unidos. Até o momento, dois projetos de lei possuem conexão com o tema, mas estão longe de avançar a ideia de Elaine Ou. O primeiro projeto, chamado “Do Not Track Act”, foi proposto em 2019 pelo jovem senador Republicano Josh Hawley, e prevê a criação de um sistema de penalidades para empresas que não interromperem a coleta de dados após uma sinalização, via browser, de “*do not track*”, em um sistema organizado pela Federal Trade Commission (FTC). Na apresentação do projeto de lei, Hawley argumentou que o projeto busca frear essa “economia do vício”, na qual dados pessoais são massivamente coletados para prender as pessoas dentro das plataformas e aplicações.

O segundo projeto, chamado “The Data Care Act”, foi proposto no final de 2018 por quinze senadores democratas. O projeto é a cristalização da proposta do Prof. Jack Balkin (2015; 2017), de Yale, de um sistema de “fiduciários de informação”, no qual as empresas de tecnologia teriam obrigações especiais de lealdade e honestidade com relação ao modo como os dados são usados. Balkin reconhece que, em razão da dependência das pessoas com relação aos serviços prestados pelas grandes empresas de tecnologia, devem-se abandonar os modelos puramente baseados em consentimento, substituindo-os por um sistema no qual o fiduciário da informação – tal como contadores, médicos e advogados – possui um dever de lealdade de não utilizar os dados dos consumidores em detrimento deles (Balkin, 2015). Lina Khan e David Pozen (2019), em artigo sobre o conceito de “fiduciários de informação”, criticam a aplicação prática desse modelo, considerando que diversas empresas de tecnologia estão registradas em Delaware, onde há um “dever de lealdade” com os acionistas e com a maximização de bem-estar de investidores, o que levaria a uma tensão inescapável entre os interesses a serem tutelados.

O problema dos vícios digitais, em resumo, apresenta nova fronteira ao campo de políticas públicas e abre ampla discussão sobre alternativas regulatórias, longe de qualquer solução simples no curto prazo. Em termos éticos, o problema dos vícios conecta-se com três grandes discussões: primeiro, a natureza ética do design e de inovações tecnológicas desenhadas para hackear nossas vulnerabilidades e intensificar uma cultura narcísica e autoexploratória (Han, 2018); segundo, a discussão sobre qualidade de vida e a antiga reflexão, já fei-

ta por Albert Borgmann, sobre como somos dominados pelas tecnologias de forma imperceptível, sucumbindo ao “paradigma do dispositivo” (Borgmann, 1987); terceiro, pela conexão intrínseca entre coleta de dados pessoais e técnicas de “engajamento” e personalizações que nos fazem mais dependentes de smartphones e suas aplicações, reforçando a importância regulatória da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais a partir de 2020 no Brasil.<sup>8</sup>

### **O problema anticoncorrencial: estruturas e condutas**

A base de funcionamento da economia de mercado é a opacidade, ou seja, a ignorância em que se encontra cada ator econômico com relação ao que os outros vão fazer. Friedrich Hayek, prêmio Nobel de Economia e talvez o mais importante pensador liberal do século XX, sustenta, em texto hoje clássico, que ninguém (indivíduos, empresas ou Estado) possui de forma concentrada e sintética as informações que permitem saber onde é mais conveniente, tanto do ponto de vista privado como do social, alocar os recursos escassos dos quais a vida econômica se compõe. Numa sociedade descentralizada essas informações estão radicalmente distribuídas entre os protagonistas da vida econômica. Por isso, qualquer esforço de planejamento econômico estaria fadado ao fracasso, já que não há como concentrar esse conhecimento sob qualquer forma. Mas se é assim, como a sociedade produz e distribui os meios necessários a sua reprodução? A resposta de Hayek (1945) é que “num sistema em que o conhecimento dos fatos relevantes está disperso entre muitas pessoas, os preços podem agir para coordenar as diferentes ações de diferentes pessoas no mesmo sentido em que os valores subjetivos ajudam o indivíduo a coordenar as partes de seu plano”.

Um dos maiores paradoxos de nosso tempo é que a revolução digital abriu caminho para modificar radicalmente a função informativa do sistema de preços na economia contemporânea (Abramovay, 2018). Afinal, com poder computacional crescente, dispositivos em mãos dos indivíduos e funcionamento em rede, as informações deveriam fluir cada vez melhor. Ampliam-se as oportunidades de venda do produto de um agricultor, se ele conhece os preços praticados nacionalmente e internacionalmente e não conta apenas com a informação que lhe é transmitida pelo comerciante local. Essa abundância de informação deveria reduzir os custos daquilo que George Stigler (1961), prêmio Nobel de Economia, chamou de “busca” (*search*) do preço mais favorável, seja para o comprador, seja para o vendedor. Em princípio, o acesso dos participantes do mercado às informações que norteiam seus comportamentos deveria ser mais rápido, menos custoso e depender menos de intermediários. O mais importante é que esses atributos deveriam ampliar a participação nas melhores oportunidades de mercado. Yochai Benkler (2006), em *A riqueza das redes*, publicado em 2006, sustenta que a economia da informação em rede propicia a “emergência de um ambiente informacional em que os indivíduos são livres para assumir um papel mais ativo do que era possível na economia industrial da informação do século XX”. Essa visão edificante dos impactos das novas tecnologias da informação

não só sobre o funcionamento dos mercados, mas sobre a democracia (por meio da formação de uma esfera pública operando rede) era compartilhada até o final da primeira década do milênio pela esmagadora maioria dos estudiosos do tema.

O paradoxo é que poucos anos após a publicação do livro de Benkler, a revolução digital acabou por converter-se no mais importante vetor de concentração de riqueza e de poder da história do capitalismo. O que está em jogo não é apenas o poder de mercado dos gigantes digitais contemporâneos, mas a formação de um sistema econômico apoiado inteiramente na coleta, na armazenagem e na análise de dados pessoais. O que, em tese, destinava-se a fortalecer um sistema informativo descentralizado e capaz de aprimorar o funcionamento do mercado, transformou-se num conjunto de dispositivos pelos quais alguns poucos atores econômicos conseguem conhecer de antemão (e não como resultado do funcionamento dos preços) as preferências e, por aí, a antecipar quais serão as escolhas do consumidor. Como mostra o livro fundamental de Ariel Ezrachi e Maurice Stucke (2016):

[...] a concorrência, tal como a conhecemos – a mão invisível que distribui as necessidades da vida – está sendo deslocada em muitos setores pela mão digitalizada. Esta última, mais que uma força natural, é fabricada pelo homem e, como tal, sujeita a manipulação.

Na visão hayekiana, por maior que seja o esforço das empresas em conhecer as preferências dos compradores, só o mercado é capaz de validar esse conhecimento. E essa validação é necessariamente *ex-post*. O grande leilão social que conduz à formação dos preços consagra-se, na célebre expressão de Léon Walras, num tateamento (*tâtonnement*), num sistema de experimentação e erro próprio à natureza dispersa da informação. Mas a capacidade de reunir dados e conhecer as preferências das pessoas muda esse quadro. E essa mudança passa a ameaçar a própria concorrência, uma vez que, longe de estar amplamente distribuída, a informação agora concentra-se nos atores que dela dispõem. Como essa massa de informações alimenta os algoritmos que permitem a aprendizagem automatizada capaz de detectar as preferências dos consumidores antes mesmo que eles façam suas escolhas, isso dá lugar à formação de um novo poder econômico, que Maurice Stucke (2018) não hesita em chamar de dadopólio.

Os dados que alimentam o modelo de negócios dominante na economia contemporânea não vêm apenas das plataformas operadas diretamente pelos gigantes digitais. O relatório do Conselho Presidencial de Conselheiros em Ciência e Tecnologia dos Estados Unidos mostra que embora empresas especializadas sempre tenham coletado informações para melhor conhecer os consumidores, agora, além da massa de informações coletadas no uso de redes sociais, ocorre uma “fusão de dados” (*data fusion*), que é quando “dados de diferentes fontes são colocados em contato daí emergindo novos fatos”. Cada um desses dados isoladamente pode ser inofensivo do ponto de vista do respeito à privacidade do indivíduo. Mas sua reunião permite o estabelecimento de perfis e de formas de

rastreamento das pessoas que vão muito além do que elas sabem e possivelmente do que elas permitiriam.

Mesmo que haja alguma dispersão nos dados coletados por diferentes plataformas (não só as dos gigantes digitais, mas nas compras, no uso de automóveis, nos cartões magnéticos que dão acesso a infraestruturas públicas como metrô e ônibus, entre outros), somente os atores que possuem massas gigantescas de informações são capazes de desenvolver a capacidade analítica de estabelecer as conexões necessárias para que os dados façam sentido. Essa é uma das mais importantes causas do paradoxo que converteu uma tecnologia cujos potenciais estavam na descentralização, no aumento da informação compartilhada e, portanto, na ampliação das oportunidades de mercado exatamente no seu contrário: a base sobre a qual funciona o maior poder político, econômico e cultural das sociedades modernas.

A expressão economia de dados não quer dizer que a vida social se tenha desmaterializado ou se tornado puramente virtual (Quintarelli, 2019). O mais importante é que os dados abrem caminho a *três* traços inéditos do capitalismo contemporâneo. O primeiro é que os próprios objetos materiais convertem-se em formas de captar e transmitir dados. Isso vai do televisor doméstico que responde a comando de voz ao automóvel autônomo. Dang Wenshuan, dirigente da gigante digital chinesa Huawei, estima que nada menos que 70% do valor de um carro autônomo estão em sua tecnologia da informação e da comunicação. Isso significa que esse setor da economia global será cada vez mais dominado por empresas digitais e não pelos fabricantes convencionais de automóveis (Kinge et al., 2019). Esse é o cenário da Internet das Coisas, no qual o Brasil buscou identificar suas potencialidades por meio do “Plano Nacional de Internet das Coisas” entre os anos 2017 e 2018.<sup>9</sup>

O segundo traço inédito do capitalismo contemporâneo é a publicidade de precisão, ou seja, a capacidade de dirigir mensagens apoiadas no conhecimento do perfil exato dos consumidores a partir das informações que a “fusão de dados” permite obter (Wu, 2016; Zuckerberg, 2019), somada ao fato da comodificação da vida cotidiana e das ações individuais e relacionais que podem ser registradas como dados pessoais (Morozov, 2018; Zuboff, 2019). O terceiro e mais importante é a capacidade de antecipar os comportamentos dos cidadãos e planejar as atividades econômicas a partir daí. Enquanto o varejo muda seus preços, em média entre um e três meses – o tempo necessário para que o sistema de preços sinalize aos atores econômicos, de forma descentralizada, a situação da oferta e da procura dos bens e serviços –, a Amazon tem a capacidade de mudar os preços dos dois bilhões de produtos que oferece a cada quinze minutos. É o que permite que Ariel Ezrachi e Maurice Stucke denominem o “olho digital” capaz de antecipar as escolhas a serem feitas pelos consumidores de “visão divina”.

Nos Estados Unidos, as autoridades de regulação da concorrência, até muito recentemente, fizeram vista grossa para a concentração de poder eco-

nômico correlativa à aplicação de “Big Data”, “Data Analytics” e Inteligência Artificial à massa de dados em mãos dos gigantes digitais. Muitos casos de *Data-Driven Mergers*, como a aquisição da DoubleClick pela Google ou a aquisição do WhatsApp pelo Facebook, não passaram por análise de ato de concentração pela autoridade antitruste<sup>10</sup> – ou, se passaram, foram autorizadas sem nenhum tipo de restrição severa, em razão da tese dominante de existência de benefícios aos consumidores e de inexistência de um problema fundamental de infração à ordem econômica. No caso Google Double Click, consagrou-se a tese de que não haveria um problema concorrencial pelo fato de o Google adquirir bases de dados que “pudessem ser exploradas em violação à privacidade dos consumidores” (FTC, 2007). O que deveria pesar na decisão da autoridade concorrencial seria a existência de “danos concorrenciais”, mensuráveis, por exemplo, pela evidência de “eliminação potencial de competição em um mercado relevante” (FTC, 2007).

Nos últimos anos tem ocorrido um intenso debate, inclusive no Brasil, sobre a viabilidade de manutenção das lentes clássicas de análise antitruste e o problema das aquisições centradas em dados (Bagnoli, 2016; Fidelis, 2017; Krein, 2018; ). O Quadro 1 contrasta esse cenário com a expansão das fusões e aquisições de empresas de tecnologia, o que evidencia a estratégia agressiva dessas companhias de diversificar seu portfólio de atuação. Juntas, Alphabet, Facebook, Microsoft, Amazon e Apple foram responsáveis por mais de 450 aquisições.

Essa passividade se explica pelo ritmo das inovações tecnológicas e pelas novidades que esse ritmo trazia ao horizonte intelectual de decisões dessas autoridades, como a dificuldade de definir o “mercado relevante” dessas empresas de tecnologia e a dificuldade de definição da importância econômica dos dados pessoais para essas aquisições, considerando a ausência de critérios claros de classificação dos diferentes tipos de dados e o fato de que os dados também são utilizados como “pagamento” por uma aplicação “gratuita” de internet.<sup>11</sup>

No entanto, a dificuldade se apoia, sobretudo, na ideia de que só há prejuízo à concorrência caso a concentração econômica provoque aumento dos preços ao consumidor. Nesse referencial teórico clássico, típico da Escola de Chicago de Antitruste capitaneada por Robert Bork na década de 1970, o efeito anticompetitivo deve ser demonstrado por meio de testes empíricos e modelos matemáticos que podem comprovar uma relação de detrimento para o consumidor em um mercado específico.

Quadro 1 – Visão geral dos “gigantes digitais” segundo CrunchBase

| Grupo econômico        | Receita anual estimada | Áreas de atuação  | Patentes | Subsidiárias  | Aquisições e exemplos   |
|------------------------|------------------------|---|----------|---|---|
| Alphabet Inc. (Google) | \$136.8B               | Biotecnologia, plataformas de <i>blogging</i> , e-mail, mecanismos de busca, software, streaming de vídeo | 27.086   | X (projetos científicos), Verily (dados de saúde), Waymo (sensores de transporte), Nest Labs (automação doméstica), Chronicle, Loon (conectividade), GV (venture capital), Sidewal Labs (smart cities), Calico (doenças e envelhecimento) | 234<br>-<br>Motorola Mobility (\$12B, 2012), Nest Labs (\$3B, 2014), DoubleClick (\$3,1B, 2007), Looker (\$2,6B, 2019), YouTube (\$1,7B, 2006), Waze (\$1,1B, 2013), HTC (\$1,1B, 2013), AdMob (\$750M, 2009), ITA Software (\$700M, 2011), DeepMind (\$650M, 2014) |
| Facebook               | \$58.9B                | Mídia social, rede social, apps para celular, mensageria,   | 5.116    | Wit.ai (inteligência artificial, Oculus (realidade virtual), Messenger (mensageria), Instagram (compartilhamento de fotos)  | 77<br>-<br>WhatsApp (\$19B, 2014), Oculus VR (\$2B, 2014), Instagram (\$1B, 2012), LiveRail (\$400M, 2014), Face.com (\$100M, 2012), Redkik (\$100M, 2018), Atlas Solutions (\$100M, 2013)  |



|           |          |  |        |  |  |
|-----------|----------|--|--------|--|--|
| Amazon    | \$232.9B | Desenvolvimento de negócios, entregas, e-commerce, vendas online, SaaS, software   | 11.155 | Dpreview (revisão de câmeras), Whole Foods Markets (produtos orgânicos), Woot (loja online), IMDB (avaliações de filmes), Alexa Accelerator, A The Book Depository (loje online de livros), Twitch (plataforma para gamers)        | 83<br>-<br>WholeFoods (\$13B, 2017), Goodreads (\$1B, 2013), Zappos (\$1,2B, 2009), Twitch (\$970M, 2014), BuyVIP (\$100M, 2010), Alexa Internet (\$250M, 1999), Havest.AI (\$20M, 2017), Ring (\$890M, 2018), PillPack (\$750M, 2018) |
| Apple     | \$258.5B | Eletrônicos, Hardware, Dispositivos móveis, Software   | 20.780 | FileMaker (customização de apps), Braeburn Capital (gestão de ativos), AC Wellness (grupo de saúde)  | 108<br>-<br>Beast Electronics (\$3B, 2014), Dialog Semiconductor (\$600M, 2018), Anobit (\$500M, 2011), NeXT (\$400M, 1997), Shazam (\$400M, 2018), PrimeSense (\$360M, 2013), AuthenTec (\$350M, 2012)                                |
| Microsoft | \$122.2B | Inteligência artificial, computação em nuvem, eletrônicos, ferramentas de desenvolvimento, software, sistemas operacionais | 35.995 | Jellyfish (plataforma de compras), Visual Studio (desenvolvimento), Xamarin (construção de apps), Vexcel (serviços), SoftArtisans (insights de dados), Opalis software (automação para TI), Skype (plataforma de comunicação VoIP) | 220<br>-<br>LinkedIn (\$2,6B, 2016), Skype (\$8,5B, 2011), GitHub (\$7,5B, 2018), Nokia (\$7,2B, 2013), Mojang (\$2,5B, 2014), Visio Corporation (\$1,3B, 2000), Hotmail (\$500M, 1997), Yammer (\$1,2B, 2012)                         |

Fonte: Elaborado com base em dados do CrunchBase (2019).

Conforme argumento de Daniel Crane (2018), desde o julgamento do caso *Reiter v Sonotone Corporation* pela Suprema Corte em 1979, tornou-se lugar-comum afirmar que o Sherman Act (a legislação pioneira em direito antitruste nos Estados Unidos) foi construído para promover o “bem-estar do consumidor”. Em *The Antitrust Paradox*, Robert Bork (1978) cravou essa interpretação hoje dominante e definiu o bem-estar do consumidor simplesmente como a situação na qual se evitam “reduções de output” que poderiam levar a situações de perdas (*deadweight losses*). Essas situações seriam mais bem quantificadas por efeitos de preços, podendo incluir componentes adicionais como escolha, variedade e inovação. Os modelos de análise centrados em preço são, até hoje, os dominantes na discussão antitruste, garantindo uma posição de domínio ao ferramental analítico construído pela Escola de Chicago desde Bork (Wu, 2018).

No entanto, vários juristas do direito antitruste mostram que essa moldura teórica é incapaz de solucionar os problemas atuais das plataformas de múltiplos lados e de “data-driven markets” com histórico de concentração (Ezrachi; Stucke, 2016; Wu, 2018). Trata-se de problema metodológico altamente relevante e que tem sido amplamente discutido por especialistas e por autoridades de direito concorrencial do mundo todo (Crane, 2018; Wu, 2018).

Há um grande debate sobre a viabilidade de inclusão de finalidades políticas e sociais como integrantes de análise concorrencial. Também há uma forte polarização entre os chamados “neobrandeisianos”, que defendem a relação direta entre antitruste e democracia (Waller, 2019) e a utilização de *proxies* de *performance* ligadas a estrutura de mercado (*market structure*) e tamanho (*firm size*), e os seus críticos, que advogam por abordagens “pós-Chicago”, porém centradas em precificação predatória, *tying* e práticas excludentes (Crane, 2018).

Ao lado da reorganização do direito antitruste em um viés de intervenção estrutural, que se tornou lema da campanha da senadora norte-americana democrata Elizabeth Warren, pré-candidata presidencial (*Break Up Big Tech*), um segundo eixo de reinvenção do direito antitruste se encontra na atuação repressiva, quando as autoridades de defesa da concorrência encontram práticas unilaterais desleais e lesivas à ordem econômica.<sup>12</sup>

Esse segundo eixo, que difere completamente da atuação preventiva, é o que tem sido o foco principal de atuação da Comissão Europeia de Concorrência, Margrethe Vestager, em casos emblemáticos como o Google-Android, julgado em julho de 2018.<sup>13</sup> No caso Google-Android, a Comissão Europeia identificou três tipos de restrições que a Google impôs às manufaturas de operadoras de redes, para garantir que os dados trafegassem para o Google Search e os servidores da Google. Primeiro, a Google exigiu que produtores de smartphones pré-instalassem buscadores e o app Google Search em aparelhos rodando no sistema operacional Android (de propriedade da Google). Era obrigatório aos fabricantes de celular pré-instalar o Google Search se eles tivessem interesse em

vender dispositivos na Google App Store. Segundo, a Google pagou fabricantes e operadores de rede para garantir que somente o Google Search tivesse pré-instalado, diminuindo a capacidade competitiva de competidores como Bing e DuckDuckGo. Terceiro, conforme a Comissão Europeia, a Google obstruiu o desenvolvimento de sistemas operacionais de telefonia móvel competitivos, utilizando o Android como “veículo para sedimentar o domínio de seu próprio mecanismo de busca”.

O caso Android é emblemático dessa tendência de “APIzação” (Villani, 2018) e arranjos contratuais que expandem a coleta de dados pessoais e colocam em xeque a questão do bem-estar do consumidor, desde que o conceito seja ressignificado (Wu, 2018). Além do debate sobre a perda de oportunidade de se beneficiar dos efeitos da competição – o que diminuiria o “bem estar do consumidor” –, o coração do caso está na relação entre essa APIzação e o exercício “de forma abusiva” de posição dominante, nos termos do art. 36 da Lei n.12.529/2011 (Lei Brasileira de Defesa da Concorrência).<sup>14</sup>

Por fim, há uma grande aposta que a General Data Protection Regulation e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.13.709/2018) tragam efeitos concretos para o debate concorrencial. Primeiro, porque entre os novos “direitos digitais” garantidos pelas leis de proteção de dados pessoais está o direito à *portabilidade de dados pessoais* (presente no rol do art. 18, Lei n.13.709/2018).

Com o pleno exercício desse direito, espera-se que políticas como a de *Open Banking* criada pelo Banco Central do Brasil possam fomentar a circulação de dados pessoais desde que exista o consentimento e o pedido por parte do titular dos dados, fazendo que grandes instituições financeiras sejam obrigadas a garantir acesso a competidores (FinTechs), estimulando uma espécie de desagregação (*unbundling*) dos serviços financeiros hoje unificados. No coração desse debate estará a questão da padronização da portabilidade de dados e, também, as medidas de segurança necessárias para regulação do modo como se dará o acesso pelo competidor, bem como a segurança necessária para o transporte desses dados em atendimento ao princípio da segurança previsto no art. 6 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Segundo, pois existe uma tendência de algumas autoridade concorrenciais, como a Autoridade de Defesa da Concorrência da Alemanha (*Bundeskartellamt*), de construir precedentes de práticas unilaterais abusivas em razão da coleta massiva de dados pessoais sem a garantia dos direitos básicos dos titulares e os princípios de proteção de dados pessoais, como a base legal para tratamento e o princípio de finalidade e adequação. O caso limite dessa tendência é o construído pelo *Bundeskartellamt* em face do Facebook em fevereiro de 2019. A Autoridade decidiu que o Facebook não pode obter o consentimento “no atacado”, por meio de uma única política, permitindo que metadados sejam amplamente coletados no Instagram, WhatsApp e sites de terceiros que possuem *cookies* de transmissão de dados para servidores Facebook. Conforme argumentado por

Andreas Mundt, presidente da Bundeskartellamt, “a combinação de fontes de dados contribuiu substantivamente para o fato de o Facebook ter conseguido construir uma base de dados única para cada usuário e, assim, ter ganhado poder de mercado. No futuro, consumidores podem evitar que o Facebook colete e use seus dados de forma irrestrita” (Bundeskartellamt, 2019).

É evidente que essa aproximação não estará isenta de fricções no campo concorrencial (Krein, 2018; Wu, 2018; Crane, 2018). Sem dúvidas, surgirão argumentos sobre a inaplicabilidade do ferramental antitruste para lidar com esses casos, e argumentos de que as violações dos direitos à proteção de dados pessoais devem ser lidadas dentro do escopo específico de atuação das Autoridades Nacionais de Proteção de Dados Pessoais.

Esses casos, no entanto, sugerem uma aproximação entre o campo de proteção de dados pessoais e o campo da defesa da concorrência (Linskey, 2018), que se desenvolveram por meio de comunidades epistêmicas distintas e estruturas regulatórias que não se comunicavam claramente até então (Abramovay, 2018; Quintarelli, 2019, p.271-82). Com a entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais em agosto de 2020 no Brasil, podem-se esperar movimentos semelhantes no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e disputas intensas sobre o que é de atribuição do Cade, o que é atribuição da Secretaria Nacional do Consumidor (responsável pela aplicação do Código de Defesa do Consumidor) e o que é de atribuição da futura Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais.<sup>15</sup>

Está cada vez mais claro que a “concorrência não está a um clique” e que nem todas as empresas podem ser Google (Mangabeira Unger, 2019). As discussões sobre “capitalismo de vigilância” (Zuboff, 2019) e as análises sobre comodificação do cotidiano por meio de sensores e metadados (Quitarelli, 2019) podem iluminar a discussão crítica sobre barreiras de entrada e domínio de mercado relevante de serviços. Em linhas gerais, como corretamente notado por Coutinho & Kira (2018), o desenvolvimento avançado de plataformas digitais e a intensa coleta de dados pessoais representam novas fronteiras para a teoria clássica do antitruste, seja no vetor de controle de atos de concentração, seja na repressão a condutas anticompetitivas.

### **Conclusão**

Existe um vínculo orgânico entre os vícios digitais expostos na primeira parte deste trabalho e os ataques contra a concorrência analisados a seguir. Nada exprime melhor essa ligação que o lema da Cambridge Analytica, a empresa que atuou na campanha vitoriosa de Donald Trump, sobre a base de informações recolhidas a partir de um questionário aplicado por meio do Facebook: “data drives all we do” (os dados determinam tudo o que fazemos).

A frase traz uma ambiguidade decisiva: os dados determinam tudo o que a economia da atenção faz, ou seja, a extração de dados incorpora-se aos objetos que compõem a vida cotidiana e ao mesmo tempo, o uso dos dados por parte

das empresas que os detêm é capaz de exercer imensa influência sobre o que nós, cidadãos e consumidores, fazemos. Essa influência foi apresentada aqui tanto em sua capacidade de reter nossa atenção nos dispositivos digitais como nas consequências da economia da atenção sobre um dos pilares básicos da economia moderna: a concorrência.

Mas é evidente, como mostraram as ações da própria Cambridge Analytica, que a coleta, a armazenagem e a análise dos dados do cidadão abrem caminho também à interferência em sua vida cívica. O envio de mensagens massivas, mas personalizadas está dando lugar ao que Zeynep Tufekci (2018), professora da Universidade de Notre Dame, vem chamando de esfera pública fantasma: informações são enviadas de forma cuidadosamente selecionada a partir das informações reveladoras da personalidade e das inclinações de quem as recebe. Mas o envio é individualizado e chega às pessoas não pelo rádio, pela TV, pelo jornal ou em praça pública, e sim pela tela de seus smartphones. Isso inibe e distorce o debate aberto daquilo que se recebe e induz as pessoas a se confinarem em bolhas de redundância. Da mesma forma que ameaça a concorrência, o modelo de negócio dos gigantes digitais também favorece a formação de um ambiente político e cultural em que os cidadãos são afastados de horizontes diferentes daqueles em que já vivem. Como mostra Cass Sunstein (2018) não poderia haver ambiente mais favorável à polarização política e cultural.

O que está em jogo na vigilância sistemática, que se tornou o cerne da inovação tecnológica contemporânea, não são nossos segredos: é, antes de tudo, nossa autonomia, o controle de cada indivíduo sobre sua própria vida, a definição da identidade de cada um de nós e aquilo que o relator das Nações Unidas sobre o Direito à Privacidade (Humans Rights Council, 2019) chamou de nossa “autodeterminação”. É por isso que o Grupo de Assessoria Ética da Autoridade Europeia de Proteção de Dados insiste que “os seres humanos não são idênticos aos seus dados apesar da crescente precisão com a qual os seres humanos podem ser digitalmente modelados, suas qualidades e propriedades catalogadas, seus padrões sistematizados e seus comportamentos previstos” (Ethics Advisory Groups EDPS, 2018).

A legitimidade social das atividades dos gigantes digitais está sendo contestada de forma crescente nos Estados Unidos e na Europa. As legislações de proteção de dados pessoais aprovadas já em mais de 120 países são um passo importante para limitar o poder das empresas que hoje lideram o processo de extração, armazenamento e análise de nossos dados. Mas a amplitude e a profundidade da coleta de informações e sua presença nos mais triviais objetos da vida cotidiana exigem que seja colocada a pergunta ética decisiva: dados para quê e para quem?

Essas perguntas vêm sendo respondidas não só por esforços legislativos, mas por movimentos sociais e organizações de especialistas que procuram uma arquitetura que permita recuperar a internet como o mais importante bem pú-

blico até hoje criado pela inteligência humana e não como o instrumento distópico da vigilância sistemática. É certamente uma das mais fascinantes e promissoras agendas de pesquisa e de ação cívica do mundo contemporâneo.

## Notas

- 1 Uma arquitetura jurídica dá sustentação a esse sistema. De um lado, há os termos de uso que funcionam como contrato que garante o consentimento do usuário para que os dados sejam coletados, processados e compartilhados com terceiros. De outro lado, há contratos de licenciamento de software para que o SDK seja transferido entre empresa desenvolvedora e “empresas parceiras”. É questionável, no entanto, o quão livre e informado é o consentimento dessas pessoas ao concordarem com esses termos de uso, pois há problemas agudos de assimetria de informação (Jin, 2018).
- 2 No Brasil, a recém-aprovada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.13.709/2018), que entra em vigor em agosto de 2020, traz como fundamento da proteção de dados pessoais a autodeterminação informativa (art. 2º, II) e a dignidade (art. 2º, VII). Sobre o conceito de autodeterminação informativa, ver Mendes (2018).
- 3 Utilizamos as expressões privacidade e proteção de dados pessoais em conjunto para fins de exposição simplificada, porém reconhecemos o amplo debate sobre a diferenciação entre os dois conceitos e a autonomização da proteção de dados pessoais no campo jurídico, tal como argumentado por Stefano Rodotà (2018). A Carta de Direitos Fundamentais de 2000 da União Europeia é um exemplo claro de autonomização da proteção de dados pessoais.
- 4 Disponível em: <<https://www.aap.org/en-us/about-the-aap/aap-press-room/Pages/American-Academy-of-Pediatrics-Announces-New-Recommendations-for-Childrens-Media-Use.aspx>>.
- 5 Disponível em: <<https://www.bankmycell.com/blog/smartphone-addiction/#chapter0>>, Acesso em: 15 jun. 2019.
- 6 Disponível em: <<https://www.who.int/features/qa/gaming-disorder/en/>>.
- 7 Em nosso entendimento, esse raciocínio está totalmente alinhado com o “princípio da prevenção” do art. 6º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que exige a “adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais”. A grande questão é a clareza sobre o tipo de dano existente e as formas de remediá-lo.
- 8 Apesar de não ser nosso objetivo aprofundar a análise da LGPD, é fundamental entender o impacto do capítulo de tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes, em especial a regra que impede o condicionamento da participação de crianças e adolescentes em jogos, aplicações de internet ou outras atividades mediante fornecimento de informações pessoais (art. 14).
- 9 Somente nos últimos dois anos, segundo levantamento da Esalq/USP, surgiram mais de 200 empresas de AgriTech, muitas delas dedicadas a *geotagging* de maquinário do campo, comunicação máquina-a-máquina (M2M) e “smart farming”, fazendo que o campo esteja integrado com sensores, redes de comunicação e infraestrutura de *analytics*. Além da área rural, o Plano Nacional prevê potencialidades na área da saúde e de projetos urbanos (*smart cities*).

- 10 Deverão ser submetidos ao Cade para apreciação os atos de concentração que (a) pelo menos um dos grupos envolvidos na operação tenha faturamento bruto anual ou volume de negócios total no país, segundo último balanço, equivalente ou superior a R\$ 750 milhões e (b) pelo menos outro grupo envolvido na operação tenha registrado faturamento bruto anual ou volume de negócios total no país equivalente ou superior a R\$ 75 milhões. No Brasil, por exemplo, pela regra de faturamento, o WhatsApp não precisou ser analisado.
- 11 Como argumentado por Julia Krein (2018), na dinâmica de negócios de mercados de dois ou múltiplos lados, os usuários não incorrem em custos monetários para utilizar serviços (o Instagram é “gratuito”). Isso faz que a transação seja descrita como gratuita e, por esse motivo, “excluída da análise antitruste”, uma vez que, “sem preços, não há mercados e, portanto, não pode haver prejuízo à concorrência” (Krein, 2018, p.203).
- 12 Entre as várias condutas de infração à ordem econômica na Lei do Cade está aumentar arbitrariamente lucros, exercer de forma abusiva posição dominante, promover adoção de conduta comercial uniforme ou concertada entre concorrentes, limitar ou impedir o acesso de novas empresas ao mercado, criar dificuldades à constituição ou desenvolvimento de empresa concorrente, impedir o acesso de concorrente às fontes de insumo, matérias primas, equipamentos ou tecnologia, exigir ou conceder exclusividade para divulgação de publicidade, entre outros previstos no art. 36 da Lei n.12.529/2011.
- 13 Por questões de escopo, não analisaremos o caso Google-Shopping. Para uma análise crítica, ver Daly (2017).
- 14 No Brasil, presume-se posição dominante sempre que uma empresa ou grupo de empresas for capaz de alterar unilateral ou coordenadamente as condições de mercado ou quando controlar 20% ou mais do mercado relevante, podendo esse percentual ser alterado pelo Cade para setores específicos da economia.
- 15 Nos Estados Unidos, os argumentos mais ousados e bem articulados sobre a reorientação do antitruste em um viés de intervenção estrutural em razão do poder de mercado das empresas de tecnologia são os mobilizados por Khan (2017) e Wu (2018). No entanto, mesmo nos movimentos sociais, há os que defendem que a solução seria uma reestruturação da FTC em um viés de defesa do consumidor. Kimelman, Feld e Rossi (2018) admitem problemas centrais de lesões coletivas relacionadas à coleta massiva de dados pessoais, mas afirmam que o direcionamento do antitruste para a privacidade (i) seria desgastante em termos de energia e política e falta de clareza conceitual, (ii) poderia gerar consequências não previstas, como a fragmentação de um “ofensor” em vários “*privacy offender competitors*”, e (iii) seria incapaz de olhar a figura mais ampla de desproteção de dados pessoais, que deveria ser analisada por uma moldura jurídica própria, como a General Data Protection Regulation ou a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.13.790/2018). É de se esperar um impacto dessa discussão no Brasil.

## Referências

ABRAMOVAY, R. Aos dados cidadãos. *451 A Revista dos Livros*, 2018. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/aos-dados-cidadaos/>>.

ALTER, A. *Irresistible: The rise of addictive technology and the business of keeping us hooked*. New York: Penguin, 2017.

ARTHUR, B. Where is technology taking the economy. *McKinsey Quarterly*, out. 2017. Disponível em: <<https://www.mckinsey.com/business-functions/mckinsey-analytics/our-insights/where-is-technology-taking-the-economy>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BAGNOLI, V. The Big Data Revelant Market. *Concorrenza & Mercato*, v.23, 2016.

BALKIN, J. M. Information fiduciaries and the first amendment. *UCDL Rev.*, v.49, p.1183, 2015.

\_\_\_\_\_. The Three Laws of Robotics in the Age of Big Data. *Ohio St. LJ*, v.78, p.1217, 2017.

BENKLER, Y. *The Wealth of Networks. How Social Production Transforms Marketys and Freedom*. New Haven: Yale University Press, 2006.

BORGMANN, A. *Technology and the character of contemporary life: A philosophical inquiry*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

BORK, R. *The Antitrust Paradox*. New York: Basic Books, 1978.

BUNDESKARTELLAMT. *Bundeskartellamt prohibits Facebook from combining user data from different sources*, Press Release, 07/02/2019. Disponível em: <[https://www.bundeskartellamt.de/SharedDocs/Meldung/EN/Pressemitteilungen/2019/07\\_02\\_2019\\_Facebook.html](https://www.bundeskartellamt.de/SharedDocs/Meldung/EN/Pressemitteilungen/2019/07_02_2019_Facebook.html)>. Acesso em: 25 jun. 2019.

CHOMSKY, N. The case against BF Skinner. *The New York Review of Books*, v.17, n.11, p.18-24, 1971.

COUTINHO, D.; KIRA, B. Vinho novo em garrafas velhas, *Jota*, 2 jul. 2018.

CRANE, D. A. Four Questions for the Neo-Brandeisians. *Antitrust Chronicle*, v. 2, 2018.

CRUNCHBASE, *CrunchBase Data Base*, 2019. Disponível em: <<https://www.crunchbase.com/>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

CURTIS, B. Foucault on governmentality and population: The impossible discovery. *Canadian Journal of Sociology*, v.27, n.4, p.505-35, 2002.

DALY, A. Beyond Hipster Antitrust: A Critical Perspective on the European Commission's Google Decision. *Eur. Competition & Reg. L. Rev.*, v.1, p.188, 2017.

ENJOLRAS, F. Gare à ces 'algorithmes qui pourraient finir par nous connaître mieux que nous nous connaissons nous-mêmes'.. *Le Monde*, 26.12. 2018. Disponível em : <[https://www.lemonde.fr/sciences/article/2017/12/26/gare-a-ces-algorithmes-qui-nous-connaissent-mieux-que-nous-memes\\_5234390\\_1650684.html](https://www.lemonde.fr/sciences/article/2017/12/26/gare-a-ces-algorithmes-qui-nous-connaissent-mieux-que-nous-memes_5234390_1650684.html)>. Acesso em: 15 jun. 2019.

ETHICS ADVISORY GROUP EDPS. Towards a Digital Ethics, 2018. Disponível em: <[https://edps.europa.eu/sites/edp/files/publication/18-01-25\\_eag\\_report\\_en.pdf](https://edps.europa.eu/sites/edp/files/publication/18-01-25_eag_report_en.pdf)>. Aesso em: 15 jun. 2019.

EZRACHI, A.; STUCKE, M. E. *Virtual competition*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

FIDELIS, A. Data-driven mergers: a call for further integration of dynamics effects into competition, *Revista de Defesa da Concorrência*, v.5, n.2, p.207, 2017.



- FREUD, S. *L'Inquiétante étrangeté*, 1919. Disponível em: <[http://palimpsestes.fr/textes\\_philo/freud/inquietante-etrangete.pdf](http://palimpsestes.fr/textes_philo/freud/inquietante-etrangete.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- FOGG, B. J. Persuasive Computers: Perspectives and Research Directions. CHI 98. Proceedings of the SIGCHI Conference on Human Factors in Computing Systems, 1998, p.225-232. Disponível em: <<https://dl.acm.org/citation.cfm?id=274677>>.
- FLORIDI, L. *The Ethics of Information*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- \_\_\_\_\_. Three problems with group privacy and their solutions. In: Group privacy: new challenges of data technologies. *Philosophical Studies*. New York: Springer, 2016.
- FLORIDI, L.; TADDEO, M. What is data ethics? *Phil. Trans. R. Soc. A* 374: 20160360, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1098/rsta.2016.0360>>.
- FRISCHMANN, B.; SELINGER, E. *Re-engineering humanity*. Cambridge University Press, 2018.
- FTC, *Statement of Federal Trade Commission concerning Google/DoubleClick*, FTC File. 071-0170, Washington: FTC, 2007.
- HAN, B.-C. *No Enxame*: perspectivas do digital. Rio de Janeiro: Vozes, 2018.
- HANVEY, B. Your Car Knows When You Gain Weight. *The New York Times*, 17.4.2019. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/05/20/opinion/car-repair-data-privacy.html>>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- HARTZOG, W. *Privacy's Blueprint*. The Battle to Control the Design of New Technologies. Cambridge: Harvard University Press, 2018.
- HARTZOG, W.; SELINGER, E. Why You Can No Longer Get Lost in the Crowd. *The New York Times*, The Privacy Project, 17.4.2019.
- HAYEK, F. The Use of Knowledge in Society. *American Economic Review*, v.XXXV, n.4, p.519-30, 1945.
- HILDEBRANDT, M. Legal and technological normativity: more (and less) than twin sisters. *Techné: Research in Philosophy and Technology*, v.12, n.3, p.169-83, 2008.
- HOWARD, J. Kids under 9 spend more than 2 hours a day on screens, report shows. CNN, 2017. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2017/10/19/health/children-smartphone-tablet-use-report/index.html>>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- HUMAN RIGHTS COUNCIL. Report of the Special Rapporteur on the right to privacy, 2019. Disponível em: <<https://rm.coe.int/40th-hrc-session-report-of-the-special-rapporteur-on-the-right-to-priv/1680933f08>>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- JIN, G. Z. Artificial intelligence and consumer privacy. *National Bureau of Economic Research*, 2018.
- KHAN, L. M. Amazon's Antitrust Paradox. *The Yale Law Journal*, v.126, n.3, Jan. 2017.
- KHAN, L.; POZEN, D. A Skeptical View of Information Fiduciaries. *Harvard Law Review*, v.133, 2019.
- KIMMELMAN, G.; FELD, H.; ROSSI, A. The limits of antitrust in privacy protection, *International Data Privacy Law*, v.8, n.3, p.270-6, Aug. 2018.
- KINGE, J.; LOUISE L.; WONG, S. Huawei looks to self-driving cars in bid to broaden AI focus. *Financial Times*, 21.6.2019. Disponível em: <<https://www.ft.com/>>

content/6ee22ee4-8ce2-11e9-a24d-b42f641eca37?emailId=5d00c76059f5900004c7e88e&segmentId=3934ec55-f741-7a04-feb0-1ddf01985dc2>. Acesso em: 15 jun. 2019.

KREIN, J. Novos trustes na era digital: efeitos anticompetitivos do uso de dados pessoais pelo Facebook. *Revista de Defesa da Concorrência*, v.6, n.1, p.211, 2018.

KUCHLER, J. Why quitting smartphones is the new tuitting smoking. *Financial Times*, 24.1.2018. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/4f82a008-0096-11e8-9650-9c0ad2d7c5b5>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

KWET, M. In stores, secret surveillance tracks your every move. *New York Times*, The Privacy Project, 14.6.2019. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/interactive/2019/06/14/opinion/bluetooth-wireless-tracking-privacy.html?action=click&module=privacy%20footer%20recirc%20module&pgtype=Article>>.

LESSIG, L. *Code and other Laws of Cyberspace*. New York: s. n., 1999.

LYNSKEY, O. At the crossroads of data protection and competition law: time to take stock. *International Data Privacy Law*, v.8, n.3, p.179, 2018.

MANGABEIRA UNGER, R. *A economia do conhecimento*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MCNAMEE, R. A Brief History of How Your Privacy Was Stolen. *The New York Times*, 3.6.2019. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/06/03/opinion/google-facebook-data-privacy.html>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

MENDES, L. S. F. Habeas data e autodeterminação informativa. *Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça*, v.12, n.39, p.185-216, 2018.

METZ, C. Turing Award Won by 3 Pioneers in Artificial Intelligence. *The New York Times*. 27.3.2019. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/03/27/technology/turing-award-ai.html?module=inline>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

MOROZOV, E. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu, 2018.

MORRIS, S. Facial Recognition tech: watchdog calls for code to regulate police use. *The Guardian*, 23.5.2019. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/technology/2019/may/23/facial-recognition-cameras-watchdog-code-regulate-police>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

OU, E. Treat Facebook Like Big Tobacco. *Bloomberg*, Technology & Ideas, 17.5.2019. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/opinion/articles/2019-05-17/regulate-facebook-like-big-tobacco-not-like-a-phone-company>>.

QUINTARELLI, S. *Instruções para um futuro imaterial*. São Paulo: Elefante, 2019.

RODOTÀ, S. *Vivere la Democrazia*. Roma: Laterza, 2018.

SCHULSON, M. User behaviour, Aeon Magazine, 2018. Disponível em: <https://aeon.co/essays/if-the-internet-is-addictive-why-don-t-we-regulate-it>. Acesso em: 25 jun. 2019.

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Pesquisa Brasileira de Mídia. Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira. Brasília, 2016.

SHAPIRO, R.; ANEJA, S. Who Owns Americans' Personal Information and What Is It Worth? *Future Majority*, 2019. Disponível em: <<https://assets.futuremajority.org/uploads/report-for-future-majority-on-the-value-of-people-s-personal-data-shapiro-aneja-march-8-2019.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

SKINNER, B. F. *Para além da liberdade e da dignidade*. Lisboa: Edições 70, 2000.

STIGLER, G. J. The economics of information. *Journal of Political Economy*, v.69, n.3, p.213-25, 1961.

STUCKE, M. Should We Be Concerned about Data-Opolies? *Georgetown Law Technology Review*, 275, 2018.

SUNSTEIN, C. R. # Republic: *Divided democracy in the age of social media*. Princeton University Press, 2018.

TUFECKI, Z. It's the (democracy-poisoning) golden age of free speech. *Wired*, 16.1.2018. Disponível em: <<https://www.wired.com/story/free-speech-issue-tech-turmoil-new-censorship/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

TUFEKCI, Z. Think You're Discreet Online? Think Again. *The New York Times*. Privacy Project, 21.4.2019. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/04/21/opinion/computational-inference.html>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

VALENTION-DEVRIES, J.; SINGER, N.; KROLIK, A. Your Apps Know Where You Were Last Night, and They're Not Keeping It Secret. *The New York Times*, 10.12.2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/interactive/2018/12/10/business/location-data-privacy-apps.html>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

VILLANI, C. *For a Meaningful Artificial Intelligence. Towards a French and European Strategy*. A parliamentary mission from 8th September 2017 to 8th March 2018. Disponível em: <[https://www.aiforhumanity.fr/pdfs/MissionVillani\\_Report\\_ENG-VF.pdf](https://www.aiforhumanity.fr/pdfs/MissionVillani_Report_ENG-VF.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2019.

WALLER, S. W. Antitrust and Democracy. *Florida State University Law Review*, v.45, 2019.

WEISS, M. Sociedade sensoriada: a sociedade da transformação digital. *Estudos Avançados*, v.33, n.95, p.203-14, jan./abril 2019.

WU, T. *The Attention Merchants: The Epic Scramble To Get Inside Our Heads*. London: Atlantic Books, 2016.

\_\_\_\_\_. *The Curse of Bigness*. Columbia Global Reports, 2018.

ZUBOFF, S. *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. New York. Public Affairs, 2019.

ZUCKERBERG, M. Um olhar sobre o modelo de negócios do Facebook. *Folha de S.Paulo*, 24.1.2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/01/um-olhar-sobre-o-modelo-de-negocio-do-facebook.shtml>>.

ZUCKERMAN, E. Facebook Only Cares About Facebook. *The Atlantic*, 27.1.2018. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/technology/archive/2018/01/facebook-doesnt-care/551684/>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

*RESUMO* – O presente ensaio identifica e discute dois problemas emergentes relacionados aos poderes das grandes empresas de tecnologia que atuam na camada de aplicações de internet e que se dedicam, direta ou indiretamente, à exploração de dados pessoais. O primeiro é o modo como dispositivos e funcionalidades são construídos para gerar adição e maximizar o tempo de atenção dos usuários. O segundo é o crescimento massivo de algumas poucas empresas nesses novos mercados e a reinvenção do direito concorrencial, em sua vertente repressiva e preventiva, a partir de uma aproximação com o direito à proteção de dados pessoais.

*PALAVRAS-CHAVE:* Economia digital, Concorrência, Vícios digitais, Proteção de dados pessoais.

*ABSTRACT* – This paper identifies and discusses two emerging issues related to the power of large technology companies that provide Internet apps and are engaged in the exploitation of personal data. The first is how devices and features are developed to generate addiction and minimize the attention span of users. The second is the massive growth of a small number of companies in these new markets and the reinvention of competitive business laws, and their repressive and preventive dimension, analyzed from the viewpoint of private data protection laws.

*KEYWORDS:* Digital economy, Competition, Digital addiction, Private data protection.

*Rafael A. F. Zanatta* é doutorando pelo Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE/USP). @ – rafaelzanatta@usp.br / <https://orcid.org/0000-0001-9111-7594>

*Ricardo Abramovay* é economista e professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. @ – abramov@usp.br / <https://orcid.org/0000-0003-1836-5991>

<sup>1</sup> Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

<sup>II</sup> Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Recebido em 17.6.2019 e aceito em 20.7.2019.

Presenças



# Internacionalização da Arquitetura e da Crítica de Arte: Sérgio Milliet

CARLOS GUILHERME MOTA<sup>1</sup>

Para Francisco Alambert, historiador da cultura e crítico.

Uma de minhas envaidecedoras surpresas na Europa foi ouvir dos estudantes franceses e suíços as mais simpáticas referências à arquitetura moderna brasileira [...]. Comentários sérios, reveladores do perfeito conhecimento que tinham das obras realizadas no Brasil. (Milliet, 1981, p.260-1).

O TEMA DA *internacionalização* vem adquirindo foros de novidade e de necessidade para atendimento de imposições oficiais voltadas ao reconhecimento burocrático. “Internacionalização”, um conceito oco? Tal vocábulo ocupa hoje o lugar da chamada *globalização*, conceito vazio segundo o historiador Eric J. Hobsbawm, ou seja, o lugar das denominadas *relações internacionais*, daquela época em que eram referências importantes coleções como a *História das Relações Internacionais*, dirigida por Pierre Renouvin. Neutro, porém mais abrangente, é o termo *mundialização*, ora em voga nos círculos afrancesados.

Na atualidade, o termo “internacionalização” aparece com algum exagero em congressos, seminários, *papers*, currículos, demandas burocráticas. Banalizado, utilizado em “repetições satisfeitas” criticadas por Sérgio Milliet, corre-se o risco de perder densidade. “Não se confunda o modo com a moda”, alertava Milton Santos.

Hoje tudo parece estranhamente “novo”, “importante”! Mas... novo? Esquecemo-nos das gerações de intelectuais que nos precederam e formaram, e foram, sem fazer ruído, internacionalizadas, vez que possuíam, desde o ginásio, sólido conhecimento sobre o globo terrestre, obtido em aulas de História e Geografia (com Atlas e mapas!) nas escolas de então. Os jornais, utilizados como material didático, dedicavam páginas e informações sobre o que ocorria no mundo, sacudido pela profunda crise econômico-social de 1929, por duas guerras mundiais e por revoluções descolonizadoras na África, Ásia e América Latina.

Foi um tempo em que, no Brasil, intelectuais e professores *eram* internacionalizados e internacionalizantes, desde José Bonifácio até Joaquim Nabuco

e Anísio Teixeira. E ponto. Sérgio Buarque de Holanda na Alemanha; Érico Veríssimo, Gilberto Freyre, Vinicius de Moraes e Viana Moog nos Estados Unidos; Caio Prado Júnior na Inglaterra e na fronteira da França com a Espanha durante a Guerra Civil Espanhola; Celso Furtado servindo na FEB, na Itália, durante Segunda Guerra, depois atuando nos Estados Unidos, França e Chile; Jorge Amado na França e na então União Soviética; Clarice Lispector e Lígia Fagundes Telles no mundo; Oswald de Andrade na França, e centenas de outros intelectuais conectados internacionalmente com Europa, Estados Unidos e, menos, com a ex-União Soviética. Como se recorda, Monteiro Lobato viveu nos Estados Unidos como adido comercial, e Anísio Teixeira trabalhou com John Dewey. Lobato e Anísio, leitores ávidos do massudo *New York Times* discutiam artigos nas tardes de domingo na Union Square, em Nova York...

Desnecessário lembrar que também universidades e escolas foram aqui marcadas pela “cultura mundial”, embora nem sempre pelo que havia de melhor. No Brasil sempre foi assim, imersas que estavam no caldo cultural do imperialismo inglês e, depois, nas ilusões da dependência dos Estados Unidos.

Nada obstante, alguns intelectuais ultrapassaram tais experiências, como foi o caso do paulistano Sérgio Milliet (1898-1966).

### **Sérgio Milliet, o grande internacionalista/internacionalizador**

Sérgio Milliet, ou *Serge Milliet*, foi personagem maior na história das chamadas “influências culturais”. Órfão “internacionalizado à força” desde seus anos de infância e pré-adolescência em São Paulo, foi mandado pela família para estudar na Suíça aos catorze anos. E tornou-se cosmopolita como poucos.

Sérgio Milliet da Costa e Silva estudou e amadureceu fora do país, em Genebra e Berna, com idas a Paris e Bruxelas, sempre com poucos recursos, diversamente de outros estudantes brasileiros na Europa, como Ribeiro Couto, Oswald de Andrade, Caio Prado Júnior, Tarsila do Amaral, e tantos mais... De retorno ao Brasil no começo dos anos 1920, ficou por algum tempo conhecido como “Serge”, em pequenos círculos paulistanos e da Europa, que lá incluíam Blaise Cendrars, Stefan Zweig, Charles Baudoin...

Mais tarde, em São Paulo, alcunhado “o Suíço”, se tornaria um dos principais intelectuais brasileiros de todos os tempos. Talvez o principal, como se verá, por ter atuado em vários campos e instituições no Brasil e no exterior, inclusive na Unesco, pois unia sem alarde teorias e ideias à prática em ações institucionais e político-ideológicas, como no caso da criação do Departamento de Patrimônio Histórico do Estado de São Paulo e da direção da Biblioteca Municipal. Ao mesmo tempo, sem perder suas conexões europeias, afirmou-se como poeta, pintor mas sobretudo como *crítico cultural*.

Em seu retorno, o jovem escritor procurou situar-se na vida cultural e política paulistana e, sempre discreto, foi se tornando conhecido e influente. Carlos Drummond de Andrade foi quem melhor o definiu: “Nenhum entusiasmo barato, mas também nenhuma passividade intelectual”. Tal comentário vale para



caracterizar Milliet em todas as etapas de sua vida adulta, até seu falecimento em 1966 em São Paulo.

Segundo Milliet, “a crítica pode ser encarada como obra de arte, como realização análoga à obra de ficção. E pode, também, ser encarada como uma pesquisa da verdade”, pontuou em entrevista a Silveira Peixoto, publicada em *Falam os escritores* (v.II, São Paulo, 1971, p.112).

Recém-retornado a São Paulo e não mais falando o português com fluência, sua língua materna, participou discretamente da Semana de Arte Moderna de 1922. A partir de então “redescobriu-se paulistano” e, instigado por Mário de Andrade, passou a escrever e atuar como crítico de arte e de literatura, arquitetura, história e outros campos das Humanidades. Tornou-se importante atualizador da cultura paulistana, ainda provinciana e mais voltada ao pitoresco. Bilíngue, tradutor rigoroso e inspirado de obras históricas e literárias referenciais, especialmente em francês, foi logo reconhecido e estimado por seu agudo espírito crítico e temperamento ameno.

Como definiu Maria Lívia Nobre Goes, foi “um modernista contido”. “Um intelectual oblíquo”, definiu-o Francisco Alambert (1991). Seja como for, Sérgio valorizou como poucos o ofício de tradutor, afirmando-se como referência insuperada na especialidade. Consagrou-se sobretudo por conta de sua tradução da volumosa obra *Ensaíos*, do renascentista Michel de Montaigne, humanista que tanto o influenciou: na tradução dessa obra-mestra criou soluções notáveis, fiel ao espírito do autor e da época.

Com efeito, a internacionalização cultural do país deve muito a intelectuais empenhados nessa atualização. Embora voltados para a questão das identidades socioculturais brasileiras na produção e afirmação da nacionalidade, abriram janelas para lufadas de ar carregados de ideias inovadoras, estilos novos e novos modos de pensar e buscar respostas ao desafio de sabermos quem somos, como nos expressamos, o que valem no plano da cultura mundial. Dentre eles Sérgio Milliet, Monteiro Lobato (tradutor dos volumes de *História das Civilizações*, escritos por Will Durant, entre outras), Carlos Drummond de Andrade e Mário Quintana (tradutores de volumes da obra de Marcel Proust, entre outras). Em verdade, foram todos eles homens-ponte, internacionalizados, ou “*passseurs*” de mérito. *Atualizadores*, conceituou Anísio Teixeira.

Na Europa, a vida de aventuras e desventuras de Milliet permaneceu intensa, assim como seria no Brasil. Exerceu atividades variadas, dado seu orçamento precário, tendo trabalhado como caixeiro de livraria, arquivista da Sociedade das Nações (sediada na Suíça), e até professor de tango para senhoras entediadas em Genebra. No retorno a São Paulo, foi bibliotecário na Faculdade de Direito da USP, Secretário da recém-fundada USP e, depois, professor na Escola Livre de Sociologia e Política, onde lecionou e escreveu, além de ajudar Claude Lévi-Strauss a viabilizar suas expedições científicas ao interior do país. E, finalmente, tornou-se diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo, em que, instalado nesse

posto, indicou rumos para cidadãos-leitores em busca de renovação mental, recebeu pesquisadores nacionais e estrangeiros de vários quadrantes e construiu caminhos para a intelectualidade jovem e para a cidadania do país.

Até que se aposentou, melancolicamente. Vítima da autofagia cultural brasileira, foi por longo tempo esquecido, sem direito a uma saleta sequer na Biblioteca para receber como de hábito outros escritores, artistas, leitores e amigos no edifício icônico da rua da Consolação, que ajudou a conceber.

Com sua aposentadoria, saía do cenário o notável intelectual multidisciplinar de altos voos e surgia na Biblioteca uma brigada de bibliotecárias formadas na profissão, comandadas pela austera bibliotecária Adelpha de Figueiredo à frente, ex-estagiária na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América, por indicação de Rubens Borba de Moraes.

### **Milliet e as cidades**

Historiador e humanista, cronista de sensibilidade rara, Milliet escreveu memórias densas e intensas sobre as cidades em que viveu: São Paulo, Genebra, Roma, Veneza, Paris e outras, inclusive nos Estados Unidos. São preciosos seus apontamentos sobre bairros de sua cidade natal, São Paulo, e de Paris, cidades onde se instalou em condições quase sempre modestas. Essa informação pode ser encontrada nas páginas de boa prosa nos dez volumes de seu *Diário Crítico*. E também nos apontamentos sobre personalidades com as quais conviveu, entre outros Mário de Andrade (a quem enviava livros e contava novidades da Europa), Antonio Candido (que o definiu como “homem-ponte” no esclarecedor prefácio do *Diário Crítico*), Cícero Dias, João Antonio, Júlio de Mesquita Filho, Jean Cocteau, Paulo Duarte, Luís Martins e dezenas, talvez centenas de outros, além de Tarsila do Amaral, que o retratou na célebre pintura “O Homem Azul”, havendo indícios da *amitié amoureuse* que então cultivaram por breves estadas em Paris.

No campo das Artes, atuou como crítico insuperável. Foi diretor e animador da 2<sup>a</sup>, da 3<sup>a</sup> e da 4<sup>a</sup> Bienal Internacional de São Paulo, entre 1953 e 1958. Criador de instituições, foi também historiador e poeta, além de ter criado, com outros, a Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA). Escreveu obras dedicadas às artes plásticas, *Pintores e pintura* (Livraria Martins, 1940), *Marginalidade da Pintura Moderna* (Departamento de Cultura, 1942) e *A pintura norte-americana* (Livraria Martins, 1943), além de vários artigos e ensaios. Foi também um dos criadores do Museu de Arte Moderna e diretor artístico do Museu de Arte Moderna (MAM), que dirigiu de 1952 a 1957.

Enquanto crítico de Artes Plásticas, Milliet foi objeto de exame minucioso por Lisbeth Rebolo Gonçalves (2005).

### **O que os arquitetos paulistanos e brasileiros devem a Milliet?**

Devem muito, a começar pela Seção de Arte, na Biblioteca Municipal hoje Seção de Arte Sérgio Milliet.



*Sérgio Milliet em sua sala, na direção da Biblioteca Municipal de São Paulo [com paletó e gravata]: “Nenhum entusiasmo barato, mas também nenhuma passividade intelectual”, escreveu Carlos Drummond de Andrade.*

Quando diretor da Biblioteca Municipal, além de haver sugerido o nome do amigo Mário de Andrade para nominá-la, o que ocorreria alguns anos depois, Milliet doou para a Seção de Artes grande parte de seu acervo pessoal, composto de pinturas e debuxos de artistas nacionais e internacionais seus amigos, e de croquis e livros de autoria de brasileiros e estrangeiros. A Seção de Arte tornou-se local de frequência obrigatória para arquitetos, artistas e historiadores da arte, além de leitores comuns.

Na Biblioteca, instalada no centro da metrópole paulistana, à rua da Consolação, consolidou-se um núcleo de pesquisas importantíssimo, seletivo, a Seção de Arte, voltado sobretudo a arquitetos, historiadores da cultura e artistas de todo o país, com participação de Maria Eugênia Franco, bibliotecária e crítica. Vale notar que a biblioteca da FAU-USP e outros centros culturais com acervos e bibliotecas especializadas eram raríssimos. Núcleos com decidida vocação para pesquisa só surgiriam e se afirmariam muitos anos depois.

Na segunda metade dos anos 1940, Milliet lecionou Estética na Universidade Mackenzie, por breve período. Em suas memórias, disse que aquilo de que mais gostaria era ter sido professor; e certamente de História da Arte e Estética. Ele, intelectual poliédrico e multidisciplinar, atuava *malgré lui* como referência cultural superior, sereno, grande erudito amigo de intelectuais de várias regiões do país e do mundo, de artistas amadores – como ele próprio – ou não, de pesquisadores de variada formação, que recebia em seu gabinete de diretor da Biblioteca Municipal. Ou, com maior prazer e mais tempo, no Paribar, nos fundos da Biblioteca, na Praça D. José Gaspar.

Sérgio e seu iracundo cunhado, o jornalista Paulo Duarte, atuavam como intelectuais orgânicos, criadores de instituições, militantes de um Humanismo com tinturas ideológicas jacobino-socializantes, em cores algo indefinidas. Na verdade, do ponto de vista social, eram intelectuais de mente aberta, próximos ao pobretão Mário de Andrade, os três muito menos abastados que Osvald de Andrade, Tarsila e outros.

No livro de Paulo Duarte, *Mário de Andrade por ele mesmo*, se encontram, além de cartas trocadas com Mário, várias de Sérgio Milliet, que revelam as agruras – inclusive falta de dinheiro –, pelas quais passaram, em diferentes momentos, em Paris, Genebra e outras cidades, inclusive São Paulo.

Milliet, quando muito jovem, viveu nas bordas dos estamentos aristocráticos, na parte inferior de um palacete onde hoje se situa o Conjunto Nacional. Órfão, foi protegido pelo tio Horácio Sabino, quem, com sua avó, o enviou a estudar na Suíça. Já Paulo Duarte, interiorano, cresceu com ademanes de pequena nobreza fazendeira. Aprendeu novos hábitos, como gostar de bons vinhos, usar vistosa gravata borboleta, e foi buscar contatos no exterior, sobretudo na França, onde cultivaria relações produtivas com intelectuais como Sartre e Lévi-Strauss, e pesquisadores na Maison des Sciences de l'Homme.

## Milliet, a arquitetura e a crítica de arte

Sobre a Arquitetura Moderna no Brasil, escreve Milliet, “ela não se explica por motivos de ordem sociológica, pois as mesmas razões não a implantaram em outros países. Ela se explica antes por elementos de nossa psicologia. Seduz-nos a novidade, somos atraídos pelo que se nos afigura acentuadamente progressista, dinâmico, promissor” (Milliet, 1981, p.261).

Nas páginas finais do volume X do *Diário crítico*, Milliet tece vivas considerações sobre arquitetura e pintura, comentando livro de Mindlin impresso na Suíça, e citando Mondrian, Vasarely e Max Bill. E critica os concretistas (“o que me desagrade habitualmente é sobretudo a probreza inventiva de seus adeptos”, *ibidem*, p.262). Mas suaviza a crítica, comentando que, “como se trata de uma fase de transição, há que se conceder um crédito mais dilatado aos nossos inovadores”.

Nessas páginas do *Diário crítico* comparecem figuras do universo arquitetônico mundial, como o suíço Le Corbusier, Niemeyer, Lucio Costa, Rino Levi, os irmãos Roberto, e escritores como Ferreira Gullar e Vão Gogo (Millôr Fernandes).

Milliet, ao longo de seus escritos e crônicas, tinha o dom de “descobrir” e dar atenção a figuras então menos conhecidas no Brasil. Tal foi o caso do escultor inglês Lynn Chadwick, então com 42 anos, revelado na premiação em Veneza em junho de 1956, de cujo júri Milliet participou. Num contexto em que se encontravam nas salas brasileiras Di Cavalcanti, Grassman, Caribé, o desenhista Aldemir Martins (que ganhou o premio internacional de desenho, disputando com outros vinte artistas), Fayga Ostrower e Renina Katz, entre outros e outras, Milliet voltou sua atenção para esse relativamente jovem escultor inglês, Lynn Chadwick (1914-2003), de quem se tornaria amigo, chegando a lhe oferecer uma pintura a óleo de sua autoria, representando um vaso com flores e folhagens. Tendo se desconstruído do inglês em seu retorno, Sérgio guardaria o belo e sóbrio quadro de sua autoria, pendurando-o na sala-cozinha de sua casa modesta na Praia Grande, situada perto do pequeno e histórico aeroporto em que certa vez aterrisou o piloto Mermoz, da Aeropostale, com correspondência, na linha de Toulouse ao Chile...

Um breve trecho de seu comentário permite ter-se uma ligeira amostra do tom de seu criticismo:

A obra realmente convincente de um moço pode levar o júri ao abandono do critério habitual. Então passa o premio a significar descoberta e incentivo. Foi o que desta feita ocorreu com o escultor inglês Chadwick e com o desenhista brasileiro Aldemir Martins. Enquanto se consagrava o nome de Jacques Villon, um dos primeiros cubistas e que mais fiel se mostrou à escola, como se consagrava a obra de Munakata muitas vezes admirada e premiada em exposições internacionais, ao jovem escultor inglês iam os votos dos que nela viam um tratamento inteiramente original de escultura.



Sérgio Milliet



*Esboço de figura de Sérgio Milliet (caricatura), segundo Quirino Campofiorito, amigo do crítico. Ao lado, fotos do crítico na mocidade. Para ele, “a crítica pode ser encarada como obra de arte, como realização análoga à obra de ficção. E também pode ser encarada como uma pesquisa da realidade”. (in Falam os escritores, em entrevista a Silveira Peixoto, v.II, 2.ed.: São Paulo, 1971, p.12)*

Embora figurativa, nela a figura tem uma importância secundária. O que admiramos em Chadwick, além do jogo formal de grande equilíbrio e da matéria belíssima obtida, não apenas pela pátina porém igualmente pelo trabalho em ferro, é a imaginação criadora, e é também, a presença de um estilo inconfundível, revelando uma concepção estética nova e sensibilidade extremamente requintada. (Milliet, 1981, p.261).

Tal conclusão, feita por um crítico já então renomado, soou como um alerta àqueles que cultivavam “repetições satisfeitas”, não apenas na produção artística, mas em todos os campos da crítica cultural, das artes, da arquitetura, do urbanismo, da historiografia:

A obra de Chadwick exprime, em meio aos malabarismos e às fórmulas de uma arte exaustiva na sua repetição satisfeita, a mensagem de um homem de nosso século XX, insensível às facilidades dos gregarismos escolásticos do momento (Milliet, 1981, p.184).

## Referências

ALAMBERT, F. *Um melancólico no auge do Modernismo: Sérgio Milliet: uma trajetória no exílio*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1991.

ALAMBERT, F.; CANHÊTE, P. *Bienais de São Paulo: da era do Museu à era dos curadores*. 2004.

CAMPOS, R. S. *Ceticismo e responsabilidade*. Gide e Montaigne na obra crítica de Sérgio Milliet. São Paulo: Annablume; Capes, 1996. Prefácio de Carlos G. Mota.

GONÇALVES, L. R. *Sérgio Milliet, crítico de arte*. São Paulo: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

\_\_\_\_\_. (Org.) *Sérgio Milliet 100 Anos*. Trajetória, Crítica e Ação Cultural. São Paulo: Imprensa Oficial; ABCA, 2005 (Com textos de vários autores, dentre os quais Antonio Candido, Francisco Alambert e Regina Salgado Campos. Inclui detalhada cronologia biográfica e o ensaio de Sérgio Milliet “Marginalidade da Pintura Moderna” (1942))

GONZALES, P. C. *Sérgio Milliet e a metrópole paulistana*. Crítica, urbanismo e cultura (1920-1958). São Paulo: Editora Mackenzie, 2016. Prefácio de Carlos G. Mota.

MILLIET, S. *Diário Crítico* (16 dez.1959). 2.ed. São Paulo: Martins; Edusp, 1981. v.X, p.260-1. Prefácio de Antonio Candido no v.I.

*RESUMO* – A crítica cultural no Brasil teve no paulistano Sérgio Milliet (1898-1966) um de seus expoentes máximos. Foi ele o mais “internacionalizado” dos intelectuais brasileiros. Sua produção não apenas como crítico, mas também como tradutor, poeta, pintor, pensador e ensaísta, bem como sua atuação institucional, notadamente como diretor da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, coloca-no em primeiro plano na vida cultural, política e institucional do país. Muito jovem, estudou e trabalhou na Suíça nas primeiras décadas o século XX, convivendo com personalidades internacionais, porém

regressando em tempo de participar da Semana de Arte de 1922 em São Paulo. Atuou como *homem-ponte* entre as culturas europeias e a brasileira. Atento à vida cultural nacional e internacional de seu tempo, trabalhou como “*paqueur*” transcultural, como atestam seus dez volumes do *Diário Crítico* e notáveis traduções.

*PALAVRAS-CHAVE:* Sérgio Milliet, Internacionalização, Crítica cultural.

*ABSTRACT* – One of the leading exponents of cultural criticism in Brazil was São Paulo-born Sergio Milliet (1898-1966), one the most “internationalized” of Brazilian intellectuals. His production, not only as a critic, but also as a translator, poet, painter, thinker and essayist, as well as his institutional work, notably as director of the Mário de Andrade Municipal Library, place him in the foreground of the cultural, political and institutional life of his country. Still very young, he studied and worked in Switzerland in the early decades of the twentieth century among international personalities, but returned in time to participate in the Art Week of 1922 in São Paulo. He was a veritable man-bridge between European and Brazilian cultures. Attentive to the national and international cultural life of his time, he worked as a transcultural “*paqueur*”, as evidenced by the ten volumes of his *Critical Diary* and numerous notable translations.

*KEYWORDS:* Sérgio Milliet, Internationalization, Cultural criticism.

*Carlos Guilherme Mota* é historiador da cultura, professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e professor titular de História da Cultura da Faculdade de Arquitetura da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

@ – carlosguilhermemota@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0003-0393-0433>

<sup>1</sup>Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil.

Recebido em 21.11.2018 e aceito em 18.12.2018.



# A extraordinária história de vida de Ana Maria Primavesi<sup>1</sup>

VIRGÍNIA MENDONÇA KNABBEN<sup>1</sup>

## Introdução

### Engenheira agrônoma

**A** FACULDADE era em Viena e o tempo, de guerra. Annemarie Conrad, estudante de engenharia agrônoma na Universidade Rural para Agricultura e Ciências Florestais, a Boku, era uma das três mulheres dentre os quase trezentos alunos ingressantes. Os alunos remexiam-se nas cadeiras numa tentativa de se aquecerem- naquele inverno de 1940, porque não havia calefação, e circulavam rumores de que a guerra logo acabaria. Ledo engano.

A escolha por agronomia foi um caminho natural. Nascida na Áustria em 1920, Annemarie fora a primogênita de Sigmund, um dos melhores criadores de gado no Estado austríaco da Estíria. Ela tinha um amor profundo por esse pai, e, inspirada por ele, interessou-se pela lida das terras que circundavam o castelo em que moravam (chamado Pichlhofen), construído em 1600, herança de casamento da mãe, Clara. Cursar agronomia era dar continuidade ao que já vivia em casa, uma vida ligada ao trabalho do campo, conectada à natureza. Ela tinha pensado em estudar em Hohenhein, na Alemanha, na escola famosa pelo casal Curie,<sup>2</sup> mas seu pai estava internato num lazareto (hospital de guerra)<sup>3</sup> e ela tinha que ficar perto da mãe para ajudá-la.

Na Boku, Annemarie entrou em contato com uma agricultura que dava maior ênfase ao solo do que aos demais fatores. Ela tinha sorte: seus professores eram de uma safra genuinamente brilhante. Nomes como Franz Sekera, Walter Kubiena, Hermann Kaserer e Robert Stiegler fizeram parte, direta ou indiretamente, da sua formação, e ajudava o fato de que aquela jovem estava profundamente envolvida com o que estudava. Além disso, em casa, tinha recebido uma educação que a fazia sentir-se segura e autoconfiante. Seus pais a estimularam a brincar, criar e buscar, formando uma moça extremamente inteligente e disciplinada, e isso a acompanharia por toda a vida.

Para o ingresso na faculdade, entretanto, era exigido um ano de trabalho forçado no campo, com o objetivo de fazer que os estudantes desistissem da Universidade. Não seria aceito o período de experiência vivido nas terras de sua família em Pichlhofen. Annemarie foi então mandada para um acampamento de estudantes na Prússia Oriental e trabalhou com produtores familiares recolhendo esterco e executando todo e qualquer serviço no campo. A fome era constante: refeições à base de casca de batata cozida com água e sal uma vez ao dia,

um pão duro pela manhã e um copo de chá à noite. Nove meses num trabalho extenuante, física e psicologicamente. Na volta, ela estava pronta a se matricular na Boku. Nada a impediria de estudar.

Mas, em tempos de guerra, toda a ordem se curva aos desígnios traçados pela política. Trabalhos “obrigatórios” eram exigidos numa tentativa de desestimular os estudantes a continuar suas atividades acadêmicas.

Em 1940, foi mandada para Lodz, na Polônia, num “serviço de férias”. A crueldade e a frieza que a guerra impõe ao ser humano foram-lhe apresentadas sem máscaras. Designada para auxiliar na transferência e assentamento dos alemães da Wholynia (uma parte da Polônia ocupada pelos russos que seriam transferidos para a Polônia ocupada pelos alemães), quando os trens chegaram, poucos restavam. Os trens que transportavam as pessoas eram utilizados, anteriormente, para a carga de animais. Não possuíam aquecimento e muito menos condições de higiene para comportar tantas pessoas por tanto tempo. O resultado disso foi que, ao chegarem em um ponto intermediário da viagem, o que se viam eram pessoas famintas e sujas, coçando-se freneticamente porque os vagões eram infestados de pulgas, piolhos e carrapatos. Com medo de que aquilo pudesse desencadear uma epidemia, os oficiais alemães resolvem “desinfetar” as pessoas em banhos de vapor quente. De volta ao trem, corpos úmidos e quentes são submetidos a temperaturas abaixo de zero. As crianças são as primeiras a morrer, e aquelas pobres mães não tinham outra saída a não ser arremessar os corpos de seus filhos pelas janelas. Ninguém sabia quanto tempo a viagem iria durar, e os mortos eram muitos.

Na plataforma de desembarque, Annemarie recebia os sobreviventes, literalmente. Ela começava a aprofundar sua vivência numa guerra, em sua frieza e estupidez, ao mesmo tempo em que não podia demonstrar seus sentimentos.

Após seis meses, de volta à Universidade, precisou novamente realizar um trabalho compulsório, dessa vez em Viena. O *Reich* odiava acadêmicos e tentava criar obstáculos para que desistissem dos estudos. Annemarie foi trabalhar numa fábrica onde engarrafava e rotulava vinhos. O mesmo processo que Chaplin brilhantemente descreveu em *Tempos Modernos*, um trabalho maçante, mecânico, alienante. O aprisionamento mental que passou ali foi intenso. Três meses de solidão, mas nada comparado às pessoas que ali encontrou e que faziam aquilo por aproximadamente quarenta anos.

Durante o período em que estudou, foi ainda para a Alsácia-Lorena trabalhar com amostragem de solos, e também viajou pela Europa Central fazendo pesquisa sobre geadas. “Foi nesse período que Annemarie adquiriu a habilidade de detectar o tipo de solo em que foi plantada a uva de cada vinho europeu. Ao degustá-lo, ela percebia no fundo em que tipo de solo fora cultivado” (Knabben, 2016, p.147).

De volta a Viena, uma colega a convida para que acompanhe uma excursão com um professor não muito bem visto pelos outros professores. Essa excursão mudaria completamente a vida de Annemarie.

## O grande despertar

Johannes Görbing era farmacêutico de formação, mas o que o atraía mesmo era a botânica e a química, principalmente a química dos alimentos. Ele andava por todos os lados e observava o comportamento das plantas; umas tinham sido adubadas e várias doenças novas apareciam. Numa outra parte, as plantas tinham se deitado após a chuva, e questionava: por que só algumas? Desenterava e analisava as raízes e tentava entender o porquê das coisas, num método pouco “ortodoxo”, daí as muitas críticas que recebia.

Annemarie seguia o grupo e prestava atenção naquele homem robusto, cheio de vitalidade, de um entusiasmo contagiante. Görbing não tinha as respostas para suas próprias perguntas e era essa atitude que mais encantava Annemarie. Ele conquistara o seu respeito por sua humildade e porque, em sua espontaneidade, ensinava àqueles estudantes a pensar e a questionar aspectos que nunca cogitaram.

O professor havia residido em Aleppo, no norte da Síria, e fora trabalhar como médico de um regimento, pois um confronto com os turcos seria iminente. Não ocorreu. Mas um episódio despertou sua curiosidade: os turcos, tendo roubado trigo para fazer pão, mostravam-se meio “loucos” com sua ingestão. Görbing questionou-os. Além da curiosidade, havia a responsabilidade de responder como médico de seu regimento: “O que há em seu cereal?”. E descobriu que um fungo e outra planta estavam misturados à farinha. E pensou: se o homem se alimenta das plantas, direta ou indiretamente, e o que sente está diretamente associado ao que come, então era o solo que deveria ser o bem mais precioso de todos, pois dele as plantas retiram os nutrientes e deles depende a saúde em toda a teia alimentar.

Annemarie sorria. Aquela lógica tão simples e tão verdadeira, sutil e arrebatedora a tomavam, e um entusiasmo cresceu em seu íntimo. Tudo era tão simples e lógico, e mesmo assim era um segredo para a maioria. Annemarie nunca mais se desvencilharia daquela experiência, daquele professor e daquela tarde. Arriscamos dizer que ali nascia a grande engenheira agrônoma Ana Maria Primavesi.<sup>4</sup> Foi a partir do contato com Johannes Görbing, “O Profeta”, como o chamavam – justamente porque não entendiam as relações que ele fazia entre solo-planta-animais –, que Ana passou a ressignificar seus aprendizados e a conectá-los, já exercendo o que hoje chamamos de agroecologia, mas que para ela ainda não tinha um nome, somente uma conduta.

Em 1944, Annemarie foi convidada pelo professor F. Sekera para trabalhar como uma de suas assistentes no Instituto de Ciência do Solo e Nutrição Vegetal da Universidade de Viena. Naquele ano concluiu seu doutorado e aprofundou seus conhecimentos sobre micronutrientes e deficiências minerais.

O solo não é um suporte para adubos, água de irrigação e culturas, mas um organismo vivo, cujo esqueleto é a parte mineral, os órgãos são os micróbios que ali vivem e o sangue é a solução aquosa que circula por ele. Res-

pira como qualquer outro organismo vivo e possui temperatura própria. Necessita tanto das plantas como as plantas necessitam dele. (Knabben, 2016, p.161)

Além da disciplina nos estudos, do afincado com que se dedicava e da qualidade de seus mestres na Universidade, Annemarie contou com muita sorte. Certa vez, voluntariou-se para buscar um documento no Conselho Nacional de Pesquisa, em Berlim-Dahlem. O bombardeio na cidade não a atingiu, mas ninguém saiu ileso da visão de corpos (ou pedaços de corpos) empilhados no passeio. Todos falam da atuação alemã durante a guerra, mas Annemarie sempre conta que os ingleses eram tão cruéis quanto, e que jogavam fósforo branco nos civis, causando queimaduras de terceiro grau que davam a impressão de que as pessoas encolhiam.

Nessa ocasião, quando chegou em Berlim, fora aconselhada pelo atendente do hotel a abrigar-se no *bunker* recém-construído, com capacidade para cinco mil pessoas. Recusou-se, muito mais porque estava preocupada em não encontrar o caminho após o bombardeio do que pelo receio de morrer. Ela dirigiu-se ao Centro de Pesquisa, pegou os documentos e na volta viu que o *bunker* tinha sido completamente destruído por bombas. Todos que lá tinham se abrigado morreram. O atendente do hotel, ao vê-la, desesperou-se. Ele acreditava que ela tinha seguido seu conselho, e agora sua “alma penada” voltava para cobrar-lhe por sua morte. Annemarie, ao perceber a situação, esclareceu: “o senhor pode sair detrás da mesa porque não sou um espírito, mas sim gente”.

Por causa dos bombardeios diários, o Instituto de Solos em que trabalhava foi transferido para fora da cidade e Annemarie aproveitou as férias para voltar para casa. Ali enfrentaria outras batalhas, e tudo que vivera e testemunhara até então a ajudariam a ser ainda mais forte. E corajosa.

Em casa, eram em seis irmãos. Annemarie (1920), Sigmund (1922), Wolfgang (1923), Brigitte (1929), Clara (1933) e Gerhard (1938). Wolfie e Sigi foram recrutados para lutar na guerra, e estavam mortos. A notícia chegou com o chefe local do partido que ia de casa em casa informar as famílias. Annemarie nunca conseguiu contar nada sobre este dia, ou sobre esse momento. Nosso único registro é este escrito dela, transcrito parcialmente a seguir:

Como tenente, no outono de 1943, (Sigi) foi para o sul da Rússia no front, e sabia que isso era um ‘comando de morte’ do qual ninguém voltava (Stalingrado estava perdida para os alemães, já naquela época). Morreu no domingo antes do Natal, no ataque dos russos na cabeceira da ponte do Nikopol, onde cobria a retirada de seus companheiros. Seu corpo foi achado três semanas mais tarde e enterrado. Nas últimas férias em que foi para casa, ele sabia que não voltaria mais. Tinha 21 anos. (Knabben, 2016, p.189)

Em março de 1942, Wolfie foi mandado ao front no Ilmensee, perto da fronteira com os países bálticos, que naquela época já era “um moinho de morte”. Num ataque precipitado, pois o seu ambicioso comandante

queria ganhar a “Cruz de Cavaleiro” por sua coragem, Wolfgang morreu com uma rajada de tiros nas costas, disparados por aviões de caça russos. Era Domingo de Ramos, uma semana antes da Páscoa. (Knabben, 2016, p.190)

Há um profundo hiato na vida da família a partir dessas perdas. Os pais jamais se recuperaram do trauma e não puderam proporcionar aos outros três filhos toda dedicação e investimento, tanto de estímulos, brincadeiras e convívio, quanto de equilíbrio emocional. Mesmo assim, foram criados com amor e carinho, mas Britta, Clara e Gerhard tiveram a infância regradada pelas limitações da guerra e pela tristeza dos pais.

Chegando em casa, Annemarie assumiu a posição de chefe da família. O pai não estava; tinha sido recrutado para o Volsk Sturm, um exército dos que sobraram, literalmente. Mortos os jovens, sobravam os velhos, os doentes, mulheres e crianças, um exército de gente que deveria morrer sem porquê, para servir de corpo de frente para as batalhas dos jovens que restaram. Clara, sua mãe, estava devastada com a morte de seus filhos, com o enorme castelo para administrar, além das três crianças para criar. O pequeno Gerhard, com apenas seis anos de idade, escapara por pouco de ser alvejado por três vezes com rajadas de metralhadoras de aviões ingleses, que sobrevoavam a região atirando em tudo que se mexia. Assim, a filha mais velha conseguiu mandar a mãe e os dois irmãos menores para a casa de amigos de seus pais no alto dos Alpes. Foi uma decisão muito corajosa e, ao mesmo tempo, sacrificante. Ela e Britta permaneceram sós no castelo e tiveram que arcar sozinhas com todo o serviço, tanto da casa quanto do entorno, como cuidar dos animais e da plantação, principalmente de aveia, trigo, centeio e batatas.

Uma das passagens mais impressionantes desse período foi o dia em que dois homens adentraram o castelo à noite. Annemarie ouviu seus passos na escada e no breu da noite, segurou-os pela gola do colarinho junto à nuca, um em cada mão botando-os para fora. E explicou: “Quem entra assim numa casa não sabe quanta gente tem, o que vai aparecer e o que vai acontecer. A casa tinha ecos e eles ficaram com medo, lógico!” (Knabben, 2016, p.168).

Ao fim da Guerra, o pai voltou para casa, bem como a mãe e os irmãos, mas não era o fim dos problemas. Os vencedores dividiram a Alemanha e sua capital, Berlim, assim como a Áustria, em quatro zonas de ocupação, uma para cada aliado. A região de Pichlhofen ficou sob o jugo da Inglaterra e foi um desespero para aquela filha ver seu pai ser levado como refém dos ingleses. Demorou para entenderem a acusação, mas Sigmund representava perigo simplesmente por ser um homem de influência na região e potencialmente ser contra a ocupação. Ele estava sendo acusado de apoiar os *partisans*, como eram chamados todos que eram contra os invasores, fossem alemães, ingleses ou outros.

Ninguém quis ajudar Annemarie a salvar o pai. Cinco advogados foram consultados, alguns deles conhecidos da família. Nenhum teve a coragem de



“Última vez que nós estivemos todos juntos, no final de agosto de 1940, porque em 28/03/1941 Wolfgang morreu e em 19/12/1943, Sigmund”, escreveu Ana Primavesi atrás da foto. Atrás: Sigmund filho e Ana Primavesi. À frente: Sigmund, Clara, Gerhard no colo, Wolfgang, Clarinha e Brita. (Sigmund e Wolfgang morreram, respectivamente, aos 21 e 19 anos, lutando na Segunda Guerra Mundial.)

aceitar o caso. Talvez em nenhum outro momento vivido até ali, e já tendo vivido momentos muito tristes e difíceis, Annemarie tivesse se sentido tão só, tão triste, tão desesperançosa com a humanidade. Contou, por uma ironia do destino, com a ajuda de um oficial inglês, e com muita engenhosidade enredou os oficiais ingleses de forma a configurar crime de confraternização.<sup>5</sup> Ela livrara o pai de uma execução sumária por traição.

Logo ela também seria presa, pelos mesmos motivos pelos quais prenderam seu pai. Ela, o pai e a irmã Britta, que logo foi liberada. Da prisão foram transferidos para um campo de concentração em Wolfsberg, antigo campo de concentração de Hitler. Não era mais um campo em poder dos alemães, e sim dos ingleses, e agora ele se chamava POW CAMP (Prisoner Of War). Como era uma das poucas que sabia o idioma inglês, Annemarie “trabalhava” nos escritórios datilografando os “depoimentos”. Testemunhou torturas, surras e todo tipo de violência, bem como a morte daqueles que não tinham mais o que dizer, entregar ou confessar.

No Pow Camp ela conheceu pessoas com histórias de vida incríveis, que jamais esqueceu. Viveu lá por nove meses, perdeu vinte quilos, e aos 26 anos, acumulava uma experiência de vida que extrapolava e muito sua idade cronológica.

Ainda nesse ano, 1946, casou-se com Artur Primavesi, também engenheiro agrônomo, dois anos mais velho do que ela. Dois anos depois nascia Odo, o primeiro dos três filhos do casal.

Artur Primavesi descendia de uma família riquíssima do antigo Sudeto alemão, hoje República Tcheca. Os Primavesi perderam tudo com a invasão russa, que confiscou as terras, o castelo e todas as propriedades, que não eram poucas. Para se ter uma ideia da dimensão do que possuíam, Krotendorf, perto de Jägerndorf, era uma linda Villa que sua mãe, Margarethe Happack, herdara. Plantavam trigo e beterraba, pois possuíam uma usina de açúcar. O pai era coproprietário das tecelagens nas cidades de Lichtenwerden, Würbenthal, Messendorf e Freudenthal. Possuía também o restaurante “Zum Goldenen Stern”, em Jägerndorf. Grete, como era chamada sua mãe, adorava o parque de Krotendorf, que tinha uma montanha e dois grandes lagos artificiais, uma coleção de coníferas que vinha do mundo todo, muitas azaleias e flores das mais exóticas.

O parque era um dos mais lindos parques privados da Europa Central, e onde havia uma raridade: os faisões de Artur. Ao escutarem o chamado de seu dono, apareciam no meio do prado para receber a ração de uvas passas. Todos se admiravam que ele desse uvas passas aos faisões, mas ele tinha dinheiro suficiente para tal excentricidade. A família de Grete Happack era uma família abastada e influente, com propriedades rurais, e também possuíam o direito de serem juízes, pois a nobreza da época herdava esse direito. (Knabben, 2016, p.217)

Com a guerra, os pais de Artur tiveram que sair às pressas para não serem pegos pelos russos, e viveram de favor até o final de suas vidas no castelo da

amiga condessa Mirbach-Geldern, na Alemanha: dois quartos e um banheiro no segundo andar; uma cozinha e um quarto de empregada no térreo.

Quando se casou com Annemarie, quase nada sobrara da herança de Artur. Morando no castelo Pichlhofen, poderia ajudar seu sogro, mas ali era a casa dele, não a sua. Artur e Annemarie decidem então emigrar para o Brasil. Pesava também na decisão o medo de que outra guerra ocorresse: a primeira tinha sido em 1914, e a segunda, em 1939. Quem poderia garantir que uma outra logo não estava por vir? Annemarie não queria ver seus filhos mortos em outra guerra vil e sem sentido. A decisão estava tomada e, com ela, mudava a vida não só daquele jovem casal recém-formado, mas principalmente o rumo da agricultura nos trópicos, principalmente no Brasil.

### **O Brasil, seus encantos e mistérios**

O casal Primavesi chega ao Brasil em 1948 com poucos recursos financeiros. Annemarie tem seu nome aportuguesado e passa a ser Ana Maria Primavesi. Artur, é preciso que se diga, era um homem de educação esmerada. Um diplomata nato que fazia amizades facilmente, encantando a todos com sua extrema gentileza e fino trato. Conhecia muitas pessoas influentes na Europa, o que lhe ajudou em muitos trâmites em sua vida. Logo conseguiu um trabalho na Secretaria de Agricultura em São Paulo como superintendente para o plantio de trigo. Ana acompanhou o marido nos primeiros anos por onde havia trabalho. Moraram em Itapetininga (SP), Passos (MG), Itaberá (SP), São Paulo (SP) e Santa Maria (RS). Por todo esse tempo, Artur contou com a assessoria da esposa em todos os trabalhos que atuou. Carin, a segunda filha, nasceu em 1951 em Passos, e Arturzinho, em 1953, em Itaberá.

A vida do casal era simples, e Ana era incrivelmente versátil. Até os filhos se impressionavam com ela. Odo, o mais velho, conta:

Mamãe era cozinheira, doceira, farmacêutica, professora, costureira, promotora de atividades lúdicas. Sim, ela costurava, tricotava e bordava muito. Fazia muitos trabalhos manuais e tratou da saúde até de cachorros de um circo que esteve em Itaberá. Incentivava a prática de tocar instrumentos musicais, eu, violão, Carin o acordeão e Artur o violino. Lembro-me que utilizava soja para fazer leite, do bagaço fazia um tipo de pé de moleque e da soja inteira fazia bolinhos salgados fritos excelentes, que até um mendigo vinha pedir sempre que passava. Nos estudos, tomava a lição. E procurava evitar a repetência. Contava muitas histórias infantis, dos irmãos Grimm e outros. Depois, fazia a gente ler muitos livros, também em alemão. Nos ensinou a escrever com letra gótica. Isso ficou marcado, pois, mais tarde, me facilitou o convívio com pesquisadores de uma instituição de pesquisa em Viena, onde fui fazer especialização, e lá as anotações eram feitas em letra gótica, e eu sabia ler: derreteu o gelo inicial. O avô Artur só sabia ler e escrever em alfabeto gótico, e quando escrevíamos a ele nos aniversários, onomásticos (dia dos santos católicos cujos nomes nos apropriamos) e Natal, era sempre em letra gótica. E também conseguíamos ler as cartas dele. (Knabben, 2016, p.321)



Carin também relata o dinamismo da mãe:

Mãe e avó maravilhosa, colocava sempre a família em primeiro plano. Ocupava-se conosco amorosamente e crescemos seguros. Brincava com a gente, contava muitas histórias, íamos passear, muitas vezes para pegar o “mato” que seria nossa verdura no almoço. Ensinou-nos a refletir sobre as coisas e não seguir simplesmente o que os outros faziam.

Ela sabia muito. Qualquer pergunta ela explicava com pormenores. Muitas vezes eu me questionava como ela sabia tanta coisa. Era história, geografia, educação, curar com plantas, entendia do solo e das plantas, nutrição, sociologia, psicologia, biologia, veterinária, química, física, sobre a vida, administração, como construir uma casa ou mesmo um prédio, marcenaria, consertar máquinas... Quantas vezes pessoas de prédios vizinhos vinham buscá-la porque estavam sem luz, se ela podia ajudar. E ela o fazia.

Era muito criativa e habilidosa. Cozinhava divinamente, costurava super bem (muitas vezes, desmanchava vestidos que havia trazido da Áustria e costurava roupas para nós), bordava (eu sempre andava arrumadinha com bordados), tricotava nos casacos e pulôveres dos filhos motivos dos animais que cada um de nós gostávamos, consertava nossos sapatos melhor que qualquer sapateiro, desenhava e pintava muito bem, escrevia histórias gostosas de ler, tanto infantis como juvenis (durante a guerra ela escrevia histórias para seu irmãozinho quando era aniversário ou Natal, porque não se tinha acesso a nada). (Knabben, 2016, p.15)

Além da casa e dos filhos, ajudava o marido em tudo: no planejamento do preparo do solo, das plantações e adubações, compra e manutenção de maquinário, contratação de empregados, treinamentos, questões técnicas e burocráticas, revisões de trabalhos e redação de textos. Enquanto as crianças cresciam, permanecia mais nos bastidores, e Artur assumia financeiramente a casa. Mas nunca deixou de atuar como agrônoma. Artur a requisitava para tudo. Ela era seu porto seguro e sua referência.

O Brasil foi uma terra que acolheu os Primavesi de coração aberto e isso encantou aos dois. Numa passagem de suas vidas, ao mudarem-se para uma casa no bairro da Vila Madalena, em São Paulo, a vizinha da frente observava atenta a movimentação. Dona Palmira era lavadeira e seu marido, jardineiro. Ana estava atarefada com tantas coisas a fazer, quando foi surpreendida pelo convite de D. Palmira para que almoçassem em sua casa. Esse tipo de gentileza encantava Ana, porque estava acostumada ao rigor e rigidez das pessoas na Europa, ainda mais traumatizadas pela guerra como vivenciou. Esse comportamento livre, informal e acolhedor era um dos aspectos que mais a encantavam no Brasil. Sempre gostou do povo brasileiro, que considera muito amoroso. Outra faceta que a intrigava era poder entrar em contato com “um mundo paralelo”, do qual duvidava no início, mas por ser testemunha ocular dos casos, rendeu-se.

Primeiro começou com a moça que fora trabalhar para ela em Passos, quando Carin nasceu.

Perciliana era filha de uma índia com um negro. Seus cabelos pretos, lisos e muito compridos viviam trançados e enrolados na cabeça. Seus três filhos já eram grandes e casados. Ana quis mostrar-lhe a casa: “Já sei, estou vendo...”. Perciliana dizia. Ana não entendeu, porque a moça tinha acabado de chegar. “Venha que vou lhe mostrar onde estão as coisas”, no que a moça novamente disse: “já sei, estou vendo...”.

Perciliana tinha o dom da vidência e aquilo não era papo furado. Um dia, disse a Ana: “Posso ir ao ponto de ônibus? Minha filha está chegando com meu neto. Ele está muito doente”. Ana não discutiu, simplesmente a acompanhou até o portão. Como Perciliana poderia saber? O ponto não era exatamente em frente à casa e havia um muro alto separando-a da rua. A filha descia do ônibus no momento em que Perciliana chegou. O neto acabou morrendo, o que Perciliana já sabia que aconteceria. Numa outra vez, Artur demorava muito para chegar. Ana preocupou-se. “Não fique assim, o jipe quebrou mas ele já chamou o mecânico e está vindo”. E Artur chegava contando exatamente o que ela tinha dito.

Foi nessa época que Artur pegou febre amarela. Levado ao hospital, o médico mostrou a Ana uma lista de remédios. “E isso cura?” – ela quis saber. A cara do médico dizia tudo. “Então pra que tanto remédio?” Por fim, resolveu voltar para casa. Se ele fosse morrer, que pelo menos estivesse entre os seus.

Foi para o mato, procurou os índios, e todos eram unânimes em dizer que febre amarela não tinha cura. “Mas e para o fígado e bÍlis, o que vocês usam?” Aí a coisa mudava de figura. As receitas brotavam: xarope de agrião. Chá de raiz de jurubeba e pariparoba. Quebra-pedra, raiz de mentrasto e erva-tostão. Raiz de picão-preto e frutinhas de jurubeba. Chá de cabelos de milho. Chá de folhas de alcachofra. Suco de limão e de laranja doce. Sementes de veludinho colocados em vinho do Porto. Levedura de cerveja. Perciliana a ajudou a encontrar no mato todas elas, e Artur tomou de tudo e sarou! Foi o único na região a sobreviver, e o feito se espalhou.

Ana não sabe explicar como, se foi uma das receitas, a combinação delas ou a ordem que as deu, mas isso precipitou a saída do casal de Passos. O barão austríaco Leitner e o príncipe Albrecht da Bavária, amigos de Artur, ao saberem do ocorrido, exigiram que ele voltasse de Minas para São Paulo. Eles tinham fundado a Companhia Paulista de Trigo, e o queriam trabalhando com eles. Ana e Artur aceitaram. Morariam em Itaberá.

Perciliana veio: “Eu e a nenê (Carin) não podemos nos separar. Se isso acontecer, uma de nós duas vai morrer”. Ana encarou sua ajudante e sabia que ela falava a verdade. Prometeu arrumar tudo em São Paulo para recebê-la, e assim fez. Ana escreveu: “podem vir, está tudo preparado”. E então, pouco tempo depois, chegou a carta do filho de Perciliana: “minha mãe morreu há duas semanas, sem um motivo aparente”.<sup>6</sup>

Em Itaberá (SP), foram morar provisoriamente num sítio que pertencia a um amigo de Artur. O problema era que o lugar estava infestado de cobras. Era

cobra enrolada na perna das cadeiras, dentro das gavetas, no volante do carro, dentro dos armários... Como Ana poderia viver com três crianças assim? Artur não pareceu preocupado quando disse a ela que ia chamar um “pegador de cobras” que soubera viver ali na região.

Ana ficou muito brava. Onde já se viu, o homem ia pegar as que ele via, mas e as que estavam escondidas? Mas qual era a alternativa? Então lá veio o tal “pegador de cobras”.

O homem esfregou algumas ervas cheirosas nas caixas, ervas que eu não conhecia e que também não me interessavam, porque estava convencida de que esse pegador de cobras não ia resolver nada, um arrependimento que carrego até hoje. Depois de esfregar as ervas nas caixas, ele sentou-se na frente delas e começou a tocar numa flautinha de bambu, da qual não saiu som nenhum, ou eu é que não consegui ouvir. Mas tal como na história do Flautista de Hamelin, onde a cidade de mesmo nome foi vítima de uma praga de ratos e por meio de sua flauta um homem conseguiu que os bichos o seguissem e entrassem no rio, as cobras começaram a sair de todos os lugares; debaixo das tábuas, das moitas, do telhado, de todos os cantos e buracos. Todas saíam e iam direto para as caixas, obedientemente, e lá ficavam. O homem me assegurou que não tinha mais cobra nenhuma, fechou as caixas e as levou ao terreiro. Depois, pediu algumas galinhas para que servissem de alimento para as cobras. Quando os frangos estavam mortos e meio depenados, soltou toda a “cobraiada”. Me apavorei e gritei: pelo amor de Deus, vai soltar todas outra vez? Eu estava tão feliz que estavam todas presas e agora ele as soltou de novo! Mas as cobras não saíram do terreiro, somente comiam os frangos para depois retornarem calmamente às caixas, que foram então fechadas. O homem justificou-se dizendo que a viagem até o Butantan era longa, e era preciso que elas comessem antes para não morrer de fome no caminho. Quando meu marido voltou à noite e perguntou se o pegador de cobras tinha vindo, eu respondi que sim, que ele tinha vindo e as levado. Eu podia viver muito bem com a bicharada que tinha ali, mas as cobras, pelo menos, tinham acabado e me senti um pouco mais confortada. (Knabben, 2016, p.300)

Também nessa época outra situação misteriosa confrontou o olhar científico de Ana. Chegou um homem contando que seu canalial estava infestado de lagartas e que tinha pedido uma pulverização por avião, mas só conseguiria o serviço dali a dez dias. “Até lá elas já comeram tudo!” – desesperou-se. Veio então a ideia de chamar o benzedor.

Chegado o homem, eis que ele procurou pela redondeza umas ervas e as queimou numa fogueira na beirada do campo. Também começou a dançar “... e de vez em quando dava um pulinho e um grito e depois de uns vinte minutos disse: “agora os lagartos vão morrer”. Eu e Artur achamos aquilo ridículo. O administrador sugeriu pagar a benzedura mas isso não se podia fazer, e o homem despediu-se calmo e satisfeito enquanto os três ainda falavam e palpitavam sobre o ocorrido. Ainda dava para ver o homem na

estrada ao longe quando uma ou outra lagartinha caiu. “Podia ser que eram as lagartas mais velhas”, Ana pensou. Mas depois caíram mais e de repente parecia como uma chuva de lagartinhas que caíam: grandes, pequenas, todas. Era inacreditável. O administrador da fazenda achava aquilo tudo normal: “benzedura sempre causa este efeito”, e foi para casa. Para completar a história, um administrador de outra fazenda que veio ver a benzedura, pediu a Artur para chamar o benzedor outra vez para curar o gado de bicho berne porque naquele ano tinha demais e os remédios não estavam fazendo efeito. Lá veio o homem benzer de novo. Passou uns raminhos de ervas nativas sobre as costas de cada vaca, deu um gritinho e depois um tapa nas costas delas. “Ficamos todos esperando”, Ana conta, “parecia que não ia acontecer nada”. Mas de repente por toda parte caíram as larvas dos bichos de berne. Era impressionante. O gado ficou cheio de furinhos mas sem bolotas e o chão estava cheio de larvas de berne.

Era ridículo, mas funcionava. (Knabben, 2016, p.303)

### **Arturzinho**

O caçula de Ana, Arturzinho nascera com o cordão umbilical enrolado no pescoço e demandava cuidados. Ana encarava as questões do filho (ser um pouco lento nas atividades, puxar um pouco a perna direita e ser estrábico) “simplesmente” com amor. Ele demorou a falar e a “vingar”, mas Ana sabia que seu filho poderia se fortalecer e seguir em frente. Artur pai não era muito paciente com o menino, que naturalmente voltou-se ao amor e apoio da mãe.

O envolvimento dos dois foi profundo e tocante. Ana tratava-o igual aos outros e não fazia-lhe diferença. Nunca mostrou sua preocupação com ele, nem aos irmãos nem ao marido. Era igual, igual aos outros e ele tinha que fazer também o que os outros faziam. Hati, como o chamavam, nunca devia sentir que tinha defeitos, e ela nunca dizia: “Você não sabe ou não pode fazer isso”. Ele falava pouco, aprendeu de fato somente os nomes dos números, pois por palavras pouco se interessava. “Ele não sabia? Não conseguia pronunciar? Alguma parte de seu cérebro fora destruída por falta de oxigênio. Mas em crianças, quando ensaiam bastante, a outra parte do cérebro poderia se encarregar de substituí-la” (Knabben, 2016, p.307).

Logo Hati completou sete anos e deveria ir para a escola. Ana o segurou mais um pouco. Sabia que ele sofreria na escola, “iria começar o seu calvário”, nos contou. Ana foi criticada mas manteve sua decisão, e quando faltava um mês para os oito anos, ele entrou no primeiro ano.

Dito e feito. Hati não formava frases, mancava e era vesgo. Além disso, era mais velho que as outras crianças, que caçoavam, brincavam e aprontavam com ele. Eles se torciam de rir, esperando o choro de Artur, mas ele não se incomodava. Não chorou, não bateu, não revidou e também nunca contou nada em casa. Sempre quis ir à escola e nunca se queixou. Até que a própria professora achou que as maldades passavam do limite, e perguntou a ele: “Você quer que eu fale com os meninos para que te deixem em paz?”. Hati balançou a cabe-

ça: “Não, obrigado. Tenho pena deles”. A professora o encarava, surpresa. Ele continuou: “Minha mãe é muito mais inteligente que eles e ela me ama”, disse calmamente para a professora incrédula.

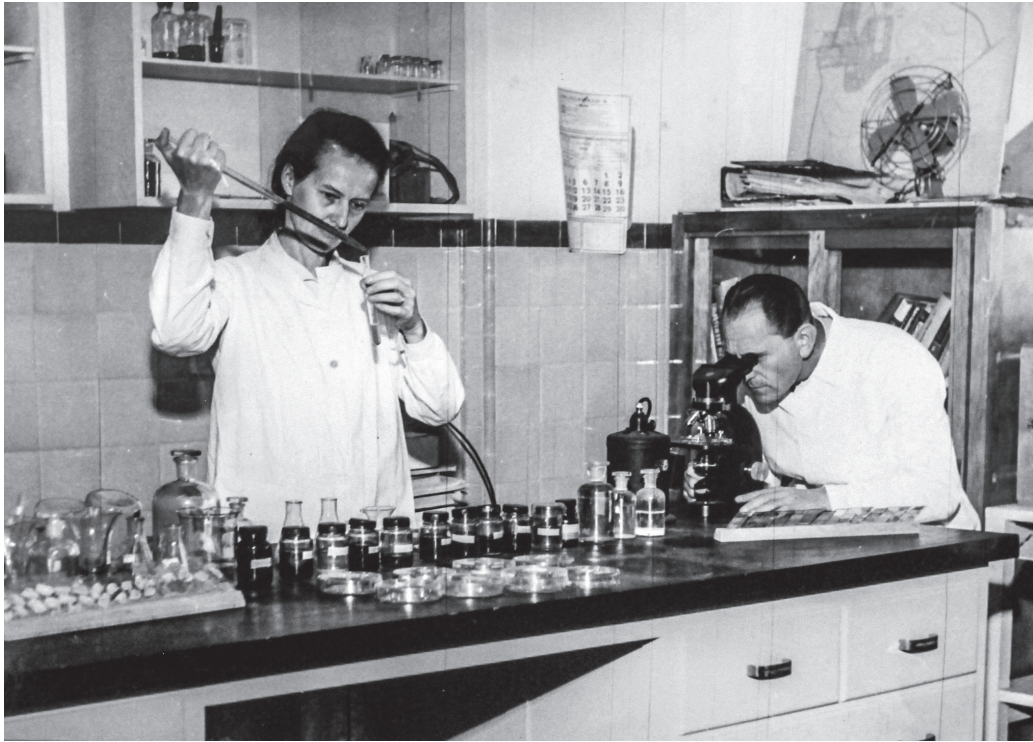
Com o passar do tempo, as brincadeiras de mau gosto sumiram e as amizades surgiram. Arturzinho era o líder da classe, o mais popular e querido de todos. Esse rapaz cresceu amparado pelo amor de sua mãe e estimulado a superar suas dificuldades. Conseguiu. Tornou-se médico, casou-se e mantinha o carisma herdado do pai. Por onde quer que fosse, todos o amavam. A morte prematura desse filho, aos 32 anos num acidente automobilístico deixou uma cicatriz profunda em todos que o conheceram. Ana agora passava pela maior dor que se pode ter, a de perder um filho. A ela somavam-se outras, vividas no período da Guerra. Mas Ana, assim como o filho, nunca se queixou, removeu ou viveu de tristezas. Arturzinho encerrava sua passagem pela vida de forma plena e Ana sabia que tinha feito tudo por ele. O tempo a ajudou, e a dor amainou.

### **Universidade de Santa Maria**

Em 1961, mudam-se para Santa Maria (RS), depois do sucesso que tiveram com o trabalho de recuperação de solos em Sorocaba (SP). É principalmente a partir desse momento que a estrela dessa grande mulher mostra o seu brilho.

Ana dava aulas sobre produtividade de solos, deficiências minerais, agrotologia, fazia pesquisas e dirigia o laboratório de biologia e de análise de solos. Artur Primavesi fundou o Instituto de Solos e Culturas, sediado no prédio da Reitoria, do qual era diretor e que em poucos anos tornou-se mundialmente conhecido, e também iniciou o primeiro curso de pós-graduação em agronomia: “Biodinâmica e Produtividade do Solo”. O casal Primavesi trazia à Universidade de Santa Maria pesquisadores e cientistas de renome, e passaram a escrever e publicar trabalhos importantíssimos.

A fama dessa doutora, em sentido amplo, extrapolava os muros da Universidade. Ela passou a auxiliar pessoas que a procuravam pedindo ajuda para diversas doenças. Não adiantava dizer que ela não era médica e que o “Doutora” devia-se a um título acadêmico. “Doutora é Doutora”, respondiam, e assim ela indicava ervas, chás e todo tipo de plantas que poderiam pelo menos amenizar os problemas. Mal não fariam, porque eram naturais, assim como utilizamos os alimentos para nossa nutrição. Acontece que ela sempre acertava, a fama crescia e mais e mais pessoas a esperavam na porta de sua casa quando voltava da Universidade. Foi o caso de uma mãe que trouxe o filho policial, que não conseguia mais trabalhar porque tinha convulsões. No começo era uma por dia, depois eram mais, até que eram tantas que ele teve que se afastar do trabalho definitivamente. Ana receitou um remédio contra vermes, mesmo sabendo que o moço já tinha tomado vermífugo. Ela tinha ganhado essa receita de uma índia, e continha nove plantas e substâncias muito difíceis de achar. A mãe do rapaz foi atrás de todas e as encontrou, inclusive carvão de chifre de carneiro. O filho tomou e,



*Ana e Artur Primavesi no laboratório da Universidade de Santa Maria, 1962. O casal Primavesi revolucionou a agricultura tropical ao diferenciá-la da prática de clima temperado. Ana Primavesi fincou os alicerces do que ficou conhecido como Agroecologia, ciência agrônômica que considera o solo um organismo vivo.*

dois dias depois, a mulher procurou Ana para contar que de seu filho tinham saído duas bacias repletas de vermes. E que ele nunca mais tinha tido convulsões.

Ao mesmo tempo em que brilhavam por sua extrema capacidade e formação acadêmica, os Primavesi geravam desconforto e inveja em alguns colegas. Além disso, defendiam um enfoque muito diferente do que aqui se fazia. Grande parte da prática agrícola se espelhava no que se fazia na América do Norte e Europa, e os Primavesis deixavam claro que em clima tropical as condições eram outras. Para cada clima, um tipo de solo, e um tipo de trato. Esse confronto ideológico não se restringiu somente à Universidade. Ana Primavesi teria que defender suas ideias sempre, sem trégua.

### **Manejo Ecológico do Solo – o livro, o conceito, o pilar da Agroecologia**

Em 1976, Artur foi diagnosticado com câncer na próstata. Morreu no ano seguinte, deixando Ana arrasada. Ela decidiu comprar uma fazenda em Itaí, a 400 km de São Paulo, e recomeçar sua vida. Os filhos estavam formados e casados e ela precisava de isolamento naquele momento. “A fazenda era a metáfora de si mesma; terra machucada mas com enorme potencial de regeneração” (Knabben, 2016, p.349).

Escolhera uma terra dura, cheia de cupins (sinal de terra compactada, ela ensina) e de sulcos de erosão, mas desafiava-a a possibilidade de regenerá-la, o que ela fez. Durante os 32 anos em que viveu lá, trouxe de volta as nascentes, a mata, os bichos do entorno. Morando em Itaí, Ana dedicou-se exclusivamente à agricultura e pecuária, tanto em sua fazenda como nas palestras, encontros, congressos e eventos dos quais participava. Viajou por todo o mundo, atendendo a convites e encantava as pessoas com a simplicidade de suas explicações, numa linguagem que todos pudessem compreender.

Suas palestras eram disputadas e logo ela era requisitada muito mais do que daria conta de comparecer. Ana continuava a fazer tudo de tudo. Cuidava da casa, das plantações, dos animais, escrevia para periódicos, respondia cartas, lia todas as publicações que lhe caíam nas mãos, elaborava palestras e cursos, fazia experimentos e cuidava das compras, vendas, estocagens e manuseios. Todos os dias acordava bem cedo e preservou o hábito de dormir uns quinze minutos depois do almoço, no mínimo, hábito herdado de seus pais. Recebia estagiários, que queriam aprender com ela sobre agricultura orgânica, sobre ecologia. E escrevia.

Ana vinha escrevendo seu livro *Manejo ecológico do solo* desde que morara em Santa Maria. Nele, condensava tudo que sabia, de forma que todos os conceitos se integrassem, numa visão sistêmica e ecológica. A primeira dificuldade que encontrou foi encontrar uma editora. Era um livro de conteúdo “revolucionário”, diziam. Mais uma vez, sua estrela brilhou. A editora Nobel queria um livro agrícola com o qual pudesse iniciar suas publicações nessa área, e Ana se adiantou: “O livro é bastante polêmico”. Era tudo o que eles queriam. E assim, em 1980, o livro foi lançado, e tem sido vendido com sucesso até então.

Muito criticada e combatida por suas ideias ecológicas, que dispensam uso de agrotóxicos e questionam o uso da adubação química, Ana segue resoluta: “Tenho certeza do que estou falando”. E cada vez mais pessoas se voltam aos seus livros e ensinamentos, frustradas com a baixa produtividade de suas terras, buscando na agroecologia o retorno às suas próprias essências, na ação recíproca do plantar e colher, sem explorar os solos, mas sim manejando-o como um organismo vivo. A agroecologia trabalha com sistemas e ciclos de maneira holística-sistêmica. Procura eliminar as causas dos problemas e não apenas combater os sintomas que voltam enquanto as causas perduram. Nenhum processo pode ser isolado do outro, tudo é dependente e interdependente, e o homem se vê como parte de um sistema, não acima dele. Assim, deve prover a terra de tudo que ela precisa, e no caso das terras dos trópicos, de muita matéria orgânica para alimentar os micróbios, estes sim os grandes responsáveis pela fertilidade dos solos.

Se hoje a agroecologia condensa todo o conhecimento para se chegar a uma prática agrícola que garanta não só alimentos a todos os seres deste planeta, como também a manutenção de sua vida, é sobre os estudos de Ana Primavesi que ela se fundamenta. Mas, se perguntarmos a ela o que ela acha disso tudo, ela responderá: “Eu não fiz nada sozinha”.



“Ficamos cientes de que, onde a técnica se choca com as leis naturais, a natureza é que prevalece e domina.”

“Devemos, portanto, reconhecer e aceitar esses limites, fazendo o máximo possível em favor da nossa terra. É bela a agricultura e a amamos mais ainda quanto mais vamos conhecendo a natureza. Acabamos com a ideia de que a terra é apenas fábrica de alimentos. A terra não é fábrica e não produz ilimitadamente. Amemos nossa terra e procuremos saber o que ela é capaz de produzir quando a tratamos carinhosamente. Tudo corre melhor quando feito com amor!”

“Peguemos nossa pá, perguntemos a nossa terra o que lhe está faltando e tratêmo-la depois convenientemente dentro dos limites que a natureza nos impõe, e a antiga exuberância voltará aos nossos campos e a prosperidade aos nossos lares.”

*Contracapa de sua biografia, Ana Maria Primavesi: histórias de vida e agroecologia, de Virgínia M. Knabben. Um recorte do que essa grande cientista sempre defendeu.*



## Notas

- 1 Relato baseado na biografia de Ana Maria Primavesi.
- 2 O Casal Marie e Pierre Currie é famoso por terem sido ganhadores do Prêmio Nobel de Física em 1903. Dedicaram-se, entre outros, ao estudo da radioatividade. Marie ganhou ainda outro Nobel, em Química.
- 3 Sigmund fora atingido no tornozelo por um tiro de dum-dum, um projétil de ponta oca que se expande e estilhaça dentro do corpo. Ele quase perdeu o pé e ficou três anos internado.
- 4 Até aqui adotamos o nome Annemarie porque ela só viria a se casar com Artur Primavesi em 1945, ano final da Guerra.
- 5 Ana Primavesi conseguiu que os oficiais ingleses que deporiam contra seu pai fossem conversar com ela e sua irmã no castelo. Lá, ela serviu-lhes um lanche, o que configuraria crime de confraternização.
- 6 Em uma de suas anotações contando a história de Perciliana, Ana escreveu: “Será que me pode desculpar, querida Perciliana?”.

## Referência

KNABBEN, V. M. *Ana Maria Primavesi: histórias de vida e agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

*RESUMO* – Este artigo procura traçar os passos de Ana Maria Primavesi desde sua formação na Universidade de Ciências Rurais (Boku), em Viena, rumo ao entendimento (único) da complexidade da vida do solo, e como esse organismo vivo atua para o bom desenvolvimento agrícola. Percorre o caminho da sua infância e a sua formação acadêmica em meio à Segunda Guerra Mundial e às dificuldades que enfrentou para continuar seus estudos. Na Boku, fortuitamente, Ana conhece o trabalho de Johannes Görbing, farmacêutico de formação mas um entusiasta da química e da botânica, um de seus maiores mestres. No pós-guerra, Ana e seu marido Artur Primavesi emigram para o Brasil e aqui revolucionam a agricultura tropical ao defenderem o manejo ecológico do solo, considerando que o trato ecológico do solo deve obedecer às condições de cada lugar (eco = lugar). Ana Primavesi fincou os primeiros alicerces do que se chamou na agronomia de agroecologia, uma prática agrícola que mimetiza a natureza e que não explora o solo até o seu limite, mas sim lhe recompensa toda a abundância que proporciona.

*PALAVRAS-CHAVE*: Agricultura, Biologia, Agroecologia, Solos, Guerra, Agronomia.

*ABSTRACT* – This article seeks to trace the steps of Ana Maria Primavesi from her graduation at the University of Natural Resources and Life Sciences (BOKU) in Vienna, to her the (unique) understanding of the complexity of soil life, and how this living organism contributes to agricultural development. It follows the path of her childhood and academic formation in the midst of World War II, and the difficulties she faced to continue her studies. At BOKU, fortuitously, Ana gets to know the work of Johannes Görbing, a pharmacist and an enthusiast of chemistry and botany, who became one of her greatest mentors. After the war, Ana and her husband Artur Primavesi emigrated to Brazil, where they revolutionized tropical agriculture by advocating an ecological management of

the soil and insisting that the ecological treatment of the soil must obey the conditions of each place (eco = place). Ana Primavesi laid the first foundations of what agronomy would call agroecology, an agricultural practice that mimics nature and does not exploit the soil to its limit, but rather rewards all the abundance it provides.

*KEYWORDS:* Agriculture, Biology, Agroecology, Soils, War, Agronomy.

*Virgínia Mendonça Knabben* é geógrafa e escritora. @ – viknabben@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0002-7305-0645>.

<sup>1</sup> Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Recebido em 29.4.2019 e aceito em 15.5.2019.